POLÍTICAS DA MEMÓRIA DA I GUERRA MUNDIAL EM PORTUGAL 1918-1933

ENTRE A EXPERIÊNCIA E O MITO

SÍLVIA CORREIA

Dissertação de Doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea

(JULHO, 2010)

FCSH
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica de Nuno Severiano Teixeira e co-orientação de José Medeiros Ferreira.

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia no âmbito do Programa *Poli 2010* (Referência SFRH/BD/23735/2005)

O candidato,

Sílvia Adriana Barbosa Correia

Lisboa, 1 de Junho de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

Nuno Severiano Teixeira

Lisboa, 1 de Junho de 2010

Aos mortos desta e de outras guerras…

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho resulta de uma prolongada luta, a qual contou com muitos aliados que surgiram ao longo do seu trajecto e da sua construção.

Uma primeira palavra de agradecimento para os meus orientadores. Sempre presentes ao longo do processo, souberam transmitir as ideias certas, nos momentos certos. Nuno Severiano Teixeira dispôs-se, desde logo, a guiar este trabalho, problematizando os sucessivos exercícios de investigação com uma vigilância crítica que permitiu fixar a matéria complexa aqui tratada. Ao mesmo tempo, potenciou um espaço efectivo de criação intelectual, ao respeitar a minha liberdade de actuação. José Medeiros Ferreira mediu essa liberdade com observações argutas, transformando, também ele, o desafio da tese numa aventura com vários ritmos.

Uma menção especial a todos os que me abriram as portas dos seus fundos, nomeadamente a Liga dos Combatentes, bem como a todos os muitos outros lugares onde a busca de pontas soltas sobre mortos, inválidos e cultos era, à primeira vista, estranha. Um reconhecimento também especial àqueles que contribuíram para enriquecer a aproximação à memória, quer com heranças de familiares, quer com testemunhos orais.

A colaboração de responsáveis e funcionários de muitos arquivos, bibliotecas e centros de documentação em Portugal, Reino Unido e França, com especial atenção ao Arquivo Histórico Militar, foi preciosa. Um agradecimento, em particular, às funcionárias e amigas da biblioteca do ICS onde passei um tempo de escrita nem sempre fácil.

Seria imperdoável não mencionar aqueles de quem, ao longo desta viagem, recebi os estímulos necessários e uma inestimável solidariedade. Os que, oriundos de muitos e muitos lugares, me acompanharam não só com sugestões de trabalho, mas com o apoio, o carinho e a amizade, parte imprescindível para a realização do projecto. Os que tiveram no coração desta jornada, principalmente aqueles que *coabitaram* com as minhas deambulações e incertezas. Àqueles que leram e releram este trabalho… Entre residências e viagens, mais do que imprescindíveis com as suas contribuições, foram amigos que ajudaram a construir a pessoa que sou hoje, que me alimentaram a necessária incursão teórica numa ou noutra fase deste trabalho, sem pretensão a não ser a da amizade e a da solidariedade: Daniel Lanero, Eliana Andrade, Valcionir Correia, Miles Patterman, Isabel Sá, Daniel Melo, Vivian

Chieregati, Cláudia Castelo, Simone Patterman, Isabel Silva, Nelson Antão, Célia Tavares, Jorge Alberto, Marta Macedo, Inês Brasão, Ana Prata, António Araújo, Joana Fialho, Yvete Santos e Zé Nuno Matos. A estes dois o imenso companheirismo. E, por último, àquele que esteve lá desde a minha saída da Universidade do Minho, abrindo caminhos, sem abandonar o porto de abrigo.

Aos meus pais...

RESUMO

Constituindo um dos acontecimentos mais traumáticos da História do século XX, a Grande Guerra encerra uma afectação *global* e revolve nevralgicamente todas as sociedades mobilizadas. No âmbito da História Cultural, com uma inevitável aproximação à História Política e Social, são aqui investigadas as políticas de memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933), num quadro de referência europeu. Reconhecendo a existência de uma cultura de guerra europeia, homogénea e hegemónica, procura-se perceber a natureza do *mito da experiência de guerra* em Portugal, numa análise que não pode deixar de considerar as profundas divergências em torno da sua participação no conflito em território europeu, assim como os desastrosos efeitos que determinaram a especificidade do seu processo rememorativo e que o relegaram ao possível estatuto de *vencedor mutilado.*

Numa dialéctica entre memória oficial, pública e de grupo, pretende-se esmiuçar as políticas da memória através dos projectos oficiais de rememoração, pelo cruzamento dos seguintes eixos de análise: os combatentes como protagonistas, da sua integração social à regulamentação associativa; os processos de monumentalização da memória de guerra (formas, ritmos de implantação e rituais de reactualização do seu significado). Eixos que poderão esclarecer algumas questões. Em primeiro lugar, explicar até que ponto a incapacidade da I República em projectar uma consistente política memorial e a incapacidade em lidar com os traumas gerados pela guerra reflectiram a sua fragilidade, tendo precipitado a sua falência em 1926. Em segundo lugar, atendendo à delineação histórica dos espaços públicos de memória, identificar se existiu uma estruturação oficial da concepção memorial na base da legitimação histórica da política republicana. Por fim, a partir da natureza dos processos rememorativos, apreender se a apropriação da experiência da frente pela cultura de guerra alimentou e legitimou o discurso das transformações políticas de Portugal no pós-guerra. Neste sentido, este exercício visa desconstruir, por um lado, a ideia de que a génese dos regimes autoritários de direita acorreu exclusivamente na guerra e, por outro, a noção de que a guerra e a cultura de guerra inauguram uma ruptura de modernidade nas sociedades liberais.

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933. Entre a experiência e o mito.

AUTORA: Sílvia Adriana Barbosa Correia.

PALAVRAS-CHAVE: I Guerra Mundial; Portugal; I República; Antigo Combatente; Cultura de Guerra; Memória.

ABSTRACT

Constituting one of the most traumatic events of the history of the Twentieth Century, the Great War ended a global affection and turned neurologically all mobilized societies. In this paper, the politics of memory of the First World War in Portugal are placed in a European context, both as part of the sphere of cultural history and of political and social history as well. Recognizing the existence of an European culture of war, both homogenous and hegemonic, it seeks to understand the nature of the *myth of the war experience* in Portugal in an analysis that considers the profound divergences within Portuguese participation in the conflict within Europe, such as the disastrous effects that determined the specific process of commemoration and those that relegated to the possible condition of a *mutilated victor*.

In dialectic between official, public and group memory, it attempts to examine in detail the politics of memory through official projects of commemoration with respect to the following points of analysis: the veterans as protagonists, their social integration and associated regulation; the processes of monumentalization of war memory (forms, rhythms of enactment and rituals of reassessing their significance). These axes can clarify particular questions: first, they explain up to what point the the First Republic's incapacity to project a consistent political memory and to deal with the traumas inflicted by the war reflects its fragility, precipitating its collapse in 1926; second, considering the historical definition of public spaces of memory, they can identify whether an official conception of commemoration actually existed in the base of the historical legitimization of republican politics; finally, considering the nature of commemorative processes, they can reveal whether the appropriation of the experience of the front for the war culture cultivated and legitimized the discourse of the political transformation after the war. In this sense, this exercise seems to deconstruct, on the one hand, the idea that the genesis of authoritarian regimes was a direct consequence of the war and, on the other, the notion that the war culture inaugurated a modernity rupture with liberal societies.

DISSERTATION WORK TITLE: The politics of memory of the First World War in Portugal, 1918-1933. Between experience and myth.

AUTHOR: Sílvia Adriana Barbosa Correia.

KEYWORDS: First World War; Portugal; I Portuguese Republic; Veteran; War Culture; Memory.

ÍNDICE

Introdução 1

Capítulo I. Experiência e cultura(s) de guerra: problemas e perspectivas 17

PARTE I

OS ANTIGOS COMBATENTES:

ENTRE A CELEBRAÇÃO DA VIDA E A INÉRCIA POLÍTICA

Capítulo II. Da frente a casa: linhas de rememoração 43

II. 1. Guerra total: mobilização e desmobilização 45

II. 2. Extractos das experiências e memória de grupo 49

II. 2.1. A morte 52

II. 2.2. O voluntarismo: o combatente-cidadão 55

II. 3. O retorno e a recepção das tropas: os primeiros formatos comemorativos 59

II. 3.1. Sidónio Pais e a apropriação política da vitória 60

II. 3.2. O retorno das tropas 68

II. 3.3. «Em vão busquei um sorriso na multidão…» 75

Capítulo III. Os combatentes: corpos, identidade e assistência 79

III. 1. O homem "novo" da guerra 81

III. 2. As vítimas da guerra: assistência e (des)integração 87

III. 2.1. As palavras e as situações 87

III. 2.2. A assistência em tempo de guerra 89

III. 2.3. Os inválidos e as iniciativas no contexto internacional 92

III. 3. Portugal e os inválidos de guerra: (des)integração, regulamentação e reacção 97

III. 3.1. A Cruzadas das Mulheres Portuguesas e os inválidos 98

III. 3.2. O Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios: 100

Uma experiência de modernização 101

A polémica e o debate em torno do IRMGA 105

III. 4. A cobertura legal do inválido 113

III. 4.1. As reformas legais e o estatuto do inválido 114

A comissão e o código 116

A sequência legislativa posterior 119

III. 4.2. Os impasses e as resistências 121

III. 4.3. Os limites da norma e a heterogeneidade de manifestações 129

Capítulo IV. O movimento associativo: organização e reacção..... 139

IV. 1. A delimitação de uma problemática 140

IV. 2. A Liga dos Combatentes da Grande Guerra: organização 144

IV. 2.1. A génese da Liga 144

IV. 2.2. A evolução institucional 149

IV. 2.3. Os membros e as agremiações 153

IV. 2.4. Os meios financeiros 156

IV. 3. A Liga dos Combatentes da Grande Guerra: acção 159

IV. 3.1. A política de assistência 159

IV. 3.2. Dois apelos 164

IV. 3.3. Imprensa e presença (crítica) na praça pública 166

IV. 3.4. A afirmação da identidade de grupo 168

A adesão à Fédération Interalliée des Anciens Combattants 168

O I Congresso Nacional de Combatentes (1929) 171

IV. 4. Uma transição imposta 177

IV. 4.1. A Liga e a aglutinação da Cruzada das Mulheres Portuguesas, da Junta Patriótica do Norte e da Comissão dos Padrões da Grande Guerra 177

A Casa dos Filhos dos Soldados da Junta Patriótica do Norte 180

IV. 4.2. As mudanças e o modelo… 188

Capítulo V. O movimento de antigos combatentes em Portugal e a definição pública da memória da Grande Guerra 195

V. 1. Os antigos combatentes são…: militância e política 196

V. 2. "Vozes públicas", discursos e valores: para uma gramática da acção 202

PARTE II

O PULSAR DA MEMÓRIA:

DO PRESENTE À PETRIFICAÇÃO DA MORTE

Capítulo VI. As comemorações da I Guerra Mundial 217

VI. 1. O embasamento dos processos comemorativos 218

VI. 1.1. As sociedades liberais, a religião civil e a afirmação do republicanismo 218

VI. 1.2. A vivência do conflito e o esboço dos formatos memoriais 221

VI. 2. Ciclos e marcos temporais: as jornadas comemorativas no dualismo entre reminiscência e esquecimento 231

VI. 2.1. O 14 de Julho e o ansiado reconhecimento internacional 232

VI. 2.2. O 9 de Abril e a consagração dos mortos 240

VI. 2.3. O 11 de Novembro e a apropriação política 246

VI. 2.4. Linhas de persistências alternativas aos processos oficiais 253

VI. 3. As efemérides portuguesas: ritos e símbolos 257

VI. 3.1. A recapitulação do 9 de Abril: formas, símbolos e ideologias 259

VI. 3.2. A instrumentalização da dor – dos mortos aos heróis 266

Capítulo VII. O(s) Soldado(s) Desconhecido(s) 273

VII. 1. O herói na reestruturação das nações no pós-guerra 274

VII. 2. A consagração dos Soldados Desconhecidos portugueses 276

VII. 2.1. Entre a escolha do corpo, do tempo e do lugar 277

VII. 2.2. A crispação da opinião pública e a fragilidade do herói nacional 287

VII. 2.3. "Ao seu soldado desconhecido / morto pela pátria" 293

Capítulo VIII. O cemitério e a dissimulação da morte 301

VIII. 1. Da escatologia da morte à sua assimilação social e dissimulação política 302

VIII. 2. Os mortos da Grande Guerra em Portugal: entre a laicização dos cemitérios e a integração da cultura de guerra europeia 309

VIII. 2.1. O tratamento dos caídos 309

VIII. 2.2. A Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra e a criação lenta de um grande projecto cemiterial 312

VIII. 2.3. O cemitério e os talhões portugueses na frente europeia: a centralidade dos mortos numa manifestação de cultura de guerra 316

O cemitério militar português de Richebourg l' Avoué: um caso excepcional 318

VIII. 2.4. Talhões e ossários em Portugal: repatriamento e reprodução cultural 324

Capítulo IX. Os monumentos aos mortos da Grande Guerra 327

IX. 1. *Lugares de memória* 328

IX. 2. A sagração monumental dos mortos 333

IX. 2.1. Onde os poderes locais se afirmam: os primeiros monumentos 335

IX. 2.2. Do padrão ao *serrano*… 341

IX. 2.3. O *serrano*: a consensualidade de um formato generalizado 344

IX. 3. Da imagem alada à mulher humanizada, da pátria à fragilidade representadas 352

IX. 4. A Comissão dos Padrões da Grande Guerra: 369

IX. 4.1. Organização e programa 369

IX. 4.2. A excepcionalidade na aliança do *mito* à marca artística 375

IX. 5. A veiculação do poder no *mito da experiência de guerra* e as suas manifestações artísticas 384

IX. 5.1. Categorias: os lugares, os nomes e os símbolos 384

IX. 5.2. A face da precariedade do *mito* 393

Conclusão 403

Fontes e bibliografia 421

Lista de quadros, gráficos e mapas 449

Lista de figuras e ilustrações 450

Anexos i

LISTA DE ABREVIATURAS

ACVP	Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa
AGEX	Arquivo Geral do Exército
AHD	Arquivo Histórico-Diplomático
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
AHPR	Arquivo Histórico da Presidência da República
AMAE	*Archives de Ministère des Affaires Étrangères*
AML, AF	Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico
ANTT	Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
BN, ACPC	Biblioteca Nacional, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea
CAMT	Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos
CAPI	Corpo de Artilharia Pesada Independente
CCA	Comissão Central Administrativa
CEAMG	Comissão de Estudo das Condições de Reforma e Pensões Temporárias e Assistência a fornecer aos mutilados da guerra
CEP	Corpo Expedicionário Português
CFS	Casa dos Filhos dos Soldados
CIAMAC	*Confédération Internationale des Associations de Mutilés et d'Anciens Combattants*
CMP	Cruzada das Mulheres Portuguesas
CPCGG	Comissão Permanente dos Combatentes da Grande Guerra
CPGG	Comissão dos Padrões da Grande Guerra
CPL	Casa Pia de Lisboa
CPSG	Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DC	Direcção Central
FA	Forças Armadas
FIDAC	*Fédération Interalliée des Anciens Combattants*
IRMGA	Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios
IWGC	*Imperial War Graves Commission*
JPN	Junta Patriótica do Norte
LC	Liga dos Combatentes (Fundo)
LCGG	Liga dos Combatentes da Grande Guerra
MG	Ministério da Guerra
MI	Ministério do Interior
NAUK	*National Archives, United Kingdom*
NFAI	Núcleo Feminino de Assistência Infantil
SAFP	Secção Auxiliar Feminina da Liga dos Combatentes

UIG	União dos Inválidos de Guerra

INTRODUÇÃO

> Mortos? Porque me custa dizer esta palavra, a mim? A morte não aniquila, nem reduz os verdadeiros vivos […] e os mortos desta guerra viveram a verdadeira vida. A morte, limiar obrigatório da eternidade, aligeirou-se das suas e das nossas misérias, fê-los transparentes, e, integrando-os na grande corrente de devoção que alaga o mundo e a renova, deu-lhes, a eles que tinham sido o silêncio, a resignação do sacrifício, divinas forças activas, a imaterial existência, a força inexaurível dos símbolos que através das idades vêem embalando o coração e guardando os sonhos do mundo[1].

Mortos? Heróis? Antes e depois, pelo meio e pelas margens da espessura humana das estatísticas militares e da intrincada esfera pública dos balanços e das experiências, ensaia-se aqui o estudo da construção da memória da I Guerra Mundial em Portugal, entre 1918 e 1933, e de que forma esta se integra num movimento mais hegemónico da cultura de guerra europeia.

Daí, *à entrada*, este estudo posicionar-se tematicamente em torno da política de memória. Entenda-se, com isto, a suspeita de que a memória é um processo portador de marcas colectivas, dependente de acções concretas para poder sobreviver, melhor, continuar a adaptar-se. O que, no caso da Guerra, implica aprofundar as relações entre essas acções concretas e a política. Fazer dessa suspeita um exercício de história cultural sobre a Guerra é, bem vistas as coisas, procurar alguns elos perdidos e reconstituir outros no sentido de apurar de que forma a afecção da experiência de guerra pôde ser transposta para fora da guerra.

[1] Augusto Casimiro, *Calvário da Flandres* (Porto: Renascença Portuguesa, 1920), 177-183.

Tudo isto parece ser quase imemorial. Parece, mas não é. A Guerra 14-18, a sua experiência e os seus usos, introduziu rupturas no mapa cognitivo e sensorial dos fenómenos memoriais colectivos.

Em Portugal, foram mobilizados cerca de cem mil homens, primeiro para África (1914) e depois para a frente europeia (1917), dos quais resultariam mais de sete mil mortos e cerca de treze mil feridos. Não obstante os números serem menores em comparação com a maioria dos aliados, isso não inibe a dimensão de afectação de uma guerra total. A participação portuguesa da I Guerra Mundial é, porém, um acontecimento estranho àqueles menos familiarizados com a história de Portugal. Marginalizado pelas monografias internacionais sobre o tema e escassamente rememorado dentro e fora de fronteiras, Portugal é um dos seus mais esquecidos participantes[2]. Ironicamente, ou talvez não, a memória da I Guerra Mundial caiu no esquecimento dos portugueses. E não apenas porque alguns daqueles mortos e heróis foram depostos e abandonados. Os seus combatentes foram desaparecendo ao longo do século XX. As lutas memoriais por eles travadas foram sendo, também elas, substituídas por outras.

Neste contexto, está-se longe de lidar com puras impressões. A matéria de facto das lutas, dos investimentos, e das descobertas dos direitos e dos deveres memoriais, confirmam, só por si, que a investigação é complexa e vasta. E que os (impostos) silêncios sobre a memória histórica são baixos-relevos dessa mesma matéria.

Já de seguida, tentar-se-á expor algumas das coordenadas que permitiram investigar a política de memória da Grande Guerra. Chamou-se-lhes multiplicadores, na acepção em que as suas linhas de exploração desafiaram o desenvolvimento dos objectivos mais específicos a atingir. Destes, regista-se o fundamental para que o plano se torne claro ao leitor, num momento em que pondera quais serão os lances que irão prender, eventualmente, a sua atenção ao longo do texto. Finalmente, para que do ponto de vista da interpretação se comece já a colher uma perspectiva básica, serão apresentados alguns arquivos da memória construídos e problematizados neste trabalho

[2] Veja-se a ausência de referências a Portugal, no âmbito da cultura de guerra, nas publicações mais actuais e gerais sobre a Grande Guerra, nomeadamente em: Jean-Jacques Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie de la Grande Guerre 1914-1918* (Paris: Bayard, 2004); Jay Winter e John Merriman (ed.), *Europe since 1914: Encyclopedia of the age of war and reconstruction* (Detroit: Thomson Gale, 2006).

Multiplicadores da investigação

Aceita-se, numa asserção a manter sob vigilância crítica, que a Grande Guerra inaugura o fenómeno da guerra total, delineador de novas estruturas memoriais. Um dos seus efeitos foi a fragilização das fronteiras culturais entre as nações participantes, determinando a "pretensa" homogeneização e hegemonização de fenómenos, de tipo ideal ou material, de rememoração da guerra. Contudo, considerar-se, para Portugal, a dimensão de guerra total, uma vez que não se verificaram confrontos em solo nacional, pode aportar um conjunto de dúvidas. Concretamente, a análise do caso português, do imaginário memorial resultante do mesmo conflito, poderá afirmar ou divergir das concepções teóricas que projectam e interpretam uma cultura de guerra europeia similar e dominante. Convém que o leitor não perca as dúvidas, mas, ainda assim, procure ter a disponibilidade para enfrentar algumas coordenadas gerais que atravessam o desenvolvimento das políticas memoriais, à época.

Veja-se uma primeira coordenada: a que relaciona *Estado-nação e mito da experiência de guerra*.

A ruptura causada pela guerra nas sociedades liberais tornou urgente a reconstrução dos Estados-nação, resultante da homogeneização cultural que a experiência da guerra irá proporcionar. A dramática experiência da I Guerra Mundial e o consequente abalo da velha ordem na base das sociedades liberais colocarão a construção do mito da experiência de guerra no topo das agendas governamentais. Este mito, estudado por George L. Mosse, constitui-se como um universo democrático agremiador de realizações e significações comemorativas em torno da guerra e dos seus mortos, que se inicia durante o conflito, mas que se configura, nunca definitivamente, no período do pós-guerra. Ritualmente, trata-se de um esforço consolatório essencialmente público, numa reivindicação de glória, mais do que num lamento da sua atrocidade.

A construção deste mito valoriza e cancela o horror da morte destacando os valores do sacrifício em combate de uma geração envolvida numa verdadeira cruzada[3]. A experiência de guerra resultou em múltiplas formas representativas e nacionais, dependendo do modo como foi assimilada e, acima de tudo, do modo

[3] Cf. George L. Mosse, *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti* (Roma: Laterza, 1990), 7.

como foi construída uma memória consensual pelas entidades de poder. O entusiasmo que marcaria os anos anteriores à guerra iria gradualmente transformar-se e dar lugar a um desalento generalizado: um trauma que as estruturas sociais e culturais foram incapazes de integrar e racionalizar, criando um conjunto de representações e mitos que garantiriam a superação pela recuperação dos valores de um passado não contaminado pela modernidade e delineando a experiência da guerra como excepcional. Refira-se que as manifestações de cultura de guerra tendem, neste contexto, a ser profundamente sustentadas por uma esperança de tipo religioso (independentemente da entidade responsável) e pela "antiguidade" dos valores identitários nacionais construídos[4].

Cabe ao historiador analisar as construções simbólicas em torno desta experiência, denunciando a inadequação entre o mito e a realidade no pós-guerra, percepcionando a força dos grupos dominantes na concepção e manutenção de uma "comunidade política imaginária", unida na representação e defesa da nação[5]. Projecto que, por exemplo, em Portugal, a União Sagrada encetou desde cedo, reclamando e propagandeando a unificação patriótica de todos os portugueses na defesa da República. Processo, sublinhe-se, comum aos novos regimes europeus criados neste contexto, mas que em Portugal, como se verá, apresenta alguns condicionalismos à partida. Com efeito, uma ideia de construção da nação pela participação dos cidadãos esteve longe de se realizar em Portugal, fruto das *limitações* da I República.

A construção da memória de guerra surge de um jogo, nem sempre igualitário, entre *combatentes e poder político*. Eis a segunda coordenada.

Na questão da memória dos combatentes, importa, na esteira de Antoine Prost, atender aos sentimentos contraditórios que dominam os seus espíritos, reconstituindo, antes e depois da intervenção, os valores que povoam o espaço em que se movem e aquilo que legitimou as tomadas de posição entre o voluntarismo e a

[4] Cf. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (ed.), *The invention of tradition* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), 86: «Todos os estados-nação tendem a uma homogeneização cultural, e serão da mesma forma confrontados com a questão crucial das minorias nacionais. […] A *emblematização* da nação através de símbolos, rituais, heróis, dos lugares sagrados, a fixação de direitos e deveres dos cidadãos, a identificação dos inimigos comuns serão algumas das vias empregues pelos Estados afim de homogeneizar a sua cultura nacional. […] A referência a um passado comum, a construção de uma "história nacional" ou ainda em outros termos, "invenção de tradições" assegurará uma função essencial na unificação nacional, tanto é essencial o estabelecimento de uma continuidade diacrónica que permita à nação sobreviver às inevitáveis mutações».

[5] Cf. Benedict Anderson, *Imagined Communities* (London; New York: Verso, 1991).

acção reivindicativa[6]. A descrição do movimento dos combatentes enquanto estrutura social de reivindicação é decisiva para fixar a análise da construção pública da memória da guerra. De que forma ocorre a criação de uma identidade colectiva, de grupo, reivindicadora de direitos memoriais e sociais, bem como da viabilidade de uma entidade associativa?

O processo de retorno, reacção e inserção dos combatentes configura a base social e política onde, no imediato pós-guerra, se constroem as primeiras imagens, em "formato memória de grupo", do conflito: a sua consistência e coesão; a maior ou menor autonomia em relação aos projectos oficiais; o possível peso e intervenção sobre a construção memorial e sobre as transformações políticas. Em Portugal, coube aos voluntários, enquanto alicerce e conteúdo dos mitos republicanos em torno da guerra, e aos inválidos, a alavanca fundamental da movimentação colectiva. Os antigos combatentes foram, adiante-se, um grupo heterogéneo. As clivagens políticas e sociais que a guerra raramente apaga tiveram menos impacto do que a dura diferença entre inválidos e capazes. Os soldados desmobilizados são pressionados a refazer a vida, o que não será permitido aos inválidos, mutilados ou portadores de doenças da guerra.

A perspectiva do cultural sobrepõe-se à do social, atenta às experiências (dos antigos combatentes) e de que forma elas conferem sentido ao mundo em que vivem[7]. A transição para o trabalho da cultura de guerra não se faz por ruptura, mas por uma continuidade teórica e temática, sendo o mito um elo facilmente aplicável. O mito da experiência de guerra é, pois, central para a compreensão dos processos de consumação da cultura de guerra em cada um dos intervenientes. Aglutina o universo da sacralização do esforço dos voluntários, como exemplo de civismo pátrio a ser seguido, que as autoridades irão legitimar, neutralizando a dimensão da morte de massa, sacralizando-a através de um conjunto de rituais assimilados da tradição cristã. O que permitirá glorificar os heróis sacrificados em nome da pátria. A morte torna-se, assim, o elo comum àqueles que dela experimentaram, mais ou menos

[6] Sendo que o autor apresenta três vastos volumes – *história, ideologia e mentalidades, e sociologia* – para a análise dos antigos combatentes e da sociedade francesa. Assim, considerando como referência este estudo, estabelece-se aqui um distanciamento do volume *Sociologie* (abordagem à constituição, forma e conteúdo social do movimento), uma vez que, para além da ausência de fontes, interessa analisar o contributo das mesmas para a consagração pública da memória e a integração ou apatia face à realidade nacional, num período extremamente particular do pós-guerra.

[7] No dizer de Luís Trindade, «a dimensão política da cultura pode ser, enfim, em determinadas circunstâncias […] o ponto ideológico decisivo na evolução dos processos políticos. Mostrá-la passa então por conseguir reconstruir os modos de existência, histórica e social», Luís Trindade, *O Estranho caso do nacionalismo português* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008), 16.

directamente, criando-se formas de transcendência colectiva através da atribuição de valores sobrenaturais aos mortos.

Uma terceira coordenada emerge, assim, em torno da *cultura,* do *luto,* da *guerra.*

O luto de guerra é extremamente específico, inverte toda a ordem natural das coisas, da regular sucessão das gerações. A sua afectação é maior. Um mesmo indivíduo pode ser lesado por várias mortes e pelo anonimato que estas comportam[8]. Desde que a Grande Guerra inaugurou a massificação, além da mobilização, das perdas humanas, a morte tornou-se um tema de incursão difícil. A grave novidade que a guerra moderna aporta implicou, mesmo, a criação de termos aliados à morte, tendo o mundo anglo-saxónico um universo mais vasto de conceitos, o que dificulta a interpretação das respectivas monografias alusivas ao tema[9].

Donde a necessidade de cruzar uma variedade de métodos e conceitos explicativos. Historiadores como George Mosse, Reinhart Koselleck, Ken Inglis e Antoine Prost, numa reinterpretação dos memoriais da guerra (anos 70), superam a marginalidade da morte e do luto no conflito armado e trazem-na para o centro do debate. Em 1977, Antoine Prost apresenta as comemorações à Grande Guerra e, principalmente, os monumentos aos mortos de guerra como lugares de memória criadores de novos rituais cívicos de renovação do culto secular, servindo a "(re)escrever" valores republicanos[10]. Numa abordagem introdutória da obra colectiva *Les lieux de mémoire*, um pouco mais tarde, Pierre Nora explana o que se entende por lugares de memória: qualquer identidade significativa, de tipo material ou ideal, resultante da vontade humana num determinado tempo, torna-se um elemento simbólico do património memorial de uma comunidade[11].

A compreensão das representações da guerra com que se ocupa a história cultural resulta em múltiplas explicações que se imbricam, não obstante a sua maior

---

[8] O culto da morte assumia já uma centralidade nas sociedades modernas. A forma como os cemitérios de oitocentos são estruturados denuncia processos de sociabilidade que se prolongam à estrutura do campo-santo militar.

[9] A língua inglesa é mas rica do que a francesa, distingue entre *bereavement* (constatação objectiva da perda), *grief* (designa o sofrimento psíquico, o desgosto, a dor que esta proporciona), e *mourning* (o luto propriamente dito, um conjunto de actos e de gestos através dos quais os sobreviventes exprimem o seu desgosto e atravessam as diferentes fases de luto).

[10] A mesma ideia de *Les anciens combattants et la société française 1914-1939* é apresentada em *Les Lieux de mémoire*, no capítulo «Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique?», in *Les lieux de mémoire. I République,* Pierre Nora (dir.) (Paris : Gallimard, 1984), 195-228.

[11] Obra que delineia um conjunto de perspectivas e interpretações no quadro da história cultural, mas que, não se centrando na Grande Guerra, apenas nos serve de referência, sendo que as alusões à Grande Guerra são escassas e encaradas como auge das comemorações, no universo da III República, com a propagação e consumação de valores do Estado-nação. Veja-se Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire,* Vol I. *République* (Paris: Gallimard, 1984).

ou menor especificidade, podendo resultar em teorias explicativas mais específicas. Jean-Jacques Becker e Antoine Prost inserem este fenómeno rememorativo no universo republicano. Jay Winter vê nas comemorações uma resposta existencial para a perda universal[12].

A atenção deve focar-se, no entanto, na emergência do processo comemorativo pressupondo que, para ter tamanha ressonância, as comemorações exigem modelação do conhecimento individual e colectivo da guerra. A necessidade de celebrar a guerra parte de comunidades, grupos e famílias mais próximos dos combatentes, levando à formulação de "estruturas de sociabilidade" destinadas a ajudar os sobreviventes, como as associações de combatentes. A rememoração das perdas pela família, comunidade ou Estado – através de representações locais ou nacionais e onde liturgias políticas e de lutos privados são complementares – instaura diversos formatos comemorativo, isto é, os tais *lugares de memória*[13].

O esforço comemorativo canaliza o luto individual para uma acepção nacional da sua interpretação, sendo que o exercício de rememoração escreve ou reescreve um conjunto de códigos simbólicos, ordenando raciocínios sobre acontecimentos recentes. As construções em torno da guerra mostram que a memória, construída como uma extensão da experiência, age no sentido de privilegiar, excluir e preservar[14]. A rememoração procura reforçar assim a solidariedade das comunidades/identidades[15], através da projecção de uma memória dominante associada aos líderes políticos e sociais nacionais, mas também aos referentes europeus. Neste sentido Grã-Bretanha e França protagonizaram processos memoriais cuidadosamente reproduzidos pelos aliados.

---

[12] Winter propõe, no seu primeiro grande trabalho, *Sites of war, sites of mourning*, uma visita pelos lugares de luto e reconsidera as formas de comemoração e comportamentos que emergiram dessa experiência da guerra. Desenvolve profundamente uma análise sobre códigos culturais e linguagem de luto, através da selecção de um conjunto de artistas e escritores que não se incluem no cânone do modernismo. Veja-se Jay Winter, *Sites of war, sites of mourning: The Great War in the European Cultural History* (Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1995).

[13] «Através de representações locais e manifestações nacionais […] as palavras pronunciadas nas cerimónias, as imagens oferecidas sobre forma de inscrição e dos monumentos comemorativos, vitrais, cemitérios, ossários, perduram até aos nossos dias, permite-nos também evocar essas comemorações infinitas ou liturgias políticas e de lutos privados são complementares […] as referências a Deus, ao Estado, à propaganda, encontram-se inexoravelmente agregadas à imensa confusão», Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre* (Paris: Gallimard, 2000), 246.

[14] Cf. Daniel Sherman, *The construction of the memory in interwar France* (Chicago: The University of Chicago Press, 1999), 7.

[15] Cf. Sherman, *The construction of the memory*…, 7: «Faz tal forjando uma versão consensual de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos relacionados que perturbaram a estabilidade da comunidade ou trataram de o fazer».

A cultura de guerra terá possibilitado a "assimilação" da brutalidade mortal do conflito, através da sua abstracção e generalização, permitida pela dimensão da contenda e pela subsequente comemoração, com a produção de fenómenos memoriais massificados.

Objectivos, problemática e plano

A cultura de guerra serve, aqui, de ferramenta à compreensão da rememoração, melhor, das representações da I Guerra Mundial em Portugal produzidas pela memória oficial, pública e de grupo, entre 1918 e 1933.

A atenção desdobra-se, num primeiro plano de desenvolvimento, em dois focos que se interligam: os processos imediatos de rememoração da guerra, desde as primeiras celebrações da vitória à consagração dos heróis vivos e mortos; a perpetuação do esforço comemorativo através dos lugares de memória. Atendendo à delineação histórica dos espaços públicos de memória, trata-se de identificar se existiu estruturação oficial da concepção memorial na base da legitimação histórica da política republicana.

A intervenção portuguesa na frente europeia ao lado dos aliados não favoreceu, ao contrário do que se poderia esperar, uma projecção vitoriosa do mito da experiência da guerra, mesmo se a compararmos com a do "vencedor mutilado", a Itália[16]. A intervenção foi marcada por fortes controvérsias, ponto de partida estruturante dos processos de rememoração da Grande Guerra e movimentação associativa dos antigos combatentes em Portugal durante a I República. A discórdia da participação, sobretudo em território europeu, e os resultados da tragédia não garantiram a união nacional em torno da celebração do esforço realizado. A controversa entrada e a crise do pós-guerra desacreditavam uma União Sagrada e a pátria republicana, provocando uma crescente precariedade na construção rememorativa, que cairá voluntária ou involuntariamente na refrega de lutas políticas, entretanto póstumas. Aparentemente póstumas, acrescente-se.

Os objectivos deste trabalho passam, assim, pela necessidade de perceber o feixe de especificidades que levaram a I República portuguesa a comemorar com dificuldade a Grande Guerra. A lidar mal, no limite, com os traumas gerados pela guerra, acrescente-se também.

---

[16] Cf. António Gibelli, *La Grande Guerra degli Italiani* (Milano: Sansoni, 1998), 322.

A investigação situa-se entre o fim da guerra, aquando das primeiras recepções oficiais às tropas e do delinear dos projectos oficiais comemorativos no final do regime presidencialista de Sidónio Pais[17], e o ano da constitucionalização do Estado Novo (1933), em que "desaparecem" da praça pública e do poder os últimos protagonistas do processo memorial (principalmente com o saneamento político e a imposta reestruturação associativa). Apesar da conquista do poder não significar o domínio ideológico do social, do cultural e das mentalidades, estes limites temporais têm em consideração as profundas alterações e os arranjos estruturais e orgânicos nas instituições que garantiam a persistência memorial da I República e da Grande Guerra.

O exercício de reconstrução da memória, de cima para baixo e do centro para a periferia, apesar do risco dum afunilamento excessivo no centro político decisório, cruzou desde o início os seguintes eixos de análise: os combatentes como protagonistas, da sua integração social à regulamentação associativa; os processos de monumentalização da memória de guerra – formas, ritmos de implantação e rituais de reactualização do seu significado.

O trabalho em torno dos combatentes que se pretende desenvolver segue criticamente a linha de análise de Antoine Prost[18]. Com efeito, este autor abriu uma importante brecha nos estudos em torno da guerra, mais especificamente na dinâmica dos combatentes para a construção da memória da Grande Guerra: os combatentes não eram apenas um mero prolongamento da política de guerra, mas sim um grupo dominado por particularismos locais e nacionais, fonte importante para o entendimento da guerra e da realidade posterior ao conflito.

Este modelo interpretativo é o que melhor se adequa à realidade portuguesa. É na República francesa que o jovem regime instaurado em 1910 bebe os seus modelos político-ideológicos e, no exemplo helvético, a estrutura militar. Daí o uso do conceito de combatentes ou antigos combatentes, assimilado do francês *anciens combattants*, e não do inglês *veterans*, uma vez que em Portugal, tal como em França, existe um sistema de recrutamento obrigatório, levando à guerra poucos voluntários.

---

[17] As primeiras delineações de cultura de guerra aparecem aquando da mobilização inicial para a guerra com a propaganda e a constituição pelo Ministro da Guerra, Norton de Matos, de um Serviço Fotográfico do CEP e uma Secção Cinematográfica do Exército (Cf. Jorge Pais de Sousa, *Guerra e Nacionalismo: na República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)* (Tese de doutoramento, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008), 110-115.

[18] Cf. Antoine Prost, *Les anciens combattants et la société française 1914-1939,* 3 vols (Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977), Vol. 1, *Histoire;* Vol. 2, *Sociologie;* Vol. 3, *Mentalités et Idéologies*.

Tal como em França, a existência dos antigos combatentes não afecta a evolução da realidade política no período do entre-guerras, nem é determinante no desenrolar dos acontecimentos históricos, mas importa analisá-los como um grupo que reflecte formas de interacção social, crenças morais e sociais, padrões de vida que pareciam naturais[19].

No capítulo I, revisito as perspectivas e os problemas centrais que moldaram as abordagens historiográficas da I Guerra, de forma a salientar o papel actual da análise dos fenómenos culturais e memoriais.

Escalonei, depois, em duas partes o olhar sobre este universo memorial português.

O objecto da Parte I – intitulada *Os antigos combatentes: entre a celebração da vida e a inércia política* – concentra-se naqueles que vão constituir o movimento de combatentes em Portugal. Isto é, os antigos combatentes, entendidos como homens recrutados à vida civil. Não se exclui, claro, os enquadrados profissionalmente na classe militar. Mas, para os primeiros, o processo de "retorno" é distinto e sujeito ao peso de uma experiência de guerra e de uma "dolorosa" reintegração social.

Em rigor, o desafio da análise instala-se no jogo variável entre o conjunto de homens que fizeram a guerra e os antigos combatentes organizados, através de associações que falam em seu nome (veículo interpretativo desta geração no pós-guerra). Pretende-se, assim, percepcionar o papel dos antigos combatentes no quadro da mudança política nacional e, se de alguma forma, tal é perceptível ou real. Como se adverte, o «historiador deve descodificar os textos aparentemente vazios de sentido, e mais ainda descobrir o que querem dizer os monumentos, o cerimonial, as manifestações e os costumes próprios a estes grupos»[20].

Apesar do vazio retórico que possa marcar a sua acção pública ou política, os antigos combatentes protagonizam uma acção social considerável, à qual não se pode ficar indiferente. De que forma a acção imediata dos combatentes, desde a reivindicada assistência estatal, à inevitável iniciativa privada, resulta numa reacção associativa? Qual o protagonismo imediato que assumem nos processos de construção de memória e/ou memórias de guerra? O primeiro eixo, aqui brevemente exposto, é dedicado à apresentação da base da estruturação memorial constituída

[19] Cf. Prost, *In the Wake of War…,* 1-2.
[20] Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 1. Histoire, 3:«Pour la discerner, l'historien doit décrypter des textes apparentemment vides de sens, et plus encore d'écouvrir ce que veulent dire les monuments, le cérémoniel, les manifestations et les coutumes propres à ces groupements».

pelos combatentes vivos como agentes e veículos de acção: a experiência da guerra e a construção das memórias individuais; as recepções e a concepção de um padrão comemorativo; o difícil processo de reintegração social, as vítimas da guerra (inválidos, viúvas e órfãos); a reacção associativa.

Procura-se, em primeiro lugar, os elementos externos contextuais de força no esboço concreto e imediato do universo do antigo combatente. Em segundo lugar, a formação e acção das associações, o que passa pelo domínio activo da "intervenção" social, entre a centralidade da actividade interna e a tentativa de formar uma opinião pública – activa e reivindicativa – no sentido de vergar a política de Estado. Por fim, o duplo mundo dos significados deste movimento: «por um lado, os combatentes, eles mesmos, dão um significado à sua acção. Exprimem intenções, que remetem à sua mentalidade, mas também à sociedade e à vida política, o que eles desejam que ela se torne»[21]. Em síntese, interessa «focar a análise nas associações, pois os antigos combatentes não têm existência na sociedade para além destas. Far-se-á uma história do 'movimento' combatente mais do que dos antigos combatentes em geral. […] Enfim, o discurso dos combatentes organizados sobre eles mesmos tem nesta perspectiva uma importância central, visto que as associações pretendem alicerçar-se sobre uma unidade moral que ele tem como objectivo real de criar»[22].

A Parte I divide-se em quatro capítulos (II-V).

O capítulo II estabelece os elementos "identificativos" que compõem o antigo combatente português, desde a experiência de guerra, ao retorno e à recepção. Analisa a forma como o projecto de heroificação desenvolvido em contexto da União Sagrada se desvanece assim que terminada a guerra entre as primeiras recepções e a celebração da vitória por Sidónio Pais.

De seguida, no capítulo III, procura-se esmiuçar, do ponto de vista do social, a reacção ao elemento visível e simbólico do fim da guerra – entre a integração e o esquecimento: a ineficiência das políticas de reintegração, assistência e apoio a antigos combatentes inválidos. Este capítulo vai de encontro, ainda, à formação da memória de grupo. A deficiente reintegração resulta na criação de uma minoria, imagem mais visível da guerra, que irá compor o movimento e a reacção associativa

[21] Prost, *Les anciens combattants…,* 1. Histoire, 3.

[22] Prost, *Les anciens combattants…,* 1. Histoire, 2: «Il conduit d'abord à centrer l'analyse sur les associations, puisque les anciens combattants n'ont pas d'existence dans la société en dehors d'elles. Nous ferons donc l'histoire du 'mouvement' combattant plus que des anciens combattants en général. […] Enfin, le discours des combattants organisés sur eux-mêmes prend dans cette perspective une importance capitale, puisque les associations prétendent reposer sur une unité morale qu'il a pour but réel de créer».

dos antigos combatentes, o primeiro formato de contestação de grupo face à acção das forças políticas nacionais.

O capítulo IV pretende analisar, no concreto da organização e acção, o movimento de antigos combatentes português e apreciar, em ligação com o capítulo V, o seu lugar face à realidade política nacional e internacional, a exclusão e/ou inclusão dos antigos combatentes no quadro das transições políticas nacionais do pós-guerra, através da crítica da *militância e política* e dos *discursos e valores.*

O objecto da Parte II – intitulada *O pulsar da memória: do presente à petrificação da morte* – constrói o mapa, propriamente dito, da memória.

Através dos elementos constituintes da cultura de guerra – imagens, linguagem e práticas – emergentes durante e pós conflito, procura-se esclarecer o sucesso e insucesso da I República na delineação e consolidação do *mito da experiência de guerra.* Uma parte que se percorre em dois tempos que se interligam, como num limbo, entre a fugaz celebração da vida e a perpétua recordação da morte.

Combina-se um primeiro ensejo, que vai dos processos imediatos de rememoração da guerra, entre celebrações da vitória, à consagração dos heróis, e um segundo momento, que incide sobre a perpetuação do esforço comemorativo através da projecção de *lugares de memória*. Culminar deste exercício, esta parte foca o âmago da cultura de guerra em Portugal, resultado de esforços oficiais na criação de uma memória do conflito em contínua dialéctica com a memória de grupo e a memória pública. Procura-se percepcionar a natureza da memória oficial da I Guerra Mundial em Portugal entre 1918 e 1933, o jogo de forças que a ela subjaz e a forma como instaura rupturas e continuidades culturais e, ainda, políticas, tendo como referência outras *experiências* e *mitos* europeus e assumindo como pressuposto a existência de cultura de guerra europeia.

A Parte II desenvolve-se em quatro capítulos (VI-IX).

O capítulo VI dedica-se à análise das comemorações da guerra, descortinando as heranças das estruturas comemorativas, as efemérides mais importantes, o seu significado simbólico e ideológico, e a persistência temporal. Entende-se os rituais de rememoração como simbiose, em mutação, de rituais *novos,* decorrentes da experiência da *guerra total* e de alguma forma transversais aos participantes no conflito, e *velhos,* derivados de longos processos de construção e consumação de liturgias nacionais.

O capítulo VII, no contexto dos processos de imediata construção memorial, analisa a glorificação dos Soldados Desconhecidos como sagração máxima e efémera dos projectos rememorativos oficiais em Portugal. Este capítulo realça a inevitável integração no âmbito de uma cultura de guerra europeia e abre caminho para a descodificação da centralidade da morte nesta dissertação e no processo rememorativo da Grande Guerra. Ultimando esta ideia, o capítulo VIII debruça-se sobre o tratamento dos mortos e a delineação dos lugares de memória.

Por fim, no capítulo IX, analisam-se os lugares de memória mais visíveis e inevitáveis – os monumentos aos mortos da Grande Guerra. Procura-se entender, fundamentalmente, a linguagem representativa do mito da experiência de guerra em Portugal. Uma análise – directa – da cultura material e de confronto – presente – com os *lugares*, os *nomes* e os *símbolos* que plasmam o jogo de forças determinante na representação, temporalmente condicionada, da experiência de guerra.

Arquivos da memória

O *movimento de combatentes e a sociedade portuguesa* pretendia ser o corpo inicial deste trabalho. No entanto, a constatação da precariedade das fontes impôs uma importante e constante abertura à interpretação da cultura de guerra. A inflexão, sendo considerável, não fechou, antes redimensionou o problema dos "arquivos". Veja-se alguns desses contornos, diria *traços*.

Um exercício da história cultural não é tarefa fácil no que diz respeito às fontes, menos ainda quando se trata do estudo da memória. Tentou-se evitar a natureza difusa da memória colectiva, concentrando a análise em projectos memoriais mais específicos, cujo agente possa ser razoavelmente identificado neste horizonte: o esforço da I República na criação de uma memória da I Guerra Mundial em Portugal. A concretização deste processo memorial não passou por uma entidade governamental concreta, antes deambulou por iniciativas localizadas e irregulares do governo e de consignadas figuras do republicanismo português, uma vez ou outra no poder, numa estreita dialéctica com a intervenção e o contributo de associações, essencialmente republicanas, dotadas de maior ou menor autonomia das forças no poder.

A pesquisa arquivística passou, primeiro, pelo levantamento exaustivo da documentação produzida pelas entidades oficiais responsáveis pelo esforço de guerra

e a sua rememoração. Em segundo lugar, tentou-se apurar a documentação de outras instituições que de alguma forma contribuíram e, num determinado momento, protagonizaram este esforço. Por fim, indo para o terreno, recolheram-se os resultados e o impacto público dos projectos oficiais nas manifestações de cultura de guerra e cultura material. Perante as lacunas e a desestruturação dos fundos arquivísticos para este período, bem como o desaparecimento do fundo documental da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, a análise de fontes essencialmente secundárias, publicadas pelas entidades oficiais e pelas instituições em análise, bem como pela imprensa, tornou-se, rapidamente, um vector decisivo na reconstituição dos arquivos memoriais.

Inicialmente, já foi dito, tratava-se de uma investigação na linha do trabalho de Antoine Prost, em *Les Anciens Combattants et la Société Française, 1914-1939*. O exercício passaria por aplicar criticamente a sua "fórmula" ao caso português, centrado na Liga dos Combatentes da Grande Guerra, única organização de antigos combatentes da Grande Guerra em Portugal. Partindo do estudo deste movimento, procurava-se desvendar a estrutura funcional da memória de guerra, ao investigar o valor social que a preenche, os mecanismos que garantiam o seu sustento, as intenções e as verdadeiras realizações na configuração da sociedade portuguesa. No entanto, a ausência de um fundo documental da Liga para este período, desaparecido aquando de um incêndio na sua sede nos anos 60 e a destruição, ainda durante o período da minha pesquisa, do remanescente "inutilizado" pelo incêndio, inviabilizou uma análise do seu protagonismo político, social e cultural, impondo um desvio interpretativo para aquilo que, aliás, sempre foi o interesse da pesquisa, desde o primeiro contacto com a obra de George Mosse: a cultura de guerra.

Lançou-se mão de todas as fontes possíveis, de produção oficial ou privada, dada a profunda desorganização a que são votados os arquivos para o período da I República, bem como dos fundos militares relativos ao período pós-guerra. Daí o recurso a fundos colectivos, não organizados, e privados que estiveram ligados a este trabalho memorial. As fontes usadas são diversas e espartilhadas, fruto da ausência, até à data, de um projecto de rede arquivística que lhe dê guarida e coerência.

Apesar da prolongada pesquisa, foi rara a documentação encontrada no fundo do Ministério do Interior e do Arquivo Oliveira Salazar dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo; no Arquivo Histórico Parlamentar; no Arquivo Histórico-Diplomático e no Arquivo da Presidência da República. A documentação

que mais serviu a este exercício proveio do Fundo do Corpo Expedicionário Português e do Fundo Orgânico disponíveis no Arquivo Histórico Militar (a informação relativa ao movimento associativo apenas existe para o período posterior a 1931), mas cujo acesso não foi continuado, uma vez que durante o período de pesquisa estava a ser realizada a catalogação. Outros fundos foram consultados, mas apenas para informações "mais pontuais" como o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional ou o Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa.

Nevrálgica seria a pesquisa realizada, com o inegável apoio da instituição, no fundo documental da Liga dos Combatentes, raro para este período no que diz respeito à associação, mas com um núcleo de documentos importantíssimo doado pela Cruzada das Mulheres Portugueses (imprescindível ao estudo da "questão" dos inválidos de guerra) e pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra, ambos até à data inexplorados. Lamenta-se o desaparecimento, mesmo depois de uma larga procura nos arquivos Municipal e Distrital da cidade do Porto, na delegação da Liga dos Combatentes do Porto e no Lar dos Filhos dos Combatentes (antiga Casa dos Filhos dos Soldados), do fundo documental da Junta Patriótica do Norte. Foi importante, para a "questão dos inválidos", a cedência pelo neto do médico Tovar de Lemos de alguns trabalhos na sua posse.

Por fim, a investigação nos *Archives du Ministère des Affaires Étrangères* (Paris) e nos *National Archives* (Londres) permitiu um conjunto documental que, longe de ser totalmente usado nesta dissertação, possibilitou informação de alguma forma mais pertinente para este trabalho do que parte da pesquisa feita no país, dada a riqueza dos relatórios dos adidos militares em Portugal.

Existe, ainda, toda uma panóplia de "fontes públicas" que sustentou este exercício, tais como: imprensa, memórias de combatentes, relatórios de gerências, legislação, debates parlamentares, publicações panfletárias.

A análise de história cultural lançou mão, com todos os riscos que se possam colocar ao investigador, de um conjunto de elementos integrantes da cultura de guerra/cultura material, como a escultura ou a fotografia, que extravasam as fontes mais comuns do trabalho historiográfico que, em Portugal, se costuma fazer. A realização de um itinerário nacional pelos Monumentos aos Mortos da Grande Guerra permitiu observar de perto e fotografar alguns dos mais importantes vestígios da cultura material de guerra em Portugal.

Acrescente-se o objectivo inicial de recorrer a fontes orais, mas, considerando que o esforço não correspondia em informação proveitosa a este exercício, apenas foram realizadas três entrevistas.

*

Procurou-se manter – nas citações – a ortografia original; as traduções de referências de línguas estrangeiras são da responsabilidade da autora, remetendo-se, em nota, o original daquelas mais significativas.

CAPÍTULO I.

EXPERIÊNCIA E CULTURA(S) DE GUERRA:
PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Onde situar historiograficamente o tema da política de memória da I Guerra Mundial?

O presente capítulo visa, precisamente, encontrar um percurso para esta questão. Em causa, estão os problemas e as perspectivas de investigação que centraram a análise do fenómeno militar no campo cultural, isto é, nas culturas de guerra. Daí que a atenção recaia no processo que irradia da viragem cultural operada na historiografia. Procurar uma explicação para essa viragem não exige, no entanto, descontinuar uma rede mais ampla de contributos espaçados no tempo e nas perspectivas. A historiografia enquanto corpo inter-textual de ideias e de ferramentas de análise sobre o passado não admite uma tal veleidade. Até porque, do ponto de vista comparativo, existem assimetrias nos resultados investigados. Os objectos dos historiadores e os seus ritmos de circulação, por exemplo, ainda continuam a estar condicionados pelos ciclos nacionais de pesquisa.

De modo a tornar visível o debate subjacente ao impacto, à deslocação e recomposição das perspectivas aqui em análise, irei equacionar as *configurações historiográficas* sobre a guerra, *os interesses da temática memorial*, e, por último, reter *zonas críticas* de problematização. De certa maneira, este capítulo prolonga, com relativa autonomia, as reflexões mais abrangentes da introdução. Não surpreende, assim, que o fio do horizonte seja aqui perseguido, em sucessivas camadas, pela recorrência cada vez mais acutilante, assim se espera, das questões fundamentais que estarão em jogo.

Configurações historiográficas

A historiografia da Grande Guerra acompanha, com algum protagonismo, as mudanças operadas na historiografia do século XX ao longo de três fases, que não são estanques. A primeira é contemporânea ao conflito. Entendendo a excepcionalidade do momento, ela é orientada por políticos e oficiais que iniciam discursos de propaganda para posteriores apuramentos de responsabilidades[23]. A segunda fase, entre as décadas de 20 e 60, é dominada por uma história diplomática e militar indiferente às temáticas mais ligadas aos combatentes, sendo rara a publicação de monografias que os analise[24]. Apela-se ao pacifismo através da divulgação de documentos diplomáticos em torno das causas e consequências da guerra. Nos anos 60, inaugura-se, por seu turno, uma perspectiva social e cultural, contemporânea, desta vez, do gradual desaparecimento dos últimos combatentes.

A análise mais consistente da evolução da historiografia da Grande Guerra deve-se a Antoine Prost e Jay Winter em *Penser la Grande Guerre*[25]. Estes autores procuraram ultrapassar os limites nacionais e delinear o processo evolutivo (geral) da historiografia[26]. Considerando as três fases aqui referidas, defendem que a transição da primeira para a segunda linha historiográfica é de ruptura, enquanto da segunda para a terceira ocorre uma continuidade evolutiva. É interessante verificar que alguns autores assumem essa transição mais fluida nos seus próprios trabalhos, como é o caso, entre outros, do próprio Jay Winter e de Jean-Jacques Becker.

A inflexão, no quadro desta tese, dos anos 60 exige uma breve caracterização. Os anos 60 são marcados pela análise social da guerra, marcada a um tempo por um retorno e uma chegada. Retornam os protagonistas – os combatentes – e chegam novos autores que adquirem a legitimidade da escrita da história da guerra. Favorecida pelas mudanças sociais e pela afirmação do paradigma marxista, reorienta-se a história militar e política, apontando-se a guerra como resultado do imperialismo. O que se faz com a descoberta efectiva dos combatentes. Esta

[23] Daí os textos de Pierre Renouvin – *Les origines immédiates de la guerre* (1925) ou *La crise Européenne et la Grande Guerre* (1934) – ou de Jules Isaac – *Un débat historique, le probléme des origines de la guerre* (1931).

[24] A universidade é ainda uma instituição pequena, apesar do reconhecimento conferido à disciplina de história (não possuía o contingente necessário de professores). A primeira expressão destes estudos é da responsabilidade da *Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine* (BDIC).

[25] Cf. Jay Winter e Antoine Prost, *Penser la Grande Guerre. Un essai d'historiographie* (Paris: Éditions du Seuil, 2004), 15-50.

[26] Nomeadamente, fazem uma análise mais alargada das questões históricas relativas ao debate em torno deste conflito, visando não apenas os trabalhos de historiadores, mas também de outras áreas científicas importantes, com especial atenção para a literatura anglófona, alemã traduzida para inglês, e italiana (excluindo a russa).

valorização ideológica e social, do movimento operário ao poder dos grupos sociais, pode ser balizada, entre outros, por trabalhos como os de Jonh Horne e Jay Winter (sobre o socialismo e a guerra no Reino Unido), o de Gui Pedroncini (sobre as rebeliões no exército francês – o primeiro trabalho sobre a moral das tropas), o de Jean-Jacques Becker (interessado na mobilização), o de Antoine Prost (dedicado aos antigos combatentes e à exclusão social dos mesmos).

Estes trabalhos permitiram relançar o "entusiasmo" pela I Guerra Mundial, entretanto perdido para a II Guerra Mundial, sob a forma de uma história das mentalidades que evolui rapidamente para uma História Cultural.

Precisemos, nesse quadro, um único evento. Em 1969, George L. Mosse anuncia: «chegou o tempo de ir além das elites e de dirigir-se no sentido de uma investigação em profundidade das práticas populares e dos sentimentos. Numa época de política de massa e de cultura de massa, o historiador dos fenómenos intelectuais tem necessidade de novas abordagens susceptíveis de ter em conta estes aspectos populares que desempenharam um papel capital na evolução dos homens e da sociedade?»[27]. No arco de efeitos e transformações despoletadas por afirmações deste género, a abordagem cultural acabará por convergir com a dimensão memorial da guerra. Mas, antes de captar este nó historiográfico, no sentido mais operativo do termo, interessa assinalar um outro desfecho, isto é, a afinação de uma noção central na sustentação teórica deste tipo de projectos sobre a política de memória da guerra.

Com efeito, nos anos 80, surgem trabalhos de investigação centrais para História Cultural e para a memória de guerra. Na sequência de dois colóquios organizados em França, nomeadamente *Les sociétés européennes et la guerre de 1914-1918* (Nanterre, 1988) e *Guerre et cultures* (Historial de Péronne, 1992), aparece e esclarece-se a noção, imprescindível nesta análise, de "cultura de guerra": um conjunto de ferramentas mentais às quais homens e mulheres contemporâneos ao conflito lançaram mão para o tornar inteligível, dar-lhe sentido. Annette Becker e Audoin-Rouzeau, referindo-se ao primeiro conflito mundial, definirão cultura de guerra como «um conjunto de práticas, de representações, de atitudes, de criações dos anos de 1914-1918. E também dos anos seguintes, tanto é verdade que este tipo de história

[27] Citado por Stéphane Audoin-Rouzeau, «Préface», in George L. Mosse, *De la Grande Guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européenes* (Paris: Hachete Littératures, 1999), VI-VII: «Le temps est venu d'aller au-delà des élites et de se diriger vers une investigation en profondeur des pratiques populaires et des sentiments. A une époque de politique de masse et de culture de masse, l'historien des phénomènes intellectuels a besoin de nouvelles approches susceptibles de prendre en compte ces aspects populaires qui ont joué un rôle si capital dans l'évolution des hommes et à la société?»

[cultural] dá um largo espaço à recordação e à comemoração do pós-guerra»[28]. Convirá, sobre este ponto, acrescentar que a história desta cultura de guerra não se confunde com a história propriamente dita da criação cultural, literária ou artística, nem daqueles que criam essas formas. Assim, como sugere Antoine Prost, numa pedra de toque importante, a história cultural recobre a «evolução das representações sociais, mas apenas como traços, entre outros, de representações que lhe dão forma e significado»[29].

Um conjunto de mudanças proporciona e contribui para a renovação das abordagens historiográficas à guerra. Insista-se que, em grande parte, elas são devedoras de um espectro de alterações dos paradigmas explicativos. No caso, talvez a principal mudança tenha a ver com a diluição progressiva do marxismo como matriz referencial. Ainda assim, o acento mais decisivo talvez seja não propriamente a mudança de explicação, mas a mudança de problemática. O plano das interrogações passa a incidir sobre aspectos particulares da sociedade e não sobre o todo global. Dir-se-ia ocorrer aqui uma evolução homóloga à emergência das análises micro-históricas na historiografia de finais dos anos setenta e durante os anos oitenta. A relação é de manter como certeira.

No entanto, no contexto temático da Grande Guerra, o desaparecimento daqueles que experienciaram directamente da guerra introduz uma encruzilhada específica, gerando mudanças nos processos rememorativos. Aumenta a autoridade da História, enquanto resgate memorial. Daí, a atenção aos testemunhos, objecto de um interesse diferente: recuperar a subjectividade. A concretização do *Historial de Péronne* será um marco nesta evolução, diria patrimonialização da subjectividade[30]. Num capítulo de uma série televisiva de 1988, Jay Winter explora a memória da guerra, retomando uma via aberta por Marc Ferro. Insere este trabalho na história

---

[28] Citado por Thierry Lemoine, «'Culture(s) de guerre', évolution d'un concept», in Laurence van Ypersele (dir.), *Questions d'histoire contemporaine: conflits, mémoires et identités* (Paris: PUF, 2006), 136: «l'ensemble des pratiques, des représentations, des attitudes, des créations des années 1914-1918. Et aussi des années suivantes, tant il est vrai que ce type d'histoire fait une large place au souvenir et à la commémoration de l'après-guerre».

[29] Antoine Prost, *Republican identities in war and peace: representations of France in the nineteenth and twentieth centuries* (Oxford: Berg, 2002), 96: «I take cultural history not as the history of cultural, literary or artistic creation, nor as the history of those who create these forms. I take cultural history to be the evolution of social representations, but only as traces, among others, of representations that give them form and meaning».

[30] O *Historial de grande guerre,* em Péronne (França), é um museu e centro de pesquisa da Grande Guerra, resultante da colaboração entre Alemanha, França e Grã-Bretanha. Veja-se Jay Winter e Prost, *Penser la Grande Guerre…,* 28.

cultural – uma projecção da "totalidade da guerra" –, afastando-se claramente da história militar, mas não totalmente da social.

A rapidez da transição historiográfica explica-se pela continuidade: já existia história cultural na história social, nomeada de "opinião", "mentalidade", "psicologia", entre outros termos. É significativo que o "avanço" da história cultural da guerra, num contexto de ilegitimação das Grandes Teorias, seja protagonizado por uma historiografia americana pouco impregnada pelo marxismo. Veja-se o exemplo de Paul Fussell com *The Great War and modern memory* (1975) e de John Keegan com *The face of the Battle* (1977), interessando-se pelos soldados, mas num sentido mais antropológico[31].

Neste horizonte, é possível destacar dois movimentos na história cultural da I Guerra Mundial.

Um dos movimentos é protagonizado por Mario Isnenghi (1970) e George Lachman Mosse (1990) que invocam, num exercício de cultura política, o mito da experiência de guerra na base da ruptura e radicalização política das sociedades.

O outro movimento parte de dois linguistas anglo-saxónicos, sem contacto entre si, que encontram na memória a base da história cultural da guerra. Paul Fussel, na obra já referida, *The Great War and modern memory* (1975) explora o absurdo da guerra, pela própria experiência que teve na II Guerra Mundial, e Samuel Hynes, menos influenciado pela experiência pessoal, em *La guerre imaginée* (1992) e *Le conte du soldat* (1997) estuda a forma como a guerra cria mitos, e como os soldados procuram dar lógica à sua experiência. Estes autores marcariam os futuros exercícios em torno da guerra sugerindo que a Grande Guerra constitui uma ruptura fundamental na era moderna, incompreensível precisamente sem a intensificação dos pontos de vista da história cultural.

Reconhecendo os contributos destes movimentos, Modris Eksteins vê na guerra um "presságio do modernismo"[32]; enquanto Jay Winter institui uma perspectiva diferente, também forte, demonstrando a dominância de uma linguagem tradicional de encarar a guerra e o luto (clássica, cristã e romântica).

O puzzle criado pela multiplicidade das abordagens resultantes da viragem cultural da historiografia da guerra demonstra uma variedade grande de objectos, como os seguintes: guerra e loucura; relação entre civis e soldados; a guerra imaginada, a guerra representada e a guerra recordada e comemorada; a realidade da

[31] Cf. Winter e Prost, *Penser la Grande Guerre*…, 42-50.
[32] Cf. Modris Eksteins, *Rites of spring: the Great War and the birth of modern age* (Boston: Houghton, 1989).

retaguarda; o mundo dos civis e a sua interpretação do conflito; as razões da guerra e os sentimentos dos entrincheirados; a violência de guerra e as práticas de consentimento[33]. A diversidade de interpretações não alimenta à partida uma incompatibilização radical dos resultados. O que não deixa de criar uma certa perplexidade. A sobreposição das perspectivas aceita uma continuidade aparentemente lógica na abertura dos temas, sob a pressão da experiência do testemunho. É caso para perguntar se este puzzle da história cultural não responde a uma procura da sociedade actual, permitindo aos historiadores um contacto com os fenómenos mais íntimos e variados da existência humana[34].

Antoine Prost e Jay Winter, eles próprios, protagonizam essa transição teórica, sintetizando e aglutinando divisões interpretativas da guerra, mostrando que história cultural «é uma história de práticas significantes: ela estuda como os homens e as mulheres conferiram sentido ao mundo no qual vivem. Donde a importância do luto […], da brutalização das sociedades […], da violência de guerra». Apesar disso, assinalam que essa abordagem «não se limita a prolongar a investigação. Ela propõe também outros paradigmas: a primeira configuração explica a história pelas decisões dos actores; a segunda pelo jogo das forças sociais; a última faz da cultura o motor da história e encontra nela as suas explicações. As representações determinam os actos»[35].

Interesses da temática memorial

Até ao final deste capítulo, a marcação das configurações historiográficas acompanhar-nos-á. Ela não é um fim em si mesmo, do nosso ponto de vista. Ela serve enquanto instrumento de relativa precisão sobre a emergência da questão memorial, melhor, do interesse sobre a política de memória da Guerra. Aqui, já

---

33 São exemplo disso, primeiro, os trabalhos de Antoine Prost e Kenneth Inglis e, depois, os de Annette Becker, Stéphane Audoin-Rouzeau, Petzold, Mark Connelly, Adrian Gregory, Alex King, entre outros. Veja-se Winter e Prost, *Penser la Grande Guerre*…, 251-252.

34 Este estudo mais *intimista* deve muito aos trabalhos desenvolvidos, em conjunto ou individualmente, por Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau.

35 Winter e Prost, *Penser la Grande Guerre*…, 47-48: «C'est une histoire des pratiques signifiants: elle étudie comment les hommes et les femmes ont conféré un sens au monde dans lequel ils vivaient. D'où l'importance du deuil (Winter, 1995; Audouin-Rouzeau, 2001), de la brutalisation des sociétés (Mosse, 1990), de la violence de guerre»; «Mas cette histoire culturelle ne se limite pas à étendre l'investigation. Elle propose aussi d'autres paradigmes. La première configuration expliquait l'histoire par les décisions des acteurs; la deuxième par l'enjeu des forces sociales; la dernière fait de la culture de moteur de l'histoire et trouve en elle ses explications. Les représentations déterminent les actes».

estamos situados no terreno que se quer analisar, sem ter como garantido esse mesmo terreno. Disso encarregar-se-ão os próximos capítulos.

Recapitulemos, com outras incisões, a matéria historiográfica. Entre finais do século XIX e 1920, uma primeira geração preocupava-se com a determinação e a legitimação das identidades nacionais, sendo o trabalho em torno dos mortos da Grande Guerra uma grande expressão deste esforço. Uma segunda geração de memória surgiu, apenas, entre os anos 60 e 70, resultado de uma recuperação das vítimas da II Guerra Mundial e do Holocausto e de necessidades identitárias decorrentes do aparecimento da União Europeia. Nas últimas décadas do século XX, o esforço passou por percepcionar esses próprios *booms*, nomeadamente recuperar os "lugares de memória" ou esse *usable past* que serviu ao reforço das identidades e a criar certezas[36].

Os anos 80 do século XX exercem sobre a questão memorial uma força de atracção irresistível. É que eles consolidam e ao mesmo tempo abrem uma série de pistas e caminhos para o *trabalho da memória*, re-discutindo a diferença entre história e memória, e mapeando as relações da memória colectiva e da memória oficial, do dever e do abuso da memória, do fugaz limite entre memória e esquecimento. Neste contexto de abertura da história à temática da memória social e colectiva, *The Invention of tradition* (1983, de Terence Ranger e Eric Hobsbawm) e *Les Lieux de mémoire* (1984, coordenação de Pierre Nora) são, talvez, os marcos mais reveladores.

A problemática separação/relação/indistinção entre história e memória mantém-se acesa no mapa dos anos oitenta e seguintes. No limite, trata-se de uma aporia contemporânea do discurso historiográfico enquanto tal: é indecidível teoricamente; mas pode ser aferida em termos práticos, numa auscultação básica das exigências sociais da escrita da história. Para alguns, a consequência da viragem cultural é mesmo uma viragem pragmática, mais atenta às redes de significação dos actos concretos e aos seus suportes tecnológicos e simbólicos.

É possível concatenar essa auscultação com as atitude cívicas que emergem no período entre-guerras, quando "discursos históricos" que celebravam a grandiosidade da nação, como uma herança comum e sagrada, são profundamente

[36] O *memory boom,* como define Jay Winter, para uns é nostálgico, procurando recuperar um mundo desaparecido; para outros uma linguagem de protesto que busca narrativas e tradições comuns para resistir às alterações provocadas pela globalização; e, para outros, mais uma forma de estar à parte da política e (re)sacralizar o mundo, dando voz a muitas das vítimas das catástrofes do século XX. Veja-se Jay Winter, *Remembering war: the Great War between memory and history in the twentieth century* (London and New Haven: Yale University Press, 2006), 26.

criticados face aos dramáticos efeitos da guerra de nações, tornando a memória mais introspectiva e menos ligada à identidade nacional. A história passa a olhar com alguma desconfiança sobre a memória. Situações como estas de sobressalto cívico – fórmula que só parcialmente é certeira – explicam, por exemplo, posições como as de Pierre Nora, que defende que a memória deixa de existir quando reclamada pelo discurso histórico. Daí a dificuldade em estabelecer diferenças entre memória histórica e memória colectiva. Apesar disso, observa-se que «a passagem da memória à história atribuiu a cada grupo a obrigação de redefinir a sua identidade para a revitalização da sua própria história»[37]. Maurice Halbwachs, antes, já tinha sugerido que a memória é incorporada pela história à medida que a primeira deixa de existir, e desaparece o seu universo social de sustentação.

Uma alusão retrospectiva do debate, feita já neste século XXI por Robert Frank, volta a marcar, nas entrelinhas, o ponto, quanto a nós, decisivo: a existência que só a identificação do interesse – do historiador ou de outras entidades – permite dosear as diferenças entre história e memória. Elas, em rigor, não existem em si mesmas. E isto nem sempre se diz. É possível, portanto, na dita alusão, dizer-se: «a história e a memória apropriam-se do passado, uma para o analisar, o desmontar, o desmistificar, torná-lo inteligível ao presente, a outra, pelo contrário, para o sacralizar, dar-lhe uma coerência mítica em relação a esse mesmo presente, para ajudar o indivíduo ou o grupo a viver ou a sobreviver. Crítica, a história tem como objectivo a procura da verdade; clínica ou totémica, a função da memória é a construção ou a reconstrução de uma identidade»[38].

---

[37] Nora (dir.), *Les lieux de mémoire…,* Vol I. *République*, 29.

[38] Robert Frank, *La mémoire et l'histoire,* Institut d'histoire du temps présent, IHTP (http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233&lang=fr.html, consultado a 26 de Janeiro de 2010): «L'histoire et la mémoire s'emparent du passé, l'une pour l'analyser, le décortiquer, le démythifier, le rendre intelligible au présent, l'autre au contraire pour le sacraliser, lui donner une cohérence mythique par rapport à ce même présent, afin d'aider l'individu ou le groupe à vivre ou à survivre. Critique, l'histoire a pour but la recherche de la vérité; clinique ou totémique, la fonction de la mémoire est la construction ou la reconstruction d'une identité». Cf. Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (Paris: Le Seuil, 2000), 26. Para os devidos efeitos, importa assinalar duas grandes correntes em torno da memória, a da valorização da memória pessoal (v. Santo Agostinho) e a da sobreposição da memória colectiva onde a pessoal se enraíza e se forma (v. Maurice Halbwachs). Duas posições que parecem irredutíveis, mas que se aproximam, pois encaram a memória como guardiã das identidades social e colectiva – a memória é uma narração e as comemorações não colocam só em cena o passado, mas também o presente e o futuro, não é uma simples rememoração. Maurice Halbwachs afirma mesmo que «La mémoire collective est saisie comme une reconstruction, un remaniement des représentations du passé par les groupes et les sociétés, à partir de leurs besoins présents: l'histoire de la mémoire collective est une histoire des usages du passé dans le présents successifs», *Le courants historiques en France (XIX XX siecles)* (Paris: Armand Colin, 1999), 263-265, citado por Ypersele, *Questions d'histoire…,* 194.

Uma consequência deste debate, no plano da análise da política de memória da I Guerra em Portugal, leva-me a fixar melhor o interesse na temática memorial: a análise da memória oficial e a sua dialéctica com a memória de grupo e memória pública. Estas componentes, segundo Robert Frank, estão integradas na memória colectiva que pode ser entendida da seguinte forma: «ao nível da nação, a 'memória oficial', aquela das instâncias do Estado, procura pela glorificação, a mitificação ou a ocultação, modelar e manter uma identidade e uma memória nacional; as 'memórias de grupos', aquelas dos actores, dos partidos, das associações, dos militantes por uma causa, dos voluntários da luta contra este ou aquele esquecimento – o que supõe também, evidentemente uma memória selectiva – trabalham igualmente no sentido de uma construção identitária; a 'memória científica', aquela dos historiadores, pelo contrário renovando, desmistificando, por isso nefasta, acaba inevitavelmente por influenciar a memória colectiva e obriga-a a adaptar-se; finalmente, a 'memória pública', esta 'parte difusa', indefinível, e flutuante da memória colectiva» [39].

Mais uma precisão, diria incisão historiográfica sobre o trabalho de análise aqui a desenvolver. Este assenta na possibilidade de historicizar a memória da I Guerra Mundial, inserida numa primeira geração de memória vinculada à definição das identidades dos Estados-nação, onde a guerra marcaria o culminar de um processo de construção da nação (ou de ruptura) pelo reforço (necessário) da identidade (unidade) nacional.

Vejamos esta bifurcação memorial em torno da identidade nacional. A razão desta incursão continua a prender-se com a temática memorial. Mas, de que modo?

A compreensão das representações da I Guerra Mundial é profundamente devedora da ideia de identidade nacional construída e apropriada pelo Estado-nação, por um nacionalismo moderno. Benedict Anderson aponta a nação como uma comunidade política imaginada[40], onde os laços entre membros da comunidade são do foro das representações. Tal como Anderson, Hobsbawm e Gellner recusam, porém, o simplismo que vê o discurso nacionalista como a única origem das nações.

---

[39] Frank, *La mémoire et l'histoire*…: «Au niveau de la nation, la 'mémoire officielle', celle des instances de l'État, tente par la glorification, la mythification ou l'occultation, de forger et de maintenir une identité et une mémoire nationale; les 'mémoires de groupes', celle des acteurs, des partis, des associations, des militants d'une cause, des volontaires de la lutte contre tel ou tel oubli – ce qui suppose aussi, évidemment une mémoire sélective – travaillent également dans le sens d'une construction identitaire; la 'mémoire savante', celle des historiens, au contraire décapante, démystificatrice et donc délétère, finit malgré tout par influencer la mémoire collective et la contraint à s'adapter; enfin, avec la 'mémoire publique', cette 'part diffuse', indéfinissable et fluctuante de la mémoire collective».

[40] Cf. Anderson, *Imagined Communities...,* 199-200.

Seria impensável a "aceitação" de fenómenos tão catastróficos como a Grande Guerra, se não houvesse uma apropriação de formas anteriores.

Neste sentido, Fernando Catroga defende que a ideia de pátria é anterior ao conceito de Estado-nação, permitindo perceber a forma como se organizaram as sociedades europeias e o desenvolvimento de sentimentos de pertença: «será a partir do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturas. Compreende-se. É que, se estas implicam a compartilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória colectiva), é indiscutível que a sua pedra de toque se situa na ancestralidade»[41]. Donde, a formação dos novos Estados-nação exige a construção e apropriação histórica de uma memória colectiva, resultante da «interacção variável e modular entre a 'memória histórica' que não é a memória científica dos historiadores, mas que é a apropriação oficial e selectiva de lembranças históricas pelo grupo, e a 'memória comum' que é 'o conjunto das recordações vividas pelos indivíduos e reinterpretadas pelo grupo', condição necessária para que a memória colectiva seja uma 'memória viva'»[42].

Esta precedência histórica e categorial de formas nacionais que convergem na encruzilhada da I Guerra revela-se significativa no momento de investigar o investimento memorial da I Guerra. A forma como se comemorou a Grande Guerra foi influenciada por estruturas comemorativas pré-existentes. Contemporaneamente, já existiam trabalhos de académicos como Proust e Freud e, mais tarde, Halbwachs, dedicados à memória colectiva ou memória social. Eles coexistem, na viragem do século, com narrativas dominantes na base da formação dos Estados, aquilo que Maurice Agulhon chamou de "statuomanie" (movimento de auto-representação monumental dos estados)[43].

---

41 Fernando Catroga, «Pátria, Nação, nacionalismo», in *Comunidades Imaginada. Nação e Nacionalismos em África,* coord. Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 10.

42 Marie-Claire Lavabre, *Histoire, mémoire et politique: le cas du parti communiste français*, deux tomes, thèse en vue du doctorat d'État en science politique, sous la direction de Georges Lavau et Pascal Perrineau, IEP de Paris, septembre 1992, 584, citado por Frank, *La mémoire et l'histoire*…: «L'interaction, variable et modulée, entre la 'mémoire historique' qui n'est pas la mémoire savante des historiens, mais qui est l'appropriation officielle et sélective de souvenirs historiques par le groupe, et la 'mémoire commune' qui 'l'ensemble des souvenirs vécus par les individus et réinterprétés par le groupe', condition nécessaire pour que la mémoire collective soit une 'mémoire vive'».

43 «Os ritos param o tempo de modo a reviver-se simbolicamente, os momentos modelares do seu transcurso. […] Portanto pode afirmar-se que a historiografia também exorciza a morte, introduzindo-a no discurso para criar, como no jogo *simulador e dissimulador* do culto evocativo dos mortos, a ilusão da sua não existência. Indo os fundamentos últimos desta função, pode mesmo concluir-se que o

A experiência da guerra transportou o culto da memória para um nível de produção e consumo de massa: a memória torna-se um culto do luto. Face à ruptura que a tragédia impõe sobre as ditas sociedades modernas e sobre as representações e representantes nacionais, tornava-se urgente a sua reconstrução. A memória resulta, assim, de uma necessidade identitária. Tzvetan Todorov, a propósito, refere que «a reevocação do passado é necessária para afirmar a sua identidade, tanto aquela do indivíduo como aquela do grupo. Um e outro definem-se também, obviamente, pela sua vontade no presente e pelos seus projectos futuros; mas eles não podem abstrair-se da sua primeira reevocação»[44]. História e memória são trazidas, em uníssono, ao domínio público de forma a atenuar contestadas compreensões do passado[45].

Antes de abordar algumas zonas críticas da definição da investigação, façamos uma breve aproximação à forma como a historiografia portuguesa integra o interesse memorial e a viragem cultural, isto na encruzilhada da definição da nação.

Acompanhando de perto o contexto da historiografia internacional, a história das ideias e das mentalidades afirma-se na década 80. No ano de 1984, Francisco Bethencourt e Ramada Curto organizam o colóquio *A memória da Nação* e, no ano seguinte, Fernando Catroga apresentaria *A Militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, autor que tem publicado, até à data, um conjunto de obras de inegável importância para a compreensão e definição da liturgia cívica, onde se encaixam elementos centrais a esta análise. Ao mesmo tempo que proliferam os fenómenos comemorativos na década 90[46], outras incursões teóricas têm sido desenvolvidas desde então, trazendo a questão da memória para o centro dos debates mais polémicos das ciências sociais[47].

---

homem é um 'animal histórico', porque necessita de 'ajustar contas com a sua própria morte'», Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia* (Coimbra: Quarteto Editora, 2001), 42.

[44] Tzvetan Todorov, «La mémoire fragmentée. La vocation de la mémoire», *Cahier français,* n. º 303 (juillet-août 2001): 4, citado por Ypersele, *Questions d'histoire*…, 192: «Le rappel du passé est nécessaire pour affirmer son identité, tant celle de l'individu que celle du groupe. L'un et l'autre se définissent aussi, bien entendu, par leur volonté dans le présent et leurs projets d'avenir; mais ils ne peuvent se dispenser de se premier rappel. Or sans sentiment d'identité à soi, nous nous sentons menacés dans notre être même, et paralysés. Cette exigence d'identité est parfaitement legitime».

[45] Cf. Winter, *Remembering war*…, 6.

[46] Principalmente no que diz respeito aos Descobrimentos.

[47] Além da introdução tímida nos volumes gerais de História de Portugal, alguns investigadores têm-se dedicado continuamente a esta temática. A destacar a publicação da *História da História em Portugal (sécs. XIX –XX),* coordenação de Luís Reis Torgal, Fernando Catroga e José Maria Amado Mendes (2 vols. S/l.: Temas e Debates, 1998), com forte destaque para a memória histórica portuguesa; a dissertação de Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX* (Lisboa: Edições Colibri, 1998); entre outros trabalhos que têm sido desenvolvidos nos últimos anos, nomeadamente de Maria Isabel João, que em *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)* (Lisboa: FCG; FCT, 2002) desenvolve os elementos comemorativos de Portugal do século XIX e XX, com ligeira

Fica claro, neste contexto, que «a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memória e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria Nação (reinvenção e sacralização das origens e de momentos de grandeza simbolizados em 'heróis' individuais ou colectivos). A modernidade acentuou estas características. Os novos poderes (sociais e políticos), para atacarem a aristocracia tradicional, recorreram a argumentos históricos […]. E este movimento conduziu a que aquela [historiografia] fosse utilizada como meio de produção e reprodução de novas e refundas interpretações do passado, em ordem a interiorizá-las como memória colectiva»[48]. A observação vale para o passado como para aguçar a necessidade de uma auto e hetero vigilância crítica dos resultados historiográficos actuais.

Os elementos que integram a definição da identidade nacional parecem ser anteriores à época áurea da construção dos nacionalismos: o século XIX[49]. A implantação de uma nova ordem política não terá exigido em Portugal, como havia acontecido noutros países europeus, a agregação e a criação de elementos identitários. Porém, isto não evitou uma necessária justificação histórica da representação nacional, da «consolidação da imagem do estado como nação»[50], que ajudou à nacionalização das massas[51]. Estas e outras interrogações devem ser avaliadas no quadro das políticas memoriais resultantes das guerras.

A ausência de trabalhos exaustivos em torno da memória de guerra em Portugal, mais especificamente da cultura de guerra, força, neste momento, ao estabelecimento de um quadro de referência teórico internacional. O hibridismo que marca a história da memória, no quadro da história cultural, impõe, por sua vez, uma busca de análises realizadas em Portugal. O que vai além dos exercícios em torno da

---

referência às comemorações da Grande Guerra (72-90), no universo das celebrações à República e aos Descobrimentos.

48 Catroga, *Memória, História*…, 50.

49 «Nos séculos XIX e XX, a história secularizada que se escrevia já não fixava apenas a memória de uma dinastia ou de um regime político, mas intentava, pela voz dos seus melhores expoentes, compreender as grandes tendências de evolução histórica do todo nacional num âmbito mais vasto. E apesar do seu reduzido alcance social imediato terá, a prazo, desempenhado relevante função de integração cultural por via do sistema de ensino e da formação das elites. A par de outros lugares de unidade e factores de coesão – a língua, a escola, as forças armadas e a produção de lugares de memória como a estatuária urbana, a toponímia ou o panteão – constituiu um factor de unidade na estruturação do Estado-Nação», Sérgio Campos Matos, «História e identidade nacional, a formação de Portugal na historiografia contemporânea», *Lusotopie* (2002): 137.

50 Sobral, «A formação das nações…»: 1118.

51 A análise da nacionalização das massas é longamente desenvolvida por Mosse (1975) e Isnenghi (1970).

guerra. Exige-se um investimento não só na história política e militar, mas principalmente na história das ideias e das mentalidades, nomeadamente no que respeita a problemáticas como identidade nacional, republicanismo, religião civil, entre outras, mais desenvolvidas por cá.

Não se pretende fazer aqui uma exposição da historiografia portuguesa exclusivamente dedicada à Grande Guerra. Já muito foi feito. Nuno Severiano Teixeira (1996) na obra *O poder e a guerra* inicia uma viragem na forma de se fazer a história da Grande Guerra, já anunciada em anteriores trabalhos soltos ou obras não exclusivamente centradas nesta temática[52]. O desaparecimento dos antigos combatentes, a abertura dos arquivos e o fim das possíveis implicações políticas que a guerra podia aportar permitiram abrir uma perspectiva crítica sobre a guerra e sobre a "tese intervencionista", a que a história militar ainda se mantinha agarrada[53]. Os anos 90 inauguram um conjunto de interpretações que promovem a transição para uma configuração histórica que outros países da Europa haviam testemunhado já nos anos 70, galgando a tradicional abordagem político-diplomática e militar, em direcção a uma nova história social, política e cultural com abordagens menos marcadas por uma macro-história[54].

Apenas no século XXI, salvo raríssimas excepções, aparecem trabalhos identificáveis com uma terceira geração historiográfica europeia. Na confluência, teórica e temática, com a perspectiva da experiência de guerra, importa referir os trabalhos de Nuno Severiano Teixeira (1992), de Isabel Pestana Marques (2002 e 2008) e de Marco Fortunato Arrifes (2004); sobre literatura de guerra, o de Ernesto Castro Leal (2000); e centrados na cultura política, os de Filipe Ribeiro de Meneses (2000 e 2004) e de Jorge Pais de Sousa (2008).

O acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela historiografia internacional foi lento. Daí, depois do que ficou escrito, a importância em avançar para as seguintes perguntas. De que forma os processos rememorativos da Grande Guerra serviram à legitimação do Estado-nação, ou seja, de que forma a memória

---

[52] Como os artigos apresentados por, a título de exemplo, Manuel Villaverde Cabral, Vasco Pulido Valente, João Medina, Carlos Gomes Beça. Sobre as Forças Armadas, os trabalhos de José Medeiros Ferreira que vem apresentar algumas críticas importantes ao trabalho de Maria Carrilho.

[53] O autor apresenta um desenvolvido estado da arte, em Portugal, a considerar para o período anterior à publicação da sua dissertação de doutoramento, veja-se Nuno Severiano Teixeira, *O poder e a guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra* (Lisboa: Estampa, 1996), 19-43.

[54] Embora se assistisse e assista, ainda, à persistência de algumas investigações devedoras de temáticas mais "clássicas".

oficial da Grande Guerra serviu aos republicanos como reforço da sua legitimidade enquanto representantes (e defensores) dos portugueses? Adicionaram "ingredientes" à religião cívica (discursos, ritos, heróis e lugares de memória)? Terão sido os republicanos e a I República os principais motores da "delineação estatal" da identidade portuguesa, de forma ainda mais visível na mobilização e na rememoração da guerra?[55] Os fenómenos que serviram à construção da nação terão servido, à época, ou posteriormente, a sua reconstrução? Quais as alterações sociais com impacto memorial directamente decorrentes da desmobilização de guerra?

Zonas críticas…

Uma consideração impõe-se à realização deste trabalho. Entre a actualidade e o conflito várias imagens foram feitas que baralham a leitura do acontecimento, principalmente as consequências pós-traumáticas do imediato pós-guerra. Junte-se o efeito provocado pela historiografia que procura explicar o fim da República, sobredeterminando razões políticas e culturais às económicas, com base nos constrangimentos criados ou exacerbados pela participação na I Guerra. É pensável, assim, antecipar algumas zonas de maior problematização. A sua apresentação sumária obedece a uma vontade de recombinar elementos já referidos atrás, com o propósito de colocar o mais claramente possível a sua intencionalidade crítica. A saber: zona de transições; zona de experiências; zona de consentimentos.

…zona de transições

Seguindo a divisão proposta por Antoine Prost e Jay Winter, já atrás explanada, entende-se que este projecto se situa no limiar das últimas configurações, mas, acima de tudo, numa última geração de abordagens que tem concentrado a sua atenção «nas vítimas e não sobre os agentes, sobre os indivíduos anónimos e não sobre as colectividades, a dimensão afectiva é essencial, bem como o todo simbólico: artístico, religioso, funerário, memorial, onde o Estado-nação é uma representação repressiva», sendo que «esta concepção não é nova, já existia no período entre-

[55] «De facto, enquanto dificilmente se pode conceber uma nação sem alguma forma de Estado, ou ao menos sem que a sua autonomia se tenha concretizado em algum período temporal sob a forma de um poder político minimamente independente, é perfeitamente possível conceber uma comunidade cultural sem o suporte do Estado», José Mattoso, *Identidade Nacional* (Lisboa: Gradiva; Fundação Mário Soares, 1998), 9.

guerras na história dos combatentes»[56]. Esta transição, inevitavelmente associada à década de 90, marcada pela queda do Muro de Berlim e pela abertura do *Memorial de Péronne*, permitiu um leque de publicações em torno dos indivíduos, sendo as instituições relegadas para um segundo plano.

A ausência, em Portugal, de investigações históricas em torno do mundo dos antigos combatentes da Grande Guerra impede que este salto para uma terceira linha seja feito. Este salto é inviável sem que a abordagem do mundo "institucional" se efectue. Assim, é necessário ainda lançar mão não só ao método como à abordagem estruturada pela segunda configuração histórica, inevitável para a compreensão do conjunto. Marcada pela valorização do "social" e dos "grupos sociais" na história. Mais do que caracterizar os antigos combatentes, pretende-se compreendê-los. E esta será uma das linhas de inflexão e transição paradigmáticas[57].

É nesta passagem que se situa a abordagem realizada na Parte I deste trabalho: a interpretação social, cultural e política do movimento combatente português a integrar no universo mais lato da cultura de guerra, isto é, de que forma se constitui parte activa – por cá, um importante protagonista – da construção da memória de guerra. A multiplicidade de fenómenos que vão do universo do social (Parte I) ao universo do cultural (Parte II) pode ser compreendida, deste modo, como parte de uma abordagem "maior" da construção republicana da memória histórica da Grande Guerra.

Neste feixe de transições, há uma espécie de trajectória cruzada, difícil de gerir, entre a história cultural e a história da memória. Esta proximidade, do ponto de vista da recepção portuguesa, tem um significativo impacto. É que a história cultural de que se falará aqui é, em parte, a principal herdeira da história das mentalidades, na

---

[56] Winter e Prost, *Penser la Grande Guerre…,* 281.

[57] Durante muito tempo ignorados ou marginalizados por outros ou por eles mesmos, os entrincheirados vão sendo gradualmente chamados a participar da literatura em torno da guerra. As comemorações dos 80 anos do Armistício levaram a repensar a guerra. Abandona-se a tradicional perspectiva estratégica por uma abordagem política e social, primeiro no mundo anglo-saxónico, de que é exemplo John Keegan. Este, rejeitando a perspectiva da guerra como continuação da política por outros meios, defende que esta é, antes de tudo, um acto cultural. A abertura aos combatentes e às suas histórias é, assim, inaugurada por Paul Fussell (1975), John Keegan (1976) e Eric Leed (1979) que trabalham a identidade deste grupo entre o vivido, as representações e os sentimentos. A evolução posterior será feita em torno do seu universo mental com Joanna Bourke (1996), Stéphane Audoin-Rouzeau (1992) ou Annette Becker em *La guerre et la foi* (1994). Este universo de nomes torna-se ainda mais abrangente no conjunto das incursões na cultura de guerra, sendo que os primeiros autores foram mesmo responsáveis por produzir a importante transição teórica. Cf. Becker e Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre*..., 34.

versão francesa da Escola dos *Annales*[58]. E, nesse aspecto, despede-se dela para convergir com outras correntes e ferramentas[59]. Em rigor, há como que uma ultrapassagem do conceito de mentalidades, numa tendência que a um tempo recupera estratégias anteriores da análise cultural, e actualiza e ganha outras, entretanto colocadas em prática por outros movimentos, nomeadamente no mundo anglosaxónico e germânico. O resultado é uma história das representações e das práticas, com uma forte interdisciplinaridade, mas não controlável num cânone de conduta. Esta perspectiva teórica, pós-paradigmática, no sentido em que ocorre fora do circuito dos modelos historiográficos dominantes até aos anos oitenta, encontra-se, precisamente, desenvolvida no início dos anos 90, pela historiografia da Grande Guerra. Em síntese: procura-se compreender as representações e práticas que os contemporâneos fizeram desse conflito de forma a absorver a dimensão de um acontecimento maior[60].

O forte esquecimento a que foi votada a cultura de guerra, sob uma forma de "ocultação", deve-se, não só à necessidade que os próprios combatentes tiveram de a exorcizar, mas também a uma inércia da própria disciplina histórica. A historiografia adiou este tipo de compreensão da guerra, temendo as "represálias" da assimilação deste fenómeno holístico que é a "guerra total". A totalização da guerra, que gravita em torno da morte, provocava um distanciamento da historiografia face às possíveis implicações e responsabilizações. Era preferível tratar de um combate anónimo e generalizado, ausente de culpas. A propaganda de guerra e o urgente pacifismo para a reconciliação permitiram esse estado de coisas, criando-se um formato conceptual dissimulador das atrocidades da guerra[61]. Os combatentes seriam os grandes

---

[58] Cf. Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, *Para uma história cultural* (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 253. A emergência da história cultural está associada à Escola dos *Annales*. Nos anos 70, figuras como Philippe Ariès, Georges Duby e Jacques Le Goff movem o foco de interesse do social para o mental surgindo a denominada história das mentalidades que, segundo Peter Burke, se caracteriza pela prevalência nas crenças dos grupos sobre os sentimentos individuais; pela consideração de hipóteses conscientes e inconscientes; pelo historicizar da psicologia humana; pela insistência na estrutura de crenças colectivas sobre as individuais que permite aos historiadores colocarem-se no campo do estruturalismo.

[59] A conjuntura da década 80 impõe aos *Annales* uma viragem crítica, porém insuficiente, que derraparia numa crise epistemológica. Nos interstícios dessa crise, salva-se ou renova-se um conjunto de projectos interessantes e imbricados, provenientes de vários sectores internos e externos aos *Annales*, com incidência na história sociocultural do político (Maurice Agulhon, Reinhart Koselleck, Jacques Guilhaumou, René Rémond) e na história do tempo presente. Apelam, neste contexto, à centralidade da acção, ao importante papel do actor individual, à legitimidade da dimensão interpretativa da História e ao retomar da noção de representação – a história das representações. O que permite realinhar nomes como Michel de Certeau, Michel Foucault e Paul Ricoeur.

[60] Cf. Ypersele, *Questions d'histoire*…, 28.

[61] Cf. Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, «Violência e consentimento: a 'cultura de guerra' do primeiro conflito mundial», in Rioux e Sirinelli, *Para uma história cultural…,* 237-256.

apregoadores do pacifismo e da reconciliação, eliminando responsabilidades por actos "menores" na "grande" defesa da civilização[62].

Os primeiros trabalhos a superar estas barreiras são dedicados aos antigos combatentes e à forma como a experiência de guerra vai delinear o movimento dos antigos combatentes no pós-guerra e a natureza da sua reintegração social, não raras vezes estabelecendo comparações e generalizações abusivas. Esta centralidade do antigo combatente, no quadro da transição historiográfica aqui exposta, suscita, assim, uma outra questão: o seu peso na questão memorial. É que não é lícito aceitar, apesar de tudo, como natural a sua preponderância na política memorial da Grande Guerra. Muito menos a dos inválidos. Este é um segmento a ter em conta no inevitável cruzamento das duas configurações historiográficas. Como já se disse: a introdução da análise dos antigos combatentes inválidos e da acção de apoio e assistência mobilizada por 'instituições oficiais', poderá parecer pouco compreensível num contexto da construção da memória, mas os inválidos são, na generalidade dos participantes, o meio de acção política do movimento dos combatentes e do poder – a voz pela qual se assumem as primeiras contestações à guerra enquanto processo comemorativo. Em suma, o primeiro movimento de acção e reivindicação dos antigos combatentes na praça pública.

…zona de experiências

As sociedades do pós-guerra, sem excepção, foram marcadas por um temor da violência – um medo que a brutalidade da guerra fosse transferida para a sociedade, em contextos de agravada crise económica, política e social, ou mesmo, da "masculinidade"[63] – encarnada naqueles que nela tiveram maior empenho: os soldados. A nação estava assombrada «pelo medo que os antigos combatentes, o público em geral, o Estado, ou talvez os três, tivessem sido irreversivelmente 'brutalizados' pela carnificina massificada de quase quatro anos e meio de guerra» [64].

---

[62] Paul Fussell, combatente II Guerra Mundial e também um homem da história e da literatura, coloca em evidência a ruptura e o trauma gerado pela I Guerra Mundial e as marcas visíveis do *shell shock*. Veja-se Paul Fussell, *The Great War and Modern Memory* (New York and London: Oxford University Press, 1975).

[63] George Mosse, *Fallen Soldiers* (1990); Klaus Theweleit, *Male Fantasies* (1989); David Forgacs – «Fascism, violence and modernity», *The Violent Muse: Violence and artistic Imagination in Europe, 1910-39* (1994).

[64] John Lawrence, «Forging a peaceable kingdom: war, violence, and fear of brutalization in post-First World War Britain», *The journal of modern history,* 75, (2003): 557: «Britain after the First World War was a nation haunted by the fear that violence had slipped its chains—by the fear that the ex-servicemen,

A análise do mito é, neste ambiente, central na compreensão do período do entre-guerras, da forma que em cada país foi apreendida e consumada a experiência da guerra, o que, numa análise contextual europeia, permite verificar que «a potência e a atracção do Mito da Experiência da Guerra variam de país para país, não tanto durante a primeira guerra mundial, quanto no período pós-bélico. Muito depende da vitória ou da derrota, do processo de transição da guerra à paz, e da dinâmica e força da direita nacionalista»[65].

O conflito determinou níveis de violência física e psicológica nunca antes experimentados, com impacto profundo nos países intervenientes, mas acima de tudo nos próprios homens que o combateram e que serão a prova viva dessa experiência extrema. Uma mobilização global que determinou transformações de foro material e imaterial que ainda hoje persistem, que ainda hoje influem no atraso da percepção e compreensão da guerra. O desaparecimento daqueles que experimentaram directamente da guerra, a abertura dos arquivos e a valorização do trabalho historiográfico permitiriam, finalmente, um alargamento de perspectivas de análise, até à data intocáveis, sendo a morte o maior desses tabus.

As manifestações contínuas de profunda violência que se verificaram depois da Grande Guerra estariam associadas a esta e ao mito da experiência de guerra: à forma como a vivência da guerra e, acima de tudo, da morte, foram apropriadas e serviriam à brutalização da sociedade e da política[66].

A proposta teórica de George Mosse foi assumida como base estruturante[67], de orientação e de crítica deste exercício histórico sobre a memória da Grande Guerra em Portugal, ajudando à ligação entre os dois planos da análise (Partes I e II). Aceita-se, à partida, de Mosse, os processos e fórmulas de integração e superação da

---

the general public, the state, or perhaps all three, had been irrevocably 'brutalized' by the mass carnage of four and a half years of war. It seemed all too easy to find evidence of 'brutalization' almost anywhere one looked».

[65] Cf. Mosse, *Le guerre mondiali...,* 11: «La potenza e l'attrativa del Mito dell'Esperienza della Guerra variarono da paese a paese, non tanto durante la prima guerra mondiale, quanto nel periodo postbellico. Molto dipese dalla vittoria e dalla sconfitta, dall'andamento della transizione dalla guerra alla pace, e dalla dinamica e dalla forza della destra nazionalista». Segundo o historiador, a Alemanha foi o exemplo máximo do sucesso da construção do *Mito.*

[66] Cf. Mario Isnenghi, *Il mito della Grande Guerra: da Marinetti a Malaparte* (Bari: Laterza, 1970); Mosse, Le guerre mondiali... (com primeira edição: *Fallen soldiers: reshaping memory of the World Wars*. New York: Oxford University Press, 1990). O segundo autor influenciaria historiadores franceses como Annette Becker e Audoin-Rouzeau que procuram explicar a violência pela cultura de guerra (origem e prolongamento).

[67] O *mito da experiência de guerra* de Mosse procura sintetizar o conjunto de fenómenos, manifestamente integrantes da cultura de guerra que, na Alemanha e, em parte, na Itália, explicariam os extremismos políticos entre as duas guerras. Porém incorre-se numa generalização abusiva apropriá-lo sem crítica, uma vez que está longe de poder aplicar-se a todos intervenientes.

morte, mas colocam-se reticências profundas sobre a linear ligação entre a violência de guerra e a radicalização da sociedade e da política, mesmo considerando a "vitória mutilada" e a evolução para um regime autoritário de direita em Portugal.

Entende esta investigação transpor a fórmula e dar corpo ao mito da experiência de guerra para compreender a sua natureza em Portugal. Retenhamos a sua definição operatória: «Este mito resume alguns dos temas que moveram os homens numa ou noutra fase da guerra: o espírito de 1914, a guerra como um teste à masculinidade, a ideia de camaradagem e o culto dos soldados caídos – uma série de atitudes que ajudaram o homem a confrontar-se e a aceitar esta experiência sem precedentes e moldou muitas das percepções literárias, artísticas e políticas depois da I Guerra Mundial. Seja qual for a reformulação da Europa depois da guerra, o Mito da Experiência de Guerra torna-se um poderoso motor de vida pública e pessoal, mais nas nações insatisfeitas do que nas satisfeitas, apesar de, mesmo aí, ter que desempenhar o seu papel»[68].

Na sequência do trabalho de Mosse, apareceu um grupo de propostas que dele assimilam a ideia do tratamento dos mortos, mas contrariam a teoria da violência. Antoine Prost e Jay Winter apresentam, no cruzamento de um conjunto de estudos desenvolvidos desde a década 70, uma alternativa à compreensão dos antigos combatentes e dos memoriais, considerando a multiplicidade de posições dos combatentes sobre a guerra e as suas comemorações. Ainda na peugada de Mosse, onde a maciça presença e integração da morte estaria na base da brutalização e dos radicalismos políticos do pós-guerra, Annette Becker e Audoin-Rouzeau acrescentam que, antes mesmo do embrutecimento derivado do conflito, seria a própria cultura de guerra que induziria a esta violência extrema e não o inverso. Os processos de mobilização anteriores à guerra são marcados por uma forte bestialização do inimigo reduzido a uma abstracção do imaginário que a guerra moderna exacerba.

A evolução da história cultural da guerra traz a morte – significado, assimilação e representação – para o centro da análise e alarga os estudos dos

[68] George L. Mosse, «Two World Wars and the Myth of the War Experience», *Journal of Contemporary History*, 21, n.º 4 (1986): 492: «This myth summarized some of the main themes which had moved men during one or another stage of the war: the spirit of 1914, the war as a test of manliness, the ideal of camaraderie and the cult of the fallen soldier - a whole series of attitudes which helped men confront and accept this unprecedented experience, and informed many of the literary, artistic and political perceptions after the first world war. Whatever the recasting of Europe after the war, the Myth of the War Experience became a powerful engine of personal and public life, more in the dissatisfied than in the satisfied nations, though even here it was destined to play its part».

fenómenos rememorativos[69], de uma forma geral, da guerra. Um sem fim de perspectivas que aqui servirão (no conteúdo e na forma) de referência e que marcarão o posicionamento final desta investigação numa terceira configuração historiográfica.

A experiência fundamental da guerra moderna é o «o assassinato de massa sancionado pelo estado»[70]. O arrastamento do conflito e o rastro de destruição marcariam profundamente, não só os combatentes, como toda a sociedade, «nada escapa à totalização do conflito, nada escapa ao sofrimento a que estes estão ligados. A morte em primeiro lugar. Ela está inscrita no psiquismo dos combatentes, percebe-se no seu espírito. Portanto, a sua relação com a morte ultrapassa o quadro da frente, porque atinge através dos círculos de luto o conjunto da sociedade europeia»[71]. Cabe aos desmobilizados ser o elemento representativo, nas suas mutilações mais ou menos visíveis, destes fenómenos.

A forma como acontece a desmobilização, recepção e rememoração do seu esforço revela como a sociedade assimilou a guerra, num contexto de crise crescente: o «trauma é democrático, escolhe todos os tipos de pessoas na sua devastadora passagem. A história do stress pós-traumático, configurado correctamente, não é a história da corporação, mas a história da própria guerra»[72].

Uma história que deve ser contada tendo em conta a especificidade dos contextos nacionais anteriores e posteriores à guerra, uma vez que é nas representações (de grupo, oficiais ou públicas) do conflito que compõem a memória da guerra que se poderá constatar ou não a relação entre violência de guerra e a brutalização da política no pós-guerra. A criação do mito da experiência de guerra permitiria à nação transcender o horror da guerra e sacralizar a experiência, através de uma liturgia alimentada de heróis. A duração e as consequências do conflito exigiram a criação de razões de nova ordem – a guerra passa a ser em nome da pátria contra o

---

[69] Cujo exemplo maior passa pelo inventário dos memoriais de guerra: Prost (1984) e Annette Becker para França (1991); Alex King para a Grã-Bretanha (1998); Keneth S. Inglis (1998) para a Austrália.

[70] Mosse, *Le guerre mondiali...,* 3.

[71] Ypersele, *Questions d'histoire…,* 139: «Nul n'échappe à la totalisation du conflit, nul n'échappe aux souffrances qui y sont liées. À la mort en premier lieu. Elle est inscrite dans le psychisme des combattants, voir dans leur chair. Cependant, ce rapport à la mort dépasse le cadre du front, puisqu'il atteint par les cercles de deuil l'ensemble de la société européenne. […] Les deuils ont, en outre, eu bien des difficultés à se faire, du fait souvent de l'absence des corps du disparu dont il s'agit alors de perpétuer la mémoire».

[72] Jay Winter, «Shell-Shock and the Cultural History of the Great War», *Journal of Contemporary History*, 35, n.º1 (2000):11: «Trauma is democratic; it chooses all kinds of people in its crippling passage. The history of shell-shock, properly configured, is not the history of the officer corps, but the history of the war itself».

inimigo da humanidade, a verdadeira cruzada que combina elementos sagrados e lições de cidadania.

Para explanar e compreender os elementos que compõem a rememoração histórica da I Guerra Mundial será empregue, portanto, a estrutura do mito da experiência de guerra de Mosse. Tida como uma das primeiras e mais eficazes análises da construção da memória da I Guerra Mundial, procurar-se-á perceber a natureza do mito em Portugal e de que forma se enquadra na acepção mais geral defendida pelo autor. A adaptação do conceito é tida com as devidas excepcionalidades nacionais. Aceita-se a ideia de que a morte de massa, sancionada pelo estado, é a experiência mais marcante, perpassando todas as manifestações memoriais individuais ou colectivas; não se aceita a relação directa, estabelecida pelo historiador, entre morte de massa e banalização do valor da vida humana e consequente brutalização das sociedades[73].

Segundo Mosse, um processo de naturalização, trivialização e santificação transformaram a morte de massa aceitável, dissimulando-a em estruturas naturais e arquitectónicas e associando-a a sentimentos religiosos num tipo de serviço cívico. Antoine Prost discorda da ideia de Mosse, não acredita neste processo, mas defende que a naturalização das sepulturas e a santificação dos mortos não significa uma indiferença, mas uma forma de lidar com emoções tão fortes; mais ainda, discorda da ideia de que o pacifismo do movimento de combatentes não comportou um obstáculo à concretização do mito da experiência de guerra[74].

O trabalho de Mosse pode aplicar-se, na sua totalidade, à Alemanha, mas não à França, nem a Portugal. A diferença está na relação entre os indivíduos e a nação. Experimentar a definição conceptual de Mosse implica que se questione de que forma se pode adaptar à realidade portuguesa no que concerne à brutalização política, social ou cultural e à relação entre a guerra e as alterações na política nacional.

…zona de consentimentos

Não é correcto aglutinar a cultura de guerra numa fórmula comum a todos os beligerantes. Mais do que falar em "cultura de guerra", devemos falar em "culturas de guerra" entre e nos países beligerantes. A prática de uma análise comparativa e

[73] Cf. Mosse, «Two World Wars…»: 506-507.
[74] Antoine Prost, «The Impact of War on French and German Political Cultures», *The Historical Journal,* 37, n.º 1 (1994): 209-217, 209.

referencial[75]permite um repensar e reformular do conceito de "culturas de guerra" para que se torne operacional face às múltiplas especificidades do objecto.

A possibilidade de se realizar uma história europeia aparece, no entanto, com o *Historial de Péronne* e com estudos localizados sobre nações vizinhas, como é o caso de *Capital Cities at War: Paris, London, Berlin, 1914-1919*[76]. Assumimos como referência os casos da Grã-Bretanha, França e, de uma forma ou de outra, da Itália.

Jay Winter e Antoine Prost apresentam, porém, uma série de argumentações que solidificam a perspectiva de que este tipo de análise deve ser, fundamentalmente, nacional: a guerra é a "apoteose destrutiva da nação" em crise, nomeadamente dos valores do Estado-nação; a história é escrita a partir de um ponto de vista nacional em que o historiador se insere; o desenvolvimento de uma ideia de "supra-nação europeia" deita por terra os valores do voluntarismo; as periodizações são diferentes. Cada cultura desenvolveu modelos narrativos nacionais, daí, por exemplo, a obra de Paul Fussell não ter sido traduzida em francês, porque a abordagem da guerra como ironia, não é perceptível nesse contexto. A memória construída sobre a experiência da guerra é historicamente muito diferente, não pode ser pensada como guerra europeia a partir de quadros nacionalmente estruturados[77].

A construção da memória da I Guerra Mundial está intimamente ligada à experiência nacional de guerra, mas também a um conjunto de representações herdadas e que garantem a manutenção e persistência identitária, servindo ou não à legitimação de memória oficialmente delineadas[78]. Fenómenos que reemergem no imediato pós-guerra, numa tentativa da persistência mítica das *uniões sagradas*, evidenciando, porém, a incapacidade de recuperar os ideais propagados no início do conflito, face a uma experiência de guerra que marcaria profundamente aqueles que directa ou indirectamente dela participaram.

A memória colectiva pode ser entendida como um conjunto de lembranças partilhadas por um grupo de indivíduos ou sociedade em relação a um passado comum, não necessariamente vivido, mas transmitido socialmente. Em causa estará, já o dissemos, as memórias oficial, pública e de grupo e a sua persistência história. Recorrer-se-á ao conceito de rememoração histórica apresentado por Jay Winter

---

[75] Ou "relacional" como é definida por Jay Winter e Prost (2004).
[76] Veja-se Jay Winter e Jean-Louis Robert, *Capital cities at war: Paris, London, Berlin 1914-1919* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).
[77] Também porque as tradições culturais diferem: "ironia britânica", "cartesianismo francês" e "sociologia weberiana". Veja-se sobre isto Winter e Prost, *Penser la Grande Guerre…,* 264-270.
[78] Cf. Thierry Lemoine, «'Culture(s) de guerre'…», 146.

desta forma: «neste processo de rememoração histórica, os historiadores desempenham um papel, na maioria das vezes, um papel central. […] Rememoração histórica acarreta não só narrativas na primeira pessoa, mas textos sobre acontecimentos significantes do passado que gerações mais tardias alimentam e divulgam»[79].

No contexto do processo nacional de construção memorial, aspira-se analisar a projecção oficial (republicana) da memória da I Guerra Mundial, na sua dialéctica com memória de grupo e pública, para a construção da memória histórica (ou rememoração histórica). Pretende-se, numa primeira fase, percepcionar a dialéctica entre memória de grupo e memória oficial através do universo social que lhe serve de base (os antigos combatentes). Numa segunda fase, procura-se analisar os processos oficiais de construção da memória e a sua dialéctica com a memória pública, através dos fenómenos de cultura de guerra, destacando-se a análise dos lugares de memória, que, como lugares de apropriação, requerem todo um universo de actividades políticas e sociais que os agarre como um repositório de significados e narrativas aparentemente conciliadas e em reactualização.

Ora, o que é mais importante nesta análise, «não é nem a história, nem a memória p*er se*, mas a sobreposição e o espaço criativo entre as duas»[80], isto é, percepcionar de que forma a memória colectiva da I Guerra Mundial em Portugal é devedora do projecto oficial da I República, até onde vai a dialéctica entre memória de grupo e memória oficial e como as manifestações de cultura de guerra e os lugares de memória revelam esse resultado.

Procura-se o silêncio que compõe a memória histórica do conflito. Paul Ricoeur afirma que a memória é sempre feita de esquecimento e não deve ser visto como um fenómeno patológico, mas como a memória que compõem a ficção da vida colectiva e individual, a memória permite o esquecimento[81]. Como insiste Frank, «a memória não é conservação, mas reconstrução do passado a partir do presente. Ela é por essência selectiva, e o esquecimento é uma das formas privilegiadas da sua organização, serve a estruturar a identidade individual e colectiva. A história do

---

[79] Winter, *Remembering war*…, 278: «In this process of historical remembrance, historians play a role or, at most times, a central role. […] Historical remembrance entails not only first-person narratives, but scripts which later generations form and disseminate about significant events on the past».

[80] Winter, *Remembering war*…, 288: «is neither history nor memory per se but the overlaps and creative spaces between the two».

[81] Ricoeur distingue diferentes formas de uso da memória: mémoire *empêchée*, muitas vezes associada a um acontecimento traumatizante, como o luto pela morte; *mémoire manipulée está associada ao poder e ao interesse entre abuso da memória e abuso do esquecimento; e mémoire obliguée* onde o imperativo vem da forma. Veja-se Ricoeur, *La mémoire, l'histoire*….

esquecimento e a história da memória fazem e reenviam à história dessa identidade»[82].

O conceito de cultura de guerra possibilita um constante questionamento das formas de pensar o conflito e o retorno de problemáticas na base desta linha de análise. Como se lida com a morte – os corpos e o luto –, sendo a morte massificada e resultante da deliberação humana? Qual o *consentimento* da população em relação ao esforço de guerra? O que equivale a escalonar para os capítulos imediatos, as seguintes interrogações.

De que forma a "dimensão global" da Grande Guerra se manifestou, em Portugal, na mobilização e nos processos rememorativos, na persistência de um eventual consenso memorial? De que forma a construção oficial da memória da I Guerra Mundial, renovando a religião cívica, injectando-lhe heróis, ritos e lugares de memória, permitiu a (re)legitimação da I República enquanto lídima representante da nação? A guerra e os seus processos rememorativos instalariam uma ruptura cultural e política? Garantiu a cultura de guerra o reforço do projecto republicano de nacionalização das massas, como em França, ou foi a apropriação da cultura de guerra feita pela extrema-direita, como aconteceu em Itália ou na Alemanha?

[82] Frank, *La mémoire et l'histoire*… : «La mémoire n'est pas conservation, mais reconstruction du passé à partir du présent. Elle est par essence sélective, et l'oubli est une des formes privilégiées de son organisation, servant à structurer l'identité individuelle ou collective. L'histoire de l'oubli et l'histoire de la mémoire font une et renvoient à l'histoire de cette identité».

PARTE I

OS ANTIGOS COMBATENTES: ENTRE A CELEBRAÇÃO DA VIDA E A INÉRCIA POLÍTICA

CAPÍTULO II.

DA FRENTE A CASA: LINHAS DE REMEMORAÇÃO

Por mais longa que se mostrasse, a Grande Guerra chegou a um fim.

No entanto, esse fim não apagou as marcas físicas e psicológicas que ela deixou nos homens que nela lutaram, por maior ou menor tempo. Ela criou um quadro de experiências pessoais e de grupo que a sociedade teve de compreender ou comportar, gerando resistências e incompreensões de parte a parte. A experiência de guerra, com o seu corpo próprio de afecções e percepções por aqueles que a combateram, conduzirá em grande medida as imagens que as sucessivas gerações fizeram dela.

Não obstante os voluntários serem uma minoria, foram as suas histórias, escritos e representações que atraíram as atenções. As suas obras tornaram-se verdadeiros cânones patrióticos que legitimaram o conflito[83]. Mais: *o mito da experiência de guerra* foi forjado e perpetuado naquilo que os voluntários pensavam da guerra. Como refere, a propósito, George L. Mosse, «estudar a origem do Mito da Experiência de Guerra significa compreender o papel desenvolvido pelos voluntários, que em larga medida o produziram. Mas é necessário examinar a teoria prevalente da morte e da sepultura, sucessivamente aperfeiçoada e aplicada especificamente ao caso dos soldados mortos. Esses forneceram à nação modelos e lugares de culto. Expurgar e comemorar os mortos de guerra torna-se algo de muito similar à construção de uma igreja pela nação»[84].

---

[83] Mosse, *Le guerre mondiali ...,* 9.

[84] Mosse, *Le guerre mondiali...*, 34: «Studiare le origini del Mito dell'Experienza della Guerra significa comprendere il ruollo svolto dai volontari, che in così larga misura lo produssero. Mas è anche

Para analisar a força que levou o *mito* a influenciar a memória e a realidade política, é, pois, necessário analisar o mundo dos voluntários, decisivos para o "enquadramento" da guerra moderna. No entanto, os alicerces do *mito da experiência de guerra* foram lançados muito antes da I Guerra Mundial. A mitologização da experiência da guerra não é exclusiva deste conflito e deve a sua origem às guerras da Revolução Francesa e de libertação alemã do poder napoleónico. Daí dizer-se que «as guerras revolucionárias foram as primeiras a ser combatidas por um exército de cidadãos originalmente constituído por voluntários devotos à sua causa e à sua nação. E os mortos desta guerra eram companheiros de armas; eram os filhos e os irmãos de alguém que se poderia conhecer. Era, por isso, necessário legitimar e justificar os seus sacrifícios. Os voluntários desenvolveram o seu papel de artífices dos mitos pela primeira vez nestas guerras»[85].

A análise do *mito* obriga, de igual modo, ao esmiuçar da experiência da morte. O mito «transcendia a morte em guerra, fornecendo um leito final ao drama: aqueles que sacrificaram as suas vidas ressurgirão, antes, esses estão já entre nós. Para adquirir essa função, o mito utilizou, mais do que temas da antiguidade clássica, o tradicional instrumento de consolação do cristianismo, a crença na morte e ressurreição de Cristo»[86].

O presente capítulo começa por abordar a dimensão da mobilização militar de forma a poder medir melhor o impacto sucessivo do conflito sobre as trajectórias dos combatentes quer na frente de guerra, quer nos momentos de retorno e de desmobilização. Das experiências de guerra, procura-se, depois, extrair os elementos determinantes para a construção de identidade do antigo combatente. Os materiais a utilizar são as raras memórias que fazem alusão não apenas à experiência na frente, mas também ao retorno. O processo de recepção é aqui analisado pela importância

---

essenziale esaminare le teorie prevalenti della morte et della sepoltura, successivamente perfezionate e applicate specificamente al caso dei soldati caduti. Esse fornirono alla nazione modelli e luoghi di culto. Seppellire e commemorare i morti in guerra divenne qualcosa di molto simile alla construzione di una chiesa per la nazione».

[85] Mosse, *Le guerre mondiali...*, 10: «Le guerre rivoluzionarie furono le prime combattute da un esercito di cittadini originariamente costituito in buona parte da volontari devoti alla loro causa e alla loro nazione. E i cadutiti di queste guerre erano compagni d'arme; erano i figli o i fratelli di qualcuno che si sarebbe potuto conoscere. Era dunque necessario legittimare e giustificare il loro sacrificio. I volontari svolsero il loro ruolo di artefici di miti per la prima volta in queste guerre».

[86] Mosse, *Le guerre mondiali...,* 34: «Trascendeva la morte in guerra, fornendo un lieto fine al dramma: coloro che hanno sacrificato le loro vite risorgeranno, anzi essi sono di già tra noi. Per adempire questa funzione, il Mito utilizzò, oltre ai temi attinti all'antichità classica, il tradizionale strumento consolatorio del cristianesimo, fosse la credenza nella morte e resurrezione di Cristo».

que assume na delineação dos primeiros formatos comemorativos, bem como pelo papel que tem na formação de reacções colectivas por parte dos combatentes.

II. 1. Guerra total: mobilização e desmobilização

A Grande Guerra foi um conflito marcante na determinação de novos formatos políticos, económicos e sociais, indissociáveis da mobilização total. Entre 1914 e 1919, cerca de 73 milhões de homens, entre os 15 e os 49 anos de idade, estiveram envolvidos num conflito de duração inesperada. Ao longo deste, cerca de 50% da população masculina que tivesse idade de embainhar armas foi mobilizada. Os números ultrapassaram sempre as iniciais projecções governamentais, cabendo as maiores taxas à Alemanha e à França, onde se atingem valores de 80% de população masculina naquela faixa etária, seguidos pela Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Sérvia, e Turquia.

Estes valores afectaram profundamente a realidade social de cada um dos países intervenientes, pese embora as especificidades inerentes ao quantitativo de homens envolvidos e à existência ou não de confrontos em território nacional.

Dos cerca de 73 milhões de homens, cerca de 8 milhões morreram ou desapareceram. Dos sobreviventes, perto de 21 milhões sofreram ferimentos, alguns de extrema gravidade, impondo invalidez física. Este número é mais elevado se contarmos as vítimas psicológicas. Cerca de 50% dos homens que serviram durante a guerra acabaram por figurar no número de vítimas. Importa referir que as causas de morte foram agravadas por uma forte epidemia no último ano de guerra, em 1918, acreditando-se que cerca de um milhão de soldados terá morrido devido à gripe pneumónica. De resto, em Portugal, a gripe impôs mais mortandade do que o próprio conflito.

Os dados estatísticos relativos ao conflito devem, no entanto, ser assumidos com prudência. A maioria dos governos adulterou as suas estatísticas militares, com o objectivo de capitalizar as eventuais compensações de guerra. Mesmo para aqueles que procuraram uma abordagem realista dos quantitativos, a tarefa seria difícil de cumprir em função das condições de campanha, quer no seu campo, quer no do adversário. Neste contexto, pode-se referir o problema da dupla contagem suscitado por soldados que deram baixa por ferimento mais do que uma vez ou por aqueles

que além de contados como feridos, também foram tidos como prisioneiros ou, mesmo, registados como mortos de guerra.

O Armistício colocaria, definitivamente, um fim ao conflito, impondo a desmobilização de milhões de homens. Este processo de retorno/recepção, mais ou menos diferenciado entre vencedores e vencidos, veio a denunciar especificidades nacionais. As entusiásticas recepções que se fizeram na Alemanha derrotada estiveram longe de acontecer, por exemplo, no Portugal vencedor. O contraste não podia ser mais evidente.

Focando em Portugal, para um país de 6 milhões de habitantes e marcado por uma profunda instabilidade política da ainda jovem República, o envio de cerca de 100 mil combatentes para a frente europeia e colónias não pode ser visto de ânimo leve. No testemunho de Ferreira Martins, o peso dessa realidade ficou assim gravado:

> ficaram sangrando com a oferta da sua vida os campos da Flandres 2 287; e dos restantes, além dos que vieram inutilizados sem registo, com mais lesões do que papéis que delas informem, e constituem hoje a trágica legião de tuberculosos e doidos que o Estado não conhece, quasi exclusivamente vivendo do magro orçamento da Liga dos Combatentes, contam-se 12 508, entre feridos e incapazes de serviço. Dos 32 000 oficiais e soldados que combateram nas colónias, ficaram-nos em Moçambique 4 811 mortos e, por lá foram feridos, incapacitados para o serviço, desaparecidos, além da misérrima multidão esquecida pelas estatísticas, 1 593. Pelo que respeita Angola, somam 810 mortos, 683 os feridos e incapazes de serviço. Juntando a tudo isto as 81 vidas que o mar nos roubou, eis o total: Mortos – 7 989; feridos e Incapazes de serviço – 14 776 [87].

Com base nestes e noutros números, provenientes de outras fontes, Aniceto Afonso pôde calcular, recentemente, uma estimativa geral das baixas portuguesas (Quadro I).

Quadro I. Baixas Portuguesas nos diversos teatros de operações

	Mortos	Feridos	Desaparecidos	Incapazes	Prisioneiros	Total
CEP	1 992	5 354	199	7 280	7 000 (a)	21 825
CAPI	5	5				10
Angola	810	683	200	372	68	2 133
Moçambique	4 811	1 600	5 500	1 283	678	13 872
Marinha	142	30				172
Total	7 760	7 672	5 899	8 935	7 746	38 012

(a) 6767 Devolvidos pela Alemanha e 233 falecidos em cativeiro.

[87] Cf. Luís Augusto Ferreira Martins, *As Virtudes Militares na Tradição Histórica de Portugal* (Lisboa: s/ed., 1953), 337.

Fonte: Aniceto Afonso, «Portugal e a Guerra nas Colónias», in Fernando Rosas e Fernanda Rollo, *História da I República* (Lisboa: Tinta-da-China, 2009), 287-299. (Os números deverão ser considerados sempre com prudência.)

Face à dimensão humana de mobilização/desmobilização, apesar das especificidades nacionais, as expectativas e os valores que alimentaram a guerra de trincheiras dificilmente se esgotariam no termo do conflito e na constatação do horror, antes perpassam a construção abstracta dos processos de rememoração da guerra e, mais ainda, constituem uma das bases dos mitos em torno da experiência de guerra. Este universo povoado de valores "espirituais", não se devendo exclusivamente à Grande Guerra, surge aliado às importantes reformas, estruturais e ideológicas, dos exércitos e reforçado pelos processos de mobilização e propaganda, bem como pela sua futura recuperação pelos extremismos políticos. Importa, neste contexto, fixar o essencial desta ligação.

Entre finais do século XIX e início do século XX, verificam-se importantes reformas estruturais nos exércitos aliadas às mutações políticas, bem como aos novos formatos de guerra, nomeadamente a mobilização geral da sociedade, aquilo a que a Grande Guerra iria servir de matriz – a guerra total. O conjunto de alterações decorrentes do fim das grandes monarquias europeias e da consumação das revoluções liberais e industriais obrigou as nações e os seus exércitos a abandonar velhos sistemas clientelares e estabelecer um todo ideológico legitimador da unidade em torno da identidade nacional. Concretamente: a ideia de criação do exército da nação propiciado pelo alargamento da base combatente, retirando à aristocracia tradicional o apanágio do oficialato e abrindo a possibilidade de carreira militar a jovens de outras proveniências sociais. Este seria o modelo que a Revolução Francesa aplicaria e que a I República portuguesa, como fiel seguidora, assimilaria[88].

Procurou-se criar um verdadeiro exército da nação, através da sua republicanização. Excluindo oficiais reaccionários e estabelecendo o alistamento obrigatório e pessoal, criar-se-ia uma "pátria em armas" (o "cidadão-soldado"), apoiada por um mundo de oficiais milicianos; pelas sociedades de instrução militar; e

[88] Instalado o novo regime em Portugal, várias são as propostas para a reestruturação das Forças Armadas, destacando a Lei do Recrutamento Militar, de 2 de Março de 1911, e a *Organização Geral do Exército*, de Maio do mesmo ano, um projecto coordenado pelo coronel de Artilharia Correia Barreto. António Xavier Correia Barreto assentou praça na arma de Artilharia em 1869 e progrediu na carreira militar como oficial do exército. Profissionalmente, distinguiu-se como especialista em física e química e fundou o Instituto dos Pupilos do Exército. Filiado no PRP (a cujo directório pertenceu de 1911-1914 e 1914-1917), integrou o Comité organizador da Revolução 5 de Outubro. Primeiro titular da pasta da Guerra até 3 de Setembro de 1911 (Cf. A. H. Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)* (Lisboa: Assembleia da República, 2000), 111-112).

pela "formiga branca". Culturalmente, o exército seria a escola da nação republicana[89]. Apesar das reformas implementadas, cujo desejo último passava por um exército inteiramente fiel aos valores que ele próprio apregoava, em que os milicianos seriam o seu predicado máximo, a participação portuguesa na Grande Guerra denunciou as suas profundas fragilidades, onde a união e o consenso da classe dirigente estavam longe de ser atingidos e os ideólogos não chegavam para garantir um "voluntarismo generalizado"[90].

Ora, a realidade do pós-guerra colocou o exército no palco das muitas fragilidades da I República. A crise e a miséria instalaram-se nas Forças Armadas[91]. As reformas implementadas não garantiram a adaptação funcional e a reintegração social exigidas face ao contingente desmobilizado, mas implementavam-se ao sabor dos interesses dos governos no poder e às necessidades da ordem pública[92].

Esta não é uma realidade exclusiva a Portugal. Mais cedo, a Grã-Bretanha e a França enfrentaram o retorno de uma massa de homens incapacitados pela guerra, vítimas de mutilação mais ou menos visível, que se debateram com uma difícil reintegração social e inadequadas políticas assistenciais, ao contrário do que fazia antever a campanha de mobilização realizada[93].

A instabilidade social e a insegurança generalizam-se na Europa, os medos dos extremismos e as convulsões sociais abalam a velha ordem e colocam em causa os valores apregoados pelos governos que levaram nações à guerra. A profunda crise do pós-guerra votou estes homens à mendicidade forçada e mesmo a uma negligência e hostilidade social. Incapazes de fazer frente às leis do mercado, os ex-combatentes, na maioria dos países, não encontraram um meio-termo político e movem-se entre tendências políticas mais ou menos extremas.

---

89 Cf. Nuno Severiano Teixeira e Manuel Themudo Barata (Dir.), *Nova história militar de Portugal* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), Vol. 4, 117-134.

90 O fenómeno do voluntariado, saliente nos primeiros anos da guerra, foi mais usual nos países onde o alistamento não era obrigatório, o que não acontece em França e Portugal.

91 Os debates parlamentares sucediam-se no ano de 1922 e evidenciavam esta situação precária do Exército, como são exemplo aqueles protagonizados por Correia Barreto (Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 23 de Março de 1922, pp. 14-20).

92 Criaram-se, assim, a prazo, as condições favoráveis ao 28 de Maio de 1926, num culminar de descrença dos grupos solidários ao regime.

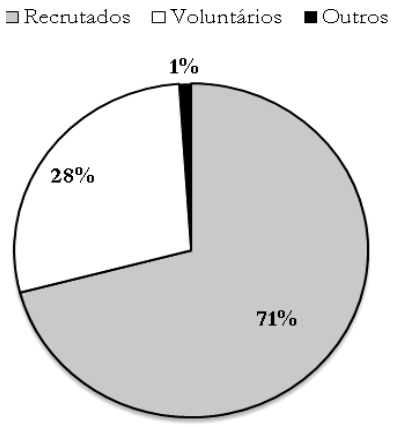
93 Entre os anos de 1915 e 1916, voltam os primeiros homens do *front*. Vítimas de ferimentos e mutilação eram integrados durante o conflito nas fábricas de armamento, mas o fim da guerra e a generalização da crise condena-os a baixas pensões e ao desemprego, já que as exíguas políticas oficiais de regalias laborais rapidamente foram esquecidas. A legislação assistencial desactualizada leva tempo até que se proceda às reformas adequadas. É o caso da legislação francesa, que Portugal assume como modelo. Só no ano de 1925 sairia o primeiro grande formato legal inerente àqueles mais afectados pelo conflito (os inválidos de guerra), uma vez que foram o verdadeiro rastilho do movimento de combatentes, face à profunda dificuldade de obtenção de pensões.

II. 2. Extractos das experiências e memória de grupo

A controversa participação portuguesa na frente europeia da guerra instalou Portugal no quadro dos possíveis vencedores mutilados, duma "ilegítima" criação de um mito da experiência de guerra vitorioso e heróico. Esta é uma condição quando se trata de interpretar testemunhos (memórias e diários de campanha) dos combatentes. Estes testemunhos permitem reconstituir algumas linhas da experiência de guerra dos soldados portugueses, universo que revela elementos tão díspares como o espírito de corpo, o voluntarismo e, acima de tudo, a morte e o seu significado. As publicações memoriais irão compor o universo dos valores morais que uniformizará o conjunto representativo da experiência de guerra dos antigos combatentes enquanto grupo[94].

No caso português, o escasso número de voluntários de guerra, a que muito se deve o sistema obrigatório de recrutamento nacional, e a ausência daquilo que Tolstoy afirmou ser mais importante do que a força material e humana dos exércitos, o "espírito de corpo", têm implicações na futura formulação do movimento combatente (Gráfico I).

Gráfico I: Modalidades de alistamento



Fonte: AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1370 - Estatística criminal e Disciplinar do CEP relativa ao ano de 1917; Isabel Pestana Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra.* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2002), 42.

[94] Mosse desenvolve a ideia de que a maioria dos voluntários é composta por homens cultos pertencentes à classe média. Seriam estes homens, nomeadamente professores, estudantes, escritores ou funcionários, autores de diários de guerra e de alguma propaganda, que vão compor o quadro dos oficiais e da liderança. Cf. Mosse, *Le guerre mondiali...,* 17.

A crescente consideração social por estes homens, nomeadamente pelos republicanos voluntários, coloca-os como parte integrante e central da formação e mobilização dos exércitos nacionais, criando um novo estatuto do soldado: o cidadão-soldado. Este novo estatuto resulta directamente da referida reestruturação dos exércitos e de um outro tipo de guerras, que «já não eram consideradas como guerras dinásticas, como campanhas pela defesa ou crescimento do poder do monarca, sem tocar os interesses do povo» [95].

Não se pretende, aqui, entrar no campo da memória individual, já que exigiria um outro tipo de abordagem. A experiência de guerra dos soldados constitui, no entanto, um horizonte prévio para uma compreensão geral dos contornos que o movimento dos antigos combatentes vai assumir no pós-guerra.

Compreender o movimento combatente torna-se, contudo, difícil pelo facto de não formarem, por si só, um grupo social. O que reforça o interesse em analisar este tipo de organização é o facto de não se reunir em torno de uma ideologia ou de um objectivo preciso, mas constituir-se como uma comunidade moral que se agrega em torno de um fundamento pré-existente, anterior e exterior a ela – a guerra e a experiência da guerra[96]. O comportamento social e ideológico destes combatentes no contexto do pós-guerra mantém-se e é indissociável da sua experiência na frente, entre a partida pouco consensual, a vivência de campanha como pressuposto comum e proporção de "espírito de corpo" e, por fim, a desmobilização e o retorno.

Os voluntários, apesar do seu diminuto número, foram em larga medida porta-vozes de todos os soldados, criando um universo simbólico de mitos e heróis que iria ocultar a realidade da guerra. Camaradas de armas que legitimariam, através da literatura publicada consistentemente no pós-guerra, o sacrifício comum e partilhado em torno de uma nação, contra o individualismo das sociedades liberais.

Com uma ressalva importante e incontornável. As condições físicas da guerra de trincheiras, onde homens eram reduzidos e enfraquecidos pela ausência de um *roulement* regular, pela desigualdade de licenciamento e pela falta do apoio moral e material de uma nação, criaram um universo de insustentabilidade psicológica e

---

[95] Mosse, *Le guerre mondiali...,* 18: «Le guerre della Revoluzione Francesa non erano piú considerate come guerre dinastiche, come campagne per la difesa o l'acrescimento della potenza del monarca, senza tuttavia toccare gli interessi del popolo».

[96] Cf. Prost, *Les anciens combattants...,* 1. *Histoire,* 2: «Le paradoxe de ces groupements volontaires […]. Ils ne prétendent pas réunir leurs adhérents en fonction d'une idéologie ou d'un objectif précis, mais d'une communauté morale, issue d'une différence aussi impossible à nier qu'à identifier».

descrença em relação às razões da guerra e mais ainda em relação à pátria que defendiam[97]. Daí que a contestação, a indisciplina, a revolta, a deserção, a infracção e a insatisfação se mesclem nos sentimentos entre soldados, marcados pelo horror da guerra e envenenados pela propaganda e cisão política nacional a que a frente de campanha, apesar da censura, não escapava.

As fortes controvérsias que marcaram a intervenção portuguesa estiveram, inevitavelmente, patentes no quotidiano das trincheiras. O mesmo se pode dizer quanto à precariedade numérica e material do CEP, até à data com experiência limitada às campanhas em África. No quadro destes condicionalismos, importa perceber que o contingente humano era composto, essencialmente, por homens de origem rural e iletrados, pouco interessados e capazes de compreender as razões abstractas de uma guerra na qual lutavam sem condições mínimas, "envenenados" pelas cisões internas nas forças militares em campanha que proferiam discursos que pintavam o seu esforço ora como resultado de um inconsciente acto de demagogia, ora como um acto a ser escrito nas páginas da história portuguesa.

A permeabilidade política no quotidiano das trincheiras impossibilitou, assim, a criação de um todo identitário que legitimasse a luta comum pela defesa dos valores da pátria republicana. A fragmentação instalava-se até no seio das mais pequenas unidades do CEP, como sublinha Isabel Marques: «deste modo, 'o espírito de corpo' não foi construído no CEP, impossibilitando-o de funcionar como um todo. Esta fragilidade do CEP justifica, em grande parte, o processo de debilitação ocorrido em alguns expedicionários, uma vez que um 'espírito de corpo' forte e consolidado conseguiu ultrapassar as dificuldades do quotidiano de guerra, construir boas relações humanas e ser imune à propaganda de desmobilização»[98].

Acresce às cisões quanto à entrada na guerra e às dificuldades materiais e psicológicas enfrentadas pelo CEP, a instabilidade política vivida no país, que cavou ainda mais fundo, durante a guerra e possivelmente depois, a divisão no seio das Forças Armadas. Leote Rego, no discurso que realizou na Câmara dos Deputados a

---

[97] As causas deste mal-estar, trabalhadas por Isabel Pestana Marques, eram provocadas por vários elementos inerentes à guerra de trincheira, que provocavam desgaste físico e psicológico absoluto, dificultando que as tropas mantivessem um moral elevado: as características espaciais delineadas pela trincheira; os rigores temporais de longos períodos passados ali, debilitando mesmo os mais resistentes; o desgaste profundo do contraste de dois tempos – "momentos de espera" e "momentos de guerra", enquanto que o primeiro massacrava pela consciência dos sofrimentos, o segundo levava à loucura e desaire, a consciência constante da ameaça de vida colectiva ou individual ou mesmo a consciência de colocar em perigo a vida de outro ser humano. Veja-se o Capitulo V – *Moral das tropas* em Isabel Pestana Marques, *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2008), 273-370.

[98] Marques, *Das trincheiras*…, 367.

11 de Junho de 1919, reflecte bem essa realidade, fazendo uma longa apresentação em torno da divisão nacional; do pouco apoio dado aos militares na frente, principalmente aquando do golpe sidonista; do constante *uso* político das Forças Armadas ou da forma como estas interferem na vida política, prejudicando a acção das tropas no *front*:

> Quando na noite de 4 de Dezembro eu vi cair a primeira granada, vinda da Rotunda próximo dos navios que então comandava; quando vi o famoso regimento 33, vergonha da minha terra e que o Sr. Ministro já devia ter riscado da lista dos regimentos, virar as costas aos seus camaradas que estavam combatendo, virar as costas aos paquetes que estavam no Tejo à sua espera, quando vi esse regimento, à voz de: 'ninguém mais vai para a guerra, morram os democráticos!' abalar para a Rotunda quando vi que aquelas granadas não eram atiradas para cima do inimigo […] mas sim para cima da nossa marinha de guerra […]. A essa hora os soldados que estavam na trincheira da França recebiam comunicação da revolução sidonista, antes do telegrama do Governo, pela voz dos boches que trouxeram a notícia de que já não havia Norton de Matos, nem democráticos e que a guerra tinha acabado para os portugueses. […] É preciso fazer homenagem a todos os comandantes que fizeram parte do Corpo Expedicionário Português. Todos pediram instantemente tropas. […] Mentiram descaradamente quando afirmaram que não havia transporte. […] Avizinhava-se a grande ofensiva, toda a gente o sabia, o Governo português não o podia ignorar e sabendo-o não tinha o direito de diminuir o valor dos núcleos de tropas que se encontravam no front, se era sua intenção reduzi-lo ao ponto de nada valer? Enganou-se. Esse punhado de homens que lá se encontravam completamente abandonado, entregue simplesmente à sua fé republicana e patriótica, o que receba a vez de carinhos, zombarias, no dia da grande ofensiva de 9 de Abril, no dia em que os alemães ganharam num só dia 12 quilómetros, bateu-se heroicamente, e se muito se perdeu: o que não se perdeu foi… a honra de Portugal[99].

Veja-se, agora, alguns dos elementos mais marcantes da experiência de guerra que perpassam todo o universo de publicações rememorativas e convergem para delinear a memória de grupo. Atente-se que a escrita memorialística, por vezes imediatista, podia estar mais próxima do género narrativo do diário/autobiografia do que das memórias que "exigem", à partida, algum distanciamento temporal.

II. 2.1. A morte

Daquilo que compõe o todo da experiência de guerra, a morte é o fenómeno cujo impacto é mais profundo. Não se fica pelo limite temporal da guerra, mas vai além e consuma-se como centro nevrálgico dos processos de rememoração futuros. A presença iminente da própria morte é um facto com que os soldados da frente têm

[99] Leote Rego, *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Junho de 1919, p. 9.

de conviver. Uma morte de massa que afecta todos os indivíduos, sem excepção. Não era só a do inimigo, era essencialmente a dos companheiros de armas que, depois de serem mortos, ficavam estendidos nas proximidades das trincheiras e, não podendo ser retirados, espalhavam um odor de putrefacção que jamais se dissipava, consolidando a ideia de uma morte futura muito próxima.

Considerando os quantitativos das baixas, poder-se-ia pensar no pouco impacto no número de braços. Segundo dados do Serviço de Estatística do CEP, de 1924, o total de mortos ocorridos durante a campanha foi reduzido. Dos 55 085 efectivos mobilizados, morreram cerca de 1 992, cerca de 3,6% de baixas, a maioria em combate (por metralha ou por gás, na arma de Infantaria e na linha da frente); depois, por doença ou acidente; e, por último, desastres em serviço[100].

Mas, não é apenas na questão do contingente ou força de combate que a morte é central, mas no impacto psicológico. São os homens sujeitos às mais degradantes condições na trincheira que mais contactam com a morte, o que provocava um processo de destabilização psicológica.

A contabilização pelos serviços oficiais de apenas 10 casos de suicídio, exclusivamente entre praças, denuncia um eventual escamoteamento da situação, por razões que não podem aqui ser entendidas de ânimo leve, fossem elas resultantes de uma vontade humana de esconder possíveis "fraquezas" do camarada ou de uma vontade oficial para evitar possíveis acusações de responsabilidade. A morte por suicídio foi escondida como ilegítima, uma vez que contrariava o espírito que defendia o patriotismo e a unidade do CEP.

O estado de desespero e de degradação daqueles que enfrentavam, por longos períodos, as condições das trincheiras é exemplarmente fixado no seguinte testemunho:

> Os mortos não eram por lá muitos como seria de esperar de uma guerra tão extensa e tão fogosa, mas se o sofrimento era grande e sem esperanças de termo, o sofrimento moral era muito peor, pois as baixas por conta-gotas, ao acaso, matavam tão lentamente ou arruinavam tanto o indivíduo como se assistíssemos a uma prolongada lotaria, em que estivéssemos momento a momento à espera de um número em que a 'sorte grande' era a morte, uma cegueira, uma tuberculose por gazes, etc., e os pequenos prémios a perda de um braço ou de uma perna ou de qualquer ferimento. Nos intervalos da primeira linha os pobres soldados, em logar de descansarem, faziam-nos ainda ir trabalhar, de dia ou de noite, em serviços de reparações de novas linhas ou outros. E assim

[100] Cf. AHM, 1.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 1401 – *Serviços de Estatística e Estado Civil do CEP, Livro de Estatística do CEP*, p. 13. Ver Quadro I., supra.

> depressa se haviam de fatalmente esgotar os organismos, por mais robustos que eles fossem[101].

A questão da morte é nesta guerra vivenciada numa outra dimensão. A massificação e o anonimato estão intimamente ligados à experiência da guerra de trincheiras – a banalização que assume a morte de massa dos lados em confronto. Escreve, a propósito, Albino Sampaio:

> Tão banal a guerra está, apesar dos reflectores, dos ciclistas, do arame electrizado, do telefone do submarino do aeroplano, que é estúpido matar sem saber quem, morrer sem saber quem nos dá a morte. Um soldado marcha, de repente leva as mãos à frente e cai. É uma síncope, uma tontura? Não. É a morte. Aquele homem que sabia pensar, sentir e querer, que tinha dois braços, um cérebro, um coração, aprovisionado com uma espingarda último modelo, um sabre baioneta, balas, previsões, sonhos e esperanças está de todo frio. Quem o matou? Sabe-se lá. Só se foi esse bocado de aço que lhe deixou o orifício no pano da farda[102].

A constatação da fugacidade da vida era uma constante. A mistura entre corpos mortos e o campo de batalha em terra de ninguém era um quadro desesperante que tornava os homens alheios à condição humana. Tudo convergia numa espiral de anulação:

> Não há tempo para pensar ou acudir aos camaradas que tombam. A febre do combate torna os homens egoístas e indiferentes. Toda a sensibilidade se anula. Uma vida não vale nada; um corpo esfacelado é apenas um incidente; os gemidos não passam de sons que se juntam ao ruído infernal de tantos outros formados. Toda a trincheira está em fogo[103].

E, no entanto, a maioria dos soldados nunca matou um inimigo, ou até mesmo, nunca teve contacto directo com a possibilidade de ser um "assassino", mesmo na linha da frente da infantaria. De qualquer forma, não seria natural um homem matar outro, mesmo inimigo, e não sentir culpa. Daí que o medo de ser morto ou de matar não seja algo que se possa comunicar. Mesmo que se tente perceber essas emoções, continuar-se-ia na ignorância, pois só quem participou da guerra o podia, de facto e de direito, perceber.

Os combatentes levaram algum tempo a partilhar com o mundo as suas vivências. Na verdade, a procura da parte da sociedade civil dos seus heróis abafou uma realidade que não interessava trazer a público: sendo demasiado violenta, os

---

[101] David Magno, *Livro da guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C.E.P.. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativeiro. Figuras, factos e impressões* (Porto: Comp. Portg. Ed., 1921) Vol I, 71.
[102] Albino Forjaz de Sampaio, *A avalanche (À margem da Grande Guerra)* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1935), 28.
[103] Quirino e Melo Vieira Monteiro, *«Gambúsios» – Soldados da Grande Guerra* (Lisboa: Portugália Editora, 1919), 37-38.

soldados apenas expressavam o "desejável" da sua experiência. Fenómenos que denunciam a exclusão dos ex-combatentes imposta a uma parte da vida ou ao próprio homem.

Durante a guerra ou no imediato pós-guerra, a experiência da morte estava muito próxima para poder ser invocada. As publicações, na sua maioria memórias ou diários de campanha escritos "no calor do momento", são silenciosas face à angústia dos soldados. Raros são os trabalhos escritos que tratam directamente a experiência da morte. A maioria pauta-se por uma descrição da experiência militar, narrada em tom de diário de guerra e com pretensões historiográficas ou políticas.

O horizonte dos combatentes era povoado de sentimentos, à primeira vista, contraditórios, mas que se fundem no contexto da sua experiência de guerra. O medo e a angústia dominavam os seus espíritos antes de qualquer combate. O período indeterminado de espera entre batalhas era o mais terrível: tempo de reflexão e de ânsia até o deflagrar da batalha. Assim que o confronto começava era um alívio. A experiência da guerra é retida pelos combatentes como a mais marcante das suas vidas e da qual têm orgulho, não heróico, mas pela sua capacidade de extrair dessa vivência aprendizagem, amadurecimento e, por fim, felicidade, porque conseguiram resistir a tamanha provação. É deste horizonte de sentimentos que se cimenta no seio dos soldados a vontade extrema de viver cada momento como se fosse o último, de apreciar as pequenas coisas, prazeres físicos (comer, dormir, beber, descansar) e espirituais (como a elaboração das cartas para a família). A ambição final era o gozo da vida em paz e segurança, como recompensa merecida, daí a insistência pela pensão, que lhes permitiria realizar tal desejo.

Mas não é só de heróis humanizados de que esta experiência se povoa, mas também de cobardes e traidores. Muitos, fruto da destruição do combate, adquirem uma imunidade, apenas deixando-se afectar por aquilo que lhes toca de muito perto.

II. 2.2. O voluntarismo: o combatente-cidadão

Ainda antes da eclosão da guerra, em Portugal, enquanto se discutia o possível envio de tropas para a frente europeia, publicaram-se trabalhos de apologia à intervenção e participação na guerra – uma luta contra o inimigo imperialista pelos heróis nacionais que regenerariam a pátria republicana. Alguns destes autores, num conjunto constituído, entre outros, por escritores, jornalistas, professores ou

médicos, integrariam o restrito número de voluntários de guerra. Parte desta literatura está na base das projecções da memória patriótica.

Augusto Casimiro e Jaime Cortesão apelaram publicamente ao intervencionismo, embora estes estejam cientes dos motivos políticos da mesma. Juntam-se-lhes outros, na publicação da revista *A Águia*, de 1916, como Teixeira de Pascoaes, Teófilo Braga, Raul Proença, que defendem a necessidade histórica de participar na guerra pela aliança com a Inglaterra e pela integridade do valor da nação[104]. Contudo, a ideia intervencionista alterou de tom com os desenvolvimentos da guerra, passando a uma apologia do soldado, em detrimento dos oficiais, criando-se uma nova hierarquia militar marcada pela supremacia dos valores de «coragem física e integridade moral»[105].

Jaime Cortesão, escritor, militar e historiador da intervenção na guerra, cria um discurso, nas suas memórias, centrado na valorização do soldado camponês que, na escola da guerra, forma-se como um "homem novo" na defesa dos valores e da regeneração da pátria. Esta perspectiva heróica nas memórias de Cortesão abandona, de certa forma, a grande apologia intervencionista tão característica da sua participação n' *A Águia*. O soldado, centro da discussão, é razão para a exposição de uma certa crítica às autoridades, aquando da descrição do retorno das tropas.

Alguns destes textos permitem, com efeito, percepcionar uma crítica em relação às forças políticas e às altas patentes militares, acima de tudo à incompreensão e à falta de apoio geral que corrompe qualquer voluntarismo que o imaginário dos combatentes pudesse habitar. Diz-se que «as nossas elites governativas, todas elas, mais ou menos, são incapazes dos grandes actos redentores, enquanto o Povo, apesar de ignorante e desorientado, é ainda e sempre a maior esperança» [106], ou, nas palavras de Alfredo Barata da Rocha em *Névoa da Flandres*, «o drama da Grande Guerra não foi compreendido, nem sentido, nem em Portugal» [107].

O discurso da cruzada do "homem novo", bem como a heroificação do soldado comum que se sacrifica "alegremente" pela defesa da pátria, integra plenamente o *mito da experiência de guerra* – uma construção que passa pela necessária transcendência da morte, criando alternativas de catarse, com base em temas da

[104] Veja-se: *A Águia.* (Porto: Renascença Portuguesa, 1916).
[105] Cf. Ernesto Castro Leal, «Narrativas e Imaginários da 1ª Grande Guerra 'O Soldado-Saudade' português nos 'nevoeiros de morte'». *Separata da Revista de História das Ideias*, 21, (2000): 447.
[106] Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra* (Porto: Renascença Portuguesa, 1919), 24; Cf. Leal, «Narrativas e Imaginários…», 449.
[107] Alfredo Barata da Rocha, *Névoa da Flandres* (Porto: Renascença Portuguesa, 1924), 10.

antiguidade clássica e, mais ainda, do cristianismo, ou seja, na crença da ressurreição dos homens. Este será o discurso simbólico presente desde o culto imediato aos mortos até à monumentalização de locais de culto de uma nova religião civil[108]. Augusto Casimiro, em *Calvário da Flandres*, explora esta dimensão regeneradora dos combatentes mortos durante a guerra – a cruzada em defesa da pátria – aqueles que irão ressuscitar:

> Mortos? Porque me custa dizer esta palavra, a mim? A morte não aniquila, nem reduz os verdadeiros vivos […] e os mortos desta guerra viveram a verdadeira vida. A morte, limiar obrigatório da eternidade, aligeirou-se das suas e das nossas misérias, fê-los transparentes, e, integrando-os na grande corrente de devoção que alaga o mundo e a renova, deu-lhes, a eles que tinham sido o silêncio, a resignação do sacrifício, divinas forças activas, a imaterial existência, a força inexaurível dos símbolos que através das idades vêem embalando o coração e guardando os sonhos do mundo. […] Os mortos da Grande Guerra vão ser os calmos condutores da hora dolorosa. […] O mundo saberá então como, e até onde, esta guerra foi, no céu e na terra, nos mares e nas almas – a grande guerra de Deus[109].

Torna-se, no entanto, difícil encontrar obras que tratem a experiência da guerra pelo lado mais psicológico e intimista, mais ainda aquelas que, à parte de criarem mitos, revelam o "lado negro" – «a grande cova, onde se aprende o ofício do morto»[110]. Expressões como as de Cortesão são extremamente raras num contexto de necessária abstracção do pós-guerra:

> Os vivos têm de viver em promiscuidade com os mortos, – mais do que isso, com as multidões dos cadáveres. Ali, ao pé da trincheira, a meio de uma dessas paredes de um posso de explosão, emergem os dois ossos de uma perna em farrapos de podridão suspensos e uma bota ainda calçada […]. Todo o chão exala carnagem, loucura, nevoeiros de morte. Em certos pontos dir-se-ia que a terra ainda está ensopada de sangue negro[111].
>
> Tinha sido há dias – a Batalha de La Lys. O boche arremessava doido sobre a Flandres o seu desespero sombrio. Sôbre a retaguarda caíam as guarnições desmanteladas. […] Andava tudo triste. Não podia olhar uma árvore – parecia uma prece feita da terra para a defendermos. Os ramos imploravam como braços, como olhares. E eu, tristemente, sentia cair do peito o sangue junto de todos os meus soldados mortos… É tão bom amar a sua pátria, mas custa tanto ser vencido[112]!

A transposição para a escrita da experiência de guerra usa muitas vezes de um poder histórico de conhecimento de causa para, nas entrelinhas, projectar um tom de

---

108 Cf. Mosse, *Le guerre mondiali...,* 34.
109 Casimiro, *Calvário da Flandres…,* 177-183.
110 Cortesão, *Memórias da Grande Guerra…,* 164.
111 Cortesão, *Memórias da Grande Guerra…,* 180.
112 Pina de Morais, *Ao parapeito* (Porto: Renascença Portuguesa, 1919), 55-56.

"sujeito político" ou "auto-justificativo", uma forma legitimadora do esforço individual da guerra, mas também, consciente ou inconscientemente, uma justificação política. Como salienta Ernesto Castro Leal «o guerrismo espelhado nos memorialismos republicanos de Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, João Pina de Morais ou Carlos Selvagem transportava uma visão profética redentora, ancorada numa dupla justificação de sentido patriótico: a justificação política de aliados naturais do bloco demoliberal anglo-francês contra o expansionismo cesarista alemão; a justificação ética de uma proposta de revigoramento moral das energias nacionais que o soldado encarnava»[113].

Estas viagens pelo passado manifestam a intenção de reescrever a história, uma vez que o próprio escritor está integrado num fenómeno mais alargado. Halbwachs assinala, precisamente, esta ausência de inocente neutralidade nas memórias individuais, quando refere que «um homem para evocar o seu próprio passado tem constantemente a necessidade de recorrer às recordações dos outros. Reporta-se a elementos que se localizam para além deste, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem instrumentos como as palavras e as ideias, que o indivíduo não convidou, mas que ele empresta ao seu meio»[114]. É inevitável que, para além do fenómeno individual, as memórias sejam claramente afectadas por uma memória do grupo e uma memória colectiva, adquirindo padrões partilhados: «deste modo, a guerra vivida (e sofrida individualmente) ao ser recordada (e comunicada publicamente) permite a generalização de um mundo de atitudes e valores, ao iniciar a activação de um sistema de incitações interindividuais»[115].

Donde, a partilha de uma experiência comum não apenas está na base das memórias individuais, como assegura algumas das condições da identidade e da memória de grupo dos antigos combatentes: o coeficiente moral comum propício à legitimação do movimento associativo e do protagonismo rememorativo reclamado pelos antigos combatentes.

---

113 Leal, «Narrativas e Imaginários…», 445.

114 Halbwachs, *La mémoire collective*, citado por Catroga, *Memória, História*…, 16 : «Un homme pour évoquer son propre passé, a souvent besoin de faire appel aux souvenirs des autres. Il se rapport à des points de repère qui existe hors de lui, et qui sont fixés par la société. Bien plus, le fonctionnement de la mémoire individuelle c'est pas possible sans ces instruments que sont les mots et les idées, que l'individu n'a pas invités, et qu'il emprunte à son milieu».

115 Leal, «Narrativas e Imaginários…», 444.

II. 3. O retorno e a recepção das tropas: os primeiros formatos comemorativos

A desmobilização da guerra não deve ser encarada apenas como um momento transitório ou um simples parêntesis entre o tempo de guerra e aquele de paz. Ela é absolutamente nevrálgica na delineação do processo de reintegração civil dos ex-combatentes. As condições em que se realiza variam entre vencedores e vencidos, resultando em atraso, precariedade de transportes e, pior, negligência, de que são claro exemplo os prisioneiros de guerra. Neste contexto, torna-se ainda mais «importante estar atento à economia moral da desmobilização, ao conjunto de procedimentos de reconhecimento e de reparação no momento do regresso dos homens. Como manifestar a gratidão da nação aos homens desmobilizados?»[116].

Realizada a desmobilização, o que corrói – apesar de tudo – os homens são as degradantes condições socioeconómicas a que estão sujeitos, onde a crise do pós-guerra acentua a dificuldade de reencontrar trabalho, menos difícil na situação do trabalhador rural. Mas, definitivamente, são as profundas marcas físicas e, acima de tudo, mentais, deixadas pela experiência de guerra, que constituem os obstáculos complexos num retorno à normalidade da vida. Cria-se um abismo entre antigos combatentes e sociedade civil, despontando-se uma necessária mobilização contra o ausente reconhecimento pelo sacrifício prestado e pela incompreensão da experiência vivida.

Procurar-se-á, aqui, esboçar as primeiras linhas do contexto comemorativo na estreita e específica relação com a ausência de confrontos em território nacional da metrópole e a conturbada realidade política. Entende-se esta apreciação apenas no quadro das questões políticas e sociais que abalavam a República no período do regresso da frente, dos problemas aliados ao Sidonismo, do retrocesso da política intervencionista, da reacção das forças de poder face aos vestígios mais imediatos desta guerra. Tudo isto configura uma série de pistas que ajudarão, nos capítulos seguintes, a fixar a política memorial em torno da Grande Guerra.

---

116 Bruno Cabanes, «Démobilisations et retour des hommes», in Becker e Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie...*, 1050.

II. 3.1. Sidónio Pais e a apropriação política da vitória

A ascensão ao poder de Sidónio Pais no penúltimo ano da guerra definiu fortemente os destinos da força expedicionária,

> porque na política sidonista actuavam duas tendências. A uma se deveu a anemização do CEP por todas as medidas, individuais ou gerais, que o foram reduzindo e impedindo a renovação. À outra se devem as diligências para obter os transportes que os ingleses continuavam negando – agora mais justificados pela epidemia do tifo exantemático – que se deve, sobretudo, à nomeação do Sr. General Garcia Rosado para comandante do CEP, o qual, com D. José de Serpa obtêm a reconstituição do CEP como tropa de combate, reerguido da situação de brigadas de cavadores a que havia sido reduzido[117].

Não interessa aqui analisar em pormenor os processos de desmobilização[118]. O foco da atenção deve, antes, incidir sobre os formatos comemorativos em torno das tropas desmobilizadas. Este segmento permite uma primeira acção integrada na análise da cultura de guerra, não pelo fenómeno comemorativo em si mesmo, daí excluir-se os desfiles de Paris e Londres, mas por explanar as recepções e primeiras políticas de integração e delineação da imagem oficial da participação, depois da "frustrada" União Sagrada.

Terminada a guerra, o número de homens a repatriar era significativo, embora nada comparável com o caso da França ou da Inglaterra. Mais de 55 000 homens foram convocados e nem todos voltaram. Muitos ficaram a aguardar a assinatura do Armistício, como os prisioneiros de guerra, dos quais existem diários denunciadores da problemática do transporte e da negligência das entidades portuguesas[119]. Neste contexto, o tempo breve do consulado de Sidónio em Portugal, não tão esporádico se considerarmos a fugacidade dos governos republicanos, é encerrado por uma forte tensão social e política, mas também por um importante alívio face à aproximação do fim da guerra. Sidónio soube aproveitar a vitória aliada, intensificando a sua já florescente actividade pública pela realização de grandes paradas, actos comemorativos onde os seus discursos, de pendor crescentemente

---

117 Luís Augusto Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra* (Lisboa: Ed. Ática, 1934-1935. Vol. 2), 335.
118 Tema já tratado por Medeiros Ferreira e Filipe Ribeiro Meneses (Cf. Ferreira, *O comportamento político dos militares*…; Meneses, «O impacto da I Guerra Mundial…»).
119 "O repatriamento dos prisioneiros", *A Capital*, 13 de Janeiro de 1919, p. 1. Para melhor compreender a "questão dos prisioneiros" veja-se o trabalho de Nuno Severiano Teixeira, «Faim et nostalgie: les prisonniers portugais de la Grande Guerre», *Guerres Mondiales et Conflits Contemporaines,* n.º 178 (1995): 25-41.

patriótico e emotivo, centrados no líder carismático, serviam facilmente as almas de uma população que espontaneamente acorria às grandes paradas, como aconteceu no último dos seus cortejos – o fúnebre.

A delineação dos formatos comemorativos de homenagem ao esforço português passou pelas primeiras celebrações da assinatura do Armistício. Sidónio Pais mostrava-se ambíguo face a esta situação, quando controlava os destinos políticos do país numa guerra ao lado dos aliados, sendo acusado de germanófilo pela oposição. Aquém da sua responsabilidade pela "ausência" de *roulement* e do grande desaire de *La Lys*, Sidónio iria protagonizar um acto propagandístico de apropriação da vitória e legitimação do seu estatuto enquanto representante máximo da Nação, organizando e chefiando as primeiras celebrações imediatamente após a assinatura do Armistício. Daí sair à rua para, junto das massas, consumar a vitória, encabeçando desfiles celebrativos, compostos frequentemente por homens que, ou não partiram para a frente, ou haviam conseguido uma licença prolongada e permanecido na pátria ao invés de garantirem o regular *roulement*. Amálgama entre a desejada necessidade de internamente reforçar o regime presidencialista, num contexto de crescente crise, e, internacionalmente, obter o reconhecimento europeu do Exército português e da pátria de que era "presidente-rei".

Sidónio decretou os dias 12 e 28 de Novembro de 1918 feriados nacionais[120].

O primeiro dia foi marcado por um grande desfile na cidade de Lisboa, protagonizado pelo auto-denominado *Comandante em Chefe dos Exército de Terra e Mar*, entre o Terreiro do Paço e Belém[121]. Na imprensa é feita uma larga glorificação do exército republicano e de alguns momentos marcantes da investida, como o episódio de *La Lys* e do caça-minas *Augusto Castilho*: «ainda mais, se é possível, pelo sacrifício nobremente consentido ao que pela intrepidez na lucta desegual e sem mercê, é um d'esses episódios épicos que bastam para assegurar a autonomia d'um país, porque

120 Cf. Decreto n.º 4:951 – *Diário de Governo,* I Série, n.º 244*,* 11 de Novembro de 1918: «Nesta hora de grandioso júbilo para as Nações aliadas saúdo com fervor os exércitos de Terra e Mar em especial os heróicos combatentes que nos campos de Batalha da França e da África e em diferentes combates navais souberam mais uma vez levantar tam alto o nome de Portugal, e emito um voto de mais profundo respeito e admiração pelos que em prol da Pátria perderam a vida nessas duras pelejas. *Sidónio Pais»;* Decreto n.º 4:997 – *Diário de Governo,* I Série, n.º 256, 27 de Novembro de 1918.

121 "As manifestações de hoje", *A Capital,* 12 de Novembro de 1918, p. 1: «O cortejo chegou em frente do paço de Belém às 15.30. A Praça de Affonso d'Albuquerque estava cheia de gente, que irrompeu em vivas à Pátria, à República e aos alliados. […] Em seguida, o sr. Presidente da República acompanhado pelo ministério, seus ajudantes governador civil e outras pessoas veiu à «terrasse» que olha para a praça, de cabeça descoberta, sendo nessa ocasião saudados muitos vivas à Pátria, à República, e aos paizes alliados. […] O sr. Presidente disse que ia acompanhar a manifestação».

quando um país possue taes heroes, não pode, em caso nenhum, ser uma torre de escravos»[122].

Sidónio discursa. Mais uma vez invoca os valores tradicionais e o sacrifício do povo pelos interesses superiores: «nunca compreendi melhor a felicidade de ser português, para bem sentir a alegria dos nossos valentes soldados e as lágrimas das mães que nos montes e nas aldeias os esperam, e para sofrer uma dolorosa e grata saudade por esses que deixaram com a vida os seus nomes ligados a factos de grandeza e de valentia. Nunca senti melhor a honra de presidir aos destinos de Portugal para saudar comovidamente todas as nações ao lado das quais caminhamos para o triunfo, estreitamente unidos à nossa velha tradicional aliada»[123].

Mesmo aclamado, aquando dos desfiles e das cerimoniosas recepções às tropas, pelo povo e pelas forças internacionais, o Presidente não gozou longamente desta propaganda que a vitória aliada gratuitamente lhe proporcionara. No dia 5 de Dezembro, no momento em que condecorava os sobreviventes do referido caça-minas, sofreu o primeiro atentado. Quando subia o seu automóvel, Luís Maria Baptista tenta, por três vezes, disparar contra o chefe de Estado.

O sidonismo foi incapaz de sobreviver à morte do "messias". A sua queda marcou o aparecimento de um Exército dividido e politizado, decorrendo da participação na guerra e da cisão que o seu regime iria sublinhar. Terminada a guerra e proclamada a Monarquia do Norte, por iniciativa da "junta militar" do Porto, o país cai num ambiente de guerra civil e as unidades militares dividem-se. Homens que haviam combatido na frente voltavam gradualmente ao país, e descontentes com o "abandono" declarado por Sidónio e com a fuga de muitos oficiais monárquicos, voluntariavam-se para, mais uma vez, desembainhar armas[124].

Esta apropriação comemorativa do discurso político foi largamente contestada por aqueles soldados que já se encontravam em Portugal ou pelos que ainda aguardavam o retorno, a maioria, impossibilitados de participar do desfile, mas "espectadores" dos que se "refugiaram" nas causas políticas para evitar a partida para terras europeias. O exército republicano, que deveria ser glorificado, estava ainda

122 "O dia da victória", *A Capital,* 12 de Novembro de 1918, p. 1.

123 Biblioteca de Acção Nacionalista*, Um ano de Ditadura: discursos e alocuções de Sidónio Pais* (Vol. 11. Lisboa: Lusitana Editora, 1924), 91. Discurso pronunciado no banquete de gala celebrando o Armistício.

124 Veja-se para a questão do Sidonismo e da Guerra, entre outros: Manuel Villaverde Cabral, «A Grande Guerra e o Sidonismo: esboço interpretativo», *Análise Social,* XV, n.º58 (1979): 373-392; Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo* (Coimbra: Universidade de Coimbra e Museu da Presidência da República, 2006); Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, *A Primeira República Portuguesa: Entre o Liberalismo e o Autoritarismo* (Lisboa: Edições Colibri, 2000).

longe de enquadrar as fileiras das paradas de Lisboa, mais ainda aqueles que assumiram a participação voluntária como causa[125]. Tal facto é bem patente nas memórias de João Chagas e Jaime Cortesão, ou mesmo nos discursos de Leote Rego[126] na Câmara dos Deputados do ano de 1919.

No seu *Diário*, João Chagas comenta os grandes desfiles de Novembro, indignado pela distância que lhe impõe um exílio, numa entrada de 29 de Novembro de 1918 e na sequência de um artigo do *Diário de Notícias*, mas que poderia ser de qualquer outro periódico da época. Mostra-se ultrajado pela apropriação e aclamação feita pelo autor da maquinação alemã,

> que destruiu o esforço militar de Portugal, que aniquilou o seu papel político e desfez em fumo o nosso generoso sonho de glória e de engrandecimento? Que tropa é esta que desfila nas ruas de Lisboa e que significa este ridículo apparato bellico – estas peças de sítio, estes 'enormes obuses', este tropear de cavalos – estes clangores de clarins de um exército que se desmantelou, se desfez e renunciou a bater-se? Que população é esta que aclama, de laços verdes ao peito, este louche aventureiro? Que gente é esta? Que Portugal é este? Não creio que tenha havido na história de nenhum povo, uma página assim tão incongruente, tão monstruosa![127].

Mais do que qualquer outro homem da época, a leitura de Jaime Cortesão[128] é indispensável para compreender a revolta dos poucos voluntários republicanos que lutaram na frente – verdadeiros "cidadãos-soldado" – profundamente marcados pela tragédia e abandono político, senão mesmo pelo decidido exílio das lides públicas:

> nós, quantos havíamos regressado a Portugal e naquela hora vencíamos – estávamos quasi todos presos. Os outros, – os que haviam contrariado a nossa participação, esses recebiam as honras e as glórias do triunfo [...] Sob mão daqueles que haviam contrariado a nossa participação na guerra, eu ia seguindo dentro das grades a marcha vitoriosa dos exércitos

---

125 "O dia da victória", *A Capital,* 12 de Novembro de 1918, p. 1: «É preciso ponderar bem o estado em que esse exército foi deixado pela monarchia para avaliarmos o esforço colossal dos homens da República que se empenharam em desenvolvê-lo e robustecê-lo. Ninguém deve ter olbidado a campanha persistente que se realizou entre nós para a segurança da defeza nacional, reconstruindo-se o exército e a marinha».

126 Jaime Daniel Leote Rego segue carreira militar até atingir o posto de contra-almirante. Prestou importantes serviços em Moçambique. Depois da Revolução de 5 de Outubro adere ao novo regime e, durante a revolução de 14 de Maio de 1915, chefia a divisão naval que se revolta contra o governo de Pimenta de Castro. Foi um dos maiores defensores da participação portuguesa na Grande Guerra (Cf. Marques (coord.), *Parlamentares e Ministros…,* 365-366).

127 João Chagas, *Diário IV. 1918-1921* (Lisboa: Edições Rolim, 1986), 115.

128 Jaime Cortesão fez campanha na Flandres como voluntário no posto de capitão-médico. Gravemente ferido em combate, foi condecorado com a Cruz de Guerra. Teve intensa participação na propaganda intervencionista, dirigindo o diário democrático *O Norte* (1914-15) e redigindo *A Cartilha do Povo* (1916). Resultou desta participação na Grande Guerra *Memórias da Grande Guerra* (1919). No final da guerra assume um posicionamento apartidário, embora sem deixar de assumir uma postura crítica face ao poder político. Participação activa na tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927, que lhe valeu a demissão do cargo de director da Biblioteca Nacional, que exercia desde 1919, em estreita colaboração com Raul Proença, e a partida forçada para o exílio.

> aliados. […] E foi dentro da prisão ainda que eu vi chegar claramente a hora do Armistício e da Vitória[129].

Poucos oficiais milicianos regressariam a Portugal antes de finalizado o conflito. Jaime Cortesão fá-lo, obrigado por um ferimento de campanha, e depara-se com um estado revoltante de coisas que dificulta ainda mais a vida daqueles que voluntariamente se sacrificavam ou sacrificaram pela pátria,

> [c]omeçaram a prender-se aos milhares por simples suspeitas, os republicanos. Quando estes acrescentavam as qualidades de oficiais do CEP, eram por via de regra encarcerados. Assaltaram-se os jornais periodicamente. Instituições políticas e casas particulares não escaparam também. Em Lisboa e Porto, os presos foram espancados e assassinados [...]. A isto chamou: - combater a demagogia. Quando, ainda fraquíssimo, repousava, com licença da Junta para me tratar em sanatório, prenderam-me e encarceraram-me numa cela Penitenciária. É claro: - os meus males agravaram-se de tal modo que, passados quinze dias, recolhia em estado grave a um hospital militar, onde permaneci preso, durante três meses[130].

Estes eram os homens que em tempos propagandeavam o sacrifício ao serviço da pátria, mas que, revoltados com os acontecimentos, decidem afastar-se das lutas políticas, face à divisão entre republicanos e ao abandono e contestação a que foi votada a causa da guerra[131]:

> Desgraçadamente em Portugal a vida partidária gira à volta da educação monárquica. Quem dentro dos partidos quiser servir ideias, obriga-se principalmente a servir os homens. Demais, a minha maior actividade partidária realizou-se em torno da Guerra. Não me arrependo. Julgo até que o máximo título de glória e motivo suficiente a justificar a existência e defesa desse partido foi o papel decisivo que teve na nossa participação. [...] Hoje o caso mudou, mudou inteiramente. Aquela missão foi realizada. Diga-se, pois, se rebuços: o partido, tal como está, não tem razão de existir. [...] Enquanto o partido for uma mistura desconexa de conservadores e radicais, de espíritos livres e pessoas intolerantes, apenas jungidos no mesmo esforço pelo pulso de um grande homem, essa missão não se realiza. [...] Venho de empenhar o meu esforço em luta de tamanha grandeza que não mais posso servir mentiras ou misturar-me nos prélios mesquinhos[132].

A controvérsia em torno da intervenção na guerra foi também uma agravante para a consolidação do esforço político, económico e ideológico que unisse a frente de batalha à retaguarda. O fim da guerra deitou por terra os mitos ainda frágeis de uma causa mal consolidada por uma facção intervencionista, afastada das lides

---

[129] Cortesão, *Memórias da Grande Guerra…,* 221.
[130] Cortesão, *Memórias da Grande Guerra…,* 217.
[131] Embora haja aqueles que, como Augusto Casimiro, continuam fiéis e activos no apoio e defesa do regime republicano. Mesmo André Brun, um dos milicianos mais reconhecidos na defesa da República, como o fizera ainda em Janeiro de 1919, quando acorreu ao Campo Pequeno para colocar em prática a ideia do exército miliciano para defender a capital.
[132] Cortesão, *Memórias da Grande Guerra…,* 234-242.

nacionais e principalmente dos créditos da vitória aliada e das pretensões na Conferência de Paz.

Negadas as aspirações de uma União Sagrada, pelo afastamento dos homens do poder e dos que empenharam armas pela causa, Portugal estava longe de concretizar e assumir-se como um vencedor, uma vez que aqueles que tinham as rédeas eram homens que, na sua maioria, chefiaram a contestação ao idealismo de uma "união" política.

A 24 de Abril de 1919, a repartição do Gabinete do Ministério da Guerra faz saber ao Chefe do Estado-Maior do Quartel-General Territorial do CEP que «sua Excelência determina que todos os oficiais que regressem do CEP, sejam mandados apresentar imediatamente nas unidades ou estabelecimentos a que pertençam, não devendo, em caso algum, ser concedida por esse Quartel-General qualquer licença ou demora aos mesmos oficiais e praças, mandando apresentar neste Ministério os oficiais que esse Q.G. ignorar o destino que devem ter, para lho ser determinado por esta repartição»[133]. Dispersar o mais rapidamente possível os militares pelas diferentes unidades era a "grande" medida de desmobilização do CEP.

De Abril a Julho de 1919, chegaram milhares de militares, entre eles muitos oficiais milicianos que iriam engrossar as fileiras do Exército, acarretando graves problemas para o regime republicano[134].

As grandes reformas nas Forças Armadas que marcaram a transição para os regimes republicanos mostraram-se frágeis e incapazes de suportar as múltiplas pressões de um conflito globalizado e as opções de comando, «nas trincheiras tinha-se distinguido os oficiais milicianos, mas em vez de assentar neles as bases de um novo exército, leal ao regime, o governo recompensava os oficiais de carreira, hostis e oriundos – como os 'cadetes de Sidónio' – da Escola de Guerra»[135]. O contexto internacional era propício a movimentos militares situacionistas e/ou oposicionistas. Como observa Medeiros Ferreira, «após a Guerra e, sobretudo a partir de 1924, os apelos à intervenção política do Exército vão multiplicar-se, por parte de intelectuais sugestionados pela marcha sobre Roma das milícias de Mussolini em Outubro de 1922, ou pelo golpe das tropas regulares que em Barcelona originou a ditadura de

133 AMAE, Europe – Série Z, 1918-1929, Armée – Dossier Général, Ofício do tenente-coronel Bernard, 22 de Agosto de 1919.
134 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1278, n.º 2, CEP – Desmobilização.
135 Filipe Ribeiro Meneses, «O impacto da I Guerra Mundial no sistema político português», in *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931),* ed. Manuel Baiôa. CIDEHUS, (Évora: Edições Colibri, 2004), 444.

Primo de Rivera em Setembro de 1923»[136]. Portugal não era, assim, excepção. O Exército passou a ter parte activa nos acontecimentos políticos nacionais, mas, apesar das importantes mostras do grupo dos oficiais milicianos na defesa e consumação da República, as restrições colocadas pelos oficiais de carreira à incorporação dos milicianos e as fortes desconfianças em relação à República inviabilizaram a concretização do projecto de um forte exército republicano. A I Guerra Mundial seria, também por isto, o rastilho para o início do fim da I República.

Ao contrário de alguns dos participantes no conflito, onde os exércitos que defenderam a nação no campo de batalha seriam o baluarte dos regimes no pós-guerra, em Portugal não se verificou propriamente um exército de cidadãos. Com receio do sufrágio universal, muitos eleitores foram excluídos pelos republicanos, o que fez com que a propaganda de guerra decalcada da francesa fosse desprovida de sentido numa República sem a totalidade dos seus "cidadãos". Terminada a guerra, não houve capacidade de alargar o campo político nacional. Tentou-se sim, aparentemente, fazer dos antigos combatentes a massa a movimentar na defesa do regime[137]. Porém, os acontecimentos debilitaram a possibilidade de haver uma apropriação de algum do espírito de união dos homens das trincheiras para que, pela homenagem e assistência a estes, pudesse ocorrer uma reversão e se construísse uma ideia positiva da intervenção na guerra.

Leote Rego referia-se, em intervenção na Câmara dos Deputados em Junho de 1919, às comemorações, à ausência destes homens que haviam combatido na frente, a Egas Moniz e às negociações de Paz, nestes termos:

> o senhor Egas Moniz esqueceu-se de que o Sidonismo tinha terminado e com ele desapareceriam os paradoxos, as habilidades e os absurdos. Republicanos aos milhares nas cadeias, a imprensa republicana amordaçada, presos também, às dezenas, oficiais que se tinham batido, o país esmagado, enfim, pela insolente ditadura reaccionária, germanófila, mais parecendo a Bélgica invadida, e em Paris uma delegação composta, em grande parte, de inimigos do regime republicano, defectistas, tendo por presidente um íntimo amigo e colaborador do ditador que de mais a mais, nunca viu com bons olhos a nossa participação, e que atreveu a dizer na imprensa estrangeira que Sidónio era um grande liberal[138].

[136] José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal do século XX* (Lisboa: Editorial Estampa, 1992), 127.
[137] Cf. Meneses, «O impacto da I Guerra Mundial…», 445.
[138] Leote Rego, *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Junho de 1919, p. 9.

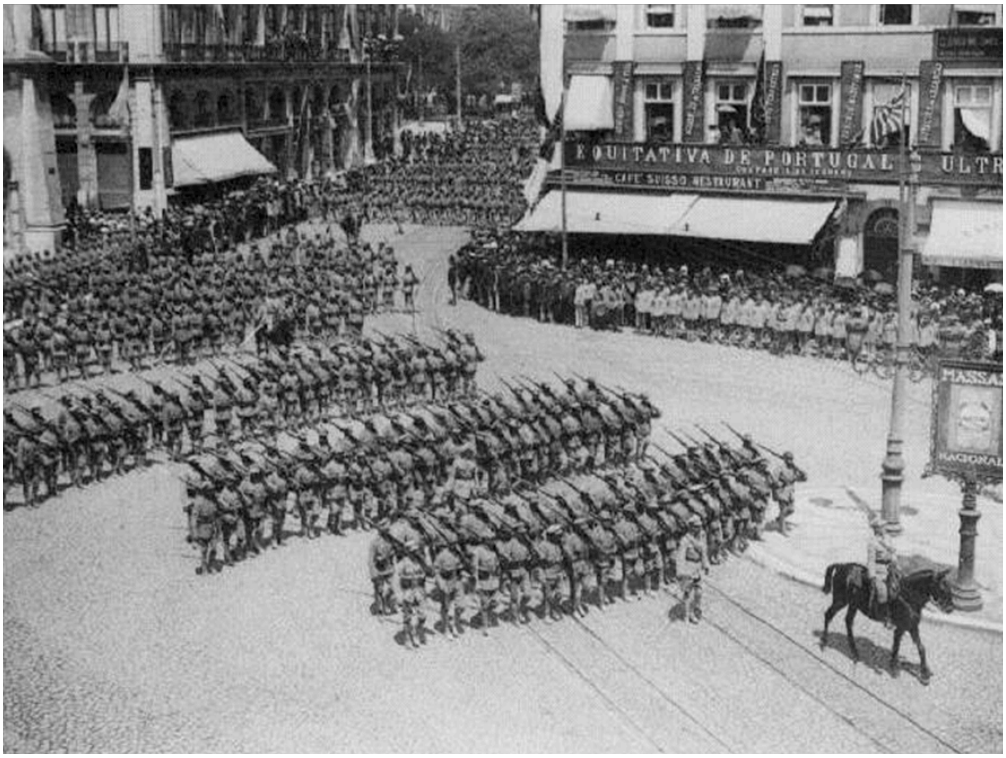


Imagem I. O contingente do Exército na *Parada da Vitória* em Lisboa. Assinado o Armistício, Sidónio Pais declara *feriado e festa nacional o dia 12 de Novembro de 1918*. (Fonte: AML, AF, A11523)

Imagem II. A praça do Comércio durante a organização do cortejo que foi saudar o Chefe de Estado pela vitória aliada: «Era de enternecer esta confraternização, esta comunhão admirável de sentimentos. Em todas as manifestações populares em todos os actos oficiais de regozijo, nas congratulações dos representantes das nações aliadas em Lisboa, reconhecia-se, igualmente, uma alegria expansiva e sincera, que mal se continha dentro das fórmulas secas da pragmática», *Ilustração Portuguesa,* 18 de Novembro de 1918, 403. (Fonte: AML, AF, A8935)

II. 3.2. O retorno das tropas

A par das primeiras celebrações à vitória, voltam a conta-gotas contingentes de homens da frente. O regresso das tropas vai fazer-se maioritariamente entre os meses de Janeiro e Junho de 1919. Chegadas ao país, encontram-no abatido por uma grave crise e instabilidade política, na sequência do assassinato de Sidónio Pais (14 de Dezembro de 1918) e da revolta monárquica (Janeiro de 1919).

Fruto da controversa participação e da crise generalizada, o regresso das tropas não desperta o entusiasmo na população e entidades governativas, ao contrário do que se constatava em terras aliadas, ou mesmo, derrotadas. A apatia foi generalizada, e estes soldados perceberam que o seu esforço mereceria mais do que esporádicas homenagens e memoriais, sendo que, por toda a Europa, logo em 1919, alicerçam-se os primeiros traços de um movimento associativo de base reivindicativa, assistencial e rememorativa.

Pelo facto da desmobilização não ter sido total e do Armistício não significar garantia de paz, cada exército aliado deveria continuar a fornecer um contingente proporcional aos seus efectivos. A Portugal coube cerca de 1 000 homens (239 oficiais e 698 praças), provenientes de quatro batalhões de Infantaria que comporiam a Brigada. Daqui saíram os Destacamentos de Representação do Exército Português para as festas da vitória de Paris e Londres.

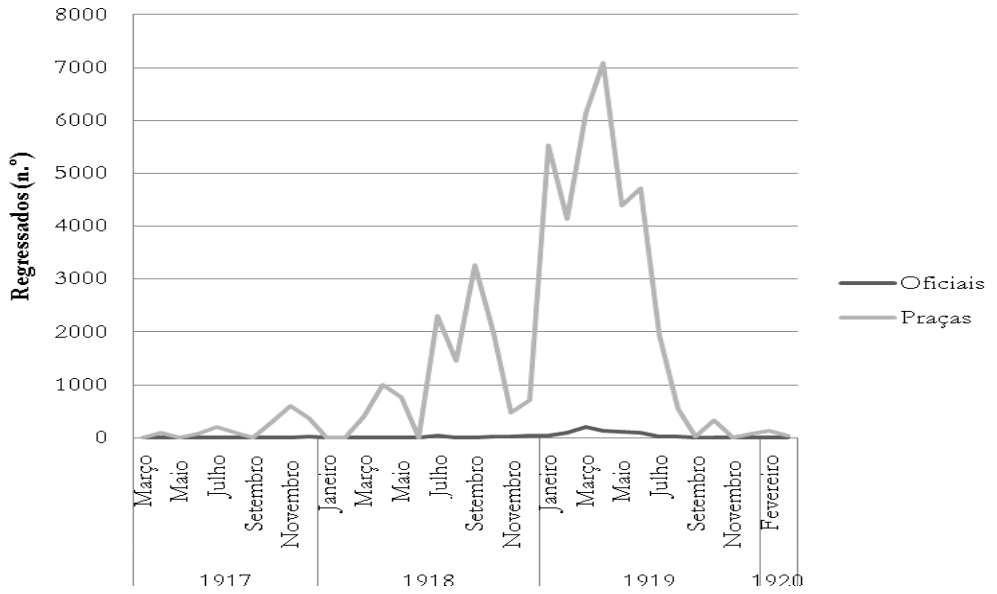
Aquém deste contingente, as demais tropas não viram facilitado o seu retorno a casa, agravada esta situação no caso dos prisioneiros de guerra[139]. O regresso foi extremamente lento e difícil, desde o fim da guerra até 1920. Os valores nunca podem ser considerados como absolutos, uma vez que, comparando com os números mobilizados, existem importantes alterações resultantes de promoções, retorno por via-férrea, o facto dos sargentos se incluírem na categoria de praças de pré, entre outras situações (Gráfico II).

Em Janeiro chegaram 5 571, número que gradualmente aumentou, até que no mês de Abril de 1919 chegaram cerca de 7 221 soldados, mas ainda em 1920 voltaram 170 homens. O embarque das tropas não foi por unidades constituídas, mas adequado às circunstâncias, dando prioridade aos doentes, mutilados, menos disciplinados, etc. A falta de transporte dificultou a rapidez da desmobilização.

[139] Cf. Teixeira, «Faim et nostalgie…».

Voluntariamente, foram licenciados em França 303 homens, entre os quais 20 que ficaram em *Calais*, casados com francesas[140].

Gráfico II. Evolução do retorno das tropas portuguesas da frente europeia



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) AHM, 1.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 1401 – Serviços de Estatística e Estado Civil do CEP, Livro de Estatística do CEP, p. 34.

Sidónio Pais, além de protagonizar os primeiros grandes desfiles à vitória, já havia feito vários ensaios desta apropriação política, com a organização e publicitação de acolhimentos às tropas, ao longo do ano de 1918, impondo a assistência das mais diversas entidades oficiais e população, numa tentativa de carismática legitimação do seu poder e do seu estatuto enquanto líder nacional, como viria a acontecer nos desfiles da vitória. A 12 de Novembro registar-se-ia a chegada de 616 soldados e o desfile de celebração do Armistício.

Ao longo deste ano vários foram os barcos que chegaram com homens da frente, sendo os maiores contingentes verificados nos meses de Agosto e Setembro. Mas a maioria daqueles que voltavam estava ferida ou era portadora de alguma doença, sendo provenientes essencialmente de *Cherbourg*[141]. Estes homens seriam hospitalizados e rapidamente dispersos pelo país. Acrescente-se que Sidónio Pais não recorria apenas às recepções das tropas. No aniversário do 5 de Outubro procurou

[140] Cf. AHM, 1.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 1401 – Serviço de estatística do CEP – *Livro de Estatísticas, 31 de Janeiro de 1920*, p. 34.
[141] Por exemplo, o navio hospital *Gelgorn Castle* repatriou 560 homens, a 10 de Março de 1918, sendo que 350 eram tuberculosos (Cf. *O Século*, 11 Março de 1918, p. 1).

"usar" os inválidos para integrar o seu desfile comemorativo – o que veio a acontecer no 5 de Dezembro, apesar da oposição dos responsáveis pelo seu tratamento[142].

Morto Sidónio Pais e restaurada a "velha" República, a par da efervescência política nacional, nenhum político estava interessado em encabeçar qualquer iniciativa oficial ou semi-oficial de recepção às tropas vindas da Europa ou de África. Nenhum dos republicanos que (re)integrava o quadro político tinha aspirações de uma auto-proclamação ou de se identificar, nesta fase de grande instabilidade, com as implicações da guerra, mesmo sendo uma vitória[143].

A Capital, nos meses imediatos à celebração do Armistício, trata nas suas páginas, quase que diariamente, a questão dos mutilados da guerra, para além do gradual processo de repatriamento (em especial dos prisioneiros, na sua maioria resultantes da Batalha de 9 de Abril de 1918).

Em Janeiro de 1919 publica vários artigos alusivos a estas questões:

> Segundo uma comunicação proveniente da comissão de repatriamento dos prisioneiros de guerra alliados na Hollanda, o transporte d'estes é muito irregular, tanto por caminhos-de-ferro, como por água, devido ao que se passa na Allemanha. […] O estado de saúde dos prisioneiros é, na generalidade satisfatório, mas muitos d'elles estão cobertos de germes. [continua na segunda página] Entrou hoje no nosso porto, encostado ao cais do Posto Marítimo de Desinfecção, o vapor inglez 'Dunluge Castle', vindo de Brest, com 620 soldados e 7 officiaes do CEP. Dois d'esses militares são mutilados, 2 tuberculosos, 1 syphilitico, 81 soffrem doenças geraes e 5 feridos de guerra, 7 condemnados e os restantes licenciados. Ao desembarque assistiu o Sr. Presidente da República, capitão de mar e guerra Ivens Ferraz e 1º tenente Borges de Sousa, da Comissão de transporte de tropas, major Chaby e as madrinhas de guerra, entre ellas muitas da colónia ingleza, que distribuíram pelos soldados cafés, bolos e tabaco[144].

Aquando da chegada de um grupo de prisioneiros portugueses da Batalha de *La Lys*, recolheram vários depoimentos sobre o contexto e desenrolar da batalha; a forma como foram feitos prisioneiros; os profundos maus tratos e a exploração sob controlo do inimigo; o esquecimento a que foram votados no final do conflito; e o desalento de uma recepção pouco nobre. Um dos ex-prisioneiros refere:

> assistimos hontem ao desembarque dos mil quinhentos e tantos portuguezes, que foram cumprimentados pelas primeiras autoridades do exército e por um alferes de cavalaria, representante do Sr. Presidente da

142 Cf. Casa Pia de Lisboa. *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1918-1919* (Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1920), 107-108; *A Capital*, 19 de Março de 1919.

143 Cf. Filipe Ribeiro de Meneses, *Portugal 1914-1926: from the first world war to military dictatorship* (Bristol: HiPLAM, 2004), 240-241.

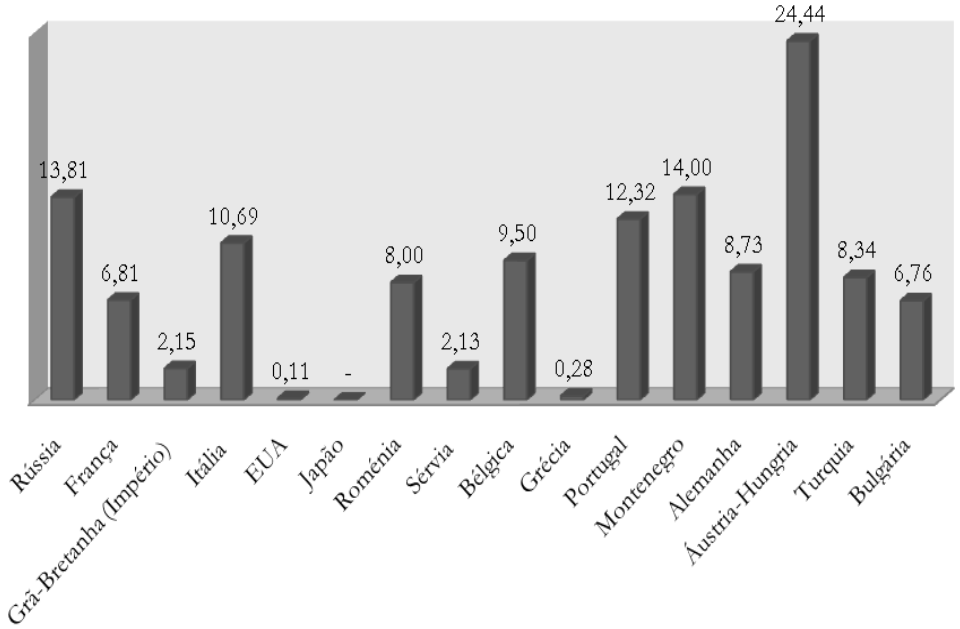
144 "O repatriamento dos prisioneiros – As dificuldades de transporte", *A Capital,* 13 de Janeiro de 1919, pp.1-2. A opção por este periódico deve-se ao espaço e criticismo que dedica a aspectos de pouco interesse público da intervenção portuguesa.

> República. E por entre a emoção, ao vermos as lágrimas que deslizavam pelas faces de pessoas de família, contidas à distância pela guarda republicana, também choramos, quando fomos despertados por uma marcha plangente de continência, entoada por um clarim de um braço da marinha americana que se encontrava atracado à muralha, foi a nota mais enthusiastica da recepção, um himno estrangeiro, aclamando as tropas que regressavam à sua Pátria, onde seria talvez justo terem sido recebidas por entre as aclamações delirantes do povo e do himno nacional[145].

Como António Braz descreveria, a 28 de Janeiro de 1919, n'*A Capital*[146].

Mais do que o regresso dos soldados em geral, o dos prisioneiros de guerra era ainda mais penoso. A percentagem de prisioneiros portugueses é a única proporcional à das outras nações. As estatísticas apontam para cerca de 7 000 prisioneiros portugueses em campos alemães, dos quais morreriam 233. Antes da Batalha de *La Lys* haviam sido feitos apenas 415. Distribuídos por cinquenta e nove campos, o facto de serem poucos levou a que as autoridades alemãs os repartissem, o que agravava o peso do cativeiro, uma vez que a barreira da língua acentuava o isolamento.

Gráfico III. Percentagem de prisioneiros pelo total de mobilizados por interveniente



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) Jean-Jacques Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie de la Grande Guerre 1914-1918* (Paris: Bayard, 2004), 1077.

[145] "Prisioneiros portuguezes que regressam à Pátria. As suas impressões – Os selvagens dos boches", *A Capital,* 19 de Janeiro de 1919, p. 1.

[146] Cf. António Braz, *Como os prisioneiros portugueses foram tratados na Alemanha: apontamentos para a história da Grande Guerra* (Elvas: Tipografia Popular, 1935).

Com o final da guerra avizinha-se a esperança do regresso a casa. Apesar de se estabelecer pelo Armistício a libertação imediata de todos os prisioneiros, o repatriamento seria extremamente moroso e complexo, devido a um conjunto de obstáculos jurídico-políticos e técnico-logísticos. O agravamento da situação interna na Alemanha iria marcar o destino dos prisioneiros portugueses, fazendo com que alguns decidissem fugir, como foi exemplo a 12 de Dezembro, quando escaparam cerca de 57. Para aqueles que decidiram ficar o processo de repatriamento foi muito lento, de 27 de Dezembro de 1918 até ao ano de 1920[147].

À violência do cativeiro inimigo acrescente-se o esquecimento e abandono a que foram votados estes homens, denunciando também a condição "inglória" e "indigna" do estatuto do prisioneiro na guerra. Esta seria uma situação largamente contestada num artigo dedicado às recompensas a serem feitas aos combatentes do CEP, publicado no jornal *O Século*, de Agosto de 1919:

> escreve-nos um tenente de infantaria, ex-prisioneiro na Alemanha, estranhando o esquecimento a que teem sido votados pelo país e pelos governos, todos os que, na batalha de 9 de Abril na Flandres, caíram em poder do inimigo, pois enquanto se teem distribuído condecorações às mãos cheias, ainda ninguém se preocupou com todos esses que, nas trincheiras, nessa data memorável, foram conduzidos prisioneiros e espalhados por diferentes campos de concentração, na Alemanha. O desinteresse é de tal ordem – diz – que até hoje ainda não foi pedido um simples relatório a esses ex-prisioneiros, sinal de que ninguém pensa em fazer-lhes justiça[148].

O major Braz de Oliveira centra as suas memórias naquela que foi a mais marcante das experiências de guerra, o ter sido prisioneiro, na forma como fora abandonado à sua sorte e na grande dificuldade em voltar: «ninguém se importa com os prisioneiros de guerra para nada, à parte algumas instituições e empresas jornalísticas, a que noutro artigo nos referiremos, ninguém, a não ser algumas famílias martirizadas, se importava com os prisioneiros. O Estado, julgo mesmo, que nunca em nós pensou»[149].

A maioria dos ex-combatentes desembarcava em Lisboa perante uma amarga indiferença da população que fugazmente acorria ao porto, movida por uma curiosidade ou por qualquer rara convocação oficial. Mais lesivas do que o difícil e ignorado retorno, foram as medidas tomadas no sentido de dispersar imediatamente as tropas e os oficiais pelas diferentes unidades militares do país, "garantindo" a

147 Cf. Teixeira, «Faim et nostalgie…».
148 "Portugal na guerra", *O Século,* 7 de Agosto de 1919, p. 4.
149 Major J. Braz de Oliveira, *O Exército Português em a Grande Guerra, scenas e factos* (Lisboa: Tipografia do Diário de Notícias, 1924), 24-25.

estabilidade da República. Exacerbe-se o drama quando estas "violentas" desmobilizações eram de inválidos que, ainda durante a guerra, eram devolvidos às unidades de origem.

Este seria o quadro de precariedade das recepções que demarcaria o acolhimento dos soldados desmobilizados ao longo do ano de 1919, com maior afluência entre os meses de Abril e Maio, sendo mais notório com as tropas que voltavam de África. Apesar da crise económica e política que abalava o país, nada justificava a penúria das recepções. Nada fora adequadamente feito no sentido de homenagear o esforço, com raras excepções que não podem ser analisadas com a simplicidade de possíveis excepcionalidades, mas de acções claramente condicionadas pelos acontecimentos políticos nacionais.

A 19 de Janeiro e 12 de Abril de 1919 são oficialmente mobilizadas comitivas de acolhimento, concretizando um formato de recepções que, frequente em nações vencedoras e derrotadas, em Portugal não passou de um comportamento singular.

A 19 de Janeiro de 1919, *O Século* retrataria a chegada de um barco com um grande número de homens intervenientes na Batalha de *La Lys*, acolhidos por um grupo de entidades públicas, como o representante do Presidente da República; o Ministro da Guerra; o comandante da Primeira Legião e da Missão Militar Britânica em Lisboa – general Barnardiston; a Cruzada das Mulheres Portuguesas e os representantes da comunidade britânica em Portugal[150].

Em Abril, não obstante o simbolismo da data, a Comissão Republicana mobilizou a população de Lisboa e importantes entidades estatais, como os Ministros da Educação, Comércio e Marinha, para receber a Marinha que combateu em Moçambique. Situação polémica e excepcional, até então nunca os soldados que combateram em África tinham sido alvo de alguma homenagem significativa. Tratava-se agora de um grupo afecto ao Governo, na sequência da Nova República e do levantamento monárquico, cuja maioria dos homens havia sido enviada para África por Sidónio Pais. Daí o memorável acolhimento aos heróis da nação.

[150] Cf. *Ilustração Portuguesa,* 19 de Janeiro de 1919, pp. 222-223.

Imagem III. «Regressaram a Lisboa mais tropas do CEP: 37 oficiaes e 13.000 praças. Vieram a bordo de um transporte de guerra inglez e foram acolhidas jubilosamente com as manifestações de apreço e carinho que merecem quantos serviram e honraram a Pátria nos campos de Batalha», *Ilustração Portuguesa*, 28 de Abril de 1919, 324-325. (Fonte: AML, AF, A11523)

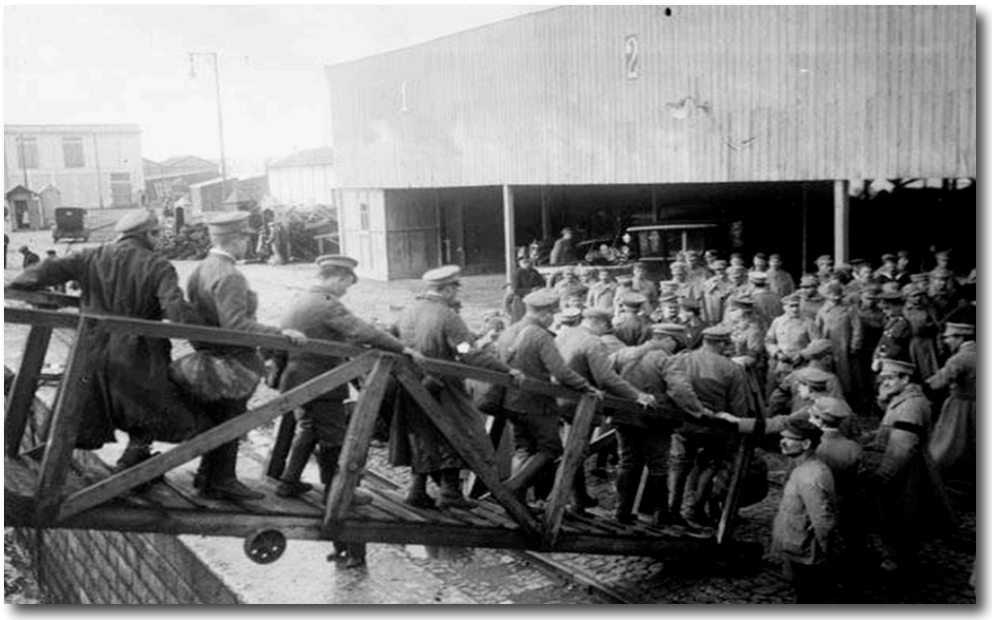


Imagem IV. «Causou justificado alvoroço a notícia da chegada do primeiro contingente de prisioneiros de guerra portugueses. De facto, vindos a bordo do transporte *Pedro Nunes,* entrando no Tejo a 2 do corrente, regressaram à pátria 710 militares que estiveram cativos dos alemães. Ao desembarque destes centenares de compatriotas nossos, que nos campos de batalha da França honraram as tradições e a bravura do nosso exército, e teve logar no dia seguinte, e assistiu, além das entidades oficiais, Cruz Vermelha, bombeiros municipaes, voluntários e muitas senhoras da Comissão Protectora de Prisioneiros de Guerra, Cruzada das Mulheres Portuguezas e Madrinhas de Guerra, uma enorme multidão de famílias dos recém-chegados, que aguardava o venturoso momento de ver enfim mitigada a sua saudade», *Ilustração Portuguesa,* 13 de Janeiro de 1919, 33-34. (Fonte: AML, AF, B094073)

A exploração dos quantitativos e da evolução cronológica apenas nos serve enquanto quadro delineador deste lento processo indissociável do contexto nacional e da sua estreita aliança com a natureza das recepções. Longe dos grandes desfiles de tropas retornadas às terras alemãs, em Portugal o pouco alarido à volta dos soldados vindos da Europa ou de África foi marcante, despertando mesmo a consternação de algumas entidades estrangeiras presentes no país, que apesar da crise que se vivia, não merecia recebimentos tão austeros[151].

II. 3.3. «Em vão busquei um sorriso na multidão…»

O acolhimento dos soldados, essencialmente entre 1918 e 1920, manifestar-se-ia como o primeiro formato comemorativo em torno da guerra, denunciando em curto tempo aquela que seria a extensão e natureza da rememoração da intervenção portuguesa. Assim como a cisão de opiniões entre os que viam nestas recepções um exagero abusivo, considerando a crise que abalava o país, e os que constavam estar aquém da grandeza desejável para celebrar o esforço destes homens.

Leote Rego, numa das sessões da Câmara dos Deputados mais alargada à realidade do pós-guerra, apresentaria os vários problemas que Portugal enfrentou, destacando o abandono a que a causa da guerra foi votada e a indiferença perante as tropas retornadas:

> Devo saudar em seguida os bravos oficiais e soldados que, em todas as frentes, cumpriram honradamente o seu dever, valorosos patriotas que tiveram na sua mão o destino de Portugal. Êsses que morreram talvez fossem mais felizes do que os sobreviventes, porque não puderam assistir ao espectáculo triste da chegada de tropas foram recebidas mais do que com indiferença, porque quási as acolheram com zombaria. Calorosamente saúdo todos êsses valentes homens, que, como muito bem disse um importante jornal inglês, tiveram de combater com alemães em três frentes: na França, em África e dentro do país[152].

Se uma observação cronológica da desmobilização das tropas é exequível, o mesmo não acontece para a compreensão do sentimento dos homens. Poucas ou raras são as memórias dos combatentes que explanam a questão do retorno e, menos ainda, das recepções ou ainda das comemorações. Como já foi aqui referido, a maioria ocupa as suas páginas numa tentativa descritiva, com um certo teor

[151]Cf. Meneses, *Portugal 1914-1926*...
[152] Leote Rego, *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Junho de 1919, p. 8.

etnográfico ou, numa tentativa mais longínqua, historiográfica, com descrição, quase na totalidade, da experiência no *front*.

Com o término da guerra e depois do grande desfile aliado de Paris, a chegada das tropas passou a ser um acto que se desejava camuflar. As últimas tropas a voltar da Europa depararam-se com as limitações de transporte, bem como indiferença, sendo, uma vez entradas em Portugal, imediatamente dispersas pelos quartéis[153].

Um misto de abandono e humilhação ocupou os espíritos de homens que lutaram por valores que eles mesmos desconheciam e que nem o pós-guerra esclareceu. A maioria optou pela "fuga" e o retorno ao isolamento do mundo rural, onde o retomar da vida e do trabalho era razoavelmente mais fácil do que para aqueles homens residentes dos principais centros do país, onde a crise do pós-guerra acentuaria as dificuldades de emprego, convertendo-se na principal base contestatária e reivindicativa do movimento de antigos combatentes.

Pedro Freitas, o major Braz de Oliveira e Manuel de Oliveira são autores das poucas memórias que perpassam a questão da desmobilização, retorno e recepção. Pedro de Freitas, no seu livro, permite-nos – além da descrição efusiva da chegada a Lisboa, onde, mais uma vez, se constata a presença maioritariamente das associações femininas nacionais e estrangeiras de assistência, bem como de missões estrangeiras[154] – uma amarga, dolorosa e profunda referência às dificuldades de retorno, responsabilizando a conjuntura política no pós-guerra,

---

153 O recurso à história oral não obteve aqui qualquer resultado a realçar, uma vez que, desaparecidos os soldados, as entrevistas foram efectuadas a descendentes – uma memória indirecta ineficiente para colmatar "falhas" de entendimento da realidade a que foram submetidos estes homens aquando do retorno. Em entrevista a um filho (MC) de um dos últimos combatentes a morrer, que havia sido prisioneiro de guerra, foi-nos declarado o facto, muito recordado pelo pai aquando do seu retorno, de que as famílias não tinham sido avisadas, sendo os militares enviados imediatamente aos quartéis: «MC: Dezembro, Janeiro, Fevereiro, e parece que em Fevereiro estavam lá sozinhos e decidiram fazer qualquer coisa para vir embora e foram a pé, até Roterdão, foram muito bem recebidos pelos holandeses... entretanto havia lá umas revoltas e armaram-nos outra vez […] Depois um navio inglês é que os trouxe […] SC: Quando chegaram a Lisboa, não tiveram nenhuma recepção? MC: Não, antes pelo contrário estavam vários comboios na doca, os guardas à volta e entravam no comboio para não contar o que se tinha passado, isto é inqualificável o que se faz... De modo que o meu pai era um pouco atrevido e saltou do comboio e foi para casa...», entrevista de 15 de Abril de 2008 (ed.) [14:49 a 15:47].

154 Cf. Pedro Freitas, *As minhas recordações da Grande Guerra* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935), 398-408: «Quinta-feira, dia 1º de Maio de 1919! Com a sua chegada a malta atinge cinco dias de permanência a bordo. [...] Por sua vez o povo, das suas habitações, do lugar enfim onde se encontra, apesar da hora matutina, aparece em abundância a saudar-nos, e não raras vezes notamos que depois limpa os olhos com o seu lenço: sinal de ter vertido algumas sentidas lágrimas pela alegria de ver que irmãos seus regressam do matadouro da negregada guerra que felizmente já acabara. [...] Em terra a multidão é enorme; e num semi-circulo, a custo é mantida pela polícia. [...] As formalidades inicialmente são cumpridas. No recinto reservado, em terra,

> como a sorte grande, que sai sempre aos outros, pelos jornais constava-se que as unidades já iam sendo repatriadas e a nossa nada de novo – tudo girava na mesma. Outro remédio não havia senão a resignação. Pelas suas notícias os nossos jornais continuavam a ser disputados. [...] Pela parte do Deus invisível e misterioso, isto então era o flagelo. Os fortíssimos ares do mar, a deficiência de alimentação e o enfraquecimento de todas as pessoas – algumas quase em estado de depauperamento geral – produzindo doenças em abundância, inevitavelmente algumas mortes originam. Como assim este estado de coisas, diariamente, dois, três e mais enterros de soldados que esperavam o embarque para o seu regresso a Portugal, lá se vão a caminho do cemitério local levando consigo as duplicadas paixões por, escapando à guerra, não escaparem à sua fatalidade quasi já com um pé no país ambicionado e desejado[155].

A procura por produções literárias de combatentes que tratassem esta questão do retorno e do acolhimento em Portugal transformou-se numa busca pouco frutífera. Uma das raras memórias individuais publicadas, que evoca e sintetiza de forma realista e dramática a experiência do retorno e já, de certa forma, da "revoltante" apatia da sociedade face a estes homens, é a de Manuel de Oliveira, em *Notas de um soldado em campanha. Apontamentos factos e impressões da guerra europeia, colhidos nos campos de Batalha de França*, publicada em 1919, que interessa aqui transcrever pela forma pragmática como encerra a questão:

> De volta! […] São nove horas da manhã. O barco atraca antes do posto de Desinfecção. Ninguém no cais. Esperamos até pelos carregadores que devem prender o barco – este saudoso e já agora inolvidável Helenus que me depõe nos braços da Mãe-Pátria. Lembro-me que quando cheguei a Brest – no estrangeiro – havia povo e música a saudar-nos e que um vaso de guerra francês veio saudar-nos; agora que voltamos vencedores, não há uma pessoa no cais, enquanto que os soldados alemães, vencidos foram recebidos em Berlim sob uma chuva de flores e dificilmente passavam por entre uma compacta multidão que os acalmava, mas enfim… que isto não venha roubar a alegria do nosso regresso.
>
> Meio dia. Chega a polícia, algumas entidades militares, madrinhas de guerra e o desembarque começa sob um sol ardentíssimo a que desde há muito não estamos habituados. Recebemos bolachas, café e tabaco e lá fomos para o quartel de Infantaria 2, às Janelas Verdes, onde permaneceremos até nos passarem as guias de marcha para as nossas terras.
>
> À tarde fui passear para a Avenida e à noite assisti a uma revista no 'Apolo'. Aquela indiferença com que nos receberam no cais tornou-se aqui em desdém. No 'Apolo' ocupei um lugar de cadeira e reparei que os circunstantes me olhavam de soslaio. Na Avenida reparei que para meter figura teria de me uniformizar à paizana.

---

aparecem individualidades em destaque, missões militares estrangeiras, madrinhas de guerra uns bolos, tabaco e bolachas para distribuírem pelos soldados, e uma banda militar da guarnição».

[155] Freitas, *As minhas recordações…,* 376-398.

Em vão busquei um sorriso na multidão, dificilmente achei o das mulheres perdidas. Francamente, para vir para Lisboa não vale a pena a gente ter-se batido.
Agora recordo com saudade a nossa entrada em Lille e a minha licença em Paris, para já não falar na permanência nas pequenas cidades e aldeias, em toda a França, onde a nossa farda cinzenta de Serranos era objecto de todos os olhares, de todas as atenções […]. Aqui é o que se vê, depois daquela impressão de regozijo pela aparição da nossa terra e pela beleza sob que ela se apresenta, este desalento pela indiferença com que somos recebidos, pelo desdém com que somos tratados. Como isto dá vontade de fugir!
Depois, aqui no quartel onde nos alojaram e onde felizmente eu nunca dormi, está por toda a parte um estado de porcaria que envergonharia os cafres. Creiam que está muito sujo, tão sujo que eu me abstenho de calcular a quantidade de porcaria ali aglomerada […]
Cá cheguei à aldeia com licença. É uma maneira de retribuir os nossos serviços de campanha; mas aos franceses, ingleses e americanos deram também dinheiro e a mim não me deram nada deixá-lo, já que sou dum paiz pobre… […] E agora tu meu bravo serrano que espreitaste o boche em Neuve-chapelle, que o bateste em Lavantie ou Lacouture […] começa por despir a farda se desejas o sorriso das raparigas da tua terra e lança-te à charrua ou ao martelo com aquela intrepidez com que galgavas o parapeito […] toca a recomeçar a guerra da Paz[156].

[156] Manuel de Oliveira, *Notas de um soldado em campanha. Apontamentos factos e impressões da guerra europeia, colhidos nos campos de Batalha de França* (Aveiro: Tipografia Nacional, 1919), 138-142.

CAPÍTULO III.

OS COMBATENTES EM PORTUGAL:

CORPOS, IDENTIDADE E ASSISTÊNCIA

A herança do Mutilado
Quando a guerra acabou,
aquele dos serranos mais audazes
da pequenina aldeia,
aquele que ao partir mais animou
o espírito quebrado dos rapazes,
mal contendo o cachoar do sangue em cada veia;
quando a guerra acabou e poude, enfim, respeito do cansaço,
sorrir de novo, o sol da nossa terra,
vou-se-lhes a menos um braço,
e a mais – uma «Cruz de Guerra».
Que dia, Senhor... Que dia
d'alegria o da chegada...
- Como a caminho de uma romaria
o povo, ao seu encontro, enchia a estrada.
E achou-se rodeado de serranos,
Visto com pasmo, com deslumbramento,
até que aos meses, sucederam anos,
e aos nossos sucedeu o esquecimento...
Trabalhador rural,
Sem braço esquerdo, outrora usado
- era um inútil dentro do casal
O pobre mutilado!...
E para maior tormenta
- como se fora pouco o sofrimento
Da forçada inacção –
Sempre uma tosse pertinaz e violenta
a sacudi-lo todo – como um vento de extermínio, à passagem de um tufão[157]!....

[157] Silva Tavares, "A herança do mutilado", *A Guerra,* Ano 1, n.º 3, 1 de Março 1926, p. 1.

A(s) cultura(s) de guerra, tal como foram delineadas no início da Grande Guerra, não resistirão à erosão que a experiência das trincheiras impôs, exigindo uma reelaboração de valores, numa dialéctica entre representações anteriores e posteriores, da frente e da retaguarda do conflito.

Os países beligerantes tinham sido movidos por um sentimento de pertença fortemente desenvolvido durante o século XIX, cujos valores políticos e culturais serão massivamente mobilizados para o conflito, tendo nos voluntários a sua máxima concretização. Neste sentido, John Horne explica que «longe de ser entendida como um simples acontecimento por interesses ou território, a guerra foi entendida desde os primeiros dias como uma questão de identidade e de existências nacionais, forçosamente ameaçadas pelo inimigo. Ao perigo global, respondia o ideal da mobilização total, capaz de engajar as energias nacionais até à vitória absoluta»[158]. Por seu turno, ao analisar as representações da guerra na cultura francesa do período entre-guerras, Antoine Prost constata que a primeira consequência da guerra é precisamente desacreditar a imagem desse mesmo fenómeno, daí resultando um conflito (ou sucessão de conflitos, poder-se-ia dizer) de representações sociais.

As fórmulas de percepção e comunicação da guerra pré-existentes deixam, deste modo, de poder ser aplicadas à experiência da Grande Guerra. O facto dos antigos combatentes dizerem que testemunharam uma experiência intransmissível remete não só para uma dimensão escatológica, mas principalmente para uma divergência entre a sua representação da guerra e aquela da retaguarda (que conhecem, pois dela partilharam antes da campanha)[159]. Neste ponto, reifica-se uma clivagem que, na conjuntura do pós-guerra, tem todas as condições para se expandir, pressionada por uma transformação geral da sociedade. Mesmo não o conseguindo, o horizonte potencial dessa transformação não deixará de ter impacto social e político.

Assim, quando se interpela a experiência da guerra, interpela-se aquela que os combatentes progressivamente tentam impor, não obstante as resistências da sociedade à ruptura que a experiência destes homens estabelece sobre os valores dominantes até à eclosão da guerra. Apesar do número de combatentes em Portugal

---

158 John Horne, «Corps, lieux et nation: la France et l'invasion de 1914 », *Annales*, 55, nº 1 (2000): 97: «Loin d'être ressentie comme une simple affaire d'intérêt ou de territoire, la guerre fut perçue dès les premiers jours comme une question d'identité et d'existence nationales, foncièrement menacées par l'ennemi. Au danger total répondait l'idéal d'une mobilisation totale, capable d'engager les énergies nationales jusqu'à la victoire absolue».

159 Cf. Antoine Prost, «Les représentations de la guerre dans la culture française de l'entre-deux-guerres», *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 41, n.º 1 (1994): 23.

ser diminuto se comparado com outros países, como a França, a sua experiência prevalece no processo dialéctico entre memória de grupo e memória oficial, tendo como objecto os estilhaços do passado imediato, acelerado pela instabilidade política vivida em Portugal no período do pós-guerra.

Como estimar em profundidade as alterações decorrentes da guerra no imaginário social e nos usos políticos desse passado? No âmbito largo desta questão, de forma gradual mas incisiva, instala-se uma série de problemáticas muito próximas da demarcação física do ex-combatente. O que se pretende deste capítulo é precisamente limitar os vocabulários e as tensões que corporizam o território imediato do ex-combatente. Começaremos pela ideia de homem "novo" resultante da guerra, analisando seguidamente o tratamento das vítimas durante a guerra, as iniciativas internacionais propostas, os planos e as acções ocorridos em Portugal de forma a enquadrar os inválidos. Por último, incidir-se-á sobre os limites destas normas e a sua natureza heterogénea, traço que se reflecte no movimento associativo dos antigos combatentes, matéria do capítulo seguinte. Daí, em certos momentos, termos optado por antecipar e descrever sumariamente algumas coordenadas associativas, úteis para precisar a base do que passamos a analisar.

III. 1. O homem "novo" da guerra

A I Guerra Mundial envolveu mais soldados do que qualquer conflito conhecido até então. Cerca de 70 milhões de homens foram mobilizados, dos quais pereceram quase 10 milhões. Para os que sobreviveram, o Armistício trouxe uma nova batalha: a reintegração numa realidade política, social e cultural profundamente alterada pela guerra. Tão ou mais difícil do que a complicada sobrevivência, principalmente no que diz respeito aos inválidos físicos e mentais, num contexto de agravada crise económica, foi precisamente essa incompatibilidade da sua experiência com as representações que se fizeram e se faziam da guerra.

Concentremo-nos na dimensão política e mental dessa incompatibilidade, perseguindo o protagonismo dos ex-soldados. Duas posições teóricas, em parte divergentes, a de George L. Mosse e a de Antoine Prost, procuram explicar a centralidade (ou não) do movimento de antigos combatentes nas alterações políticas verificadas no período entre-guerras. É aceite que os veteranos estiveram associados

ao aparecimento de movimentos políticos radicais. No entanto, a importância que muitas vezes lhes é atribuída é exagerada em detrimento de estruturas e condicionantes pré-existentes.

O *mito da experiência de guerra* de Mosse é encarado neste trabalho como a mais eficaz das estruturas interpretativas da guerra. Admitimos, assim, à partida, a ideia de que a morte de massa sancionada pelo Estado é a experiência mais básica da guerra. No entanto, tal como Prost, sugerimos que a criação de processos de aceitação/banalização da morte não resultam necessariamente numa brutalização da sociedade e da política do pós-guerra, na qual têm os veteranos uma responsabilidade acrescida através da divulgação de construções ideológicas em torno da guerra. Não podiam os processos de abstracção da morte servir para a assimilar e o luto colectivo amenizar a dor?

A aplicação de fórmulas explicativas gerais a todos os intervenientes, nomeadamente o papel atribuído aos veteranos na radicalização política das sociedades no entre-guerras, deve ser tida com muita prudência[160]. Neste domínio, a experiência de guerra na configuração de um "homem novo", mais ou menos voluntarioso na causa da guerra, constitui, um operador a manejar com particular cuidado. No pós-guerra, é nele que se tenta projectar a garantia da superação do caos, num esquema simbólico que atinge a preparação do futuro. O marco das seguintes palavras, retiradas de um anódino relatório de gerência da Liga dos Combatentes, não desmente essa meta: «os homens da guerra tinham criado deveres e conquistado direitos. Uma vez que tinham recebido nas trincheiras ensinamentos morais que jamais seriam esquecidos, tornava-se mister que a sua voz se fizesse ouvir nos destinos dos seus países, procurando assim que a grande lição da experiência, adquirida à custa de tanto sacrifício, não fosse de todo perdida para as gerações de amanhã» [161].

A ideia do "homem novo", analisada por Mosse, caldeada já pelos voluntários da Revolução Francesa, serve, bem vistas as coisas, perfeitamente ao discurso mobilizador da Grande Guerra. A idealização dos soldados das trincheiras dava a

---

160 Tal como se pode verificar, não obstante o valor que se deve atribuir e reconhecer a este trabalho pela sua novidade temática e metodológica, na apropriação do *mito da experiência de guerra* de Mosse realizada por Jorge Pais de Sousa em *Guerra e Nacionalismo: na República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)*. O autor preenche os "espaços" do *mito* com o caso português sem proceder a uma crítica das limitações do modelo interpretativo, nomeadamente no que diz respeito à integração do movimento de antigos combatentes portugueses. Refere que os "contornos nacionalistas de feição cristã" são dados à memória da guerra pelo Estado Novo, esquecendo que está já na própria base das representações republicanas da guerra.

161 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), 14-15.

ideia de que estes teriam o direito de controlar, no pós-guerra, os destinos do país – a "geração de fogo" marcada pelo heroísmo na defesa da nação cujo exemplo devia ser seguido por todos os cidadãos.

A realidade (ou a sua interpretação), no entanto, encarregar-se-á de vincar diferenças significativas na forma como os soldados concretizaram os "ensinamentos" da guerra.

Ao contrário da Alemanha, por exemplo, onde se consolidou uma ideia da continuidade da guerra estrangeira numa guerra contra o inimigo interno, os soldados franceses sentiam-se na obrigação de tornar a política interna mais pacífica, evitando a eclosão de uma outra guerra. A recusa da brutalização e da violência resultou mesmo da própria experiência de guerra. A morte com que os soldados mais contactaram foi a do companheiro de trincheira e não a do inimigo, não sendo assim uma experiência de fácil partilha ou banalização. A ideia que passou em França é que os soldados não eram heróis, mas seres humanos desumanizados pela guerra. Refira-se que este criticismo da guerra, tendo sido muito forte no período entre-guerras, não decorreu apenas dos movimentos pacifistas[162].

Para designar este "homem novo", aquele que não foi visivelmente marcado pela guerra como "ferido", "mutilado", "inválido de guerra", surgiu a necessidade da criação de termos próprios. O mundo anglo-saxónico chamou-os de *veterans*. Na Alemanha estabeleceu-se o termo *Frontsolden*. Em França, tal como em Portugal, houve dificuldades para nomear esses (des)mobilizados que nunca deixariam de ser cidadãos, não se tendo optado por uma designação nem belicista, nem ligada à frente, mas por algo que coloca a experiência de combate no passado – *ancien combattant*/antigo combatente.

Deste universo dos "homens novos", grupo em persistente reforço identitário, eclodem as associações de combatentes que, só muito raramente, resultam em movimentos de extrema-direita. A acontecer, tal ocorre numa fase mais tardia e por causa de condições contextuais particulares. Com efeito, as organizações de veteranos apenas exerceram influência directa sobre o poder político em locais onde o Estado já estava em crise, como em Itália[163], ou em locais onde condições

162 Cf. Prost, «The Impact of War…», 209-217.

163 Em Itália, o apoio de alguns veteranos a grupos paramilitares, resultou de um contexto de "guerra civil virtual" derivada da desastrosa intervenção na guerra; a instabilidade do regime parlamentar incapaz de fazer frente à afirmação de partidos de massa extremistas; e de uma vaga de lutas laborais radicais que instalaram na sociedade o desejo da ordem e o apoio de um grupo – minoritário – de veteranos a organizações paramilitares.

catastróficas levaram a reacções radicais, como a Rússia. Onde o Estado estava mais consolidado, o grau de influência das associações de veteranos era menor. A luta pela recompensa moral e material afastou-os, de alguma forma, de um compromisso político e social. Deste modo, as «organizações de veteranos eram mais frequentemente significativas como agentes de destabilização do que como actores políticos»[164].

A realidade das associações de combatentes mantém-se, assim, muito diversificada e atinge, sem excepção, os países intervenientes na guerra. Mais ou menos massificadas, constituem um movimento claramente generalizado com especificidades nacionais no formato (única ou múltiplas agremiações nacionais); nos motivos e tendências (regional, política e/ou social); nos membros; no quantitativo; na constituição/evolução temporal. A sua importância não pode, pois, ser negligenciada. De forma a conseguir surpreender melhor a trajectória da implantação do território identitário do ex-combatente, serão retidas, desde já, algumas características destes movimentos associativos.

Estes movimentos não são apenas um mero testemunho da persistência e da reminiscência da fraternidade das trincheiras. A necessidade de preservar a memória daqueles que se sacrificaram em nome da pátria inscreve-se num processo de auxílio mútuo, através de uma luta comum pelos direitos e garantias, pressionando as autoridades e a opinião pública para que prestasse atenção à situação dos ex-combatentes. Mais ainda – para que estes, nas suas amarguras, fossem mais uma razão para evitar que um novo massacre se realizasse. No entanto, quer do lado dos vencidos, quer do lado dos vencedores, mas que se vêem privados das compensações de guerra, as associações foram uma manifestação da insatisfação e revolta nacionais.

Ressalve-se, neste contexto, alguns dados.

Na Alemanha, há três associações: a *Stahlhelm* com um milhão de aderentes, a *Reichsbund* com 400 mil e a *Reichsverband* 120 mil – um total de cerca de dois milhões de antigos combatentes associados. Na Áustria, a *Zentralverband* possuía 130 mil. Em Itália, foi criada a *Nazionale fra Mutilati*, com 450 mil membros, e ainda a *Associazione Nazionale Combatttenti*. No mundo anglo-saxónico, o movimento convergiu na instituição de uma associação nacional[165]. A *American Legion* integrava todos os

[164] Zroka Ryan, «Veterans movements», In *Europe since 1914…..,* Vol.V, 2639.

[165] Cf. Antoine Prost, «Anciens Combattants», in Becker e Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie...,* 1087-1098. Nos países anglo-saxónicos constitui-se uma única organização que concentra todos os veteranos. Países com grandes diferenças e tradição de mecenato, onde notáveis reconhecidos dirigem consensualmente e de forma mais explícita estas associações que surgiram de iniciativas morais ou

mobilizados, e não só expedicionários, comportando em 1931 cerca de um milhão de membros. A *British Legion*, por sua vez, possuía 300 a 400 mil membros entre 1929 e 1939[166].

Em França, antes da formação do movimento geral de combatentes, surge, em 1915, a Associação Geral dos Mutilados de Guerra, a par de outras associações formadas na província, ainda antes do fim da guerra. As agremiações uniram-se pela primeira vez no *Grand Palais* a 11 de Novembro de 1917 com o objectivo de discutir a lei de pensões e criar uma organização nacional. Esta viria a nascer um ano depois, no Congresso de Lyon em 1918 – *Union Fédérale des Mutilés* (UF). Como se verá, na trajectória dos antigos combatentes portugueses, o movimento francês é particularmente útil em termos comparativos, não pela dimensão ou estrutura, mas pelo universo de valores ideológicos que o povoam e que demarcam o seu posicionamento face às transições políticas e sociais dos anos 20[167].

A desmobilização cria uma segunda vaga de associações e de preocupações. A crise que paira sobre a Europa do pós-guerra não vai facilitar os processos de reintegração. Se aos inválidos que chegaram durante a guerra ainda lhes eram dadas posições nas fábricas de armamento ou dado tratamento nos institutos públicos de reeducação, o fim da guerra relegou os "novos" inválidos ao desemprego e à degradação das condições de vida, situação que se agravava no caso de vítimas de escoriações físicas e mentais. Antes do reconhecimento dos seus direitos enquanto inválidos de guerra (em França, por exemplo, isso só veio a acontecer em 1925), os ex-combatentes serão vítimas das mais variadas descriminações, como a redução de salários pelo facto de receberem uma pensão ou mesmo a humilhação pública de uma mendicidade forçada. No caso dos "lunáticos", relegados aos espaços psiquiátricos ou à anomia social, a condição e a provação são ainda mais sérias.

A crise incita o aumento do movimento associativo, com evidente afastamento entre as formações de inválidos e de antigos combatentes que não

---

filantrópicas. O antigo combatente chefe, Douglas Haig, desempenha um papel muito importante na criação da *British Legion,* ou mesmo T. Roosevelt que esteve estreitamente ligado à *American Legion,* sendo esta bem mais forte e reivindicativa do que a britânica. A França assume-se como um país de grande originalidade com uma grande multiplicação de organizações, aglomeradas por semelhanças políticas, profissionais ou por tipo de invalidez.

166 Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 2. Mentalités et Idéologies, 226.

167 Onde se situa o caso português, uma vez que estruturalmente se assemelha ao formato único do mundo anglo-saxónico, mas não se constrói em bases de mecenatismo ou filantropia, mas das bases sociais do conjunto de antigos combatentes; ainda, ao contrário de França, as associações de inválidos não surgiram durante a guerra, mas apenas no final dos anos 20, embora, desde o final da guerra, a imprensa especializada alertasse para o desejo e importância da criação de uma associação de inválidos de guerra.

comportam invalidez visível, aí denunciando-se a diversidade e a fragilidade potencial da luta do movimento geral. Em vários países, inválidos e combatentes constituem associações diferentes, as primeiras tendencialmente mais à esquerda e as segundas mais à direita[168].

Os resultados destes movimentos foram muito diversificados entre os países e no seio destes. Jay Winter esclarece que «o espaço político ocupado, a nível local e nacional, pelos *anciens combattants* em França e na Alemanha, não existiu na Grã-Bretanha. Enquanto o significado político do serviço militar se tornou num elemento dominante no discurso político do entre-guerras em França e na Alemanha, na Grã-Bretanha os movimentos de veteranos diluíam-se a nível nacional»[169].

Originalmente apartidários, a resposta às suas lutas exigiu, não raras vezes, a participação no debate em torno de temas como política de paz, defesa nacional, estrutura militar, relações exteriores – uma panóplia de questões que alimentavam os debates mais quentes da vida nacional. A inevitabilidade do envolvimento no debate político-partidário provocou, por sua vez, cisões no movimento ou nas agremiações, e ainda divergências na conquista de direitos e benefícios. A atitude dos governos em relação às reivindicações dos antigos combatentes ou dependentes foi muito variada entre os países participantes, mas, na generalidade, as grandes discussões e pressões no parlamento e ministérios não surtiram grande efeito, pese embora o reconhecimento da importância e grandiosidade do sacrifício realizado em nome da pátria.

Longos processos burocráticos foram impostos a estes homens ou famílias que perderam os seus em combate, enquanto os apoios diminuíam sob o espectro da crise que afectava os governos ou pela necessidade de evitar a diferenciação social dos cidadãos. O auxílio passou, fundamentalmente, pela atribuição de pensões e subsídios, cujos valores eram baixos e estanques, mesmo com a crescente inflação do custo de vida[170]. De qualquer forma, a sua situação não se resolveria com a atribuição

168 Por exemplo, em Itália *Associazione Nazionale fra mutilati* (450 000) e *Associazione Nazionale Combattenti* (com números bem mais altos), sendo o caso da Alemanha o mais óbvio. Em França, a grande heterogeneidade das associações de combatentes torna ainda mais difícil a possibilidade de união e criação de uma *Confédération* nacional.

169 Cf. Jay Winter, «Shell-Shock and the Cultural History of the Great War». *Journal of Contemporary History*, 35, n.º1 (2000): 2: «But the political space at local and national level, occupied by *anciens combatants* in France and Germany, did not exist in Britain. While the political meaning of military service became a dominant motif in interwar political discourse in France and Germany, in Britain, the veterans' movements fade away at national level».

170 A crise de finais dos anos 20 agravou os problemas sociais, dos quais os antigos combatentes não escaparam, desencadeando violentas contestações sociais e vários movimentos extremistas. Nos EUA

de uma simples compensação monetária. A luta era por uma causa bem maior – a compensação moral e a reintegração social.

A situação portuguesa não se afasta deste cenário de atraso na concessão de benefícios e ausência de qualquer política coerente de reintegração social dos ex-combatentes. É neste quadro, entendido até à data como dual pelos historiadores, onde a situação do ex-combatente se arrisca a ficar vencida (no caso dos vencedores) ou duplamente vencida (nos caso dos vencidos) que se pretende estudar o caso português. Neste, alguns elementos ajudarão, inclusivamente, a condicionar um quadro de "vencedor mutilado", vulnerável aos resgates eventuais accionados pelos "verdadeiros" portadores dos ideais da nação. Concretamente, entre mais elementos: a instabilidade de uma das raras repúblicas europeias; a vitória ao lado dos aliados; a frustração das compensações; a anomia nas negociações de paz face a uma Espanha neutral e reconhecida; a evolução política para uma ditadura militar.

III. 2. As vítimas da guerra: assistência e (des)integração

III. 2.1. As palavras e as situações

Em Portugal, a compreensão do "inválido" sofreu um largo processo de estreitamento conceptual. Os formatos legais concentrariam gradualmente as distinções entre os termos "inválidos" e "mutilados" e, ainda, "gaseados", "tuberculosos", "estropiados", entre outros. Só em 1924 se estabelece um único termo, "inválido de guerra", permitindo que todos usufruam de uma mesma legislação. Assim:

> Consideram-se 'mutilados de guerra' os que sofreram perda anatómica, prejuízo ou perda de qualquer órgão ou das suas funções, em consequência de ferimentos recebidos ou de acidentes sofridos no cumprimento de serviços de campanha; e 'inválidos de guerra' os incapacitados por motivo de lesão ou doença adquirida ou agravada no desempenho do mesmo serviço, e durante a permanência em território inimigo como prisioneiros de guerra[171].

a contestação e o desalento resultaram na *marcha para Washington* de cerca de 12 a 14 mil veteranos e familiares e em violentos confrontos.

[171] Decreto n.º 10:099 (art. 2.º) – *Diário do Governo,* I Série, n.º 210, 17 de Setembro de 1924.

O abandono a que os combatentes portugueses foram votados em terras europeias, por falta de transporte e incúria política, e a correlata negligência aquando do retorno denunciam, mais uma vez, quão contestada e divergente fora esta intervenção. Apesar da clara precariedade organizacional do retorno e recepções das tropas, a dificuldade coloca-se, sobretudo, na posterior integração do largo número de homens convocados, na sua maioria provenientes do mundo rural, agora em situação de desemprego e vastamente traumatizados com escoriações de nível físico e psicológico.

A maioria optou por voltar a casa, mas os problemas inerentes aos particularismos da situação de conflito armado e à especificidade da guerra de trincheiras teimavam em persistir ou mesmo em aumentar – invalidez, doença, falência ou desemprego passaram a ser parte constante da vida destes homens. Desmobilizados, obrigados a refazer a vida, mas não o conseguindo, os antigos soldados, nomeadamente os incapacitados, protagonizam a primeira manifestação pública de contestação junto dos poderes públicos, reivindicando legítimas reparações: «os desmobilizados querem virar a página, os mutilados apresentam uma espécie de factura ao Estado»[172].

Em Portugal, a assistência aos antigos combatentes foi tardia. São raras as iniciativas oficiais de apoio e reinserção destes homens, exceptuando algum trabalho da responsabilidade de instituições e iniciativas privadas. A assistência aos combatentes ou a dependentes foi, não raras vezes, um prolongamento da ajuda efectuada durante a guerra, quer na frente europeia, quer em território nacional, principalmente no que diz respeito aos órfãos de guerra.

Na análise do movimento de combatentes no pós-guerra, nesta fase, interessará averiguar quais as razões que alicerçam a contestação e a movimentação associativa dos combatentes, e analisar aquelas estruturas de apoio directo, essencialmente garantidas ou dependentes de acção governamental. Isto é, as iniciativas de raiz dirigidas a este grupo, onde o poder público tenha um grau de intervenção determinante, permitindo, deste modo, antever o "enquadramento do inválido".

Importa, ainda assim, não descurar a importância das instituições assistenciais militares existentes antes da guerra, como a Associação de Fraternidade Militar (1911) ou o Asilo de Inválidos Militares, comumente conhecido como Asilo Militar de

172 Cf. Antoine Prost, «Anciens Combattants», in Becker e Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie...,* 1087-1088.

Runa, entre outras[173], bem como o importante trabalho da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) em campanha e na retaguarda. A CVP, de resto, formou um largo quadro de enfermeiras, tendo criado em Lisboa o Hospital Temporário, na Junqueira, ainda em 1917, que permanece activo até aos primeiros meses do ano de 1919[174]. Este espaço hospitalar iria assumir algum relevo no apoio imediato aos primeiros homens que voltavam da guerra ainda no ano de 1917, em estado de saúde irreversível e incapazes de voltar à frente de batalha. Como consta do seu regulamento, «o Hospital da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, na Junqueira, é destinado principalmente a praças feridos e doentes vindos das guerras de França ou d'África, podendo também hospitalizar quaisquer outros militares a pedido do Hospital Militar da Estrela ou ainda civis, quando as circunstâncias o exijam ou a Sociedade o determine» (art. 1.º)[175].

O estudo dos antigos combatentes inválidos e da acção de apoio e assistência mobilizada por "instituições oficiais" poderá parecer pouco compreensível num contexto da construção da memória. Mas, nunca é de mais insisti-lo, os inválidos são, na generalidade dos participantes, o meio de acção política do movimento dos combatentes e do poder, a voz pela qual se assumem as primeiras contestações à guerra enquanto processo comemorativo. Em suma, o primeiro movimento de acção e reivindicação dos antigos combatentes na praça pública. Donde, o interesse de continuarmos a reconstituir a realidade e os reflexos das acções assistenciais.

III. 2.2. A assistência em tempo de guerra

Concentremo-nos na ida e na estadia, isto é, na frente de guerra.

Não obstante alguma fragilidade face às condições de viagem, as tropas portuguesas chegadas a Brest não apresentavam doença ou deficiência que inviabilizasse a sua colocação na frente. Serão as específicas condições de campanha a impor ao exército português dois anos de um agravamento profundo das condições físicas e mentais[176].

---

173 Cf. General Ramires de Oliveira. *História do Exército Português (1910-1945),* Vol. III. (Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994), 537-545.

174 Dirigido por Joaquim Augusto Ferreira da Fonseca, funcionando depois como orfanato (Outubro de 1918 e Dezembro de 1921).

175 ACVP, Hospital Temporário da Cruz Vermelha Portugueza, Capa V – *Regulamento interno do Hospital da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha na Junqueira,* p. 1.

176 Veja-se o trabalho de Isabel Pestana Marques sobre o quotidiano de guerra (Cf. Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras*…, 112-113.)

Os serviços médicos eram uma longa cadeia determinada pelo ritmo de guerra. Além dos hospitais de base portugueses, existiam ainda estruturas sanitárias portuguesas e estrangeiras, nomeadamente os serviços da Cruz Vermelha Portuguesa, Secção Portuguesa do Triângulo Vermelho, bem como serviços de saúde aliados. A rede disponível em campanha era, assim, ampla e complexa. A capacidade e motivação do pessoal médico e de enfermagem seriam centrais na rentabilização dos recursos disponibilizados. Foram várias as discussões entre o pessoal médico civil, governo e exército, no sentido de assegurar as infra-estruturas de apoio. Pese embora esse esforço, a maioria dos clínicos portugueses estava mal preparada para enfrentar as situações da frente. Mesmo o trabalho de investigação internacional desenvolvido ao longo da guerra, aperfeiçoado muito por força do contacto directo com as novas patologias, ficou aquém do necessário.

Os problemas que se impunham ao quadro clínico de campanha incidiam essencialmente no diagnóstico e tratamento das intoxicações por gás e tratamento dos ferimentos provocados pelas novas armas, resultando em operações cirúrgicas e mutilações precipitadas sem o acompanhamento necessário dos serviços de fisioterapia. A capacidade de aprendizagem em campanha minorou, de qualquer forma, algumas deficiências da preparação médico-militar em Portugal, mas as lacunas científicas e de experiência de campanha não permitiram ultrapassá-las totalmente. As condições sanitárias das tropas explicam o seu quadro nosológico. Isabel Pestana Marques salienta três grandes características neste quadro: número de doentes superior ao de feridos; diminuto número de registos de casos mentais; predominância de doenças clínicas em detrimento de doenças de guerra tradicionais frequentes nos exércitos aliados, mas não no CEP, como a febre das trincheiras, a gangrena gasosa e a disenteria. Características nosológicas que exigiam demorados tratamentos, resultando numa insuficiência de lugares nos estabelecimentos sanitários, originando altas médicas precoces para soldados ainda carentes de tratamento[177].

Os cuidados de saúde eram garantidos por serviços públicos, como o Hospital Militar Português, e privados, providenciados por instituições como a Cruz Vermelha Portuguesa que viria a criar o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa com o apoio da Americana e da Inglesa. Por fim, criou-se a Secção Portuguesa do Triângulo Vermelho, operacional desde que mantivesse a neutralidade religiosa. A

177 Cf. Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras*…, 127-136.

implantação dos serviços de saúde foi, no entanto, lenta e desigual. Só em Março de 1918 estaria funcional. Na verdade, a insuficiência e precariedade dos serviços de saúde do CEP originou um recurso a serviços ingleses.

É, ainda, de referir a problemática inserção dos médicos milicianos que, não prevendo a incorporação, perturbava o tradicional hierarquia da autoridade, ao contrário do que acontecia nos exércitos aliados. A maioria não possuía conhecimentos sobre a especificidade dos quadros clínicos de guerra[178].

A figura do clínico foi extremamente valorizada pelos serviços de campanha e posteriormente pelos combatentes, não só pelo tratamento, mas também pelo apoio moral. Existem igualmente mulheres portuguesas em campanha, mas de número diminuto e insuficiente, pertencentes à Cruz Vermelha Portuguesa e formadas (algumas) pela Cruzada das Mulheres Portuguesas.

O número de baixas por invalidez, segundo o *Livro de Estatísticas do CEP*, ronda os cerca de 1 579 homens[179]. No entanto, este cálculo torna-se difícil face ao deficiente registo do movimento de tratamento, ao internamento e baixas nos serviços do CEP, bem como à posterior perda de grande parte da informação, à incapacidade de identificação do tipo de traumatismo físico e psicológico, aliadas à especificidade da guerra de trincheira ou da realidade africana, ao desconhecimento das doenças de foro mental, que o tipo de guerra incrementava, resultando em prognósticos inerentes a doenças físicas, ou mesmo como resultado de *cobardia* ou *herança genética*.

A maioria dos ferimentos resultava de situações de combate, sendo a Infantaria a arma com maior número de feridos. As enfermidades mais frequentes eram, por ordem decrescente, as doenças pulmonares; segundo, as de pele; e as venéreas em terceiro. Verificam-se poucos diagnósticos de moléstias de origem mental, ocupando o nono lugar na lista dos diagnósticos feitos em campanha, sendo a maioria identificada como casos de esgotamento mental (astenia); depois os casos de alienação e, por fim, a epilepsia. Grande parte destes casos não era tratada e, se identificados, eram negligenciados por desinteresse ou desconhecimento das novas maleitas provocadas pela especificidade do conflito[180].

---

178 Cf. David P. de Morais Sarmento, *As intoxicações pelos gases de guerra (1915-1918). Relatório* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1919).

179 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 1401 – *Serviços de Estatística e Estado Civil do CEP*, Livro de Estatística do CEP.

180 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1412 – Causas de morte no CEP, 20 de Maio de 1919; Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras*…, 132-136 e 380. Anexo I. Tipo de doenças verificadas no CEP.

III. 2.3. Os inválidos e as iniciativas no contexto internacional

No contexto internacional, os países que mobilizaram mais homens foram a França e a Alemanha. O número total de perdas entre os homens que serviram atinge valores nunca antes vistos. São milhares de combatentes que não falam da guerra, mas que não a esquecem e que estão massivamente presentes na sociedade. Os primeiros esforços oficiais em torno dos "danos" humanos da guerra centrar-se-ão nos inválidos. O aumento veloz do número de estropiados começava a preocupar os governos aliados face ao impacto negativo que comportava a sua presença para o moral das tropas e da população.

O seu peso é avassalador, embora variável (Gráfico IV). A França é, claro, o país mais atingido: cerca de metade dos soldados sobreviventes da guerra são mutilados, inválidos ou doentes. No início dos anos 30, os *poilus* representam 45% dos homens com mais de 20 anos que compõem o corpo eleitoral[181]. Em Portugal, os valores não serão tão altos, o que não inviabiliza que a reivindicação seja pautada pelas mesmas directivas (Quadro II).

No pós-guerra, a profunda diferença entre mutilados e "aptos" não deixará de se cavar. A contenda tinha terminado mais cedo para o primeiro grupo. Será este, na incapacidade iminente de reintegração social, que irá apresentar as primeiras "facturas públicas", pois, na impossibilidade imposta de esquecer a guerra, será obrigado a reagir.

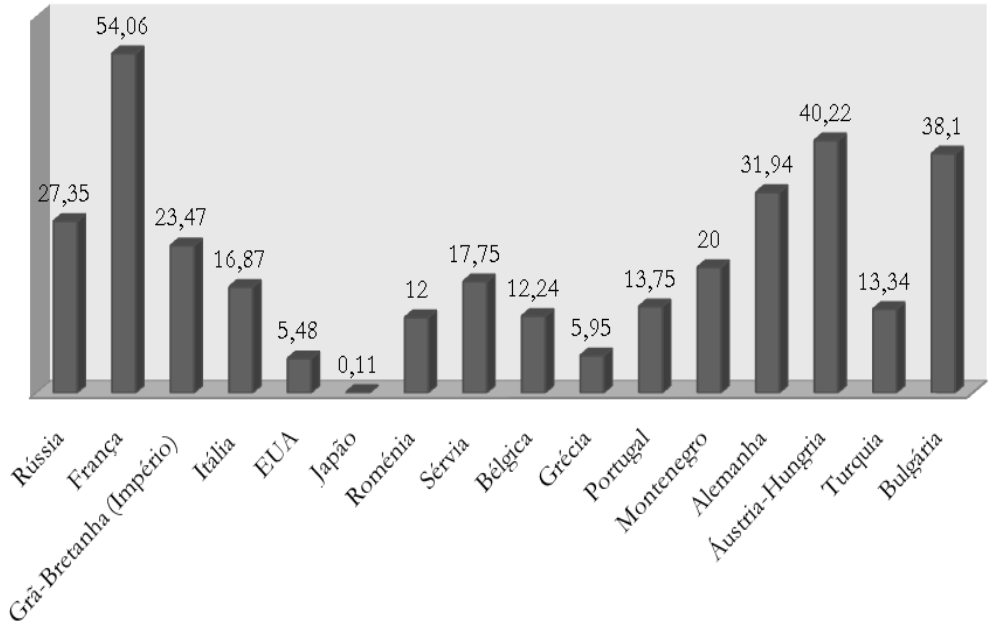
O primeiro problema que as autoridades dos diversos países tinham que enfrentar era identificar o inválido, estabelecendo as necessárias regulamentações de identificação e assistência, decorrendo deste retardamento e burocratização a organização (inicial) do movimento combatente.

A acção dos combatentes enquanto grupo reivindicativo emerge em França ainda durante a guerra, e é indissociável das necessidades materiais e morais. O retrato feito por Prost é suficiente, por ora: «ficam inválidos: aqueles que arrastam a sua tuberculose ou o seu paludismo, e mais ainda os mutilados de todo o género, que nunca encontrarão a sua perna, o seu braço, todos os que, enfim, o exército não pode mais utilizar, que é preciso reenviar ao seu lar, como o reivindicam» [182].

---

[181] Cf. Antoine Prost, «Anciens Combattants», in Becker e Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie...*,1087-1088.
[182] Prost, *Les anciens combattants…,* 1. Histoire, 7: «Restent invalides: ceux qui traînent leur tuberculose ou leur paludisme, et plus encore les mutilés de toute sorte, qui ne retrouvèrent jamais leur jambe,

Gráfico IV. Percentagem de inválidos pelo total de mobilizados por interveniente



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) Jean-Jacques Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie de la Grande Guerre 1914-1918* (Paris: Bayard, 2004), 1077.

Quadro II. Inválidos de guerra avaliados pelas Juntas de Avaliação

Decisão das Juntas	**Oficiais**	**Sargentos**	**Cabos e Soldados**	**TOTAL**
Incapazes de todo o serviço	384	362	4 992	5 738 a)
Incapazes do serviço activo	29	50	325	404
Do serviço do C.E.P.	26	9	84	119
Para dar entrada no I. Mutilados	-	-	11	11
Apurados para serviços auxiliares	-	66	942	1 088
TOTAL	**439**	**487**	**6 354**	**7 280**

a) Na Cópia do mapa das perdas por incapacidade de 31 de Janeiro de 1920, da mesma fonte, aparece o valor de 7 inválidos para esta categoria.
Fonte: AHM, 1.ª Divisão, 3.ª Secção, Caixa 1401 – *Serviços de Estatística e Estado Civil do CEP, Livro de Estatística do CEP*. Doc. 28 – Mapa estatístico dos oficiais e praças julgados incapazes do serviço, 30 de Setembro de 1933 (Chefe de Repartição, Eugénio Carlos Mardel Ferreira).

O que interessa aqui salientar é que as regulamentações existentes para estes casos estavam completamente desactualizadas. Em França foram suspensas, assim

leur bras, tous ceux, enfin, que l'armée ne peut plus utiliser, et qu'il faut renvoyer dans le foyer, comme ils le réclament».

que o despoletar da guerra trouxe para casa vários inutilizados que os médicos não conseguiriam avaliar, uma vez que aqueles que teriam condições de o fazer estavam na frente. Assim, num ritmo pautado pelas circunstâncias, foram sendo estruturados e regulamentados novos sistemas de avaliação e selecção dos mutilados de guerra, cuja situação era instável desde a explosão do conflito.

Em Julho de 1915, Justin Godard reorganiza os serviços franceses e estabelece um órgão central de controlo, a *Commission Consultative Médicale*. Inicia-se uma reforma geral do sistema, aplicada de forma minuciosa, mas sem larga duração. Em resultado, os ministérios do Trabalho, Guerra e Interior criaram, em Março de 1916, o *Office National des Mutilés*, com a intenção de resolver os problemas de desemprego e criar processos de reeducação com resultados consideráveis. De resto, a emergência em França de várias associações de mutilados não é de estranhar face a um contexto moral e material do pós-guerra, em que a distância entre a retórica oficial e a situação real dos estropiados resulta em forte cólera.

No plano internacional, a movimentação em torno dos mutilados torna-se actuante, nem que seja por produzir um lastro de instruções especializadas sobre como proceder.

Em Maio de 1917, realizou-se em Paris a primeira *Conférence interalliée pour l'étude de la rééducation professionnelle et des questions qui intéressent les invalides de la guerre*, onde se discutiram projectos e medidas para a reeducação física, reeducação para a integração profissional, desenvolvimento do estudo de próteses, pagamento de pensões e gratificações, reintegração profissional e apoio contínuo. Mais do que tratar as questões médicas, este encontro visava o aprofundamento do campo pedagógico, económico e social, espelhado num programa de cinco dias, distribuído por quatro secções: "réeducation physique", "rééducation professionnelle", "placement et établissement des invalides", "intérêts économiques et sociaux des invalides"[183]. Do comité fazia parte uma representação portuguesa, composta por Alfredo Tovar de Lemos Júnior, José Joaquim Pereira Pontes, António Aurélio da Costa Ferreira e Francisco Formigal Luzes, homens que, no contexto da I República, dinamizaram as mais variadas iniciativas respeitantes às condições dos mutilados.

Em sessão plenária de 11 de Maio de 1917, foram votados os princípios fundamentais de acção que deveriam ser aplicados para tratamento, reeducação e reintegração de todos os inválidos dos países participantes, de que destaco alguns:

183 Cf. A. Tovar de Lemos, *A Reeducação dos nossos Mutilados de Guerra* (Lisboa: Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, s/d), 10-44.

- restauração funcional e ginástica: a transferência imediata pelos cirurgiões para os institutos de fisioterapia, antes da cicatrização; criação de serviços de cirurgia nos institutos para que se possam enviar precocemente para aí os feridos; colocação de um médico-fisioterapeuta consultante nas organizações sanitárias da frente; aplicação da ginástica médica o mais cedo possível nos seus feridos.

- restauração funcional para o trabalho: as escolas de restauração funcional serão colocadas sob a direcção única do serviço de saúde; a reeducação física deve ser confiada unicamente a pessoas competentes e não deve ser confundida com a reeducação profissional; o trabalho, prescrito como auxiliar dos tratamentos fitoterapêuticos, deve ser considerado obrigatório nos institutos de fisioterapia.

- próteses e coadjuvantes da reeducação: desenvolvimento do estudo científico das próteses a aplicar; a insistência em exames minuciosos de avaliação antes da aplicação das próteses através de exame clínico, eléctrico e ergográfico, evitando a concessão de próteses que não vão ao encontro da necessidade de trabalho do inválido; a constituição de uma comissão inter-aliada responsável pelo estudo, projecção e controlo de aplicação das próteses.

- pensões e gratificações: revisão das leis sobre pensões militares, tendo em conta não só a incapacidade física do inválido, mas também as condições familiares: «que os casos particulares sejam objecto de um estudo especial para que o prejuízo especial causado seja equitativamente reparado tendo em conta a situação anterior e a situação possível consequente da invalidade»[184].

- orientação profissional: nomeação de consultores técnicos civis que procurem informar os inválidos das vantagens de continuar a exercer a mesma actividade ou aprender um novo ofício; a reeducação deve seguir sem interrupção o tratamento médico e mesmo continuar depois (a opção deverá ser da vontade dos inválidos); é conveniente a manutenção no seu meio profissional, na região onde viviam.

- colocação e emprego: não há necessidade de criar nos estabelecimentos industriais locais específicos; o valor pago aos inválidos deve ser igual ao do operário válido; a colocação destes deve ser a mesma dos segundos; que os regulamentos dos concursos para os serviços públicos sejam revistos para permitir aos feridos da guerra aproveitar as vantagens que lhes são oferecidas e que a preparação para estes exames lhes seja facilitada (art.º 63).

---

[184] Lemos, *A Reeducação*…, 16.

- reeducação agrícola e emprego na agricultura: sendo o regresso ao mundo rural e à agricultura o mais desejável para a maioria das enfermidades, principalmente as de foro mental[185].

- protecção permanente: «que as sociedades de protecção secundadas e auxiliadas pelos organismos centrais de propaganda e de documentação, auxiliem o Estado, as sociedades dos socorros mútuos, os agrupamentos profissionais e os mutilados isolados para que seja permanente a protecção aos inválidos da guerra em todas as ocasiões em que esta protecção se deva exercer, desde o dia do ferimento»[186].

- a necessidade da reeducação unir a fisioterapia à psicoterapia: os alunos devem permanecer o menor tempo possível nestas escolas e ser o mais rapidamente possível integrados na sua vida normal, «só a reeducação obrigatória poderá resolver integralmente o problema»[187].

Em Julho desse ano, reunir-se-ia em Paris uma nova Conferência para eleição do *comité permanente inter-aliado* para o estudo das questões que interessam aos mutilados. Desse comité faziam parte, também, quatro delegados portugueses. A sua função assentaria na manutenção de uma comunicação entre membros, nações e instituições ligadas aos inválidos, procurando recolher o máximo de informação possível para ser publicada no boletim *Les mutilés de la guerre*.

Em Outubro, ocorreu mais uma nova reunião, agora em Londres, onde se decidiu a criação de um Instituto inter-aliado, com sede em Paris, cujo objectivo passaria por favorecer a investigação científica relativa aos inválidos, devendo a sua manutenção ser feita com base na atribuição de cotas pelos seus membros. Em Dezembro, o Comité reuniu-se novamente em Paris, mas sem a participação de Portugal.

Face à crise política que abalava o país, o fim da guerra e o retorno das tropas eram assuntos pouco caros às forças no poder, que ascenderam opondo-se à intervenção. Os inválidos de guerra incapazes de uma fácil reintegração encontram da parte das entidades estatais uma clara ineficiência.

Em Portugal, verificar-se-á uma situação não propriamente específica, pois o atraso estatal relativamente à realidade dos inválidos é geral. No entanto, convém ressalvar, as dúvidas são muitas, tendo em conta os vestígios documentais. Com

185 Lemos, *A Reeducação*…, 22.
186 Lemos, *A Reeducação*…, 23.
187 Lemos, *A Reeducação*…, 18.

efeito, a pesquisa desta temática vê-se privada de fontes concretas sobre a identificação, a quantificação, o desfasamento da regulamentação/implementação de reformas, a sustentabilidade dos processos, os resultados da aplicação em Portugal dos projectos europeus a inválidos.

A intervenção polémica na frente, a ausência ou fragilidade dos sistemas de avaliação, a precariedade das condições, a inadequação dos apoios e a dificuldade de lidar com os inválidos não deixam de pesar na reconfiguração das reacções e das respostas aos problemas concretos dos inválidos. O fio complexo de uma nova realidade entrelaçava-se abruptamente na conjuntura política portuguesa. A total reestruturação da regulamentação, das estruturas e do contingente humano de avaliação impunha-se. Mas os obstáculos seriam inúmeros. O retorno em massa da frente, em Portugal, tardio e essencialmente posterior ao final da guerra, insere-se numa conjuntura de dificuldades materiais e sociais, marcada por uma psicologia colectiva particular. A fundação das associações de antigos combatentes, nomeadamente as primeiras, de mutilados, resulta desse ambiente.

Vejamos, progressivamente, o que se pôde reconstituir.

III. 3. Portugal e os inválidos de guerra: (des)integração, regulamentação e reacção

A par da discussão internacional em torno dos inválidos de guerra, Portugal, logo que as primeiras tropas partiram para a frente europeia, decide importar algumas das regulamentações, muito aquém do necessário e desejável. Nomeadamente, adopta a solução que passa pela imediata evacuação dos inválidos para as unidades de origem – uma das primeiras e mais danosas medidas para a moral das tropas[188].

O debate é oficialmente inaugurado assim que se enviam as primeiras representações portuguesas à *Conférence interalliée pour l'étude de la rééducation professionnelle et des questions qui intéressent les invalides de la guerre* (1917). Mas ele eclode, antes, por força de alguns indivíduos, que irão marcar todo o trabalho nacional do pós-guerra, e instituições particulares, como a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e a Casa Pia de Lisboa, responsáveis por

[188] Cf. António Aurélio da Costa Ferreira, "Donativos", *A capital*, 5 de Setembro de 1920, p. 1.

importantes iniciativas de apoio e tratamento. De facto, depois da declaração de guerra da Alemanha, várias iniciativas particulares apareceram no sentido do apoio à República e à intervenção na guerra, preconizando já um enquadramento assistencial.

III. 3.1. A Cruzada das Mulheres Portuguesas e os inválidos

A Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP) deu os seus primeiros passos em Março de 1916. Um *grupo de senhoras* reuniu-se no Palácio Nacional de Belém, reunião a que não faltaram republicanos de destaque na vida política nacional, para lançar as bases de uma instituição de assistência às vítimas da Guerra[189].

Mesmo antes da publicação dos seus Estatutos, sai em *Diário do Governo*, a 13 de Julho de 1916, o reconhecimento do serviço de enfermagem em campanha da CMP. A par da Cruz Vermelha Portuguesa, «são reconhecidas como sociedades de socorros voluntários e autorizadas a proceder ao levantamento, transporte e tratamento de feridos e doentes, quer em tempo de guerra quer em tempo de paz, bem como à organização e à administração de formações e estabelecimentos sanitários, as comissões de hospitalização e enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas» (art. 1.º)[190].

Segundo os Estatutos, aprovados a 19 de Agosto de 1916, a «Cruzada das Mulheres Portuguesas é uma instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitem por motivo do estado de guerra com a Alemanha» (art. 1.º); em «todo território da República Portuguesa e ainda em território estrangeiro poderão organizar-se sub-comissões que, obedecendo ao mesmo fim da Cruzada, com ela colaborem» (art. 2.º)[191].

A actividade da CMP seria concretizada através de um conjunto intrincado de nove comissões, das quais as primeiras quatro são de carácter essencialmente administrativo e as demais de assistência aos militares mobilizados e suas famílias: comissão central; comissão administrativa; comissão de propaganda e organização de trabalhos; comissão angariadora de donativos; comissão hospitalar («prover quanto possa em tudo o que diz respeito à hospitalização dos feridos e convalescentes da guerra»); comissão de enfermagem (responsável por cursos de enfermagem para melhoria das condições do pessoal de apoio); comissão de assistência aos militares

189 Cf. LC, CMP, *Acta n.º 1*, p. 1.
190 Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Estatutos* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917), 16.
191 Cf. Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Estatutos*…, 16.

mobilizados (organizar a máxima assistência aos militares, através do envio de roupa, tabaco, correspondência, bem como auxiliar os militares enfermos, criando espaços destinados à sua recuperação); comissão de assistência às mulheres dos mobilizados; comissão de assistência aos filhos dos mobilizados em campanha (prestando apoio e assistência até que seus pais retornem ou, caso tal não aconteça, proporcionando-lhes a formação educacional e profissional até serem colocados num emprego). Estas comissões, com existência autónoma, seriam responsáveis por angariar os seus próprios fundos e organizar todos os eventos necessários para tal. As sub-comissões, ou núcleos formados nas províncias, visavam, por outro lado, «a assistência local às famílias dos mobilizados e interessando-se pelos trabalhos regionais protegendo as pequenas indústrias e a agricultura»[192].

No relatório da presidente da direcção cessante de 1930-1933, Ana Castro Osório, recorda-se:

> o que foi essa obra durante a Guerra está ainda na memória de todos e dela falam os arquivos onde guardamos a publicidade dos jornais, as nossas publicações, os nossos relatórios e a comovedora correspondência dos nossos 'Afilhados de Guerra'. […] Feita a paz, assinado o armistício e regressados à Pátria os últimos soldados prisioneiros, afastada do seu lugar a presidente, a CMP sofreu os embates das paixões violentas que agitaram a sociedade portuguesa e só um pequeno grupo de senhoras ficou a cumprir o seu dever de após guerra, que previmos – como sucedeu – o mais útil e difícil de cumprir[193].

A actividade da CMP foi claramente multifacetada e central num contexto de conflito global. Reconhecida como sociedade de socorros com prerrogativas análogas às da CVP, nomeadamente em relação às questões de hospitalização e enfermagem, ela foi responsável pela criação do hospital de recuperação em Hendaia e o Policlínico de Campolide. Organizou cursos de enfermagem para reforçar os quadros sanitários do CEP na frente[194]. Garantiu a correspondência dos afilhados de guerra e manteve sob a sua tutela, depois da suspensão dos serviços de mutilados de Arroios, cerca de 285 órfãos de guerra.

---

192 Cf. Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Estatutos*…, 16.

193 Ana de Castro Osório, *Cruzada das Mulheres Portuguesas. Apresentada à Assembleia electiva em Abril de 1933 pela Presidente da direcção cessante* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G, 1933).

194 Com autorização do Governo Português (1916), funcionavam no Instituto Clínico da CMP (Policlínico), em Campolide, cedido a título precário (Outubro de 1916) à *comissão de hospitalização*, cujo regulamento seria aprovado e publicado a 11 de Outubro de 1917 pelo Ministro da Guerra, Norton de Matos (Portaria 1:113, *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 175, 11 de Outubro de 1917). Este Instituto, tal como o seu regulamento, seriam a base experimental para aquele que viria futuramente especializado nos inválidos de guerra.

A obra da CMP perdurou durante a paz, continuando a prestar assistência aos seus antigos afilhados de guerra. A sua extinção ocorreu em 1938, tendo o seu património sido transferido para a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG).

A acção da Cruzada não foi, porém, exclusiva no apoio aos soldados e às vítimas da guerra em campanha e após o conflito. Acrescente-se a Cruz Vermelha Portuguesa e o Triângulo Vermelho, para além daquelas sediadas em Portugal ou em comunidades portuguesas no estrangeiro, como o Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte, Comissão pela Pátria, entre outras.

A "selecção" da Cruzada, no âmbito deste trabalho, deve-se ao seu papel excepcional junto dos inválidos de guerra e à forma como a projecção e criação do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios (IRMGA) esteve no centro das discussões em torno da questão dos mutilados e, numa perspectiva mais lata, dos primeiros movimentos de antigos combatentes.

III. 3.2. O Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios

A abrangência do campo de actividade assistencial da CMP foi concretizada a partir duma comissão de assistência aos militares mobilizados composta por Ester Norton de Matos (presidente), Amélia Leote do Rego, Assunção Ferreira Simas, Guida Keil Amaral Reis (Viscondessa de Pedralva), Joana James Galhardo, Maria Correia Monteiro Torres, Maria Francisca Abreu e Sousa Guerra, Maria Helena Maia Pinto, e Rita Norton de Matos (secretária). A comissão levou um ano a estruturar-se, delegar funções e adquirir recursos.

Os seus primeiros esforços passaram, particularmente, pela assistência aos mobilizados. Antes da partida, concediam assistência moral, distribuíam tabaco, postais, pequenas lembranças, produções literárias de variada espécie, fotografias, desenhos alusivos à guerra. A sua acção culminaria junto dos soldados no pós-guerra: «dos que fiquem mutilados temos de realizar o milagre de fazer homens quase sãos, ensinando-lhes novos mesteres, compatíveis com o seu estado físico, fazendo a sua reeducação em estabelecimentos especiais. E quantos destes, eles e as suas mulheres

e os seus filhos, não precisarão dos nossos cuidados constantes, como se fossem crianças de tenra idade!»[195].

A primeira deslocação à conferência inter-aliada de uma comitiva portuguesa colocou a CMP no eixo de um maior esforço em relação aos inválidos de guerra portugueses. Neste contexto, foi criado um projecto de raiz: o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios (IRMGA).

Uma experiência de modernização

Fundado a 11 de Abril de 1917, pela comissão de assistência aos militares mobilizados, presidida por Ester Norton de Matos, o IRMGA teve como responsável pela sua organização e direcção o capitão médico Alfredo Tovar de Lemos. Levou cerca de seis meses a instalar-se e organizar-se no antigo palácio dos Condes de Linhares, na Calçada de Arroios, cedido a título "provisório e precário" pelo Ministro da Guerra.

O IRMGA assumiu como modelos os serviços de especialidade na educação de mutilados de França, Bélgica e Itália, nomeadamente no que diz respeito à reeducação funcional, o valor dos agentes físicos e as modalidades do seu emprego, os métodos de reeducação profissional, os processos laboratoriais de estudo da fisiologia profissional, apreciação de aptidões, meios de orientação, aparelhagem de trabalho e a definitiva estética.

Antes desta instituição especializada, os inválidos eram internados em espaços sem formação específica dos quadros hospitalares. Com a sua criação, o circuito institucional do tratamento das patologias resultantes da guerra ganha uma outra complexidade, sem que isso possa entender-se automaticamente como um ganho acrescido de eficácia e enquadramento sistemático e especializado dos doentes.

A principal instituição com que o IRMGA acabou por se relacionar, na fase do arranque, foi com o Instituto Médico Pedagógico de Santa Isabel. Com efeito, a 22 de Novembro de 1916, a Casa Pia de Lisboa, dirigida por António Aurélio da Costa Ferreira, tinha posto à disposição do Ministério da Guerra o Instituto Médico Pedagógico de Santa Isabel, para o qual muito contribuiu a campanha a favor da reeducação dos mutilados de guerra de José Pontes. Ao Instituto de Arroios cabia a

[195] Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados. Relatório 9 de Março de 1916 a 9 de Março de 1917* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1917), 29.

responsabilidade dos serviços de pedagogia e ao de Santa Isabel os trabalhos de reeducação funcional[196].

A criação do IRMGA veio permitir, com outra eficácia, o encaminhamento das várias patologias, num circuito aparentemente consequente de tratamento. O respectivo regulamento foi aprovado em *Diário do Governo*[197], prevendo a fusão de hospital e escola com um quadro de pessoal essencialmente feminino, à excepção dos médicos, onde seriam admitidos praças de pré com ferimentos em campanha, quando as lesões se apresentassem cicatrizadas. Além do internato, estava igualmente previsto um regime de externato. O Instituto organizava-se em três secções: a primeira tratava da investigação e orientação profissional; a segunda, de reeducação motora, estando nela integrada a fisioterapia; a terceira da reeducação profissional, de forma a permitir ao mutilado ou estropiado retomar o antigo ofício, ou outro compatível com as suas lesões, para o que dispunha de diversas oficinas e de aulas de instrução primária (83% dos homens eram analfabetos).

Terminada a reeducação, tratava-se da situação militar e colocação. Em caso de necessidade de aparelho, ele era feito no próprio Instituto. Enquanto faziam reeducação, os inválidos recebiam um salário que podia ir até aos 20 centavos diários, o mesmo vencimento de campanha. As receitas do Instituto provinham de fundos da CMP, pensões dos doentes hospitalizados, subvenções, donativos, heranças, legados de benfeitores, entre outros recursos[198].

Como se processava o circuito dos doentes? Chegados de França, os «mutilados ou estropiados, compreendendo os cegos e os surdos, depois de completamente curados dos seus ferimentos, serão recebidos no Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, a fim de, depois de convenientemente observados e classificados, se lhes dar o destino que mais convenha à sua valorização e colocação», enviando-os para o Hospital de Campolide, caso necessitassem de intervenção cirúrgica ou para Arroios, para tratamento, reeducação profissional e aparelhagem[199]. Santa Isabel terá recebido os seus primeiros inválidos no final de 1917, que «por sinal foram aí entregues, porque, segundo comunicação do ministério da guerra, andavam pelas ruas, recebendo óbulos, já depois de terem sido recolhidos

196 Cf. Casa Pia de Lisboa, *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1916-1917* (Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1917).
197 Cf. Portaria n.º 1:113 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 175, 11 de Outubro de 1917.
198 Cf. A. Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação dos mutilados da guerra no Instituto Militar de Arroios* (Lisboa: ed. CMP, 1919). Esta publicação de Tovar de Lemos permite analisar a estrutura física e funcional do Instituto de forma extremamente detalhada.
199 Cf. Decreto n.º 3:751, *Diário do Governo,* I Série, n.º 12, 15 de Janeiro de 1918 (art. 2.º).

num quartel, donde, por desgraça, até estavam para partir forças expedicionárias»[200], num cenário profundamente desmoralizador. Num artigo d'*A Capital*, onde se noticia a ligação entre as duas instituições, é dito que apesar de manter o seu carácter «de transição para Arroios, o Instituto de Santa Isabel consegue apanhar provisoriamente todos os amputados, produzir instrumental de trabalho para todos os mutilados e fazer todos os tratamentos fisioterápicos necessários à melhoria ou cura das lesões. A par desta obra, que já é grande, o Instituto de Santa Isabel montou um arquivo e um laboratório de pesquisas científicas onde existem aparelhos originais»[201].

Em menos de um ano, o IRMGA perderá o seu aspecto provisório. Vários serão os esforços para colmatar as graves falhas no apoio oficial, nomeadamente a ausência de um serviço cirúrgico e ainda o escasso financiamento, multiplicando-se as campanhas na imprensa, nomeadamente n'*A Capital*. Passados cerca de dois anos e instalado devidamente o IRMGA, Aurélio da Costa Ferreira solicita ao Ministério da Guerra que

> se dê desde já por finda a missão do Instituto de Santa Isabel, como centro de selecção e distribuição, ficando apenas a funcionar para os fins que determina a lei de pensões. A nossa missão como centro de selecção e distribuição está terminada e o que me parece mais conveniente neste momento fazer é encerrar o Instituto, transferindo para Arroios e para serviços cirúrgicos os mutilados que careçam de tratamento e colocar na situação de licença ilimitada aqueles que, não precisando de tratamento, possam aguardar nas suas terras a conclusão dos seus processos de pensão de reforma, ficando estes mesmos como pertencendo ao Instituto de Arroios[202].

O IRMGA concentraria, assim, "o projecto" no tratamento/inserção dos inválidos em Portugal, respeitando as coordenadas aliadas. Apesar dos avanços, a grande limitação do IRMGA continuava a ser a ausência, tal como no Instituto de Santa Isabel, de um serviço cirúrgico, serviço importante e aconselhado pelos especialistas internacionais.

---

[200] "Donativos", *A capital*, 5 de Setembro de 1920, p. 1.
[201] "Como se trabalha em Santa Isabel e em Arroios", *A capital,* 16 de Setembro de 1918, p. 1.
[202] Casa Pia de Lisboa, *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1918-1919* (Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1920), 56-57. Belém, 26 de Maio de 1919 (n.º 302).

Imagem V. «Aparelhos provisórios e de trabalho. Muito sólidos e de possível adaptação sucessiva à atrofia do coto. Articulados no joelho, permitem facilmente o trabalho. Grupos tirados na prancha educativa da marcha». A. Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação dos mutilados da guerra no Instituto Militar de Arroios* (Lisboa: ed. CMP, 1919), 66-67. (Fonte: AHM, FE, 110, A11, PQ, 31.1)

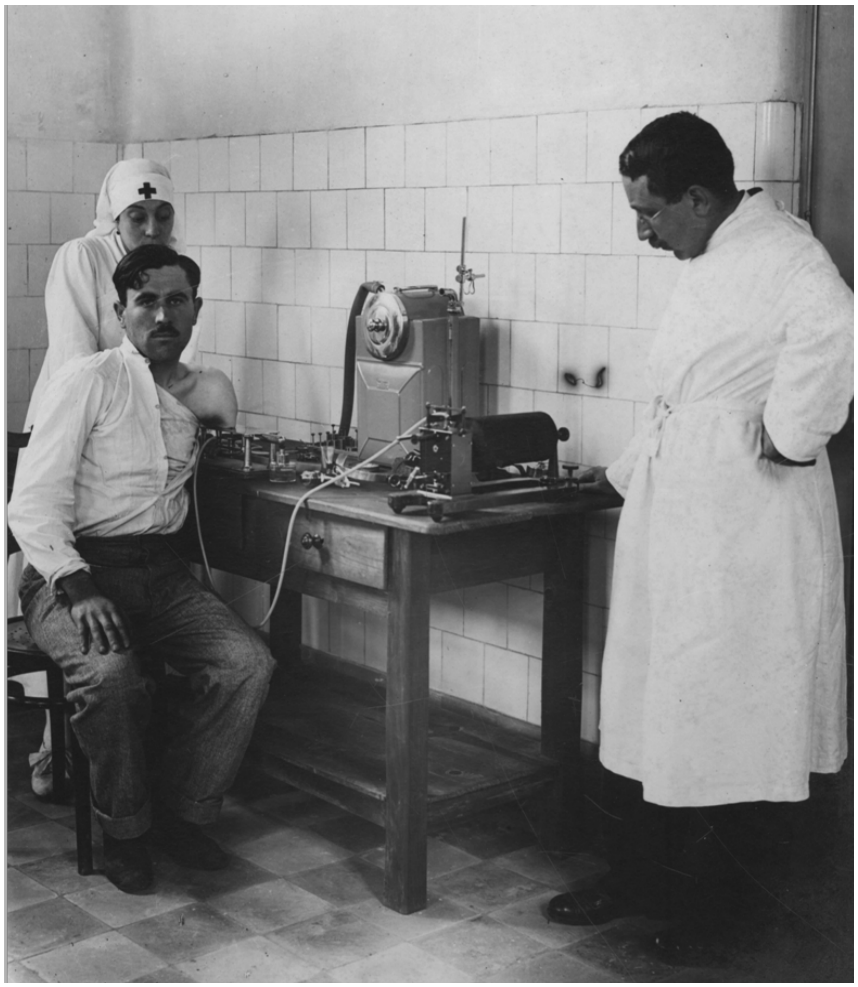


Imagem VI. «Exame de sensibilidade de um coto por meio de uma placa esthesiometrica de Amar» A. Tovar de Lemos, *Como é feita a reeducação dos mutilados da guerra no Instituto Militar de Arroios* (Lisboa: ed. CMP, 1919), 37. (Fonte: AHM, FE, 110, A11, PQ, 31.1)

A polémica e o debate em torno do IRMGA

Não obstante as tentativas e os esforços desenvolvidos nos Institutos de Santa Isabel e de Arroios, o tratamento dos mutilados em Portugal manteve-se sempre um assunto controverso. Daí, entre outras razões, as dificuldades de implantar uma modernização mais consequente dos serviços médicos e valências técnicas necessários.

A definição do perfil e das condições do IRMGA constitui, neste contexto, um revelador da dimensão revestida pelo tratamento dos mutilados, isto é, da arena política onde se projectavam as feridas dos antigos combatentes.

Especialmente criado para o tratamento e a reeducação dos inválidos de guerra em Portugal, o IRMGA teve uma concretização polémica e morosa, chegando as obras a serem suspensas durante o movimento do 5 de Dezembro. Tovar de Lemos confessa, mesmo, que «não escapou a iniciativa da Reeducação dos Mutilados da Guerra à suspeita da política, e as obras tiveram de se suspender, após termos passado momentos difíceis, por causa de […] desconhecimentos dos fins do Instituto, alheamento do assunto, etc., enfim, más vontades»[203].

Nos anos de 1917 e 1918, a tutela e funcionamento do Instituto estiveram no centro de algumas das discussões públicas, a que muito se deve a instabilidade política vivida, sofrendo importantes alterações regulamentares[204].

Com efeito, a 8 de Janeiro de 1918, os Institutos e estabelecimentos hospitalares a cargo da CMP foram transferidos para a tutela do Ministério da Guerra, decisão já aprovada em Dezembro de 1917. Pelo respectivo decreto, afirmava-se ser «de urgente necessidade acautelar os interesses do Estado nas suas relações com a Cruzada das Mulheres Portuguesas, e particularmente com as comissões da mesma cruzada, que levaram a efeito obras de hospitalização com destino aos feridos, convalescentes e mutilados de guerra, em que se despenderam avultadas quantias, que saíram, na maior parte, dos cofres públicos […] pelo que foi

---

[203] Lemos, *Como é feita a reeducação*…, 9.

[204] Pelo Decreto n.º 3:751 de Janeiro, o Ministério da Guerra determina que o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa passe a funcionar como Instituto dos Mutilados de Guerra (*Diário do Governo,* Iª Série, n.º 12, 15 de Janeiro de 1918); a Portaria n.º 1:398 de 11 de Junho 1918 aprova o regulamento do Instituto Militar de Reeducação dos Mutilados de Guerra, anexo à mesma Portaria, em substituição do Regulamento do Instituto de Reeducação do Mutilados de Guerra, aprovado pela Portaria n.º 1:113, de 11 de Outubro de 1917. Anexo II. Regulamento do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra.

ocupado militarmente o Instituto Clínico (Policlínico) de Campolide, por ordem do comandante das forças revolucionárias no Parque Eduardo VII»[205].

A 15 de Janeiro o Ministério da Guerra determina que o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa passe a funcionar como Instituto dos Mutilados de Guerra. Como consequência, fica sujeito à Inspecção Geral do Serviço de Saúde do Exército, e os seus regulamentos passam a depender da aprovação do Ministério da Guerra.

É neste espaço reconfigurado que se enuncia, pela primeira vez, uma junta de avaliação de inválidos: «nesse Instituto funcionará uma junta, composta por um cirurgião, um fisioterapeuta e um médico educador, encarregado de serviços de orientação profissional, que procederá à classificação dos feridos e à indicação do destino a dar-se-lhes» (art. 3.º)[206]. Junta que, mais tarde, é sujeita a profunda estruturação no intuito da avaliação/concessão de pensões aos inválidos da guerra.

No quadro destas movimentações, só em Março de 1918 se aprovaria o novo regulamento do IRMGA, onde – apesar de se manter na generalidade fiel ao anterior – se destaca a passagem de parte dos serviços de orientação profissional, estudo físico e psíquico dos mutilados para o Instituto de Santa Isabel, bem como se regista uma interferência nos assuntos de carácter pedagógico.

O IRMGA retoma trabalhos em Maio de 1918, depois de um período de suspensão, com a entrada dos primeiros inválidos e conhecimento do novo regulamento, que viria a ser publicado apenas a 11 de Junho. Em pouco se altera as formas estatutárias anteriores, salientando-se a criação de um fundo permanente, a transferência de parte dos serviços de orientação profissional (o estudo físico e psíquico dos mutilados, bem como a intervenção nos trabalhos pedagógicos pelo Instituto de Santa Isabel), a integração de pessoal militar em vários serviços. A estrutura adapta-se ao formato da instituição castrense e a administração passa gradualmente de civil para militar, mas sempre mantendo a *base* civil[207]. Tovar de Lemos não deixará de elaborar algumas críticas relativamente a estas mudanças, impostas pela transferência de administração particular para o Estado, mormente no

[205] Decreto n.º 3:742 – *Diário do Governo,* Iª Série, n.º 6, 8 de Janeiro de 1918: «O Governo da República Portuguesa decreta, para fazer valer como lei, o seguinte: Passam para a posse do Ministério da Guerra o Instituto Clínico da Cruzada das Mulheres Portuguesas (Policlínico), em Campolide, o seu auxiliar n.º 1, Hospital Português de Hendaia, e o Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra em Arroios».

[206] Decreto n.º 3:751 – *Diário do Governo,* Iª Série, n.º 12, 15 de Janeiro de 1918.

[207] O Ministério da Guerra aprova o regulamento do Instituto Militar de Reeducação dos Mutilados de Guerra (*Ordens do Exército,* 1ª Série, 1918, p. 492) em substituição do Regulamento aprovado pela portaria 1:113, de 11 de Outubro de 1917.

que diz respeito à concorrência dos sistemas de aparelhagem[208] e à questão do iminente retardamento das obras, entre outros assuntos de maior ou menor polémica.

Em Março de 1920, o IRMGA seria entregue à Cruzada das Mulheres Portuguesas[209].

A correspondência trocada pela CMP denuncia, na conjuntura, a condenação do Instituto face às decisões políticas, uma vez que seria suspensa uma das mais importantes fontes de rendimento provenientes do Ministério da Guerra. Em Agosto de 1920, a Cruzada solicitou, premonitoriamente, junto da Inspecção-Geral do Serviço de Saúde a não cessação deste espaço sem que fossem resolvidas as inserções dos mutilados ainda em tratamento e reeducação[210].

Seja por mera constatação, seja por incompreensão ou dissidências políticas, o que é certo é que o IRMGA vê-se no epicentro de parte das críticas dirigidas ao tratamento dos inválidos. Em 1921, após uma visita da Junta, fez-se o veredicto: o Instituto falhara completamente como estabelecimento de reeducação.

Apesar da informação actualmente disponível sobre a questão dos inválidos ser muito precária e maioritariamente proveniente de edições destes Institutos ou de imprensa panfletária, as estatísticas do Instituto de Arroios desmentem este quadro negro. Mas os resultados estavam aquém do esperado, o que se deve, em parte, à relutância dos mutilados em continuar no activo, longe das famílias, embora com direito ao vencimento de campanha durante o tratamento ou reeducação e à possibilidade de mudar de vida, sendo-lhes garantido um emprego como

---

208 O Estado chegou a colocar em dúvida se se deviam criar no Instituto ou abrir a concurso público – sujeitas a propostas desactualizadas, apesar de mais baratas.

209 Cf. Lei n.º 959 – *Diário do Governo,* Iª Série, n.º 59, 23 de Março de 1920: «Em nome da Nação e do Congresso da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, a seguinte lei: Artigo 1º Entregue à Cruzada das Mulheres Portuguesas o Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra, passando a funcionar nos termos do regulamento aprovado por portaria n.º 1:113, de 11 de Outubro de 1917, com as alterações que lhe tem sido introduzidas por necessidades de serviço; Artigo 2º A receita do Instituto será constituída pelas importâncias a que se refere o artigo 8.º do citado regulamento e pelo subsídio mensal necessário para acorrer às despesas de hospitalização de oficiais e praças e respectivo rancho, e que será pago pelo Ministério da Guerra em conta de verba para 'despesas resultantes da guerra'; Artigo 3º Para exercer, por parte do Ministério da Guerra, a fiscalização médica e militar a que se refere o artigo 3.º da portaria acima citada, será nomeado um oficial médico para inspector e delegado ao conselho fiscal; Artigo 4º Enquanto o Instituto estiver tratando dos mutilados da Guerra, o Ministério da Guerra fornecerá o pessoal menor militar necessário para o serviço, o qual será considerado supranumerário dos respectivos quadros».

210 Cf. AHM, FO, 006, L, 68, Caixa 949, n.º 1 – Instituto de reeducação dos mutilados e inválidos de guerra, Lisboa, 2 de Agosto de 1920: a informação referida aparece também em nota lateral. O resultado é que apesar da ameaça de que, caso não se verificasse financiamento do Ministério, o Instituto fecharia no final do mês, o Ministério apenas financiará 1000$ mensais já incluídos no orçamento aprovado por lei (nota manuscrita lateral); quanto ao pessoal só as câmaras podem legislar em contrário.

compensação pelas deficiências (alguns abandonavam a revalidação para irem para os empregos). Tovar de Lemos, a este propósito, queixara-se da deficiente reeducação dos mutilados e das tardias e baixas pensões, que mal permitiam o tratamento médico, para além das necessárias próteses:

> Os primeiros mutilados que de lá vieram, vinham dispostos à mendicidade e, por isso, até alguns deles fugiram deste Instituto e foram mendigar pelas cidades e que era necessário pôr a coberto os primeiros homens que vieram de França, os quais não receberam durante algum tempo os seus vencimentos, nem se sabia quem lhos devia pagar e, por isso, foi publicado num decreto para lhes serem pagos os seus vencimentos de campanha enquanto os mutilados se estivessem educando neste Instituto, e que os primeiros homens que foram de licença da junta não receberam os seus vencimentos, recebendo também depois os que de campanha de mais de dez meses, e que isso constituiu um estado próspero para o mutilado, mas que esse pagamento foi justo, visto que, era os seus vencimentos que não havia recebido e que lhe pertenciam[211].

Em 1921 é suspensa a actividade do Instituto de Arroios como instituto de inválidos, cuja manutenção se tornou insustentável desde que, em Agosto do ano anterior, foram suprimidos parte dos fundos governamentais. Na altura, a presidente Ana de Castro Osório publica, nos primeiros boletins mensais, uma crítica à suspensão destes serviços.

Este espaço iria ser ocupado, através da acção da comissão de assistência, maioritariamente por órfãos da guerra[212]. Persistirá a protecção aos soldados, através da recomendação para empregos e trabalhos, concedendo-se pensões próprias que o Estado ignora, principalmente àqueles que sofrem de doenças incuráveis, na maioria resultantes da exposição a gases.

No primeiro boletim mensal da CMP, que veio substituir os anuais relatórios, esta comissão de assistência emite uma nota oficiosa sobre a questão dos mutilados de guerra, na qual refere que a

> 'Cruzada' nenhuma responsabilidade tem nos factos decorridos ali recentemente e nos quais a imprensa se tem ocupado, porque as altas foram mandadas dar por ordem do Ministério da Guerra. O Sr. Ministro da Guerra determinou que fosse dada alta a todos os mutilados que não possam beneficiar do tratamento e que só estão à espera de colocação, empregos ou aparelhos, aguardar o deferimento das suas pretensões e a

[211] AHM, 1ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Comissão encarregada de rever a legislação sobre os inválidos do Serviço Militar, Acta n.º 2, 24 de Novembro de 1919.

[212] O Instituto Escolar de Arroios foi criado no espaço deixado pela suspensão de actividades do IRMGA através de um longo e esgotante processo junto das entidades oficiais, devido à confusão entre IRMGA e o que é CMP. Aqui realizavam-se cursos diurnos e nocturnos dirigidos a filhos de combatentes e civis com carências de vida. (Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Relatório das Gerências de 1930-1931-1932*, Boletim 2.ª Série, nº1 (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1933), 12-14).

> regulamentação da lei de pensões, como estão fazendo os quinhentos que tiveram alta. Mais determinou […] que aqueles que pela sua incapacidade física não possam angariar meios de subsistência sejam recolhidos no Asilo de Runa para Inválidos Militares. A 'Cruzada' tem tido conhecimento que na ordem dimanada do Ministério não foram exceptuados os mutilados que estavam reeducando nas oficinas do Instituto, procurando desse modo prepararem-se para refazer pelo trabalho a sua vida honesta e não recorrendo nunca à vergonha da mendicidade nem à dependência do emprego público […]. Esta instituição só lastima que o Governo, que desconhece estes assuntos porque os governos nunca chegam a ter tempo de os aprofundar, não tenha até hoje tido um entendimento claro e decisivo com esta agremiação[213].

Esta nota oficiosa foi publicada em Abril n'*A Capital*[214]. Tal como esta, outras reacções surgiram na imprensa. O *Diário de Lisboa*, de Joaquim Manso, apresentou uma larga análise a esta questão, nos primeiros meses do ano de 1921, com uma série de entrevistas a alguns dos protagonistas do movimento de apoio e tratamento dos inválidos, como Tovar Lemos, José Pontes, Afonso Lopes Vieira, entre outros[215].

Face à publicação pelo Ministério da Guerra da Ordem n.º 103, em 1921[216], que suspendia as actividades do Instituto de Arroios como centro de tratamento e reeducação dos inválidos de guerra, as reacções não se fizeram esperar. Com notícia de primeira página, a edição de 26 de Abril abre com o título "Os Mutilados", onde se evidencia a consternação, que este periódico é exímio em mostrar. Pergunta-se: «Como se compreende que o governo pela pasta da guerra assim brutalmente resolva a questão dos mutilados, quase desfazendo-se deles, como se eles fossem parasitas entretidos na mandibulação farta dos dinheiros públicos? Porque é que o Parlamento não teve ainda um momento de pausa nas suas tristes brigas para aprovar o projecto que, melhor ou pior, fixa a situação material dos mutilados?». Analisa-se: «a obra a favor dos mutilados, se exceptuarmos os seus inícios, quando teve a ampará-la os

---

213 Cruzada das Mulheres Portuguesas, *Boletim mensal.* N.º 1 (Lisboa: Tipografia Luzitania, Junho de 1921), 15-16.

214 Cf. "Mutilados da Guerra", *A Capital,* 26 de Abril de 1921, p. 1.

215 Cf. "O caso dos Mutilados de guerra", *Diário de Lisboa*, 27 de Abril de 1921, p. 4; Afonso Lopes Vieira, "Os Mutilados", *Diário de Lisboa*, 26 de Abril de 1921, p. 5: «Há poucos dias foram levados para a Batalha os despojos dos dois Heróis. E a emoção que, apesar de tudo, por um momento nos empolgou, volta a transmutar-se em indignação, em revolta, em protesto, oh!, num protesto vibrante de todas as fibras dos nossos corações, e que não há policia, nem processos, nem prisões capazes de fazer calar! Falo por mim e por todos os portugueses cujo peito não abrigue um calhau. A indignação que nos causa a situação dos mutilados que a medida do governo expulsou de Arroios, desprovidos de aparelho ortopédicos, abandonados às suas misérias físicas de estropiados, de amputados e de cegos, com um sarcasmo de subsídio que se eleva a 350 réis diários – enche-nos de horror e de espanto e tortura a nossa sensibilidade até ao paroxismo!»

216 A Ordem 103 seria publicada muito provavelmente no início do ano de 1921, mais precisamente no mês de Abril, segundo declarações de imprensa e a regulamentação legal de Maio (Lei n.º 1:160), embora para tal não fosse encontrada qualquer fonte que o comprove.

corações e as dádivas das mulheres portuguesas, não nasceu sob boa estrela. A intervenção oficial sufocou-a, paralisou-lhe o desenvolvimento. Podemos ser um fruto de ideias e sentimentos generosos, uma colaboração perfeita de simpatias e esforços desinteressados, para estes se converteu numa coisa hirta e desagradável, formalista e regulamentar, contra a qual nada podiam algumas dedicações que ainda lutavam para lhe conservar um sopro de ternura»[217].

Em entrevista ao *Diário de Lisboa,* Tovar de Lemos, o médico responsável pela organização deste espaço, publica a seguinte resposta:

> o Instituto de Arroios é uma coisa temporária, transitória para os mutilados. Não podem ficar ali eternamente […] simplesmente porque é um Instituto de reeducação. No entanto, o que de maneira nenhuma deveria ter sucedido, foi o que se passou: virem para a rua mutilados, com um ordenado irrisório de trinta e cinco centavos. É certo que têm uma pensão complementar, proporcional à sua incapacidade. Essa pensão, porém, não vai além de 100 por cento, e nos piores casos, de estropiamento recebem apenas setenta centavos. [….] No entanto, o Estado recusa-se a admitir os mutilados, visto que eles não oferecem um requisito burocrático: a integridade física[218].

Acresce-se a este rol, a entrevista ao general Gomes da Costa:

> entendo que a obrigação do país é colocar esses homens. Que esses soldados não tenham que ficar na dependência de ninguém, e o que é pior: na dura condição de esmolarem. Para honra do país e do exército, esse assunto já devia estar há muito concluído! […] Falam por aí que o governo vai colocar alguns mutilados no Instituto de Runa. Sabe o que é o Instituto de Runa? É um convento para velhos... Como se homens no vigor da vida pudessem ser clausurados, sequestrados[219]!

A contestação ultrapassou as linhas da imprensa e atingiu o Senado da República, «onde se discutiu o facto de dois oficiais da polícia cívica – capitão Tribolet e alferes Boavida, portadores de identificação de feridos de guerra terem oferecido as suas condecorações ao governo para serem colocadas ao serviço dos mutilados como forma de contestação, acto que não ficaria isolado, outros oficiais agraciados por serviços em campanha oferecerão as suas condecorações para serem vendidas, revertendo o produto em favor dos militares atingidos pela já célebre ordem n.º 103, a que o ministro da guerra respondeu, acusando de difamação alguma imprensa nacional e afirmando que os mutilados têm 'horror' à reeducação e apenas restariam 78 sem reeducação»[220], ainda afirmando que a situação dos «mutilados não

[217] "Os Mutilados", *Diário de Lisboa*, 26 de Abril de 1921, p. 1.
[218] "Os mutilados da Guerra estão ao desamparo?", *Diário de Lisboa*, 25 de Abril de 1921, p. 5.
[219] "O nosso inquérito: Palavras do Sr. General Gomes da Costa", *Diário de Lisboa*, 28 de Abril de 1921, p. 1.
[220] "Parlamento", *A Capital,* 27 de Abril de 1921, p. 2.

é tão precária como muita gente pensa. O sr. Ministro da Guerra terminou o seu discurso com o seguinte argumento fulminador: nenhum mutilado recebe menos de 40 escudos mensais! Concordemos em que não há, positivamente, razão de queixa»[221].

Para acalmar os ânimos, e em possível resposta às reivindicações, em Maio de 1921 era publicado em *Diário do Governo* a atribuição de uma ajuda de custo de vida aos mutilados da guerra, especificando aqueles a quem foi dada alta do Instituto de Arroios ou outro congénere antes ou depois de arbitrada a pensão definitiva de invalidez[222].

Decorrido um ano do polémico encerramento do IRMGA, ainda ecos de consternação se faziam ouvir. O *Diário de Lisboa* publica a entrevista a Ana de Castro Osório, presidente da CMP quando tal sucedeu. Valerá a pena transcrever alguns breves excertos, onde, além de se ressalvar o carácter "apolítico" da agremiação – o que não justificaria a "ocupação militar" pelo movimento da revolução de 5 de Dezembro –, se refere que o problema do momento dever-se-ia a interesses pessoais de um funcionário do Ministério da Guerra e ao desconhecimento do funcionamento da Cruzada.

Desabafa, então, Ana Osório: «o que tem acontecido sempre. Quando aparece um novo ministro da guerra vamos em missão explicar-lhe a acção da Cruzada. Já me lembrei de um gramofone; o disco é sempre o mesmo». Diz ainda «no ministério da guerra há uma repartição, a quinta, que já de longe ambiciona a posse do Instituto. Primeiro para uma escola e foi lá um oficial que despediu todos os mutilados; mais tarde para um hospital. Veja, um hospital! Era como se numa livraria quisessem instalar uma sala de jantar!». Conclui, assim, que não irão cruzar braços, pois embora não tendo já mutilados, o instituto alberga órfãos, dá trabalho aos mutilados e providencia reparações de próteses. Possui igualmente as condições para poder manter-se em funcionamento: «temos o produto das subscrições feitas pelas colónias portuguesas de todo o mundo... Também é outro caso curioso. O dinheiro vem sempre tarde quando é entregue ao Estado. Formalidades burocráticas, etc»[223].

---

221 "Os Mutilados", *Diário de Lisboa*, 27 de Abril de 1921, p. 1.

222 Cf. Lei n.º 1:160 – *Diário do Governo,* Iª Série, n.º 91, 2 de Maio de 1918.

223 "Uma história peregrina. O edifício do Instituto dos Mutilados e a Cruzada das Mulheres Portuguesas – De como o Estado pretende ocupar um edifício que não lhe pertence, visto a cruzada o ter alugado.", *Diário de Lisboa*, 10 de Janeiro de 1922, p. 5.

O encerramento do Instituto (dos órfãos) e o trabalho da CMP estiveram em debate no Senado da República no mês de Setembro de 1922. Em audiência, José Pontes solicitava a intervenção do governo de forma a evitar o encerramento de uma obra modelar, que foi «elogiada por um grupo de estrangeiros que confessou que era mais pequena, mais limitada que as similares do estrangeiro, mas estava exemplarmente organizada»[224]. Ao que responde o Ministro da Guerra, António Xavier Correia Barreto, fazendo graves críticas à CMP. Entre outras coisas, acusa de abuso dos dinheiros doados pelo país – «arranjou um grande pecúlio, principalmente com o dinheiro que veio do Brasil». Menciona, ainda, discordâncias internas que levaram ao abandono de algumas das senhoras responsáveis pelos esforços iniciais: «actualmente está em litígio o material e a propriedade, porque essas senhoras intentaram uma acção, que está nos tribunais. A Cruzada tem pago a subsistência de várias famílias, e quem sabe se até saiu do dinheiro que era para os soldados, algum para a malograda revolução, cujos chefes eram filhos de uma das senhoras da nova Cruzada»[225].

A imprensa especializada, aquela exclusivamente dedicada à questão dos inválidos, além da apresentação das condições legais, sociais e morais destes, de uma forma geral, evidencia casos de particular miséria. Deste interesse, dedica algum espaço ao IRMGA e às múltiplas alterações legais e regulamentares sofridas.

O Mutilado analisa a transição da tutela e serviços do IRMGA, especificando duas fases de funcionamento: «a primeira, aquella em que o Instituto viveu ao arbítrio dum 'grand seigneur' em que as prepotências, as injustiças, as deshumanidades, a incompetência, as irregularidades eram compensadas apenas por uma dúzia de gestos de bondade, hypócrita e medida para colher efeito, e a segunda aquela em que acaba de entrar, pela fixação de funções pelo Ministério da Guerra ao sr. dr. delegado junto do Instituto»[226]. Acrescenta «Diz-se… que o Instituto tem sido uma mina para três bicos muito conhecidos; que a forma Bernardo, Garcia Tovar & C.ª vae chamar credores; que as hortaliças da horta Laroca abastecem já bastantes particulares»[227].

Algumas das críticas que se fizeram sentir dirigiam-se especificamente a Tovar de Lemos, enquanto director do IRMGA (15 de Outubro de 1917) e

[224] José Pontes, *Diário do Senado,* 5 de Setembro de 1922, p. 33.
[225] António Xavier Correia Barreto, *Diário do Senado,* 5 de Setembro de 1922, p. 33.
[226] "Instituto por dentro e por fora", *O Mutilado,* n.º 1, 10 de Agosto de 1920, p. 2.
[227] "Diz-se…", *O Mutilado,* 10 de Agosto de 1920, p. 3. Na maioria dos números disponíveis aparece uma secção com o cabeçalho "Diz-se…" onde se crítica severamente as actividades dos responsáveis pelo Instituto.

inspector-geral dos serviços de assistência da CMP (1921), "mal-amado" dos governos pelas fortes reivindicações (já quando integrou a CEAMG a 31 de Dezembro de 1919) a favor dos inválidos, uma vez que reivindicava que, para além da concessão de pensões, estes deveriam ser sujeitos a reeducação, tal como se previa nos formatos internacionais[228]. A 15 de Novembro de 1920, aquele que foi condecorado, a "pedido dos mutilados" e do Ministério, com o grau de oficial de S. Tiago[229], solicita mesmo uma "sindicância" aos seus actos para que ficassem apuradas as suas responsabilidades técnicas e administrativas na direcção do Instituto, fruto da campanha que lhe foi movida pelos jornais *A Situação*, *O Tempo*, *O Mutilado* e *O Século*[230].

Da discussão parlamentar à regulamentação legislativa, os inválidos estiveram no centro dos principais debates em torno dos antigos combatentes. Estes seriam a face incómoda de uma guerra, uma vez que se acumulavam nos quase exclusivos centros de tratamento e reeducação existentes em Lisboa, da Casa Pia e do Instituto da CMP. Os demais dispersavam-se pelo país numa tentativa de retorno à normalidade e longe das lutas públicas em torno da guerra, fazendo as suas raras aparições em datas festivas, que localmente se juntavam às comemorações centrais.

III. 4. A cobertura legal do inválido

A precariedade e desorganização dos serviços de saúde do CEP em campanha, a morosidade dos tratamentos dos inválidos, o processo burocrático e de longa espera para a inserção dos inválidos e obtenção de pensões, são elementos determinantes para perceber quer o desalento e o abandono de qualquer reivindicação quer a criação de uma reacção crítica e/ou associativa.

As razões de revolta eram muitas. A começar pela ausência de uma cobertura legal. Depois de ter analisado o início da territorialização das reivindicações dos ex-combatentes, da sua assistência e reeducação dos inválidos, através de iniciativas centradas na actividade de determinadas instituições, sujeitas ao debate e a

228 Cf. AGEX, Caixa 124/OF, Processo 1195, Capitão Médico Miliciano – Alfredo Tovar Lemos Júnior. Carta da CMP ao Ministério da Guerra comunicando a nomeação de Tovar de Lemos para o cargo de Inspector das obras de Assistência, 9 de Julho de 1921.
229 Cf. *Ordens do Exército,* 2.ª Série, n.º 5, 22 de Abril de 1920.
230 Cf. AGEX, Caixa 124/OF, Processo 1195, Capitão Médico Miliciano – Alfredo Tovar Lemos Júnior, 21 de Novembro de 1921.

ajustamentos políticos, é altura de fixar quer as reformas legais, quer as reacções que compõem a moldura legal do fenómeno social da invalidez da guerra.

As primeiras leis de apoio aos inválidos de guerra eram praticamente indissociáveis da acção do IRMGA. Entre 1917 e 1921, respectivamente, através da Lei n.º 1:170 e do Decreto n.º 10:099, apareceram as primeiras definições para avaliação e reparação da invalidez, resultando em desacordos, quer na Câmara dos Deputados, quer na praça pública. Só em 1927, seria aprovado o Código dos Inválidos da Guerra, criando um sistema de identificação, tratamento e apoio social e profissional mais adequado, mas sempre aquém do desejável. O trajecto a percorrer aqui é, pois, relativamente longo e cheio de peripécias, tendo em conta a escala e a urgência das necessidades.

III. 4.1. As reformas legais e o estatuto do inválido

O primeiro quadro legal proposto surgiu de forma pouco coordenada, maioritariamente no mês de Outubro de 1918, já com Sidónio Pais, e visava essencialmente a atribuição de pensões.

De destacar o decreto n.º 4:868, de 5 de Outubro, emanado do Ministério da Guerra, que previa a atribuição de uma pensão complementar para os militares estropiados da guerra, sendo que esta «é independente da pensão de reforma a que tenha direito pela legislação em vigor» (art. 1.º); «a recusa ou a nota de má vontade do militar para a reeducação profissional, ou ainda a não utilização dos aparelhos de prótese indispensáveis, pode fazer baixar de 20 a 30 por cento a percentagem de invalidade» (art. 2.º); «a avaliação da percentagem do grau de invalidade [...] feita por todos os processos de clínica de laboratório que forem necessários, devendo ser estabelecida e definida individualmente para cada mutilado e estropiado, em boletim especial» (art. 8.º)[231]. Depois da avaliação, e caso estivesse de acordo com as normas de concessão, as pensões seriam atribuídas pelo período de cinco anos, após o qual, os militares deveriam ser sujeitos a nova avaliação. Aqueles a quem não foi concedida poderiam, passado um ano, requerer desta decisão.

[231] Decreto n.º 4:868 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 217, 5 de Outubro de 1918. O Ministério da Guerra concedeu uma pensão complementar a todos os militares mutilados e estropiados da Guerra.

Esta seria a primeira legislação de referência na avaliação e identificação dos mutilados de guerra[232], a que se acrescentou o importante direito de usar insígnia «indicativa de invalidez adquirida em campanha, e ao mesmo tempo significativo de reconhecimento e protecção a que têm direito os seus portadores»[233]. Importante, do ponto de vista da sua contextualização, é o facto destas benesses emergirem na sequência da recusa dos inválidos de guerra, feita a Sidónio Pais, em participarem na parada do 5 de Outubro[234].

Importante foi, além de outras produzidas nesse sentido, a lei publicada em Março de 1921, que garantia a colocação em serviços públicos de todos os mutilados da Grande Guerra ou em serviços equivalentes no *continente ou no mar*. Vale a pena citar extensivamente parte do seu articulado: «quanto à nomeação, nos termos das leis em vigor, depender do concurso, será dada preferência, em igualdade de circunstâncias, aos mutilados da guerra que tenham requerido colocação e satisfaçam as provas documentais ou outras que nos termos das leis lhes forem exigidas, sendo porém a capacidade física para o exercício do lugar provada nos termos do artigo imediato a este» (art. 3.º); «os mutilados de guerra com mais de 50 por cento de prejuízo funcional serão colocados, independentemente de concurso, desde que tenham o mínimo de habilitações exigidas por lei para o exercerem, e provem, nos termos do artigo anterior, ter a capacidade física suficiente» (art. 5.º); «são exclusivamente destinados aos mutilados da guerra, a que se refere a presente lei, os lugares de guardas, serventes e contínuos de qualquer serviço público, mantido pelo Governo, quando tenham o mínimo de habilitações exigidas por lei» (art.º 6)[235].

---

232 Esta formulação foi estendida ao pessoal da Armada, sendo que a Junta requisitaria um médico naval quando estivesse em avaliação um militar da armada (Cf. Decreto n.º 4.868 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 223, 12 de Outubro de 1918).

233 Decreto n.º 4:923 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 236, 30 de Outubro de 1918: «Os mutilados e estropiados da guerra têm direito de usar uma insígnia que, com o traje militar, constará uma fita encarnada, com dois traços verdes, de alto a baixo, e fivela prateada, segundo as dimensões do modelo anexo; e com o traje civil constará de um pequeno laço, com as cores nacionais, tendo sobre o nó uma estrela de esmalte branco, também com as dimensões indicadas no respectivo modelo» (art. 1.º). Esta havia sido uma ideia já proposta, há algum tempo, por José Pontes.

234 Cf. "Como se comemoram duas datas. O 5 d' Outubro e o 5 de Dezembro", *A capital,* 19 de Março de 1919, p. 1.

235 Lei n.º 1:128 – *Diário de Governo,* I Série, n.º 57, 18 de Março de 1921. Alguma foi a legislação neste período direccionada aos inválidos, à atribuição de regalias nos concursos e ocupação de cargos públicos, nomeadamente a Lei n.º 993 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 134, 28 de Junho de 1920), que serão mais tarde diminuídas ou mesmo suspensas.

A comissão e o código

O grande projecto legal no sentido de garantir o reconhecimento e sobrevivência dos mutilados vai resultar da acção de uma comissão oficialmente escolhida para esse fim.

A designada Comissão de Estudo das Condições de Reforma e Pensões Temporárias e Assistência a fornecer aos Mutilados da Guerra (CEAMG) é nomeada apenas a 21 de Outubro de 1919, e vai ter como objectivo essencial a criação de uma espécie de Código dos Inválidos[236]. À imagem da lei francesa de 1917.

Criada pelo Ministério da Guerra, a CEAMG visa muito concretamente «rever a legislação referente a mutilados de guerra de forma a estabelecerem-se as suas condições de reforma e pensões temporárias, assistência a fornecer-lhes e bem assim, proceder ao estudo das suas reinspecções»[237]. Reuniu-se pela primeira vez a 7 de Novembro de 1919 e, funcionando por meio de duas sub-comissões – técnica e administrativa –, era composta por militares, maioritariamente médicos, como António Maria Baptista (presidente); Manuel de Jesus Suzano; Manuel Gonçalves de Carvalho; Manuel Eduardo Martins, João Pedro Medeiros de Almeida; Carlos Gomes Ferreira; João Gomes Ferreira Soares de Mesquita; António Vieira Barradas; Joaquim Matias; José Gomes Ribeiro; António Aurélio da Costa Ferreira; e, mais tarde, Tovar de Lemos e José Pontes.

O maior esforço pela causa dos mutilados e subsequente alargamento aos inválidos, que veio a ser negado, partiu destes três últimos membros citados (Ferreira, Lemos e Pontes). Com efeito, no quadro desta comissão, conhecidos nomes da praça, reputados pelo seu conhecimento e formação, bem como defensores da causa, encontraram, não raras vezes, algumas resistências às suas propostas. É que persistia a percepção que o número de mutilados era pequeno e não justificativo da criação de instâncias oficiais exclusivamente dedicadas ao tratamento da questão dos inválidos e mutilados de guerra (de que é exemplo o *Ministère des Pensions* francês), nos limites impostos pelo Ministério[238].

---

236 Cf. *Ordens do Exército,* 2.ª Série, n.º 23, 21 de Outubro de 1919.

237 AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Actas das Sessões da Comissão de Estudo das Condições de Reforma e Pensões Temporárias e Assistência a fornecer aos Mutilados da Guerra, nomeada pela *OE* N.º 23 (2ª Série) de 21 de Outubro de 1919, Acta n.º 1, 7 de Novembro de 1919, pp. 1-2.

238 De notar que, na pouca informação que resta desta Comissão, se regista o esforço destes dois homens em combater ideias de outros membros, como a ideia de que o valor do tratamento hospitalar deveria ser descontado na pensão do mutilado.

A realidade destes militares era extremamente precária e urgia criar-se alternativas. O que já se tinha tentado fazer através da lei das pensões complementares de Outubro de 1918. Tovar de Lemos, responsável pelo IRMGA, pela acta duma das reuniões da CEAMG, a 24 de Novembro de 1919, apresenta do seguinte modo o estado da situação:

> o Sr. Dr. António da Costa Ferreira prestou-se de toda a vontade a recebê-los [mutilados] na Casa Pia de Lisboa, transitando para este Instituto [IRMGA] logo que as obras terminassem e, como não havia possibilidade de aqui receber todos os mutilados, uns foram para o Instituto de Santa Isabel, outros para os hospitais e outros ainda com licença para as suas terras […], disse o Sr. Dr. Tovar de Lemos que não tínhamos muito do que nos ocupar da revisão das leis respeitantes aos mutilados visto que, foi fechado o Instituto de Santa Isabel, onde não era muito bem feita a reeducação, por quanto os primeiros mutilados que de lá vieram, vinham dispostos à mendicidade e, por isso, até alguns deles fugiram deste Instituto e foram mendigar pelas cidades e que era necessário pôr a coberto os primeiros homens que vieram de França, os quais não receberam durante algum tempo os seus vencimentos, nem se sabia quem lhos devia pagar e, por isso, foi publicado num decreto para lhes serem pagos os seus vencimentos de campanha enquanto os mutilados se estivessem educando neste Instituto, e que os primeiro homens que foram de licença da junta não receberam os seus vencimentos, recebendo também depois os que de campanha de mais de dez meses, e que isso constituiu um estado próspero para o mutilado, mas que esse pagamento foi justo, visto que, era os seus vencimentos que não havia recebido e que lhe pertenciam, dizendo que a situação dos mutilados neste momento é boa e que muitos exploram esta situação[239].

Muito claramente, face à situação confusa das primeiras vagas de reivindicações dos inválidos, não deixava de haver gente que tentava explorar a situação em proveito próprio. Tovar de Lemos não traça, por isso mesmo, um panorama desolador. O benefício recente, mas ainda irregular, das pensões impedia a adopção de uma atitude pessimista.

Terminados os trabalhos, a Comissão é dissolvida em 1920, remetendo para o Ministro da Guerra o projecto-lei e um relatório. O projecto-lei, apropriação do modelo francês de 1919 – o *Guide-Barème* –, apesar de se destinar apenas a mutilados de guerra, assimila grande parte dos princípios já aplicados na maioria dos países participantes da Grande Guerra. Visava-se a "reparação" (monetária, material e social) dos «militares temporária ou definitivamente incapacitados em consequência de fadiga ou acontecimentos de guerra, acidentes, ferimentos ou doenças contraídas

[239] AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442, *Actas das Sessões da Comissão de Estudo das Condições de Reforma e Pensões Temporárias e Assistência a fornecer aos Mutilados da Guerra, nomeada pela O. E. N.º 23 (2ª Série) de 21 de Outubro de 1919,* Acta n.º 2, 24 de Novembro de 1919, p. 1.

ou agravadas pelo facto ou motivo de serviço» (art. II.º), não esquecendo a consignação de pensões de sangue.

O conflito tinha provocado a necessidade de alterar as normas das leis de pensões a militares existentes anteriormente, regulamentando-se com base na necessidade de "reparação" – «a indemnização veio deste modo substituir a assistência, velha base das leis de pensões»[240].

Ao projecto-lei, que seria apresentado pelo coronel João Águas ao parlamento[241], juntava-se o esboço do regulamento do serviço de aparelhagem dos mutilados e estropiados de guerra e instruções sobre a organização dos processos sobre a apreciação do grau de incapacidade, tendo ou não direito a pensões de reforma[242].

O relatório final da CEAMG era incisivamente crítico face às limitações impostas. De facto, não obstante o desejo de aplicar os mesmos preceitos legais em prática nas nações aliadas, para que «pudesse ser posto em vigor no mais curto espaço de tempo, como o exige a situação em que se encontram os mutilados mais inválidos, principalmente soldados que, tendo tido alta dos estabelecimentos onde se achavam em tratamento, não podem prover às suas mais impreteríveis necessidades com as insuficientíssimas pensões que recebem», a Comissão viu-se limitada no desejo de, por direito, reparar totalmente aqueles que se sacrificaram pela pátria: «a Comissão adoptou esse princípio fundamental mas reconheceu que, mercê das dificuldades do tesouro, a reparação não podia ser completa. O fundamento da lei é o direito à reparação mas, de facto, ela não passa de uma lei de assistência»[243].

O projecto viria a ser apresentado várias vezes no parlamento pelo Ministro da Guerra João Águas, sendo retomado mais tarde, mas sem reacções dignas de nota, apesar de alguma celeuma momentânea[244]. A lei que concretizaria o projecto viria a

[240] AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Comissão encarregada de legislação sobre os inválidos do Serviço Militar, Lisboa, 20 de Março de 1920 – Carta ao Chefe da Repartição de Gabinete da Secretaria da Guerra e Anexos (Relatório e Proposta de lei).

[241] João Estêvão Águas (general) foi Ministro da Guerra entre 8 de Março e 26 de Junho de 1920 e várias vezes deputado por Silves até 1926.

[242] Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Comissão encarregada de legislação sobre os inválidos do Serviço Militar, Lisboa, 20 de Março de 1920 – Carta ao Chefe da Repartição de Gabinete da Secretaria da Guerra e Anexos (Relatório e Proposta de lei). Anexo III. *Comissão encarregada de rever a legislação sobre os inválidos do Serviço Militar* – Proposta de lei.

[243] AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Comissão encarregada de legislação sobre os inválidos do Serviço Militar, Lisboa, 20 de Março de 1920 – Carta ao Chefe da Repartição de Gabinete da Secretaria da Guerra e Anexos (Relatório e Proposta de lei).

[244] Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 4 de Junho de 1920, p. 7 e de 28 de Junho de 1920, p. 5. Esta proposta é colocada em debate pelo Ministro da Guerra e pelo deputado António Dantas, associado à

ser publicada apenas em Maio de 1921 (Lei n.º 1:170), estabelecendo as reparações aos militares que se invalidaram ao serviço da pátria ou no cumprimento de deveres militares, com algumas alterações favoráveis aos mutilados, nomeadamente o aumento do valor de pensões[245].

Desta maneira, concretizava-se o primeiro conjunto legal considerável, delineando aquilo que, na sua maioria, seria o futuro regulamento geral. A par de outros benefícios concedidos durante este período, pouco relevantes e precários, esta seria a lei mais importante, no que diz respeito aos mutilados, produzida até à data. No entanto, não deixou de ser polémica e muito debatida, das câmaras do poder à praça pública, o que aliás se manifestou nas múltiplas reformulações[246], nomeadamente a inserção neste quadro dos inválidos por tuberculose pulmonar[247].

A sequência legislativa posterior

Importa destacar, também, o decreto n.º 10:099, de 17 de Setembro de 1924[248], que diferia essencialmente em termos identificativos e processuais, reunindo num só diploma todas as disposições relativas a mutilados e inválidos de guerra, passando estes a serem designados pelo termo único de *inválido de guerra*. Contemplava-se, igualmente, as alterações das disposições do artigo 7.º, sobre o acesso ao generalato, apenas possível aos inválidos se passarem os mesmos exames; e o alargamento do tempo de requerimento de pensões, permitindo àqueles que residem longe dos centros de decisão terem conhecimento deste e poderem exercer o seu direito. Esta lei acrescenta ainda aos inválidos o direito de uso de distintivo identificativo, com a legenda "mutilado de guerra"[249]. A lei, apesar de alargada, não

---

apresentação de casos de miséria extrema de mutilados de guerra, a par da discussão da proposta para a futura lei n.º 993.

245 Cf. Lei n.º 1:170 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 105, 21 de Maio de 1921.

246 As diversas reformulações constam, de forma mais relevante, na Lei n.º 1:333 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 175, 26 de Agosto de 1922), aplica-se aos vencimentos concedidos, nos termos da lei 1:170, aos militares que se invalidaram ao serviço da Pátria e da República o § 4.º do artigo 1.º da lei n.º 888, de 18 de Setembro de 1919; Lei n.º 1:400 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 32, 8 de Fevereiro de 1923), prorrogação dos prazos dos militares que queiram pedir requerimento à Junta por invalidez a que se refere o artigo 3.º da lei n.º 1:170, de 21 de Maio de 1921; Lei n.º 1:464 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 178, 18 de Agosto de 1923), aplica aos mutilados e estropiados da guerra ao abrigo da alínea a) o artigo 6.º da lei n.º 1:170, diversos artigos da lei 1:158; Lei n.º 1:467 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 178, 18 de Agosto de 1923).

247 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 de Agosto de 1922, pp. 8-9; 20 de Março de 1925, p. 20

248 Cf. Decreto n.º 10:099 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 210, 17 de Setembro de 1924.

249 Não raras vezes este distintivo foi usado de forma indevida por militares ou policiais, como refere *O Mutilado,* n.º 1, 10 de Agosto de 1920, p. 1.

evitou censuras e exigências de necessária reestruturação, a que a mudança política que o país atravessava não era alheia.

Em sessão da Câmara dos Deputados de 20 de Março de 1925, é aprovada a proposta do deputado António Correia de «revisão de todos os processos referentes a mutilados e inválidos da guerra a que aproveita a lei n.º 10:099», devido à necessidade de proceder a uma reavaliação total dos números de inválidos[250]. Na mesma sessão, apelou-se ainda à integração dos doentes «por tuberculose adquirida em campanha durante a Grande Guerra, e já julgados como tal pelas respectivas juntas de saúde, são aplicáveis as disposições das leis n.º 1:464 e 1:467, de 16 e 18 de Agosto do 1923, sem prejuízo das percentagens que já tem pela legislação em vigor»[251].

Destes debates, resultaria a publicação de uma das leis relativas a inválidos mais contestadas e abrangentes da República, determinando a:

> revisão de todos os processos dos cidadãos que pretenderam ser abrangidos pelas disposições das leis que dizem respeito a mutilados e inválidos de guerra – determina que possam ser requisitados os mutilados e inválidos de guerra com capacidade física para serem aproveitados em serviços do Estado compatíveis com as suas categorias. Manda compilar num diploma com a designação de Código dos Mutilados e Inválidos da Guerra todas as disposições a estes respeitantes[252].

Instalada a Ditadura Militar, e logrados os trabalhos que haviam sido desenvolvidos anteriormente, é publicado, no ano de 1927, o decreto 13:375[253], o qual novamente procede à revisão e reinspecção de todos os militares considerados mutilados e inválidos de guerra por uma junta especial.

Concentrando-os sob uma mesma designação e procurando compensar o atraso na publicação do Código, esta nova lei determina que todos os militares assim categorizados que pretendem manter a pensão deverão apresentar-se à junta de avaliação, a realizar-se no Hospital Militar Principal, acompanhados do processo de avaliação anterior. Caso não se consigam apresentar, por dificuldade resultante da invalidez, deverão justificá-lo devidamente. Aqueles que anteriormente não tinham conseguido ser abrangidos pelas mesmas leis, podiam agora procurar fazê-lo. A grande quantidade de documentos com que o inválido devia fazer-se acompanhar impossibilitou, porém, a avaliação da maioria dos casos.

---

250 *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Março de 1925, p. 25.
251 *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 de Março de 1925, pp. 20-21.
252 Lei n.º 1:858 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 73, 7 de Abril de 1926.
253 Decreto n.º 13:375 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 66, 30 de Março de 1927.

O Código de Inválidos viria a ser publicado em Agosto de 1927 e republicado em 1929 com ligeiras alterações[254]. Revogadas as leis anteriormente publicadas[255], estava-se, finalmente, perante um "manual" de identificação, avaliação, tratamento e compensação dos inválidos e dependentes[256].

A morosidade na publicação de leis de garantia dos direitos dos inválidos de guerra em Portugal, não sendo exclusiva, ultrapassou a França e a Inglaterra no processo de reconhecimento, avaliação e compensação dos inválidos. A construção de um formato legal – Código dos Inválidos – estaria sujeita a várias formulações prévias aproximativas, sendo apenas publicado em Agosto de 1927, quase 10 anos passados sobre o fim do conflito, sempre aquém do desejável modelo francês.

As formulações legais mais significativas, como acabámos de ver, passaram pela concessão da pensão complementar, ainda com Sidónio Pais. A lei n.º 1:170, de Maio de 1921, concretiza o trabalho feito pela CEAMG. O decreto n.º 10:099 reafirma a anterior, mas com a importante consideração de que mutilados e inválidos passam a ser concentrados legalmente num único termo, os inválidos de guerra. Por fim, a lei n.º 14:044, de 1927, revista em 1929, seria considerada como o Código. A sequência de reformas publicadas pelos governos desde o fim do conflito fora revela-se extremamente polémica e penosa para os inválidos de guerra…

III. 4.2. Os impasses e as resistências

Peguemos neste feixe de indícios: morosidade, controvérsia, desgaste. Trata-se, agora, através de um outro ângulo, de recapitular os esforços legislativos, retendo alguns dos impasses, críticas e resistências. Este é um filtro a ter em conta numa história cultural da legislação do inválido.

Reconstitua-se a malha propriamente burocrática desencadeada pelos efeitos da lei.

---

254 Decreto n.º 14:044 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 167, 5 de Agosto de 1927. Este foi republicado apenas com algumas alterações de especificação no Decreto 16:443 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 138, 6 de Junho de 1929. Futuramente algumas adendas serão feitas, bem como acrescentos aos direitos dos considerados e dependentes, pelos decretos n.º 17:335 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 211, 10 de Setembro de 1929), promulga o código de concessão de pensões, Decreto n.º 20:251 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 197, 25 de Agosto de 1931); entre outros.

255 São revogadas as leis n.º 1:170, de 21 de Maio de 1921; 1:464, de 16 de Agosto; 1:467 de 18 de Agosto de 1923; 1:477, de 4 de Outubro de 1923; decreto n.º 10:099, de 17 de Setembro de 1924; lei n.º 1:777, de 2 de Maio de 1925; e lei n.º 1:858, de 7 de Abril de 1926.

256 A identificação do inválido e respectivos benefícios, as juntas e recursos, regalias, pensões às famílias, e aparelhagem dos inválidos de guerra.

Em 1921, na primeira lei que procurava concentrar todas as questões inerentes a mutilados da guerra, estabelecem-se, desde então, algumas das dificuldades burocráticas que se iriam afigurar recorrentes aos inválidos. O processo de pedido para a identificação de inválidos exigia que fosse portador de um documento de campanha comprovativo de que a lesão tinha sido infligida em serviço, situação difícil face à desorganização dos serviços de saúde do CEP. Se negada a concessão de pensão, o recurso seria apenas possível um ano mais tarde, sem que durante esse período recebesse qualquer pensão. Salvaguarda-se a recusa de análise de relatórios incompletos por "falta ou insuficiência de provas". Caso houvesse recurso, o mutilado deveria fazê-lo através de um médico ou advogado proposto pela mesma junta que procedeu à avaliação. Por fim, a constante necessidade de serem avaliados pelas juntas, enquanto em países como França esta reavaliação apenas seria realizada se o caso fosse temporário. Em Portugal, a ameaça de uma constante avaliação verificava-se quase sempre, ao ritmo de grandes mudanças governamentais, sendo todos os inválidos "obrigados" a nova reavaliação das juntas e a todo o processo burocrático daí decorrente.

A ausência de um organismo/instituição oficial, como o *Ministère des Pensions* francês, que tratasse exclusivamente a questão dos antigos combatentes, acentuou a ausência de uniformidade e continuidade. Nem mesmo a forte contestação que se fez sentir, quer da parte de alguns dos responsáveis e especialistas na questão dos inválidos de guerra que integraram em tempos a CEAMG, quer dos próprios lesados, demoveu as políticas governamentais a seu favor[257].

Apesar de não ser muito evidente na imprensa, excepto naquela mais especializada, é possível fixar alguns vectores da formação noticiosa da opinião pública e de grupo face à realidade dos inválidos no pós-guerra em Portugal.

As críticas mais incisivas e recorrentes são essencialmente dirigidas às baixas pensões[258]; às limitações/generalizações legais; à burocratização dos serviços do Ministério da Guerra, nomeadamente à repartição da qual dependiam as juntas de

[257] Não me é possível analisar, nesta fase, os processos de avaliação das juntas médicas e os valores cronologicamente concedidos de pensões por desconhecimento do destino dos processos.

[258] Apesar dos valores propostos pela *Comissão encarregada de legislação sobre os inválidos do Serviço Militar* (Cf. AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 442) serem altos, considerando a média nacional dos salários dos operários da indústria, entre 1 e 5 escudos no ano de 1921, os valores de pensões atribuídas a inválidos, segundo a maioria das críticas, não ultrapassava os 40 centavos diários (sendo o valor de 20 centavos se o inválido estivesse em reeducação) Veja-se Ministério das Finanças (Direcção Geral de Estatística), *Anuário estatístico de Portugal*. Ano de 1921 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1925), 323.

avaliação[259]; ao encerramento da única instituição nacional especializada; e, por fim, à apropriação política da questão.

A questão dos inválidos aparece na imprensa com algum destaque a par da polémica em torno do IRMGA, no ano de 1921, mesmo antes da emergência de uma imprensa especializada.

O encerramento do IRMGA foi mais uma acha para a contestação que se fez ouvir em alguma da imprensa solidária à causa dos inválidos, como o *Diário de Lisboa*, *A Capital* ou *O Século*, mas também especializada, como *O Mutilado – Para defesa dos mutilados e estropiados da guerra portugueses* (Lisboa), dirigido por Alberto Baptista Alvares, com o primeiro número de Julho de 1920 e, mais tarde, *O Mutilado da Guerra – Órgão da Liga Portugueza dos Mutilados e Inválidos de Guerra*, do Porto, cuja primeira publicação data de Janeiro de 1925, dois lugares críticos das políticas em torno dos inválidos, de campanhas de solidariedade e vozes, nem sempre consensuais, dos mutilados

No entanto, *O Mutilado*, recusando qualquer divida de gratidão à CMP, faz graves apreciações às condições deprimentes e miseráveis com que eram tratados os inválidos no Instituto, nomeadamente o facto de o tratamento ser limitado a um ano e ser dada alta sem que tivessem condições para tal, ou ficarem dois anos internatos sem serem aparelhados e, por fim, alegar o desaparecimento do arquivo do Instituto de Arroios, supostamente na casa do médico José Pontes[260]. Uma apreciação negativa que insiste no desperdício dos investimentos feitos face aos resultados conseguidos: «não corresponder aquela acção directiva […] com os fartos recursos materiais de que dispôs, recursos do Estado e de particulares em benefício correspondente ao dispêndio que se fez com a sua creação». A responsabilidade é atribuída à CMP e aos médicos directores. Paralelamente, eram denunciadas as precárias condições oferecidas, nomeadamente a alimentação «ruim embora cara, servida muitas vezes fora das horas determinadas, os desbaratos e irregularidades permitidas pelo abandono de uma fiscalização constante […] Vermo-nos privados de uma atmosfera

[259] A sequência de reavaliações e a descoordenação entre as juntas (do hospital militar e do estado) resultava em veredictos diferentes. "Vem isto a propósito de... Oh! As Juntas de saúde e os pobres mutilados de guerra", artigo que o periódico *A Guerra* (ano 1, n.º 3, 1 de Março de 1926) transcreveu do *Diário de Lisboa* de 28 de Janeiro: «A sanha da junta de desfazer e de colocar aos pés as opiniões escritas pelos outros colegas é de tal ordem que tem chegado a retirar pensões concedidas a indivíduos já falecidos! (Regalias às famílias) Que quer isto dizer? Então, o médico cuja principal função reside no exame do doente, pode, sublata causa, ter uma opinião que anule a dos outros colegas que viram um doente que ele não observou, nem observará, por estar morto e enterrado, isto guiado apenas pelo critério da papelada? Triste função que destinaram aos médicos que passivamente, burocraticamente aceitam o lugar de carrascos das opiniões dos colegas e das regalias de míseros mutilados!»

[260] Cf. *O Mutilado*, n.º 12, 19 de Fevereiro de 1921, pp. 1-3.

de higiene, cerceando-nos pela incúria e pela falta de bons processos administrativos, […] o continuar tão analfabetos como quando para lá entraram por as aulas não serem regidas e a sua frequência obrigatória […] E nem sequer podem desculpar-se com a nossa resistência ou indisciplina, não porque se ela existe, foi aprendida de geada nos exemplos que lhe deram aqueles que deviam evitar ou reprimir»[261].

A apreciação das leis é extremamente recorrente, principalmente em *O Mutilado da Guerra*. Ressalve-se as críticas especialmente dirigidas à lei n.º 1:170 – «na sua generalidade era boa, mas a alínea a) do art. 6.º da lei 1:170, originou todas as desigualdades hoje existentes, chegando a esta triste e inexplicável conclusão: um militar com 20/100 de invalidez, (o mínimo) com falta d'um dedo, foi promovido com dois postos de acesso, por ter averbado o seu sofrimento adquirido em combate; […] enquanto outro militar com maior invalidez, ou seja 100/100 (o máximo) fica com o mesmo posto, por os seus ferimentos estarem averbados 'em campanha' e não 'em combate'»; e à lei n.º 10:099 que deixou a "maioria nas mesmas condições" – «o art. 8.º diz que esse distintivo será usado pelos mutilados quer à militar quer à civil de forma bem visível, para chamar à atenção e lembrar os cidadãos o auxílio e o carinho que lhes merecem os servidores da Pátria. Isto é: os militares que chegaram às trincheiras e tiveram a suprema ventura de serem feridos levemente o que os tirou das agruras da guerra, devem ser olhados e tratados com carinho! Os outros que tiveram a desgraça de não ser feridos levemente, pelo que tiveram de continuar a lutar pela Pátria, depauperando lentamente o seu organismo, chegando a Portugal tuberculosos, gazeados, e com outras doenças graves, revelando miséria e dor, esses então não teem necessidade, nem do auxílio, nem do carinho dos seus concidadãos?!»[262].

Mais do que às leis, a crítica dirige-se à burocratização e à desumanização dos processos de avaliação e compensação que estes comportam. Em causa estão, antes de mais, as juntas de avaliação.

José Pontes, antigo membro das juntas de avaliação e director do IRMGA, vem ao parlamento justificar as discrepâncias e irregularidades na atribuição de pensões, fruto da aplicação, não controlada, do *Guide Barème* de 1915 e 1919, o que impunha critérios de avaliação divergentes e a concessão de pensões de forma inadequada. Este seria o argumento para a instalação sucessiva de juntas de revisão.

---

261 *O Mutilado*, n.º 13, 20 de Março de 1921, p. 1.
262 *O Mutilado da Guerra,* n.º 1, 14 de Janeiro de 1925, pp. 1-3.

Justificava assim a irregularidade dos serviços dos membros das juntas devido à ausência de uma instituição central que coordenasse todos os serviços[263].

A questão da 5.ª Repartição do Ministério da Guerra, sob a tutela da qual estavam as juntas de avaliação, foi várias vezes apresentada à discussão na Câmara do Senado por Procópio de Freitas, relator da lei de 1924. Referindo as queixas de extrema e abusiva generalização da Repartição na avaliação dos casos apresentados, o relator denuncia assim o que se passava: «por informações que tenho, essa gente agarra-se de tal maneira à interpretação da lei, que, pelo facto de não haver registo clínico, informam mal, e os Ministros procedem na quase totalidade conforme as informações que lhes dão. […] Esta repartição não dá o direito ao Ministro de proceder conforme entenda, e se o Ministro despacha em desacordo com a sua informação, causa depois toda a série de dificuldades ao andamento dos processos»[264], e acrescenta que tal avaliação, apenas limitada aos registos clínicos, incorre em erros, pois «o que é verdade é que muitos desses registos estão incompletos, pois toda a gente que teve conhecimento da forma como foi feita a nossa intervenção na guerra sabe que muitos serviços não eram feitos convenientemente, e, segundo informações de pessoas competentes, sei que os registos clínicos deixavam muito a desejar, sendo natural que tenham por vezes falhas, e não há razão para que essas falhas venham prejudicar agora os interessados»[265].

As lamentações são muitas e repetem-se com o passar dos anos na voz das vítimas e daqueles que à sua luta estão afectos. De uma forma geral, reivindicam «o que os mutilados e estropiados precisam: tratamento e aparelhagem; pensões a que tenham direito; emprego imediato e compatível com o seu estado físico e habilitações»[266]. Acima de tudo, pretende-se que seja dada voz aos inválidos quando sobre eles se deva tomar decisões, já que «tudo se tem feito, sem que um mutilado fosse ouvido, sem que as suas reclamações atestadas pelo rigor dos factos, fosse tomada em consideração»[267], e que os dinheiros de doações passem a estar nas mãos

263 Cf. *Diário do Senado*, 15 de Janeiro de 1926, pp. 7-8.
264 Procópio de Freitas, *Diário do Senado,* 3 de Junho de 1925, pp. 10-11.
265 Procópio de Freitas*, Diário do Senado,* 12 de Junho de 1925, p 5.
266 *O Mutilado*, n.º 11, 30 de Janeiro de 1921, p. 3.
267 *O Mutilado*, n.º 11, 30 de Janeiro de 1921, p. 1.

de uma organização por estes constituída e responsável pela resolução dos seus assuntos[268].

O governo da República demorou em conciliar-se com a "mutilada" representação da guerra. A legislação e os apoios surgiram tarde e lentamente, numa regulamentação desorganizada e pouco definida, situação ainda agravada pela ausência de um organismo oficial autónomo capaz de se dedicar a estes assuntos.

Perante o atraso a que se assistia, em Portugal, na publicação legal e apoios referentes aos inválidos, inicia-se, apesar de tardiamente, uma reacção associativa.

No ano de 1925, sai o já citado jornal *O Mutilado da Guerra – Órgão da Liga Portugueza dos Mutilados da Guerra* do qual só é materialmente conhecido um número, assim como ocorre a formação da Liga Portugueza dos Inválidos de Guerra.

> Para finalizar anunciamos que a 'Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos de Guerra' em organização no Porto, vai empregar toda a sua profícua actividade a fim de congregar todas as energias dispersas pelo paiz. Começará por organizar um cadastro de todos os mutilados e inválidos da guerra para o que vai enviar a todas as companhias de reformados um boletim a fim de ser preenchido pelos interessados. Tratará junto do Ex. Sr. Ministro da Guerra – de conseguir nova revogação do prazo a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 10:099, pois tem conhecimento de que, infelizmente, existem no paíz, bastantes militares, mutilados e inválidos, vivendo da esmola, o que não é humano[269].

A origem ou culminar do primeiro grande "movimento" de apoio aos inválidos de guerra surge em Janeiro de 1926, com a realização do I Congresso dos Mutilados e Inválidos de Guerra. Antes mesmo deste primeiro congresso nacional, assiste-se a várias manifestações públicas em prol da formação de um movimento associativo:

> essa associação teria por objecto: a) esforçar-se por conseguir colocação para os associados onde, pelo trabalho, possam continuar honrando o seu nome e a Pátria; b) combater toda a tentativa de mendicidade por parte dos seus associados; c) prestar aos associados todas as informações que carecem relativas à sua situação; d) vigiar o cumprimento das regalias conferidas pelas leis vigentes; e) conseguir dos poderes públicos protecção para os associados que, pelo seu estado de invalidez ou por qualquer circunstâncias especiais, exijam uma maior assistência do que aquela que lhes garantem as leis em vigor[270].

---

[268] Cf. "As reclamações dos mutilados da guerra", *O Século,* 5 de Dezembro de 1919, p. 1. António Aurélio Costa Ferreira reclama as doações feitas aos inválidos e que têm ficado nas mãos do Ministério ou da CMP deveriam estar ao dispor da "futura" Federação Nacional dos Mutilados da Guerra, cujas reclamações seriam: actualização dos valores de pensão; alargamento da preferência de colocação nos serviços públicos; «estudos da possibilidade da concessão de adeantamento de dinheiro que permitam a aquisição de parcelas de terrenos aos mutilados, para eles as cultivarem e estabelecerem as suas residências».

[269] *O Mutilado da Guerra,* n.º 1, 14 de Janeiro de 1925.

[270] *O Mutilado*, n.º 5, 1 de Outubro de 1920, p. 2.

No Congresso, configura-se um horizonte colectivo: «é constituída pelos militares reformados e que estejam ao abrigo da Lei n.º 1:170, Decreto n.º 10:099 ou qualquer outra legislação que a mutilados e inválidos de guerra especialmente diga respeito, uma Associação que se denominará: 'Associação dos Inválidos e Mutilados de Guerra Portugueses'»[271]. Com a presença do Ministro da Agricultura e representantes do Ministério da Marinha e Guerra, foi recorrentemente saudado o deputado António Mantas pelas intervenções parlamentares em defesa deste grupo e, ainda, aprovados e publicados os estatutos da referida Associação[272].

O aparecimento d'*A Guerra* nesse ano de 1926 permite ter uma análise mais próxima do próprio Congresso: a primeira consideração passa pela diferença de valores entre os fornecidos pelos Ministérios, cerca de 1 535 inválidos, enquanto no Congresso se falava de cerca de 1 800 inválidos[273]. Refira-se a pouca referência na imprensa, a não ser a especializada, à realização do Congresso, com a excepção d' *O Século* que, entre 18 e 20 de Janeiro de 1926, coloca em segunda página e excepcionalmente na primeira algumas notas mais desenvolvidas[274].

Apesar desta movimentação, apenas no final da I República a reacção dos inválidos torna-se mais visível e, mais tarde, oficial, aquando da publicação dos estatutos da União dos Inválidos de Guerra, em 1933. A formalização legal das associações de inválidos acontece essencialmente depois desse ano, resultado do carácter centralizador da nova realidade política, que irá alterar toda a forma como a I Guerra Mundial, os combatentes e os inválidos irão ser enquadrados na cena ideológica e social do Estado Novo[275].

Cansados das sucessivas revisões médicas e legais, os inválidos acreditaram na possibilidade do Código de Inválidos (1927) ser a solução para os seus martírios.

---

271 "Mutilados e Inválidos de Guerra", *A Guerra*, 1 de Julho 1926, Ano n.º 1, n.º 7, p. 4.

272 "Mutilados e Inválidos de Guerra", *A Guerra,* 1 de Julho de 1926, ano 1, n.º 7, p. 12.

273 Cf. "I Congresso dos mutilados inválidos de guerra", *A Guerra,* ano 1, n.º 2, 1 de Fevereiro de 1926, pp. 13-19.

274 Cf. "Congresso dos Mutilados de Guerra. Encerrou ontem os seus trabalhos, resolvendo nomear uma comissão que organizará a respectiva associação de classe", *O Século,* 20 de Janeiro de 1926, pp. 1-2: «A comissão que em Lisboa tratará das reivindicações dos mutilados e inválidos e da fundação da sua associação de classe ficou assim constituída: major Alpedrinha; dr. Marcelo, dr. Carrusca, tenente Trigo, alferes Álvaro, capitão Teles de Lemos, soldado Silvano da Costa, 2.º sargento António Abílio, sargento Francisco Dias Pontes, capitão Azinhais, 1.º sargento da Marinha António Alves Feliciano, e um membro da Comissão organizadora do Congresso» (página 2).

275 A formalização das associações, já enunciadas, dá-se no ano de 1933: autoriza-se o Grémio dos Inválidos de Guerra a usar em actos públicos uma bandeira de pequenas dimensões com as cores nacionais (Portaria n.º 7:613 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 144, de 29 de Junho de 1933); publica-se os estatutos da União dos Inválidos de Guerra (*Diário do Governo,* II Série, n.º 291, 14 de Dezembro de 1933). Acredita-se que exerça funções já antes desta data, mas não foram encontradas fontes.

Porém, a inevitabilidade de uma instabilidade política impôs-lhes mais uma revisão e regulamentação em 1933.

Em correspondência de 1933 entre a direcção do Grémio dos Inválidos de Guerra e o Ministério do Interior[276], sintetiza-se o rol de lamentações que em Portugal eram recorrentes aos inválidos. Acentua-se esta contestação face à determinação de nova revisão para que seja regulada a já muito regulada situação dos inválidos de guerra, procedendo a um inquérito das condições de saúde e económicas[277]. A desilusão e cansaço eram evidentes, depois de «considerada definitiva uma situação adquirida em face de documentação copiosíssima e de uma filtração apertada, através de uma série de Juntas, como não exige a legislação de nenhum dos países que intervieram na Grande Guerra»[278].

Não seria esta revisão decisiva, não fosse um decreto de final do ano de 1932 que impunha nova revisão médica dos inválidos, quinze anos após terem começado a passar por inúmeras juntas de avaliação e revisão que colocaram estes homens em situações de humilhação pública, onde as revisões locais, podendo ser feitas pelas regiões militares, usavam de entrevistas sociais antepondo-se às decisões das próprias juntas médicas.

As grandes reclamações passam essencialmente pelo número de revisões a que foram submetidos. Noutros países apenas foram sujeitos a uma, e se fosse necessária a uma segunda para reavaliar a percentagem de invalidez. Esta seria uma revisão individual para que fosse feito o cálculo definitivo da invalidez: «As revisões dos inválidos não produzem só o grande mal de inutilmente os martirizar. Uma outra consequência, ainda mais grave, e já conhecida a perda total do carinho que a Nação

276 Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 5 – Carta da Direcção do Grémio dos Inválidos de Guerra ao Presidente do Ministério, 16 Novembro de 1933.

277 Cf. Decreto n.º 21:990 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 294, de 16 de Dezembro 1932: «Considerando que é do domínio público que muitos inválidos de guerra, pelos cargos particulares que desempenham e pela actividade que desenvolvem, manifestam estar hoje em pleno vigor físico e que a designação de inválidos que oficialmente lhes está atribuída não corresponde à realidade: Considerando que a continuação deste estado de cousas em muito pode concorrer para o desprestígio dos Poderes Públicos e das instituições militares, ao mesmo tempo que contribui para que os verdadeiros inválidos deixem de ser rodeados do carinho e respeito dos seus concidadãos; […] Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte: Artigo 1.º Em cada comando da região militar, no Governo Militar de Lisboa, nos Comandos Militares da Madeira e dos Açores e nos governos coloniais serão nomeadas, com carácter permanente, comissões encarregadas de proceder a um inquérito sobre a situação de todos os inválidos de guerra residentes nas áreas dos mesmos comandos ou governos, seja qual for a sua graduação, podendo para isso solicitar as informações que julguem necessárias às diferentes autoridades administrativas ou quaisquer repartições públicas».

278 AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 5 – Carta da Direcção do Grémio dos Inválidos de Guerra ao Presidente do Ministério, 16 Novembro de 1933.

tinha pelos seus Inválidos de Guerra. Da dúvida do Estado, nasceu a incredulidade da Nação»[279].

III. 4.3. Os limites da norma e a heterogeneidade de manifestações

O cálculo oficial de "antigos combatentes *inválidos de guerra*" é fortemente susceptível a questionamentos. Como se pode compreender que em mais de 100 mil mobilizados, apenas cerca de 1 500 sejam "oficialmente" reconhecidos como inválidos de guerra[280]? Como compreender que de cerca de 7 mil feridos, apenas os 1 500 ficassem com invalidez reconhecível, numa guerra onde doenças de foro mental ou degenerativas, como a tuberculose, não eram imediatamente visíveis e diagnosticáveis[281]?

Um largo desfasamento de quantificação das vítimas impõe-se na esteira das constantes revisões legislativas. Factor consubstanciado pelo "abuso" de poder das juntas de avaliação, não prevendo a possibilidade de recursos a tribunais, mas apenas às juntas de recurso, onde a avaliação era novamente realizada por um médico da própria junta; pelo distanciamento entre propostas legais e aplicação; e pela burocratização e desumanização excessiva do processo de requerimento. Estes são alguns dos constrangimentos inibidores da acção dos inválidos portugueses. Mas não de todos.

Minoria excepcional era aquela composta pelos pacientes em institutos de tratamento e reeducação. Por mais aceso que fosse o debate em torno do IRMGA, a realidade é que se tratava de um caso privilegiado, segundo os parâmetros europeus,

---

279 AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 5 – Carta da Direcção do Grémio dos Inválidos de Guerra ao Presidente do Ministério, 16 de Novembro de 1933.

280 Cf. "I Congresso dos Mutilados Inválidos de Guerra", *A Guerra,* ano 1, n.º 2, 1 de Fevereiro de 1926, pp. 13-19.

281 Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 5 – Carta da Direcção do Grémio dos Inválidos de Guerra ao Presidente do Ministério, 16 de Novembro de 1933: «oficiais inválidos de guerra estão altamente prejudicados por lhes não serem pagos os vencimentos de reforma a que têm direito pelo número de anos de serviço efectivo. Se estivessem na reforma ordinária receberiam vencimento superior ao qual lhes é abonado como inválidos de guerra (vencimento do activo). A situação dos inválidos tornou-se, assim, uma espécie de punição.[...]»; «Mesmo na condição de oficiais do exército, os inválidos de guerra eram prejudicados recebendo reformas mais baixas do que se continuassem a exercer funções; a situação era ainda mais grave, ao contrário de qualquer outro reformado, não podia acumular funções no privado ou ter propriedades, sem que esse valor fosse deduzido no vencimento de reforma ou aposentação, 'como compreender que o funcionário do activo, civil ou militar acumule cargos e vencimentos e os Inválidos de Guerra não?' Colocando-os em situação inferior quando comparados com os demais reformados – mesmo militares que procederam com a carreira, sendo que a prometida preferência no acesso a cargos da função pública e nas empresas privadas são apenas simbólicas e existe, ainda, a obrigatoriedade dos inválidos prestarem serviço nas unidades, tendo que sair do local de origem, outros, embora poucos, foi-lhes retirada a pensão por se encontrarem em postos públicos, na maioria com rendimento muito baixo».

no âmbito do tratamento, reeducação e reintegração dos inválidos de guerra. Existe ainda a constatação de que os mais beneficiados eram aqueles que em tempos integraram o IRMGA, sendo regulamentada imediatamente a sua situação. Já para não falarmos dos oficiais do quadro permanente integrados imediatamente na regular estrutura assistencial das Forças Armadas, cujo estudo não cabe neste projecto[282].

Trata-se, assim, de um universo extremamente polémico e indefinido, onde se trava uma verdadeira luta para alcançar um lugar no contexto do pós-guerra, onde a velocidade de uma nova era procurava aniquilar os vestígios da guerra e, mais ainda, da sua face "mutilada".

A definição de "Grande Inválido" acarreta um conjunto de limitações, uma vez que foram os mutilados aqueles que mais rapidamente foram consignados para a obtenção de apoios, enquanto os inválidos (além de só tardiamente serem considerados na legislação), eram apenas integrados neste título em caso de declaração de invalidez acima de 50%, onde se compreendiam os gaseados, mas não os portadores de tuberculose, já que uma das condições seria que não possuíssem liberdade de movimentos, o que só sucede no último grau da referida doença. Outros são os casos que denunciam a necessária avaliação individualizada. Os grandes limites são impostos àqueles que não são portadores de escoriações visíveis decorrentes da guerra, tais como os tuberculosos, as vítimas de stress pós-traumático, os gaseados, entre outros.

A situação foi agravada pela grande indefinição ao longo dos primeiros anos do pós-guerra sobre o que era o inválido de guerra – um universo muito mais lato daquele que é entendido na produção legal ou mesmo nesta análise. A crise que marcou a realidade do imediato pós-guerra catalogou-os ambiguamente, como refere Mosse: «o estereótipo daqueles pensados como uma ameaça para a sociedade definidos como 'outsiders', nas margens da sociedade estabelecida, estava em oposição directa ao ideal de masculinidade, o contraste para o qual estes 'outsiders'

[282] Cf. *Diário do Senado*, 15 de Janeiro de 1926, p. 6. No Senado a 15 de Janeiro de 1926, José Pontes faz uma larga intervenção em defesa dos mutilados e inválidos, na qual insere os tuberculosos: «Sr. Presidente: tive uma certa colaboração no decreto n.º 10:099, que diz respeito a este assunto e que tanta celeuma tem levantado. Esse decreto, tendo sido posto em execução rapidamente, sem que a sua matéria viesse ao Parlamento, é uma obra imperfeita. Convinha que junto do Gabinete do Sr. Ministro da Guerra, fiscalizada por qualquer director geral, houvesse uma repartição, que tratasse dos inválidos de guerra. Se assim fosse, ter-se-ia evitado muito exagero. Estão registados como inválidos de guerra muitos indivíduos que não deviam ser, incluídos nesse registo, e quantos [?] há por esse país fora que não estão registados. Sei que recebi 625 homens no Hospital de Arroios e no de Santa Isabel e hoje diz-se que o número se eleva a milhares, chegando a afirmar-se […] 17.000, número que me parece exagerado. É preciso que o Sr. Ministro da Guerra tenha quem com ele coopere nesta questão e quem com ele trabalhe nesse problema com critério».

representam mente e corpo. Estes homens eram inquietos, mal-proporcionados e, acima de tudo, constantemente em movimento»[283].

Os problemas identitários emergem dentro do próprio mundo dos inválidos de guerra. Existem profundos limites na localização daqueles que, sendo inválidos, não apresentam uma invalidade visível, agravando o processo de identificação com o grupo, uma vez que as próprias regulamentações oficiais estavam longe de poder fornecer um quadro identificativo desta multiplicidade. Consideremos, aqui, essa multiplicidade, na heterogeneidade das suas manifestações.

A 20 de Outubro de 1917, a superintendência dos serviços de Assistência aos Tuberculosos Militares passou para o Ministério da Guerra, criando-se para tal uma Comissão que pretende centralizar os serviços de assistência a todos os militares tuberculosos[284].

O regulamento de assistência foi publicado em Junho de 1920, vindo periodicamente a sofrer concessões – depois destes serem integrados no estatuto de inválidos –, nomeadamente relativas a dependentes e à criação de espaços de tratamento. Normalmente, o tratamento dos militares tuberculosos era intermediado pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos (CAMT)[285], na dependência directa do Ministério da Guerra. A esta competia «estudar e propor as medidas necessárias para atenuar quanto possível a precária situação dos militares que contraíram tuberculose ou agravaram as suas lesões devido às constantes fadigas a que estiveram expostos durante o serviço militar, quer em França, quer no ultramar ou na metrópole, grande parte dos quais, por insuficiente documentação ou outros motivos estranhos à vontade dos afectos, não foram considerados nas condições legais para a concessão da pensão de reforma» (art. 6.º); tais militares, sendo verdadeiros "mutilados orgânicos", precisam de dispor dos meios pecuniários indispensáveis para custearem as exigências alimentares, medicamentos e

283 George L. Mosse: «Shell-shock as a social disease». *Journal of Contemporary History*, 35, n.º 1, (2000): 102: «stereotype of those who were thought to menace society's defined as 'outsiders', on the margins of established society, was in direct opposition to the ideal manhood, the foil to which such 'outsiders' represented in mind and body. Such men were nervous, ill-proportioned, and, above all, constantly in motion».

284 Cf. Lei n.º 3:471 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 181, 20 de Outubro de 1917. Nesse mesmo ano aprova-se o regimento das juntas de selecção (Portaria n.º1:142 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 197, 13 de Novembro de 1917).

285 Em 1928, passa a designar-se por Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos de Terra e Mar, para que do seu conselho técnico fizessem parte dois oficiais médicos do Exército ou da Armada, quando o regulamento foi modificado estabelecia que fossem apenas do Exército, decreto que veio a ser revogado mais tarde a pedido do próprio Ministro da Marinha, devido a fortes divergências entre o Exército e a Armada (Decreto n.º 14:957 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 21, 25 de Janeiro de 1928).

tratamentos; fazendo tratar e internar em estabelecimentos apropriados; propondo pensões mensais; adquirir fundos; propor o estudo e desenvolvimento técnico para apoio da luta contra a doença; entre outras competências[286]. Por parte da CAMT foram feitos os estudos acerca de sanatórios, dispensários, colónias de férias, moradias para tuberculosos, etc. A situação era difícil, face à ausência de recursos e ao grande número de pedidos de auxílio[287]. Aplica-se esta reforma aos profissionais das Forças Armadas, sendo raras as situações em que os "antigos combatentes" tuberculosos são incluídos nas avaliações destas juntas e inseridos nas instituições de apoio e tratamento.

Os antigos combatentes tuberculosos passam a ser inseridos no estatuto dos inválidos de guerra com a lei de 1924 (todos aqueles que além de mutilação física são portadores de uma doença adquirida ou agravada em campanha). Uma grave limitação se coloca pela ausência de importantes especificações relativas às diversas maleitas de que os militares são portadores, sujeitando-os a avaliações desadequadas. Por isso, «há Inválidos, em maior número aqueles que são vítimas de tuberculose comprovadamente contraída em campanha, que não recebem um centavo do Estado, porque, pobres ignorantes, não requereram em tempo a pensão a que tinham direito. Têm morrido muitos; alguns aguardam que lhe caiba a vez de receber o pequeno auxílio que permitem os minguados recursos da Comissão de Assistência aos Tuberculosos do Ministério da Guerra»[288].

Outro limite de informação relaciona-se com a questão dos soldados vítimas de doenças mentais. Enfermidades extremamente específicas a este conflito, cuja identificação real raramente aconteceu pelos serviços de saúde do CEP. Na verdade, a percepção do conceito passa por aquilo que a psiquiatria britânica chamou de *Shell-shock*, e que na guerra civil americana tinha sido denominado "sintoma do coração irritável" ou o que Freud chamou "neurose de guerra".

No quadro das ciências sociais portuguesas, apenas Luís Quintais fez uma abordagem mais directa reportando-se à guerra colonial, propondo o conceito de *desordem stress pós-traumático*, estreitamente ligado ao conceito americano de PTSD. O

286 Portaria n.º 2:299 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 113, 1 de Junho de 1920. Nova Publicação a 30 de Junho de 1920 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 136).
287 Cf. AHM, FO, 006, L, 46, Caixa 900 – Assistência aos Militares Tuberculosos do Exército (1931-1952). O núcleo documental sobre a assistência aos militares tuberculosos apenas está disponível para o período posterior a 1931. São frequentes casos de militares cujos sintomas se vêm agravando, principalmente os afectados com os gases e aqueles portadores de tuberculose óssea que vão solicitando até aos anos 50 auxílio junto da CAMT.
288 AHM, FO, 006, L 52, Caixa 906, n.º 5 – Carta da Direcção do Grémio dos Inválidos de Guerra ao Presidente do Ministério, 16 de Novembro de 1933.

que está em causa é a impossibilidade de percepcionar o passado, constituindo-o como memória enquanto redescrição retroactiva das velhas acções humanas sob vocabulários novos (culturalmente partilhados) – que permitem aos sujeitos redefinirem-se existencialmente. Situação agravada pela ininteligibilidade de factos traumáticos como as guerras. Apesar da psiquiatria procurar estabelecer uma matriz universal de experiências/efeitos traumáticos, «a dificuldade do diagnóstico resulta das diferenças interindividuais no que diz respeito à capacidade de suportar/integrar experiências do género das que são reconhecidamente potenciadoras de efeitos traumáticos […] Tal como a dor, a experiência traumática é processada cognitiva e emocionalmente antes de ser estimada como algo de profundamente ameaçador»[289].

Este tipo de análise exigiria todo um aprofundamento teórico sobre a evolução dos casos de doença, dos processos de identificação médica e social e, acima de tudo, do estudo da relação entre verdade histórica e resultados de construção de conhecimento, fruto de possibilidades terapêuticas e políticas. Peter Braham é um dos primeiros historiadores a tratar a questão do stress pós-traumático junto dos soldados da I Guerra Mundial. A sua grande vitória foi ter recuperado essas vozes, introduzindo-as numa importante narrativa sobre os efeitos do recalcamento do trauma, primeiro pelas exigências do serviço militar e, depois, pelas maquinações do sistema que esqueceu e queria negar os danos provocados. Vozes cujos protagonistas eram aniquilados no espaço dos asilos civis e classificados como "pacientes militares especiais".

Tudo o que se tem escrito até à data sobre "trauma de guerra" parte da análise de oficiais ou de instituições que os tratam. Dos soldados comuns que sofreram danos mentais e emocionais, não existe trabalho algum. Estes, muitas vezes, não ficavam pela tão falada neurastenia (apatia física ou psíquica, depressão, insónias), mas caíam num silêncio psicótico[290].

---

[289] Luís Quintais, *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2000), 34.

[290] As seguintes publicações enquadram os primeiros e/ou mais destacados trabalhos sobre o assunto: Peter Barham, *Forgotten lunatics of the Great War* (New Haven: Yale University Press, 2004); Mosse, «Shell-shock…», 101-108; Paul Lerner, *Hysterical men. War, psychiatry, and the politics of trauma in Germany, 1890-1930* (Ithaca: Cornell University Press, 2003); Peter Leese, *Shell Shock. Traumatic neurosis and British soldiers of the First World War* (New York: Palgrave MacMillan, 2002); Eric J Leed, *No Man's land: combat and identity in world war I* (Cambridge: Cambridge University Press, 1979). Estes trabalhos são referência para o estudo dos efeitos mentais nos soldados que lutaram na I Guerra Mundial. Em Portugal, este trabalho de análise nunca foi realizado para a I Guerra Mundial. O único estudo remete para a Guerra Colonial e é da autoria de Luís Quintais, *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2000).

Em Portugal, pouco ou nada se tem publicado sobre o assunto em contexto da I Guerra Mundial, à excepção da identificação em tempo de campanha[291]. No entanto, face à falta de espaço, contexto e fontes, não será aqui desenvolvido este tipo de estudo. O protagonismo do combatente (enquanto grupo), neste tipo de análise, é fulcral.

Aquando da abertura do Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel aos mutilados de guerra, o seu director expunha o que então se entendia por "inválidos psíquicos" e a necessidade de serem «cuidadosamente seleccionados num centro neuro-psiquiátrico e de lá distribuídos para hospitais, para asilos, para suas próprias casas ou para secções especiais. A muitos deles será prejudicial o colocá-los nos serviços psiquiátricos ordinários, pelo que isso poderá influir no seu espírito e no do público»[292].

A documentação existente remete-nos essencialmente para um período posterior a 1931 ou um período de campanha, as alusões na imprensa, legislação ou debate público são extremamente raras. O que se encontra é alguma da correspondência entre a LCGG, familiares ou unidades militares locais e a Direcção Geral de Assistência, para que aos antigos combatentes seja dado apoio ou internamento em estabelecimentos hospitalares apropriados à "doença" (regularmente referidas como "psicose esquizofrénica"; "alienação mentalpsico-nevrose depressiva"; entre outras). Não se faz referência a qualquer instituição psiquiátrica exclusiva às Forças Armadas. Os mais comuns são o Hospital S. João de Deus (Barcelos), o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (Misericórdia do Porto), o Hospital Miguel Bombarda (Lisboa), e a Casa de Saúde do Telhal (Mem Martins), onde foi agregada a maioria dos alienados militares para melhor controlo e assistência especialmente monitorizada[293].

Pela primeira vez, a LCGG publica no *Relatório* anual de gerência do ano de 1936 uma relação dos combatentes alienados de que tinha conhecimento até à data – os quais passaram de 28 no ano de 1936 para 58 no ano de 1937 – sem, no entanto, indicar o seu estado mental[294].

---

291 Cf. Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras*…

292 Casa Pia de Lisboa, *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1916-1917…,* 45.

293 Cf. AHM, FO, 006, L, 45, Caixa 896, n.º 7-8 – Reforma da Lei n.º 1:170 (1937-1966); ANTT, MI, Secretaria-Geral, Livros 37, 38, 39 (19128-1929): remetem para várias solicitações de internamento de militares alienados.

294 Cf. LCGG, *Relatório da Gerência de 1936* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1937), mapa n.º 12; LCGG, *Relatório da Gerência de 1937* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938), mapa n.º 10.

A definição do inválido de guerra e a sua heterogeneidade de manifestações aportam problemas conceptuais, não só pelos limites legais e da medicina da época, mas também pela actual multiplicidade das propostas de análise. O ponto de partida passa por compreender o que em Portugal, no pós-guerra, se entendia e se definiu como inválido de guerra pelo poder, pelos especialistas e pelos próprios inválidos – já que muitos dos desacordos no seio deste grupo resultam em fortes obstáculos à organização de um movimento associativo próprio. Veja-se:

> Os nossos mutilados, em regra, podem distribuir-se por um destes dois grupos: 1.º dos que querem à outrance voltar para a sua terra e para o seu meio, para, com a sua pensão, viverem livremente, como pude ser; 2.º os que querem à outrance fixar-se no meio urbano para com pensão e ordenado viverem, utilizados em empregos públicos. Aqueles dificilmente se subordinam a regimes escolares e a meu ver, sempre que o quizessem, se deviam empregar em serviços agrícolas e industriais do Estado ou Municípios, perto da terra da sua naturalidade; e estes, os últimos, esses sim, se podem sujeitar a regimes escolares, que mais do que aceitam pedem (como aconteceu com os que ansiosamente buscavam a profissão de carteiro). Hoje, com a experiência feita, parece que o problema se deve pôr neste pé: aumentar a pensão e facilitar o ingresso em lugares oficiais aos que desejam e tenham aptidão suficiente, dando se lhes sempre preferência. O número de mutilados é relativamente pequeno e não nos parece que haja razão ou prestígio para, querendo se reformar os costumes, começar-se a reformá-los ao invés, principiando por dificultar ou impedir o usufruto dos lugares do estado e da liberdade de exercício do menor esforço aos que, ao contrário da maioria do que os usufruem, tão tragicamente se sacrificaram e perderam parte da saúde e da integridade do seu corpo e, por ora, justamente a perfeita calma do seu espírito[295].

Perspectiva-se, deste modo, o quão precário se afigura o estudo dos mutilados e inválidos em Portugal e mais ainda da formação de um movimento associativo em torno destes. Mais do que a análise quantitativa do fenómeno, o que nos interessa é o peso associativo/reivindicativo para a formação da consciência de grupo. Não é temática fácil a abordar, uma vez que a ausência de uma entidade estatal que tratasse exclusivamente desta questão e a desorganização dos serviços de saúde, em contexto republicano, inviabilizaram a possibilidade, pelo menos neste momento, de conhecimento de algum fundo arquivístico. Mesmo em relação aos movimentos associativos, nesta fase, não foi possível identificar o destino dos respectivos fundos documentais, determinando que apenas se possa estabelecer algumas linhas preliminares daquilo que pode estar na origem do movimento

[295] Casa Pia de Lisboa, *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1919-1920 e 1920-1921* (Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1923), 89-90, de Aurélio da Costa Ferreira, "Serviços Pedagógicos", *A capital*, 18 de Agosto de 1920.

associativo em Portugal, que, ao contrário da França, não se reconhece que seja anterior à formação de uma associação geral de combatentes. Também por essa razão, a ausência de uma associação nacional de inválidos e/ou mutilados de guerra com sede própria conhecida dificulta ainda mais a tarefa[296].

Neste contexto, interessa perceber o universo público em que se define esta nova identidade de grupo, entendida no seio da construção oficial da memória da guerra. Há uma reivindicação destes homens pela sua integração, enquanto protagonistas, nos processos de celebração do esforço de guerra. No entanto, o contexto de uma desejada nova era, na sequência da destruição provocada pela guerra e da crise generalizada, não dá espaço à consolação e ao arrependimento públicos. Os inválidos procuraram construir, assim, um discurso próprio, de enobrecimento e de valorização da invalidez ao serviço da pátria, em detrimento da visão que os associava à contestação, agressividade e mendicidade[297]. Essa era a razão que tornava legítima a luta destes homens que, mais do que compensações materiais, desejavam o reconhecimento moral – «recompensa dos heróicos sacrifícios dados em honra de gloriosa luta, para que Portugal possa hoje orgulhar-se de manter o seu logar honroso entre as nações aliadas»[298].

A exposição da mutilação enquanto valor positivo parte da necessária superação do trauma individual e colectivo. Os «homens inválidos têm de encontrar outra linguagem do eu e identidade. Encontram essa linguagem na sua contestação em que a diferença é vista mais como positiva do que como uma desvantagem, e a reivindicação por uma cidadania heróica onde a sua invalidade seria homenageada»[299].

Há aqui um desfasamento latente entre a reacção associativa e o "universo" público sobretudo, quando se assume as referências do caso francês, onde estes

---

296 Cf. Joy Damousi em *The labour of loss. Memory, mourning and wartime bereavement in Australia* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 85-102) apresenta uma breve referência às associações de inválidos na Austrália a que Portugal se poderia associar na ausência de confrontos em território nacional, bem como, na morosidade dos processos.

297 Foi neste quadro de rejeição que «atitudes públicas […] mudaram lentamente porque uma condição mental específica foi entendida como uma doença social. Ainda, estereótipos resultantes de imagens mentais duradouras são difíceis de mudar, e a percepção do *Shell-shock* foi baseada em estereótipos de masculinidade, de fora e de dentro, enraizados na sociedade muito antes da guerra», Mosse, «Shell-shock…», 102.

298 "I Congresso dos mutilados inválidos de guerra", *A Guerra,* ano 1, n.º 2, 1 de Fevereiro de 1926, pp. 13-19.

299 Damousi, *The labour of loss...,* 85-102: «Disabled men had to find another language of self and identity, one which would expose but underplay the extent of their wounds and afflictions. They found this language on their plea that their difference be seen as positive rather than a disadvantage, and in their claim to a heroic citizenship where their disabilities would be honored». Na Austrália o fenómeno das associações de *limbless* surgiu bem cedo, nos primeiros anos da década, e apresentava uma forte concorrência entre si, fazendo um grande esforço para a reintegração dos inválidos na sociedade, evitando que estes se associassem a imagens de mendicidade e degradação humana

movimentos foram propulsores de toda uma consciência de grupo. Consciência que passa pelo reconhecimento de uma causa comum num contexto de crise, colocando novos objectivos de identidade e respeitabilidade – é esta ideia do herói abstracto sacrificado que os inválidos usam para que de alguma forma fosse permitida a sua reintegração social – através da contestação e reivindicação junto das forças de poder por pensões, novos lugares de trabalho, etc. Concretamente, ocorre um desfasamento entre a realidade do inválido e o processo social de rememoração que, com o passar dos anos, privilegia a comemoração dos mortos. Esta deslocação para o centro do processo comemorativo seria mais apaziguadora, evitando polémicas provenientes do protagonismo concedido a estes homens, que tanto poderiam envergar o discurso de valorização do grupo e da sua moral superior ou mesmo de mendicidade. No limite, a integração no discurso nacional em torno da guerra implicava ritualmente o seguinte efeito: «perder o reconhecimento da sua contribuição específica [a dos inválidos] na comemoração pública [o que] significaria sofrer uma outra perda: de renunciar o seu lugar especial na memória da guerra, num tempo em que outros procuram esquecer, reprimir ou reescrever a guerra»[300].

O processo de rememoração pública procurou afastar os inválidos do centro do mito da experiência de guerra, uma vez que estes entravam em confronto com o idealismo subjacente ao mito. Enquanto se descreve a guerra à imagem de um glorioso sacrifício, não é dado aos inválidos o mesmo protagonismo: com o passar dos anos visa-se aniquilar a recordação dos traumas, em nome de processos rememorativos concordantes e homogeneizadores. É nesta necessidade de reescrever a contenda que os quadros de invalidez são diferenciados entre si, sendo-o também no protagonismo e na simples concessão de pensões.

Uma dialéctica profunda abalava o mundo dos inválidos de guerra. Enquanto estes simbolizavam para alguns a nação sacrificada, para outros representavam os excessos de uma era melhor já esquecida: seria através de um reconhecimento e rememoração dos seus esforços num outro tempo e espaço que estes iriam reorientar-se para a vida civil. Criar organizações exclusivas e restritas a estes seria parte deste processo.

Atente-se na declaração inicial d'*O Mutilado:*

[300] Modris Eksteins, *Rites of spring: the Great War and the birth of modern age* (Boston: Houghton, 1989), 254-256: «To lose the recognition of their specific contribution from public commemoration would mean they would endure another loss: that of relinquishing *their* special place in the memory of war, at a time when others are trying to forget, repress or rewrite war».

> É um jornal de pobres, jornal de humildes que outro título mais não têm para se impor à consideração dos leitores do que o seu amor pela Pátria que serviram com devoção e sacrifício, à custa do seu sangue e a consciência plena do dever que sempre souberam cumprir e dos direitos que lhes assistem e querem ver respeitados. Não teem títulos universitários, nem honoríficos. Não tem mais do que uma ilustração mediana e alguns mesmos nem essa ilustração possuem. Não teem fortuna, não teem influência política. Teem apenas algumas medalhas a esmaltar-lhes os peitos de portugueses liais. Medalhas! Cruzes de guerra! Condecorações de vária espécie atestando feitos de bravura, disciplina, brio militar, sacrifícios, heroísmo! É o que temos. É pouco? Sim, é pouco. Nós reconhecemo-lo na diferença […] É pouco. É quasi nada mas chegará decerto para fazermos ouvir a nossa voz de sacrificados que clamam por justiça. Não é uma esmola que pedimos, não se esmola. Exige-se. É isto que vimos exigir da convicção do que nos será concedido. Eis o nosso programa[301].

Seria este movimento de grupo responsável pela formulação de uma particular imagem da guerra, diferindo dos mortos, os heróis imortais e consensuais. Os homens que retornam não são imunes às mutações do tempo, procuram moldar uma nova identidade onde integram as suas mutilações, traduzindo a perda e raiva em militância, numa reivindicação do seu lugar no centro da construção da memória pública do conflito. Tudo estaria em aberto?

[301] *O Mutilado,* n.º 1, 30 de Julho de 1920, p. 1.

CAPÍTULO IV.

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO: ORGANIZAÇÃO E REACÇÃO

> E como essa sociedade amoral e egoísta ameaçava subverter a falange generosa que regressava dos campos de batalha, um movimento de solidariedade se impunha, como necessidade imperiosa e inadiável[302].

O fim da guerra restitui à vida civil um largo número de homens, cuja prioridade seria a recuperação do tempo perdido. Cerca de 8 mil soldados portugueses foram mortos e mais de 30 mil feridos, capturados, declarados incapazes ou desaparecidos, e cerca de 1 579 homens deram baixa por invalidez. Aparentemente pequeno, trata-se de um número pesado para um esforço pouco consensual de uma República pouco consolidada, a que se junta o abandono a que foram votados os combatentes, quer pelas lideranças políticas, quer pela sociedade civil. Do imediato abandono na frente ao retorno das tropas e às precárias recepções – este foi o quadro delineado até ao momento.

A dificuldade formal de retorno não seria tão grave não fosse a situação em que se encontrava o país e a incapacidade de lidar com os traumas da guerra. Num contexto, lembre-se, em que os responsáveis pela intervenção estavam afastados e os homens iam chegando a conta-gotas, debatendo-se com a procura externa urgente de dissimular a experiência da guerra, através da desmobilização e da indiferença.

O grande problema passava agora pela integração do vasto núcleo de homens convocados, em situação de desemprego e vastamente traumatizados, moral, física e psicologicamente.

---

[302] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 15.

Os primeiros diplomas legais criados em Portugal relativos aos antigos combatentes dirigiam-se a um grupo específico – mutilados ou tuberculosos –, sendo que as reformulações legais no sentido de afectar uma maioria de combatentes, de uma forma mais evidente, surgem com a reestruturação da lei de pensões. Um esforço imediato, mais do que integração, de "imersão" dos efeitos da guerra. A situação de abandono a que foram relegados estes homens era de tal forma dramática que uma das primeiras leis a serem publicadas financiaria os funerais dos expedicionários que morreram devido a condições derivadas do esforço de campanha, isto fruto de um incidente num funeral de um inválido que pôs a descoberto a extrema miséria em que se encontrava[303].

Para dar resposta às múltiplas necessidades de um grupo de vítimas, não só combatentes como respectivos familiares, e na continuidade da acção de algumas organizações criadas ainda durante a intervenção militar, como a Junta Patriótica do Norte (1917), surgiu, em 1921, a primeira diligência para a criação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), claramente tardia no contexto europeu.

Neste capítulo, a Liga é analisada do ponto de vista da sua organização interna e das acções que levou a cabo. Na trajectória que se reconstitui, tornar-se-á particularmente interessante averiguar a clareira de relacionamentos aberta pela Liga, o desenvolvimento de múltiplas interacções de modo a implantar o seu "programa" e, não menos importante, a forma como o Estado, no enquadramento político da realidade dos ex-combatentes, se apropria da Liga, transformando-a. Mas, antes, e para já, vejamos alguns contornos delimitadores da problemática a estudar.

IV. 1. A delimitação de uma problemática

A maioria das propostas oficiais de apoio aos antigos combatentes, indissociáveis da acção da LCGG, data essencialmente de meados da década vinte, primeiro em relação aos inválidos, depois a todos os antigos combatentes e dependentes. Daqui se antevê a dificuldade de estudar este universo do movimento

303 Cf. Decreto n.º 1:715 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 62, 26 de Março de 1918. Mandando que todos os funerais dos militares expedicionários de França ou África, falecidos por motivo de campanha, sejam subsidiados nas condições em que são os dos oficiais do exército.

combatente, pela própria ausência de delimitação oficial, que sofre um atraso evidente. Percepcionar o movimento combatente em Portugal é, com efeito, um árduo exercício pela difícil concretização geral do conceito – uma vez que não existe a "definição" da parte das entidades oficiais do que é, como se identifica e quais as condições políticas e sociais do mesmo.

A potenciar esta "indefinição", a confusão com a única associação oficialmente reconhecida (apesar de alguns movimentos associativos de menor dimensão e natureza particular). A limitação das fontes coloca restrições. O trabalho é dificultado pela ausência de material de arquivo que permita estabelecer uma "leitura directa" da realidade do movimento combatente, uma vez que não só se deu a perda do arquivo da LCGG (anos 60), como os arquivos dos ministérios da República, além de desestruturados, possuem pouca ou nenhuma informação sobre esta realidade. Resta a informação concedida pelas publicações oficiais parlamentares e legislativas; imprensa; relatórios de actividades; alguma correspondência e aproveitamento que se possa efectuar de fontes, cujo conjunto documental é bem maior para o período posterior a 1931. Desta forma, apesar de cronologicamente se "encerrar" em 1933, esta pesquisa não tem uma cronologia estanque.

A análise do movimento combatente é assim habitada de limitações concretas que inviabilizam a formulação de questões sobre quem seria o antigo combatente e o que comporta o movimento combatente. A análise circunscreve-se a partir de um epicentro difusor: a única grande associação de combatentes em Portugal e a forma como esta se manifesta num todo social, pelas "pressões" sofridas e impostas, mas também pelo universo ideológico de grupo que irá homogeneizar e hegemonizar os processos de rememoração da guerra. Além de se assumir como opção metodológica e de interesse da linha de pesquisa, trata-se de uma limitação imposta pela falta de fontes estatísticas e de quadros evolutivos.

A comparação com o caso francês, tendo como referência os estudos de Antoine Prost, mostra bem a linha de contraste em termos de condições da investigação.

Em França, a delineação destes elementos e quadros faz-se segundo um decreto de 1927: «é 'combatente' todo o militar que sofreu um ferimento de guerra, ou que permaneceu durante três meses pelo menos numa unidade dita

combatente»[304]. Em Portugal, não existe esta regulamentação, como aquilo que permitiria este levantamento: a análise de clientela das associações que, de uma forma geral, se apresentam como "organizações de vítimas de guerra", ou seja, uma clientela extremamente heterogénea e que escapa aos limites do universo dos antigos combatentes[305]. Não obstante os benefícios inerentes à ausência de combates em território nacional e de vítimas civis, a categorização de vítima de guerra diluiu-se entre antigos combatentes, dependentes (viúvas, órfãos, mães), inválidos ou tuberculosos, que irão integrar os quadros das agremiações. Estas, em Portugal, ficam-se por uma associação mais geral e algumas específicas aliadas aos militares inválidos e tuberculosos.

Em Portugal, todas as estatísticas possíveis são pontuais, transitórias, flutuantes. No caso de França, a definição operacional e o controlo do fenómeno da invalidez são facilitados pela existência do Ministério das Pensões. Em Portugal, a inexistência de um órgão oficial de tutela impede, até agora, o conhecimento dos valores das juntas de avaliação de inválidos que seriam a principal fonte de análise. Poder-se-á, contudo, fazer uma aproximação, baseada no *Livro de Estatísticas do CEP*, para o valor dos inválidos, e nos relatórios da LCGG, para a concessão de pensões e subsídios.

Ter uma ideia exacta da importância numérica das associações de antigos combatentes, da evolução dos efectivos e da implantação geográfica, coloca problemas de fontes, de definição e, ainda, de discrepância das contas (resultantes dos congressos, da imprensa e dos relatórios de actividades). Encontram-se em Portugal, indicações globais sobre o efectivo, mas são informações que apelam à crítica. Investigar o movimento de combatentes passa essencialmente por analisar uma associação: as motivações de origem; a estruturação e organização; os membros; a difusão; e as actividades fundamentais.

A análise do número de antigos combatentes inscritos na Liga e a sua distribuição geográfica está longe de ser fácil. As limitações temporais que se impõem a um projecto individual desta natureza não permitem um estudo das "fichas de inscrição" dos combatentes e, assim, abordar o processo temporal e espacial da adesão. Cada "ficha" inclui dois números, aquele da inscrição na agência, núcleo ou

[304] Prost, *Les anciens combattants…,* 3. Politique et Sociologie, 9: «Est 'combattant' tout militaire qui a reçu une blessure de guerre, ou qui a séjourné pendant trois mois au moins dans une unité dite combattante».
[305] Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 3. Politique et Sociologie, 10.

sub-agência local, seguido do número indicativo da entrada dessa ficha ou da inscrição na Direcção Central. Nessas fichas, a sequência numérica não corresponde à sequência cronológica. Isto é, um combatente inscrito numa agência local no ano de 1926 podia vir a figurar apenas na Direcção Central na década de trinta ou mais tarde.

Procurou-se proceder ao levantamento selectivo de informação, de elementos referentes aos seguintes aspectos: organização do movimento combatente (estruturas administrativas – a divisão e fusão de poderes entre dirigentes locais, departamentais e nacionais; funcionamento das associações e congressos nacionais e respectivos círculos dirigentes); recrutamento (a adesão – a diversidade dos membros e dos seus motivos de associação e a carta de combatente – geografia e sociologia dos titulares); membros (idade de reforma e invalidez, graus e meios socio-profissionais; casos específicos de adesão e sua significação); e dirigentes (hierarquia militar e social).

Antoine Prost considera que o movimento combatente resultaria da *simples justaposição* de associações muito diversas, representadas em algumas das grandes federações nacionais, mas sem uma real unidade. Trata-se de um fraccionamento inerente à sua origem em iniciativas espontâneas, locais e mal coordenadas, que retiram o seu sucesso de calorosas solidariedades que repugnam frequentemente ver-se além de um ciclo muito restrito. O interesse que este exercício entre heterogeneidade de formação e unidade de contestação aporta ao investigador é ainda maior quando confrontado com o insucesso destas tentativas, levando a questionar – quais são as forças mais profundas, as divergentes ou as convergentes – como é que associações tão diversas com a mesma clientela vão criar um movimento combatente[306]?

Prost conclui que, aquém das diferenças entre associações, poder-se-ia definir globalmente o movimento combatente francês como «um movimento de massa; predominantemente rural, enquadrado pela pequena burguesia e talvez pela burguesia», uma conclusão que comporta duas consequências para o seu trabalho:

> em primeiro lugar, não é claro que o movimento combatente tenha a mesma função para os seus dirigentes e para os aderentes. A análise da organização das associações sublinha a já existente ruptura relativa entre as secções rurais e as direcções departamentais e nacionais. O estudo do recrutamento dos aderentes e dos dirigentes confirma esta conclusão: é entre os presidentes das associações locais, ainda próximos dos seus

[306] Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 3. Politique et Sociologie, 85.

> membros, e o grupo de dirigentes departamentais e nacionais, que a diferença da origem social é mais marcada, a distância maior[307].

Ora, este quadro sociológico não é passível de análise em Portugal, uma vez que, além da falta de fontes que permita constatar a possível diversidade social, também não existiu por cá uma heterogeneidade de associações. Os mesmos fios condutores de análise serão tidos em conta para compreender o movimento combatente em geral, mas focar-se-ão na LCGG. Nas próximas etapas, não obstante as especificidades locais, o objectivo assim delimitado será o de percepcionar o universo ideológico de valores que povoam o mundo combatente e de que forma este se enraíza na realidade do pós-guerra, enquanto prática social, cultural e, quem sabe, política a nível nacional.

IV. 2. A Liga dos Combatentes da Grande Guerra: organização

IV. 2.1. A génese da Liga

A associação que dá origem à LCGG, iniciativa de um grupo de ex-combatentes de Lisboa, nasce da necessidade de "defesa mútua". O seu crescimento será rápido, multiplicando-se os seus núcleos regionais.

Na acta da primeira reunião oficial, encontram-se delineados os objectivos que pautaram a sua fundação: «em Abril de mil novecentos e vinte e um, e em razão das injustiças feitas aos que na Grande Guerra combateram, especialmente aos mutilados e estropiados, e ainda devido ao desprezo a que eram votados pelos poderes constituídos, os quais não só tomavam na devida conta, mas até propositadamente esqueciam as justas reclamações de muitos, que após haverem cumprido o seu dever, conjuntamente com o juramento que antes haviam feito de darem o seu sangue pela Pátria, se viam abandonados e na miséria, com grave

[307] Prost, *Les anciens combattants…,* 1. Histoire, 178: «Un mouvement de masse; à dominante rurale, encadré par la petite bourgeoise et parfois la bourgeoise"; "en premier lieu, n'est pas certain que le mouvement combattant ait la même fonction pour ses dirigeants que pour ses adhérents. L'analyse de l'organisation des associations soulignait déjà l'existence d'une rupture relative, entre les sections rurales et les directions départementales ou nationales. L'étude du recrutement des adhérents et des dirigeants confirme cette conclusion: c'est bien entre les présidents des associations locales, encore proches de leurs mandants, et le groupe des dirigeants départementaux et nationaux, que la différence d'origine sociale est la plus marquée, la distance la plus grande».

prejuízo para o patriotismo, disciplina e moral do povo português» com o intuito «de não só pugnarem pelos seus interesses, e de suas famílias, valendo-se de si próprios, mas ainda de erguerem o nome do nosso país lá fora, e o moral da raça dentro do país»[308].

Objectivos esses que são construídos a partir de uma negação do envolvimento político. Na generalidade, «queriam apenas que fossem ouvidas as suas opiniões na qualidade de grandes sacrificados da causa nacional e guardiões das forças morais e espirituais que formam a superioridade dos povos»[309], sendo «expressamente vedado a qualquer associado manifestar, dentro da mesma o seu credo político ou religioso» (art.º 3.º)[310].

O horizonte em que se coloca a associação não se dissocia da primeira geração de combatentes. Esta era composta por um grupo de homens em condições muito particulares, resultantes da sua participação no conflito. Entre outros: inaptos, depositados nos hospitais militares por falta de licença para voltarem a casa; mutilados de guerra, que não conseguiam provar esse estatuto de modo a receber uma pensão ou, então, que a recebiam, mas que não chegava para garantir o limiar de sobrevivência; vítimas do atraso na concessão de apoios para cuidados de saúde; e número crescente de antigos combatentes desempregados. Às dificuldades materiais juntam-se os problemas psicológicos, um forte sentimento de indiferença e ingratidão, difícil de ignorar por homens que sofreram a dura pena de um ferimento ou amputação. Seria assim necessário e urgente o «cumprimento das obrigações sagradas que as nações tinham contraído para com os inválidos de Guerra, para com as viúvas, para com os órfãos e procurar que a todos os combatentes fosse prestado auxílio» exigindo-se «dos poderes públicos que as suas medidas de assistência não ficassem só no palavreado sonoro dos parlamentos, nem nos artigos farfalhosos dos jornais. Homenagens, condecorações, apoteoses, era tudo muito belo»[311].

A controvérsia que assombrou a intervenção portuguesa irá ser um outro elemento determinante na formação deste movimento – «o divórcio entre os homens que fizeram a Guerra e aquela parte da Nação que os vira partir sem entusiasmo, que

[308] LC, 16 de Outubro de 1923, Acta n.º1, p. 1.
[309] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 15.
[310] Portaria n.º 3:888 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 22, 29 de Janeiro de 1924 – Estatutos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
[311] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 15.

os recebera, no regresso quasi com desdém e que os lastimava em vez de os admirar era, pois, fatal. Não se percebiam, não se estimavam, quasi se desconheciam»[312].

A iniciativa para a criação do movimento partiu das bases da hierarquia militar. João Jaime Faria Afonso dá os primeiros passos em 1919, mas o resultado não foi o esperado face à pouca adesão dos combatentes e das entidades oficiais. Em 1921, agrega ao projecto o primeiro-tenente Faria Pereira e o tenente Figueiredo Ministro constituindo um comité organizador: procurando fazer campanha nas províncias. A adesão de altas patentes foi um elemento imprescindível, sem o qual o reconhecimento não seria possível. Neste sentido, juntaram-se os tenentes-coronéis Ferreira do Amaral e Francisco Aragão.

Organizados os estatutos, provisoriamente aprovados pelos ministros da Marinha, Guerra e Colónias, realiza-se a 16 de Outubro de 1923 uma reunião magna, na qual participaram os três membros do comité fundador, o tenente-coronel Ferreira do Amaral, Manuel Gonçalves de Carvalho, Eduardo Romero, José Esquivel, Alberto Mac-Bride, Carlos Olavo e Manuel Gonçalves Monteiro. Nesta assembleia analisaram-se os trabalhos realizados, os núcleos constituídos, a projecção de obra, e fez-se a entrega dos poderes à nova direcção nomeada[313].

Inicialmente, a instituição despertou grande desconfiança das forças de poder, pois «receavam que ela encobrisse desígnios políticos, parecia-lhes ver entre a sua constituição e a sua organização das hostes fascistas um parentesco que os preocupava, e algumas medidas foram tomadas no sentido de contrariar a sua formação»[314]. No entanto, em resultado do grande esforço e pressão dos homens que encabeçaram o movimento, em Outubro de 1923, os estatutos seriam finalmente aprovados por António Maria da Silva, sendo oficializada em *Diário de Governo* a 22 de Janeiro de 1924 por ordem do Ministro da Guerra, major Ribeiro de Carvalho que, sabendo das condições precárias da instituição, concedeu provisoriamente um espaço na Direcção de Arma da Aeronáutica para ali se instalar[315].

---

312 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 23.

313 Esta era formada por Eugénio Carlos Mardel Ferreira (presidente); Afonso Júlio Cerqueira (vice-presidente); Manuel Gonçalves de Carvalho (1.º tesoureiro); Eduardo Romero (2.º tesoureiro); João Jaime Faria Afonso (1.º secretário); Faria Pereira (2.º secretário); Alberto Mac-Bride (bibliotecário); José Esquivel e Carlos Olavo (vogais). À altura da sua constituição formal, era composta por 14 agências; 8 subdelegações; 3 delegações, num total de 3 mil sócios. A sede situava-se provisoriamente nos escritórios de Faria Afonso, na Rua de S. Paulo, em Lisboa (Cf. LC, 16 de Outubro de 1923, Acta n.º1, p. 3).

314 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 29.

315 Cf. Portaria n.º 3:888 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 22, 29 de Janeiro de 1924.

Com sede em Lisboa, a Liga estabelece como fins a protecção e auxílio àqueles que dela fazem parte, a defesa dos interesses patrióticos, a promoção dos benefícios gerais pela sua influência directiva, o estabelecimento de «pensões e socorros a todas as vítimas da Grande Guerra e suas famílias» e o desenvolvimento de uma acção de «propaganda do país no estrangeiro, servindo-se para este fim, principalmente, do intercâmbio com as associações congéneres existentes nos diferentes países estrangeiros» (art. 2.º).

Visa, essencialmente, «todos os combatentes portugueses da Grande Guerra que hajam prestado serviço em campanha nos exércitos ou armadas nacionais ou das nações aliadas» (art. 4.º), mas agrupa-se em três categorias de sócios. A saber: «Só podem ser admitidos como sócios ordinários ou extraordinários os indivíduos que tenham, além das demais condições impostas nestes estatutos, os seguintes requisitos: 1.º serem portugueses e maiores de vinte e um anos; 2.º a) haverem sido combatentes na Grande Guerra, [sócios ordinários] ou b) serem filhos barões órfãos de pai combatentes da Grande Guerra, ou ainda; c) ser viúva de ex-combatente e não haver casado de novo [sócios extraordinários]» (art. 5.º). Ainda se acrescenta a categoria de sócio de honra, que são «todos os indivíduos ou colectividades nacionais ou estrangeiros a quem o núcleo central director, por unanimidade de votos, e por proposta da direcção, duma das agências gerais ou sub-agências, aceite» (art. 8.º).

Aos sócios ordinários e extraordinários são atribuídos os deveres comuns de «prestar a esta associação e seus filiados o seu auxílio e valimento por todos os meios possíveis, perante qualquer pretensão legítima dos mesmos; munir-se do seu cartão de identidade, que deverá ser assinado pelo presidente e secretário da direcção da agência geral, agência, sub-agência ou delegação que os admitiu, e apresentá-lo sempre que lhe seja pedido. Satisfazer mensalmente, semestralmente ou anualmente a cota com que deseja contribuir» (art. 10.º).

Organicamente, a Liga é composta por um núcleo central director, tendo a ele subordinadas agências gerais (*nas capitais de distrito e das províncias ultramarinas*); agências e sub-agências (*cidades não capitais de distrito do continente e nas capitais dos distritos ultramarinos, sendo as primeiras autónomas e ficando as últimas subordinadas às agências existentes nas capitais das respectivas províncias*); e delegações (*filiadas nas agências gerais, agências ou sub-agências não autónomas, que não sejam cidades e em todos os pontos de províncias ultramarinas e países estrangeiros em que a sua existência se julgue conveniente*) (art. 5.º).

No capítulo X dos estatutos trata-se do núcleo central director, cujos poderes residem essencialmente «na junta central, a qual delega estes poderes para efeitos administrativos e de expediente na direcção da Liga». Na junta central (JC) têm assento os presidentes das assembleias-gerais, das agências gerais, agências e sub-agências; na direcção central (DC), nove sócios ordinários, que não integrem qualquer outro corpo directivo, eleitos em sessão da junta central e renováveis anualmente nos seus dois terços (art. 34.º e 48.º).

À falta de fontes, os relatórios da Direcção Central (DC), as suas actas, transcritas a partir do ano de 1926 no jornal *A Guerra*, assim como o conteúdo desta publicação, fornecem um conjunto informativo de realce para a compreensão desta instituição. Isto, porque é a nível da DC que são tomadas as resoluções, reflectindo mesmo o que acontece ao nível dos núcleos locais. Competia à DC a decisão sobre os casos de pensões e subsídios a atribuir, a formação e suspensão de núcleos locais, a aceitação ou nomeação de quadros de membros de administração das mais variadas agremiações, os financiamentos especiais, e as representações e reivindicações públicas.

Depois de aprovada, instalada e regulamentada, era necessário garantir o crescimento e aceitação da LCGG através de uma campanha junto dos dirigentes da República, funções de que se incumbiram os deputados Pires Monteiro[316] e Joaquim Ribeiro, conseguindo a adesão como sócios de todos os parlamentares combatentes, independentemente da sua cor política.

A 23 de Fevereiro de 1924, foi oficialmente inaugurada a nova sede, com a presença das mais altas figuras de destaque, nomeadamente o Ministro da Guerra, António Ribeiro de Carvalho; Ministro da Marinha, comandante Pereira da Silva; Presidente do Ministério, Álvaro de Castro; generais Garcia Rosado, Sinel de Cordes, Abel Hipólito, Pereira Bastos; Jaime Cortesão; José Pontes; António Pinto Bastos, chefe das enfermeiras portuguesas; representantes da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade Histórica da Restauração de Portugal; da União dos Antigos Combatentes Franceses residentes em Portugal; da Cruz Vermelha Portuguesa, entre outras representações nacionais

316 Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro participou na expedição ao Sul de Angola em 1915, integrou o CEP (1917-1918) e leccionou na Escola do Exército (1912-1927). Filiado no PRP, no Partido Reconstituinte e na Acção Republicana, tomou parte activa na defesa contra as investidas monárquicas. Teve assento na Câmara dos Deputados por Santo Tirso de 1922 a 1925, titular da pasta do Comércio entre 6 de Julho e 22 de Novembro de 1924 (Cf. Marques (coord.), *Parlamentares e Ministros*…, 311).

das Forças Armadas e da imprensa, bem como representantes internacionais. Discursaram, entre outros, o presidente da Liga coronel Mardel Ferreira; o tenente-coronel Ferreira do Amaral; Alberto Mac-Bride; o capitão Carlos Selvagem (representante dos combatentes de África); e o tenente-coronel Henrique Pires Monteiro.

Finalmente, a Liga encontrava-se com estatutos aprovados, sede, patrocínio dos poderes públicos e apoio dos combatentes, iniciando um período de regular funcionamento, marcado por uma consolidação interna e expansão.

As primeiras campanhas de divulgação foram muitas, mas nem sempre concretizadas, como é o caso da ideia de leitura dos nomes de todos os mortos da guerra pelos párocos das freguesias, iniciativa que nunca se veio a concretizar. Também não se concretizou a nomeação de sócios de honra de todas as nações aliadas e figuras de relevo da vida nacional, como a rainha da Holanda e da Bélgica e António Bandeira (Ministro da Holanda, pelos serviços prestados aos prisioneiros de guerra).

Propõe-se, seguidamente, uma análise evolutiva desta associação, passando pelo delinear funcional da instituição, pela assistência, pelas conquistas legais, pelas comemorações e, por fim, pela inserção nos processos de transformação política. Cumpre, pois, a chamada de atenção: a LCGG, tal como as congéneres europeias, não era apenas um motor de contestação, reivindicação e protecção … ia mais além, isto é, ingressava no discurso e imaginário rememorativo.

IV. 2.2. A evolução institucional

Em Julho de 1925, pela primeira vez são democraticamente eleitos os órgãos administrativos formais – eliminando-se os menos funcionais: Conselho Supremo, Junta Central e Direcção Central[317]. O objectivo era regulamentar a estrutura da instituição, depois de um período de organização, instalação e expansão. Decidiu-se a

[317] Conselho Supremo: com funções apenas simbólicas composto pelo Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes; Ministro da Guerra, António Maria da Silva; Ministro da Marinha e o Presidente da Junta Central, capitão-de-fragata Augusto Pereira da Silva; general Tomás António Garcia Rosado, general Manuel de Oliveira Gomes da Costa, general José Augusto Simas Machado; general Roberto da Cunha Baptista; capitão-de-fragata Afonso Júlio de Cerqueira; bispo de Beja D. José do Patrocínio Dias e Reinaldo dos Santos. Mesa da Junta Central: José de Campos Rego, presidente; Ricardo Malhou Durão, 1.º secretário; Décio Pereira Coutinho, 2.º secretário. Direcção Central: Eugénio Carlos Mardel Ferreira, presidente; António Germano Ribeiro de Carvalho, vice-presidente; Augusto Campilho Lima Barreto, primeiro tesoureiro; João Jaime Faria Afonso, 1.º secretário; João Pires Carvalho, 2.º secretário; José de Sousa Carrusca, bibliotecário; Carlos Ludgero Antunes Cabrita, 1.º vogal; Fernando Martins Pereira, 2.º vogal.

suspensão de órgãos com funções apenas nominais, bem como o robustecimento e consolidação das agremiações "úteis" distribuídas pelo país e consequente extinção daquelas pouco funcionais[318]. Apesar das tentativas, ainda não seria possível criar a agência geral de Luanda, sub-agências de Huila e Huambo, agências gerais do Brasil e da Flandres.

A par das transformações políticas que determinaram o fim da I República, a LCGG seria afectada por uma grave crise em 1926.

No dia 5 de Março de 1926 iniciou funções a nova direcção mas, fruto da incompatibilidade de alguns membros e dos desentendimentos com a direcção da revista *A Guerra*, foi suspensa[319]. As dissidências entre combatentes resultam na demissão da direcção, assumindo Faria Afonso todas as funções administrativas por um mês, até que fosse possível normalizar a situação. Acresce a imposição governamental, sem qualquer explicação, para o abandono da sede, situação gravosa devido à falta de dinheiro. Osório de Castro, mantendo relações muito próximas com a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), consegue a concessão de um espaço na sede desta associação na Calçada dos Caetanos, passando gradualmente para lá todas as suas dependências, onde permanece até aos dias de hoje por doação da Cruzada.

A 19 de Agosto de 1926, foi eleita a nova direcção[320]. A primeira decisão foi escolher a direcção da revista, seleccionando-se para director Jaime Cortesão, o qual não chegou a tomar posse por razões de sobreposição laboral e foi substituído por Assis Gonçalves, tendo como secretário da redacção José dos Santos, como editor Morais Neves, e como secretário da administração António Antunes.

Nomeada esta direcção, inicia a Liga uma fase regular de trabalho, abandonando o carácter embrionário para levar a cabo as "grandes realizações".

A gerência de 1927 a 1928 será marcada por dois factores que permitiriam o seu real crescimento: a criação e aprovação da *Lei do selo das ressalvas militares* que

---

318 Seriam extintas as de Alenquer, Arcos de Valdevez, Arouca, Avis, Condeixa, Castelo de Vide, Crato, Cartaxo, Sesimbra, Chamusca, Castelo de Paiva, Bombarral, Castro Verde, Cuba, Constança, Freixo de Espada à Cinta, Gavião, Felgueiras, Lousada, Monção, Mação, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Odemira, Ourique, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Paços de Ferreira, Serpa, Sousel, Vila Nova de Gaia, Lagos e Vila Flor. Criadas novas delegações como Estremoz, Santo Tirso, Trancoso, Chaves e Santa Clara; e sub-delegações de Neuve-Chapelle (inaugurada a 20 de Novembro de 1925) e a delegação de Nova Goa (inaugurada a 25 de Novembro de 1925).

319 Não se sabe, no entanto, quais as razões que determinaram a suspensão.

320 Na mesa da Junta Central: o presidente, João Carlos Craveiro Lopes; 1º secretário, Guilherme Carlos Oom; 2º secretário, Carlos Lamas. Na Direcção Central: o presidente, Osório de Castro; vice-presidente Alberto Mac-Bride; 1º tesoureiro, Jaime Cortesão; 2º tesoureiro, António Antunes, 1º secretário, Faria Afonso; 2º secretário, Assis Gonçalves; 1º vogal, (dr.) Estanco Louro; 2º vogal, (dr.) Morais Neves.

garantiria a sua relativa autonomia financeira e a assistência aos combatentes (embora esta fase administrativa seja marcada por um saldo negativo); a filiação na *Fédération Interalliée des Anciens Combattants*, possibilitando «defender além fronteiras os interesses da Nação gravando gratuitamente o nome de Portugal na memória das nações aliadas»[321]. Ainda com esta gerência procedeu-se à regularização dos serviços internos, bem como à uniformização do sistema nacional dos serviços das delegações e agências locais.

A 1 Julho de 1928 assume funções uma nova administração[322], a qual manterá, de uma forma geral, a maioria dos seus membros e a linha de acção na gerência de 1930 a 1934.

No estudo da evolução das componentes orgânicas da Liga, cabe aqui apenas a análise da mesma enquanto parte activa na determinação pública do processo de rememoração da guerra – uma análise de cima para baixo, do centro para a periferia. Assim sendo, apesar de importante, o estudo da acção local da LCGG não tem neste trabalho o espaço e o tempo que merecia.

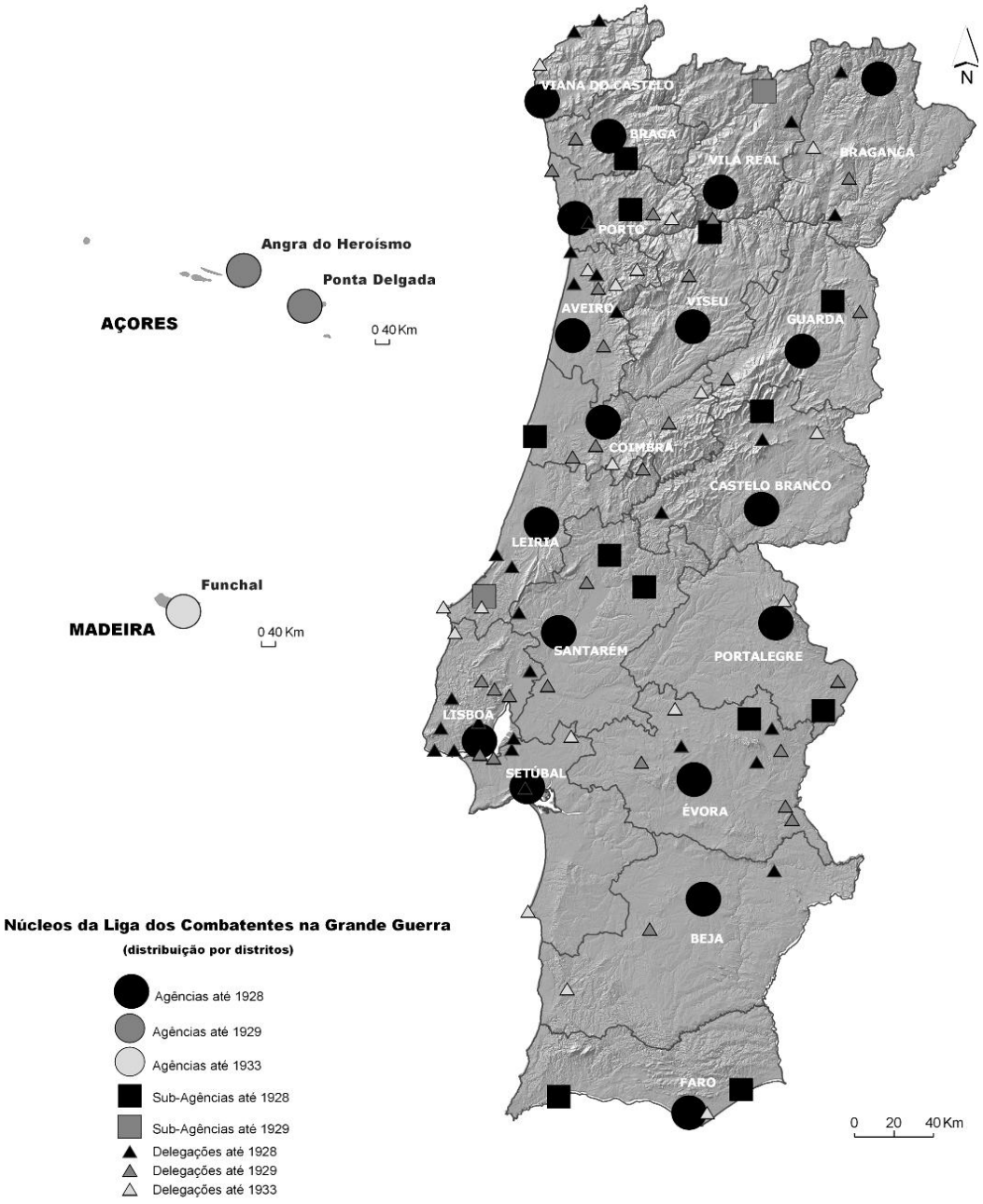
A evolução dos núcleos da mesma instituição é muito evidente nestes primeiros anos da sua existência até à década 30 – com uma implantação geral pelo país, mas com as devidas reestruturações, suspensões, consolidações e gradual expansão externa. Destaque-se a criação ou reactivação, entre 1931 e 1934, dos núcleos de Lobito, Inhambane, Beira, Boulogne-sur-mer; Sains-en-Gohells Soissons, Lille, Sines, Redondo, Mirandela, Mértola, Entroncamento, Baião, e Anadia. A centralidade e importância de cada um dos núcleos manifestam-se nas muitas lutas e reivindicações públicas nacionais e locais assumidas por cada um deles. No entanto, não são muitos os dados que permitem analisar a evolução da propagação da LCGG e o número dos respectivos sócios no período em estudo.

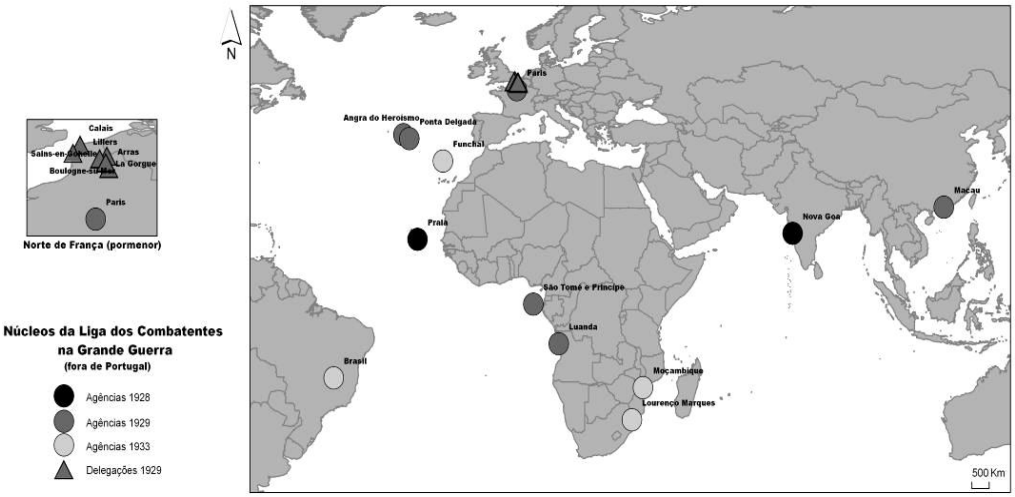
---

321 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 116-124.

322 Mesa da Junta Central: presidente, capitão-de-fragata Fernando Augusto Pereira da Silva; 1º secretário, Silvério da Fonseca Lebre; 2º secretário, tenente Horácio de Assis Gonçalves. Direcção Central: presidente, coronel João Craveiro Lopes; vice-presidente, Alberto Mac-Bride; 1º tesoureiro, José Maria de Magalhães Pinto Ribeiro; 2º tesoureiro, António Antunes; 1º secretário, João Jaime Faria Afonso; 2º secretário, capitão David Aboim; 1º vogal, Eduardo dos Santos Marcelo; 2º vogal, Mário da Silva Nazário. Devido às funções que Craveiro Lopes exercia no Norte do país, foi substituído por Mac-Bride.

Mapa I. Núcleos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1924-1933)





Fonte: (Mapa realizado pela autora a partir de) LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929); LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1931); LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1934).

IV. 2.3. Os membros e as agremiações

Os primeiros dois relatórios de gerências não fornecem dados claros sobre o quantitativo de aderentes, mas referem já, no primeiro ano depois de oficializada a Liga, possuir 1 798 membros, valor que veio a aumentar entre o ano de 1928 e 1929, para o qual dispomos de dados mais específicos.

Em Dezembro de 1935, apresenta-se um total de 30 943 sócios, sendo visível o aumento de sócios combatentes e beneméritos e uma diminuição dos de honra, que nesta fase desaparecem do estatuto de sócios da LCGG. Trata-se de um acréscimo considerável, se for tido em conta o ano de 1929 ou o distanciamento temporal da guerra, que não é indiferente ao novo enquadramento que as associações auferem neste contexto político.

Quadro III. Evolução (não sequencial) do contingente de membros da LCGG

	1928	**1929**	**1935**	**1937**
Honra	50	94	78	81
Beneméritos	308	1 132	3 372	4 125
Extraordinários	423	678	1 695	2 171
Combatentes	19 361	20 000	25 798	26 696
Total	**20 142**	**21 904**	**30 943**	**32 973**

Fonte: (Quadro realizado pela autora a partir de) LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), 254; LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1936), mapa n.º 10; LCGG, *Relatório da Gerência de 1937* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938), 152-159.

Os primeiros anos da LCGG são marcados por um forte e complicado esforço de expansão, quando ainda pouco ou nada havia sido feito pelos combatentes e o contexto nacional e internacional (aproximação de associações de antigos combatentes de movimentações políticas extremistas, como na Alemanha e Itália) dificultava a aceitação deste tipo de iniciativa de grupo. O primeiro núcleo da instituição será, de resto, estabelecido em Pinhel numa tentativa de se afastar da crítica pública que na capital se fazia sentir, pois era visto como um "movimento de camisas negras".

Na acta da primeira reunião aparecem já constituídas: 14 agências; 8 sub-agências e 53 delegações, sendo que cerca de metade dos responsáveis ou presidentes de cada um destes núcleos não eram militares, nem indivíduos das classes mais baixas da sociedade[323]. Quando se publica o primeiro relatório (1929), a Liga comportava 18 agências, 12 sub-agências e 24 delegações[324]. Trata-se, no entanto, de estruturas que vieram a sofrer remodelações. A grande transformação faz-se nas gerências de 1928-1929 com um aumento de 40 núcleos (5 agências, 2 sub-agências, 33 delegações), mantendo-se este número estável, com uma expansão pouco considerável. Esta gerência é, como já se referiu, extremamente marcante na vida da instituição. Além do já referido aumento de agremiações em território nacional, existe um claro investimento na expansão além fronteiras, como em França e nas possessões portuguesas em África.

O verdadeiro salto na expansão e implantação do movimento combatente verifica-se, assim, nos primeiros anos de vida, sendo que não diferia da reacção nacional de recuperação com uma diminuição do défice das contas públicas.

Os dados patentes no mapa de 1935 permitem, pela primeira vez, fazer uma apreciação, não só do número e categoria de sócios, bem como da sua distribuição. Mantém-se uma continuidade nas agremiações com maior número de membros, revelando-se a sua intensa actividade, mas da qual temos poucos dados, à excepção

323 Metade dos nomes de "Presidentes" enunciada na primeira acta da Liga de Combatentes possuía o título "Doutor". Esta é provavelmente a única análise que se pode fazer dos membros que a compunham, sendo os demais analisáveis pelo número de sócios.
324 Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1936), mapa n.º 10.

do Porto, cuja actividade é relatada pela imprensa local, e Coimbra, que possui um órgão de imprensa próprio através do qual nos chega informação também relativa a outros núcleos da região, *A Voz do Combatente*[325].

Os núcleos locais assumiam uma grande importância no funcionamento geral da Liga garantindo o contacto directo com os combatentes. Seriam responsáveis por dinamizar, e proporcionar a assistência e formas de reintegração no contexto de uma realidade de pós-guerra, nada favorável. No estreito diálogo com o centro administrativo, solicitavam apoios em formato pensão/subsídio ou, junto das entidades locais, recrutavam benefícios para os seus sócios, nomeadamente internamentos e consultas gratuitas ou com redução. Criavam espaços de tratamento e auxílio a combatentes e seus dependentes, como é o caso das colónias balneares infantis. Além da assistência, estes núcleos locais poderiam servir como centros de encontro e espaços activos de renovação local dos rituais de rememoração da participação portuguesa na guerra. Reproduziam, a nível local, as directivas da DC – assistência, propaganda e rememoração.

A fronteira colocada a esta investigação – uma *análise de centro* – coloca, como já disse, à margem o estudo alargado dos núcleos locais, para os quais a informação não abunda. Aproveitar-se-á, ainda assim, alguns dados provenientes do periódico da agremiação de Coimbra, *A Voz do Combatente,* que, além de artigos de índole geral, fornece, em quase todos os números, uma abordagem dos trabalhos, sócios e contas auferidas por núcleos locais que estariam sob a sua tutela ou próximos.

No ano de 1934 seriam cerca de 24 851 sócios agrupados em 87 núcleos, categorizados assim: 21 326 combatentes; 1 335 extraordinários; 2 190 beneméritos. Em Junho de 1935, verifica-se que só 76 destes núcleos trabalhavam com regularidade e 11 eram quase inexistentes. Assim sendo, no final desta CCA (1934-1935), existiam mais 29 núcleos e 6 092 sócios.

Os relatórios produzidos na década 30, mais especificamente depois da gerência de 1934-1935, desenvolvem os trabalhos de cada agência de forma individualizada, permitindo constatar o movimento de membros e de pensões e subsídios para cada agremiação, sendo que se pode considerar que as agências de Lisboa, Porto, Coimbra, a delegação de Oeiras e Sintra, depois as agências de Braga e

[325] Assim, ordenam-se as agências, segundo o número de sócios: Lisboa (11 277); Porto (3 347); Coimbra (1 397); Oeiras (785); Viseu (740); Portalegre (662). Importa destacar o facto de Oeiras ser uma delegação e não uma agência, ou mesmo, Figueira da Foz que sendo sub-agência, possui 429 sócios. Esta hierarquia de distribuição mantém-se, na sua generalidade, nos anos seguintes.

Aveiro, apresentam a maior circulação. Destaque-se, nesta fase, os núcleos criados em algumas cidades estrangeiras, como Paris, Londres, Boulogne-sur-mer, Lille, Rabat, Rio de Janeiro[326].

IV. 2.4. Os meios financeiros

Os primeiros anos de existência da associação foram marcados por fortes dificuldades financeiras. Inicialmente, tinha como receita única as quotas dos seus associados[327], num regime de quotização livre, insuficiente para manter os sócios, que viviam na miséria e cujas pensões estatais tardavam em chegar.

Assim, foi necessária a obtenção de fundos suplementares às concessões oficiais. Nesse sentido, a LCGG conseguiu obter provimentos através da realização de diversas iniciativas como: eventos culturais ou desportivos; procura de concessões particulares individuais ou colectivas e de entidades oficiais[328]; obtenção de 10% do lucro da emissão dos selos comemorativos do raid aéreo a Macau; isenção de franquias postais; cobrança dos cartões de identidade (em vez de serem gratuitos passavam a custar 1$00); atribuição do diploma de sócio, que poderia ser adquirido por 2$50 (2 de Outubro de 1926); e, mais importante, a permissão para a aposição de um selo de 10$00 às ressalvas militares, cujo lucro revertia totalmente para a instituição (apenas aprovado em 1927). Este rendimento permitiu substituir, em certa medida, aquele que deveria ser o financiamento ministerial.

A Liga debateu-se, no ano de 1927, com a maior crise financeira desta primeira fase:

> de todos os lados surtiram pedidos de pensões, que se tornava impossível atender na sua maior parte. A miséria era infinita nas fileiras dos combatentes. A falta de saúde e a crise do desemprego impunham aos nossos camaradas as mais torturantes privações. […] Os ordenados do pessoal da secretaria também absorviam uma soma avultada. No final da gerência tinha-se gasto em 'despesas gerais' 26.306$01. A situação

326 Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935…,* 60-63.
327 Cf. Art. 10.º da Portaria n.º 3:888 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 22, 29 de Janeiro de 1924 – Estatutos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
328 A exemplo os apoios concedidos, quer de privados individuais ou colectivos, quer de públicos: Companhia dos Açúcares de Angola; *Diário de Lisboa*; *Société Amicale des Combattants de la Grande Guerre*; Núcleo de Ressurgimento Nacional; Capitão Nuno Álvaro Brandão Antunes (1923-1925); peditório feito no Politeama; Mário Ribeiro (proprietário do Club Bristol); Ministério do Trabalho (por meio dos Seguros Sociais Obrigatórios de Previdência Social); Junta de Freguesia de Monte Pedral; Junta Geral do Distrito de Santarém; Associação Comercial; Coronel Craveiro Lopes (fruto da festa desportiva realizada na Índia Portuguesa); Francisco Pereira dos Santos; Câmara Municipal de Vila Nova de Portimão; *Comité des Secours aux Prisonniérs de Guerre*; José de Pina Cabral – Governador Civil de Coimbra; Junta Geral de Coimbra; Governador Civil de Coimbra (1925-1926); etc.

> chegou a tal extremo, que em sessão de vinte e quatro de Março [1927] era resolvida reduzir a metade, a partir do mês seguinte, as pensões pagas pelo cofre da Direcção Central, providencia que vigoraria até que a situação melhorasse. Mas a situação não melhorava, antes se agravava dia a dia. A crise do desemprego, que de longa data se vinha fazendo sentir, atingiu os meses de Abril e Maio de 1927 umas proporções tais, que ninguém podia prever até onde nos levaria[329].

Evidenciava-se, cada vez mais, o abandono a que os antigos combatentes foram votados, constatando-se, em contexto de crise, a diminuição de alguns dos proventos de solidariedade que alimentavam a assistência da LCGG ou, individualmente, para com estes homens.

Várias foram as comissões de combatentes que solicitaram ajuda junto da DC pela miséria em que viviam. Em sessão de 21 de Abril de 1927, a Liga decidiu recorrer ao Ministro da Guerra de forma a colocá-lo a par da "situação desesperada" em que se encontravam os sócios da Liga:

> Exmo. Sr. Ministro da Guerra. A Direcção Central da Liga dos Combatentes vem pedir o auxílio de V. Exa. para que atenuada seja a situação de lancinante miséria em que se encontram algumas centenas de combatentes. Sendo já agravada a crise de chômage que o país vem atravessando […] A tuberculose e todo o cortejo de horrores, numa existência de martírios, lhes invadirão os lares infernizando-lhes os dias derradeiros da sua vida. Antes, Exmo. Sr., eles tivessem morrido na guerra do que terem regressado a seus lares, assim agora tão miserandos e opobrisados. Casados, com os filhinhos pedindo pão e nem uma migalha ao fundo da mesa com que lhes possam atenuar a fome. As esposas esqueléticas e andrajosas, ao canto de um covil, de olhar suplicante e amortecido! Elas, que se haviam unido àqueles valentes, confiadas na protecção do seu braço e na virtude de combatentes… a desonra, Exmo. Sr., pode vir atrás de tudo isto… e depois, a vergonha do lar, o crime e a prisão! […] Chegam-nos às mãos a cada momento, de todos os pontos do país e por intermédio das nossas Agências, dolorosas exposições bem comprovativas desta verdade tão dura … e uma viva multidão corre até nós pedindo amparo e pedindo pão[330]!

Encontraram-se com o tenente-coronel Passos e Sousa (Ministro da Guerra) a 22 de Abril, explicaram a situação e entregaram um pedido formal. David Aboim publica vários apelos para sensibilização das entidades oficiais à situação de desespero, fundamentalmente de desemprego:

> tanto em Lisboa como pela província, desde Valença do Minho a Vila Real de Santo António, não se descobre trabalho em que se empregue os dois braços de um homem. Quanto à fome deixa de ser uma cediça figura de retórica para entrar no ciclo das realidades brutais, torna-se mister lembrar aos condutores do Carro do Poder, que governar é precisamente promulgar um conjunto de medidas tendentes a dar ao

[329] LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1931), 93.
[330] LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929*…, 199-200, Doc. 22.

> povo as mais fáceis condições de vida. Esta crise tremenda que alastra pelo país, está atingindo, de forma confrangedora, os lares dos antigos combatentes da Grande Guerra, que já pensaram nalguns pontos, em fazer peditórios pelas cidades. Enquanto eles partiam para os campos de batalha, onde lutavam e sofriam, muitos dos que ficavam saboreando as delícias de Cápua, arrecadavam fartos lucros nos ventres dos cofres fortes. Não será chegado o momento da Nação se lembrar de cumprir o seu dever para com quem, na hora própria não hesitou em cumprir o seu[331]?

Na sequência destas problemáticas e apresentadas as críticas ao Ministro da Guerra, este emanará um diploma criando o selo das ressalvas militares, uma velha aspiração da Liga, que providenciaria o seu maior provento ao longo dos anos[332].

Mais ou menos regulares se mantiveram as origens dos fundos da instituição, a nível central, sendo que podiam variar de acordo com os fornecimentos locais ou mesmo com as "tendências" políticas contemporâneas. Assim, acrescentaram-se outras iniciativas que iriam ser actividade recorrente nas datas mais significativas, a exemplo disso, a venda dos Fósforos *Combatente* e do Capacete, o Natal do Combatente, entre outras[333].

Não é possível ter valores para todas as gerências da Liga do período em estudo, mas podemos verificar que, para os anos em consideração, os dados não são persistentes. Fornecidos pelos diversos relatórios de gerências, verificamos, desde a fundação da Liga, e apenas no período de 1928-1929, uma larga subida dos valores que circulam nas caixas da Direcção Central (Quadro IV).

Depois da crise de 1926, a manutenção geral dos membros directivos permite uma estabilização institucional e continuidade de acção, garantindo maior dinâmica e sucesso no apoio aos combatentes.

Temos, assim, para o período em análise, duas fases de gerências. Numa acção de continuidade, como os próprios relatórios e a sua produção o indicam, a implantação da Liga dá-se de 1923 a 1929, quando se constata o valor mais alto da primeira fase. Uma segunda fase inicia-se depois, até 1934, para a qual não se possui tantos relatórios, ocorrendo um aumento do valor em circulação na caixa da DC.

Conclui-se que as grandes realizações da Liga são marcadas por ciclos com bloqueios mais ou menos problemáticos no ano de 1926, 1930 e 1934, período em

---

331 David Aboim, "Crise de trabalho". *A Guerra*, ano 2, n.º 17, Maio de 1927, p. 7. Também se pode encontrar sob o título "Os combatentes teem fome", ano 2, n.º 19, Julho de 1927, p. 21.

332 Cf. Decreto n.º 13:670 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 147, 13 de Julho de 1927: «Em todas as 'ressalvas definitivas' será aposta pelos mancebos isentados do serviço militar, e no momento da isenção, uma estampilha no valor de 10$00» (art. 1.º).

333 Cf. LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934), 22-23.

que se encerra esta análise. Como é visível no quadro abaixo apresentado, os valores mais altos verificados na caixa da DC contam-se nos anos de 1929 e 1933, correspondendo ao final de ciclos administrativos[334].

Quadro IV. Movimento geral de "caixa" da Direcção Central (valores totais)

Gerência/Ano económico	Despesas gerais da DC	Movimento geral da caixa da DC
1926-1927	26.306$01	183.093$30
1927-1928	52.261$80	216.734$73
1928-1929	61.783$28	533.734$70
1932-1933	566.043$43	648.409$95 (saldo positivo)
1933-1934		527.351$27
1934-1935	490.200$00	214.922$55

Para os anos de 1923-1925, 1925-1926, 1929-1930, 1930-1931 e 1931-1932 não existem dados fornecidos, uma vez que não foram produzidos relatórios de gerências.
Fonte: LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), 224-225 (1926-1927 – Despesas gerais); 236-237 (1926-1927 – Movimento geral), 250-251 (1927-1928 – Despesas gerais) e 252-253 (1927-1928 – Movimento geral).

IV. 3. A Liga dos Combatentes da Grande Guerra: acção

IV. 3.1. A política de assistência

A acção de assistência da Liga constituía a maior de todas as suas causas.

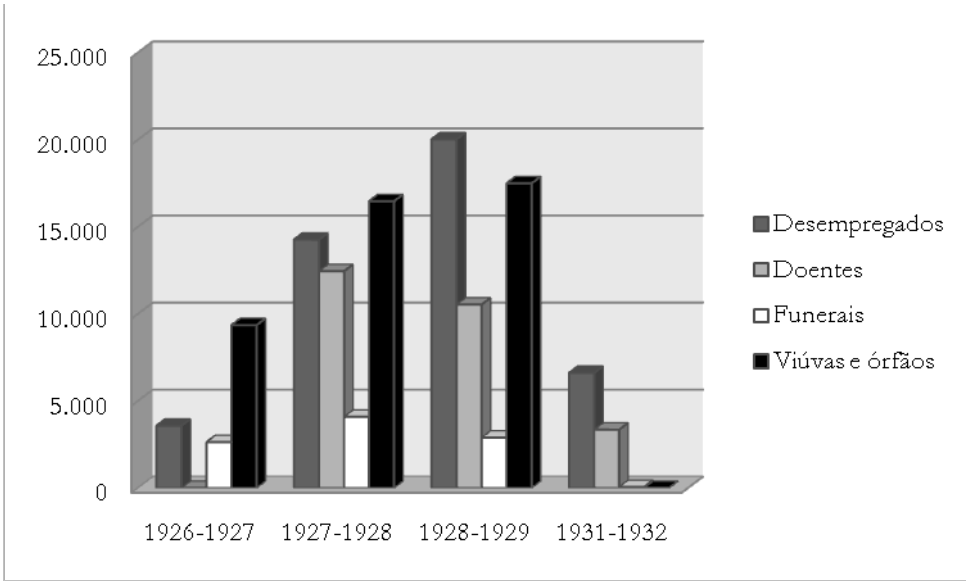
Inicialmente, a LCGG procurava através do seu reduzido fundo de maneio prestar a assistência mínima, avançando com requerimentos junto das entidades oficiais. Os pedidos eram direccionados pelas delegações locais e, posteriormente, avaliados pela DC, sendo depois ou enviados para entidades estatais ou, caso estivesse nas condições da Liga (o que não acontecia nos primeiros anos), seria concedida assistência directa pela instituição.

A assistência directa comportava duas modalidades: a concessão de um subsídio (pagamento de uma só vez) ou de uma pensão (pagamento mensal de uma

[334] Coloca-se aqui ainda um quadro das despesas feitas nos primeiros anos até 1929, permitindo constatar os valores que são despendidos por categoria. Depois de 1933, e já considerando a reforma legal de Maio de 1934, os relatórios de gerências são apresentados com outra configuração.

quantia que normalmente não ultrapassava os 100$00). Na gerência de 1925-1926 foram, porém, atribuídas concessões extraordinárias aquando das comemorações do 11 de Novembro e do 9 de Abril.

Gráfico V. Assistência (pensões/subsídios) oferecida pela LCGG[335]



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), 43-46 (1923-1925), 69-74 (1925-1926), 96-105, (1926-1927), 140-153 e 247 (1927-1928); LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934).

Numa análise dos quadros de atribuição de pensões por ciclos de gerências, constata-se um alto valor de pensões atribuídas na gerência de 1929 que, comparando com os demais anos, vem confirmar não só a maior estabilidade e expansão da instituição, como um aumento do número de sócios.

Os subsídios podiam destinar-se a funeral, doença, desemprego e auxílio, sendo que uma apreciação separada destes valores só vem a acontecer depois de 1929. A questão do desemprego é aquela que afecta a maior parte dos combatentes e, como tal, é razão para a atribuição da maioria dos subsídios.

Importa ressalvar o alto valor de subsídios atribuídos a não combatentes, nomeadamente aos seus dependentes – o valor mais alto registado é o de 1926-1928. Estes valores revelam a importância da LCGG na criação de apoios aos dependentes

[335] Estes dados são apresentados por ciclo de gerência. Anexo IV. 1. Relação de pensões e subsídios pagos pela tesouraria da Direcção Central (1923-1935); 2. Evolução de "despesas gerais" (exemplificativo) da Direcção Central (não inclui pensões e subsídios).

dos combatentes, uma vez que a ausência de um impacto directo e visível da guerra em Portugal manteve estas vítimas num generalizado esquecimento[336].

Não podendo responder à maioria dos pedidos, uma vez que o sistema de cotas não o permitia, a LCGG procurou sempre a obtenção de vários benefícios para os seus sócios. Foram conquistadas, assim, várias regalias: facilidades e descontos para os combatentes em consultas médicas, farmácias, internamentos hospitalares, serviços de advocacia e em diversos estabelecimentos com os quais estabelecia acordos; estatuto preferencial dos filhos dos combatentes no ingresso ao Instituto de Pupilos do Exército, Instituto Feminino de Educação e Trabalho e Casa Pia de Lisboa; procura de emprego para os combatentes desempregados em funções públicas; subsídio de enterro para os que morriam sem condições; apresentação, junto das instituições oficiosas, dos recursos dos sócios; criação de escolas para filhos de combatentes e colónias balneares[337].

Algumas ideias assistenciais ficaram, ainda, por cumprir, apesar de esboçadas entre a década de vinte e inícios dos anos trinta, como a criação do Crédito do Combatente; a instalação do Lar do Combatente em Arouca ou qualquer outra localidade; a execução da circular n.º 1:235 relativa à publicação da Baronesa de Vale de Mata; e a identificação da Liga como instituição de utilidade pública.

A observação seguinte marca o patamar (ou a percepção política) da conquista assistencial atingido pela LCGG:

> A Liga transformava-se assim num precioso elemento de coadjuvação dos dirigentes da Nação, procurando soluções para casos difíceis, substituindo-se a eles, muitas vezes, nos socorros que prestava, e aliviando-os do enorme peso que representava essa massa imensa de gente sem pão, sem saúde e sem trabalho, que a ela ininterruptamente recorria e que, na sua falta, dirigiria os passos para as portas dos Ministérios, onde iria expôr, num estendal arrepiante de miséria, a sua fome e as suas enfermidades, onde iria implorar, suplicar, reclamar a assistência que lhe era devida[338].

A luta pelas regalias foi consistente durante o período em análise.

---

336 Segundo o relatório de gerências de 1931-1934, que nos permite uma análise discriminada da distribuição de concessões, no ano económico de 1931 a 1932, os núcleos que recebem mais apoios em pensões são, por ordem decrescente, Lisboa, Porto, Covilhã, Oeiras, Coimbra, Castelo Branco e Braga. O possível equilíbrio destes valores com o respectivo número de membros de cada agremiação não se aplica, como é o caso de Castelo Branco. A relação de subsídios é nominal, o que não permite verificar esta distribuição por agremiações.

337 Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928*…, 42-48. Neste relatório aparecem largas listas nominais dos valores de pensões e subsídios atribuídos, bem como de combatentes colocados em empregos (pp. 106-107); hospitalizações; passagens gratuitas; funerais (Alto de S. João); pensões do Estado obtidas pela Liga; clínicos, farmácias, enfermeiros, dentistas que faziam tratamentos com desconto ou gratuitos a combatentes.

338 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 82.

No entanto, as grandes conquistas, resultantes de um processo evolutivo de reivindicação, chegaram mais tarde, favorecidas pela adesão à *Fédération Interalliée des Anciens Combattants* (FIDAC), em Novembro de 1927. Tal veio marcar toda a linha de participação da Liga, conferindo-lhe uma nova visibilidade internacional.

Seria larga a lista de conquistas desta instituição. Aqui apenas se expõem aquelas que fizeram parte de um quadro mais oficial e com abrangência nacional. Na verdade, foca-se a atenção nas fórmulas legais que possam ter directa influência, participação e aplicação pela Liga.

Podemos referir, para os anos da gerência de 1923 a 1925, a nomeação de Alberto Mac-Bride, como representante da Liga para a Comissão encarregada de rever a legislação relativa aos inválidos de guerra (Portaria de 7 de Fevereiro de 1924); a isenção de franquia postal na correspondência trocada entre as agências, sub-agências e delegações da LCGG[339]; as reclamações junto do governo pela diminuição e suspensão da regalia atribuída em 1921 que dava aos combatentes da Grande Guerra preferência legal em concursos públicos[340]; a exoneração de propinas de matrícula e inscrição até ao fim do respectivo curso dos combatentes da Grande Guerra que frequentem ou vierem a frequentar qualquer curso dependente do Ministério do Comércio e Comunicações, Instrução Pública e da Agricultura (1925)[341]; a dispensa do pagamento de taxa militar os indivíduos que, tendo prestado por mais de um ano serviço de campanha em França ou em África, foram posteriormente julgados incapazes de serviço militar[342].

Nas gerências de 1925 a 1926, destacam-se as seguintes iniciativas: promoção de ferroviários combatentes da Grande Guerra; atribuição, pelo orçamento do Ministério da Guerra, da quantia de cinquenta contos destinada ao tratamento de tuberculosos sócios da Liga; autorização para que as licenças de campanha pudessem ser gozadas até 31 de Março de 1926; direito de requisição, sempre que falecesse um combatente, de um armão e respectivo pessoal para condução e acompanhamento do féretro[343]. Neste reportório, ainda podiam constar aquelas medidas que não foram concretizadas apesar de solicitação oficial, como a que o deputado Manuel Ribeiro apresentou no Parlamento sobre um projecto de apoio aos combatentes (preferência

339 Cf. Portaria n.º 4:171 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 185, 16 de Agosto de1924.
340 Esta regalia havia sido atribuída em 1921 (Decreto n.º 7:823), diminuída em 1925 (Decreto n.º 11: 211), sendo, mais tarde suspensa no Decreto n.º 7:823.
341 Cf. Decreto n.º 10:570 [Nova Publicação] – *Diário do Governo*, I Série, n.º 48, 4 de Março 1925.
342 Cf. Lei n.º 1:820 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 188, 25 de Agosto 1925.
343 Cf. *Ordens do Exército*, 1 Série, n.º 15, 1 de Dezembro 1925.

da admissão de filhos dos soldados a empregos públicos e institutos estatais), mas que não surtiu efeitos

Na gerência de 1927 a 1928 verificou-se uma forte contestação junto do poder, com a comissão presidida pelo coronel Mardel Ferreira, devido ao fim da única regalia de preferência legal dos oficiais milicianos e praças de pré para cargos nos quadros do Estado. Esta, no entanto, não teve reacção da parte do governo[344].

Tal como já fora referido, nesta fase, o Ministro da Guerra Passos e Sousa promulga o Decreto n.º 13:670 que, ao permitir a produção e venda do selo da LCGG, contribuirá para o aumento das fontes de assistência[345].

Nas gerências de 1928 a 1934, as conquistas foram claramente menores, comparadas com anos anteriores. Podemos nomear: a isenção dos combatentes de pagamento de propinas em escolas dependentes do Ministério das Colónias (19 de Julho de 1928); a isenção total ou parcial de propinas nos estabelecimentos do Ministério da Instrução para filhos de combatentes, com um vencimento mensal inferior a mil escudos (Decreto n.º 15:981 de 17 de Setembro); a ampliação da idade de candidatura para Guardas Florestais de 30 para 35 anos (Ministério da Agricultura); e, finalmente, a aprovação do Ministério da Guerra para a criação da Comissão Permanente dos Combatentes da Grande Guerra[346].

No ano de 1928 foi, ainda, autorizada a utilização do estandarte da Liga dos Combatentes da Grande Guerra em actos oficiais realizados por esta. Foi igualmente garantido aos ex-combatentes a isenção do pagamento de propinas e inscrição nos estabelecimentos de ensino dependentes do Ministério das Colónias até ao fim do respectivo curso[347]; bem como facilidades nas condições de admissão nos Hospitais Civis de Lisboa[348]. Usando como pretexto o facto de se realizar em Portugal o XIII Congresso da FIDAC, solicita-se ao Ministério da Guerra que esta instituição seja considerada de utilidade pública[349].

Apesar deste elenco de medidas, a luta pelas regalias foi longa e penosa, assumindo-se como base de toda a acção e construção do antigo combatente[350].

---

344 Esta regalia havia sido concedida pelo decreto n.º 7:823 de 1921 (art. 10.º), mas em 1925, restringiu-se a preferência absoluta apenas aos casos dos concursos documentais (decreto 11:211), sendo o benefício suspenso a 24 de Maio de 1928 (decreto n.º 15:502).

345 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928*…, 135-138.

346 Decreto n.º 20:555 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 276, 30 de Novembro 1931.

347 Cf. Decreto n.º 15:648 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 146, 27 de Junho de 1928.

348 Cf. Decreto 17:486 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 240, 15 de Outubro 1929.

349 Cf. AHM, F0, 006, L, 52, Caixa 905, n.º 2, Lisboa, 7 de Agosto de 1932.

350 Ressalve-se algumas conquistas particulares, entre outras mais temporárias e imediatas: a autorização para que filhos de combatentes sejam aceites em institutos de formação do Exército,

IV. 3.2. Dois apelos

Existem, neste contexto, dois vectores da acção que merecem ser destacados neste contexto de análise, ou pela importância que assumiram na vida da instituição ou pelo próprio realce que é dado nos relatórios de gerências da DC. Ambos corporizam a matéria-prima das acções preponderantes da LCGG em termos do seu impacto na estrutura sensorial do debate das condições de viabilidade da relação da pátria com os ex-combatentes: os inválidos – mais uma vez – e o espaço rememorativo. Ambos constituem-se em dobradiças da acção mobilizadora da LCGG. Vale, a pena, assentar os seus apelos.

A questão dos inválidos sempre fora central no quadro das preocupações da Liga; aliás terá sido uma das razões fundamentais da sua criação, que é prestar assistência a um conjunto de homens incapazes de o fazer por si mesmos e, junto das entidades de poder, reivindicar direitos para a sua sobrevivência.

Não obstante a referência desde as primeiras gerências a esta questão, providenciando subsídios e pensões sempre que fosse possível ou recorrendo junto das entidades oficiais das decisões tomadas, é no ano de 1926, aquando da realização do I Congresso de Mutilados e Inválidos da Guerra[351], que esta questão assume grande protagonismo.

Apesar da Liga não ter um papel directo na organização deste Congresso, ela fez-se representar por Sousa Carrusca. É na sequência desta participação que se

como o Instituto Profissional dos Pupilos dos Exércitos de Terra e Mar e o Instituto Feminino de Educação e Trabalho. Estas reclamações, feitas através da LCGG, estão normalmente relacionadas com a *Lei de Pensões – Pensões de Sangue*. Muitos são os casos de filhos de inválidos de guerra que, através das viúvas sócias das LCGG, usam este meio para solicitar ajuda, primeiro através do Ministério da Guerra e depois das Finanças (Cf. Existem vários exemplos de pedidos de mães viúvas para que seus filhos ingressem nestas escolas, aqui remeto algumas das indicações: AHM, F0, 006, L, 52, Caixa 905; AHM, F0, 006, L, 52, Caixa 905, n.º 3, 110/13, Lisboa, 21 de Novembro e 1933). Pede junto do Ministério da Guerra a suspensão de multas aplicadas aos ex-combatentes da Grande Guerra por faltas a revistas de inspecção (Cf. AHM, F0, 006, L, 52, Caixa 905, n.º 1, Lisboa, 23 de Março de 1931 – [… pedido "INDEFERIDO"]). Aquisição de roupas, junto dos ministérios, a ser distribuída pelos institutos de educação. Solicitações de trabalhos em instituições públicas (Cf. AHM, F0, 006, L, 52, Caixa 905, n.º 2, Lisboa, 28 de Maio de 1932). Várias referências à necessidade de reforma de legislação relativa à condição dos cidadãos ou pedidos para nova legislação, chamando a atenção do Ministério da Guerra para as disposições do artigo 4.º do Decreto de 16:563 de 5 de Março de 1929, solicitando o alargamento da idade para requisição de entrada em repartições públicas e o agradecimento pela publicação da Portaria n.º 7:393 de 1 de Agosto de 1932, que tem como condição a «preferência para a promoção aos postos inferiores do Exército, o ter feito parte do Corpo Expedicionário Português ou das Expedições Militares às Colónias» (Cf. AHM, F0, 006, L, 52, Caixa 905, n.º 2, Lisboa, 8 de Dezembro de 1932).

351 Esta questão é profundamente desenvolvida no primeiro relatório da gerência de 1923 a 1928, bem como no relativo à de 1928 a 1929.

elabora uma larga abordagem desta questão que não deixa de estar inserida nos princípios fundamentais dos seus estatutos.

> Quando ela se constituiu havia legiões de combatentes que desfaleciam à míngua de recursos. Pelo país fora, centenas e centenas de desgraçados que se haviam arruinado nas campanhas de África e da Flandres morriam ao abandono, à espera de uma pensão que para a maior parte nunca chegou. Legislação sobre o caso havia, e copiosa. Mas apesar disso, centenas de incapacitados aguardavam indefinidamente que fossem mandados apresentar às juntas de inspecção, tendo morrido muitos deles antes que os cofres públicos houvessem contribuído com um centavo para adoçar a sua desgraça. Outros conseguiam ser presentes às juntas; mas porque estas, entrincheiradas no seu critério rígido e formalista não achassem que as doenças que os arrasavam haviam sido adquiridas em campanha ou por ela agravadas, eram deitados para a miséria mais negra, que nenhuma mão caritativa tentava suavizar[352].

Para além de outras funções, seja em território nacional, seja através de acções conjuntas com congéneres europeias, ao longo da década 20, também o protagonismo organizador das comemorações da Grande Guerra passa para a LCGG, face a um afastamento dos *homens da República.*

A Liga foi, neste sentido, responsável pela inserção de novidades europeias no culto nacional: vários actos de homenagem; tratamento dos mortos (por exemplo, o talhão solicitado no cemitério do Alto de S. João); a construção e manutenção de um largo número de monumentos erigidos pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG) e, mais tarde, pela própria Liga; e ainda a participação em actos organizados por esta instituição, quer comemorações em datas específicas, quer inauguração de monumentos, acarretando uma mobilização geral dos combatentes agremiados[353]. Veja-se, também, as muitas diligências junto do governo para conseguir a máxima representação portuguesa em cerimónias além fronteiras[354]. Esta será uma temática que, apesar de estar integrada neste contexto institucional, será

---

[352] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928*…, 41.

[353] Cf. Decreto n.º 16:097 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 253, 2 de Novembro de 1928. Concede determinadas vantagens aos antigos combatentes da Grande Guerra em França, em Angola, em Moçambique, no mar ou no ar, e às viúvas, mães e órfãos da Grande Guerra inscritos na Liga dos Combatentes da Grande Guerra ou nos organismos congéneres de antigos combatentes aliados, com sede em Portugal, que quiserem assistir à entrega do Padrão-Monumento de La Couture, no dia 11 de Novembro de 1928.

[354] Cf. Decreto n.º 18:142 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 73, 27 de Março 1930. A Presidência do Ministério concede várias vantagens aos antigos combatentes da Grande Guerra em França, Angola, Moçambique, no mar ou no ar, que sejam sócios da LCGG ou das associações congéneres de antigos combatentes aliados, com sede em Portugal, as suas esposas, filhas solteiras e filhos menores, e às viúvas, mães, e órfãos de mortos da Grande Guerra, sócios das mesmas colectividades, que quiserem incorporar-se na mesma peregrinação que se realiza dia 9 de Abril ao antigo sector das tropas portuguesas em França. Decreto n.º 18:78 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 192, 12 de Agosto 1930.

analisada detalhadamente na segunda parte deste trabalho, uma vez que se projecta no conjunto mais alargado da cultura de guerra.

IV. 3.3. Imprensa e presença (crítica) na praça pública

Partiu da agência de Coimbra a ideia de criar uma publicação da Liga.

A 29 de Outubro de 1925, nomeia-se a comissão organizadora composta por António Cértima e Carlos Ornelas. Em Janeiro de 1926, surge *A Guerra*, periódico mensal da associação e local privilegiado de contestação e publicitação da situação dos antigos combatentes da Grande Guerra e do movimento combatente internacional. Segundo a revista, a Liga foi criada devido à injustiça e ao abandono a que os sucessivos governos condenaram os veteranos de guerra[355].

Depois de ter publicado entre 1926 e 1931 vários artigos em torno da condição dos combatentes, dos acontecimentos rememorativos, do trabalho desenvolvido pela DC (actas), e do esquecimento político a que foram votados, de uma forma geral, os combatentes, *A Guerra* seria substituída pela menos crítica *A voz dos combatentes*[356]. Paralelamente a estes órgãos, e da responsabilidade de alguns dos membros da LCGG, surgem outros formatos de imprensa[357].

Vejamos a *A Voz dos Combatentes* de Coimbra, que veio a ser o órgão central da LCGG, perdendo o seu carácter mais crítico e de análise local. A sua "centralização" e "nacionalização" corresponde a um movimento geral que veio marcar a vida da instituição. À falta de afirmação pública, seria esta a voz de um movimento a que os governos portugueses não deixavam espaço.

Na maioria, os artigos mais intervencionistas ou de análise eram da responsabilidade de António Campos Rego, uma das vozes mais críticas contra

> o abandono a que os combatentes se vêem condenados, não repugna aceitar que também não queiram reconhecer-lhes a tempera necessária para que esse bloco que simboliza o espírito, o Esforço da Raça surja majestoso, duro, altivo, glorioso, e que o prefiram erguer mesquinho, mole, podre, oco para que fique à sua imagem e semelhança. Mais uma vez: Ilusão, Falsidade, Mentira!

---

355 Jorge Pais de Sousa procura, na sua dissertação de Doutoramento, justificar, através de alguns artigos publicados n'*A Guerra* no ano de 1928, o gradual domínio dos homens do 28 de Maio sobre a LCGG, tese que aqui se procura desconstruir (Sousa, *Guerra e Nacionalismo…,* 311-317).

356 O conteúdo d'*A Guerra* será empregue recorrentemente ao longo deste trabalho, mas com especial centralidade na conclusão da I parte e na conclusão geral.

357 Como o jornal *Vítimas de Guerra* de Eduardo Faria ou *O Desforço* da agremiação de Fafe (*A Voz dos Combatentes*, 4 de Abril de 1930, p. 6).

> Sejamos coerentes, já que não quisemos ser justos e imitemos, embora já tarde, o que fizeram logo post-guerra as Nações que quiseram e souberam honrar o esforço dos seus soldados.
> Lá o primeiro cuidado, foi elaborar e pôr em execução leis de protecção constituindo encargo nacional, socorrer e velar pelos órfãos e famílias dos combatentes mortos, mutilados e inválidos.
> Só depois de cumprido este dever, considerado nacional é que se pensou em glorificar os Mortos erigindo os Padrões e Monumentos, verdadeiros pregoeiros do brio nacional.
> Lá tudo é nacional. É a alma da Pátria que vibra depois da guerra uníssona como uníssona vibrou quando foi preciso defender a Pátria ameaçada.
> Cá discordamos, só discordância! Nem a Pátria ameaçada conseguiu unir à sua volta a Alma Nacional.
> Daqui resulta a necessidade de por todos os processos honrosos e dignos continuarmos a luctar em defesa dos direitos que aos combatentes assistem, não querendo mais concessões do que as que já são concedidas pelas nações aliadas aos seus combatentes, não permitindo que para nós legislem os que na Guerra não estiveram, por não terem autoridade moral para bem e com justiça avaliarem o esforço produzido[358].

Numa crítica pública à forma de como foi tratada a situação do asilo de órfãos do Brasil, denuncia-se:

> não há mordaça, seja ela de que natureza for, que faça calar de vez a voz que tem razão, mesmo que lhe neguem justiça. Há quem não se convença desta verdade inegável; há quem por sistema, queira que todos vejam pela mesma faceta do prisma, uma vez que é mentira, uma luz que não é real e que, portanto, é um raio torcido no seu caminho com a intenção de deixar os outros cegos. O tempo da inquisição já lá vai; a não ser que se queira agrilhoar o pensamento humano jesuiticamente, com o tema negregado do crê ou morres.
> A morte é uma bela coisa quando a vida se transforma num canudo; canudo tão comprido e com tantas voltas, que chega para enovelar todos os artigo dos Códigos. E que isto não é utópico, que o facto se dá, – (se dá é um modo de dizer; deu-se), – prova-o a atitude, já não dizemos dúbia, mas criminosa, dos histriões que não tem pejo de tripudiar até da própria justiça.
> Não inventemos, temos todas as provas, todos os elementos à mão. Aqui não se acusa sem documentos à vista, autênticos ou autenticados, inegáveis, sem sofismas, rectos e lisos como lâminas de espadas[359].

A mudança do jornal para a sede em Lisboa esvaziou gradualmente a sua dimensão de contestação. Num dos últimos artigos mais críticos, diagnostica-se que «treze anos de desilusões sofridas são a prova mais que bastante para que os combatentes se convençam que não podem contar senão com a sua vontade, e a sua união, para conseguirem os seus fins lógicos, humanos, e ascenderem à consideração

[358] "Ilusão, falsidade, mentira", *A Voz dos Combatentes*, Coimbra, 7 e Fevereiro de 1931, p. 4.
[359] "A verdade deles…", *A Voz dos Combatentes*, 7 de Março de 1931, p. 5.

social, que lhes compete justamente, e que nunca até hoje, lhes foi reconhecida nem compreendida devidamente»[360].

IV. 3.4. A afirmação da identidade de grupo

Existem dois acontecimentos fundamentais na primeira década de vida da LCGG, determinantes no reconhecimento do movimento combatente a nível nacional e internacional: a integração na *Fédération Interalliée des Anciens Combattants* (FIDAC); a realização do I Congresso de Combatentes Portugueses.

O segundo, no entanto, constitui o acontecimento mais crítico, considerando o contexto internacional de crescente atemorização face à "radicalização" ideológica sofrida por associações de combatentes em alguns países europeus.

A adesão à Fédération Interalliée des Anciens Combattants

A Fédération Interalliée des Anciens Combattants (FIDAC) foi criada a 28 de Novembro de 1920, com sede em Paris[361]. Interdita a nações não aliadas, tinha como objectivos gerais manter e desenvolver o espírito de camaradagem verificado nos campos de batalha, pô-lo ao serviço da paz e apoiar as funções da Sociedade das Nações contra a organização de partidos e o sectarismo.

A entrada de Portugal na FIDAC viria a acontecer a 18 de Outubro de 1927:

> ia finalmente Portugal abandonar o seu eterno absent. Nas romagens patrióticas ao Arco do Triunfo, nas manifestações cívicas e nos Congressos, a bandeira verde-rubra passaria de hora avante a tremular diante das multidões entusiasmadas, par a par dos estandartes da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos da América, etc., atestando por esta forma a existência de um povo para muitos ignorado, e conquistando para ele farto quinhão no tributo das ovações[362].

Júlio Ferreira estabelece, a 28 de Julho de 1927, uma importante conversa com o vice-presidente desta instituição, Luís Fontenaille, sobre a possibilidade da integração portuguesa ser feita de forma a permitir a participação no congresso de Novembro.

---

[360] Campos Rego, "O que querem os combatentes", *A Voz dos Combatentes*, 8 de Agosto de 1931, p. 1.
[361] Dirigida pelo Conselho de Direcção, eleito no congresso (sete membros de cada país aderente) e por um *Bureau* (presidente fundador, de honra e eleito e vice-presidente de todas as nações filiadas, secretário-geral, tesoureiro e tesoureiro-adjunto).
[362] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928*…, p. 122.

Coube a Alberto Mac-Bride um estudo da situação, concluindo ser importante e urgente a entrada. Apresenta-o à DC que o votou favoravelmente, enviando logo uma carta à FIDAC, que desenvolvia em Londres o seu congresso. Poucos dias depois, a Liga recebe uma resposta do secretário-geral da FIDAC, admitindo Portugal e determinando as obrigações de membro, como nomear 7 representantes para o conselho de direcção, um dos quais seria vice-presidente por Portugal. Era necessário que a maioria tivesse residência em França. Nomeou-se para a representação portuguesa Afonso Cerqueira, Mardel Ferreira, Pereira da Silva, Ribeiro de Carvalho e Faria Afonso[363].

A internacionalização do movimento de combatentes português torna-se uma realidade com a integração na FIDAC. Desenvolvem-se fortes relações com congéneres estrangeiras, participando intensamente de várias actividades. Como, por exemplo, a recepção de várias representações estrangeiras em Portugal.

A 21 de Julho de 1928 descerrou-se, em Gand na Bélgica, uma lápide com o nome de 63 portugueses soldados mortos no território.

Depois da entrada na FIDAC e da crescente internacionalização, a Liga acredita na urgência da criação de um núcleo em França, o que veio a acontecer em Paris. Máximo Brou fê-lo a 2 de Agosto de 1928, custeando todas as despesas. Criar-se-iam, pouco tempo depois, as delegações de La Gorgue, Boulogne-sur-Mer, Lille, Ambleteuse e Sans-en-Goelle. A agência de Paris seria responsável pela organização de homenagens à participação portuguesa na Grande Guerra em França, como em La Couture (9 de Abril de 1929), da qual participaram os representantes de todas as delegações do Norte de França, o representante português em França e Shirley Pereira, delegado português na FIDAC.

Entre 15 e 22 de Setembro de 1928 realiza-se o Congresso de Bucareste, cabendo a representação portuguesa aos delegados Shirley Pereira e Máximo Brou. Cabe aqui a menção, não só pela natureza dos assuntos que ali se discutiram, mas também porque abre uma excelente propaganda ao país num contexto internacional. Pela delegação portuguesa foram apresentadas duas propostas – a abolição dos vistos nos passaportes entre países aliados e a concessão recíproca da Cruz de Guerra aos vários Soldados Desconhecidos.

[363] A 2 de Julho a DC mudou a representação portuguesa na FIDAC: Shirley Pereira (vice-presidente), Máximo Brou, Mac-Bride, Reinaldo dos Santos, Mário da Silva Nazário, comandantes Pereira da Silva e Afonso Cerqueira.

Desde que se fez membro, Portugal participa nos dois primeiros grandes encontros da FIDAC e mais tarde na própria organização de um desses encontros. Em ofício dirigido ao Ministério das Finanças, o presidente da secção portuguesa da FIDAC, Luís Augusto Ferreira Martins, refere o facto desta tutela da organização não poder ser adiável: «porque é Portugal a única Nação que fica faltando a satisfazer o compromisso terá de ser organizado em Portugal o Congresso da FIDAC em 1932. Importa isso um certo encargo, porquanto é também disposição regulamentar da FIDAC que 'as despezas dos delegados durante o Congresso, pelo menos as relativas a alimentação e alojamento, são de conta do país que organiza o Congresso'»[364].

A ideia seria que o Ministério das Finanças patrocinasse o encontro, apesar do possível apoio da Cruzada das Mulheres Portuguesas ou do Núcleo de Assistência Infantil, membros da Auxiliar Feminina da FIDAC Portuguesa, cujo encontro internacional se realizava ao mesmo tempo. No entanto, estas instituições não poderiam conceder fundos, uma vez que sofriam, por si só, dificuldades em suster as suas próprias necessidades assistenciais, «além de que sempre estas despezas em todos os Paízes teem ficado a cargo do Estado pela consideração de que não se deveria fazer pezar sobre as associações de combatentes encargos que em benefício de toda a associação são assumidos»[365].

O cerne argumentativo para a obtenção de financiamento junto do governo passou pelas vantagens de um encontro internacional, o que garantia ao movimento combatente e ao governo português uma importante publicidade, aquela que a própria participação na guerra não proporcionara,

> além dos benefícios gerais que se espera resultem da realização do Congresso da FIDAC, no âmbito da política internacional, mais particularmente são para atender os que resultarão imediatamente da vinda a Portugal de cerca de 200 estrangeiros em geral de alta categoria, todos ou quasi todos desconhecendo por completo o nosso Paiz e que a amistosa camaradagem de antigos combatentes vão viver nesses dias em contacto com a nossa gente, apreciar os seus costumes e admirar as belezas da nossa terra e os encantos da nossa tradicional hospitalidade, cuja propaganda irão fazer nas suas Nações […]. O Congresso será mais uma a juntar a esse número, no activo da propaganda eficaz da nossa terra[366].

[364] ANTT, AOS, CO, GR-1, Pasta 7, n.º 2 – Secção Portuguesa da FIDAC ao Ministério das Finanças, Lisboa, 10 de Agosto de 1931.
[365] ANTT, AOS, CO, GR-1, Pasta 7, n.º 2 – Secção Portuguesa da FIDAC ao Ministério das Finanças, Lisboa, 10 de Agosto de 1931. Anexo V. Encontro em Portugal da FIDAC (1932).
[366] ANTT, AOS, CO, GR-1, Pasta 7, n.º 2 – Secção Portuguesa da FIDAC ao Ministério das Finanças, Lisboa, 10 de Agosto de 1931.

O documento incluía ainda a proposta para o programa do congresso do ano de 1932, cerca de nove dias de actos de homenagem, lazer, mas, acima de tudo, trabalhos dirigidos à especificidade da condição dos combatentes que integravam os países aliados, sendo cada um dos dias, segundo o regulamento já estabelecido, especialmente dedicado a cada país membro.

O I Congresso Nacional de Combatentes (1929)

A realização do I Congresso de Combatentes da Grande Guerra em Portugal foi talvez a maior realização da LCGG nesta fase e provavelmente a mais polémica.

Em acta da DC de 18 de Abril de 1926 (Acta n.º 92), Ribeiro de Carvalho apresenta a ideia da realização do congresso de combatentes. Contudo, por vicissitudes várias, não viria a ser concretizado, situação que veio mesmo a ser "motivo de vergonha" já que em outros países se tratava de uma prática anual recorrente. Veio a acontecer apenas em Junho de 1929 – o I Congresso de Combatentes Portugueses – com a presença do presidente da FIDAC, Aquiles Reisdorff.

A comissão organizadora foi nomeada em sessão de 25 de Outubro de 1928. Congregava o comandante Pereira da Silva (presidente); coronel Pires Monteiro; Fernando Martins Pereira; Manuel Cid; Pedro Victorino; Silvério Lebre; Hernâni Cidade; tenente Campos Rego; capitão Vitorino Nazaré; e Eduardo Faria (secretário-geral). Mais tarde, juntou-se à Comissão o tenente Assis Gonçalves.

A Comissão traçou um plano geral de actividades e enviou uma circular às agremiações da Liga solicitando temas a discutir no Congresso. Para dar maior grandiosidade decidiu-se convidar o Presidente da FIDAC, Aquiles Reisdorff, para assumir a presidência de honra do Congresso.

O Congresso iniciou-se a 16 de Junho de 1929 e desenrolou-se ao longo de três dias na Sociedade de Geografia de Lisboa. Nele estiveram presentes figuras diplomáticas, membros das FA, do povo, viúvas de guerra. A sessão inaugural aconteceu no final do primeiro dia, sendo a mesa de abertura composta pelo Ministro da Guerra, presidente da FIDAC, marechal Gomes da Costa, comandante Pereira da Silva, Alberto Aguiar e tenente Eduardo de Faria. Depois da sessão solene de abertura, deu-se início aos trabalhos. Foram votadas as seguintes comissões de trabalho: leis de protecção aos combatentes (Sousa Carrusca, Bastos Reis e um

delegado do Porto); direitos dos mutilados e inválidos (Vitorino Nazaré, António José Campos Rego e major Américo dos Santos Mateus); viúvas e órfãos (Alberto Mac-Bride, tenente-coronel Cristóvão Aires e um delegado do Porto); assistência às vítimas da guerra (António Gomes Rocha, Faria Afonso, delegados do Porto, Coimbra, Lisboa e Covilhã); comissão de recepção (tenente Limpo de Lacerda, Maurício Pereira, comandante Vilela).

Um dos temas especialmente em discussão passou pela solicitação às entidades oficiais que ilibassem os combatentes condenados por crimes políticos. Foi igualmente apresentado um relatório da agência de Coimbra sobre viúvas e órfãos da guerra e Mac-Bride leu o relatório sobre órfãos da Grande Guerra da Junta Patriótica do Norte, com a proposta da aposição de um selo obrigatório nos dias 9 de Abril e 11 de Novembro a favor dos órfãos. Finalmente, Ana de Castro Osório apresentou um relatório das actividades da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

A par das muitas actividades do programa do Congresso, desenrolaram-se homenagens ao presidente da FIDAC, aos mortos da guerra, a diversas instituições, tendo sido igualmente "entregue", pela Liga, o bastão de marechal a Gomes da Costa.

O encontro de combatentes chamou a Lisboa um conjunto de homens da província interessados largamente em participar nas discussões, pelo que a LCGG aproveitou para divulgar a iniciativa da *Semana do Combatente* que incluía actividades que iam desde actos rememorativos a touradas e a um rancho de confraternização de combatentes no dia 27 de Junho.

O congresso traz à praça pública os combatentes, como já não acontecia há algum tempo, e fora das manifestações oficiais encetadas pela Ditadura.

No dia em que o presidente da FIDAC chegou a Lisboa, realizou-se um desfile entre o Rossio e a Avenida da República com a presença de cerca de três mil combatentes e larga assistência da população de Lisboa. A adesão dos combatentes foi grande,

> vão numa imponente reunião de camaradas, velhos companheiros de uma época heróica e trágica, reviver, na memória instantes de sacrifício e de epopeia e estudar os problemas que interessam aqueles que, no formidável conflito, maior desventura física sofreram. Preside a essa reunião magna de – 1 100 congressistas representando 32 000 filiados da Liga – o sr. Ministro da Guerra, militar brioso e que tem pelos que se bateram com galhardia e com bravura, a maior consideração. É presidente de honra o sr. Aquilles Reisdorff que actualmente dirige a «FIDAC» formidável organização de paz, que é, por um singular paradoxo, constituída por 8 milhões de guerreiros. O Congresso

> representa uma louvável iniciativa dos actuais dirigentes da Liga Portuguesa dos Combatentes. Traduz, ao mesmo tempo, uma aspiração de quantos andaram pela Flandres, pela África e pelos mares defendendo o nome sagrado da nossa terra, porque pretendem expressar em votos, as suas opiniões e direitos. Querem expressar que merecem respeito pelo seu trabalho anterior e pela sua conduta disciplinada de agora. O Congresso é uma manifestação de ordem, é um grito de gente fortemente portuguesa, amando a sua terra, procurando a sua prosperidade e sacrificando-se pelas suas tradições[367].

O impacto na imprensa mais generalista e de dimensão nacional, como é o caso do *Diário de Notícias* ou *O Século*, foi constante, com clara excepção da restante que apenas remetia breves notas, nem sempre de primeira página, não fosse a importância atribuída ao Congresso das Beiras, onde estiveram presentes o Presidente da República, o Chefe do Governo e o Ministro da Agricultura. Aliás, algumas foram as páginas em que os dois congressos dividiam méritos[368].

Estranho pode parecer o destaque dado pela imprensa ao IV Congresso das Beiras onde se apresentavam assuntos como: infra-estruturas necessárias à região; políticas sectoriais; levantamento etnográfico; defesa do património[369]. Talvez não fossem estas as razões para a divisão de destaques de imprensa, mas sim a importância que o regionalismo assumia neste contexto histórico, consubstanciado pela presença de tantos membros do governo – possível explicação, quando na capital se desenrolava o primeiro grande congresso de combatentes portugueses com uma "massa" de homens a desfilarem pelas ruas da capital, onde apenas o Ministro da Guerra se fez representar.

Será o deteriorar das relações do Ministro da Guerra com o governo instalado uma razão para este afastamento de um congresso que congregava homens que foram ou eram responsáveis pelas mudanças do regime?

---

367 *O Século*, 16 de Junho de 1929, p. 1.

368 Cf. "Ontem, o sr. Presidente da República, com o Chefe do Governo e o Ministro da Agricultura, inaugurou solenemente o congresso e a exposição das Beiras", *O Século*, 17 de Junho de 1929, p. 1; "Congresso dos combatentes da Grande Guerra. O sr. Ministro da Guerra presidiu à sessão inaugural em que discursara o presidente da «FIDAC» e os srs. Comandantes Pereira da Silva e o tenente Eduardo Faria", *O Século*, 17 de Junho de 1929, p. 1.

369 Cf. Daniel Melo, «'Beiras e Pátria': o regionalismo beirão e as suas relações com o Estado e a sociedade civil no século XX», *Ler História,* nº51 (2006): 201.

No âmbito do I Congresso de Combatentes da Grande Guerra em Portugal (16 a 18 de Junho de 1929), organizado pela LCGG, concretiza-se a *Semana dos Combatentes*. No «último dia da *Semana dos Combatentes*, […] estiveram bastante animadas as diversões, que faziam parte do programa, entre as quais um rancho de confraternização, no qual tomaram parte cerca de 900 combatentes portugueses, ingleses, franceses, belgas e italianos. […] Assumiu a presidência o marechal Gomes da Costa, que tinha à direita os srs. Comandante Pereira da Silva, Wastward, combatente inglês e dr. Mac-Bridee, à esquerda, os membros da comissão organizadora das festas, srs. Rosado Paulito, Manuel Rosa Pereira e o tenente Palma», *O Século*, 1 de Julho de 1929, 3.

Imagem VII. «O sr. Marechal Gomes da Costa, que se retirou antes do início do rancho […] tendo levantado um viva pela glória da Pátria, outro pela glória do Exército, e um terceiro pela glória dos combatentes, ouvindo-se depois outros vivas saudados com palmas», *O Século*, 1 de Julho de 1929, 3. (Fonte: AML, AF, B093550)

Imagem VIII. Uma das mesas do rancho da *Semana dos Combatentes*. Pode ver-se, entre os combatentes, o almirante Pereira da Silva. [Legenda adaptada de] *A Guerra,* ano 4, n.º 41-42, Maio - Junho de 1929, 912-913. (Fonte: AML, AF, B093547)

Desde o fim da guerra, a participação de representações aliadas, além das associações estrangeiras de antigos combatentes residentes em Portugal, nas efemérides portuguesas era um facto, tendo-se tornado mais evidente com a adesão de Portugal à *Fédération Interalliée des Anciens Combattants* (1927). Esta presença persistiu para lá das crescentes tentativas de Salazar diminuir os desfiles, a 9 de Abril, na Avenida da Liberdade até à sua "proibição" (1941).

Imagem IX. *"A homenagem do sr. adido militar francês", A Guerra,* ano 2, n.º 16, Abril de 1927. (Fonte: LC)

Imagem X. "As bandeiras dos combatentes Aliados recebendo a continência dos Combatentes Portugueses em frente à Câmara Municipal de Lisboa", *A Guerra*, ano 1, n.º 28, Maio de 1928, 620. (Fonte: AML, AF, B093798)

Na verdade, este I Congresso Nacional de Combatentes Portugueses não teve o impacto esperado. O tom crítico não deixou de estar presente nas intervenções. O tenente Eduardo Faria, secretário-geral do I Congresso de Combatentes, fez uma consideração, inserida no órgão de imprensa do qual era responsável, *Vítimas da Guerra*[370]

> Somos uma parte da Nação, mas uma parte que tem pergaminhos de sacrifício, que sofreu as horas terríveis da incerteza, que soube cumprir o seu dever quando muitos o esqueciam e deitando os olhos para essa terra portuguesa, vejo tantas casas onde se come o pão que o diabo amassou, vejo tanto tuberculoso que espera na morte o descanso merecido, vejo criancinhas a quem a guerra lançou na orfandade sofrendo desde pequenas os atritos da desventura, sem uma candela de azeite que os ilumine, nem um ramo de cravos vermelhos na mesa, sem pão, sem uma esperança que as afague […] Mutilados arrastam-se por essas ruas com os primitivos aparelhos, sem reeducação profissional, farrapos açoitados por todos os ventos, estendendo a mão à caridade, mirando a furto em casa, a farda cheia de lama da Flandres, testemunho insofismável, do seu valor e do seu heroísmo[371].

Muitas foram as críticas e conclusões projectivas, as mais sonantes dirigidas aos inválidos de guerra. José Pontes esteve no centro dos aplausos e das alocuções que em defesa destes eram realizadas. Aludiu às juntas médicas, citando que se não fosse a intervenção do marechal Gomes da Costa, um combatente teria sido considerado como capaz para todo para serviço, quando é certo ser um mutilado[372].

Na sequência da realização deste I Congresso, várias foram as teses apresentadas, defendidas e propostas. Com maior ou menor centralidade, foram apreciadas e consideradas para se formularem e proporem às entidades competentes, seja à LCGG, seja às mais variadas instituições oficiais.

No entanto, do ponto de vista prático, poucas ou nenhumas foram as conquistas. A lei publicada com maior proximidade a este congresso sai em Abril e não é favorável aos antigos combatentes inválidos, estabelecendo nova revisão dos processos legais, para que estes possam ser requisitados para serviços de Estado compatíveis com a sua condição[373].

Ficou a ideia da organização de um II Congresso de combatentes para o mês de Julho 1930. Assis Gonçalves escreverá:

---

370 Deste órgão de imprensa apenas se tem referência, mas não foi encontrado nenhum exemplar que possa ter sido analisado directamente.

371 "O congresso dos combatentes da Grande Guerra iniciou-se ontem, com grande concorrência, sob a presidência de honra de Aquiles Reisdorff", *O Século*, 17 de Junho de 1929, p. 8 (continuação da 1.ª página).

372 Cf: *O Século*, 19 de Junho de 1929, p. 1.

373 Cf. Lei n.º 1:858 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 73, 7 de Abril de 1926.

> as lições do que no ano passado se realizou em Lisboa, são de molde a aconselhar uma nova directriz… Ficou-nos dele uma grande mágua único fruto de tam infeliz propósito que fora esperança fagueira da nossa Direcção Central… […] Que nos resta do último Congresso?... Vontades desconexas, ódios talvez, malquerenças, desvios de força, e actividades perdidas… Quantos sonhos de irrealidade, quantos interesses opostos, quanta irreflexão, quanta desmetodização de trabalhos […] Façamos o nosso 2.º Congresso, vamos todos a ele levando a inteligência, a verdade destes princípios, e na alma, sobranceira a tudo, superior a nós próprios, dominando a todos, o Amor à Pátria! Pátria! Ao alto, sempre ao alto[374]!

Este texto de Assis Gonçalves, mais do que ressalvar as poucas conquistas feitas no último congresso, denuncia uma cisão nos quadros da Liga, pelo menos entre este e os homens que a dirigiam à altura. Trata-se de uma demarcação na posição face à "política nacional" do movimento de combatentes, questão a ser desenvolvida mais à frente.

O I Congresso de Combatentes iria consumar-se em Portugal com um relativo atraso, à escala europeia, onde estas assembleias assumem grande protagonismo e frequência na década de 20. Trata-se, porém, da primeira afirmação pública e autónoma da existência em Portugal da massa dos ex-combatentes. Afirmação que se alimenta dos processos rememorativos que se renovam anualmente, e é enquadrada num ciclo internacional de reuniões gerais, não obstante estar longe do dinamismo e polémica que estes congressos despertaram no seio do próprio movimento, mas também na própria sociedade, para não falar do significado destas "concentrações" em Itália ou na Alemanha.

IV. 4. Uma transição imposta

IV. 4.1. A Liga e a aglutinação da Cruzada das Mulheres Portuguesas, da Junta Patriótica do Norte e da Comissão dos Padrões da Grande Guerra

A LCGG teria um momento central de transição nos primeiros anos da década 30, marcados por uma diminuição das suas actividades, mas também por uma transição de espólio e funções de instituições como a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra.

[374] Assis Gonçalves, "O Próximo Congresso", *A Guerra*, ano 5, n.º 50, Fevereiro de 1930, pp. 1-2.

A partir da nova ordem constitucional que o Estado Novo cria em 1933, num ano de definições importantes do modelo corporativo, além daqueles formatos criados de raiz, outros se estabelecem, nos quais se insere a intervenção ao nível das associações existentes. Procura-se definir o essencial dos seus estatutos, fiscalizá-las e reestruturá-las, controlando-as através de organismos sobre os quais o Estado tem controlo directo, promovendo a sua concentração[375].

Neste sentido, importa fazer a análise das agremiações ligadas ao movimento de combatentes marcadas por estas transições, nomeadamente a CPGG, a JPN e a CMP. A primeira será abordada na segunda parte deste trabalho, as outras serão aqui inseridas pelo contributo para o movimento combatente no período em análise.

A Cruzada das Mulheres Portuguesas, cujo destaque é aqui dado pela sua acção enquanto protagonista na assistência aos inválidos de guerra, contribui largamente para o sucesso da Liga nos primeiros anos da sua existência. Provisoriamente instalada na Direcção de Arma de Aeronáutica, a LCGG foi obrigada a deixar este lugar em Julho de 1926. A precária situação em que se encontrava não lhe permitia alugar um espaço às suas expensas, tendo-lhe sido concedido, por intervenção do coronel Osório de Castro, um espaço na sede da CMP, para que mais tarde viesse a ocupar grande parte deste edifício da Calçada dos Caetanos. Desenvolveu-se uma forte interacção entre as duas associações em todas as actividades por estas desenvolvidas – «as afinidades morais resultantes duma identidade de objectivos, mais estreitadas por esse longo labor exercido lado a lado, em perfeita harmonia, fizeram germinar no cérebro de alguns membros das antigas Direcções Centrais a ideia de juntar, numa só, as duas Agremiações irmãs, tanto mais que isso era já previsto na própria lei estatutária da Cruzada»[376]. Face à limitação de espaço com que se debatia, a Liga intercedeu junto da CMP, no sentido do aluguer de um andar na sede desta, bem como parte do edifício de Arroios. Em Agosto de 1934 foi realizada uma primeira reunião formal para se discutir esta situação. Com o avançar dos anos, estes e outros problemas (materiais e ideológicos) ir-se-iam colocar novamente à Liga e à Cruzada.

Daí a fusão, já então uma realidade, ainda não oficializada: a CMP era sócia de honra da Liga; no congresso da FIDAC, realizado em Praga, foi determinado que esta constituísse a Auxiliar Feminina Portuguesa; a Liga ocupava a maioria do edifício

375 Cf. Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português. Salazarismo*, Vol I (Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976), 207-227.
376 LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935…,* 71-72.

e já havia dispendido algumas quantias para a realização de obras de reestruturação. A situação foi claramente facilitada pelo facto de que «tanto a Liga como a Cruzada estavam sendo dirigidas por Comissões de nomeação governamental. O problema apresentava-se, assim, enormemente simplificado, pois era ao Governo que competia decidir sobre a conveniência de uma tal medida»[377].

A proposta seria apresentada ao Ministro da Guerra, sendo defendida como um dos grandes objectivos de vida de Ana de Castro Osório. Foi feito e apresentado um relatório justificativo da fusão. A resposta foi morosa, sendo sugerida a alteração do mesmo decreto para que futuramente fosse dado seguimento. Finalmente, a 26 de Julho de 1935, foi realizada a fusão – «considerando que a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, instituições de carácter patriótico e humanitário, se encontram virtualmente unidas, com sede em comum, e que a sua acção se tornará muito mais eficiente num trabalho de conjunto já previsto no § 2.º do artigo 3.º do estatuto do primeiro daqueles organismos» prevendo-se a filiação dos elementos da Cruzada das Mulheres Portuguesas na LCGG através da criação da Secção Auxiliar Feminina da Liga dos Combatentes (SAFP), passando todo o património da CMP para a LCGG[378].

A Secção Auxiliar Feminina da Liga dos Combatentes (SAFP) surge desde o congresso da FIDAC de Praga (1931), sendo composta por membros da CMP e do NFAI, mas, na verdade, não chegou a concretizar a sua actividade. Só a fusão da Liga e da Cruzada permitiu lançar as bases sólidas de uma Secção Auxiliar Feminina, sendo Francisca Ferreira Martins responsabilizada por tudo o que dissesse respeito à SAFP até que fossem publicados os estatutos. Em 1935, constituiu-se a sub-secção de Lisboa sob a presidência de Maria Isabel Tamagnini de Abreu.

A destacar, neste trabalho conjunto, a interacção com duas associações aqui desenvolvidas, nomeadamente a CPGG (cujo desenvolvimento se propõe para uma segunda fase) e a Junta Patriótica do Norte, através da organização de actividades rememorativas e da construção de lugares de memória. Nesta primeira fase, interessa a sua acção dinamizadora, não como parte do movimento combatente – porque o não é – mas pela sua dimensão assistencial.

---

377 LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935…,* 73.

378 Decreto n.º 25:679 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 171, 26 de Julho de 1935. Estabelece na LCGG uma secção denominada Secção Auxiliar Feminina, constituída por todos os elementos filiados na CMP.

A Casa dos Filhos dos Soldados da Junta Patriótica do Norte

A par da importante fusão com a CMP, existe a integração da Casa dos Filhos dos Soldados da Junta Patriótica do Norte (JPN).

No entanto, esta instituição merece uma análise mais desenvolvida, por ser precoce no contexto português, na assistência e na propaganda exercida no âmbito da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial. A JPN e a LCGG mantiveram uma relação estreita desde a criação da segunda, partilhando dos mesmos valores (apesar da Junta ser marcadamente de natureza civil).

A possibilidade de integração da JPN na LCGG foi apresentada nos primeiros anos da década 30, sendo a sua obra mais importante a *Casa dos Filhos dos Soldados* (CFS). É para esta que se vai dirigir o interesse da LCGG, até porque nos últimos anos da existência da Junta a sua actividade limita-se, de certa forma, à assistência através do Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI).

Além da criação da sua própria obra de assistência aos soldados em campanha, no retorno e subsequente reintegração e do apoio às vítimas da guerra (aliás onde se destaca mais a sua acção, de que é exemplo a CFS), a JPN teve vários compromissos públicos na defesa dos combatentes, mas principalmente das vítimas da guerra, como é exemplo a participação no Congresso da Liga dos Combatentes, de 17 de Junho de 1929, com a apresentação das teses: Assistência aos Órfãos da Grande Guerra e Homenagem aos Mortos.

Face à inevitável declaração de guerra à Alemanha, vários cidadãos da cidade do Porto juntaram-se numa iniciativa de apoio à República e à participação na guerra, homens das letras, como professores universitários, médicos, advogados e artistas, nomeadamente: Santos Silva, Vasco de Oliveira, Barbosa de Castro, Adriano Gomes Pimenta, Belchior de Figueiredo, Aarão de Lacerda, Mário de Vasconcelos, Oliveira Ramos, Almeida Garrett, etc.

O objectivo da Junta, de carácter cívico, seria «despertar na população do Norte as energias latentes de patriotismo, de dedicação e de fé e a confiança na Vitória» e «esclarecendo a situação de Portugal na Guerra a que fôramos arrastados pelo idealismo das nossas almas, pela consciência da nossa situação e pela defesa do nosso património colonial, as cruzadas patrióticas da Junta, percorrendo a grande

maioria das terras portuguesas do Norte, pregando a União Sagrada, que, numa só fé, numa só vontade deviam reunir as forças dominantes da República»[379].

A Junta Patriótica do Norte (JPN) constituiu-se passado um mês da declaração de guerra da Alemanha, no dia 15 de Março de 1916, e foi oficializada em sessão plenária a 8 de Abril do mesmo ano, com a aprovação dos seus estatutos, determinando-se que a sua actividade acompanharia o conflito e passaria por «propaganda patriótica», «assistência e socorro às vítimas portuguesas da guerra», «prestar o seu auxílio e concurso para defesa nacional», e «contribuir para a resolução do sistema de subsistências»[380].

Para além de uma intensa actividade filantrópica, a Junta protagonizou uma propaganda consistente à República, à intervenção na guerra e ao esforço dos soldados portugueses, através da organização e realização de conferências, campanhas de subscrição, recurso junto das entidades competentes para a obtenção de direitos e regalias[381], comemorações, e delineação de processos memoriais[382]. Dirigida por Alberto de Aguiar[383], trata-se de uma instituição de reconhecida acção e prestígio na cidade, muito em função da colocação social e profissional privilegiada dos seus membros, reunindo-se nos Paços do Concelho e mantendo ligação estreita com os poderes locais.

A sua acção era regulada e coordenada essencialmente por dois órgãos centrais – Comissão Executiva e Mesa das Reuniões Plenárias – em colaboração com outras comissões e subcomissões. A saber: *Comissão Económica*, composta essencialmente por proprietários industriais; *Comissão de Imprensa*, responsável pela divulgação das actividades da instituição junto da imprensa local e nacional, integrando um largo núcleo de jornalistas e membros da imprensa de referência no Porto (*O Norte*; *O Primeiro de Janeiro*; *Jornal de Notícias*, entre outros), sendo presidida por Bento Carqueja; *Comissão de Propaganda*, composta por homens provenientes do ensino oficial e do meio médico militar, à qual cabia a concretização de diversas

379 Alberto de Aguiar, *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência 1916-1931. Relato geral da sua obra e da Casa dos Filhos dos Soldados* (Porto: s/ed., 1932).
380 Cf. Junta Patriótica do Norte, *Estatutos da Junta Patriótica do Norte: aprovados por alvará de 2 de Maio de 1934* (Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1934).
381 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 de Junho de 1923, p. 3 – Ofício da Junta Patriótica do Norte pedindo melhoria da situação dos mutilados de guerra.
382 Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…
383 Alberto Pereira Pinto de Aguiar, diplomado em filosofia, farmácia e medicina, e professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde ingressou no respectivo corpo docente em 1896. Alberto de Aguiar, que viria a ser director daquela escola no ano da sua jubilação, em 1935, era uma figura de referência da sua época, tendo pertencido a inúmeras sociedades científicas e sendo justamente conhecido como o "patriarca da bioquímica portuguesa".

conferências de propaganda e informação das causas da participação na guerra; *Comissão Artística*, que comportava homens de destaque do mundo das artes, como João Marques de Oliveira (seu presidente e professor da Escola de Belas Artes), e os artistas plásticos Acácio Lino, Cândido Cunha, Júlio Ramos, Almeida Coquet, António Teixeira Lopes ou Diogo de Macedo, responsáveis pela elaboração de desenhos, panfletos, esculturas, modelos que suportassem a actividade da Junta, e a importante campanha de monumentos concelhios em homenagem aos mortos da guerra.

As suas receitas provinham, segundo relatórios de 1917 a 1937, por ordem decrescente e com as devidas variações temporais, de: cotizações e donativos voluntários de militares e particulares; subsídio de assistência pública distrital e nacional; subsídio camarário; subsídio de Estado (oriundo do Serviço de Seguros Sociais Obrigatórios ou de verbas excepcionais do Ministério da Guerra e do Trabalho); pensões (destinadas totalmente a ser capitalizadas em favor dos internados, não entram em percentagem no cômputo da receita); por fim, juros, festas, peditórios, venda de produtos, espectáculos, etc.

De ressalvar aquele que seria o recurso mais frequente das instituições aqui em análise – os "selos" da JPN (1917) e o selo dos Padrões da Grande Guerra (1925), parte do lucro do segundo reverteria a favor da JPN. Várias foram as providências, principalmente junto das entidades oficiais, para que o selo da assistência fosse aposto à respectiva correspondência[384]. Importantes ainda para a melhoria das condições económicas da JPN foram algumas das conquistas legais obtidas[385].

Às actividades referidas, podem ainda agregar-se outras que decorrem deste conjunto rememorativo e filantrópico, mas que interessa destacar pela sua importância no quadro nacional do pós-guerra. Ainda durante o conflito assume um serviço de expedição de encomendas para a frente (propaganda, tabaco, jornais, etc.); durante, mas sobretudo findo o conflito, inicia uma campanha e responsabiliza-se, sem encargos, pela obtenção de pensões de sangue e pela equiparação dos serviços

384 Cf. ANTT, MI, DGAPC, Maço 75, Caixa 45, Livro 67 – Documentos 1 a 3, Porto 1917. Correspondência com o Ministério do Interior para a aposição do Selo de Assistência, a que vêm anexadas as "Normas gerais da utilização do selo de Assistência da Junta Patriótica do Norte".
385 Cf. Portaria n.º 1:100 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 171, 2 de Outubro de 1917; Portaria n.º 1:263 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 57, 21 de Março de 1918; Portaria n.º 2:037 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 221, 30 de Outubro de 1919.

em França e África (inaugura a procuradoria das pensões de sangue no primeiro aniversário do Armistício).

Destaque-se ainda a concretização contínua de actos fundadores do processo de rememoração nacional, como o agradecimento formal à cidade de Lille pelo tratamento prestado aos prisioneiros depois de 9 de Abril de 1918; a importante campanha local e, posteriormente, a delineação nacional e subscrição dos projectos de monumentos concelhios de homenagem aos mortos da Grande Guerra no Norte do país, no qual se insere o primeiro monumento do Porto na Praça Carlos Alberto (11 de Novembro de 1924), mais tarde demolido devido à polémica em que se viu envolvido; a *consagração dos heróis da Pátria* pela introdução do ritual dos dois minutos de silêncio (9 de Abril de 1920); a realização das *Festas da Paz e Liberdade* (14 de Julho de 1919); a comemoração do 15.º aniversário com a Semana da Junta Patriótica (de 22 a 27 de Julho de 1931); entre outras actividades de natureza comemorativa e/ou humanitária em estreita relação com várias comissões/associações fora do país, a destacar a Comissão Portuguesa Pró-Pátria[386] no Brasil, e, dentro de fronteiras, a CMP, a LCGG ou a CPGG.

A Junta assume protagonismo na organização e concretização das actividades comemorativas à guerra no Porto, mas também a nível nacional; ao Dia da França – 14 de Julho; à consagração de Camões; ao movimento revolucionário de 31 de Janeiro; e ao 1.º Centenário de 1820.

A JPN veio a revelar-se como um dos melhores exemplos de associação republicana de assistência e filantropia à *grande causa do sacrifício nacional*, exercendo para isso, tal como já foi referido, uma intensa campanha de assistência e propaganda. São exemplo disso, os muitos cartazes de propaganda da causa da guerra da autoria de alguns dos homens mais destacados das letras da época, numa clara apologia à intervenção e ao heroísmo militar – o espírito de sacrifício e homenagem aos heróis – que a LCGG manteve e sustentou.

Guerra Junqueiro seria o autor de um desses panfletos que sintetizaria os valores da JPN e os valores que se desejavam generalizar e que a União Sagrada encarnava, mas, acima de tudo, que alimentaram o imaginário dos voluntários de guerra,

> Vós ides combater pela Humanidade e pela Pátria, por nós e pelo Mundo. Joana d'Arc e Nun'Alvares abraçam-se e fraternizam. Caminhai

386 Cf. AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 714, n.º 4-9. Correspondência relativa a assuntos referentes à JPN.

> óvantes, caminhai alegres, sem hesitação e sem temor. Fitai a morte impávidos, com olhos de imortalidade e vitória. Quem morre pela Justiça e pela Pátria, inunda-se de luz, ergue-se a Deus. Custa-vos deixar a vossa casa, os vossos amores, os vossos pais, os vossos filhos, a terra adorada e boa de Portugal. As lágrimas saudosas que verteis são estrelas de amor que nos alumiam. Chorais à despedida como crianças, mas partis, cantando como heróis. O dever dos que ficam é cuidar dos que partem, tornando-os para modelo e para exemplo. O heroísmo dos que dão a vida por nós todos reclama a unidade heróica da nação inteira. Quando a alma portuguesa se levanta no mundo, não pode amesquinhar-se, nem degradar-se em Portugal. Quando os nossos soldados valorosos fraternalmente se conjugam no amor da Pátria, não podemos nós vilipendiá-la e desonrá-la com a baixeza tôrva do nosso egoísmo, com o furor demente dos nossos ódios. Banhemos em luz os corações, estrelemos as almas, magnifiquemos as vontades!

Mais do que isso (como foi aqui já trabalhada e será nos processos de rememoração), exortava-se a criação da *verdadeira* religião civil que alimentasse a esperança em tempo de guerra,

> Queimemos os nossos farrapos e misérias em labaredas de ideal, que nos sublimem! Comunguemos e ajoelhemos de mãos postas ante a imagem da Pátria idolatrada, e sob o esplendor augusto do seu olhar rezemos todos, cheios de fé, uma oração unânime, ei-la:
> Pátria divina de Camões e de Nun'Álvares, santificada seja o vosso nome.
> Venha a nós o vosso valor e a vossa glória.
> Seja feita a vossa vontade em nossas almas.
> Dai-nos em cada dia o pão imortal da vossa esperança, e perdoais, senhora, os nossos erros.
> Para nos livrar de todas as fraquezas e de todo o crime, encheremos os corações do vosso amor. Ámen[387].

Ultrapassada a fase preparatória do ano de 1917, dedicada à organização e angariação de membros e fundos, procedeu-se à concretização do seu objectivo maior – prestar assistência aos soldados e órfãos da guerra.

Associando-se à iniciativa da Junta, constituiu-se a 30 de Agosto de 1916 o Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI), presidido por Filomena Nogueira de Oliveira e Maria Gonçalves no cargo de directora e ainda o contributo de 20 mulheres, entre outras, Ernestina dos Santos Silva, Narcisa Mariani Romariz, Rosette Bonneville de Oliveira, Adelina Lhama Mariani, Laura Alves de Veiga de Oliveira, Áurea Cardoso Sampaio Lima, Marie Louise Brondel.

Estas duas agremiações, a JPN e o NFAI, na sua clara interdependência, e apesar do baixo rédito da primeira subscrição, inauguraram a 25 de Julho de 1917 a

[387] AHM, 1ª Divisão, 36ª Secção, Caixa 34, n.º 27 – Junta Patriótica do Norte ("Junta Nacional de Propaganda Patriótica"), 1916.

Casa dos Filhos dos Soldados (CFS), com sede definitiva na Rua da Cedofeita (n.º 458), onde se recebera imediatamente e sem formalidades todos os órfãos de mãe cujos pais portugueses estivessem combatendo em França e na África, sendo ocupada por 42 órfãos de menos de 7 anos e alguns com apenas poucos meses, logo no primeiro mês. Segundo o regulamento da CFS, esta fora criada «com o fim imediato de assistência de guerra» e «destinava-se a recolher os filhos dos soldados em campanha, de harmonia com os recursos que a Junta disponha para esse fim». As crianças poderiam ser admitidas «desde o nascimento, não podendo permanecer no internato depois dos 7 anos, salvo se a junta possa criar as suas escolas profissionais, entendendo a sua assistência até aos 14 anos» (art. 7.º)[388] . Os grandes objectivos passariam por proporcionar às crianças uma educação moral e técnica[389]. Acrescente-se que o esforço da CFS passava por uma ocupação a tempo completo das crianças; daí a criação da escola primária dentro da própria CFS[390] ou da primeira colónia senatorial marítima da CFS a 16 de Agosto de 1919. Desenvolveu igualmente iniciativas de reivindicação dos direitos dos filhos dos soldados mortos na guerra[391].

Em cerca de 21 anos de existência, a actividade da JPN foi reconhecida, quer no Norte do país, quer a nível nacional, uma vez que protagonizou a organização e realização de algumas das mais importantes iniciativas de assistência, propaganda e rememoração da participação portuguesa na guerra, recebendo recorrentemente a

---

388 Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…, 209-210.

389 Segundo os estatutos, a educação passaria pelos seguintes parâmetros (Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…, 209-210): a) «Ministrar a todos, além da obrigatória instrução elementar e primária, uma educação essencialmente caseira, nomeadamente às meninas: para tal fim se lhes criou uma Escola de rendas e trabalhos femininos, uma Escola de Culinária e Estágio em todos os amanhos da casa; b) Promover a educação técnica, tanto quanto possível dos internados masculinos; c) Cuidar da sua educação moral e cívica por visitas, exemplos, práticas do bem e do bom trabalho: assistem a todas as homenagens patrióticas e prestam culto à memória dos seus, depondo todos os domingos no seu Monumento, à Praça de Carlos Alberto, um ramo de flores; d) Constituir a todos um pequeno dote de previdência à maioridade, […]; f) Procurar a colocação dos seus internados, ficando sempre em relação com eles para lhes acudir no desemprego, na doença, ou em acidentes, procurando devolver-lhes o espírito de economia e previdência; g) Preencher as vagas que se vão dando aos filhos dos antigos combatentes que a morte lança na orfandade e que por tal facto são tão dignos de protecção como os daqueles que morreram combatendo; h) Proporcionar aos seus associados aquele quantum de distracções, divertimentos ou bem-estar higiénico, indispensável para a alegria da sua vida, saúde do seu corpo e satisfação do seu espírito. […] i) Devolver-lhes o espírito de solidariedade, união e utilidade social […]».

390 Decreto n.º 13:762 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 120, 11 de Junho de 1927. Esta mesma escola é extinta no ano de 1928 (Decreto n.º 15:758 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 165, 20 de Julho de 1928).

391 Cf. AHM, 1ª Divisão, 36ª Secção, Caixa 36 (n.º 22) e Caixa 32 (n.º 30) – Correspondência trocada entre o Ministério da Guerra e a Junta Patriótica do Norte, 1921. Os documentos 22 e 30 são referentes à possibilidade dos órfãos de guerra usufruírem do direito de ser portadores das insígnias concedidas aos seus pais, «Podendo haver entre os órfãos de guerra que acarinhámos na nossa Casa dos Filhos dos Soldados, alguns que tenham direito a usar as insígnias com que seus pais tivessem sido galardoados, em consequência dos seus feitos heróicos, peço a V. Exa. o favor de nos mandar informar se, da lista junta, haverá alguns que estejam nas condições indicadas» (n.º 30, Porto, 6 de Setembro de 1921).

visita das mais altas entidades políticas nacionais. No ano de 1921 foi condecorada com a Ordem de Torre e Espada.

Em ofício ao Ministério do Interior do ano de 1937, a JPN apresenta a decisão de encerrar actividade, face à crise de recursos e ao fim da razão central que a fez nascer, decidindo entregar a tutela da CFS à LCGG, o que veio a acontecer em Janeiro do ano de 1938. No entanto, já antes se discutia esta situação nas reuniões da CCA da LCGG. Segundo esta, em 1934, a CFS afundava-se numa crise financeira. Não obstante, a importância da obra que a fez surgir,

> desde 1916 que na capital do Norte existe, em plena actividade, uma Obra particular de Assistência Militar para os órfãos dos combatentes pobres da Grande Guerra. Ela tem cumprido até hoje, sem vacilações, sem desânimos, com elevado e puro sentimento pátrio, louvor da população e reconhecida simpatia, da 1.ª Região Militar, cuja oficialidade para ela contribuiu espontânea e generosamente com quotas voluntárias mensais desde 1930, o compromisso estatutário de proteger os Órfãos de Guerra e honrar a memória dos seus pais, dignificando o glorioso Exército Português. Entre as várias finalidades ou destinos desta instituição, tendentes pelo menos a aproveitar o dinamismo da sua actividade[392].

A actividade da CFS divide-se, assim, em duas fases. A primeira entre 1916 e a oficialização dos seus estatutos a 2 de Maio de 1934. A segunda, deste ano até ao dia em que é solicitada a suspensão de actividades (ano de 1937/1938). Suspensão que é fruto do desaparecimento das razões de assistência em campanha, de propaganda patriótica, mas, acima de tudo, tal como se pode verificar nas contas de 1934 a 1936, de um grande valor de despesas a que a JPN já não pode responder[393].

Com efeito, a CFS atravessou uma grave crise financeira, provocada pela aquisição necessária do espaço onde se situava, devendo lançar mão de um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, além do dinheiro que possuía no seu fundo. Para resolver a situação, decidiu-se solicitar ajuda de várias instituições, entre elas a LCGG, a qual comunicou, em Junho de 1934, que contribuiria com cinco contos, mas dispondo-se a poder fornecer um donativo compatível com as necessidades daquela casa. Assim, no mesmo mês, comunicava o presidente da JPN que a Liga colaboraria com a importância anual de 1.500$00, pagando dez anos em avanço, solicitando em contrapartida que a CFS recebesse alguns órfãos enviados

[392] AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7 – Ministério do Interior e Direcção Geral de Assistência, 12 de Agosto de 1937. Comunica que a JPN pretende dissolver-se e entregar a Casa dos Filhos dos Soldados à LCGG, solicitando o parecer sobre o assunto.

[393] No último ano para o qual se tem relatórios, verifica-se um aumento claro das despesas face às receitas. Anexo VI. Distribuição da percentagem do correspondente no conjunto das despesas da JPN; Anexo VII. Valor de receitas e despesas da JPN de 1916-1931 e 1933-1936

pela Liga[394]. No ano de 1935, a capacidade da CFS foi aumentada para 60 órfãos, colocando-se assim à disposição da Liga uma vaga existente. Apesar deste alargamento, a CFS continuava com graves problemas financeiros.

Necessitando a Liga de possuir um orfanato onde pudesse internar os órfãos dos combatentes da guerra, sem privilégios regionais, pensou a CCA propor a fusão com a JPN, já que partilham objectivos e finalidades. Depois de uma primeira proposta não acordada, em ofício de 10 de Agosto de 1937, a JPN solicita junto do Ministério do Interior autorização para que se dissolva e entregue a CFS à LCGG, uma vez que aquela está sob a tutela do Ministério da Guerra.

Sendo a única instituição criada durante a guerra para receber os órfãos, conseguiu manter-se à custa de apoios particulares e de dedicação de um grupo de beneméritos. Em Junho de 1937, Hernâni Cidade receberá uma carta do presidente da JPN, onde Alberto de Aguiar expõe a imperatividade desta transição –

> hoje, quase só, perdidos, dispersos, desalentados todos aqueles que me animaram e entusiasmaram, incutindo-me o brio de não abandonar esta Obra, esgotadas as passadas energias, perpassa-me a ideia de ver perdido tanto esforço, com a mágoa de não ter podido ou sabido assegurar uma sucessão que muitas vezes tentei sem êxito, vivera, sentira e por ele se sacrificara. Tinha de ir até ao final, e na preocupação de ver liquidar, inglória e lentamente uma obra que entendo não pode soçobrar, porque não ultimou toda a sua missão – há ainda centenas de Órfãos de Combatentes que a Casa dos Filhos dos Soldados tem o dever moral de proteger por honra sua e memória dos que em vida depunham suas esperanças – e repugnando-se a deserção pura e simples, deixando aos devotados auxiliares que me cercam, as responsabilidades com que não querem ou não podem arcar, e que a manutenção do orfanato continuamente levanta, volto-me para a única entidade capaz de continuar, passados 20 anos, a obra de protecção aos Órfãos da Grande Guerra que a Junta Patriótica do Norte iniciou em 1916[395].

Na continuação deste documento, a JPN solicita, com um *projecto-apelo*, a transição da CFS para a LCGG, depois de discussão e aprovação das condições estabelecidas:

> a) Conservar a denominação: 'Casa dos Filhos dos Soldados', fundada pela 'Junta Patriótica do Norte' em 1917 (por ela administrada até à sua passagem para a posse da 'Liga dos Combatentes da Grande Guerra'). b) Conservação com a mesma ou outra designação (tal como Núcleo da FIDAC auxiliar feminina) do Núcleo de Senhoras que superintendem na direcção interna moral e disciplinar do simpático Orfanato da Guerra. c) Conservação do seu pessoal regente e sem o qual a Instituição não poderá funcionar, tal a dedicação, actividade, zelo e carinho com que a têm servido; ele resume-se a uma regente com um vencimento anual de 4.800$00 escudos e a uma sub-regente com o vencimento anual de

394 Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935*…, 22-26.
395 AHM, FO, 006, L52, Caixa 906, n.º 7, Lisboa, 10 de Agosto de 1937.

> 3.000$00 escudos. […] e) Compromisso moral de manter até ao final a 'Casa dos Filhos dos Soldados', isto é, até ser agasalhado o último órfão de guerra que a ela tenha direito moral e regulamentar, […] g) Conservar a cada internado, abrindo outras aos futuros admitidos, a sua caderneta de depósito na Caixa Geral de Depósitos, como pequeno e útil dote de previdência; nelas serão consignados donativos privativos, ou percentagem de trabalhos ou prémios que conquistem, assim como disponibilidades da Liga, a exemplo do praticado pela 'Junta Patriótica do Norte'[396].

Apesar de programada, a transição não se efectuou a 11 de Novembro de 1937, mas no início do ano seguinte[397].

IV. 4.2. As mudanças e o modelo…

A 18 de Maio de 1934 seria publicada a portaria que colocaria fim à forma como a LCGG fora criada e funcionara até à data.

Os anteriores estatutos foram suspensos, para que «as atribuições da Direcção Central da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, sejam cometidas a uma Comissão Central Administrativa, composta de nove membros efectivos e três suplentes, a nomear oportunamente por entre os seus associados pelos Ministros da Guerra e da Marinha» (art. 2.º). Além do controlo central, a nível local verifica-se a nomeação de membros para cada núcleo, responsabilidade da Comissão Central Administrativa (CCA), que por si «colabore com a Comissão Permanente dos Combatentes da Guerra nos assuntos que, pelo decreto n.º 20:555, de 30 de Novembro de 1931, competem a esta Comissão, de forma a habilitar o Governo da República a poder, não só atender às necessidades dos antigos combatentes, suas viúvas e órfãos, como também recompensar aqueles a quem a Pátria ainda está em dívida» (art. 4.º)[398].

No relatório da primeira CCA perpassa a cisão interna no movimento nacional de combatentes (como já referi, não se estranhe esta simbiose no trato de movimento e associação). No capítulo I do relatório, sob o título *A L.C.G.G. e o Govêrno*, apresentam-se as razões que levaram o governo a "ter que" suspender as funções da DC, colocando em sua substituição a CCA com mandato expresso de

396 LCGG, *Relatório da Gerência de 1938* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938).
397 Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7, ofício 3232 de 19 de Janeiro de 1938. Solicita que o Presidente da LCGG, General Daniel Rodrigues de Sousa, vá ao Porto no próximo dia 27 e 28 para assistir a outorga da Casa dos Filhos dos Soldados.
398 Portaria 7:826 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 115, 18 de Maio de 1934.

colaborar com a Comissão Permanente dos Combatentes da Grande Guerra (CPCGG): «com fundamento, porém, de perigo de 'elementos mal intencionados continuarem a aproveitar-se das sessões de assembleias gerais da mesma instituição, para desprestigiar e afastar dos seus corpos gerentes individualidades de reconhecida honestidade e dedicação pela causa dos combatentes', resolveu o Governo suspender a execução dos estatutos na parte que se referia aos corpos gerentes e nomear uma Comissão Central Administrativa»[399].

Esta CCA seria nomeada a 2 e tomou posse a 5 de Julho de 1934[400]. A cerimónia de posse teve a intervenção de Hernâni Cidade, que fez referência à história da instituição, cuja sobrevivência se deveu ao esforço acrescido das direcções que, «esquecidas das ideologias políticas que porventura as dividiam, só têm pensado em bem servir os homens que nelas depositaram a sua confiança, elegendo-as». Neste discurso, ainda saudou a nova CCA e elogiou alguns dos poucos membros que passaram das anteriores direcções, como António Antunes e Faria Afonso. Ressalvou igualmente os últimos trabalhos importantes da LCGG, como a criação do Lar do Combatente no convento de Arouca (1933) e a instalação de um balneário e refeitórios para combatentes pobres e na miséria. Terminando a sessão, o novo presidente disse que «embora afastado da política, os Corpos Dirigentes da Liga não podem desinteressar-se da política alevantada e nobre que engrandece e dignifica o nome de Portugal»[401].

A análise das actividades da LCGG desde a sua fundação até aos primeiros anos da década 30 traduz a grande dificuldade de implantação do movimento de antigos combatentes em Portugal, num contexto de agravada crise económica e política, e claramente tardio em relação à maioria dos movimentos europeus congéneres no seguimento da I Guerra Mundial. Os anos que se seguem exigiriam outro esmiuçar, quer do ponto de vista contextual, quer do ponto de vista da percepção da instituição – seria toda uma outra realidade a compreender[402].

---

399 LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935*…, 3.

400 Da CCA faziam parte: coronel António Lopes Mateus (presidente); comandante José Eduardo Carvalho Crato (vice-presidente); comandante Fortunato Pires da Rocha (1.º tesoureiro); António Antunes (2.º tesoureiro); João Jaime Faria Afonso (1.º secretário); José dos Santos (2.º secretário); Abel Nunes Perestrelo de Vasconcelos (bibliotecário); Américo Pinto da Rocha (1.º vogal); capitão Manuel José de Ávila Madruga (2.º vogal); Júlio Jacinto Ferreira, Pedro Tito Pagani e João Cardoso d' Oliveira (vogais suplentes).

401 LCGG, *Relatório de Gerências de 1934 a 1935*…, 3-5.

402 A título de exemplo, o facto da maior receita da Liga provir do selo das ressalvas militares criado a 26 de Maio de 1927, cujo valor em 1934 foi aumentado para 20$, em vez de 10$, tal não significa, contudo, um aumento de protagonismo da mesma e das conquistas, uma vez que formas de receita provenientes da acção de reivindicação social não são tão frequentes. Anexo VIII. Importâncias

A opção por este limite cronológico relaciona-se não só com o contexto político em que este exercício se situa – a I República Portuguesa –, mas também a marcante alteração estrutural, num contexto de "reestruturação" política, em que a Liga passa a ser controlada directamente pelo Ministério da Guerra, responsável pela nomeação da CCA. De salientar igualmente, o inegável controlo que passa a exercer a Comissão Permanente dos Combatentes da Grande Guerra criada em 1931. Assim, torna-se cada vez mais evidente a ausência de uma autonomia funcional e de acção daquela que é a maior organização – e, provavelmente, a única significativa no quadro nacional – de antigos combatentes da Grande Guerra.

Seria esta a fase de maior número de sócios e agências a nível nacional, facto que demonstra uma adesão decorrente de um maior controlo local que a Liga passa a assumir como instituição directamente tutelada pelas entidades estatais. Há, neste período, um intensivo processo de verificação do número de sócios que compõem esta associação, quer mesmo ao nível do levantamento local. Uma procura da definição, à imagem da "carta do combatente" francês, que em Portugal só muito tardiamente apareceu, num importante recurso de homogeneização, mas principalmente de "controlo" político do movimento. Inevitáveis alterações num contexto de reformulação constitucional em 1933, que até ao ano de 1934 define a nova realidade corporativa nacional, com a criação de novas estruturas, mas também com a importante reestruturação das já existentes.

A acção da LCGG concentrou as mais importantes actividades de assistência e rememoração da guerra. Para esta converge a acção geral que caracteriza o movimento combatente em Portugal – as acções de assistência aos combatentes e vítimas de guerra; a reivindicação de direitos e regalias oficiais e privadas; a acção celebrante do esforço português, mas, acima de tudo, do esforço dos antigos combatentes na guerra; e, por fim, de forma menos óbvia, de campanha no contexto internacional congénere.

A formação do movimento de combatentes partiu das bases da hierarquia militar e fora daqueles que compunham a academia. Tardio num contexto europeu, o único movimento de combatentes oficialmente reconhecido em Portugal, incorporado na LCGG, terá, numa primeira fase, uma implantação lenta e difícil marcada por desconfianças de uma possível concretização de milícia fascista,

---

entregues pela Comissão Central da Estampilha da Ressalva Militar de Dezembro de 1927 a Junho de 1934 (*Lei das Ressalvas Militares*).

despertando, inicialmente, o pouco apoio das lideranças nacionais e levando a que o primeiro núcleo seja criado em Pinhel, longe dos olhos da desconfiança de Lisboa.

Procurou-se imediatamente a adesão de alguns homens de destaque da elite militar, para obter o apoio dos poderes constituídos e a criação de núcleos – agências, primeiro nas capitais de distrito e, posteriormente, nas diversas localidades, mesmo se o número de homens que aderissem não o justificasse – no sentido de lançar as bases da estrutura e divulgar a iniciativa. Criou-se a agência central em Lisboa, por onde passavam todas as decisões, essencialmente composta pelos homens que assumiram a causa dos antigos combatentes.

Depois de oficializada, em Janeiro de 1924, e com a crescente regularização dos trabalhos, é em 1925 que pela primeira vez os órgãos administrativos são democraticamente eleitos, eliminando-se aqueles pouco funcionais, bem como as agremiações apenas nominais. Dá-se assim um período de consumação da instituição, até que no ano de 1926, esta se instala em força no espaço público, com a criação de um órgão de imprensa próprio. Conclusões que não podem ser abusivas pela dependência dos relatórios de gerências da DC, direccionados para o período posterior a 1926, mais especificamente à gerência de 1926-1927, quando são fornecidos os primeiros valores de despesa e receita e, mais especificamente, da assistência efectuada, números que ajudam a perceber a criação de processos alternativos à insuficiência das políticas oficiais.

A grande mudança na assistência da Liga passa essencialmente pelos anos das gerências de 1927 a 1928, com um claro auge no ano de 1929. Pelo conjunto de realizações que a instituição leva a cabo, trata-se de um período com um aumento de mais de 40 núcleos comparando com o ano anterior, o que permitia uma base social mais lata. Após a adesão à FIDAC, em 1928, era necessário concretizar o enquadramento nacional e internacional do movimento. Tal será realizado em Junho de 1929, com a realização do I Congresso Nacional de Combatentes Portugueses, mostrando, não só a "capacidade" da Liga mobilizar, custear e concretizar esse fenómeno de consumação pública (claramente tardio se considerarmos os casos de referência), depois das dissidências internas do ano de 1926 e da crise financeira de 1927.

É inevitável pensar que a instituição passou a ter o seu sucesso depois de 1934, quando se observa os valores de assistência e do número de sócios que passa a albergar – um aumento de quase 50% se comparado com os totais mais altos obtidos

por algumas das gerências anteriores. Não se pode ignorar, no entanto, que a criação da Comissão Permanente dos Combatentes da Grande Guerra (CPCGG), em 1931, e a definição dos novos estatutos da LCGG, em 1934, determinariam que toda a actividade da instituição passasse a depender directamente do Ministério da Guerra, responsável pela nomeação dos membros para um único órgão recém-criado – Comissão Central Administrativa – com total controlo das actividades da Liga, tratando directamente com a CPCGG todas as questões que dissessem respeito a este grupo social. À luz da nova política corporativa nacional, a concentração de todos os assuntos que aos combatentes dizem respeito numa única organização, a LCGG, tutelada directamente pelo Estado, iria impôr um maior controlo local e "obrigatoriedade" de pertença.

É ainda de ressalvar a importância da DC, por onde passou a maior parte desta análise, uma vez que se pretende estudar a movimentação geral dos combatentes em Portugal e que passa maioritariamente pela LCGG. Não se omite a importância que teria esmiuçar os núcleos locais e os homens que os compõem; a origem social dos mesmos; quem financia e que meios possui; bem como todo o conjunto de actividades que exerce para além das mais imediatas de assistência e celebração da guerra. Em suma, perceber como este processo de identidade de grupo funcionaria a nível local. Trata-se, porém, de um projecto que levaria a toda uma pesquisa de trabalho de campo localizado e de análise da relação com os poderes locais, o que constituiria um outro exercício e uma outra escala. Aqui interessa perceber, não esquecendo a importância dos estudos de caso, de que forma numa dimensão nacional se concretiza o movimento de combatentes português e a sua relação com o poder central, para entender a construção de uma ideia dominante da rememoração da guerra.

Da DC, a ela directamente ligados ou aos núcleos locais mais importantes, fazem parte, na sua grande maioria, homens que protagonizaram o processo de definição pública da memória da guerra, inseparável da acção e movimentação dos combatentes que, na sua fase primária, demarca claramente a sua natureza. Daí a importância de referir o nome de homens que constituíram os seus quadros de direcção até 1926, nomeadamente homens como Eugénio Carlos Mardel Ferreira, Afonso Júlio Cerqueira, José Esquível, Alberto Mac-Bride, Augusto Campilho Lima Barreto, João Pires Carvalho, Carlos Ludgero Cabrita, a exemplo para o núcleo de Oeiras Luiz Augusto Ferreira Martins e Manuel Gonçalves Monteiro.

A imagem de movimento de massas que caracteriza de forma genérica a maioria das organizações de antigos combatentes está longe de se constatar em Portugal. No final da década 20, apenas cerca de 20% num total de homens mobilizados integravam a Liga, aproximando-se do caso da *British Legion*, que comportou a mais baixa mobilização no conjunto dos grandes intervenientes.

Prost questiona-se, num determinado momento, sobre quais seriam os homens que aderiram ao movimento francês e aqueles que ficaram de fora: o que motivaria uns e outros, razões de natureza militar, geográfica, social, política ou se seriam interesses económicos[403]. Em França, dos sobreviventes, 20% recebia uma pensão (cerca de um milhão), a maioria dos quais pertencente a associações de antigos combatentes (uma espécie de sindicato de vítimas da guerra). Estas assumem um papel de liderança, com imensas actividades: administração das várias delegações; publicação de um jornal; participação em comités e reuniões sociais. Funções que exigiam disponibilidade de tempo aos dirigentes, só podendo ser exercidas por homens sem compromissos profissionais (daí 60% dos líderes nacionais e departamentais serem pensionistas de guerra). No entanto, os combatentes sem pensão eram a maioria nestas associações, não se podendo justificar o associativismo por razões económicas, até porque a taxa de membros não diferia muito entre os indivíduos próximos da reforma daqueles mais jovens.

As razões que alimentaram a adesão ao movimento português são, tal como em França, extremamente variadas e dependentes de cada indivíduo. Poder-se-ia justificar com qualquer das razões que em França também incitaram a este processo. Ressalve-se o maior dinamismo das organizações sediadas em espaços urbanos e do centro do país. A compreensão conclusiva de Antoine Prost da análise do movimento combatente francês pode ser também aplicada a Portugal. Este movimento não passava por uma simples junção de vítimas da guerra, mas "adoptou um modelo social tradicional" de culto aos mortos, assistência e informação[404].

[403] Cf. Prost, *In the Wake of War*…, 45.
[404] Cf. Prost, *In the Wake of War*…, 41-47.

CAPÍTULO V.

O MOVIMENTO DE ANTIGOS COMBATENTES EM PORTUGAL E A DEFINIÇÃO PÚBLICA DA MEMÓRIA DA GRANDE GUERRA

> Para a organização política e patriótica dos combatentes.
> É assim que deve ser. Devemos todos empreender a valorização do nosso papel social como outrora soubemos valorizar o nosso papel heróico. Fomos uma geração de sacrifício e não somos ainda a geração da vitória.
> A vida é breve, camaradas da Pátria! Pensai que não tendes mais de vinte anos activos para viver a vossa vida de sonhos e realizações elementares. É preciso, por conseguinte, ver bem como se poderá aproveitar esta vida.
> Organizemos, pois, a nossa Acção, levantando alto ao mesmo tempo a grandeza da nossa Consciência.
> Desde já os combatentes protestarão:
> Contra a política civil;
> Contra a política anti-heróica;
> Contra a política anti-construtiva.
> Regenerarão:
> Os falsos heróis;
> As falsas ideias;
> Os falsos louvores.
> Pedem justiça contra o desproteccionismo, a indiferença política e negação de autoridade administrativa e social a que o Estado vota:
> Os que fizeram a Guerra;
> Os que empobreceram pela Pátria;
> Os que se sacrificaram e mutilaram pela honra de Portugal!
> Os combatentes são, corajosamente e irreverentemente, pela formação de uma Honra e dum Heroísmo nacionais[405].

[405] António de Cértima, "Para a organização política e patriótica dos combatentes", *A Guerra*, ano 2, n.º 17, Maio de 1927, p. 5.

Antigos combatentes de guerra que deambulam e mendigam miseravelmente pelas ruas das cidades sem emprego e perspectivas de vida, nostálgicos da camaradagem das trincheiras ou movidos por ressentimentos nacionalistas.

Militarismo, fascismo, conservadorismo e moralismo são ideias que alimentam muitos dos prejuízos do senso comum face aos combatentes, apesar dos estudos históricos desenvolvidos mais profundamente desde a década 70[406]. Corresponde esta concepção, espelhada na proclamação de António de Cértima (acima transcrita), ao universo ideológico do movimento dos antigos combatentes em Portugal?

Procurar-se-á neste capítulo mostrar de uma forma ampla a relação entre os antigos combatentes e as dinâmicas políticas coevas, sobretudo tendo em conta a eventual militância das suas acções. Este exercício tentará fixar quais os valores recorrentes que alimentam os discursos e materializam as "vozes públicas" de afirmação, rumor e generalização das suas causas.

V. 1. Os antigos combatentes são…: militância e política

As investigações têm mostrado que a formação, evolução e natureza do movimento combatente diverge segundo as nações. A experiência da guerra resulta em manifestações muito diferentes entre beligerantes e no seio dos combatentes, entre a brutalização crescente e o amor profundo pela vida, dependendo da experiência e personalidade de cada um. Todos estão conscientes, no entanto, de terem vivido uma experiência fora do comum que os coloca à parte da sociedade. Um sentimento alimentado e indissociável do espírito da cruzada de voluntários.

O mundo anglo-saxónico apresentou uma taxa de voluntários altíssima, não oriundos necessariamente de classes desfavorecidas e não desaparecidos depois de visíveis os dramáticos resultados do conflito, resultado provável de uma sociedade maioritariamente urbana onde a propaganda de massa facilmente se difundia[407]. Este valor foi claramente menor em países onde persiste o recrutamento obrigatório, como é o caso de França e Portugal, onde jovens, letrados, artistas e intelectuais

406 Cf. Prost, *In the Wake of War*…, 137; Mosse, *Fallen soldiers...,* 68-69.
407 Cf. Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre*..., 129. Cerca de 90% do exército inglês era proveniente do mundo urbano.

sentem o apelo do patriotismo e alimentam discursos de legitimação do intervencionismo. Mais importante seria perceber de que forma este voluntariado persiste além da ideia inicial de uma guerra curta e se mantém fiel à "guerra imaginada".

O peso que acarretou o desenrolar da guerra não corrompeu este idealismo, antes legitimou-o na experiência das trincheiras, «um corpus de representações do conflito cristalizado num verdadeiro sistema dá à guerra o seu significado profundo»[408]. Desenvolve-se durante a guerra uma espécie de patriotismo religioso e familiar – cruzada que se inicia já no século XIX com a "nacionalização" das religiões que a guerra irá levar ao extremo – sincretismo entre sentimento patriótico e religioso que persiste para além do fim do conflito. Este consenso face à tragédia e aos valores que alimentaram uma luta entre homens próximos resulta da construção de aspirações positivas, povoadas de uma religiosidade salvífica, «o militantismo patriótico e espiritual visa, num primeiro tempo, aniquilar o inimigo e, depois, ultrapassar a morte»[409].

É este universo do patriotismo republicano que alimenta o discurso dos escassos voluntários e antagonismos políticos e sociais dos combatentes portugueses assim que a dramática realidade da desmobilização se lhes coloca. Joaquim Ribeiro faz uma breve ressalva na sua memória, como em poucas outras, ao voluntário da guerra:

> Houve voluntários nesta guerra, e de estranhar seria se os não houvesse. A entrada de Portugal na guerra foi saudada com estrondosas manifestações, sobretudo em Lisboa, e nas colunas dos jornais apareciam listas de voluntários. Ofereceram-se oficiais do exército, como Américo Olavo, André Brun, Augusto Casimiro e, infelizmente, poucos mais, porque foi o exército português aquele onde o germanofilismo mais trabalhou, explorando a cobardia; pseudoagravos, contra a classe, do principal partido da guerra; direito do exército ser ouvido; exigência do conhecimento, de notas diplomáticas, etc., para depois exigir a camaradagem tradicional que, infelizmente, levou a misturarem-se, especialmente no movimento das espadas, que colocou no poder o germanófilo Pimenta de Castro, e no célebre 13 de Dezembro oficiais republicanos! […] Dentre os deputados democráticos, alguns, os mais novos, os mais livres, os mais ardentes propagandistas da guerra talvez, ofereceram-se também como voluntários. Outros, porém, os mais entusiastas da primeira hora, negaram-se depois.
>
> Eu fui dos que não faltaram. Fi-lo por prazer e por dever. Quis experimentar as sensações duma guerra e convencer a minha consciência de que alguma coisa útil, embora com sacrifício, eu era capaz de fazer,

[408] Becker e Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre...,* 145.

[409] Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker, «Violence et consentement: la 'culture de guerre' du premier conflit mondial», in *Pour une histoire culturelle*, J.-P. Rioux e J.F. Sirinelli (Paris: Seuil, 1997), 253.

> em prol da minha Pátria. Tinha o dever de ir, uma vez que iam todos os soldados; e eu, que tinha concorrido para isso podia ser soldado[410].

A concepção daquilo que Mosse chamou do mito da experiência da guerra, é, neste contexto, revelador: a ideia de que os combatentes formariam um grupo especial – determinado pela experiência da guerra, forjado pelos sacrifícios e pelo esforço das trincheiras – que procurava assim reforçar a sua posição no seio de uma sociedade cada vez mais polarizada entre a esquerda e a direita políticas e num contexto de agravada crise do pós-guerra e da frustração de derrota ou de uma "vitória mutilada".

Apesar de inicialmente apenas se verificar a existência de uma associação de combatentes, esta não escapou às conturbadas alterações políticas do período em análise, entre a inicial desconfiança de fascização, a interna fragmentação do ano de 1926 e a profunda alteração regulamentar na década 30. A relação entre o discurso dos combatentes e a vida política ou a possibilidade de uma reacção política destes à evolução dos acontecimentos nacionais são elementos determinantes na especificidade portuguesa.

Paralelamente aos acontecimentos políticos, os antigos combatentes constituíram uma massa crítica ao mundo do pós-guerra – a uma sociedade industrializada e desumanizada que visava aniquilar da memória pública e oficial a experiência da guerra. A ocorrência de combates em território nacional, nalguns países, marcou todo o discurso do pós-guerra e criou condições para a formação de movimentos de contestação social, juntando à objecção destes homens, a dos grupos sociais que alimentavam a vaga de greves por toda a Europa e ameaçavam com a possibilidade de uma "revolução vermelha". Elementos que irão atemorizar os poderes liberais estabelecidos, que procurarão, numa apropriação política dos combatentes, aniquilar a voz de contestação. Em Portugal, sem combates no seu território, os antigos combatentes estavam longe das grandes massas e não faziam quórum aos protestos sociais, mas assemelhavam-se à realidade francesa na forma como foram apropriados politicamente.

A imagem mais dolorosa e incapaz de uma fácil reintegração passa pelos inválidos e o trabalho que com eles é realizado pelos poderes instalados. Apesar do atraso dos processos de apoio a estes homens, constata-se um forte incremento político da causa, patente na crescente contestação que marcou a actividade do

[410] Joaquim Ribeiro, *Na guerra. Depoimento de um voluntário* (Lisboa: Sociedade Editora, s/d.), 11-13.

IRMGA – criação, consolidação e imediata suspensão, assim como toda a discussão política em torno das leis de apoio a este grupo.

A questão dos inválidos foi atravessada por intensas lutas e debates públicos, sendo, desde cedo, espoleta de contestação do estado de coisas e falta de apoio. Estes constituíram a primeira voz na praça pública do abandono a que foi votada a causa da guerra e aqueles que dela mais directamente padeceram. José Pontes, aqui sobejamente referenciado, reage face à indiferença «daqueles que, tendo a obrigação de zelar pelos interesses dos bravos da guerra, só se lembram deles para explorações políticas ou exibições de falsa filantropia»[411]. A desilusão instalar-se-á depois da apropriação e o esquecimento a que foram votados os inválidos e ex-combatentes portugueses, logo nos anos 20.

> Desembarcaram um dia no cais, teem uma recepção algo carinhosa, um transporte automóvel rápido, cedidos pelas beneméritas corporações de Bombeiros Voluntários, condu-los ao Instituto de Santa Isabel, um banho, roupa lavada, uma refeição que reanima, depois de uma viagem de três dias, com a preocupação do ataque submarino e uma atmosfera de carinho, diga-se a verdade, envolveu os mutilados. Festas em sua honra, bilhetes gratuitos para os teatros e para as touradas, cumprimentos das entidades oficiais, artigos laudatórios nos jornais, subscrições em seu favor, um Instituto de Reeducação, etc. […] Porém, tudo foi acabando pouco a pouco, até ao esquecimento que já por tantas vezes temos apontado e esse esquecimento vai tão longe, que no decorrer do ano de 1920, morreram, sem mais consagração, nem mais referência que a dum platónico aviso do administrador do concelho para as suas unidades os seguintes heróis: […] alguns morreram debatendo-se na mais horrorosa das misérias, atirados para as terras da sua naturalidade com a reforma de $35 centavos diários. A injustiça com que foram tratados, estes obscuros, mas leais soldados, não tem explicação absolutamente nenhuma. Para que existia o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra? Afora a missão especial de os preparar para exercer novas funções, o que nunca se conseguiu, uma missão lhe estava reservada[412].

É evidente, pelos números de inválidos reconhecidos oficialmente, que as pensões atribuídas passam quase exclusivamente pelos homens que estiveram internados nestes institutos de reeducação, essencialmente o de Arroios que garantia alguma continuidade no processo de tratamento e reeducação (já que o de Santa Isabel serviu, maioritariamente, de triagem).

A realidade que se pôs por cá em pouco se distinguiu da verificada nos demais países aliados, mas as dificuldades seriam agravadas por um profundo atraso legal e pela suspensão do IRMGA, única instituição (iniciativa filantrópica/privada)

---

411 José Pontes, "A assistência aos mutilados", *O Século*, 12 de Março de 1918, p. 1.
412 *O Mutilado*, n.º 11, 30 de Janeiro de 1921, p. 1.

nacional de apoio aos inválidos de guerra, cometendo-se, segundo José Pontes, «um crime em Portugal e que confrange a minha alma de idealista. A melhor obra que nós tínhamos, a do hospital de Arroios, deixou-se acabar. E porquê? Porque nisso se meteu a política»[413].

É este o primeiro *round* de debate nacional e também de delineação pública da identidade dos antigos combatentes enquanto grupo que, assumindo a causa das vítimas da guerra, servirá de mote à organização associativa. Ao contrário de França que, já em 1917, realiza a sua primeira grande reunião de associações de inválidos, em Portugal esta acontece apenas em Janeiro de 1926, com o I Congresso de Inválidos em Coimbra. A primeira regulamentação oficial dos estatutos de uma agremiação apareceria apenas no início da década 30.

As associações de combatentes inválidos assumiram-se como *lobbies* junto do poder político para a obtenção de pensões, reformas e vantagens materiais, mas ressalvando a sua especificidade no seio do mundo combatente. A grande conquista dos inválidos franceses, logo em 1919, assenta no reconhecimento de todos os inválidos como inválidos de guerra, a não ser que o *ministère des Pensions* provasse o contrário. Em Portugal, apenas em 1927 seria publicado o primeiro regulamento global – o Código de Inválidos, mas sempre sujeito a revisão e reestruturação. Excluídos do debate e da esfera de decisão em torno das suas próprias condições, os combatentes mobilizar-se-iam no sentido da constituição de uma agremiação para reivindicação e conquista de direitos – a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, protagonista deste processo desde o ano de 1923.

A maioria das associações de assistência, solidariedade e rememorativas que surgiram no decorrer ou imediatamente depois da participação portuguesa no conflito, partilham de um espírito marcadamente republicano, não se devendo, no entanto, fazer desta conclusão uma generalização abusiva. O desaparecimento de algumas agremiações republicanas, no início da década 30, denuncia a grande mudança ideológica.

O movimento que partiu da necessidade de criar uma voz única de reivindicação e conquista de direitos dos antigos combatentes da Grande Guerra, representou mais do que um simples dinamismo de acção contestatária. A nível nacional e local, desempenhou uma importante acção de reintegração social dos combatentes, mesmo acreditando que ficou aquém do número que poderia albergar,

413 José Pontes, *Diário do Senado*, 15 de Janeiro de 1926, pp. 7-8.

uma vez que existe um largo desfasamento entre o coeficiente de homens recrutados para a guerra e aqueles que preencheram os núcleos espalhados por todo o país. Central "coadjuvante" na luta pelos direitos dos inválidos de guerra e na actividade rememorativa de que, mais tarde, veio a assumir total controlo, desde as comemorações do 9 de Abril e do 11 de Novembro, ao tratamento e culto dos mortos e à manutenção e construção de lugares de memória.

A publicação da Portaria n.º 7:826, de 18 de Maio de 1934, estabelece profundas mudanças na LCGG, essencialmente ao nível da administração central, mas que interfere na totalidade do que será o movimento de combatentes na sua acção e decisão. O último relatório de gerências, para o período aqui em consideração, é extremamente breve e apresenta uma "nota de despedida" elucidativa da anterior direcção –

> oxalá o Estado não tenha intervindo no funcionamento normal desta obra de solidariedade, senão para mais de perto conhecer os problemas que determinaram a sua criação e para mais estreitamente unir, enfim, os seus esforços dos que, por espontânea dedicação de camaradas, consolidaram e tornaram indispensabilíssimo este organismo! Sobretudo, oxalá que, em sua intimidade com o poder central, a Liga se não contagie das características de uma fria repartição burocrática, antes se mantenha o lar espiritual dos que foram à guerra e lá estreitaram uma calorosa camaradagem de corações, que tem resistido a todas as divergências dos espíritos[414].

Ainda no parecer da mesa da junta central apresenta-se uma evidente salvaguarda do funcionamento apartidário da instituição, porque «dentro da Liga, podemos afirmá-lo, nunca se fez política partidária, e só o engrandecimento da Nação nos interessava, só a defesa dos sagrados direitos dos combatentes nos unia, só, e unicamente, os nossos esforços eram conjugados num fim: honrar a memória dos nossos Mortos e amparar na indigência os vivos»[415].

As transformações a que a Liga foi submetida, nos anos 30, resultam da reestruturação constitucional do movimento associativo (concentração/suspensão) em Portugal, como a suspensão de actividades de associações que surgiram num

---

414 LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934*…, 6. Esta "despedida" é assinada pelo presidente da junta central, José Xavier Barbosa da Costa, e pelo presidente da direcção central, Hernâni Cidade.

415 Manifesta-se o necessário "acordo" com as instâncias superiores para a execução de todas as funções, desde cerimónias de carácter patriótico ou propaganda, apresentando os futuros objectivos, com um claro aumento do poder desta *junta* procedendo à concepção dos novos estatutos da instituição a ser discutidos em assembleia-geral magna (30 de Maio de 1934). Esta nunca veio a realizar-se devido à emanação pelos ministros da Guerra e da Marinha da Portaria 7:826 de 18 de Maio, que substituiria a Direcção Central existente. Publicada esta Portaria, deixaria de ser necessária a convocação de assembleias-gerais magnas para que os órgãos administrativos centrais fossem eleitos.Veja-se LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929*…, 7-11.

contexto de guerra ou de pós-guerra para a defesa da causa republicana. Cria-se uma verdadeira ruptura, homens que protagonizaram a sua acção – senão desde a sua criação, pelo menos quase – foram substituídos, permanecendo alguns mais neutrais, como Mac-Bride, até à futura indisposição pública com o Ministro da Guerra, na época, já Salazar[416]. Homens que iriam protagonizar actos de oposição ao poder. Antes de mais são os voluntários e os construtores do idealismo patriótico e intervencionista, centrais quer na definição do movimento combatente, quer nos processos rememorativos em torno da guerra e provavelmente na definição do que foi a natureza, protagonizada pelos combatentes, da memória pública da I Guerra Mundial em Portugal.

V. 2. "Vozes públicas", discursos e valores: para uma gramática da acção

A questão impõe-se: onde situar ideologicamente o movimento português?

Tal como já se verificou, existe uma clara proximidade ao caso francês, no que diz respeito à delineação, origem e "estrutura" do movimento de combatentes em Portugal, apesar de estar longe da diversidade e heterogeneidade de associações desse país. No entanto, o trabalho de pesquisa aqui desenvolvido passou por perceber de que forma os combatentes se constituíram a base da delineação pública da memória da guerra. A morte afecta profundamente o quotidiano dos soldados, mas não é trazida para o social, já que os combatentes levaram algum tempo a partilhar as suas experiências. Em Portugal, tal como já foi verificado, não fosse a produção de memórias individuais publicadas no imediato pós-guerra, com alguns interesses políticos ou reivindicativos de homens que iriam ser a voz do movimento combatente, esta experiência ficaria no esquecimento público ou no "isolamento rural" a que estes foram e se votaram.

[416] As cisões internas no movimento combatente foram evidentes e indissociáveis dos acontecimentos políticos e das transformações nas Forças Armadas. A transição política de ditadura militar para civil marcou inevitavelmente a orgânica da Liga, rompendo com o inicial equilíbrio entre os dirigentes civis e militares. Embora a nível dos núcleos centrais exista uma dominância da classe castrense. Alguns destes homens foram marcadamente republicanos e assumiram os comandos da Liga ou deste movimento. Considere-se essencialmente os casos de Lisboa, Porto e Coimbra, aqui de mais fácil análise.

Dessas "vozes públicas" antevê-se que a experiência da guerra é retida pelos combatentes como a mais marcante das suas vidas e da qual têm orgulho, não heróico, mas um orgulho pela sua capacidade de extrair dessa vivência aprendizagem, amadurecimento e, por fim, felicidade, porque conseguiram resistir a tamanha provação. Como refere Prost, «este 'orgulho modesto' não era exibicionismo militar, nem arrogância colectiva [...] era um sentimento inteiramente privado [...] os combatentes sabiam que não eram cobardes. Não se viam como heróis»[417]. Outro sentimento habita este mundo. Não obstante a desestruturante ausência de espírito de corpo no seio das Forças Armadas portuguesas, na verdade este delineia-se de forma mais evidente num pós-guerra, baseado nos laços fortes de fraternidade criados num contexto de necessária sobrevivência e abandono das forças políticas.

Não é o sentimento dos homens que aqui se procura, mas a sua forma e força na construção da memória de grupo num pós-guerra e a sua estruturação no centro das especificidades do universo memorial num contexto europeu de profundas transições. A concepção do que se entende da experiência de guerra em Portugal deve-se muito aos autores já referidos no primeiro ponto desta parte, aqueles que alimentaram os valores do intervencionismo idealista e passaram nas suas memórias a dar corpo àquilo que o combatente comum, na sua maioria analfabeto, evitava expressar. É o conteúdo destas memórias que vai compor a construção ideológica e oficial do grupo, assim como todos os valores que vão povoar o seu universo de acção, reivindicação e rememoração.

Dizem-se politicamente autónomos da realidade, mas na verdade não ficaram imunes às transformações políticas e sociais deste período. Segundo Prost, a natureza violenta e política atribuída às associações de veteranos assentava num preconceito, principalmente da esquerda, «o antimilitarismo dos veteranos era evidente, patente não só na sua forma de organização e nas suas actividades, mas também nas opiniões expressas, notavelmente na guerra e na paz»[418], um fenómeno claramente divergente da realidade alemã, onde ex-combatentes insistem em continuar a preencher os desfiles e paradas, organizadas pelas forças no poder.

O paradoxo do antimilitarismo do soldado vê-se na forte resistência às formas militares de exercício da autoridade. Os combatentes não apreciavam os oficiais do exército, uma vez que davam demasiada importância aos regulamentos formais, sendo muitas vezes violentos, acreditando que para existir ordem era

417 Prost, *In the Wake of War...*, 15.
418 Prost, *In the Wake of War...,* 51.

necessária agressividade. Vários actos de resistência nas trincheiras, nas memórias e na imprensa, reivindicavam a igualdade republicana, recusando o espírito de subordinação militar, que esquecia muitas vezes a realidade envolvente. Sem esquecer a "traição" dos oficiais do quadro durante e depois da guerra. Este será o espírito que procurará ser dominante na construção dos processos rememorativos.

Os antigos combatentes são profundamente patrióticos, um patriotismo pacífico longe das rivalidades entre nações, já que o conflito fora fruto do *nacionalismo criminoso*. Denunciando o "mau patriotismo", acreditam ser a verdadeira encarnação do "bom patriotismo", mais do que ninguém – uma vez que ofereceram a vida em prol da defesa da pátria. Em Portugal, tal como em França, o patriotismo dos antigos combatentes definia-se por ideias republicanas.

Está-se perante um conceito adquirido nas escolas primárias da República (excepcionalidade destes discursos que partem de uma elite, considerando a taxa de analfabetismo em Portugal) a que muitas vezes a direita se opôs, mas que delimita claramente a fisionomia do patriotismo dos veteranos. Esta forma republicana de nacionalismo de "ilimitado amor pela humanidade" não é completamente inocente, pois concilia um «subtil orgulho nacional e disfarça uma imensa afirmação da superioridade da França sobre as outras nações»[419].

Face a todo este conjunto de pressupostos, Prost pôde concluir,

> se o patriotismo dos veteranos era puro, refinado, tolerante era também imenso e presumido. A França que não tinha mais reclamações militares, territoriais ou coloniais podia desdenhar quaisquer considerações de interesse próprio. Ela podia sinceramente desejar a paz, justiça e direito. Esta era dissimuladamente a melhor forma de manter os ganhos conseguidos na guerra. A vitória, de que os veteranos falam pouco, selou a reconciliação entre patriotismo e pacifismo no culto dos Direitos[420].

No entanto, os valores de uma república não bastam para explicar os sentimentos patrióticos. Este patriotismo humanitário não era completamente polido de "clichés éticos", de princípios da identidade nacional estabelecidos (já divulgados em Oitocentos), formas de legitimação do movimento republicano e mais tarde da própria Revolução de 1910.

A construção de uma ideia consensual da vitória não é parte integrante do universo ideológico dos combatentes. Aliás o desacordo profundo da intervenção e os resultados que não garantiram as compensações desejadas denunciam uma

419 Prost, *In the Wake of War...,* 83
420 Prost, *In the Wake of War...,* 93.

aproximação ao caso italiano da *vitória mutilada* e levam ao questionamento do possível impacto no comportamento político dos combatentes.

Prost vai mais além do que se entende por um patriotismo pacifista e humanitário. Será concebível dizer que existe uma política comum, um pensamento político único no respeitante quer à política nacional e internacional, quer à política do próprio grupo? Como podem homens de todas os estratos sociais e de todos os antecedentes ideológicos concordar com as mesmas referências políticas[421]?

A LCGG deu resposta formal a esta questão logo que publicados os seus estatutos: «é expressamente vedado a qualquer associado manifestar, dentro da mesma o seu credo político ou religioso»[422], sendo o seu principal objectivo a luta pelos direitos dos combatentes e daqueles dependentes. Este seria o fundo ideológico comum – o envolvimento político não era central.

Os "clubes" de veteranos das pequenas cidades e aldeias tinham várias funções. Sentiam a responsabilidade de moldar a opinião pública e educar, instruindo os seus membros acerca da cidadania. Para tal, organizavam-se anualmente encontros nacionais, conferências distritais, campanhas locais de propaganda e celebração das datas rememorativas. A ingerência em assuntos políticos mais particulares poderia levar à perda de membros. Daí normalmente não interferirem em questões mais polémicas e delicadas, limitando-se a informar, divulgar e consolidar os valores de cidadania. Esta atitude revela uma aproximação ao caso francês e afasta a ideia de se pensar que possa reproduzir o que aconteceu (em parte) em Itália.

As intervenções na realidade política são marcadas por uma dinâmica geral e estereotipada de pensamento e acção, orientadas por uma ética superior. Empregavam expressões morais generalistas e repetitivas, criando um discurso uníssono baseado na uniformidade da experiência da guerra que conferiu uma pureza ausente de propósitos individualistas, acima da política partidária. Esta abstracção evitava qualquer cisão do movimento, seja ela de natureza social, política ou económica. A legitimação de uma moral universal garantiu assim a persistência do movimento além da instabilidade que neste período se fazia sentir, despertando processos de solidariedade mútua.

A experiência da guerra não cria um novo espírito, mas "reacende os valores da nação". Uma moralidade geral e abstracta que permite integrar todos os cidadãos,

---

421 Cf. Prost, *In the Wake of War...,* 95.

422 Portaria n.º 3:888 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 22, 29 de Janeiro de 1924 – *Estatutos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra* (art.º 3.º).

evitando qualquer divergência nacional, cujos interesses são superiores aos interesses de cada grupo, e exercendo um importante papel moderador. Uma espécie de discurso demasiadamente retórico e expansivo que não deve ser tomado literalmente para fins administrativos ou judiciais, e que na verdade não tem nenhuma realização política em concreto, se não poderia até mesmo ser confundido com um fascismo,

> A Liga dos Combatentes tem, muito justamente, o seu lugar marcado, por direitos adquiridos na vida da Nação e por isso mesmo não deve alhear-se dessa obra necessária, da resolução de todos os problemas vitais do país. O seu ideal patriótico, absolutamente liberto de finalidades políticas no sentido restrito do partidarismo – deve ter um só lema: – o nome de Portugal, a sua necessária propaganda no estrangeiro e a união sagrada de todos os portugueses – sem distinção de credos políticos ou religiosos – para a consecução dos fins em vista[423].

A fraternidade é parte do passado e não alimenta a formação destes grupos. As associações não reflectem a continuidade de um pelotão/companhia, mas sim uma condição comum (embora possam existir "comunidades regimentais", estas têm uma duração muito curta).

Tal como em França, deduz-se que seja um movimento popular, mas não proletário. Um grupo extremamente diversificado no seu interior, iniciado por homens desmobilizados de baixa patente e condições de vida precárias que recorrem aos republicanos mais voluntariosos da causa da guerra, passando a ser dirigidos por uma classe média. A nível local são um movimento marcadamente rural e *responsável* por uma campanha de dissimulação do horror da guerra, mas também de consciencialização da importância dos heróis locais.

Campos Rego, um dos homens que esteve à frente deste movimento e da sua luta, principalmente em Coimbra, fez uma apresentação, clara e revoltante, dos fundamentos que levaram à criação da LCGG, iniciativa de parcos recursos ao dispor de homens como Faria Afonso, Mardel Ferreira, Ribeiro de Carvalho, Lima da Veiga, e das injustiças e calúnias que sobre ele foram apontadas,

> Em Portugal, a incúria e o abandono a que foram votados os combatentes, ultrapassou os limites da paciência e da razão. Completamente desprovidos do mínimo auxílio legal e só escassamente beneficiados pela assistência provada, incerta e deficiente, estavam eles como que positivamente esquecidos e ignorados de tudo e de todos, restando-lhe só o recurso de lamentarem as suas dores e misérias, condenando-o esse abandono tão subitamente injusto e cruel. […] O primeiro impulso da Liga foi duro e impetuoso. Os adversários – o comodismo tradicional dos nossos costumes lusitaníssimos e a chicana

[423] António José de Campos Rego, "O nosso inquérito. O depoimento do valoroso combatente de N'hamacurra e Director de *A voz dos Combatentes*", *A Guerra,* ano 5, n.º 50, Fevereiro de 1930, p. 4.

> política, - olharam de revez, tementes e desconfiados. Que força era essa que surgia?
> Sobrevieram desconfianças ridículas, temores exagerados... Supunham-na uns, à Liga, como que uma espécie de Camorra, de intuitos sinistros e destruidores... Outros julgavam ver nela uma modalidade nacional do fascio, essa forma altiloquente de política que o verbo inflamado de Benito Mussolini prega hoje como sendo a redenção da Itália...
> Nem faltou quem temesse ver irromper um dia, no Terreiro do Paço, ululando, ameaçando, toda sedenta de vinganças e de extermínio, a avalanche formidável de 120 000 Combatentes Portugueses, a impor a sua vontade, a implantar em Portugal uma plutocracia bélica, feroz, tigrina, caldeada na atmosfera mortífera dos combatentes, subvertendo a nacionalidade, abalando toda a ordem social e pondo em perigo grave a segurança do regime...
> E para nada suceder, não faltou quem, imbecil e idiotamente, não hesitasse até em chegar ao vil extremo de perseguir e caluniar impudicamente os que por esse país fora, procuravam dar consistência à ideia criadora da Liga, buscando reunir vontades que andavam dispersas, agremiando elementos para a formação de núcleos associativos locais.
> Pitoresco país o nosso... [...]
> A solidariedade é o sentimento que nos seus corações vive mais intensamente. A Liga é bem uma maçonaria de amor e de bondade, composta de homens habituados à dura lide da guerra, mas crentes e convictos que só uma paz fecunda, em ordem, trabalho, tolerância absoluta de crenças e opiniões, de máximo respeito pelas leis, fará tornar feliz e progressivo o Portugal porque eles se bateram gloriosamente.
> Que não ouse ninguém, quem quer que seja, cuspir uma afronta na Pátria.
> Se isso, infelizmente, viesse a suceder[424].

Em França, o antiparlamentarismo endossado pelos combatentes não era infundado, apontando o colapso da terceira e quarta República a uma alegada instabilidade ministerial. Trata-se de críticas sérias e moderadas. A ideia de uma reforma governamental representava uma resposta razoável aos defeitos de funcionamento do regime – muito longe das decisões autoritárias de inspiração hitleriana ou de um golpe de estado – apenas simples criação de uma República "mais moderna", sem o desejo manifesto, de uma intervenção política[425]. Na verdade,

> não pretendiam os homens da guerra intrometer-se na barafunda das lutas partidárias. Esse género de combate não era de molde a seduzir quem, com lealdade e galhardia, pelejara em campo aberto. Não aspiravam aos altos cargos, nem à caça dos lugares rendosos, por meio

[424] Campos Rego, "A obra da Liga dos Combatentes", *A Guerra*, ano 1, n.º 9, 11 de Novembro 1926, pp. 5-7.
[425] Cf. Prost, *Les anciens combattants...,* 2. Mentalités et Idéologies, 218. O artiparlamentarismo dos combatentes é justificado pelo «mauvais fonctionnement des institutions parlementaires en France dans les années 1930 […] l'insatisfaction des combattants tient à ce qu'ils n'arrivent pas à infléchir le pouvoir dans le sens où ils le souhaitèrent. L'accès aux décisions leur est refusé pour des raisons à la fois sociales et politiques. Ils ne sont haut places dans l'échelle sociale pour compter par eux-mêmes, et les méthodes qu'ils choisissent pour peser sur le pouvoir ne sont pas efficaces».

> da intriga, das influências, dos compadrios, era da baixeza que pudesse ser cometida por quem tanta vez afrontara a morte[426].

A mesma recusa da desorganizada e fragmentada política partidária é também comum aos valores que alimentam as construções teóricas dos combatentes portugueses, expressa quer em textos memorialísticos, quer de forma discreta através da imprensa especializada. Um comum desalento da política que se fez em tempos da guerra e que no final levou alguns destes republicanos a abandonar a vida política activa. Joaquim Ribeiro em *Depoimento de um voluntário* escreve (Maio de 1919),

> a minha carreira política tinha terminado há muito; e eu, num exame de consciência, constatei que não devia nada à República, que tanto amava e que, com desinteresse e abnegação, tinha servido. As desilusões e desgostos sofridos davam-me portanto o direito de repousar: doravante não teria responsabilidades nem, consequentemente, obrigações. Mas... se a seguir a vitória eu tivesse julgado do meu dever voltar à política, teria prontamente abandonado esse mister, tão grande foi o meu desgosto por ver que não só a obra do dezembrismo foi mantida, como agravada por um igual esbanjamento financeiro. Homens de todos os partidos levados ao poder para defenderem o regime, na sua maioria só legislaram (e favoreceram) com a inconsciência da sua absoluta incompetência, sem que tivesse cumprido um único mandato que àquele lugar os levou.
> Eu tenho, no entanto, a ardentíssima fé que, com a República, melhores dias virão para o meu país; e confio na abnegação e patriotismo daqueles que, servindo-a com isenção, teem sido os seus mártires. E só nesses confio[427]!

Dos patriotas republicanos, do ínfimo universo de voluntários de guerra portugueses, pode-se antever o desalento e afastamento da vida política. Jaime Cortesão nas suas *Memórias da Grande Guerra* em *post-scriptum* escreveria:

> O facto de escrever este livro tem consequência lógica e moral: afastar-me da vida partidária. Por essas páginas fora demonstra-se que não tenho as virtudes dum bom correlegionário. Quando fui para França levava já o desejo de me afastar do partido a que pertencia. Quando aqui regressei, o regimen de opressão, que se usava contra os democráticos, impedia-me de o fazer, como outros com mais responsabilidades fizeram, abandonando a actividade política, eufemismo, que, em certas alturas, perde toda a utilidade retórica. Também o não faria, antes do termo da guerra. Sujeitei-me assim a todas as consequências da fé política imputada.
> Entrei precipitadamente na vida partidária e, em parte, na desilusão de que os partidos novos não reeditaram os erros velhos na sua vida interna.

---

426 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 14-15.

427 Ribeiro, *Na guerra. Depoimento de um voluntário…,* 259-260. Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro, bacharel em filosofia na Universidade de Coimbra, dedicou-se à actividade de agricultor. Militante do PRP, foi deputado por Tomar a partir de 1911, vindo mais tarde a tomar assento no Senado. Sobraçou, por três vezes, a pasta da Agricultura (Janeiro a Março de 1920, Agosto a Dezembro de 1923, Fevereiro a Julho de 1924). Foi voluntário da I Guerra Mundial. O que afirmou nas memórias de abandono da causa política, não se verificara, já que mais tarde veio assumir a pasta da Agricultura (Cf. Marques, *Parlamentares e Ministros…,* 372).

> Iludi-me e errei. Um homem, que procura a beleza e a verdade, não deve manchar essa missão com a cegueira das paixões políticas. Os que nasceram para cantar e exaltar os corações alheios devem ter a voz clara e isenta a não hipotecar a sua liberdade por um fio que seja. Desgraçadamente a vida partidária em Portugal gira ainda em volta da educação monárquica. Quem dentro dos partidos quiser servir ideia, obriga-se principalmente a servir homens.
> Demais, a minha maior actividade partidária realizou-se em volta da guerra. Não me arrependo. Julgo que até o máximo título de glória é motivo suficiente a justificar a existência e defesa desse partido foi o papel decisivo que teve na nossa participação. Eu levei, nesse particular, até às últimas consequências as responsabilidades do meu credo. [...] Venho de empenhar o meu esforço em luta de tamanha grandeza que não mais posso servir de mentiras ou misturar-me em prélios mesquinhos. A guerra armou-me com uma alta e aguda lança. Mais do que nunca eu quero combater. Proponho-me, todavia, não a empunhar em defesa dos erros alheios, nem lhe manchar o brio na poeira torva, que levantam os maus combates[428].

Este distanciamento da política de partidos não deve ser confundido com a apologia do fascismo ou com uma ameaça autoritária ao regime. Existe uma clara recusa. O republicanismo "destes" combatente é incontestável num contexto de afirmação das ditaduras. Os seus dirigentes são acima de tudo homens de profissões de fé republicanas – a ideia seria apenas reforçar o executivo, mas sempre submetido ao "sufrágio universal". Este abandono dos partidos deve-se a um profundo desalento com a vida política e partidária da República, agravada pelas convulsões, na sequência de Pimenta de Castro, de Sidónio Pais, e das Juntas Militares, que colocaram a intervenção na guerra na lista dos erros dos democráticos. Para a qual estes republicanos fizeram campanha e se sacrificaram voluntariamente.

O republicanismo dos combatentes alimentado pelo moralismo humanista inculcado pela escola laica exclui a violência e a ilegalidade, ressalvando a consciência e virtude de cada cidadão, em vez de uma obediência passiva e incondicional. A guerra reforça estes sentimentos numa luta contra o imperialismo alemão em defesa da República e das suas liberdades. A experiência de guerra concede aos antigos combatentes mais razões para se oporem à militarização do seu universo. A forma como foram retirados da vida civil e submetidos às pressões da autoridade militar em contextos de extrema violência desenvolve neles o desejo de paz e estabilidade.

É importante analisar a marginalidade dos veteranos na realidade política: nunca têm influência em questões de interesse geral, as reclamações são limitadas às suas necessidades, e frequentemente, quando era dada resposta às suas reivindicações, visava-se silenciá-los. Esquecia-se que, neste meio, também havia

[428] Cortesão, *Memórias da Grande Guerra…,* 239-242.

homens muito competentes, líderes importantes e com capacidade de desenvolver actividades de destaque.

A conclusão a que chega Prost para o caso francês leva a pensar as contingências do caso português e a procura, na análise dos processos rememorativos da guerra, de uma relação entre a natureza, estrutura e evolução do movimento combatente em Portugal e a implantação/consolidação da Ditadura. Sobre isto não se deve propor conclusões abusivas, muito menos comparações simplistas[429]. A identificação ideológica do grupo de onde partem os processos de construção da memória pública da Grande Guerra, situando-o num domínio dos valores republicanos da igualdade dos homens pela partilha da mesma experiência e, mais do que em França, a profunda crise política que acompanhou a intervenção bélica justifica o desalento com os partidos, mas não o abandono dos valores consumados pela Revolução de 1910.

A exigência em situar politicamente o associativismo dos antigos combatentes vai de encontro a um contexto de aceleradas transformações dinamizadas por extremismos de esquerda e direita. Esta necessária definição de posição atinge as associações internacionais de antigos combatentes. A FIDAC e a CIAMAC denunciam as tendências gerais dos debates políticos em torno do estrito cumprimento das condições de paz e manutenção da política de alianças e/ou por uma verdadeira conciliação com a Alemanha, não sendo estas posições inconciliáveis que se direccionam à reconciliação e segurança internacionais[430].

É necessário o ponderar muito bem os grandes preconceitos que catalogaram estes movimentos como fascistas pelo seu antipartidarismo e antiparlamentarismo: pela recusa de divisões no seio do movimento associativo; pela reivindicação do seu estatuto como legítima elite moral (chocando com a igualdade democrática); pela negação do pluralismo; pela invocação de uma vontade única superior às divisões da sociedade, sendo possível porque o conflito de gerações mascarou as diferenças

429 Cf. Prost, *Les anciens combattants...,* 2. Mentalités et Idéologies, 217-218 : «L'existence d'un puissant mouvement combattant, républicain dans ses objectifs aussi bien que dans ses méthodes et ses réactions spontanées, a constitué au contraire l'un des obstacles majeures au développent d'un fascisme en France. Les associations ont su, en effet, encadrer solidement, dans un réseau national aux mailles serrées qui touchait pratiquement deux communes sur trois, une partie considérable des classes sociales parmi lesquelles le fascisme avait pu recruter ses troupes. […] Le fait que le terrain ait été occupé, et solidement tenu, par les associations des combattants, le fait que celles-ci, par leur activité […] aient entretenu dans toute la France une discussion sur les grands problèmes nationaux, et l'aient maintenue dans un climat de sérieux et de modération éloigné des excitations sectaires, ce fait même mérite d'être pris en considération. Le fascisme ne s'est pas développé en France parce qu'il a rencontré un tissu républicain résistant».

430 Cf. Prost, *Les anciens combattants...,* 2. Mentalités et Idéologies, 77-78.

sociais, políticas e ideológicas. Os regimes fascistas apropriaram, em parte, o seu discurso, mas impõe-se evitar generalizações simplistas, sendo importante a contextualização dos fenómenos. Apesar destas mostras de comportamento tendencial, os combatentes são antimilitaristas e pacifistas, possuidores de um discurso patriótico, que se afasta do nacionalismo militarista. Os combatentes «queriam apenas que fossem ouvidas as suas opiniões na dupla qualidade de grandes sacrificados da causa nacional e guardiões das forças morais e espirituais que formam a superioridade dos povos. Queriam que, graças à dura lição do passado, lhes fosse reconhecido o direito de dirigirem o espírito da nação, tendo sempre vivo e presente o espírito da guerra»[431].

O discurso estereotipado dos combates sobre a política é indeterminado e abstracto, não se situando no tempo ou no espaço concreto da acção e intervenção real – uma espécie ideologia própria descontextualizada[432]. A base da construção teórica destas associações resulta de uma simbiose de vários fenómenos decorrentes do discurso republicano intervencionista do "exército de cidadãos" e da retórica em torno da experiência da guerra que forjou o "homem novo" com a capacidade de discernir os verdadeiros objectivos da nação, num pós-guerra marcado por uma profunda crise e crescente individualismo que os votou ao esquecimento e ao qual reagiram com uma organização da luta pela igualdade de direitos.

> E como essa sociedade amoral e egoísta ameaçava subverter a falange generosa que regressava dos campos de batalha, um movimento de solidariedade se impunha, como necessidade imperiosa e inadiável. Lugar aos combatentes! A par disto era necessário velar pelo cumprimento das obrigações sagradas que as nações tinham contraído para com os inválidos da Guerra, para com as viúvas, para com os órfãos, e procurar que a todos os combatentes fosse prestado auxílio. Era necessário exigir dos poderes públicos que as suas medidas de assistência não ficassem só no palavreado sonoro dos parlamentos nem nos artigos farfalhudos dos jornais. Homenagens, condecorações, apoteoses, era tudo muito belo; mais il manquait quelque chose pour faire pot-au-feu... Daqui resultou, pois, a necessidade dos combatentes se associarem. Mercê do sofrimento, da permanência nas trincheiras, dos hábitos de obediência e estoicismo adquiridos sob vendaval da fusilaria, toda a mentalidade de antes da guerra tinha sido naqueles homens profundamente modificada, dando lugar a um novo modo de ser, a um 'espírito novo' que mais tarde se chamaria 'espírito de combatente'[433].

Pacifismo, antimilitarismo, antipartidarismo são elementos de uma retórica ideológica que visa, num discurso generalista, englobar todos os antigos combatentes

---

[431] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 15.
[432] Cf. Prost, *Les anciens combattants...,* 2. Mentalités et Idéologies, 124.
[433] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,*15.

para conjuntamente se travar a batalha pelos seus direitos e reconhecimento social. As expectativas que alimentaram a guerra das nações e a luta das trincheiras não se esgotaram assim que esta terminou, foram recuperadas pelos extremismos políticos de direita ou de esquerda, a formação de um homem novo que a guerra regenerara e que defendera uma nação que agora se reconsolida por antagonismo de ideologias políticas concorrentes inimigas, mas cuja génese é a mesma[434].

A construção do mito da experiência de guerra deu ao conflito uma nova dimensão como forma de regeneração nacional e pessoal, depois de experimentado o dramático fenómeno da guerra moderna. Não se trata de uma projecção original, mas de uma reutilização dos discursos de legitimação das nações de Oitocentos, onde a "nação em armas" e, mais ainda, os voluntários de guerra iriam servir essa construção ideológica de superação da destruição e morte de massa, apropriadas pela religião civil para legitimar o esforço e transfigurar o drama – colocando os mortos de guerra igualmente no panteão dos heróis nacionais[435]. Os formatos simbólicos de reacção à guerra são assim manifestamente similares nas nações participantes, sendo a forma como são apropriados pelas forças políticas e o contexto nacional determinantes na evolução dos moldes ideológicos dos movimentos de antigos combatentes.

George L. Mosse defende que um prolongamento dos comportamentos de guerra em tempo de paz conduziu a uma certa brutalização política e a uma apatia face à crueldade do conflito. Esta é uma interpretação que, não obstante ser cara a muitos investigadores, deve ser tida com muita cautela. A força e centralidade do mito (como fenómeno de abstracção da morte e de superação da experiência traumática) estão estreitamente ligadas com o resultado da guerra. Em países vitoriosos como a Inglaterra e a França, onde a transição entre o período de guerra e paz fez-se de forma calma, as forças no poder conseguiram ter mão na brutalização da sociedade e das forças militares. O mesmo não aconteceria na Alemanha, onde o peso de uma derrota e o sentimento de uma injustiça contribuíram para a afirmação da extrema-direita na política nacional, e ainda na Itália[436].

---

434 Cf. Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker, «Violence et consentement...», 255.

435 Cf. Mosse, *Fallen soldiers...,* 32-33.

436 «The way created a messianic expectation, the premonition of deeper changes, for both neutralists interventionists as much as for the great majority of the soldiers, who had accepted the war passively, fighting on with a steadfast spirit of dedication, believing in the promise of great rewards. This state of mind, and this subversive *residues,* that were to feed the myths of bolshevism and fascism, was the result of the way Italy actually took part in the war», Emilio Gentile, *The origin of fascist ideology, 1918-1925* (New York: Enigma Books, 2005) 51.

A grande dificuldade passa por situar Portugal e o movimento de antigos combatentes nesta dualidade interpretativa, face à evidência de uma "vitória mutilada" e à consumação da ditadura nos anos 30. Neste contexto, inclusivamente, afirma-se a inexistência de um fenómeno de veteranos em Portugal comparável aos demais participantes no conflito[437], o que procuro desconstruir neste trabalho.

Apesar de ter ficado aquém da envergadura de outras nações mais próximas, a realidade portuguesa não deixa de comportar as "mesmas" linhas de acção e intervenção. O imediato dispersar das tropas pelos quartéis e o retorno dos homens ao mundo rural ou à migração que a crise incitava dissiparam a possibilidade da formação de uma massa brutalizada e contestatária. O que não significa a ausência de condições e a impossibilidade de cruzar evidências e expectativas em ordem à criação de movimentos mais ou menos orgânicos de antigos combatentes. Estes não se configuram como, por exemplo, as mílicias italianas de apoio ao fascismo, compostas pelos desmobilizados. A dimensão social e organizativa e as opções ideológicas dos desmobilizados portugueses revestem uma outra combinação de elementos, com resultados e impactes diferenciados nas estruturas políticas.

Daí a atenção para a forma como as nações irão empregar os seus contingentes de homens desmobilizados e para o discurso em torno destes. Formas de emprego e usos discursivos que permitem o reforço do republicanismo e/ou do nacionalismo, dependendo das construções simbólicas que legitimam uma identidade nacional, mas essencialmente, uma identidade de grupo – os antigos combatentes passam a ser o contingente integrado ou desintegrado da sociedade[438]. Apesar da controvérsia republicana em torno da intervenção e o fim da guerra em tempo do Sidonismo, ainda foi possível aos intelectuais republicanos mobilizar os voluntários e ideólogos contra a "traição" de Sidónio Pais e da Monarquia do Norte e criar uma união, mais ou menos eficiente, dos antigos combatentes. Algo que se desenvolve em torno da transfiguração e legitimação da intervenção no conflito, já que não se verificaram confrontos em território nacional, e do antigo combatente, "fiel depositário" da moral superior que a guerra ao serviço da pátria lhe garantiu. Este discurso do nacionalismo vai buscar as suas origens à construção da nação de

[437] Cf. António Costa Pinto, «A queda da I República», in coord. António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (Lisboa: Ed. Colibri – IHC, 2000), 25-44.

[438] Em Portugal, paralelamente ao discurso republicano, pululavam discursos nacionalistas em torno da causa da guerra. Luís Trindade trabalha esta questão pela apropriação do discurso do voluntarismo ao serviço da pátria para futuramente ser ao serviço da nação. Nos anos 30, a hegemonia – de oposição – deixa de ser dos intelectuais republicanos e passa para o neo-realismo. Veja-se em Luís Trindade, *O Estranho caso do nacionalismo português* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008), 266-267.

Almeida Garrett, Teófilo Braga ou Alexandre Herculano, cujo grande reforço é dado pela I Guerra Mundial. A guerra de nações confere aos participantes um contingente social – os antigos combatentes – que incarna os valores da construção cultural da identidade nacional, seja ela republicana e/ou nacionalista.

O mapa dessa construção, ou avaliação da existência efectiva desse mapa, não prescinde, por isso da memória enquanto monumento, e dos movimentos que o proporcionam. O que se procura fazer na Segunda Parte, já a seguir.

PARTE II

O PULSAR DA MEMÓRIA:

DO PRESENTE À PETRIFICAÇÃO DA MORTE

CAPÍTULO VI.

AS COMEMORAÇÕES DA I GUERRA MUNDIAL

A I República portuguesa encarna o culminar de um processo de projecção e consumação ideológica paralelo às definições de nação de que o século XIX é fértil. A revolução de 5 Outubro de 1910 exigiu a necessidade de continuar a investir em símbolos, ritos, heróis e lugares sagrados, de forma a garantir a homogeneização da cultura nacional de que o novo regime seria defensor e representante. Os ideólogos republicanos estavam conscientes da importância dos rituais na criação de consensos e na interiorização das ideias e dos valores pelas massas, procurando canalizar o entusiasmo e a emoção popular para os novos cultos – religião cívica. O uso republicano do patriotismo procurou, assim, transpor os cultos tradicionais e criar uma argamassa em torno dos seus valores, concebendo e reforçando uma devoção aos grandes homens – os heróis mortos – como forma de revivificar a pátria.

Os fenómenos da cultura de guerra aceleram a consagração moderna do lugar da nação. A explosão de fenómenos rememorativos nos países intervenientes na I Guerra Mundial permitiu, a seu tempo, entretecer novos conteúdos e sentidos para esse lugar. A desestruturação a que a "guerra total" submeteu os valores das consignadas sociedades liberais convida mesmo a pensar até que ponto um novo espaço memorial não estaria a ser criado em torno da ideia da nação. No caso que se estuda, a Grande Guerra, bandeira da União Sagrada, não traz apenas mais um conteúdo comemorativo à I República. Os soldados mortos seriam, não fossem as profundas discórdias que este esforço comportou, a alma das novas comemorações de legitimação da causa republicana.

O presente capítulo abre com uma incursão sobre as bases do investimento memorial oitocentista, para apurar, a partir dessa necessária distância, como a vivência do conflito formatou (ou não) um novo tempo comemorativo. O fulcro da atenção incidirá, por isso mesmo, no recorte dos ciclos e marcos temporais que pautaram a construção dual (entre a reminiscência e o esquecimento) de um calendário específico, dos seus ritos e símbolos, para depois, sucessivamente, nos próximos capítulos, surpreender a figuração e a espacialização consignadas ao herói e à morte (aos mortos) da Grande Guerra.

VI. 1. O embasamento dos processos comemorativos

VI. 1.1. As sociedades liberais, a religião civil e a afirmação do republicanismo

A formação dos novos Estados-nação secularizados não dispensou elementos agremiadores do todo social, criadores de consenso e união, disseminados pela educação pública, preparando-se «os cidadãos para o exercício da virtude, cuja prova maior se encontrava na voluntária disponibilidade para o sacrifício da sua própria vida a favor da comunidade»[439]. Tal escatologia é concebível pelo indivíduo, mais do que pelo cidadão, acreditando num Deus ou na vida *post-mortem*. Neste sentido, «a religião civil tende a ser (pelo menos como ideia-tipo) um projecto de santificação de uma entidade secular»[440].

Cabe ao Estado reforçar e homogeneizar os elementos de coexistência consensual, não por uma imediata identificação com uma ideologia política, nem por suspensão das religiões tradicionais, mas pela sacralização do político e legitimação do contrato[441]. A sacralização do político passa inevitavelmente pela concretização de

439 Fernando Catroga, *Entre deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil* (Coimbra: Almedina, 2006), 177.
440 Catroga, *Entre deuses e Césares…,* 138.
441 Existe neste quadro de religião civil um acto extremo de sacralização do político, quando se inviabiliza violentamente a coexistência de outras religiões, como é o caso dos regimes extremos – sendo importante a distinção entre religião civil e política – de que é exemplo claro o fascismo, onde os elementos de consagração das forças passam essencialmente pela sacralização da política (Cf. Catroga, *Entre deuses e Césares…,* 135-136). Sobre a relação pátria e nação, confira-se, também, Fernando Catroga, «Pátria, Nação, nacionalismo», in *Comunidades Imaginada. Nação e nacionalismos em*

ritos cívicos que, aglutinadores de significado comummente partilhado, renovam e consumam as significações do contrato social – a festa cívica passa a ser prática construtora de cidadania[442].

Assim, o amor à pátria e o extremo *Pro patriae mori* não nasciam de uma sociabilidade natural dos indivíduos, mas de uma construção artificial:

> como a guerra constituía uma ameaça permanente, o Estado teria todo o interesse em que cada cidadão acreditasse numa religião que, voluntariamente, o mobilizasse – mais pelo sentimento que pela razão – para a prática da virtude republicana. Sem isso, o regresso ao atomismo associal seria certo, quer devido à dissolução dos costumes, quer à inexistência de soldados dispostos a defenderem a Pátria[443].

A definição da religião cívica no século XIX português não se pode separar dos processos revolucionários contemporâneos, nacionais e internacionais, menos ainda da Revolução Francesa. Com efeito, deu-se, em Portugal, um processo de gradual legitimação da revolução liberal, através da divulgação e consolidação das componentes da "nova" religião cívica. É neste quadro mais amplo, com especificidades "locais", que ocorrem processos de afirmação e redefinição das identidades nacionais. Passando por reinterpretações de base histórica das origens da nação, o objectivo, pelo menos um deles, era legitimar uma necessária mudança a efectuar num contexto geral das transformações das sociedades ocidentais. Cria-se uma nova liturgia civil que as revoluções legitimariam e constitucionalizariam – tal como aconteceu a 5 de Outubro de 1910.

A implantação da República permite finalmente a expressão patriótica. Com ela, os ritos que o século XIX gradualmente viu nascer, muito devido à forte influência da Revolução Francesa e dos seus teóricos, podiam enfim ser concretizados.

A República que, historicamente, seria um sistema adequado a pequenas comunidades, era agora alargada às massas que compunham os novos Estados-nação, dogmática e consensualmente agregadas a esta. Para isso serviriam elementos de legitimação e reactualização dos significados do regime pela prática da religião civil. "Oficializam-se" ritos, heróis, símbolos (elementos de uma liturgia de unificação

---

África, coord. Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

442 As novas formações políticas procuram legitimar-se seguindo três orientações centrais: a criação de um substituto para a educação/formação religiosa (através da educação primária procura-se "institucionalizar" a *Revolução*); criação de celebrações públicas; e a produção em massa de monumentos – a *statuomanie* (caracterizada por uma democraticidade e por duas formas específicas, representações de figuras civis e de alegorias que permite abranger toda uma cidadania).

443 Catroga, *Entre deuses e Césares…,* 131.

nacional) através de uma consciencialização dos indivíduos como parte integrante e interessada do contrato.

As primeiras iniciativas da I República portuguesa passam pela concretização das componentes-alicerce de uma religião civil: institui-se a instrução primária, assente num «sistema de mobilização e propaganda em benefício do Estado Republicano»[444]; estabelece-se o calendário cívico, procurando eliminar concorrências no espaço público pela agressiva secularização; e idealiza-se o exército de cidadãos – Exército da Nação – em que cada homem voluntariamente defendia a sua Pátria[445].

A República procura, pois, celebrar uma nova coesão nacional em torno do calendário de "reactualização" identitária e de novas narrativas históricas, suprimindo as celebrações relativas à família real por aquelas referentes à pátria e criando «uma liturgia comemorativa militante que, ao lado da escola e do exército, contribui para unificar e republicanizar países por uma 'sociabilidade festiva' original»[446].

O Portugal herdado pelos republicanos tinha já os seus símbolos, heróis e panteões (Santa Cruz, Batalha e Jerónimos). Cabia agora estabelecer as novas representações desta República – "verdadeira história e identidade nacional" – e assim "recuperar" elementos de legitimação. Mudam-se datas, toponímias, denominações institucionais, heróis, e concretizam-se projectos monumentais que vinham já de Oitocentos, mas que serviam perfeitamente à liturgia republicana.

As primeiras iniciativas procuraram instituir as suas próprias festas e comemorações – 31 de Janeiro, 5 de Outubro e 1 de Dezembro (festa da bandeira nacional)[447] – e manter as experiências celebrativas do Portugal liberal, como as

---

444 Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*. Vol VI da *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa : Círculo de Leitores, 1994), 367.

445 Em Portugal, a conscrição obrigatória inviabilizou a formação de grandes massas de voluntários para a Grande Guerra, restritamente representados por uma minoria de intelectuais republicanos. Estes homens encetam discursos memoriais e intervencionistas propondo novas construções em torno da guerra e, de forma camuflada, dos democráticos. A ausência de consenso nacional intervencionista, do fundamental "espírito de corpo" e de uma união nacional são elementos determinantes para a específica evolução dos processos rememorativos em Portugal.

446 Rémi Dalisson, «La célébration du 11 novembre ou l'enjeu de la mémoire combattante dans l'entre-deux-guerres (1918-1939)», *Guerres mondiales et conflits contemporaines: revue d'histoire,* n.º 192 (1998): 5, «Le régime créa ainsi une liturgie commémorative militante qui, aux côtés de l'école et de l'armée, contribua à unifier et républicaniser le pays par une 'sociabilité festive' originale».

447 Cf. "A festa de hoje – Glória à bandeira da Pátria! Glória aos Heróis da Independência. As manifestações do primeiro dia de gala nacional, depois do advento da República, perpetuarão uma era de paz e de ressurgimento da nossa raça", *O Século,* 1 de Dezembro de 1910, pp. 1-2; Decreto de 24 de Novembro de 1910 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 43, 24 de Novembro de 1910, determina que o 1 de Dezembro seja solenizado como a Festa da Bandeira Nacional*; Governo Provisório – Avisos e annuncios officiaes – Diário do Governo,* I Série, n.º 48, de 30 de Novembro de 1910. Para maior aprofundamento sobre a questão da bandeira nacional veja-se o artigo «Do azul-branco ao verde-rubro. A simbólica da Bandeira Nacional» de Nuno Severiano Teixeira em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A memória da Nação* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991), 319-337.

comemorações de Camões (1888), de Pombal (1882), do Infante D. Henrique (1893) e de Herculano (1910). A estes, outros aniversários foram acrescentados, como o da descoberta do Brasil (1912) ou o do centenário da execução do "patriota" Gomes Freire de Andrade (1917)[448]. Foram os grandes centenários do século XIX que legitimaram a presença em praça pública dos republicanos.

Estes rituais seguiam mais ou menos o mesmo padrão. Concentravam-se em frente ao edifício central do poder local e daí iriam para o monumento – ao herói nacional ou à alegoria da pátria republicana – onde se deporiam flores e se entoaria *A Portuguesa*. Era ainda imprescindível a comparência das escolas, associações de socorros mútuos, centros republicanos e entidades de poder local[449].

Além dos formatos civis de celebração, herdam-se formas associadas à entidade castrense como a comemoração da Independência (1640), que o século XX e as razões da entrada na guerra irão avivar (a questão da autonomia de Espanha foi sempre uma das "marcas" da história portuguesa)[450].

A secularização da sociedade deu à República a primazia na ocupação do espaço público. Quando esta entrou em crise, foi a Grande Guerra que deu mais um conteúdo comemorativo ao qual aderiu a Igreja e o Exército, procurando-se idealmente restabelecer consensos nacionais há muito perdidos.

VI. 1.2. A vivência do conflito e o esboço dos formatos memoriais

A guerra vem desenvolver este conjunto celebrativo, embora rompa com a sequência da gloriosa celebração da República. Seria possível continuar a festejar a pátria, responsável por levar o país à guerra? A guerra devolveria uma nova razão

448 Cf. Lei de 4 de Maio de 1912 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 104, 4 de Maio de 1912; Lei n.º 814, *Diário do Governo,* I Série, n.º 152, 6 de Setembro de 1917.

449 "As crianças da escola republicana" eram sempre convocadas para estas festas, nomeadamente a *Festa da Árvore*. Era nesta escola que se formava o "homem novo", herdado da tradição iluminista e jacobina.

450 A celebração da independência de Portugal em 1640, que não passava de um *Te Deum* ordenado por D. João IV, passou a estar no centro das celebrações de Oitocentos, muito se devendo à problemática questão ibérica e ainda à questão de redefinição da identidade nacional, ideia que Hobsbawm justifica pela necessidade de construir um todo legitimador das novas nações ocidentais do século XIX, na sequência da Revolução Francesa. Existem diversos trabalhos de investigação em torno das comemorações do século XIX em Portugal denunciando a sua importância, por exemplo, Maria Manuela Tavares Ribeiro em «O centenário henriquino. Imagens e Ideologia», *Revista de História das Ideias*. 15 (1993): 331-378; e Maria de Conceição Meireles Pereira em «O 1.º de Dezembro – memória e liturgia cívica na 2.ª metade de oitocentos», *Revista de História de Ideias,* 28, (2007): 129-167.

para comemorar – o sacrifício do "cidadão-soldado" –, mas será que a sociedade estava interessada em comemorar uma minoria afectada[451]?

A I República reivindica o seu papel salvífico da decadência do passado através da ideia da criação de um projecto comum de pátria, pelo restabelecimento de uma grandiosidade e legitimidade histórica que resgatem o próprio processo político revolucionário em curso. A lógica aqui imanente é bem revelada pela seguinte observação: «se as comemorações parecem ser, por um lado, um culto nostálgico e regressivo, por outro lado, o passado é fornecido como arquétipo ao presente e ao futuro, pelo que, embora o rito insinue uma concepção repetitiva e cíclica, o seu significado último é sobredeterminado pela crença da irreversibilidade do tempo»[452].

Daí o interesse em perceber, neste contexto, o trabalho de camuflagem da morte e do drama da experiência de guerra, inscrevendo-a e anulando-a no interesse nacional de superação. Além de político, a comemoração é, insiste-se, um exercício cultural: escreve um conjunto de códigos simbólicos, ordenando raciocínios e narrativas dominantes de acontecimentos recentes com poder de ruptura e transformação; reescreve a sua própria história do acontecimento e confere à sociedade uma narrativa sobre ela mesma. A eficácia destes processos rememorativos está na capacidade de convencer a população que o discurso construído fora das suas memórias, também pode ser constituído como "memória", o que revela as linhas de força política, social e cultural que lhe são contemporâneas e a sua versatilidade[453].

Atente-se que a ausência de confrontos em território nacional – da metrópole – torna-se um primeiro elemento determinante da especificidade da experiência de guerra portuguesa, o que leva a que esta seja, à partida, um primado dos antigos combatentes e, indirectamente, dos seus dependentes, num contexto desfavorável de controversa ausência de consenso antes da partida para a frente; de prolongamento das cisões políticas nas trincheiras; e de instabilidade política do regime, que vulnerabilizava o esforço de guerra de forma concreta e moral.

---

451 Cf. Dalisson, «La célébration du 11 novembre…», 5.

452 Catroga, *Memória, História*…, 61.

453 Cf. Sherman, *The construction of the memory…,* 7-10. A partir da análise da construção da memória na França do entre-guerras, Daniel Sherman estabelece uma importante definição de conceitos a ter em consideração. *Comemoração*, entendida como uma «variedade de discursos e práticas na representação de um evento ou época». Esta definição contém no seu seio uma visão cultural e social relacionada com a memória do evento comemorado. *Discurso*, um grupo de declarações ligadas pelo seu objecto. *Representação*, uma operação e os seus artefactos, que causa sinais ou mostras do referente que está ausente, um lento processo de produção de um significado. Discurso e representação estarão no cerne da compreensão das componentes da memória da guerra, «forjando uma versão consensual de um acontecimento ou uma série de acontecimentos relacionados que perturbaram a estabilidade da comunidade ou trataram de o fazer», Sherman, *The construction of the memory...,* 7.

A imagética em torno da morte estará na base das grandes liturgias da guerra, nasçam elas em países vitoriosos ou derrotados. No entanto, qualquer tentativa de uma concepção generalizada dos formatos memoriais é abusiva, mesmo quando aqui se tem como referência o caso inglês e francês, com os quais, como já foi analisado, os processos portugueses de reacção associativa e delineação de memória de grupo assumem alguma consonância. A partilha de uma experiência comum que está na base das memórias individuais estará, também, na da identidade e memória de grupo dos antigos combatentes – coeficiente moral comum propício à legitimação do movimento associativo e ao protagonismo rememorativo reclamado pelos antigos combatentes. É, também, desta experiência individual que se compõe a construção pública da memória da Grande Guerra e de onde partem iniciativas dessa construção pelo esquecimento a que foram votados os homens que ao país regressavam.

No capítulo II, em *O retorno e a recepção das tropas: os primeiros formatos comemorativos*, foram analisadas as primeiras iniciativas que, em contexto do Sidonismo, esboçariam as linhas da rememoração da vitória de Portugal na guerra, evoluindo, estreitamente condicionadas, pelo lento retorno das tropas e pela instabilidade política. Os soldados portugueses confrontaram-se com situações peculiares, "coroando" o drama da sua experiência de guerra individual e, se quisermos, colectiva: a apropriação política de Sidónio, principalmente no que diz respeito aos inválidos de guerra; a celebração da vitória por homens que haviam contrariado a causa intervencionista e estrategicamente usaram de argumentos políticos para não partir ou não retornar à frente; a perseguição aos republicanos que haviam lutado voluntariamente; o retardamento celebrativo até que os "homens da guerra" voltassem ao poder.

A Grande Guerra seria o primeiro conflito a gerar celebrações mesmo antes do seu término, mais necessárias em tempo de guerra do que de paz, face ao seu imprevisto prolongamento e à necessidade de mobilizar a população no apoio ao esforço nacional. Formatos comemorativos são oficializados em França logo que eclode o conflito com a institucionalização da *journée de guerre*. Em Portugal, manifestações desse género surgem com o início do envio das tropas. Mas, poucas seriam, por cá, as iniciativas oficiais. Ressalve-se as homenagens ao Exército num aproveitamento do calendário comemorativo oficial já existente.

Antes do término da contenda e da oficialização da cronologia comemorativa, as diligências partiam de associações, maioritariamente republicanas (algumas já existentes, outras criadas resultado da intervenção portuguesa).

Dinamizavam, essencialmente, acções de sensibilização para as razões da entrada de Portugal na guerra; apoio e assistência aos soldados mobilizados e respectivas famílias; debates em torno do conflito e formalidades com representantes diplomáticos aliados. Eram iniciativas centradas na celebração da pátria e na "homenagem" aos combatentes mobilizados, aos inválidos e aos órfãos de guerra, cumprindo objectivos assistenciais e propagandísticos. Os programas das homenagens eram consideravelmente homogéneos: peditórios realizados à saída dos serviços fúnebres ou religiosos (garantindo de uma forma geral o seu carácter civil); "concertos patrióticos" de orfeões ou de crianças a que, muitas vezes, podia juntar-se uma conferência; exibições cinematográficas; venda de flores por senhoras; em suma, todo um conjunto de actos que permitissem auferir alguns fundos.

> Estas jornadas, 'meios de propaganda aos quais é necessário conferir muita importância', foram precursores do 11 de Novembro. Os temas dolorosos, a compaixão, a união nacional e a omnipresença dos combatentes vangloriam-se por métodos tanto originais (o cinema) como clássicos (os ramos de flores, as bandeiras) darão algumas indicações aos promotores das comemorações em tempo de paz[454].

Se este era o espírito que perpassava, em França, as "campanhas de propaganda" de guerra em Portugal, não obstante alguns sucessos, estavam embrenhadas, como todas as realizações posteriores à guerra, em fortes clivagens, acentuadas com o rápido fim da União Sagrada, legítima defensora da causa e encarnação do desejável espírito de consenso nacional.

Desde a sua fundação, a Junta Patriótica do Norte (JPN) assumiu lugar de destaque na propaganda patriótica e na assistência e socorro às vítimas portuguesas da guerra. Por iniciativa de alguns dos mais importantes e convictos republicanos do Norte do país inseridos nas suas comissões, a Junta desempenhou uma das mais eficazes campanhas de propaganda à República e à intervenção na guerra, através da organização e realização de conferências, campanhas de subscrição e comemorações, cuja centralidade na definição de linhas memoriais teve o seu auge no pós-guerra.

---

[454] Dalisson, «La célébration du 11 novembre…», 11: «Ces journées, 'moyens de propagande auxquels il faut accorder beaucoup d'importance', furent les précurseurs des 11 Novembre. Les thèmes doloristes, la compassion, l'Union nationale et l'omniprésence des combattants vantés par des méthodes aussi originales (le cinéma) que classiques (les gerbes, les drapeaux) donnèrent quelques indications aux promoteurs des anniversaires des temps de paix».

A JPN inicia uma intensa acção de propaganda a 2 de Maio de 1916, imediatamente a seguir à sua consignação estatutária. Lança o manifesto *Razões históricas dos antecedentes da Guerra declarada pela Alemanha a Portugal*. Inaugura várias conferências educativas para incitar os portugueses para o ressurgimento nacional (Março de 1917). Realiza uma grandiosa homenagem à França (14 de Julho de 1918), mesmo antes da guerra terminar, com um cortejo, sessão solene e uma *garden party* nos jardins da CFS. Neste caso, trata-se de uma iniciativa em estreita cooperação com a Câmara Municipal do Porto de *Homenagem do Povo do Porto à França heróica e gloriosa*:

> A JPN, promovendo a manifestação à França, no dia 14 de Julho, aspira a consagrar os ideais de liberdade, de direito individual e social, a exaltar os sentimentos nobres da sua população e, sobretudo, curvar-se ante a nação que mais encarna o génio da Humanidade…Sendo assim, confio que o Povo do Porto, compenetrado do alto dever cívico desta manifestação, concorrerá em massa ao cortejo e que, dando tréguas às paixões políticas, viverá com a França os dias de hoje. E, saudando-a, e seguindo-lhe o exemplo de acrisolado patriotismo, bradará: Viva a França! Viva a Victória! Victória à França! Vivam os aliados! Viva a Pátria! Viva a República[455]!

Estas e muitas outras iniciativas partiram da JPN, evidenciando a campanha realizada na imprensa e a distribuição de propaganda[456].

O mesmo acontecia em Lisboa, numa estreita cooperação entre associações, principalmente no que diz respeito às campanhas para obtenção de fundos. A maioria destas diligências concretiza-se em datas comemorativas já consagradas, como é o caso do 14 de Julho, que a JPN tantas vezes irá usar numa estreita ligação com a comunidade francesa residente no Porto, ou do 5 de Outubro[457]. As iniciativas mais consideráveis ainda durante a guerra passam pelas recepções às tropas e, em todo o país, por acções de sensibilização e beneficência, com destaque para a "venda da flor"[458]. Nestas, é manifesta uma precoce delineação de processos rememorativos denunciadores de uma continuidade do calendário republicano.

---

455 Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…

456 Veja-se o cartaz do escritor, já aqui transcrito, que termina com uma espécie de "Ave Maria republicana" (Cf. AHM, 1ª Divisão, 36ª secção, caixa 34, n.º 27 – Cartaz de propaganda da JPN (1917)).

457 Neste período de guerra verifica-se um intenso trabalho propagandístico na imprensa nacional, apesar da grande instabilidade que se vivia no país. A *Ilustração Portuguesa* abria o seu número de 12 de Fevereiro de 1917 com uma, depois, famosa fotografia da partida das tropas – "A caminho do dever: um adeus carinhoso", *Ilustração Portuguesa*, n.º 573, 12 de Fevereiro de 1917.

458 São várias as apresentações na imprensa, mas com especial atenção na *Ilustração Portuguesa* das campanhas da "venda da flor" (Cf. "A venda da flor em Lisboa", *Ilustração Portuguesa,* n.º 579, 26 de Março de 1917 ou "A venda da floro no Porto", *Ilustração Portuguesa*, n.º 584, 30 de Abril de 1917, p. 355).

Imagem XI. «…Os pobresinhos, as crianças de servir, as colarejas da praça disputavam a honra de colocar ao peito a flor bendita! É que todos conheciam o humanitário fim, a patriótica intenção, o dever sagrado: dulcificar as angústias, os sofrimentos, as desditas dos obscuros heroes portuguezes que nos campos da Flandres derramam o seu sangue, arruínam a sua saúde, fazem o holocausto da sua mocidade para que o nome da sua terra e a fama da sua raça fulgurem sempre com o brilho que os imortalisou atravez dos séculos», *Ilustração Portuguesa*, 29 de Abril de 1918, 324. (Fonte: AML, AF, A25883)

Imagem XII. «Um grupo de antigos prisioneiros na Alemanha alinhados sob o telheiro do cais do Posto de Desinfecção, após o seu desembarque, aguarda a distribuição de bebidas quentes feita pelas senhoras da Cruzada das Mulheres Portuguesas, Comissão Protectora dos Prisioneiros e Madrinhas de Guerra», *Ilustração Portuguesa*, 3 de Fevereiro de 1919, 93. [Legenda adaptada pelo arquivo da fonte]. (Fonte: AML, AF, B094030)

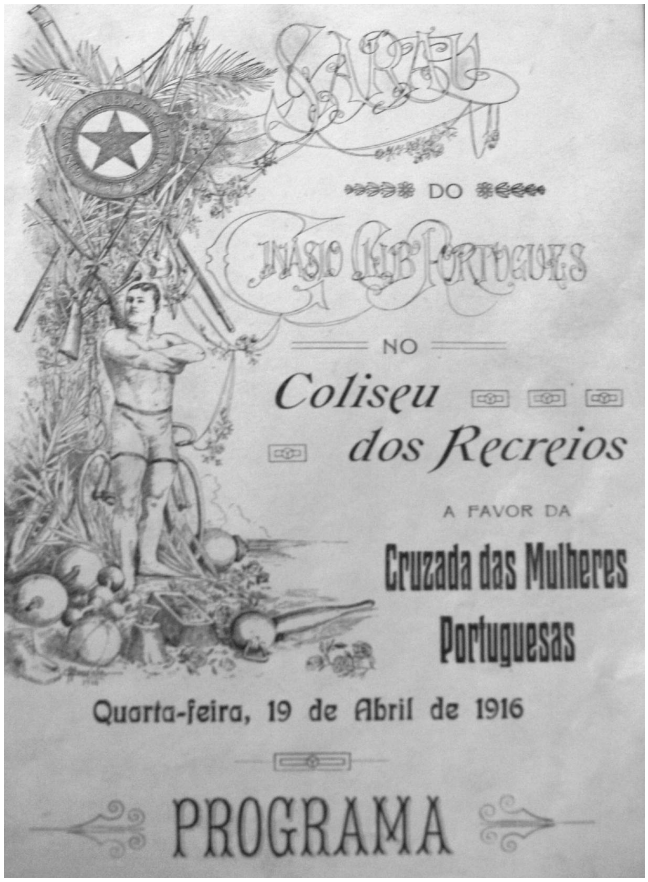


Imagem XIII. «Sarau do Ginásio Club Português no Coliseu dos Recreios a favor da Cruzada das Mulheres Portuguesas». Desde a eclosão da guerra e a partida das primeiras tropas, a Cruzada das Mulheres Portuguesas mobilizou-se no sentido da obtenção de meios que permitissem, num primeiro momento, o apoio aos soldados na frente e respectivas famílias e, posteriormente e de forma mais relevante, aos inválidos de guerra. (Fonte: LC, CMP, Capa III)

Imagem XIV. Selo de assistência da Junta Patriótica do Norte, cuja primeira emissão data de 7 de Maio de 1917. (Fonte: Lar dos Filhos dos Combatentes)

O término do conflito despoletaria fenómenos rememorativos originais ou reconfigurados de elementos já constitutivos da liturgia civil, numa necessidade de legitimar a intervenção, de dar sentido à massa de mortos e ao sofrimento dos entrincheirados e de reforçar o pacto nacional entre combatentes e civis. O quadro nacional dos elementos rememorativos ao esforço armado e às vítimas compõe-se, parte integrante de um universo mais abrangente da cultura de guerra europeia.

Particularismos nacionais irão determinar opções por símbolos e conteúdos de rememoração. Por exemplo, a maioria dos participantes do conflito – além da celebração do genérico 11 de Novembro, consagrado internacionalmente como consensual enquanto data, embora sempre susceptível de debate enquanto formato e conteúdo – opta por comemorar a guerra em efemérides de maior relevância nacional, como é o caso do 14 de Julho para França, do 25 de Abril para a ANZAC e do 4 de Novembro para Itália.

Em Portugal, as primeiras comemorações do fim da guerra são protagonizadas por Sidónio Pais que, como foi analisado, procura apropriar-se politicamente do esforço e da vitória na guerra. Antes mesmo que esta terminasse, juntou ao exercício de uma auto-propaganda as homenagens aos mortos, ao retorno das tropas e aos inválidos de guerra[459]. Acrescenta ao calendário republicano, o aniversário do golpe sidonista (5 de Dezembro) e a celebração religiosa, conjugando assim a promoção do presidencialismo e a polémica reivindicação da vitória aliada.

O sidonismo e a guerra, numa mescla política de argumentos, permitiram apaziguar as relações entre Estado e Igreja. Representantes desta passam a integrar manifestações oficialmente organizadas, principalmente aquelas estreitamente direccionadas ao culto dos mortos. A almejada laicização republicana cai por terra logo que as primeiras tropas partem para a frente, a que não pode deixar de se associar a questão dos capelães militares e a imediata necessidade de consolação pelas perdas sofridas.

[459] José Pontes refere, no *Anuário da Casa Pia de Lisboa* da gerência de 1918-1919, o forte interesse de Sidónio Pais em integrar os inválidos nos desfiles do 5 de Outubro e de Dezembro, sendo que, mesmo com a oposição dos médicos (e dos inválidos) dos institutos de reeducação, consegui-o na comemoração de Dezembro (Cf. Casa Pia de Lisboa, *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1918-1919,* 107-109).

Imagem XV. «O sr. Presidente da República, acompanhado do representante do sr. Patriarca de Lisboa e seguido do capitão sr. Cameira, entrando na Sé, onde foi assistir aos ofícios pelos nossos soldados. Pela primeira vez ao cabo de oito anos de República, encontram-se junto na mesma grande cerimónia religiosa os dois poderes que a lei divorciou: o espiritual e o temporal. A Sé de Lisboa revestiu-se de crepes e encheu-se de fiéis para comemorar os soldados portuguezes», *Ilustração Portuguesa*, 27 de Maio de 1918, 407-408. (Fonte: AML, AF, A6465)

Imagem XVI. «Na Avenida da Liberdade, defronte da rua dos Condes. Um aspecto da multidão que acorreu, a convite das juntas de freguesia, a assistir à parada militar. No primeiro plano, o chefe de estado e o seu lusido estado maior», *Ilustração Portuguesa*, 2 de Dezembro de 1918, 446. (Fonte: AML, AF, A6459)

Durante a República Nova várias foram as celebrações religiosas em sufrágio das almas dos mortos de guerra[460], o que não seria de estranhar, não fosse a presença do chefe do governo. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Maio de 1917, onde «pela primeira vez ao cabo de oito anos de República, encontram-se juntos na mesma grande cerimónia religiosa os representantes de dois poderes que a lei divorciou: o espiritual e o temporal»[461].

Recusando a imputação de germanófilo, Sidónio Pais usou publicamente do retorno das tropas e da celebração da vitória[462]. Profere uma série de discursos apologéticos fruindo da vitória aliada, como no jantar de gala de celebração do Armistício (12 de Novembro): «Nunca senti melhor a honra de presidir aos destinos de Portugal para saudar comovidamente todas as Nações ao lado das quais caminhamos para o triunfo, estreitamente unidos à nossa velha e tradicional aliada. É com mais quente e vibrante entusiasmo que nesta hora particularmente feliz bebo pela glória dos soberanos dos países amigos e aliados»[463].

No dia da condecoração dos sobreviventes do *Augusto Castilho* (6 de Dezembro), Sidónio Pais afirma também que

> O feito da tripulação do 'Augusto Castilho' marca não só uma página brilhante da marinha portuguesa, como uma página de ouro na história de Portugal. Comoveu-me a descrição desse acto de bravura e estou convencido que comoveu todos os portugueses. Presto homenagem saudosa de respeito aos que morreram combatendo pela Pátria. […] Neste momento festivo relembro o facto que se passou há um ano, que se deu por um equívoco. Hoje existe a mais cordial e completa união entre o Exército e a Marinha que constituem uma emanação do povo português e se abraçam num abraço fraternal para defender a Pátria e o progresso da Humanidade[464].

Sidónio Pais chega mesmo a decretar os dias 12 e 28 de Novembro feriados nacionais e encabeça a grande parada militar oficialmente preparada para celebrar o

---

460 Cf. "Pelos soldados mortos em campanha", *Ilustração Portuguesa,* n.º 625, 11 de Fevereiro de 1918, pp. 106-107; "Pelos soldados portuguezes", *Ilustração Portuguesa,* n.º 636, 29 de Abril de 1918, p. 336.

461 "Sufragando os mortos pela pátria", *Ilustração Portuguesa,* n.º 640, 27 de Maio de 1918, pp. 407-408.

462«Em nome dos soldados que se batem em França, agradeço muito reconhecido as vossas saudações, e aproveito esta ocasião para rebater as vis calúnias levantadas contra o movimento de 5 de Dezembro que não era de carácter germanófilo, como se afirmou. O governo manterá a política iniciada em 1914, e os revolucionários marcharão com os seus camaradas a cumprir o seu dever. Tive sempre ocasião de que se devia dar apoio aos aliados e afirmo mais uma vez que o exército cumprirá o seu dever. Dois contingentes de tropas partiram já, e outros seguirão», Biblioteca de Acção Nacionalista, *Um ano de Ditadura…,* 44. Não estando no centro deste trabalho a questão do Sidonismo, refira-se um conjunto de exercícios em torno desta temática, por exemplo de Alice Samara em *Verdes e Vermelhos. Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais* (Lisboa: Notícias Editorial, 2003) ou Armando Malheiro da Silva em *Sidónio e Sidonismo* (Coimbra: Universidade de Coimbra e Museu da Presidência da República, 2006).

463 "No banquete de gala, celebrando o Armistício" (12 de Novembro de 1918), Biblioteca de Acção Nacionalista, *Um ano de Ditadura…,* 91-92.

464 "Na cerimónia de imposição das condecorações aos oficiais e marinheiros do Augusto Castilho" (6 de Dezembro de 1918), Biblioteca de Acção Nacionalista, *Um ano de Ditadura…,* 97-98.

fim do conflito[465]. No entanto, o "presidente-rei" não beneficiou longamente dos réditos da vitória e o atentado que sofrera no dia em que condecorava os "bravos" do *Augusto Castilho* assim o anunciou. Assassinado Sidónio Pais, as grandes homenagens que encerraram o ano de 1918 foram-lhe dedicadas, assim como o foram as primeiras comemorações da guerra, uma vez que dificilmente se distinguia o limite entre a apologia ao chefe de estado e aos homens da guerra.

VI. 2. Ciclos e marcos temporais: as jornadas comemorativas no dualismo entre reminiscência e esquecimento

As profundas divergências geradas no país relativamente à participação portuguesa no conflito em território europeu determinaram a ausência de um espírito comum na edificação de uma memória nacional referente ao grande esforço da pátria. Ao contrário do que se verificou nos demais países aliados, a construção de uma memória de guerra foi muito polémica em Portugal. Desde a pouco aplaudida chegada dos soldados a Lisboa, às grandes cerimónias de recepção, tardiamente introduzidas por Sidónio Pais, até à dificuldade da determinação oficial do dia comemorativo à Grande Guerra, entre o Dia do Armistício, a Tomada da Bastilha e futuramente o 9 de Abril, são visíveis as divisões no seio da sociedade. Caberá a instituições – como, inicialmente, a Junta Patriótica do Norte e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra e, mais tarde, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra – o levantamento de importantes realizações na fundamentação de uma memória de guerra heróica.

As manifestas deambulações entre jornadas comemorativas proporcionam debates ideológicos e simbólicos que impõem uma análise, historicamente contextualizada, das opções formais e da veiculação de interesses políticos nos processos memoriais da Grande Guerra, durante a I República. Neste contexto político, jornadas comemorativas – 14 de Julho de 1919 e 9 de Abril de 1921 e 1924 – são fulcrais na delineação das formas memoriais.

[465] Esta abordagem foi já realizada na I parte. Vejam-se os Decretos 4:951 (*Diário de Governo,* I Série, n.º 244*,* 11 de Novembro de 1918) e 4:997 (*Diário de Governo,* I Série, n.º 256, 27 de Novembro de 1918).

VI. 2.1. O 14 de Julho e o ansiado reconhecimento internacional

As monumentais celebrações associadas à assinatura da paz iniciam-se, internacionalmente, no dia 14 de Julho de 1919 – Dia da Bastilha – com o desfile da vitória de Paris, reflectindo a dimensão "global" do conflito e dos respectivos processos memoriais.

O ano de 1919 garantiria a tão ansiada representação de Portugal no quadro internacional das concertações de paz, bem como da delineação rememorativa. A parada da vitória de Paris a 14 de Julho e a de Londres a 19 do mesmo mês[466] dariam a oportunidade simbólica de Portugal se consumar entre os vencedores aliados.

Mas, recuemos um pouco, o suficiente para perceber quem representa o quê nessas festas.

No final da guerra, a desmobilização não seria total, uma vez que podiam surgir retaliações alemãs, ficando à disposição do Comando Superior dos Aliados os efectivos suficientes para enfrentar ou recomeçar a guerra se as circunstâncias assim o determinassem. Cada exército forneceu um contingente proporcional aos seus efectivos: a Portugal coube cerca de mil homens (239 oficiais e 698 praças), não tendo nenhum dos nomeados pedido transferência ou troca, de modo a ser favorecido no seu regresso ao país[467]. O contingente da Brigada foi composto a partir de quatro batalhões de Infantaria o que, não obstante a heterogeneidade da formação, não inviabilizou um "espírito de corpo", se tal se poderia aplicar a um período em que os grandes confrontos já eram parte do passado. Daqui saíram os Destacamentos de Representação do Exército Português para as festas da vitória de Paris e Londres.

O convite à integração de um destacamento do CEP no desfile de Paris, composto por aqueles que voluntariamente se ofereçam, surge em Dezembro de 1918, ainda sem data concreta de realização[468]. No entanto, só a 26 de Junho de 1919

---

466 A opção pelo dia 19 de Julho de 1919, na Grã-Bretanha, resulta da necessidade de que a *Victory Parade* se concretizasse numa data com relevância na história da Grã-Bretanha. O 19 de Julho de 1588 foi o início da luta e vitória contra a Armada Espanhola.

467 O contingente da *Brigada* foi composto por 4 batalhões de Infantaria: 1.º Batalhão de Infantaria 22 (Portalegre); 4.º Batalhão de Infantaria 23 (Coimbra); 5.º Batalhão de Infantaria 35 (Coimbra); 8.º Batalhão de Infantaria 9 (Lamego); 4.º GBA (2 baterias de peça e 1 bateria de obuzes); 3.ª Companhia de Sapadores Mineiros; 4.ª Companhia do Batalhão de Pioneiros; 2.ª Companhia do Batalhão de Metralhadoras Pesadas; diversas formações e serviços de apoio (Cf. Oliveira, *História do Exército…,* 230: Repartição de operações do CEP, nota n.º 26, 2 de Janeiro de 1919; nota n.º 28, de 21 de Janeiro de 1919).

468 Cf. AHM, 1ª Divisão , 36.ª Secção, Caixa 550, n.º 142 – CEP, Serviço Telegráfico em campanha, 28 de Dezembro de 1918.

João Chagas envia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros informação para que se organize imediatamente um contingente, acreditando que as restantes tropas do CEP em França «não estão prevenidas para uma parada militar desse género na qual convém uma representação brilhante […]. A ausência de tropas portuguesas na parada militar, se esta se realizar, seria um facto do peior effeito para o prestígio do país»[469].

Depois de intensas diligências, o contingente português chegaria finalmente a Paris a 12 de Julho, vindo de Cherbourg: composto de 150 homens, 4 oficiais superiores e subalternos; acompanhado por apenas 4 bandeiras regimentais, sob imposição do Ministério da Guerra francês; e comandado *por dois verdadeiros soldados*, Ribeiro de Carvalho e Bento Roma. O contingente de aspecto magnífico, como descreveu João Chagas, iria incorporar o desfile sob o Arco do Triunfo perante a assistência de uma multidão e de representações diplomáticas aliadas dispostas em tribunas especiais, nomeadamente a portuguesa[470].

> Depois de saudarem o presidente Poincaré, os marechais Foch e Joffre voltam para a Porta Maillot a pôr-se à frente das tropas. Neste momento chegam 1 000 mutilados, que passam por baixo do Arco do Triunfo, entre a tribuna presidencial. Começa logo o desfile das tropas, que começa numa ordem perfeita e com uma galhardia maravilhosa. O público acolhe os soldados com exclamações de verdadeiro amor paterno, as mulheres enviam-lhes beijos e quasi toda a gente chora […]. Às 8 e 30 ouve-se o toque das cornetas e começa o desfilar do primeiro esquadrão da guarda republicana. Quarenta metros à retaguarda seguem os marechais Foch e Joffre, montando soberbos cavalos. Vão juntos e levam na mão os bastões de marechais, seguindo-se-lhes os respectivos estados maiores. […] Desde a rua até às janelas e telhados é uma verdadeira explosão de alegria e entusiasmo. O espectáculo é profundamente emocionado, os dois marechais estão comovidíssimos. No Arco do Triunfo ao passarem os marechais Foch e Joffre e ao saudarem o monumento levantando a mão aos mortos, sobem no ar imensos clamores, prestando-lhe a multidão a homenagem mais magnífica que a Pátria pode render aos seus filhos. O presidente Poincaré, o governo e todo o público nas tribunas põe de pé. Num cortejo triunfal passam em seguida as delegações dos gloriosos exércitos aliados, precedidos pelos seus chefes e com os seus estados-maiores: americanos, belgas, ingleses, italianos, japoneses, gregos, polacos, portugueses, romenos, sérvios e tcheco-slovacos. Cada delegação leva a

[469] AHD, Legação de Paris, Maço 116, 25/Guerra/CEP, Pr. 25 – Parada Militar 14 de Julho de 1919. Estrangeiros [Chagas], 26 de Junho de 1919, pp. 1-3.

[470] Entre o final do mês de Junho e o dia 14 de Julho foi trocada larga correspondência, pela iniciativa de João Chagas e André Brun, pelo Ministério da Guerra francês, general Roçadas (comandante das tropas do CEP) e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de forma a rapidamente agilizar, segundo as directivas do Ministério da Guerra francês, a representação de um contingente de tropas portuguesas, reforçando sempre o impacto negativo para a imagem do país que teria uma ausência, no desfile aliado. Cf. AHD, Legação de Paris, Maço 116, 25/Guerra/CEP, Pr. 25. Parada Militar 14 de Julho de 1919.

> sua bandeira, as ovações são formidáveis, especialmente ao passarem 200 bandeiras inglesas. Depois das tropas aliadas avança o marechal Pétain[471].

Aproveitando a deslocação das tropas portuguesas a Paris, o governo britânico emite, a 11 de Julho de 1919, um comunicado oficial à Legação Portuguesa em Paris para que um contingente máximo de 50 homens seja encaminhado para Londres e integre, a 19 de Julho, a Celebração da Paz (*Peace Celebration*), ficando o transporte e acolhimento das tropas portuguesas à responsabilidade do Ministério da Guerra francês e do *War Office*.

André Brun descreveu assim a presença do destacamento português na mais significativa das celebrações aliadas da vitória: «erguiam as hastes quatro alferes em cujo peito pende uma Cruz de Guerra merecida. Ia bem entregue a missão de colher o quinhão de glória que cabe à malta das trincheiras portuguesas e as lágrimas caiam-me pelo rosto, lágrimas de sagrado orgulho, as melhores que tenho chorado»[472].

O 14 de Julho – de 1919 – deve ser assumido não só como a maior celebração aliada da vitória, mas também, para a França e Portugal, da República.

Esta data, resultado da necessidade de comemorar a tomada da Bastilha, sofre alterações no seu significado político e ideológico ao longo da história francesa, sendo maioritariamente conotada com a esquerda republicana, à qual se consolidou uma oposição da extrema-direita e da Igreja. Não obstante estar associada a profundas polémicas, estas são superficialmente superadas na concretização da grande parada de 1919, onde, assumindo a vitória, ainda se acredita no futuro de uma França "reconhecida internacionalmente". Trata-se de uma celebração em que a tomada da Bastilha, enquanto objecto de celebração, é superada pela felicidade das cerimónias patrióticas e militares: «A 14 de Julho, escolheu-se glorificar antes de mais

---

[471] "Os festejos da Paz. O que foi o desfile das tropas em Paris. Um espectáculo inesquecível e comovedor – Aclamações aos soldados aliados", *A Capital,* 15 de Julho de 1919, p. 1. O mesmo desfile repetiu-se na Bélgica a 21 de Julho de 1919. A participação portuguesa nas celebrações internacionais resultou numa multiplicidade de presenças em paradas, cerimónias de atribuição de condecorações e concursos desportivos realizados por outros países (Cf. AHM, 1ª Divisão , 36ª Secção, Caixa 1266). Infelizmente, não foi possível, até à data, a obtenção de fontes sobre a participação portuguesa nos desfiles, entre outros, em Bruxelas e Roma, apenas sobre a preparação: «À última hora também os governos Britânicos e Belga convidaram o Exército Portuguez a fazer-se representar nas festas da Victoria em Londres e Bruxelas, sendo dada, pela força das circunstâncias, ao Adido Militar de Paris, a incumbência de organizar estes contingentes, o que se fez de acordo com o Sr. Presidente do CEL e do CEP e de harmonia com a indicação dos efectivos que nos eram pedidos. Tanto em Londres como em Bruxelas os nossos soldados foram bem acolhidos, e, sobretudo em Paris e Bruxelas, a sua apresentação foi satisfatória» (Cf. BN, E 47, Caixa 7 – *Relatório do adido militar em Paris, referido a 30 de Setembro de 1919. II – Festa da Vitória*).

[472] André Brun, *Sumário de várias crónicas* (Lisboa: s/ed., 1923), 108-110.

o exército pelo imenso desfile que passa sob o Arco do Triunfo, de relembrar que amar a pátria, significa estar pronto a morrer por ela nos campos de batalha» [473].

Profundos debates e clivagens desenvolvem-se em torno das celebrações da Grande Guerra, entre o 14 de Julho, sempre mais polémico e historicamente politizado, e o 11 de Novembro, estreitamente ligado aos combatentes e ao fraterno culto dos camaradas mortos. O lastro daquela data prepondera, pois, como adverte Amalvi, «desde as suas origens, o 14 de Julho não se limita à comemoração abstracta de uma data memorável, constitui para os seus iniciadores a encarnação em actos e espectáculos dos valores republicanos onde a interiorização individual passa pela efusão colectiva que convém organizar cautelosamente 'o tempo reencontrado'»[474].

Se em França a polémica se instaura entre essas duas datas, em Portugal estebelecer-se-á entre o 9 de Abril e o 11 de Novembro, nem sequer trazendo o "5 de Outubro", o "10 de Junho" ou o "14 de Julho" para esta discussão.

Demonstrando uma estreita relação com a França e a necessidade de reivindicar do estatuto de aliado, em Portugal o ano de 1919 foi marcado essencialmente pela celebração do 14 de Julho, em consonância com a realização da Parada da Vitória na capital francesa.

Logo no dia 7, Sá Cardoso (presidente do Ministério) propõe na Câmara dos Deputados que, para uma condigna celebração da Paz em honra do Exército, seja feriado o dia 14 de Julho e se nomeie uma comissão responsável pelos festejos. Seria necessário o governo associar-se à celebração da assinatura do Tratado de Versalhes

> e como de direito devem ser principalmente para o exército e para a armada as saudações dos portugueses. E como, por várias razões, as forças que tem regressado do front não têm recebido todas aquelas manifestações de carinho e entusiasmo a que têm direito, não por esquecimento do povo português, mas principalmente porque essas forças regressaram a pouco e pouco, o Governo entendeu que a melhor maneira que tinha de se congratular com a celebração da paz, era associar nas festas do exército e da armada. Quer dizer, prestar nesse dia a homenagem devida pelo país ao exército e à armada que morreram e verteram o seu sangue pela Pátria[475].

---

473 Annette Becker, «Du 14 juillet 1919 au 11 novembre 1920 mort, où est ta victoire ?». *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 49, n.º1 (1996): 33, «Le 14 juillet 1919, on choisit en glorifiant avant tout l'armée par l'immense défilé qui passe sous l'Arc de Triomphe, de rappeler qu'aimer sa patrie, cela veut dire être prêt à mourir pour elle sur les champs de bataille».

474 Cf. Christian Amalvi, «Le 14 juillet. *Du Dies irae à jour de fête*», in Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire,* Vol I. *République* (Paris: Gallimard, 1984), 439: «Dès son origine, le 14-juillet ne se réduite pas à la commémoration abstraite d'une date mémorable, il constitue pours ses initiateurs l'incarnation en actes et en spectacles de valeurs républicains dont l'intériorisation individuelle passe par la liesse collective qu'il convient d'organiser soigneusement 'le temps retrouvé'».

475 Sá Cardoso, *Diário da Câmara dos Deputados,* 7 de Julho de 1919, p. 11.

Em 1919, a participação portuguesa nos desfiles aliados de celebração da paz consagraria simbolicamente o almejado reconhecimento internacional da nação republicana, enquanto nação aliada e vencedora. O primeiro convite à presença de um destacamento do Exército português parte do governo francês. Cerca de 150 homens, comandados por Ribeiro de Carvalho e Bento Roma, iriam alinhar no desfile da *festa da paz*. De forma a responder aos convites, de última hora, dos governos aliados, seriam recrutados deste grupo de homens, os destacamentos de representação para a *Victory Parade* em Londres e as celebrações da paz em Bruxelas e Roma.

Imagem XVII e XVIII. Paris, 14 de Julho de 1919. (Fonte: LC)

Imagem XIX e XX. Londres, 19 de Julho de 1919. (Fonte: LC)

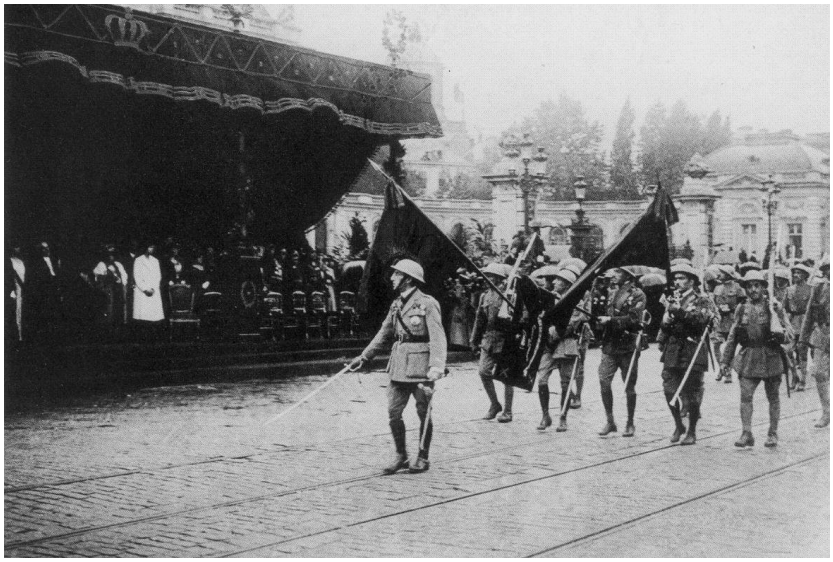


Imagem XXI. Bruxelas, 21 de Julho de 1919. (Fonte: LC)

A associação desta efeméride à guerra não é novidade em terras portuguesas.

No ano de 1918, antes mesmo do fim do conflito, uma das maiores campanhas de propaganda e apoio ao esforço de guerra foi levada a cabo pela JPN no Porto – *Homenagem do Povo do Porto à França heróica e gloriosa*[476]. A Junta iria garantir mais uma vez, agora com "cobertura internacional", a realização das homenagens aliadas a 14 de Julho 1919 – as festas da Paz e da Liberdade – em estreita colaboração com a comunidade francesa residente na cidade e a presença do Ministro do Trabalho[477]. Esta celebração teve impacto nacional e internacional, como se pode constatar no tom laudatório da correspondência da Legação Francesa – «as festas da vitória foram celebradas no Porto, com muita solenidade. A organização foi confiada à Junta Patriótica do Norte que fez esforços louváveis para dar o máximo brilhantismo possível»[478].

Assim, à parte da consagração dos Soldados Desconhecidos (1921), coube ao Porto realizar a mais internacional das comemorações realizadas em Portugal. Saliente-se, a propósito, que outro relevante elemento de internacionalização do processo comemorativo passa pela mútua atribuição de condecorações, não só quando se realizavam grandes eventos, mas sempre que a oportunidade o proporcionava[479].

Lisboa também não quis ficar à parte deste contexto aliado de oportuna celebração republicana[480]. Uma cerimónia marcada pelo teor internacional, com o

476 Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…

477 O programa definiria as linhas formais e cronológicas a ser repetidas nos seguintes anos: *Alvorada* (das 6 às 9 horas em todas as freguesias por girândolas de foguetes e por bandas de música percorrendo as linhas da cidade em zorras engalanadas); e*xercício – parada de bombeiros* (às 11 horas na casa-escola dos mesmos); *bodo e distribuição de esmolas aos pobres* (das 12 às 14 horas, em todas as freguesias pelas respectivas juntas); *festa infantil no Palácio de Cristal* (das 15 às 19 horas, para as crianças das escolas e da CFS, com música, cinema, *marionettes,* diversões e merenda dada pela Junta a 4 000 crianças); c*ortejo da Paz e da Liberdade* (às 16 horas); s*audação à Paz e aos Expedicionários* (às 19h, na tribuna a eles destinada no Palácio de Cristal); s*essão de recepção do Triângulo Vermelho*; c*onferência patriótica pelo poeta-soldado Augusto Casimiro; festa nocturna no Palácio* e *popular no Jardim da Cordoaria* (promovida pela Câmara Municipal do Porto – *Arraial popular livre na Serra do Pilar),* (Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…).

478 AMAE, Correspondance Politique et commerciale, T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, Corps Diplomatique Français, 1 – Légation, Consulats et Attachés de France, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, 528-1-7).

479 Cf. Decreto n.º 6:186 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 221, 30 de Outubro de 1919, criando uma medalha comemorativa *interaliada*, chamada "Medalha da Vitória". Confira-se a troca de condecorações entre Portugal e França em AMAE, Correspondance Politique et commerciale, 2 – Décorations (13/11), 1918-1929, 528-8, Doc. 5, 9 e 16).

480 Destaque-se a parada militar, triunfalmente acolhida pela população da cidade. Relata *A Ilustração Portuguesa:* «era imponentíssimo o espectáculo que se observava. Os soldados e marinheiros marchando com um garbo e aprumo militar admiráveis, as espadas e as baionetas brilhando ao sol, as correrias dos ginetes que faziam baloiçar as bandeirinhas encarnadas dos lanceiros, os toques de continência dos clarins, após o que as bandas regimentais rompiam com a *Portugueza*, *Marselheza* e *God*

entoar do hino inglês e francês, percorreu as principais ruas da cidade, desde a Praça Saldanha até ao Largo de Camões, para à frente do Teatro Nacional cumprimentar a tribuna VIP, composta pelas mais altas personagens da vida política nacional, nomeadamente os Presidentes da República e do Ministério, o Ministro da Guerra e outras personalidades dos quadros militares. A parada encabeçada pela GNR contou com a participação de 27 veteranos condecorados (Cruz de Guerra); inválidos dos Institutos de Arroios e Santa Isabel; marinheiros portugueses; cadetes do Exército; membros da Instrução Militar Obrigatória; e escuteiros.

Finalmente, o exército podia comemorar os seus esforços e ser aplaudido, mas importa lembrar que a maioria dos homens presentes fez o mesmo percurso em Novembro de 1918, sob o comando de Sidónio Pais, uma vez que as tropas, que haviam combatido na frente, foram imediatamente desmobilizadas.

Outros eventos abrilhantariam esta efeméride, como a parada de 10 mil crianças no Jardim da Estrela com as bandeiras aliadas e ramos de oliveira; a plantação da Oliveira no Jardim Zoológico de Lisboa, pelo Presidente do Ministério Sá Cardoso ao som do Hino da Paz, executado pelos alunos da Casa Pia e do Liceu Pedro Nunes, seguido do discurso de Magalhães Lima; o recital no São Carlos; e, por fim, o encerramento das festividades com o fogo-de-artifício[481].

Em Lisboa e no Porto, estas comemorações assumiram especial grandeza, à semelhança dos processos verificados nos países aliados[482]. O avançar dos anos diminuiria a centralidade desta data, sendo apenas mantida, em Portugal, pela JPN, e comemorada pela comunidade francesa residente em território português[483]. Em 1921, ela perderá mesmo a importância e centralidade comemorativa, em virtude de um afunilamento a favor do 9 de Abril e do 11 de Novembro.

---

save the King, além de outros hinos dos paizes aliados, as palmas e os hinos que atroavam delirantemente, tudo constitui um soberbo espectáculo», ("A parada militar", *Ilustração Portuguesa*, 22 de Julho de 1919, pp. 65-67).

481 Cf. "A plantação da oliveira*", Ilustração Portuguesa*, 28 de Julho de 1919, pp. 62-63.

482 Também em Coimbra, Beja, Cascais, Viseu e Guarda realizaram-se festividades (Cf. "A festa da Paz na Régoa", *Ilustração Portuguesa,* 4 de Agosto de 1919, p. 86).

483 Cf. AMAE, Correspondance Politique et commerciale, T. 1 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, Corps Diplomatique Français, 1 – Légation, Consulats et Attachés de France, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, 528, 9-10. Monsieur Tinayre, Consul de France à Porto, 3 décembre 1918 : «Voulant honorer la mémoire des français de Porto tombés au champ d'honneur la colonne française a fait célébrer hier, 2 décembre, à l'église Trinité, une messe suivie, d'un Te deum glorifiant la victoire».

VI. 2.2. O 9 de Abril e a consagração dos mortos

Após o ano de 1921, datas como o 14 de Julho e o 11 de Novembro[484] perdem a centralidade comemorativa[485]. Ao longo dos primeiros anos do pós-guerra definiu-se e delineou-se o 9 de Abril como a principal jornada das comemorações da Grande Guerra na I República com um evidente auge nos anos de 1921 e 1924, aquando da consagração e inumação dos Soldados Desconhecidos.

Depois da primeira normalização do 9 de Abril, reclamada pela JPN (1919)[486], no ano de 1920 dar-se-iam importantes passos para a sua oficialização, decretando-se tolerância de ponte nas secretarias de estado e estabelecimentos dependentes e feriado oficial nas escolas[487]. Mais uma vez, coube à Junta Patriótica do Norte, secundada pela Câmara Municipal de Lisboa, a criação de um programa de comemorações cuidadosamente elaborado para o dia[488]. Seria ainda concedida amnistia aos presos por crimes militares, cometidos por oficiais ou praças de pré do

---

484 Celebrado de forma irregular até 1926, constituindo iniciativa de antigos combatentes e comunidades de estrangeiros residentes em Portugal.

485 Refira-se ainda o 10 de Junho considerado feriado, em 1920, comemorando os mortos da Grande Guerra. Cf. Lei n.º 983 – *Ordem do Exército,* 4 de Junho de 1920, p. 267: «Artigo 1.º O próximo dia 10 de Junho de 1920 será considerado feriado nacional e dedicado à inauguração dos monumentos concelhios em homenagem aos portugueses mortos pela Pátria na grande guerra, em África, em França e no mar».

486 Na capital foi largamente publicitado, concretizando-se com a grandiosidade desejada (destaque-se a presença do Presidente da República). No Porto, verificou-se uma «*sessão solene* às 20 ½ h. no Teatro Águia de Ouro, sob a presidência do Dr. Barbosa de Castro e Dr. José Domingues dos Santos, representando o Governo. Além destes são oradores nesta brilhante sessão os Srs. Drs. Santos Silva e Bernardino Ribeiro, cap. Guilherme Terrio, Alfredo Gouveia, Tem. Cor. Freiria, Tem. Pina de Morais, Mem Verdial, Emílio Donnée (como cidadão francês), cor. Diocleciano Martins, Dr. Alberto de Aguiar e o académico Alexandre Córdova. […] Inicia-se o movimento de gratidão à cidade de Lille pelo carinhoso acolhimento da sua população aos prisioneiros que a atravessaram sobre a rude vigilância teutónica, após a batalha de 9 de Abril de 1918. Sob o título *Homenagem à cidade de Lille,* lança-se um apelo para uma subscrição destinada à compra de uma *bandeira do Exército Português* à heróica e martirizada cidade, criando-se núcleos de adesão em vários concelhos, escolas e unidades militares» (Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…).

487 Cf. *O Século*, 9 de Abril de 1920, p. 4: «Em comemoração do 1º aniversário da Batalha de La Lys, em que as nossas tropas do C.E.P. se portaram brilhantemente, há hoje tolerância de ponte nas secretarias de Estado e estabelecimentos que lhe são dependentes. O ministro da Instrução determinou que o dia de hoje seja considerado feriado oficial nas escolas dependentes do seu ministério. [...] Nos Institutos dos Mutilados da Guerra. Promovida pela Federação Académica de Lisboa, realiza-se hoje uma festa no Instituto Militar de Arroios para Reeducação dos Mutilados de Guerra, de que é director o Sr. Dr. Tovar de Lemos. [...] No Instituto dos Mutilados de Santa Izabel estará também patente ao público por determinação do Ministro da Guerra, das 12 às 18 horas, não obstante encontrar-se em obras. Récita de Gala [...] Hoje pelas 12 horas deve celebrar-se na igreja de S. Domingos uma missa de sufrágio pelos soldados portugueses mortos na guerra».

488 *O Século* noticia o lançamento da primeira pedra do monumento aos mortos da Grande Guerra, no Jardim das Albertas, prometido pela Comissão de Construção da Câmara Municipal, com a presença do Presidente da República (que aproveitou o discurso em memória dos soldados mortos na guerra, para reivindicar a conciliação nacional), membros do governo e importantes figuras da vida castrense.

Exército ou da Armada em África ou em França durante a Grande Guerra, prática que se tornou recorrente nestes aniversários[489].

Em 1922, finalmente, o Ministério da Guerra fez circular a seguinte disposição:

> em todas as guarnições militares, os respectivos comandantes devem promover a realização de uma festa de solenidade, conferências ou alocuções patrióticas mostrando aos nossos soldados o alto significado dessa solenidade. Determina Sua Ex.a o Ministro que às 17 horas precisas do dia 9 de Abril todos os militares façam silêncio durante 2 minutos na posição de sentido, como manifestação de respeito e saudade pelos nossos Mortos Gloriosos em todas as Guarnições militares onde haja artilharia autoriza Sua Ex.a o Ministro que o início desses dois minutos de silêncio seja anunciado por três tiros de salva. Estas manifestações tornam-se tão mais grandiosas se a elas se associarem todos os portugueses para o que os comandantes militares se deverão entender com as autoridades civis[490].

Seguindo a linha das homenagens anteriores, o ano 1923 seria especialmente marcado, em Lisboa, pelo lançamento da primeira pedra do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra e, no Porto, pela homenagem nas escolas e pela sessão solene no Teatro S. João, sob a presidência do Ministro da Agricultura e demais membros da Comissão de Honra do 9 de Abril, em que produziriam alocuções patrióticas Leonardo Coimbra, Santos Silva, Hernâni Cidade, Alfredo Barata da Rocha, Eugénio Rodrigues Aresta e Pina de Morais[491].

O 9 de Abril, enquanto data central das comemorações à República, teve o seu auge entre a consagração dos Soldados Desconhecidos e o seu definitivo enterro (1924).

Em 1921, é considerado pela primeira vez feriado nacional[492] e confirmado como data central nas comemorações da Grande Guerra. A consagração do Soldado Desconhecido contribui com o herói morto que legitimaria a causa e uniria a nação em torno do sacrifício – centro da liturgia civil. Neste dia, realizou-se a celebração mais grandiosa ao heroísmo militar português, sendo, de todas, a mais internacional. Coordenada superiormente pelo Ministério da Guerra, desenrola-se e centra-se na chegada dos Soldados Desconhecidos a Lisboa, provenientes da Flandres e de Moçambique; na homenagem no Palácio do Congresso; na parada pelas principais ruas de Lisboa; e finalmente na deposição na Batalha.

---

489 Cf. Lei n.º 1:146 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 73, 9 de Abril de 1920.
490 AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, n.º 1348 – Ministério da Guerra, 1 de Abril de 1922.
491 Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…
492 Lei n.º 1:140 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 20, 6 de Abril de 1921.

As grandes festividades retornariam em 1924 – apogeu e definhamento de um processo iniciado em 1921 – denunciando uma clara transição da tutela do Estado para entidades oficiais dotadas de maior autonomia.

No Mosteiro de Santa Maria Vitória, irá ocorrer o sepultamento dos Soldados Desconhecidos a que se associou o Lampadário da Pátria. Pela primeira vez, também, foi em público consagrado o soldado Milhões, homenageado na Câmara dos Deputados (na qual veio a manifestar-se alguma insatisfação e debate). O deputado Vasco Borges apresentou um projecto de lei para que a aldeia de origem do soldado, Valongo do concelho de Murça, passasse a chamar-se Valongo de Milhais, ficando, no final, aprovada a proposta de Valongo de Milhões[493].

Neste contexto, a incapacidade do poder em controlar as actividades emergirá essencialmente de uma forte instabilidade institucional e de um crescente desacordo em torno do processo comemorativo. Despoleta aqui a apertada contestação às comemorações, mas sobretudo ao 9 de Abril, enquanto opção simbólica e formal[494].

Um ritmo e uma tendência começam a desenhar-se. Anualmente, segue-se a ordem comemorativa, inserem-se novidades e regulamentam-se programas[495]. Mas, a inicial tutela do Ministério da Guerra, em que também não se pode ignorar, apesar de tudo, a precocidade das iniciativas da JPN, desagua num contexto de gradual omissão dos órgãos de poder, cuja diligência seria alargada a associações posteriormente formadas.

493 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, 9 de Abril de 1924, p. 11.

494 Antes mesmo das comemorações desse ano, *O Século* publicava alguns projectos para o aniversário da Batalha de La Lys, como a possibilidade do governo conceder amnistia aos militares acusados e condenados por pequenos delitos, que, no entanto, não veio a ser cumprida. Veja-se para estes eventos comemorativos e a questão da amnistia: "O 9 de Abril", *O Século*, 30 de Março 1924, p. 1; "Comemorando o 9 de Abril", *O Século*, 3 de Abril 1924, p. 1; "Amnistia", *O Século,* 8 de Abril de 1924, p. 1; "Comemorando o 9 de Abril – a amnistia aos militares punidos e acusados por pequenos delitos", *O Século,* 6 de Abril de 1924, p. 1.

495 «Em todo o paiz se comemora hoje o esforço da raça. Os dois minutos de silêncio às 17 horas [...]. Por tal motivo a Comissão dos Padrões da Grande Guerra, promove em todo o paiz a comemoração do esforço da raça, realizando-se nas escolas, quartéis e outros centros de educação cívica imponentes solenidades patrióticas, comemorativas da nossa intervenção militar na Grande Guerra», "O 9 de Abril", *O Século*, 9 de Abril de 1922, p. 4; Cf. "O 9 de Abril", *O Dia*, 8 de Abril de 1922, p. 1.

A rememoração da guerra a 9 de Abril foi, desde cedo, marcada por profundas discórdias. Tendo como momentos de relativo consenso público o ano de 1921, altura da consagração dos dois Soldados Desconhecidos, e o ano de 1924, aquando do definitivo enterro no Mosteiro da Batalha, esta efeméride alimentou a maioria das controvérsias em torno da celebração do esforço de guerra. A grandiosidade das comemorações e a adesão dos portugueses dependiam consideravelmente do empenho das entidades oficiais, visionando-se assim um conjunto menos entusiástico de datas que podiam resumir-se ao culto dos mortos.

Imagem XXII. Cartaz "Dois minutos de silêncio" do tenente A. Baptista. (Fonte: BN, 1923)

«Hontem não abriram os bancos, encerraram-se estabelecimento e fez-se um dia santo não parecia com os improvisados feriados officiaes da República. Porque o decretou o sentimento nacional. Pois o Parlamento que deixa de ter sessões por qualquer coisa e até por vulgar falta de número, continuou funcionando e apenas sendo um episódio, a comemoração do 9 d'Abril nas duas câmaras, ellas entretiveram-se a discutir uma lei dos gaioleiros […] quando na Batalha e em todo o país se glorificava a memória dos mortos portuguezes na Grande Guerra. […] mais uma vez se divorciou ontem da Nação funcionando quando devia acompanhá-la na trégua imposta pelas horas sagradas que passavam…», *O Dia,* 10 de Abril de 1924, 1.

Imagem XXIII. Desfile, em Lisboa, de homenagem aos mortos da Grande Guerra, 1923. (Fonte: AML, AF, B094288)

Imagem XXIV. "O Rocio durante os dois minutos de silêncio", *O Século*, 10 de Abril de 1924, 1. (Fonte: LC)

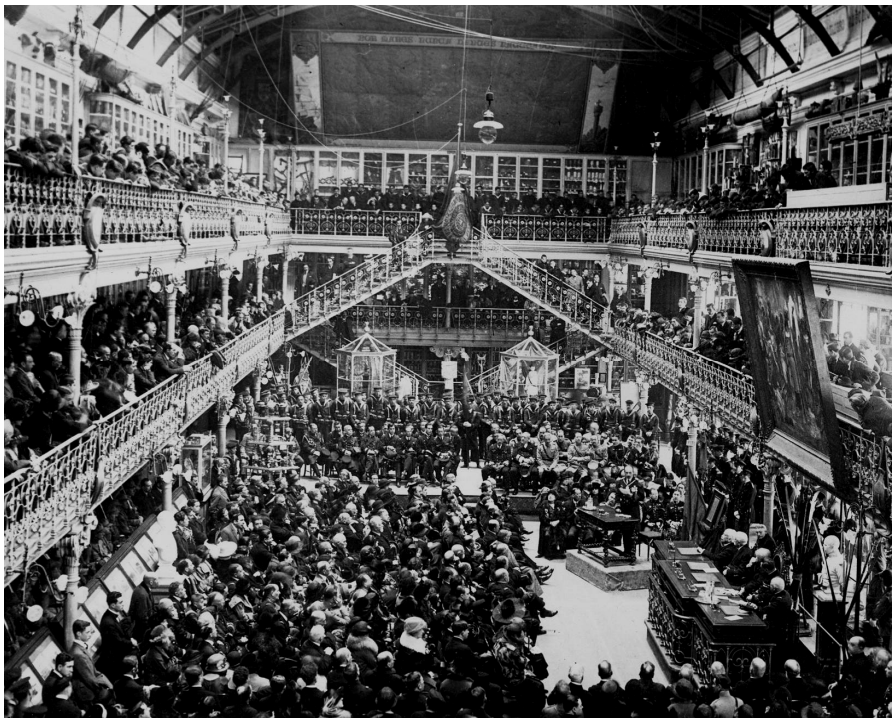


Imagem XXV. «A gloriosa Marinha portuguesa teve hontem a consagração dos seus feitos, durante a Grande Guerra, na sessão solene promovida pela patriótica Comissão dos Padrões. Foi na ampla Sala de Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa que a grandiosa homenagem se realizou. Não poderia ser melhor escolhido o local. […] A imensa Sala de Portugal e as suas amplas galerias estavam repletas à hora em que ali deu entrada o ilustre Chefe de Estado. O Sr. Teixeira Gomes, que chegara ao edifício às 16 horas, fora recebido pelas individualidades de representação, sendo-lhe prestadas as honras militares por uma Companhia do Corpo de Marinheiros que se estendia, em linha, na rua Eugénio de Santos», *O Século*, 10 de Abril de 1924, 1. (Fonte: LC)

Imagem XXVI. *O desfile dos combatentes na Avenida da Liberdade*. «Em Lisboa e em todo o País comemorou-se, ontem, o aniversário da batalha de La Lys, sem dúvida uma das datas mais belas da nossa história militar dos tempos modernos. Não permitiu o tempo que as comemorações tivessem a imponência e o brilhantismo do ano passado, mas apesar da chuva que caiu quasi que ininterruptamente, desde madrugada e que impediu a realização da parada, não deixou de notar-se na população de Lisboa, o maior interesse pelas cerimónias anunciadas. Lisboa apareceu com muitos dos seus prédios embandeirados, tendo bastante povo comparecido na Avenida da Liberdade, junto do recinto destinado ao monumento aos mortos da Grande Guerra e ainda no cemitério do Alto de S. João, onde se realiza uma romagem às campas dos que se bateram pela pátria», *O Século*, 10 de Abril de 1928, 1. (Fonte: LC)

Imagem XXVII. O 9 de Abril de 1929 no cemitério do Alto de S. João em Lisboa. (Fonte: LC)

Cada vez mais o dinamismo comemorativo decai num contexto de uma crise política galopante e de crescente crítica face à celebração da guerra numa efeméride alusiva a uma *derrota*. Este será, aliás, o isco das campanhas da oposição, evidenciado no processo justificativo do golpe do 28 de Maio. No entanto, o uso da "causa" da guerra não foi exclusivo, assim como não o foi a ligação imediata com o aparecimento da Ditadura, sendo precipitado ver uma evolução linear no tríptico Guerra/Ditadura Militar/Estado Novo. E "não o é", apesar da instrumentalização política do conflito pelos militares de 28 de Maio[496].

No ano de 1925, as comemorações do 9 de Abril assumiriam ainda algum dinamismo. Pela primeira vez, depois da guerra, *O Século* dedicaria a primeira página do dia 9 de Abril a uma alargada crítica à intervenção na guerra da autoria de Trindade Coelho, director do jornal. A 10 de Abril seria feita a abordagem às realizações, revestidas de uma grandiosidade desusada. Em Lisboa, mais uma vez, deu-se a parada de combatentes organizada pela LCGG, na qual participariam várias entidades importantes, nomeadamente o Ministro da Marinha, sendo que o Presidente da República iria prestar homenagem à Batalha. Manuel Teixeira Gomes procederia, a convite da CPGG, à inauguração do Museu das Oferendas[497].

Tal apreciação num dos mais importantes órgãos da imprensa nacional, em tempos responsável pelas maiores coberturas a este aniversário, denuncia uma clara crise da República e dos seus processos de legitimação.

VI. 2.3. O 11 de Novembro e a apropriação política

Depois de 1926, o 9 de Abril decai no seu protagonismo. Nunca sendo consensual, a Ditadura fará questão de concentrar a celebração da guerra no 11 de Novembro, mais aceitável e nunca atacado por estes. É visível, na imprensa, o trabalho em torno do engrandecimento celebrativo da efeméride Armistício, remetendo-se o 9 de Abril a iniciativas concretizadas essencialmente pela CPGG e pela LCGG. De forma menos intensa, estas associações interferiam na celebração do 11 de Novembro, sendo essas raras excepções quase exclusivamente aliadas à inauguração de monumentos.

---

496 Esta é uma tese, em parte, desenvolvida em *Guerra e Nacionalismo: na República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)* de Jorge Pais de Sousa (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008).

497 Cf. "A comemoração do 9 de Abril", *O Século,* 10 de Abril de 1925, pp. 1 e 4. Destaque-se a inauguração do Jardim 9 de Abril em Lisboa, no antigo Jardim da Rocha do Conde de Óbidos.

Até essa data, o Dia do Armistício consistia essencialmente numa iniciativa cujo maior empenho na concretização passava pelas comunidades estrangeiras – francesa, belga e inglesa – residentes em Portugal, bem como pelas respectivas associações de antigos combatentes. Estas comunidades monopolizavam iniciativas religiosas, culturais e memoriais de celebração do esforço de guerra e dos seus mortos, não tendo o aumento da intervenção estatal, depois de 1926, inibido a manutenção da sua intervenção na celebração deste ritual secular[498].

Ressalve-se, a título excepcional, algumas iniciativas de relevo desenvolvidas, ainda durante a I República, pela JPN, em estreita colaboração com a comunidade francesa do Porto, como a homenagem à cidade de Lille, a primeira comemoração cívica dos 2 minutos de silêncio à *Memória dos Mortos da Grande Guerra e dos Heróis de Portugal* ou a inauguração do monumento aos mortos da Grande Guerra da cidade do Porto. Em Lisboa, a LCGG tinha sido responsável pela dinamização deste dia, mantendo a conotação espiritual e religiosa do culto dos mortos do dia 2 de Novembro, transferida de certa forma para a celebração do 11 de Novembro, com a regular e sequencial encomenda de uma missa na Igreja do Recolhimento das Comendadeiras de Avis celebrada pelo ex-capelão do CEP Avelino Figueiredo[499].

No ano de 1926 é, pela primeira vez, decretado feriado nacional o dia 11 de Novembro, Dia do Armistício, já que Sidónio Pais o tinha feito para o dia 12 desse mês[500]. A Ditadura Militar traria consigo a consignação "máxima" das celebrações à guerra considerando estas datas feriados nacionais. Tal não se verificou em todos os anos da Ditadura, mas em momentos fulcrais e, maioritariamente, na capital. Foram declarados feriados o 9 de Abril em 1927 e 1928 e o 11 de Novembro em 1926 e

---

498 Esta jornada mantinha estreita ligação ao culto dos mortos, passando, essencialmente, pela realização de missas nas Comendadeiras de Aviz ou de S. Luiz de França; romagem aos cemitérios locais; dois minutos de silêncio (cerca das 11h da manhã); por fim, algumas sessões solenes e de gala organizadas por comunidades estrangeiras residentes em Portugal.

499 São raras as vezes em que esta data assume maior relevo relativamente ao 9 de Abril, podendo acontecer por alguma iniciativa particular a nível local. Por exemplo, o 11 de Novembro de 1924 não é de manifesta exuberância em Lisboa, mas é-o Porto, onde se realiza a inauguração do primeiro monumento aos mortos da Grande Guerra na Praça Carlos Alberto, com a presença do Presidente da República. Este monumento seria demolido, o que retira à JPN alguma iniciativa e protagonismo posterior. Aliás, a sua acção no comando das iniciativas do Norte passa para a agência da LCGG do Porto, integrando as iniciativas desta instituição, bem como, relegando as suas à realização de sessões solenes na CFS. Ainda de realçar que o *Diário de Lisboa,* numa das suas referências de homenagem e, excepcionalmente, "menos crítica", apresenta o "soldado Milhões", convidando-o para participar das celebrações na Batalha, sendo o único soldado nas representações oficiais.

500 Nunca a data tinha sido considerada feriado. Várias tinham sido, tal como em França, as questões levantadas sobre a necessidade de a celebrar, mas nem mesmo o 9 de Abril havia sido elevado ao estatuto de "contínuo" feriado nacional. Veja-se o Decreto n.º 12:635 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 252, 10 de Novembro 1926.

1931 (neste último ano apenas em Lisboa). Estas datas determinariam a paragem dos serviços públicos da capital[501].

Interessa analisar o 11 de Novembro na medida em que serviu aos homens do 28 de Maio para a instrumentalização da memória e experiência de guerra. Mantendo as celebrações organizadas e protagonizadas pelas representações estrangeiras em Portugal, bem como pela LCGG ou pela CPGG (mais focadas no 9 de Abril), o ritual perpetua-se, apesar de algumas alterações que, não sendo de grande relevo simbólico, não serão aqui analisadas.

As comemorações adquiririam extraordinária dimensão com persistentes representações governamentais. A imprensa anuncia, nas primeiras páginas, um crescendo comemorativo que culminaria na anunciada inauguração do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra (1931). Entre 1927 e 1931 concretiza-se e repete-se um conjunto cerimonial de relevo, onde a grandiosidade das paradas e o empolgamento dos discursos em torno do heroísmo das Forças Armadas é de nota[502].

A título de exemplo, destaque-se a celebração do ano de 1928 que em pouco ou nada se distingue das demais consideradas neste âmbito cronológico[503].

---

501 O 9 de Abril é declarado feriado pelo Decreto n.º 13:442 – *Ordens do Exército,* 1ª Série, 6 de Abril de 1927, p. 606 e o Decreto n.º 15:319 – *Diário de Governo,* I Série, n.º 79, 4 de Abril de 1928. O 11 de Novembro é declarado feriado pelo Decreto n.º 12:65 – *Diário de Governo,* I Série, n.º 252, 10 de Novembro de 1926 e Decreto n.º 20:487 – *Diário de Governo,* I Série, n.º 259, 9 de Novembro de 1931 (feriado apenas em Lisboa).

502 O primeiro aniversário do 11 de Novembro sob a Ditadura Militar foi marcado, na província, com a inauguração da rua dos Combatentes, bem como de monumentos aos mortos da guerra; comemorações na Batalha com a deposição de flores pela delegação de Leiria. Mas foi em Lisboa que as cerimónias tiveram mais relevo: às 11 horas, missa na igreja da Encarnação; às 14 horas, sessão cinematográfica na sede da Liga (nos intervalos as senhoras portuguesas, francesas e belgas distribuíam medalhas comemorativas do *Dia do Soldado*, cujos lucros reverteriam para a LCGG e a União dos Antigos Combatentes Franceses) com combatentes franceses e belgas, membros do Governo, como os Ministros da Instrução, Colónias, Marinha e Finanças, representantes das nações estrangeiras e o general Carmona. À noite, houve sessão solene na sede da Liga, com a inauguração dos retratos dos generais falecidos Tamagnini e Pereira de Eça.

503 Veja-se a semelhança com o formato das realizações do ano de 1927, com a presença do Ministro da Guerra. Discursaram várias figuras, entre elas, os tenente-coroneis Cristovam Aires, Pereira da Silva, Raul Esteves e Barata da Rocha. Este último, realizou um discurso de valorização do esforço patriótico dos soldados portugueses, reconhecido, pelos aliados e inimigos alemães, mas refere «cometeu-se um crime, um grande crime em Portugal: a guerra contra a guerra. Pois o nosso interesse era ir à guerra, valorizar-nos e, porque de princípio não houve essa compreensão, surgiram indecisões que foram talvez a causa única de desastres que aliás nos não diminuem. Esmagados embora, as almas acenderam bem alto em beleza; na África, gloriosas figuras brilharam que é preciso não esquecer. Somos um país de heróicas improvisações e este defeito é talvez a nossa maior qualidade. Somos assim, e a parte má de Portugal gerou que não quisemos e, na hora da partida, ouvir as palavras dos velhos do Restelo, que só pretendiam semear defecções. Gritou-se em Portugal a derrota, acusou-se os que morreram de não terem morrido bem. Contra isto, protesta energicamente, citando exemplos gloriosos da luta», "As comemorações do 9.º aniversário do Armistício"; *A Guerra*, n.º 23, ano 2, Novembro de 1927, p. 12.

As cerimónias matinais tinham início no cemitério do Alto de S. João onde, além da homenagem geral feitas aos combatentes mortos da Grande Guerra (lá repousam também os generais Simas Machado e Bernardo Faria), é içada uma bandeira no centro do talhão. De seguida, a aglomeração (11.30 horas) de combatentes, viúvas, mães e órfãos, bem como de membros da Direcção Central da LCGG e do representante do Ministro da Guerra, o tenente Esmeraldo Carvalhais (este será sempre dos homens mais presentes nas homenagens cemiteriais do 11 de Novembro durante as ditaduras). Depois do meio-dia, os presentes deslocam-se, em parada, pela Morais Soares até à Avenida da Liberdade – no lugar onde será erguido o monumento – onde seria feita homenagem e condecorada a bandeira da LCGG. Estavam presentes, nesta homenagem, o presidente do Ministério; os ministros da Guerra, Marinha e Colónias; o embaixador da Inglaterra; o ministro da França; os generais Luís Domingues, Abel Hipólito e Ernesto Sampaio; os almirantes Azevedo Coutinho e Raul Esteves; Ferreira da Silva; Ernesto Machado; Ferreira do Amaral; e o tenente-coronel Esmeraldo de Carvalhais; o comandante Fernando Branco e Quirino da Fonseca; entre outros. No final do dia, o Ministro da Guerra (Morais Sarmento) e da Marinha fariam uma visita à sede da LCGG[504].

O auge das comemorações passou pela concretização de um projecto da responsabilidade da I República, que não esteve imune a polémicas, devido à morosidade e às inúmeras divergências simbólicas.

A inauguração do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra em Lisboa, anunciada para o dia 11 de Novembro de 1931, não se veio a concretizar devido ao mau tempo, contudo tal não impediu que se desse a romagem ao cemitério, bem como as demais cerimónias e homenagens a que assistiram o presidente do Ministério, ministros do Interior, Marinha, Guerra, Comércio, Justiça e Instrução. Cerca de 70 000 pessoas acorreram às cerimónias, ansiando pela inauguração do monumento[505].

---

504 Cf. "A celebração do aniversário do Armistício decorreu com uma excepcional imponência, um grande entusiasmo, uma piedosa saudade pelos mortos e um alto pensamento na Pátria", *O Século,* 12 de Novembro de 1928, pp. 1, 6, 7. Confira-se, num artigo da revista *A Guerra* de Novembro de 1928, sobre a celebração do 10.º aniversário do Armistício, a sequência desse processo: "A dez anos da Guerra", *A Guerra,* n.º 35, ano 3, Novembro de 1928, pp. 11-15.

505 Cf. "As comemorações do Armistício", *O Século,* 12 de Novembro de 1932, pp. 1 e 4; "13.º Aniversário do Armistício", *O Século*, 11 de Novembro de 1931, p. 1.

Apesar das polémicas que revestiam as celebrações do 9 de Abril, no fundo documental da Liga dos Combatentes, de onde resulta a maioria das imagens sobre as efemérides da Grande Guerra, aquelas alusivas às comemorações do *Dia do Armistício* aparecem apenas para os anos posteriores a 1926. Não se estranhe esta situação face ao reconhecimento oficial do 11 de Novembro – na sua máxima grandiosidade – apenas aquando a Ditadura Militar. Até à data, tratou-se de uma celebração essencialmente protagonizada pelas representações oficiais estrangeiras em Portugal ou dedicada a cerimónias religiosas e de culto dos mortos.

Imagem XXVIII. O 11 de Novembro de 1933 na Avenida da Liberdade em Lisboa (Fonte: LC)

Imagem XXIX. "A coluna de Combatentes, depois de ter recebido as honras da guarnição militar de Lisboa, desfila na Praça do Comércio a caminho da Liga", *A Guerra*, ano 3, n.º 35, 1928, 266. (Fonte: LC)

Imagem XXX. "À saída da missa que um grupo de combatentes portugueses manda celebrar na igreja da Ordem Militar de Aviz", *A Guerra,* ano 1, n.º 10, 30 de Novembro de 1926, 8. (Fonte: LC)

Imagem XXXI. O cemitério do Alto de S. João, 11 de Novembro de 1928. (Fonte: LC)

Imagem XXXII. "Crianças dum asilo desfilando no 11 de Novembro", *A Guerra,* ano 4, n.º 47-48, Novembro – Dezembro de 1929, 1018. (Fonte: LC)

Imagem XXXIII. *Legação* italiana após participação da missa na Igreja do Loreto em Lisboa, 11 de Novembro de 1927. (Fonte: LC)

Imagem XXXIV. Os ministros da Bélgica e da França depõem flores no Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra, 11 de Novembro de 1931. (Fonte: LC)

As grandes paradas militares do Dia do Armistício procuravam dar à Ditadura Militar a "legitimidade" de valorosa salvadora da pátria. A procura de uma explicação para o afastamento da celebração do 9 de Abril – passando esta a ser iniciativa de associações dotadas de certa autonomia e que procuraram, um pouco à parte do esforço oficial, garantir a sua persistência temporal – consolida a ideia de uma frágil memória de guerra cuja consagração, na efemeridade da União Sagrada, está dependente das inconstâncias da realidade política nacional.

VI. 2.4. Linhas de persistências alternativas aos processos oficiais

O ano de 1921, marcado pelo auge das celebrações, parecia assumir o 9 de Abril como a data do consenso. Consagrados os heróis nacionais, a perpetuação desta data fica à responsabilidade de associações intimamente ligadas à guerra, debatendo-se com as profundas polémicas que esta efeméride comportava pela origem, pela perpetuação histórica e pelas implicações simbólicas. Ocasionadas pela intervenção portuguesa na guerra, aquelas associações são criadas em diferentes fases: ainda durante o conflito, a Junta Patriótica do Norte (1917) aparece por razões assistenciais e de propaganda; depois da contenda, primeiro a Comissão dos Padrões da Grande Guerra (1921) direccionada à perpetuação monumental e, por fim, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1924), com a intenção de garantir aos antigos combatentes a assistência suplementar, não deixando de se preocupar com a perpetuação do reconhecimento pelo seu esforço através da concretização de actos memoriais.

Propõe-se, brevemente, perceber aqui de que forma estas associações em tempos, espaços e significados diferentes contribuíram para a definição e persistência da memória da Grande Guerra numa estreita dialéctica com determinações governamentais. Com maior ou menor autonomia das entidades oficiais, estas agiram revoltadas pelo esquecimento a que foi votada a causa da guerra:

> Apesar de ainda ser um acontecimento recente, quasi se tinha apagado da memória dos portugueses. As datas principais da grande conflagração passavam despercebidas neste abençoado rincão à beira mar debruçado. De Norte a Sul do país não havia um monumento, por modesto que fosse, uma lápide, ou simples letreiro de uma rua, sequer, a perpetuar a memória dos que morreram pela Pátria e a testemunhar a gratidão dos compatrícios[506].

[506] LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 48-49.

Reconhecido o trabalho da JPN, era necessário mobilizar o país para "acabar com esse silêncio" e legitimar o 9 de Abril – «motivo de acalorada discussão, divergindo as opiniões quanto à forma de o encarar. Mas no que todos são concordes, é afirmar que nesse dia se praticaram tais actos individuais de bravura»[507].

A CPGG, além do seu grande objectivo de erguer padrões ao Esforço da Raça, procurou realizar uma intensa «propaganda patriótica, em sessões solenes, comemorações, conferências e festivais, celebrando especialmente as datas: a Data Nacional do 9 de Abril, que consideramos como símbolo do esforço dos nossos Marinheiros e dos nossos Soldados; a Data Universal de 11 de Novembro, que comemora e recorda a moção que em toda a civilização causou o toque de cessar-fogo nas horas de combate, após a assinatura do armistício de 1918, em Rethondes»[508].

Passadas as grandes celebrações do imediato pós-guerra, esta seria responsável por definir uma linha comemorativa para o 9 de Abril, mantendo durante algum tempo estreita colaboração com as entidades oficiais, passando, depois de 1925, a controlar o programa desta jornada em colaboração com a LCGG. A sua participação nestas festividades contribuiu com a introdução ou reforço de elementos centrais do processo comemorativo, como a oficialização dos dois minutos de silêncio (1922)[509] e a denominação do Dia do Esforço da Raça (1923)[510]. Desenvolveu, ainda, encontros na Sociedade de Geografia de Lisboa, aonde acorreram representações do governo e republicanos implicados nas questões da guerra. Deve-se ainda o contributo na organização do Dia do Armistício,

---

507 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 48-49.

508 CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936). Padrões da Grande Guerra. Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18* (Lisboa: Comissão dos Padrões da Grande Guerra, 1936), 57.

509 «Logo em 1922, a Comissão comemorou aquelas duas datas, promovendo a cerimónia dos *Dois Minutos de Silêncio na Terra Portuguesa*, em 9 de Abril, glorificando os Mortos da Grande Guerra e os Mortos da Pátria, e em 11 de Novembro, prestando homenagem a todos os mortos da Grande Guerra, que dos dois lados se bateram e morreram nos campos de batalha de todo o Mundo […]. A introdução em Portugal dessa cerimónia emocionante, da maior tolerância, abrangendo todos os cultos religiosos pelo seu carácter profundamente cívico, deve-se ainda à benemérita 'Junta Patriótica do Norte' que em 11 de Novembro de 1920, a dois anos do Armistício promoveu os Dois Minutos de Silêncio, 1.ª Consagração Nacional aos Mortos da Grande Guerra, que repete em 9 de Abril de 1921, por ocasião da entrada soleníssima dos dois ataúdes dos Soldados Desconhecidos no Mosteiro da Batalha – Templo da Pátria», CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 58.

510 «Em todo o paiz se comemora hoje o esforço da raça. Os dois minutos de silêncio às 17 horas [...]. Por tal motivo a Comissão dos Padrões da Grande Guerra, promove em todo o paiz a comemoração do esforço da raça, realizando-se nas escolas, quartéis e outros centros de educação cívica imponentes solenidades patrióticas, comemorativas da nossa intervenção militar na Grande Guerra», "O 9 de Abril", *O Século*, 9 de Abril de 1922, p. 4.

principalmente quando ocorria a inauguração de um padrão[511]. Estas e outras iniciativas usavam da crescente colaboração da Igreja[512] e, de forma mais estreita, da JPN e da LCGG[513].

Gradualmente, o protagonismo caberia à recém-criada Liga dos Combatentes da Grande Guerra, responsável pela inserção de novidades europeias no culto nacional; pela realização de vários actos de homenagem; pelo tratamento dos mortos; pela construção e manutenção de um largo número de monumentos erigidos pela CPGG e, mais tarde, por ela própria; entre outras funções, quer em território nacional, quer através de acções conjuntas com congéneres europeias. Assim que foi criada, assume e protagoniza a mobilização dos homens da guerra para as actividades comemorativas. Encarnava o maior interesse em garantir a persistência do esforço na memória dos homens, mas, principalmente, das entidades oficiais que os esqueciam e lhes negavam a assistência e o reconhecimento necessários. A LCGG irá reproduzir, ela mesma, tendências comemorativas oficiais, sendo que, não obstante o aumento da polémica e a clara diminuição da celebração ao 9 de Abril, mantém esta data em estreita colaboração com a CPGG. Reclamando a necessidade de acabar com o silêncio sobre o esforço de guerra e a memória dos combatentes, festeja também o 11 de Novembro, ainda não estando os seus estatutos publicados. Acompanha a evolução das tendências comemorativas e colabora com o governo da Ditadura Militar no crescente dinamismo do Dia do Armistício[514].

---

511 Cf. FD-CPGG – Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro 1922-1936: *Discurso do General Ivens Ferraz,* 11 de Novembro de 1928.

512 São frequentes as participações de membros da Igreja nas cerimónias do 9 de Abril em estreita relação com membros do governo republicano, a título de exemplo, «Neste ano de 1923, a comemoração dos Esforço da Raça foi celebrado nos dias 8, 9 e 10 de Abril, realizando-se: no dia 8 uma Exposição de Fotografias de guerra, no Salão Nobre do Teatro Almeida Garrett, organizado pelo nosso camarada Arnaldo Garcez […]. No dia 9 de Abril além da cerimónia dos Dois Minutos de Silêncio, às 17 horas, precedidos de palestras e alocuções em todos os quartéis, navios de guerra e escolas, realizou-se à noite, na Sala de Portugal, benemérita 'Sociedade de Geografia de Lisboa', uma imponente e solene cerimónia, com a assistência de S. Exa. o Presidente da República, o Reverendíssimo Bispo de Beja, D. José Patrocínio sobre a Colónia Portuguesa do Brasil e o Grande Drama Patriótico», CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 63-64.

513 FD-CPGG – Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro 1922-1928, *4ª Comemoração da Raça em 9 de Abril de 1925*. Para as comemorações do 9 de Abril de 1927 veja-se o fundo FD-CPGG – Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro 1922-1936; para os seguintes anos, FD-CPGG – Comemorações Patrióticas dos anos de 1929 a 1934 (9 de Abril e Armistício).

514 A 11 de Novembro de 1928 foi prestada uma homenagem pelo governo à LCGG: «Quis o governo as homenagens à acção benéfica da LCGG, e, assim, os Srs. Ministros da Guerra e da Marinha fora à nossa sede, onde chegaram às 17horas tocando a banda da Guarda Nacional Republicana o hino da Maria da Fonte, enquanto o Sr. comandante Pereira da Silva, Dr. Mac-Bride, e outros representantes da Liga recebiam à porta os ilustres visitantes, que se dirigiram para a Sala de Sessões precedidos pelos estandartes da LCGG de Lisboa e da Covilhã […] A obra da Liga, em matéria de assistência aos antigos combatentes necessitados, é considerável. Todos os auxílios recebidos são dispendidos em subsídios, que no ano findo excederam 300 contos. […] Fizeram-se afirmações de fé patriótica, o

Desde cedo, a LCGG faz-se representar nas iniciativas da CPGG em Lisboa, e da JPN no Porto, substituindo-as gradualmente. É à Liga que se deve a maior dinamização e sensibilização nas províncias do país onde dispunha de núcleos associativos e junto dos quais a Direcção Central fez larga campanha de incentivo à celebração deste aniversário. A perpetuação do 9 de Abril, durante e além da Ditadura Militar, deve-se em muito aos seus esforços, apesar das graves polémicas sobre a efeméride, mas principalmente em torno da associação e seus membros.

A primeira grande ruptura fica latente no ano de 1927. Os problemas políticos nacionais atingiriam a Liga e cavaram um fosso entre os membros da instituição, dada a participação de destacados membros na revolta de Fevereiro de 1927 – donde, «deportados e foragidos uns, presos outros, separados ainda outros por irredutíveis divergências de pensamento, parecia estar a ideia da parada reservada a um estrondoso fracasso». No entanto, um apelo da agência de Lisboa aos seus associados, para que esquecessem "velhos ódios", permitiu que cerca de três mil homens acorressem ao cemitério do Alto de S. João e integrassem, depois, a parada organizada pelo governo[515].

Nova controvérsia caiu sobre os combatentes no ano de 1929: «tendo sido dado conhecimento à Direcção Central, de que havia quem pretendesse prejudicar a Liga levando o Governo ao convencimento de que os combatentes provocariam distúrbios naquele dia, quando desfilassem pelas ruas de Lisboa, a Direcção resolveu, dada a segurança que tinha da forma disciplinada como os combatentes se comportariam, que a anunciada parada se realizasse pela forma como estava planeada, assumindo ela inteira responsabilidade pela boa ordem em que tudo decorreria»[516]. Mais uma vez, a afluência de combatentes foi massiva e pacífica. Aparecendo de surpresa, o Ministro da Guerra Morais Sarmento teceu um longo elogio à atitude da Liga.

A inserção na *Fédération Interalliée des Anciens Combattants* (FIDAC) e, mais tarde, na *Confédération Internationale des Associations de Mutilés et d'Anciens Combattants* (CIAMAC) veio marcar toda a linha de participação portuguesa e, mais especificamente, da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, num fenómeno mais alargado de comemoração da Grande Guerra.

---

povo admirou os heróis e o governo enalteceu o esforço humanitário da LCGG. Foram 3 000 os homens em parada», "A dez anos da Guerra", *A Guerra,* n.º 35, ano 3, Novembro de 1928, pp. 11-15.

515 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 112-113.

516 LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 124.

VI. 3. As efemérides portuguesas: ritos e símbolos

As comemorações em Portugal não foram de todo social, política e culturalmente pacíficas, dificultando a possibilidade de legitimação dos apregoados desejos de uma União Sagrada há muito desaparecida e sujeitas às inconstâncias das transições políticas.

Realizado o levantamento, mais ou menos discursivo, das opções, formas e evoluções concretas das comemorações à guerra, é possível procurar situar o caso português no quadro internacional desta análise[517].

Os formatos comemorativos adoptados pelos republicanos seguem a linha dos países aliados. Além disso, apropriam-se de um todo imagético pré-existente de comemoração a guerras, batalhas e heróis e de fenómenos simbólicos na base da construção dos Estados-nação, que o número sem precedentes de soldados recrutados mortos obriga – ao estado e ao poder militar – a uma reacção imediata de (re)actualização.

Tratava-se de criar formas que permitissem superar os dramáticos efeitos psicológicos e sociais da guerra, uma vez que este conflito ultrapassou, pelo seu impacto, as dimensões políticas, diplomáticas e militares.

> Experiências individuais e colectivas, modelos de comportamento, domínio público e privado, quadros mentais e imaginários, enfim foram transformados. A vida dos entrincheirados, a irrupção da modernidade na experiência dos soldados comuns, a mobilização da sociedade, a difusão da escrita, as práticas de comemoração posteriores à guerra: a (toda) nova atenção a estes aspectos forçando rever as interpretações e a tornar possível uma visão deste 'acontecimento-ruptura' em toda a complexidade das suas manifestações[518].

O período entre as duas guerras é marcado por um exponencial desenvolvimento de práticas comemorativas, baseadas na apropriação da memória de

---

[517] Tendo como referência o caso francês que, como já se verificou, a República assume como modelo, mas não se esqueça o caso italiano – não se ignore o facto de historiadores italianos acentuarem constantemente o particularismo do seu país – de onde se pode procurar retirar questionamentos.

[518] Massimo Baioni, «Commémoration et musées», in Becker e Audoin-Rouzeau, *Encyclopédie...,* 1141: «Expériences individuelles et collectives, modèles de comportement, domaines du public et du privé, cadres mentaux et imaginaires enfin furent transformés. La vie des tranchés, l'irruption de la modernité dans l'expérience des soldats ordinaires, la mobilisation de la société, la diffusion de l'écriture, les pratiques de la commémoration postérieur à la guerre : la (toute) nouvelle attention à ces aspects a contraint de revoir les interprétations et a rendu possible une vision de cet 'événement-césure' dans toute la complexité de ses manifestations».

guerra, fundamental na reconstrução da identidade das nações[519]. Criam-se formas modelares de elaboração do luto partilhadas na necessidade de superar o trauma, mas com significados e conteúdos que variam segundo a condição na guerra: vitória ou derrota; geografia do teatro de guerra; particularismos nacionais das tradições políticas e culturais; entre outros elementos, com peso sobre a linguagem comemorativa.

De uma forma geral, estas celebrações superaram as pré-existentes, envolvendo toda a nação e ultrapassando interesses de legitimação política e ideológica de uma minoria. Existem países de "excepção", cuja ausência de consenso nacional em torno da causa da guerra germinaria fortes particularismos memoriais. Jornadas comemorativas não foram vividas da mesma forma, pois o facto de se conhecer os efeitos da guerra no território determinaria adesões, implicações, sentimentos, percepções e reacções diferentes[520].

A comemoração do 11 de Novembro providenciaria um momento de conciliação nacional na maioria dos aliados. No entanto, em Portugal, esta data não seria sinónimo de consenso, mas parte de um problemático processo de rememoração, agravado pela opção 9 de Abril.

Inicialmente, foram várias as datas usadas na comemoração do esforço português, desde 14 de Julho, 11 de Novembro, ou 9 de Abril. Considere-se, ainda, o 5 de Outubro ou 5 de Dezembro com Sidónio Pais. Isto, até que as homenagens à participação portuguesa vieram a concentrar-se, durante a I República, nesta última data, o aniversário da Batalha de La Lys, mantendo-se a inevitável celebração do 11 de Novembro, centrado no culto dos mortos e normalmente marcado por um ritual mais simples e menos susceptível a discussões, sendo, por isso, adoptado pelos homens do 28 de Maio.

---

519 Com a excepção da Rússia (não fossem os heróis da guerra superar os da Revolução de Outubro) e compreendendo países como Austrália, Nova-Zelândia e Canadá.

520 Ao 11 de Novembro, mais ou menos, celebrado em todos os participantes aliados, juntaram-se elementos alusivos à experiência de guerra e à história de cada país, por exemplo: a Austrália opta, procurando estabelecer traços da sua identidade nacional e libertar-se da pertença imperial, por celebrar a Batalha de *Gallipoli* (25 de Abril de 1915), na qual cerca de 8 000 soldados do *Australian and New Zeland Army Corps* (ANZAC) perderam a vida; a presença ou ausência dos corpos (os EUA, resultado da pressão exercida pelas mães e viúvas, repatriaram 70% dos mortos); as diferenças notórias na concretização memorial e no seu usufruto; a reintegração da Igreja, com a aproximação do aniversário da guerra à celebração religiosa da morte – *dia dos fiéis defuntos* (2 de Novembro); realizações laicas e anticlericais, como o 20 de Setembro (20 de Setembro de 1870 é marcado pelo fim do poder temporal do papado, depois da artilharia do Reino de Itália conseguir abrir uma brecha nos muros – a Porta Pia) ou 4 de Novembro em Itália (data da derrota de *Caporetto*, feriado civil em 1922) e o 14 de Julho em França.

Em França, as cerimónias à Grande Guerra eram essencialmente duas, o desfile da vitória e a comemoração do 11 de Novembro. É nesta última data que se foca a atenção dos historiadores franceses para a compreensão dos processos memoriais de guerra, não obstante a importante apropriação do 14 de Julho. Deste trabalho, retiram-se referências interpretativas para a compreensão do caso português[521].

VI. 3.1. A recapitulação do 9 de Abril: formas, símbolos e ideologias

A opção pelo 9 de Abril remete para um dos acontecimentos mais marcantes da participação portuguesa no primeiro conflito mundial – a Batalha de La Lys – a maior derrota sofrida pelo CEP frente ao exército alemão, comandado por Ferdinand von Quast. Esta batalha, central para a futura situação do CEP, quer na perda de autonomia do Comando Militar, quer na retirada portuguesa da linha da frente, foi, desde as primeiras produções literárias sobre o tema, objecto de apologia do heroísmo e sacrifício dos soldados portugueses ou de uma culpabilização do abandono inglês, resultado da tentativa de desresponsabilização das autoridades políticas e militares republicanas e de uma posterior eliminação de fontes sobre o acontecimento por parte do Estado Novo[522].

A Batalha de La Lys fornecerá o *corpus* necessário para a edificação de uma memória oficial da guerra, centrada no culto dos heróis mortos sacrificados e regeneradores da pátria, permitindo um relativo consenso em contexto de crise do pós-guerra. Acresce a criação, pouco comum, de mitos/heróis vivos, como: o soldado Milhões, pela sua defesa persistente e isolada aquando do ataque de 9 de Abril de 1918 – o herói exemplar, que vestia facilmente a causa da guerra, o valoroso representante do povo; a Brigada do Minho que, em resultado do seu sacrifício na

[521] A primeira, celebrada a 14 de Julho, consistia numa tradicional parada militar, mas que os veteranos fizeram questão de readaptar, juntando às comemorações de vitória, a realização do culto aos mortos e mutilados, vincando uma atitude antimilitarista de homens que não são do exército, mas apenas foram recrutados por este. Transformando este dia numa dupla comemoração – cívica e militar –, embora os antigos combatentes resistam à partilha da celebração da renovação de uma França vitoriosa. Aqui, a ideia da queda da Bastilha é superada pela vitória da República na guerra.

[522] Raramente referida na bibliografia internacional do ponto de vista da participação portuguesa (à excepção da mais recente), esta batalha de *La Lys* contribuiu com o *maior dos mitos* – nunca consensual – da participação portuguesa na Grande Guerra. Além das longas páginas que a esta foram dedicadas nas muitas memórias escritas sobre a Grande Guerra ou, especificamente, sobre os acontecimentos de 9 de Abril de 1918 (por exemplo, Gomes da Costa, *A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa, 1920.), vários estudos mais actuais esmiúçam (cultural, política e militarmente) o acontecimento, nomeadamente Isabel Pestana Marques (2002 e 2008); Maria Lucília Estanco e Ana Luísa Paz (2002); Mendo Castro Henriques e António Rosas Leitão (2001); entre outros.

defesa da primeira linha, sofreu a maioria das perdas nesta batalha (60% de baixas entre mortos, feridos e prisioneiros), justificando futuras acções de homenagem, como a atribuição das medalhas de valor militar e cruz de guerra.

Entremos no domínio da discussão ideológica em torno de uma festa cívica e da subsequente veiculação do mito da experiência da guerra, através de uma institucionalização e formalização governamental. Retenha-se o questionamento de Rémi Dalisson sobre o que celebra o 11 de Novembro – «o perdão ou o triunfo do direito, a 'grande nação' ou a recordação dos combatentes unidos na dor?»[523]

Antes mesmo de terminada a guerra, surge a necessidade de comemorar o esforço em causa. Já se observou. Depois das espontâneas celebrações de Novembro de 1918 – excepção do feriado de 12 de Novembro – foi necessário esperar alguns anos para que estas datas fossem institucionalizadas[524]. A formalização do 9 de Abril deu-se em 1921, aquando da consagração dos Soldados Desconhecidos, mas nunca este feriado fora introduzido definitivamente no calendário cívico nacional, dependendo, isso sim, das intenções de cada governo à data no poder. Coube à Ditadura Militar, finalmente, consagrá-lo a par do crescente destaque dado à celebração do Dia do Armistício[525].

Em França, esta efeméride não tem origem oficial, assim como o 9 de Abril português, mas pelas associações de combatentes – «os combatentes recusam o 14 de Julho e os homens políticos confiscam-lhes a vitória»[526]. A ideia da I República seria legitimar a fusão entre festa patriótica e republicana, procurando reavivar o entusiasmo nacional pelo regime com a introdução de elementos originais que resultam da necessidade dos combatentes reivindicarem o seu lugar neste universo. O protagonismo era dos antigos combatentes, mas sempre em estreito equilíbrio com o Estado.

---

523 Dalisson, «La célébration du 11 novembre…», 10 : «Le pardon ou le triomphe du droit, la 'grande nation' ou le souvenir des combattants unis dans la douleur?».

524 Em França, o 11 de Novembro foi institucionalizado por lei a 24 de Outubro de 1922, uma vez que a intenção do governo de transpor a sua comemoração para o domingo mais próximo provocará contestação pública da parte dos combatentes. Veja-se Dalisson, «La célébration du 11 novembre…», 10.

525 Os feriados associados à Grande Guerra não seriam introduzidos de forma definitiva no calendário cívico, mas resultavam de iniciativas governamentais momentâneas, mais recorrentes na Ditadura Militar. Para o 9 de Abril: Lei n.º 1:140 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 70, 6 de Abril de 1921; *Ordens do Exército*, 1ª Série, 6 de Abril de 1927, p. 606; Decreto n.º 15:319 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 79, 4 de Abril 1928. Para o 11 de Novembro: Decreto n.º 12:635 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 252, 10 de Novembro de 1926; Decreto n.º 20:487 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 259, 9 de Novembro 1931 ("Considera feriado Nacional, em Lisboa, o dia 11 de Novembro de 1931").

526 Cf. Dalisson, «La célébration du 11 novembre…» : 5, «Les combattants refusaient alors le 14 Juillet et les hommes politiques leur confisque leur victoire».

Antoine Prost faz algumas considerações importantes e conclusivas relativamente ao 11 de Novembro que nos servem de referência para a análise do 9 de Abril – data que concentra a dialéctica da construção da memória pública da guerra até à década 30[527]. As linhas de questionamento introduzidas pelo autor procuram desconstruir pré-conceitos que induzem à percepção destas cerimónias como oficialmente organizadas para glorificar patrioticamente a nação vencedora.

Não se trata de uma manifestação oficial na sua origem, organizada pelo poder público, devendo-se às associações a dinamização e delineação inicial, bem como a sua persistência a par das instabilidades políticas. Não se tratava de uma festa nacional, mas passou a ser considerada como tal, assim que os combatentes o "exigiram" (1921). Com maior ou menor protagonismo, o Estado intervinha incorporando as paradas. Representantes nacionais ou locais do poder protagonizavam paralelamente aos combatentes as intenções de luto, mas com um subentendido interesse de republicanizar o acontecimento. Apesar da determinação central dos programas comemorativos, os poderes locais adquiriam uma certa autonomia na organização das cerimónias, sendo que estas estariam sempre sujeitas às vicissitudes da realidade nacional, podendo mesmo nem vir a ser realizadas ou não ter a grandiosidade desejada[528].

Irrompe aqui a questão em torno da pertença das manifestações. Se estas eram iniciativa nacional/oficial ou partiam dos combatentes. Estes reclamam-na, apesar das reivindicações pela sua oficialização (feriado oficial), e são os protagonistas deste processo (vivos ou mortos). Devemos, neste ponto, considerar períodos distintos, pela iniciativa que assumem na organização do 9 de Abril na I República e pela agregação ao 11 de Novembro na Ditadura Militar.

O 9 de Abril não é uma manifestação de carácter militar. É uma homenagem anti-militarista e pacífica. Nada de grandes paradas militares, nem de grandes desfiles. Pretende-se celebrar a paz e não a guerra. Os antigos combatentes recusam profundamente a hierarquia e a experiência militar para a qual foram "violentamente" recrutados e procuram superar este trauma de extrema violência pela paz. O apelo ao exemplo de sacrifício e a centralização da homenagem e do discurso nos mortos pela pátria serviam a necessidade de evitar que este acontecimento dramático se repetisse

[527] Cf. Antoine Prost, «Les monuments aux morts...». Aqui o autor trata a questão como «Le sens des cérémonies aux morts de guerre» [207-222].
[528] Como lutas políticas; boicotes dos combatentes por considerarem que as comemorações iam ser usadas por interesses políticos; ou mesmo, políticos apelarem à participação dos combatentes para reinvocarem a união; etc.

e ressalvar a exemplaridade da solidariedade de camaradas, exemplo moral e cívico para a sociedade.

Foco de desconfianças, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra vem recorrentemente a público recusar a sua intervenção nas homenagens, enquanto iniciativas de natureza militar, de contestação ao poder e à ordem pública. A sua forma de contestação passaria por uma recusa pacífica de manifestação –

> não houve parada, porque os corpos dirigentes da Liga entenderam, e bem, que não era justo organizar uma cerimónia dessa natureza quando não estava decretado um feriado para esse dia, obrigando, portanto, os combatentes a perderem salário que talvez, imensa falta lhes fizesse na economia doméstica. Mas não faltou, nessa hora invocadora dos portugueses que pelejaram ou morreram o feitio saudosista do nosso povo acorrentado ao cemitério e juncando de flores as sepulturas dos seus camaradas[529].

Tanto esta associação como a CPGG, principais responsáveis pela perpetuação deste aniversário, declaram que se trata essencialmente de uma festa da paz. O objectivo passa por um cumprimento de um "dever cívico" de celebração do Esforço da Raça, dos que deram as suas vidas pela grandeza da República, caindo nobremente nos campos de batalha, *sacrificados à honra da bandeira, símbolo eterno da pátria portuguesa*[530].

Este processo é assim marcado por uma liturgia fúnebre. Mais do que celebrar o esforço de guerra, celebram-se os mortos. O 9 de Abril é uma reminiscência clara da morte em batalha (cerca de 25% do CEP desapareceu neste confronto).

Não obstante, a luta pela laicização da sociedade, as comemorações à guerra revelam, cada vez mais, uma amenização das relações entre Estado e Igreja. Esta passa a desempenhar de forma representativa ou até interventiva uma importante função nas comemorações. O crescente aumento de serviços funerários, durante e no pós-guerra, associados à inauguração de lugares de memória reforça a união político-religiosa.

O sacerdote desempenha um lugar central na cerimónia. Pela manhã celebra-se a missa em memória dos soldados mortos e, depois, em procissão, segue-se em direcção ao monumento, com as crianças do coro à frente. Se o percurso for longo, cantam-se hinos aos mortos (*Libera* e *De profundis*) ou o Hino da Paz; se não, será realizado em silêncio. Constituem assim uma verdadeira apropriação de ritualismos

529 Eduardo Faria, "Nove de Abril", *A Guerra,* n.º 64, ano 6, Abril de 1931, p. 1.
530 Cf. CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 57.

religiosos e funerários, quer na deslocação ao cemitério, quer ao monumento – «os monumentos são os túmulos, e as manifestações os serviços fúnebres» (evidencia-se aqui a maior aproximação à República Francesa)[531]. Há uma transferência de elementos que, integrando tradicionalmente a liturgia fúnebre, conferem familiaridade às comemorações, como o minuto de silêncio, a deposição de uma coroa fúnebre no sopé do monumento – sepultura simbólica –, ou ainda a recorrente invocação de todos os mortos (depois de enunciado cada nome, uma criança ou um combatente responde "morto pela Pátria").

Está-se perante uma "lição de civismo" e um dever de toda a comunidade, desde as entidades oficiais aos cidadãos menos afectados pela guerra.

O maior protagonismo é sempre dos combatentes, mas a formalização concedeu a cada grupo ou pessoa um papel específico nas comemorações, mantendo um reclamado equilíbrio. A par dos antigos combatentes, Daniel Sherman considera ainda como figuras emblemáticas a viúva de guerra; a mãe e o filho do soldado morto; e o veterano ferido. Dava-se ainda a recorrente participação, além da variável presença de representantes do poder, de organizações civis locais ou de referência nacional como a JPN, a CMP, a CPGG, a LCGG, ou, numa outra escala, mas com importante contributo, a Casa Pia de Lisboa, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Sociedade Geografia de Lisboa, corporações de bombeiros ou associações de combatentes estrangeiras residentes em Portugal, entre outras[532].

Voluntária ou involuntariamente as crianças eram integradas nas comemorações, obedecendo a um programa especial das escolas. A intenção seria integrar os jovens na comunidade cívica, dando continuidade à educação republicana para que persista na lembrança das gerações futuras o grande sacrifício realizado pela pátria. Estão presentes em metade dos programas (mais ainda, aquelas filhas de combatentes mortos): atribuem medalhas; pedem pelos órfãos e inválidos; cantam; desfilam; ou depositam flores no monumento. Esta prática seria inaugurada pela Junta Patriótica do Norte, que integrou os seus órfãos nas paradas da cidade do Porto e nas romagens à Batalha, uma continuidade clara das festas republicanas, como a festa da árvore. No ano de 1924, o Ministro da Instrução Pública Hélder Ribeiro determina que, «constituindo um imperativo dever cívico a glorificação do

[531] Prost, «Les monuments aux morts…», 209.
[532] Várias são as referências à contínua presença de associações nas comemorações. Veja-se AHM, FO, 006, L, 3, caixa 836 – Comemorações de 1931-1937.

esforço da Raça; considerando que é uma alta lição educativa criar nas novas gerações o culto da abnegação e do sacrifício pela Pátria», se realizem nas escolas

> nesse dia conferências explicando o significado moral dessa participação. Precederá essas conferências a chamada, nas escolas primárias gerais, de todos os Mortos da Guerra pertencentes à respectiva freguesia e, nas outras escolas, de todos os antigos alunos que morreram em defesa da nacionalidade nos campos de batalha da África e da França. A chamada será individual, devendo cada nome ser seguido da menção: 'morto pela Pátria'. Depois desta chamada, e antes da conferência, os professores e alunos manter-se-ão durante dois minutos de absoluto silêncio[533].

O processo passaria genericamente, considerando especificidades geográficas e cronológicas e centrando a análise em Lisboa e Porto, pelo matinal içar da bandeira nacional em todas as unidades, escolas e estabelecimentos militares (enquanto a banda de música das unidades toca o Hino Nacional ou ternos de clarins/corneteiros a marcha de continência) e pela realização de cerimónias religiosas em memória dos mortos (missa e parada ao cemitério); verificavam-se igualmente inaugurações de monumentos ou toponímia relativa à guerra; paradas com destino ao monumento (ou lugar onde será erguido), que culminariam na "verdadeira forma laica de celebração" – os "dois minutos de silêncio" e deposição de flores; plantação da árvore; e actividades culturais variadas, desde concertos de crianças, conferências, teatro, sessões de gala, etc.

Instalados os símbolos e as personagens, interessa perceber como e com que força se instauram no "palco cerimonial".

No centro estaria o monumento, que não é um altar da pátria, mas um túmulo simbólico. Os combatentes colocam-se ao lado dos mortos com as suas bandeiras (estas não são objecto de nenhuma homenagem, mas apenas se inclinam com respeito ao monumento, constituindo instrumentos e não destinatários do culto) e não ao lado das autoridades, assumindo um lugar de honra e permanecendo imóveis. Atrás, as autoridades e, depois, as crianças. Ambas fazem movimentações de homenagem. Estas seriam as personagens principais desta trama, seguidas de outras mais secundárias e, finalmente dos espectadores, que numa comunhão profunda concretizariam os dois minutos de silêncio.

É este conjunto que proporciona a celebração da guerra e afasta a possibilidade de uma compatibilidade com o "nacionalismo patriótico". Nesta tendência, tal como Antoine Prost pôde demonstrar, o lance profundamente político consiste em associar as comemorações do conflito não à ideia de patriotismo "mau",

[533] Portaria n.º 3:971 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 71, de 31 de Março de 1924.

"nacionalista" e "chauvinista", mas sim, à existência de um "bom" patriotismo. Daí, por exemplo, também o 11 de Novembro não deva ser entendido como um fenómeno de glorificação da pátria triunfante, que se celebra como um valor supremo por si só, mas «um gesto de piedade e de reconhecimento perante as vítimas da guerra, feito em nome da pátria, e do qual os combatentes são, às vezes, as testemunhas e o garante»[534].

Este aspecto é fulcral: o da reciclagem selectiva da ideia patriótica. Apesar da presença do hino nacional, de homens embainhando uniforme militar e das bandeiras, o entendimento das comemorações como patrióticas é susceptível a debate, mesmo da parte dos próprios combatentes. Os veteranos denunciam o "mau" patriotismo – "agressivo", "chauvinista", "egoísta", em suma, "nacionalista" – e defendem um bom patriotismo – "culto" e "desenvolvido" – que combina o amor pela pátria e o amor pela "humanidade"[535]. Afastam-se da homenagem militante à pátria abstracta, pela homenagem cívica aos camaradas mortos, legítimos sacrificados em prol da pátria[536].

Considerando os particularismos nacionais e cronológicos, vários elementos negam a possibilidade da dominância de um patriotismo nacionalista e vitorioso.

A Portuguesa, à semelhança d´*A Marselhesa*, nem sempre é tocada, mas se o fosse, seria depois dos dois minutos de silêncio (normalmente enquadrados entre um ou vinte e um tiros de salva) ou, por norma protocolar, assinalando a presença do Presidente da República. Esta ausência d' *A Portuguesa* podia nem ser propositada, podendo não haver banda ou ser considerada uma música muito bélica para a introspecção que o momento pedia. A utilização de hinos, geralmente entoados por coros infantis, está estreitamente ligada ao culto dos mortos (De Profundis e Libera); à Paz (Hino da Paz); ou à "identidade histórica" (Hino da Maria da Fonte).

As bandeiras inclinam-se perante os mortos e os soldados, e não o contrário. As marchas e desfiles são encabeçados por antigos combatentes inválidos, viúvas e órfãos.

---

534 Prost, *Les anciens combattants…,* 2. Mentalités et Idéologies, 62: «C'est une geste de piété et de reconnaissance envers les victimes de la guerre, accompli au nome de la patrie, et dont les combattants s'instituent à la fois des gardiens, le témoins et le garants».

535 Cf. Antoine Prost, *In the Wake of War: 'Les Anciens Combattants' and French Society, 1914-39* (Oxford: Berg, 1992), 83.

536 Afasta-se a possibilidade de se aproximar das manifestações de "mau patriotismo" (como da Itália de Mussolini), numa continuação da propaganda de guerra de demonização do inimigo e na exaltação da vitória.

O 9 de Abril não é, assim, uma efeméride gloriosa, mas assinala uma derrota, e os heróis que daí advêm são serranos – o herói comum: o colectivo (Brigada do Minho); o individual (soldado Milhões); e o universal (Soldado Desconhecido).

VI. 3.2. A instrumentalização da dor – dos mortos aos heróis

A operação de transformação da morte como derrota à morte como vitória mobiliza os discursos proferidos em contexto comemorativo, extremamente retóricos e estereotipados. O tropo político usado comporta uma panóplia de efeitos em ordem a uma instrumentalização radical da dor, num esforço concentrado de "refundação". Trata-se de um exercício que procura legitimar o esforço de guerra através da glorificação da pátria, não enquanto identidade suprema inabalável, mas enquanto construção abstracta dos esforços de um povo. Um recurso ao passado "histórico glorioso da raça portuguesa", mais uma vez confirmado pelo sacrifício dos soldados na guerra – verdadeiros representantes morais da nação.

Segundo Prost, os discursos poderiam estruturar-se em duas fases – "evocação" e "exortação". Primeiramente, evocavam-se os mortos e depois a própria guerra através do apelo à perda familiar e/ou à coragem dos soldados, de forma a criar um ambiente propício ao reavivar de uma profusão de sentimentos. A segunda parte, em tom de oratória, procura estabelecer a ligação entre o passado e o presente, numa tentativa de transformar a experiência de guerra passada na forja do futuro da pátria[537]. Para que o discurso seja aceite e integrado é necessário que o conteúdo seja consensualmente partilhado e familiar, ausente de qualquer possibilidade de conflito. Normalmente, é proferido pelo representante político do poder local ou pelo representante da associação de combatentes (o mais consensual), evitando a apropriação partidária do discurso.

Para além de António José de Almeida que, como Presidente da República e "homem da guerra", foi responsável pela teorização dos mais importantes discursos comemorativos na legitimação do esforço de guerra, a grande maioria dos homens escolhidos para emitir estes discursos compunha-se de membros do governo, antigos combatentes ou representantes do voluntarismo e intervencionismo republicanos consensualmente aceites pelos antigos combatentes. Hernâni Cidade, Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Américo Olavo são alguns desses homens.

---

[537] Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 2. Mentalités et Idéologies, 56.

Estava-se longe da intenção de incutir ideias políticas concretas, mas apenas valores morais gerais, como o sacrifício individual pela pátria, generosidade e coragem. Palavras e coisas: vejamos algumas delas.

A 9 de Abril de 1924, a primeira página d' *O Século* abre com dois discursos elucidativos do pensamento apologético e patriótico que se fez sentir aquando do enterramento dos Soldados Desconhecidos.

João de Barros (poeta e secretário-geral do Ministério da Instrução Pública), aquando da glorificação dos heróis do 9 de Abril, propõe um recuo ao passado glorioso da história portuguesa:

> O nosso passado de combatentes sem medo e sem mácula pelo engrandecimento e pelo prestígio de Portugal, seriam estes homens que mostravam que é a República, nada mais é, que a natural evolução da História portuguesa com os seus heróis, que de 5 de Outubro até hoje essa afirmação de fé tornou-se dia a dia mais real e mais nítida. Mas o seu grito culminante, aquele em que nos surgiu decisivo, veemente e incontestado foi o doloroso grito da guerra. Soubemos então o quanto era capaz o povo português, que tantos caluniavam, julgando-se adormecido ou envelhecido[538].

Américo Olavo (Ministro da Guerra e combatente da Grande Guerra) acrescenta:

> Neste dia de piedosa homenagem à memória dos mortos da Grande Guerra, meu coração de soldado, que lutou e sofreu, vai, comovido, para os companheiros de luta que não puderam aguardar a hora da vitória. O seu exemplo de bravura, de loucura heróica, de sacrifício e de abnegação será para os vindouros o que para nós foi aqueles que fecharam aquele ciclo deslumbrador da epopeia marítima com que maravilhamos o mundo.
> Olhos postos na Pátria, sacrificando-se pelo seu prestígio e engrandecimento, ignorados, mas gloriosos, foram eles que teceram a fama dos heróis que os louros coroaram e que as nossas almas admiram em êxtase consolador de orgulho patriótico.
> Seguindo aquele exemplo, oferecendo as nossas vidas, abrasados na aspiração suprema de servir a Pátria, voltaremos a afirmar ao Mundo inteiro a vitalidade de nossa Raça, que descobriu novos continentes e os dominou[539].

Os elementos representativos e discursivos são metáforas de um culto fúnebre e civil. A plantação da árvore e, mais especificamente, da oliveira anunciava um desejo republicano e até religioso de paz, renovação e esperança no futuro, que a constante presença de crianças completava[540]. Tratava-se da verdadeira recusa da guerra ou mesmo negação, não da experiência, mas do drama e terror a ela associada.

---

538 "Aos que se bateram pela Pátria", *O Século,* 9 de Abril de 1924, p. 1.
539 "Aos que se bateram pela Pátria", *O Século,* 9 de Abril de 1924, p. 1.
540 Os símbolos e os nomes mais evocados eram: *Lampadário da Pátria, Dia do Esforço da Raça, Azeite votivo, Oliveira, Chama da Pátria,* etc.

Os combatentes passaram a encarar a propaganda contra a guerra como uma batalha própria, um dever moral – «esta obstinada recusa de aceitar a guerra como inevitável é profundamente cívica. A República é um regime de opinião e o cidadão é responsável por moldar essa opinião [...] de toda uma Nação pode depender de um número limitado de persistentes recusas individuais»[541].

As comemorações são uma simbiose de jogos políticos: cada tendência política teve a sua posição perante a guerra, assim como tiveram diante da instrumentalização da sua recordação. Um jogo festivo, reflectindo elementos de festas cívicas e particularismos herdados de cerimónias pré-existentes, seja memória guerreira, monárquica, republicana. Por fim, um jogo cultural clássico e moderno, parte essencial da cultura de guerra nascida em 1914 e indispensável à nação para suportar a dor e garantir a sobrevivência do regime republicano. Não obstante o modernismo cultural que a Grande Guerra promove e obriga, os processos memoriais exigem uma recuperação de configurações clássicas, permitindo às sociedades evitar um sentimento de ruptura.

O Soldado Desconhecido concretiza já este duplo universo, moderno e tradicional, dos processos memoriais – um culto fúnebre e patriótico que pretende, pela sua dimensão, conferir uma compensação universal pelo peso massivo e invisível da morte:

> Na guerra de 1914-18 Portugal voltara a unir os seus interesses morais de Nação com os da humanidade. Regressara à sua mais pura tradição de Nação Civilizadora. O 9 de Abril é assim um desses momentos, em que todos os portugueses, acima das divergências políticas e em nome da sua definição histórica, devem colocar o pensamento da comunidade nacional[542].

Cabe, no limite deste capítulo, uma questão final: o que levaria o governo republicano a comemorar numa data de derrota, quando tinha o – nacional e internacionalmente consensual – 11 de Novembro? Melhor, qual a pedra de toque para um raciocínio eficaz sobre a deriva republicana em torno do calendário comemorativo da Grande Guerra?

Numa explicação essencialmente simbólica, tratando-se de uma data alusiva ao momento da guerra em que mais mortes de portugueses foram infligidas, o 9 de

[541] Prost, *In the Wake of War*…, 76. Importa salvaguardar, tendo como referência a França, os limites da participação dos cidadãos na I República portuguesa.

[542] No dia 9 de Abril de 1958 realizaram-se em Portugal várias cerimónias em celebração do quadragésimo aniversário da Batalha de La Lys, entre elas, a colocação do *Cristo das Trincheiras* na Sala do Capítulo, a que assistiu Jaime Cortesão (ACPC-BN, Esp. 25: Jaime Cortesão, 35: Cartas de Portugal – O Significado Nacional do 9 de Abril, 1958).

Abril transpõe para o centro da rememoração o culto dos mortos, elemento aglutinador de consenso e respeito, inibindo-se assim (à partida) manifestações e contestações da oposição, uma vez que seria facilmente (mesmo por uma estratégia de identificação e vitimização) invocado – politicamente – o desrespeito pelos mortos.

Esta justificação não é totalmente satisfatória se for tida em consideração a proximidade do 11 de Novembro ao dia dos fiéis defuntos (2 de Novembro) transferindo parte da sua dimensão fúnebre. Há um outro dado a ter em conta: o 11 de Novembro, para além de transferir elementos característicos do culto dos mortos, comportaria também a centralidade da Igreja nas cerimónias, retirando protagonismo ao governo republicano e à possibilidade de que esta fosse uma celebração laica e secular onde a celebração litúrgica fosse da responsabilidade dos "sacerdotes" da religião civil.

As opções, neste sentido, não enganam. A I República procurou sacralizar o 9 de Abril, opção que resultou em profundos debates simbólicos e formais, sendo, não raras vezes, veículo de contestação. A Ditadura Militar, procurou, por sua vez, concentrar os fenómenos rememorativos oficiais no universal Dia do Armistício numa ânsia de consenso. O 11 de Novembro era uma festa fúnebre, onde a religião retoma o seu lugar e os próprios sacerdotes adaptam a liturgia, comparando o sacrifício de Cristo aos dos soldados mortos (quase uma "vingança" pela violenta laicização republicana). Nestas jornadas, paralelamente ao programa republicano e didáctico das cerimónias, verificavam-se ritos religiosos, levando a questionar sobre o que se celebrava, se a República, o exército, os mortos ou a vitória[543].

A trajectória desta disputa instrumental da "data-chave" também não parece enganar.

O fim da guerra encontrou no poder Sidónio Pais que, imediatamente, se apropriou da vitória dinamizando e encabeçando os desfiles de celebração e comemoração. Isto inibiu os republicanos de se associar ao 11 de Novembro, temendo incentivar uma regular reminiscência do consulado sidonista, associando-o à vitória portuguesa na Grande Guerra. A Ditadura Militar traria consigo a

[543] A existência das duas datas comemorativas, 14 de Julho e 11 de Novembro de 1919, em França, demonstra o estado de espírito da população. O 14 de Julho é uma festa de homenagem a todo o exército glorioso, uma jornada que se deve aos vivos, mas o grande desfile militar debaixo do arco do triunfo foi aberto por mutilados de guerra, a morte está sempre presente. Londres, a 19 de Julho, parada da Vitória de homenagem aos vivos. Estas comemorações foram vistas como uma afronta aos mortos da guerra (Cf. Dalisson, «La célébration du 11 novembre…», 14).

oficialização do 11 de Novembro, retirando do palco das celebrações os políticos republicanos e dando o protagonismo às Forças Armadas, mas acima de tudo suprime a centralidade de uma data (irremediavelmente) alusiva a uma derrota do exército português, independentemente das responsabilidades da derrota.

Apesar da ausência de elementos documentais que reconstituam esta trajectória, nestas ilações (que se interligam) que não esgotam (de todo) o universo de possibilidades explicativas, a pedra de toque são as divergências que afectaram a intervenção portuguesa.

A consensualidade da efeméride escolhida dependia, não das razões ou dos factos que levavam "na realidade" à sua realização, mas do que se entendia e fazia entender que estava a ser comemorado – «a eficácia das comemorações está na habilidade de convencer a população que o discurso que é construído fora das suas memórias pode também ele próprio ser chamado de 'memória'; esta versão rival do mesmo acontecimento, só indica o poder, mobilidade e versatilidade da comemoração como uma forma de representação»[544].

Só que, apesar da almejada sacralização das datas comemorativas, estas seriam um bom reflexo da vida política nacional e local, denunciando uma forte instrumentalização da memória de guerra e impedindo um inquestionável "amor pátrio".

Jornadas como o 11 de Novembro e o 9 de Abril, em Portugal, exprimem uma parte da tradição comemorativa e da memória nacional, estabelecendo uma continuidade com regimes anteriores. Mas são também extraordinariamente novas, pois resultam, já durante a guerra, de elementos de fusão da experiência de guerra total e das experiências locais. As comemorações da Grande Guerra são uma festa patriótica, procurando reforçar a ligação e a devoção dos cidadãos à pátria, para que a amem acima de tudo[545]. Terminada a guerra, a realidade portuguesa afigurava-se extremamente desfavorável e embrenhada numa profunda dialéctica entre os divergentes interesses precursores da intervenção na contenda e as dramáticas consequências. Desde a eufórica e imediata celebração da vitória, a cabo de uma apropriação sidonista, à frágil perpetuação memorial pelas profundas dissidências políticas e sociais, inviabilizou-se a possibilidade de se estabelecer uma memória consensual da participação portuguesa na I Guerra Mundial, embora sem impedir

[544] Sherman, *The construction of the memory…,* 9-10.
[545] Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 2. Mentalités et Idéologies, 58.

que os republicanos colocassem Portugal no quadro dos formatos comemorativos europeus.

O que, no horizonte deste raciocínio, faz ecoar, precisamente pela dissonância política do calendário comemorativo, as seguintes observações: «a 'cultura de guerra' irriga todas as actividades sociais, culturais e políticas do entre-guerras, lançando o país num culto da memória de guerra às vezes paralisante»[546].

É, pois, crucial, neste projecto, continuar bem atento à política (e à deriva) da memória. Agora, com os seus soldados(s) desconhecido(s).

[546] Dalisson, «La célébration du 11 novembre…», 20-21 : «La 'culture de guerre' irriguait alors toutes les activités sociales, culturelles et politiques de l'entre-deux-guerres, plongeant le pays dans un culte de la mémoire de guerre parfois paralysant».

CAPÍTULO VII.

O(S) SOLDADO(S) DESCONHECIDO(S)

O Soldado Desconhecido consuma o auge das cerimónias oficiais à memória da I Guerra Mundial. A ritualização da escolha, transporte e tumulização do Soldado Desconhecido transformam-se em práticas homogéneas e centrais na cultura de guerra europeia, elementos generalizados de compensação universal, testemunhando o poder e atracção do culto dos mortos no fim da guerra[547].

Assim, em conformidade com o que acontecia por toda a Europa, a existência de um elemento físico em território português ao qual se direccionassem as homenagens e sintetizasse a dimensão fúnebre inerente aos cemitérios militares, inexistentes em território nacional, tende a tornar-se um importante foco de acções, em dimensão, significado e simbolismo.

A desestruturação provocada pela "guerra total" cria um espaço para novos heróis – conciliadores ideológicos de uma interpretação oficial do passado histórico. Ser excepcional que se sacrifica em nome da pátria, oferecendo um ensinamento de solidariedade, o herói é chamado à função de regenerar a nação, uma exigência em tempo de crise, como a que se vive no pós-guerra, em que os valores dos Estados-nação caiem por terra. Deste modo, "nação" e "herói" são conceitos e dimensões imbricados.

Em primeiro lugar verificar-se-á neste capítulo essa imbricação entre "nação" e "herói". Depois, até ao final, seguir-se-á o trajecto do(s) Soldado(s) Desconhecido(s) portugueses, da escolha à frágil, mas definitiva, implantação.

---

547 Cf. Mosse, *Le Guerre Mondiale...*, 104.

VII. 1. O herói na reestruturação das nações no pós-guerra

A ideia de herói nacional implica a de nação como espaço do seu reconhecimento e lugar da sua aplicação. A função do herói cruza-se com a identidade colectiva e o uso político da memória, revelando valores fundadores e constituindo um património ideológico. O herói é, nesse pressuposto, o "garante" da salvação do destino nacional e o messias necessário à crença no futuro. Numa república secularizada, onde desapareceram as hierarquias de homenagem, a nação substitui o Deus ou o rei, mudando-se a lógica de legitimação política. Os valores do cristianismo, como a ideia de sacrifício voluntário em prol de valores mais latos, são, nesse contexto, sujeitos a uma reapropriação. Homens comuns são sagrados heróis e transladados para o panteão nacional, concebido horizontalmente. A religião fornece as linhas mestras da nova liturgia cívica. Os soldados mortos são comparados a Cristo. Pelo seu sacrifício, eles obtêm a redenção eterna e a salvação da pátria.

Tendo como horizonte a morte de massa, o que aqui se configura é também um certo e necessário alheamento do seu impacto, através da abstracção e uniformização representativa. Isto é, considerando que a nação não tem uma existência pré-política, cabe às novas forças criar elementos de identificação colectiva que o herói aglutina, consumando-se como exemplo a seguir, principalmente em situações de ruptura e trauma, como a guerra. Galgando o luto individual por uma consolação colectiva de glorificação e anulação da morte, o culto aos mortos assume-se como o centro nevrálgico.

O Soldado Desconhecido concentra, virtualmente, essa capacidade de retenção de valores e esse programa de acção política. A abstracção de um culto à distância agravaria ou, mesmo, impediria o reconhecimento do valor do sacrifício – intensificado, no que diz respeito a Portugal, pela ausência de confrontos em território nacional, tornando a experiência da morte e destruição um monopólio insuportável dos antigos combatentes. A necessidade do "corpo" presente ultrapassava a compensação individual, servindo, mais do que tudo, à pátria[548].

Nem a ideia do túmulo vazio, nem do soldado desconhecido, como simulacros de compensação pelos militares desaparecidos em guerras longínquas, são apanágio da I Guerra Mundial, mas devem a este conflito a sua generalização. A ideia de apropriação destes recursos simbólicos surge ainda durante a guerra em vários

[548] Importa recordar, mais uma vez, que os conceitos de "nação" e "pátria" são aqui empregues no sentido conferido pelo contexto histórico e político.

intervenientes, sendo que os primeiros a expô-la e a colocá-la em prática foram as nações cujo número de mortos, inclusive anónimos, foi maior.

À semelhança dos rituais da antiguidade, a ideia de apropriação de um Soldado Desconhecido para a Grande Guerra surge inicialmente em França, mas é a Grã-Bretanha que concretiza o fenómeno com a primeira escolha anónima ritualizada de um soldado morto em conflito, colocando-o na Abadia de Westminster, a 11 de Novembro de 1920, data em que a França reproduz o mesmo fenómeno sob o Arco do Triunfo. Em Londres, Sir Edward Lutyens, por proposta de Lloyd George, criou, em material perecível, um *cenotaph* (provisório) – a primeira grande manifestação de abstracção aliada ao culto dos mortos da I Guerra Mundial a ser integrado num processo oficial de construção da memória da guerra.

A este culto indissociavelmente patriótico e fúnebre, representativo de todos os mortos de guerra, associa-se a Chama Eterna, que evoca aos sobreviventes o seu sacrifício, como uma chama viva que se renova e se funde num gesto quotidiano, partilhado por compatriotas. Sintomas particulares do culto dos mortos, generalizados a todos os intervenientes na Grande Guerra e que se manifestam de uma forma mais ou menos profunda e específica, condicionando as cores com que se pinta o quadro da memória da guerra.

Soldados desconhecidos propagaram-se por toda a Europa. Primeiro em Londres e Paris, a 11 de Novembro de 1920[549]; em 1921, Washington, Roma e Bruxelas; 1922, Praga, Belgrado e, depois, Varsóvia e Atenas. São excepção, dos países com maior número de mortos, a Alemanha, que já tinha em Hitler o seu soldado anónimo, e a Rússia, que "evitou criar um rival a Lenine".

Estes heróis não eram identificáveis e passíveis de se lhe "apontar o dedo", pois serviam antes de mais a exigida abstracção da morte de massa. Era necessário uma figura idealizada, transversal e universal, sem quaisquer elementos identificáveis,

[549] Em Paris verificaram-se polémicas em torno da ideia inicial de colocar no *Panthéon*, até que o Ministro da Instrução optou pelo Arco do Triunfo. A cerimónia decorreu com a presença, entre outros, de comunistas e membros da Igreja Católica, sendo que começaria pelo *Panthéon* até ser depositado finalmente no Arco do Triunfo. O mesmo tipo de questões em torno da participação de membros da Igreja não se coloca para a Grã-Bretanha, onde a colocação do túmulo em Westminster Abbey elimina este questionamento. O procedimento foi mais ou menos o mesmo, trazidos dos campos de batalha, normalmente a escolha seria entre vários cadáveres cuja identificação não poderia acontecer, sendo esta escolha feita por um oficial, mãe, viúva, pai ou órfão que haviam perdido os seus. Entre o processo de escolha, o de chegada à capital e a cerimónia de consagração final estabelece-se todo um ritual cerimonial, consumando um dos momentos mais grandiosos de comemoração do esforço de guerra. Quer o *soldat inconnu*, quer o *unknown soldier* foram trazidos de *Verdun*, acompanhados por uma família que incluía uma viúva de guerra, uma mãe e um pai que perderam o seu filho, ou uma criança que perdeu o seu pai.

para que às entidades oficiais coubesse conferir as "qualidades desejáveis". A ideia do Soldado Desconhecido respondia perfeitamente à dimensão de impessoalidade e de massificação que o sacrifício revestiu, assim como a reprodução massificada e mecânica de artes figurativas que ocuparam espaços públicos ou mais íntimos[550]. Tal como nos cemitérios de guerra, onde a revalorização da morte está no topo dos objectivos, o Soldado Desconhecido vem responder de forma ainda mais eficaz à necessidade de superação da ruptura e trauma, recalcando tradições europeias precedentes, familiares e homogéneas, criando a representação de uma cerimónia espectacular e completamente "inédita" que compensasse as perdas.

Um quadro susceptível a elementos nacionalizáveis. Estabelecem-se, por exemplo, traços particulares nos processos memoriais, nomeadamente o facto da cerimónia do Dia do Armistício ter lugar em torno de um túmulo vazio, como na protestante Inglaterra, ao invés do túmulo cheio dos países católicos, como a França e a Itália.

Portugal é frequentemente esquecido neste quadro – a consagração de dois Soldados Desconhecidos acontece em 1921, como em Itália a 4 de Novembro do mesmo ano. A força e centralidade variável do culto; o processo da escolha; o significado político nacional; entre outros traços, dão a este culto, em Portugal, uma dimensão "muito específica". O culto do Soldado Desconhecido, durante essa década, transformar-se-á no ponto alto das comemorações de guerra, não deixando, no entanto, de ser dual, concentrando o culminar do fervor e polémica nacional em torno da memória de guerra e da sua concretização[551].

VII. 2. A consagração dos Soldados Desconhecidos portugueses

Em Portugal, tratou-se, pois, de recriar um "Olimpo", fornecendo um universo de heróis de guerra ao panteão nacional. A intensa campanha da imprensa e a apropriação política conferiram aos soldados comuns qualidades especiais, regenerando a epopeia da "raça" portuguesa.

Heróis mortos identificados, como o soldado Curado (primeiro combatente do CEP morto em combate), cujo corpo foi trasladado para o monumento em sua

[550] Cf. Gibelli, *La Grande Guerra...*, 345.
[551] Este é um tema sobejamente tratado nos estudos da cultura de guerra europeia, sobre o qual não se irá prolongar a análise.

homenagem (Vila Nova da Barquinha), ou Carvalho Araújo – comandante do *Augusto Castilho* – ao qual (bem como à sua corporação) foram dedicados discursos e homenagens, desde Sidónio Pais, em Dezembro de 1918, ao monumento personalizado de Vila Real[552].

Heróis vivos, sejam colectivos como o Serrano ou a Brigada do Minho, sejam individuais, como o soldado Milhões, serviam perfeitamente os mitos criados durante a guerra e desenvolvidos nos processos rememorativos. O serrano, homem purificado pela simplicidade do mundo rural, adquire qualidades sobre-humanas para defesa de valores mais altos (humanidade, liberdade, igualdade, etc.) que a pátria representa – congregava as características de cada serrano da "valorosa" Brigada do Minho[553]. De todos, o soldado Milhões foi aquele mais reutilizado e polemizado, entre outras razões, pela forma e pela data em que se tornou herói e, depois, pelo abandono a que foi votado[554].

Mas, vejamos com o devido detalhe o que se passou.

VII. 2.1. Entre a escolha do corpo, do tempo e do lugar

Em 1921, uma considerável celebração internacional do Esforço da Raça foi organizada pelo Ministro da Guerra, em colaboração com outros ministérios, câmaras e associações.

Desde a chegada dos Soldados Desconhecidos, a celebração desenrolou-se até a sua consagração no Mosteiro de Santa Maria Vitória. Partiu da importante convocação dos participantes, desde associações a individualidades, nacionais ou internacionais, o que permitiria garantir a persistência da intervenção portuguesa no

---

552 Foram atribuídas condecorações aos homens do *Augusto Castilho,* bem como, são frequentes as referências em *Diário de Governo* da renovação da pensão de sangue à família de Carvalho Araújo (Cf. Decreto n.º 5:044 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 268, 11 de Dezembro de 1918).

553 Cf. "Honra aos que morrem pela Pátria! António Gouveia Curado, o primeiro soldado portuguez morto em França pelos alemães", *Ilustração Portuguesa,* n.º 586, 14 de Maio de 1917, p. 381; "A Brigada do Minho", *Ilustração Portuguesa,* n.º 650, 5 de Agosto de 1918, pp. 102-103; Elisabete Rodrigues em *Heróis em Revista (1916-1926). Leitura de uma época através dos periódicos de interesse literário* (Lisboa: Edições Colibri, 2005, 90-98) trata, ao de leve, a abstracção épica em torno da identidade do *Serrano*.

554 No dia 8 de Abril de 1924 foi homenageado na Câmara dos Deputados, onde foi proposta e aprovada a alteração do nome da sua terra, em sua homenagem, para *Valongo de Milhais*, integrando no dia seguinte a cerimónia do acender da *Chama da Pátria* (Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* 8 de Abril de 1924, pp. 4-5). As homenagens não se ficaram por aqui e a imprensa deu-lhe imenso destaque, apropriando-se deste como o herói criado pela República (Cf. "Comemorando o 9 de Abril", *O Século,* 6 de Abril de 1924, p. 1) ou como mais um português por esta ignorado (o periódico monárquico – *Diário de Lisboa* – várias vezes se apropriou das questões derivadas da guerra com largas homenagens aos heróis e referência à fragilidade das situações em que se encontravam, veja-se, por exemplo, "Um herói da Flandres", *Diário de Lisboa*, 21 de Novembro de 1924, p. 2).

conflito armado na memória internacional. Desconsiderando o desalento das negociações de Versalhes, o programa permitiu à jovem República Portuguesa dar provas da sua dinâmica enquanto parte do universo aliado, como foi visível na troca de correspondência com demais aliados e imediata concessão de condecorações[555].

Entre as representações estrangeiras, contam-se o Marechal Joffre, destacado chefe militar francês nos campos de batalha da I Guerra Mundial; o Generalíssimo Diaz; o Almirante D. Pedro Zofia; e o Governador de Gibraltar, General Smith Dorrien; bem como L. Carnegie, adido inglês em Portugal (denunciando o pouco esforço da Grã-Bretanha em se fazer representar); chefes do Exército Espanhol e o couraçado Afonso XIII; um oficial Superior do Exército Romeno; da Bélgica, o Major Lucien Busini; o Exército Americano.

A cerimónia contou também com o simples envio de coroas ou cartas de homenagem de respeito pelos Soldados Desconhecidos e de cumprimentos ao governo português[556].

Para este processo transpõe-se um conjunto ritual e simbólico já presente nos cemitérios militares e na mitologia que rodeava os mortos de guerra, agora condensada numa única cerimónia e numa única imagem – o Soldado Desconhecido –, o herói nacional em torno do qual se renova a liturgia republicana no Dia do Armistício, mas, acima de tudo, no 9 de Abril.

A situação seria, de resto, muito particular, uma vez que o Exército português se empenhou em dois campos de batalha. É que se tornava necessária uma escolha independente e aleatória de dois soldados anónimos provenientes quer de África, quer da Flandres.

Antes mesmo da chegada e glorificação dos dois corpos a Portugal, a 19 de

---

555 Cf. AMAE, Correspondance Commerciale et Politique, Europe, 1918-1929, Portugal – n.º 9 – Armée, dossier Générale. DOC. 56; DOC. 72 – [Correspondência sobre a presença do Marechal Joffre em Portugal]; Doc. 65 – Télégramme. Lisbonne, le 11 Avril 1921 (URGENT) : «Le Maréchal Joffre désirerait voir attribuer les décorations suivants: 1. º Une croix commandeur légion d'Honneur pour amiral Júlio Callis, major général de la marin portugais; Quatre Croix de la Légion d'Honneur pour: 1.º capitaine de corvette José Carvalho Crato, attaché à la maison française; 2. º le capitaine de frégate Angello Portella, chef du cabinet Ministre de la Marine; 3.º le capitaine de frégate Carlos [Ce]sar de Freitas da Silva, chef bureaux du Commandement. Général ; 4.º commandant d'Infanterie Azevedo, chef du cabinet do Ministre de Guerre. Le maréchal Joffre désirant remettre ces décorations avant son départ le 13 avril, je serais reconnaissant à V.E. de répondre télégraphiquement. [a)] Ravignan».

556 Veja-se, em AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 441, troca de correspondência, maioritariamente com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que respeita às representações diplomáticas estrangeiras a estar presentes nas cerimónias de 9 de Abril de 1921, por exemplo: o General Sir Horace Lockwood Smith Dorrien (governador de Gibraltar); Major Lucien Busini (governo belga); couraçado *Afonso XIII* (governo espanhol); Union Nationale des Combattants; Fédération Interalliée des Combattants; Almirante Hughes (EUA); Generalissimo Diaz (Itália).

Março de 1921, o Ministério da Guerra condecora com o grau de Gran-Cruz da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, com a medalha de ouro de Valor Militar, letra C e Cruz de Guerra de 1.ª classe os Soldados Portugueses Desconhecidos,

> impondo-se como um necessário acto de justiça, ao Governo da República, e correspondendo ao sentimento nacional de gratidão homenagear solenemente a inexcedível bravura e heróica abnegação dos combatentes portugueses no Mar, na África e na Flandres, nas operações da Grande Guerra, simbolizados nos despojos mortais dos Soldados Desconhecidos. Sendo um dever imperioso glorificar o heroísmo tradicional e anónimo dos soldados obscuros que em toda a parte onde o dever os reclamou, souberam levar o ardor da sua mocidade e a valentia do seu animo, marcando na acção comum a parcela discreta e generosa do seu esforço sem a esperança sequer de um galardão póstumo, antes afirmando na sua espontaneidade a galhardia do sacrifício, o hino do Exército e o vigor da sua Raça[557].

Longe da Pátria que os enviou para a guerra, o ritual de escolha e transporte do corpo não comportou, ao contrário do que aconteceu em França ou Grã-Bretanha, a presença de representantes da massa popular, daqueles que mais directamente (ou mesmo simbolicamente) sofreram as perdas – mães, viúvas, órfãos.

A ausência de um relatório do processo de selecção do corpo proveniente de África não se constata para o soldado oriundo de La Lys, onde a Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra (CPSG), a quem foi concedida tal responsabilidade, procedeu

> ao sorteio do mesmo dentre os militares portuguezes desconhecidos que não possuíam peça alguma d' identificação e que pelo local da sua sepultura se sabia terem sido mortos em combate. Com esse fim foram lançados numa urna os diferentes números dos termos de exhumação a eles referido dentre os quaes o soldado n.º 212 do 1º Grupo de Companhias de Administração Escolar (placa 52075), António Marques, na sua qualidade de soldado mais antigo e que vai também assinar, tirou o n.º 97 correspondente ao militar portuguez desconhecido sepultado no talhão 10 – Fila E – Coval 7 do cemitério de Vieille Chapelle e a cuja exhumação vae proceder-se[558].

O Soldado Desconhecido proveniente de território francês (Pas-de-Calais) abandonou o porto do Havre e, assim que chegou a águas portuguesas, foi acompanhado pelo cruzador *Carvalho Araújo* e pelos contratorpedeiros *Tejo* e *Guadiana*, que transportavam os membros do Governo e as comissões delegadas dos

---

[557] CPGG. *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 135-145.

[558] AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa n.º441 – CEP – Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra. O processo de selecção foi acompanhado por um detalhado relatório enviado pela CPSG ao Ministério da Guerra e Marinha e à Legação de Paris. Veja-se, também, AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa n.º441, n.º 1387, 1245.

Oficiais do Exército, da GNR e da Guarda Fiscal[559].

Quanto ao Soldado Desconhecido procedente de África, um telegrama enviado de Moçambique ao Ministro das Colónias referia minuciosamente o percurso feito pelo corpo: depois da chegada a Capetown, vindo de Moçambique, dirigiu-se até ao Funchal, a fim de garantir a sua chegada, no dia 7 de Abril, a Lisboa, a bordo do *República*, onde seria recebido pelas autoridades[560].

Juntamente com o Soldado Desconhecido proveniente da Flandres, foram excepcionalmente transportados, a custo maioritariamente das respectivas famílias, mais três corpos de soldados, também eles exumados em Richebourg l'Avoué. Os funerais não se realizaram no mesmo dia, sendo dois destes depositados no cemitério oriental de Lisboa e outro no Porto[561].

Os festejos iniciaram-se no dia 5 Abril de 1921, logo que as primeiras representações diplomáticas acorreram a Lisboa, paralelamente ao desembarque do Soldado Desconhecido de África. O herói foi depositado no Arsenal da Marinha ao lado do Soldado proveniente da Flandres, que já aí se encontrava.

No dia 7, procedeu-se ao transporte dos féretros do Arsenal até ao Palácio do Congresso, onde foram condecorados pelo Presidente da República, para que definitivamente pudessem ser velados pelos portugueses. Este seria o momento de verdadeira legitimação litúrgica protagonizado por António José de Almeida.

O cortejo seguiu pelas principais ruas de Lisboa até ao Largo das Cortes (rua do Ouro, Rossio, Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano, Largo do Rato e Rua de S. Bento). À entrada do Palácio toca-se *A Portuguesa*, e as personalidades políticas, eclesiásticas e estrangeiras dão entrada para assistir à sessão extraordinária. Depois de velados os heróis pelas mais altas individualidades, as portas deveriam ser abertas à população, por uma distribuição de turnos, até às 12 horas do dia 9[562].

---

559 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa n.º 441 – O Presidente do Conselho Administrativo da Marinha Mercante Nacional, 15 de Março de 1921; *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 de Março de 1921, p. 5; 15 de Março de 1921, pp. 9 e 31.

560 Anexo IX. Alguma correspondência trocada sobre a preparação e o transporte dos Soldados Desconhecidos.

561 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa n.º 1245, n.º 21 – Correspondência relacionada com a transladação de corpos de oficiais portugueses falecidos em França, transportados juntamente com o corpo do Soldado Desconhecido. Existe a negação da aceitação de envio de alguns, por exemplo, 1 sargento, por "não haver condições para tal". Os corpos foram exumados em França e depositados no Arsenal da Marinha; depois seria feito um desfile e por fim enterrados no cemitério Oriental (alguns custos são pagos pelas famílias). O tenente de Artilharia Vidal Pinheiro é enterrado na cidade do Porto, o capitão de Infantaria Serrão Machado e o alferes de Artilharia Carrazeda de Andrade no cemitério oriental.

562 Cf. "As homenagens aos heróis desconhecidos", *O Século*, 8 de Abril de 1921, p. 1

A jornada central das comemorações – 9 de Abril de 1921 – foi marcada pela parada triunfal em Lisboa, seguindo um percurso estrategicamente estabelecido pelas ruas mais importantes. Gradualmente, chegavam à Sala do Congresso as autoridades: o Presidente da República; as missões estrangeiras; o cardeal patriarca e os arcebispos de Évora, Bispo do Porto e de Viseu; o general Tamagnini de Abreu, Afonso Costa, entre outras.

O desfile iniciou-se com toda a pompa e pesar, respeitando a ordem alfabética publicada em *Diário de Governo*[563]. As atenções eram respeitosamente destinadas ao núcleo central, composto pelas representações diplomáticas estrangeiras, mutilados e inválidos condecorados, os generais do comando da guerra, e os membros do Governo, que constituíam uma guarda de honra que acompanhava os ataúdes dos Soldados Desconhecidos, cobertos de ricas bandeiras oferecidas pelo distrito de Castelo Branco e em armões sobejamente decorados da Artilharia.

A parada prosseguiu pelas ruas da capital, o entusiasmo era tanto e difícil de conter pelo serviço da Polícia. Como descreve *O Século*,

> são particularmente alvo das mais calorosas manifestações populares os mutilados da guerra e contingentes estrangeiros. Em todas as ruas do percurso as janelas encontravam-se cheias, de gente que não se cansava de vitoriar os representantes das nações aliadas [...] estavam ornamentadas de colchas, algumas de grande valor, sendo lançadas flores à passagem dos ataúdes. [...] Quando o cortejo passava na rua Augusta, voaram sobre a cidade vários aeroplanos, fazendo algumas evoluções. [...] O aspecto do Rocio e do Largo Camões era, por assim dizer, surpreendente. Nas janelas, quase todas engalanadas com ricas colchas, viam-se verdadeiros cachos humanos. Os telhados na sua maioria estavam apinhados de gente [...] A varanda do teatro repleta de senhoras do corpo diplomático. Por toda a parte bandeiras flutuando[564].

O desfile terminou na gare da Estação do Rossio, ricamente decorada para receber os Soldados Desconhecidos. Aqui, foram depostos num furgão aberto, também este adornado, onde permaneceram até à sua partida para a Batalha, a realizar-se no dia seguinte. Paralelamente ao desfile, decorreram outras iniciativas de homenagem[565].

---

563 Anexo X. Organização do Ministério da Guerra para as cerimónias de consagração dos Soldados Desconhecidos e Anexo XI. Índice alfabético das unidades, individualidades, corporações que tomam parte no cortejo do 9 de Abril.

564 "Na Praça D. Pedro e no Largo Camões", *O Século*, 10 de Abril de 1921, p. 1.

565 *O Século*, 9 de Abril de 1921, p. 2: «Sessões solenes: no liceu de Camões, às 10 horas; na Escola Primária Superior D. António da Costa, às 10 horas, missa por alma dos mortos na guerra, em S. Jorge de Arroios e na Encarnação, às 10 horas. Bodo no "Século" aos pobres às 11 horas. Jantar às crianças na cantina de S. Miguel, às 12 horas. Sessão na Faculdade de Ciências às 21 horas. Festa na Academia dos Recreios Artísticos em favor dos mutilados, às 21 horas. Sessão na universidade de Lisboa às 21 horas».

O dia 10 começou com a concentração na Estação do Rossio para a viagem em três comboios especiais, que transportavam não só os dois corpos, como o Presidente da República, o Cardeal Patriarca, o Governo e todo o corpo diplomático, bem como as missões militares estrangeiras.

Já na Batalha, à saída da gare, iniciou-se uma "caminhada triunfal". O primeiro a fazê-lo foi Afonso Costa, muito aplaudido pela população. De seguida todos os membros da comitiva do governo e representantes estrangeiros assumiram os seus lugares nas viaturas que os levaram, assim como todas as componentes do desfile e os armões que, pelo caminho, iam sendo cobertos de coroas e flores naturais. Todo o cortejo se fez lenta e silenciosamente, acompanhado de instituições civis e militares, também presentes no desfile do dia anterior em Lisboa. Às 17 horas, concentrou-se no largo do mosteiro, juntamente com todas as personalidades e população que o aguardavam, rodeados por respeitosos semblantes das forças militares e respectivas bandeiras, até que entraram na sala do capítulo, sua morada definitiva. Aqui, dar-se-ia início à cerimónia final, com os discursos, primeiro o Presidente da Câmara dos Deputados, Abílio Marçal e, posteriormente, o Presidente da República e as demais figuras, até ao encerramento das festividades em homenagem aos Soldados Desconhecidos[566].

O programa de homenagens e desfile foi, desde cedo, negociado no Ministério da Guerra. Tudo passou por esta pasta, como discursos, policiamento, convites às representações nacionais e internacionais. Desde Março que a correspondência era intensamente trocada com o poder local, instituições públicas e privadas e associações que iriam integrar as comemorações, enviando representantes para se perceber a ordem e o lugar a integrar no desfile e ainda algumas doações simbólicas que possam ser feitas[567].

Finalmente os Soldados Desconhecidos figuravam no panteão dos heróis nacionais reconhecidos e consensualmente aceites.

---

566 A imprensa, independentemente da tendência política, fez larga cobertura dos acontecimentos. Vários são os artigos publicados no mês de Abril de 1921 do jornal *O Século,* a exemplo: "Chegou a missão italiana" (5 de Abril); "O Heroe de África" (6 de Abril); "Programa de homenagens" (7 de Abril); "Glória aos heróis" e "O desfile do povo no átrio do Congresso" (9 de Abril). Anexo XII. Cobertura do jornal *O Século* dos acontecimentos de Abril de 1921.

567 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 443 – Várias confirmações de presenças no desfile dos Soldados Desconhecidos de 9 de Abril de 1921 em resposta ao ofício n.º 1378 e à nota n.º 1210 do Ministério da Guerra. Nesta caixa, encontram-se ainda vários relatórios dos acontecimentos do 9 de Abril e as respectivas recompensas a dar a cada unidade do exército, com destaque para o dossier dedicado à Brigada do Minho (n.º 6).

Imagem XXXV. Chegada do Soldado Desconhecido proveniente do porto de Havre (França) a Lisboa, 5 de Abril de 1921, *O Século,* 6 de Abril de 1921. (Fonte: LC)

Imagem XXXVI. Câmara ardente no Arsenal da Marinha onde ficaram depostos os Soldados Desconhecidos desde a chegada até ao dia 7 de Abril de 1921. (Fonte: LC)

«Chegado o cortejo ao edifício do Congresso, a urna do soldado desconhecido que morreu em França foi transportada pelo presidente e secretários das duas câmaras e a do soldado de África por deputações das duas casas do Parlamento para os catafalcos, os quais têm a cruz de guerra em bronze e estão ornamentados com verduras e flores. O chefe de Estado, dando a direita ao Sr. Cardeal Patriarca, iniciou o desfile, curvando-se respeitosamente ante os féretros, enquanto Sua Eminência lançava a benção. Após o Sr. Presidente da República iam outros altos dignitários da igreja, ministério, deputados, senado e todos oficiais e praças que tomaram parte no cortejo. [...] Entre os catafalcos encontra-se a estátua da Fama, cedida para esse efeito pelo Ateneu Comercial, estando em plano superior o busto da República encimado por um escudo representando as insígnias da Torre de Espada», *O Século*, 8 de Abril de 1921, 1.

Imagem XXXVII. "O Morto glorioso d'África e do Mar e o bravo Combatente da Flandres conduzidos para o átrio do Congresso, onde ficaram até serem transportados para a Batalha" (dia 7), *Ilustração Portuguesa*, 16 de Abril de 1921, 244. (Fonte: AML, AF, B093713)

Imagem XXXVIII. O povo de Lisboa aguarda a chegada do marechal Joffre à estação do Rossio, prevista para as dezanove horas e quarenta, 8 de Abril. (Fonte: AML, AF, B093926)

Imagem XXXIX. Desfile de consagração dos Soldados Desconhecidos em frente à estação do Rossio (9 de Abril), onde permaneceriam até à partida para a Batalha no dia seguinte. (Fonte: LC)

Imagem XL. Marechal Joffre e demais representações estrangeiras aguardam, à porta do Congresso, a saída dos túmulos dos Soldados Desconhecidos para se dar início ao desfile. (Fonte: LC)

«Às 17horas. Os ataúdes dão entrada no Mosteiro, enquanto lá longe começam as salvas do estilo. [...] Em volta, forma-se um círculo respeitoso, para dar passagem aos caixões. [...] Lentamente o cortejo avança em direcção à Sala do Capítulo, onde ficarão depositados os restos dos soldados. O momento é soleníssimo», *O Século,* 11 de Abril de 1921.

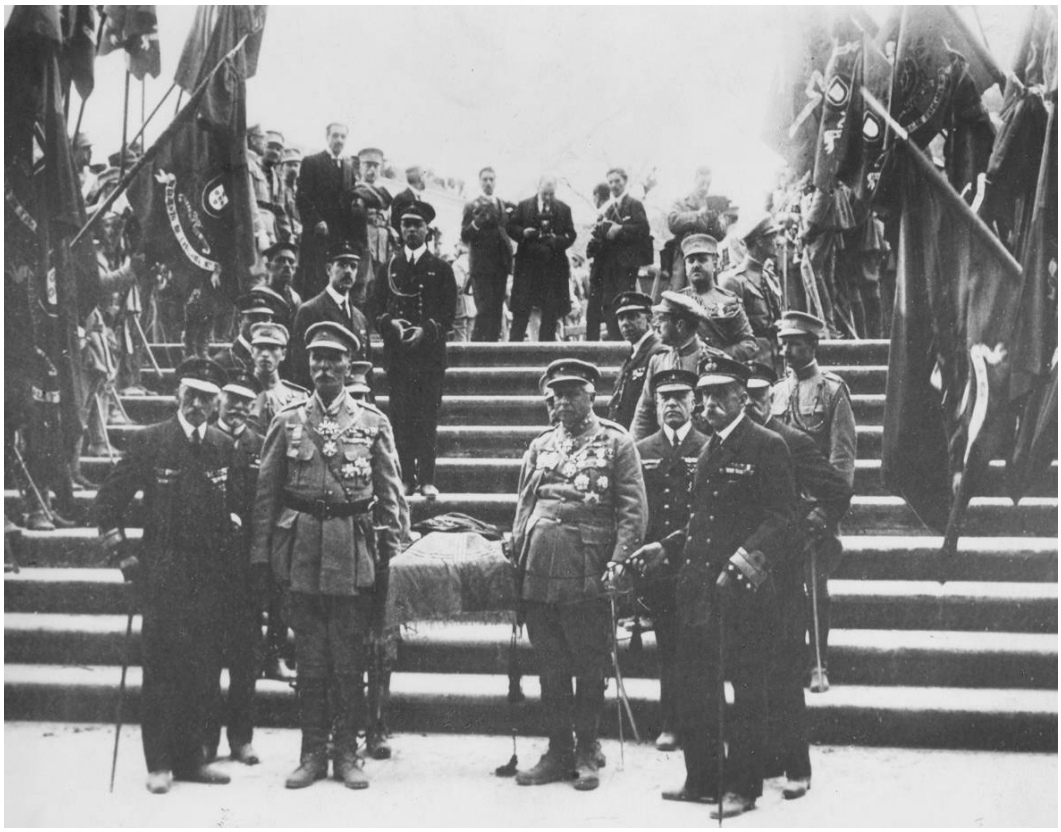


Imagem XLI. Urna contendo restos de um Soldado Desconhecido, transportada pelos generais Abel Hipólito e Gomes da Costa. (Fonte: LC)

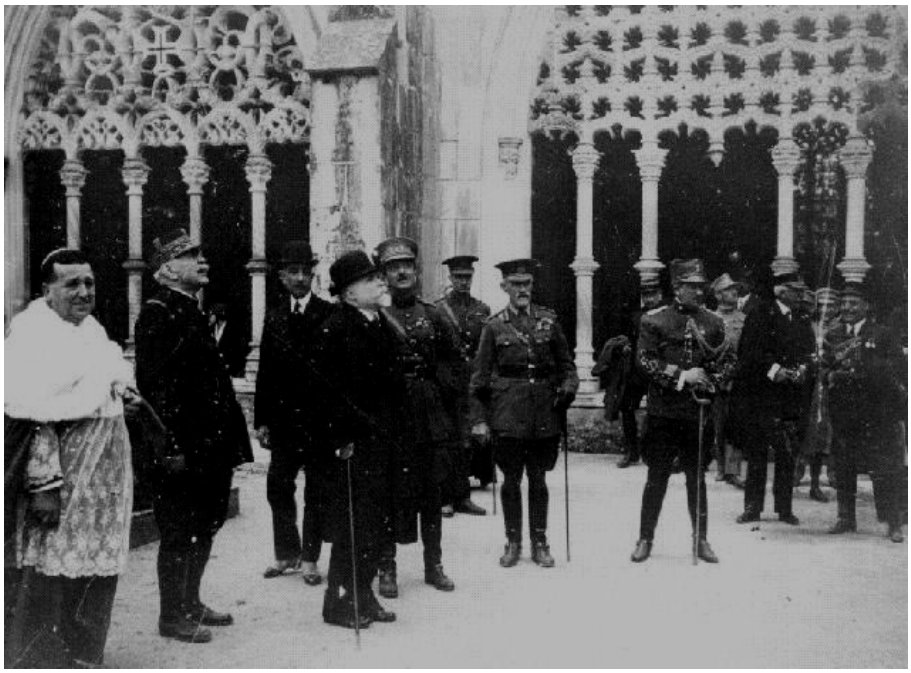


Imagem XLII. O bispo de Leiria, marechal Joffre, António José de Almeida, Smith Dorrien e outros oficiais estrangeiros aguardam no Mosteiro de Santa Maria da Vitória a chegada dos Soldados Desconhecidos, 10 de Abril. (Fonte: AML, AF, A25456)

VII. 2.2. A crispação da opinião pública e a fragilidade do herói nacional

Enganam-se, no entanto, aqueles que acreditam que a magnificência do acontecimento arrasta, por si só, um acordo generalizado. Na verdade, não só neste dia, mas ao longo dos aniversários desta data, as contestações faziam-se às opções formais comemorativas, às implicações mais gerais do significado da celebração ou, mesmo, da perda de significado. Tal como a cisão nacional face à intervenção no conflito na frente ocidental, a sagração do símbolo/ritual mais significativo do mito da experiência de guerra distanciou-se do sucesso intemporal que lhe foi inerente na maioria dos países europeus, sendo marcado por profundas especificidades.

Como já verificámos, a data escolhida – 9 de Abril – estava associada à maior derrota do Exército português na frente ocidental, mas principalmente à morte enquanto elemento agregador e consensual e longe das confusões do sidonismo enquanto apropriação da vitória. Um possível recurso ao Dia do Armistício para este acto podia atrofiar, pela sua dimensão essencialmente universal, uma identificação nacional.

A necessidade de dois Soldados Desconhecidos resultava do esforço importante em dois campos de batalha. Um soldado vinha da Flandres – a frente europeia – e o outro do império em África, dois campos de interesse e influência internacional portuguesa crescentemente em conflito. Pese embora esta opção, a escolha simbólica – excepcional entre os beligerantes – de dois Soldados Desconhecidos não bastou para serenar a divisão interna que suscitou a intervenção na frente europeia, diferenciando-se dos demais intervenientes na guerra pela primazia – reinante internamente – dada à ingerência em África. Não bastavam os símbolos (aparentemente consensuais) para garantir a superação das cisões internas em torno da intervenção na guerra[568].

Apesar de tudo, o elemento que daria azo a maior debate, tal como nos congéneres, seria a escolha do lugar para a deposição dos féretros, chegando mesmo a controvérsia a prolongar-se além da tumulização definitiva – o Mosteiro de Santa Maria Vitória, na Batalha.

---

[568] Para a análise das divergências em torno da intervenção portuguesa na frente europeia veja-se o trabalho de Nuno Severiano Teixeira: *O poder e a guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra* (Lisboa: Estampa, 1996).

O primeiro local a ser proposto foi o Mosteiro dos Jerónimos, aquele que, situado na capital, servia em grandiosidade e centralidade o propósito. A ideia foi apresentada no Parlamento a 11 de Novembro de 1920[569], abrindo um crédito para "acorrer às despesas de inumação e transladação"[570]. A proposta de colocação nos Jerónimos não foi de todo pacífica, proliferando-se as discussões nas Câmaras até Março de 1921, em torno da desadequação desta opção. O motivo, indiciado logo em Dezembro por Bernardino Machado, era a coexistência com o túmulo de Sidónio Pais[571]. Os republicanos temiam que a colocação dos túmulos dos Soldados Desconhecidos no mesmo espaço permitisse uma associação dos cultos e um consequente reforço da veneração ao "presidente-rei".

António Granjo[572] foi o principal responsável por este acalorado debate e pela proposta de colocação em S. Vicente ou na Batalha como alternativas. Depois da violação do túmulo de Sidónio Pais, o deputado afirma que esta havia sido feita por um sidonista e ainda "ameaça":

> E, já que falei no 9 de Abril e na comemoração que se tenciona fazer, desejo referir-me às palavras que na nossa Câmara foram pronunciadas há dias pelo Sr. Leote do Rego, pedindo a V. Exa. que empregue os seus esforços para que nos poupe à necessidade de termos de tomar qualquer atitude, que tenha por fim impedir que os militares desconhecidos mortos na Grande Guerra, vão repousar nos Jerónimos, ao lado do cadáver de Sidónio Pais. Com toda a lealdade devo dizer a V. Exa. que este assunto é delicado, e que, consequentemente, V. Exa. deve evitar que se dêem quaisquer incidentes desagradáveis, pois, camaradas meus estão dispostos a secundar qualquer gesto que seja necessário efectivar para que os cadáveres dos soldados desconhecidos não vão repousar nos Jerónimos[573].

---

569 Cf. António Granjo, *Diário do Governo*, 11 de Novembro de 1920, p. 1. No mesmo dia, na Câmara do Senado, foi apresentada por Bernardino Machado a proposta de que se erguesse um monumento/mausoléu no Mosteiro dos Jerónimos aos soldados mortos na guerra, proposta que foi enviada à Câmara dos Deputados e aprovada para que depois fosse proposta à Comissão da Guerra. (*Diário do Senado,* 12 de Novembro de 1920, p. 3; AHP, SECÇÃO VII – CX 58A: 2314-2376, SENADO, 30 de Novembro de 1920, Projecto lei n.º 623).

570 Cf. Lei n.º 1:099 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 267, 31 de Dezembro de 1920. A 21 de Fevereiro de 1921 abriu-se um crédito especial para o pagamento das despesas da transladação e inumação dos cadáveres para o mesmo Panteão dos Jerónimos (Decreto n.º 7:351 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 37, 21 de Fevereiro de 1921).

571 Cf. António Granjo, *Diário do Senado,* 8 de Dezembro de 1920, p. 1.

572 António Granjo, natural de Chaves, foi advogado e pertenceu à maçonaria. Esteve filiado no Partido Republicano Português, Evolucionista e Liberal; fez parte do CEP como alferes-miliciano; e exerceu várias pastas ministeriais entre 1919 e 1921. Foi assassinado na "noite sangrenta" (19 de Outubro de 1921).

573 *Diário da Câmara dos Deputados*, 10 de Março de 1921, p. 34; e 8 de Março de 1921, p. 10: «Eu tenho, repito, um grande respeito pelos mortos. Mas eu não posso neste momento deixar de fazer bem alto, para que todos me ouçam, uma afirmação bem solene e bem categórica. Quando, amanhã, tudo se preparar para conduzir aos Jerónimos os corpos de dois soldados desconhecidos, mortos em campanha, muitos republicanos hão-de certamente impedir que tal se realize porque não é ali o lugar que lhes compete. O lugar desses heróis é na Batalha ou em S. Vicente, onde estão, é certo, corpos de reis e de príncipes, mas onde não têm pousada traidores à Pátria. Quando o Governo deste País se

Apenas a 3 de Abril de 1921 é concedido, oficialmente, um crédito e, a 6 do mesmo mês, o governo, pelo Ministério do Interior, autoriza a trasladação para o Panteão da Batalha dos cadáveres e considera feriado nacional o dia 9 de Abril de 1921[574]. Ainda, em sessão da Câmara dos Deputados de 13 de Junho de 1922, o Ministro da Guerra – Correia Barreto – apresenta a decisão "final" – «com respeito ao Soldado Desconhecido, o Parlamento já resolveu que o seu túmulo seria no monumento da Batalha», nomeando-se um sargento reformado e quatro soldados «para cuidarem dos caixões e trazerem a Casa do Capítulo limpa de maneira que não possa envergonhar nem o exército nem a Nação»[575].

Escolhido, em 1924, como lugar *provisoriamente definitivo*, por imposição escatológica da deterioração dos túmulos, as opiniões que vêm a público são claramente dissonantes. A imprensa mais favorável ao regime justificava "historicamente" a opção, como o fizeram os membros do governo,

> [é], aí na Batalha, o teu lugar – aí onde pairam as sombras do Mestre de Aviz e de Nuno Álvares. Com os que libertaram a Pátria, justo é que descansem as que a levantaram, como tu, batendo-se pela mais nobre das causas. Em nenhum outro lugar ficarias tão patente à memória dos teus compatriotas, de que és a mais simbólica e desinteressada personificação. Comemorar-te é comungar no teu heroísmo: a grandeza dos povos afere-se pela vitalidade das suas recordações[576].

A oposição viu nesta decisão uma necessidade do Partido Democrático se ausentar de responsabilidades. Aquando do enterramento definitivo, *O Dia* publica: «a República affastou de si como um pesadello, para as longínquas brumas das lendas realengas o corpo de delito do seu nefando crime. As victimas descansam bem na Batalha, porque os algozes não frequentam templos»[577].

A discussão prolonga-se e, em Outubro de 1926, a Comissão do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra (Lisboa) propõe a trasladação destes

---

resolver a construir um panteão para recolher os restos dos grandes homens, nós poderemos então fazer a selecção e levar para lá apenas aqueles que devem sair dos Jerónimos, Herculano, João de Deus, Vasco da Gama e ainda os que têm sido imperdoavelmente esquecidos, como Mousinho de Albuquerque e Baptista de Andrade».

574 Cf. Lei n.º 1:148 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 76, 3 de Abril de 1921: abrindo um crédito especial de 600.000$ destinado a despesas com as homenagens a prestar aos Soldados Desconhecidos mortos em combate na Grande Guerra, um na Flandres e outro em África, a sua transladação para a Batalha, e com a recepção das missões estrangeiras; Lei n.º 1:140 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 70, 6 de Abril de 1921 (Ministério do Interior): autorizando o governo a transladar para o Panteão da Batalha os cadáveres de dois Soldados Desconhecidos, mortos em combate, um em África e outro na Flandres, e considerando feriado nacional o dia 9 de Abril de 1921; *Diário da Câmara dos Deputados*, 4 de Abril de 1921, p. 11.

575*Diário da Câmara dos Deputados*, 13 de Junho de 1922, p. 35.

576 Tenente-coronel Mário de Campos, *Ilustração Portuguesa*, 19 de Abril de 1921.

577 *O Dia*, 9 de Abril de 1924, p. 1.

túmulos para a base do monumento em construção, uma vez que a Batalha, sendo um local ermo e de difícil acesso, inibia as romagens e tornava quase nulas as visitas de personalidades estrangeiras. Ideia que se debateu com fortes objecções de índole artística (pelas necessários alterações no projecto e gastos). Como se observava, «nem o monumento, nem o local onde ele se ia levantar dispunham das indispensáveis condições que aquela ideia requeria» e, acima de tudo, «por motivo de uma educação estranhamente religiosa, a nossa gente não podia assistir sem assombro, ao facto inédito entre nós de um ser humano ser enterrado fora do chão para esse fim destinado, à beira de uma valeta como qualquer animal». Estas justificações apontadas pela LCGG levaram-na a protestar "em nome de todos os combatentes" junto da anterior Comissão, convencendo-a a não concretizar o seu propósito[578].

Situado fora da capital, o lugar escolhido, a Batalha, um mosteiro medieval gótico com todas as conotações religiosas inerentes, revela a falta de confiança e incapacidade da República em criar os seus próprios templos. Enquanto a colocação do túmulo do *Unknown Warrior* em *Westminster Abbey* se deve à natureza peculiar da Igreja no Reino Unido, em Portugal a inserção de um memorial em espaço religioso reflecte o estado precário da República, que necessitava legitimar os seus memoriais nas velhas e profundas tradições da Igreja e da Monarquia[579].

Não se pode negligenciar, no entanto, o vasto e complexo universo de significados de apropriação histórica que reveste esta opção pelo Mosteiro de Santa Maria da Vitória, como era conhecida a Batalha até ao seu restauro em Oitocentos sob o comando do liberal Luís Mouzinho de Albuquerque. Deste restauro sobressai o esforço em remover símbolos religiosos e evidenciar-se o mosteiro enquanto panteão da Dinastia de Aviz, ou pelo menos, da ínclita geração de Camões, aquela recorrentemente recuperada pelo patriotismo histórico republicano.

Mais ainda. Depois da aproximação de Sidónio Pais ao Vaticano, o pós-guerra marca o recrudescer do *distanciamento* entre o governo da República e a Igreja. Neste contexto, ocorrerá a renovação do culto de Nuno Álvares Pereira (beatificado em Janeiro de 1918). Influenciado pelo culto de Joana d'Arc animado pela direita

578 Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928*…, 89-91.

579 Persiste a dúvida sobre a não opção pelo Panteão Nacional (S. Vicente de Fora – Lisboa). Considerado como tal já em 1916, a provável explicação é a de uma associação à causa monárquica, acusação à qual o Mosteiro da Batalha não ficaria ileso. Implicou um conjunto de gastos para a concretização das cerimónias com a deslocação de féretros e representações, o que um enterramento em Lisboa evitava. (Veja-se no Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) os dados cronológicos da construção do edifício: IPPAR – http://www.ippar.pt/monumentos/se_staengracia.html (consultado a 14 de Setembro de 2009)).

republicana francesa, esta nova devoção revela a «militância política contra o jacobinismo republicano, agregando múltiplos focos (republicanos, monárquicos e católicos)»[580]. Ela consagra (1920) mais um herói – social e politicamente conciliador – para o panteão da religião cívica a celebrar a 14 de Agosto, «permitindo o alargamento da audiência político-ideológica e moral do símbolo social Nuno Álvares, pelo menos até às comemorações do V centenário da sua morte, em 1931»[581].

O Mosteiro da Batalha aglomera, assim, consensos desejados, embora nem sempre alcançados. Não só se remetia a um herói de "renovado" consenso nacional[582], nascido de uma vitória contra as tropas castelhanas – elemento subjacente à beligerância na frente europeia (o reconhecimento perante a Espanha neutral), mas também se trazia simbolicamente ao domínio público Aljubarrota e um dos seus símbolos. Retirava-se, assim, os Soldados Desconhecidos das discussões que emanavam dos panteões de Lisboa, das acesas lutas políticas da capital e criava-se, pela vontade do governo republicano, mais um elemento de apaziguamento e conciliação.

O simbolismo deste acontecimento teve impacto e evidenciou "corrompidas" as bases mais revolucionárias da I República e da União Sagrada. A violenta secularização de inícios do regime tinha esmorecido em contexto de guerra, fenómeno que salta à vista nas iniciativas oficiais de comemoração, face à participação e destaque que membros da Igreja e espaços a ela associados assumem na consagração dos dois soldados anónimos.

Não se estranhe este desenlace, mesmo que muitas vezes ele possa ser ocasional. Existe em todo este processo memorial uma tentativa de apaziguamento político e social por parte dos republicanos. Situação, aliás, que sobressai dos relatórios enviados pelas missões estrangeiras presentes em Portugal, bem como no discurso do Presidente da República de 7 de Abril de 1921.

A análise que mais contribui para a percepção desta atitude é feita por L. Carnegie, no relatório final sobre as diversas cerimónias de enterramento dos dois

---

580 Ernesto Castro Leal, «Projecção pública do símbolo Nun'Álvares: 1918-1931», *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 15 (1993): 68.

581 Ernesto Castro Leal, *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)* (Lisboa: Cosmos, 1999), 78.

582 Recorrente é a participação de Presidentes da República na *Festa da Pátria,* efeméride oficializada com o apoio explícito de António Granjo. O deputado, que se havia oposto à colocação dos túmulos dos Soldados Desconhecidos nos Jerónimos, reconhecia a importância do culto deste herói que solenizava o aniversário da Batalha de Aljubarrota (Cf. *Diário do Senado,* 6 de Agosto de 1920, p. 12).

Soldados Desconhecidos, onde, na conclusão do mesmo, chama a atenção para três importantes questões.

As numerosas alusões do Presidente da República, no seu discurso de homenagem do dia 7, a temas religiosos, exemplificando com uma citação:

> The Republic, which, without adopting any religious confession but respecting all religions, cannot but feel especial deference for the one which besides being that of the vast majority of the Portuguese has at his supreme divinity that same Christ who at Batalha [where the soldiers were to be buried] it's not only the God of Catholics, but it's also a companion in arms of Nun' Alvares [a national hero] in the history of Portugal[583].

A presença, em lugar de destaque, nas cerimónias religiosas levadas a cabo no dia 8, de representantes monárquicos: «foi visível que o Conde Sabugosa, representando o ex-rei D. Manuel, ocupava o lugar principal na Igreja do lado oposto da *caixa* presidencial»[584].

Por fim, como uma das imagens mais marcantes das cerimónias, a cordialidade das relações entre a Igreja e o Estado.

> On every occasion positions of marked importance were assigned to the Cardinal Patriarch of Lisbon and other high Church dignitaries, who were moreover, frequently, to be seen engaged in friendly and intimate conversations with members of the Government and the political world. I noticed also that one of the coffins of the unknown soldiers bore a large silver cross on the lid, a concession to religion which would hardly been allowed by the Government a few years ago[585].

Ravignan, representante francês em Portugal, reforça estas ideias, ressalvando que as festas celebradas têm uma significação política particular para Portugal, com implicações na política externa e interna.

> En commémorant leur participation à la Grande Guerre ils ont ténue à affirmer l'indépendance de leur pays. Ils ont été, aussi, très sensibles aux témoignages d'estime que les Alliés et spécialement la France, leur ont donnés. Dans la politique intérieur, il y a eu une période de trêve; la loi d'amnistie ayant été votée le 8 Avril, un certain nombre de détenus monarchiques ont recouvré la liberté le jour même de l'apothéose des soldats inconnus. Il est aussi à remarquer que le clergé Portugais, notamment le Cardinal Patriarche, a pris part à toutes les cérémonies et que le Président de la République ainsi que les membres du Gouverne ont assisté à un service religieux dans une des principales églises de la ville. Cet apaisement dans les passions politiques qui divisent le Portugal

583 NAUK, Western Europe, Western Europe, War Office/W4425/3044/36, 25th April 1921 – Portuguese Unknown Warrior.
584 NAUK, Western Europe, Western Europe, War Office/W4425/3044/36, 25th April 1921 – Portuguese Unknown Warrior: «It was noticeable that Count Sabugosa, representing the ex-King Manuel, occupied the principal place in the church opposite the Presidential box».
585 NAUK, Western Europe, Western Europe, War Office/W4425/3044/36, 25th April 1921 – Portuguese Unknown Warrior.

> sera, vraisemblablement, de courte durée; néanmoins, il n'est pas sans intérêt de le constater[586].

VII. 2.3. "Ao seu soldado desconhecido / morto pela pátria"

A colocação dos ataúdes na Sala do Capítulo rematou o fenómeno mais importante na base da construção do mito da experiência da guerra, não obstante a imediata eclosão de polémica e debate centrados na opção temporal, espacial, ritual e, mais do que tudo, no inconsequente esquecimento.

O simples passar do tempo não perdoou a negligência republicana e, a olhos vistos os esquifes, iam perecendo. Em 1922, o deputado democrático Ramos da Costa expõe a situação:

> o desprezo é completo. Parece que a casa do capítulo está desmantelada. As bandeiras nacionais em vez de estarem a cobrir os caixões dos Soldados Desconhecidos estão rotas e em desalinho. Os ratos já fizeram ninho lá. Está tudo, enfim, num estado comatoso. É a maior das ofensas que só pode fazer àqueles dos nossos camaradas que se bateram e morreram nos campos de batalha da Flandres e da África[587].

O Ministro da Marinha riposta referindo que já foram tomadas medidas, uma vez que a campanha crítica na imprensa é já grande. No ano de 1924 dar-se-ia finalmente a "tumulização" dos Soldados Desconhecidos no Mosteiro de Santa Maria Vitória, depois da decisão avançada pelo Ministro da Guerra (13 de Junho de 1922)[588].

O esquecimento dos Soldados Desconhecidos seria já um facto consolidado entre a opinião pública não fosse essa campanha para o urgente sepultamento partir da própria imprensa. Entre a trasladação e o enterro tinham decorrido três anos.

A ideia não partiu dos homens com assento parlamentar. O crítico de arte e professor de Coimbra, António Augusto Gonçalves, colocou em debate na imprensa a questão do "urgente" enterramento dos Soldados Desconhecidos. Em reacção, a cidade de Lisboa, pelo poder municipal, decidiu patrocinar um rico e majestoso

---

586 Cf. AMAE, Correspondance Commerciale et Politique, Europe, 1918-1929, Portugal –.º 9 – Armée, dossier Générale. Doc. 66 : «Le Maréchal Joffre à quitte hier Lisbonne après avoir passé huit jours en Portugal aurait lesquels il a été l'objet des manifestations les plus sympathiques de la part du peuple et du Gouverne portugais avait été accueille très favorablement la presse avait commenté sa visite avec une vive satisfaction […] Les cérémonies de ces jours derniers, bien qu'organises hâtivement, ont eut un caractère très imposant[…]».

587 Ramos Costa, *Diário do Senado*, 16 de Maio de 1922, p. 23.

588 A 29 de Outubro de 1923 abrir-se-ia um crédito especial para as despesas de enterro: *Diário da Câmara dos Deputados,* 13 de Junho de 1922, p. 35; 29 de Outubro de 1923, p. 49 (Ministro da Guerra e das Finanças). Este seria, mais tarde, reforçado: Lei n.º 1:674 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 262, 22 de Novembro de 1924; Decreto 10:398 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 283, 20 de Dezembro de 1924.

túmulo (mármore rosa e bronze) a colocar no meio da Sala do Capítulo[589].

O Lampadário que iria suportar a Chama da Pátria, apropriação da *flame du soldat inconnu* (Paris, 1923), ideia de Henrique Lopes Mendonça e António Augusto Gonçalves, foi forjado pelo antigo combatente Lourenço de Almeida (Batalhão de Infantaria n.º 23) e oferta da antiga 5.ª Divisão do Exército (Coimbra) comandada pelo general Simas Machado, que presidia a Comissão dos Padrões da Grande Guerra. Esta Comissão seria responsável por apelar, junto dos membros do Governo, à criação do Museu das Oferendas no antigo refeitório conventual (1925) e à manutenção do culto e da Chama da Pátria (garantindo o fornecimento do "azeite votivo")[590].

Largamente reportadas na imprensa, as cerimónias decorreram entre o enterramento dos Soldados Desconhecidos (7 de Abril) e o acender da Chama da Pátria pelo Ministro da Guerra (9 de Abril), a par das habituais comemorações por todo o país, que neste ano foram reforçadas.

No dia 7 de Abril de 1924,

> cerca das 10 horas e 30 minutos, estando a grande sala repleta de povo iniciou-se a cerimónia da tumulização. O primeiro caixão a ser retirado do lugar provisório, onde se encontrava, para a campa rasa, foi o que encerrava o cadáver do Soldado Desconhecido de África, pegando as argolas, o sr. coronel Lacerda e Oliveira, tenente-coronel Pires Monteiro, Sales Simões, presidente da Câmara da Batalha, dr. Coelho Pereira, prior da mesma vila. A urna desceu à campa, repousando numa galeria interior, debaixo de um recolhimento profundo, cheio de emoção de toda a assistência. […] Descido ao túmulo o herói dos combates de Moçambique, fez-se a transladação do túmulo do soldado da Flandres, a cujas argolas pegaram os srs. capitão Pires de Vale, comandando o grupo de artilharia […]. Feita a tumulização subiu ao estrado o coronel sr. Lacerda e Oliveira procedendo à leitura do respectivo auto, documento que começando por indicar a data de tumulização nos termos da praxe, se refere depois ao enterramento nas campas dos corpos dos Soldados Desconhecidos na presença das entidades civis e militares e conclui por registar a legenda escrita no túmulo e que é:
> PORTUGAL
> ETERNO NOS MARES
> E NAS RAÇAS
> AO SEU SOLDADO DESCONHECIDO

589 Segundo uma nota afixada nesta pedra tumular, depositada no actual museu no Mosteiro da Batalha: «Pedra tumular. Oferta da Câmara Municipal de Lisboa, 1922. Destinava-se a ser colocada no meio da Sala do Capítulo onde seria erguido um majestoso túmulo que receberia os restos mortais dos Soldados Desconhecidos. Na altura, considerou-se que a severidade do estilo da Sala do Capítulo não se ajustava às características da Pedra Tumular, razão porque esta generosa e patriótica oferta da Câmara Municipal de Lisboa, feita em nome da cidade, não chegou a ser posta no local inicialmente previsto».

590 Em 1925, na mesma data, seria inaugurado o Museu das Oferendas, com a presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes. Depois de suspensas as actividades da CPGG, a tutela passou para a LCGG (Cf. CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 153).

MORTO PELA PÁTRIA
1924[591].

As cerimónias na Batalha seriam retomadas no dia 9 de Abril, com o acender da Chama pelo Ministro da Guerra e a homenagem aos Soldados Desconhecidos, depois da "patriótica alocução" do bispo de Leiria.

Ateada a Chama da Pátria, o ministro Américo Olavo refere:

> os mortos que ali jazem, heroes e mártires, anónimos e gloriosos, são o exemplo eterno do esforço, que é preciso despender e do sacrifício que é necessário suportar, quando a um ou a outro nos chamam os sagrados interesses da Pátria. O génio dos capitães, o heroísmo dos comandantes, coisa alguma teriam sido sem a bravura e o exemplo dos ignorados. Por isso, eles bem merecem a homenagem de todos os portugueses, a romagem piedosa e comovida de todos os patriotas, a sepultura sob a maravilhosa abóbada do mestre Afonso Domingues e a chama do Lampadário que representará a Alma da Pátria velando eternamente a sua noite eterna em que o patriotismo os despenhou[592].

Tal como esta, outras exortações contribuíram para o processo de legitimação épica do esforço português. Este atinge o seu auge na sagração dos dois soldados anónimos. A experiência portuguesa na guerra é "historicamente transfigurada" num acto de sacrifício em prol da nação, cujo heroísmo mostrou, mais uma vez, a "natureza da raça portuguesa". Discursos extremamente "retóricos", "estereotipados" e "moralistas", longe de uma concretização real, que recorrem ao passado histórico português como forma de legitimação de uma nova liturgia, servindo a necessidade de uma crença num futuro que a guerra havia desestruturado[593].

---

[591] "Comemorando a data gloriosa", *O Século,* 8 de Abril de 1924, pp. 1 e 2.

[592] "Ultimas notícias. Foi hontem acesa, na Batalha, a Chama da Pátria", *O Século,* 10 de Abril de 1924, p. 2. Acompanharam este acto, entre outros, o general Abel Hipólito da Comissão do Monumento Nacional; Pina de Morais, Raul Lino e Sousa Lopes, membros da comissão responsável pela tumulização; Álvaro Pope da Comissão dos Padrões da Grande Guerra; o prelado da diocese; Simas Machado; o soldado Milhais (Cf. "Jornada gloriosa do 9 de Abril", *O Século,* 9 de Abril de 1924, p. 5).

[593] Cf. *Diário do Senado*, 9 de Abril de 1924, p. 3: «A certeza que o soldado português jamais desmereceria da glória dos seus antepassados, sabíamos que naqueles simples serranos, circulava ainda o sangue dos que se bateram na Batalha de Al-jubarrota. […] Fomos combater pela Verdade, pela Justiça, pelo Direito. E, Sr. Presidente, digam o que disserem alguns, fica ainda em nosso favor essa ideia, foi aquilo que representou o nosso grande esforço, a maneira por que, despreocupadamente, lutámos em favor dos princípios elevados da liberdade. […] No mar, tivemos o combate com que Carvalho Araújo e os seus marinheiros se portaram valentemente; em terra, aquela data que ficou marcada na intervenção da guerra, é a data do 9 de Abril, em que o inimigo, com numerosos e poderosos canhões, varreu todos os campos da batalha, tendo-se manifestado nessa ocasião actos de verdadeiro heroísmo, actos que mostraram ao mundo inteiro do que é capaz – ainda de fazer a raça portuguesa. […] Foi-se buscar o cadáver de um homem que pertenceu a uma Pátria, e que, representando o grande sacrifício feito por essa Pátria morreu nos campos da batalha. O Soldado Desconhecido representa o esforço hercúleo que nós fizemos nessa grande guerra. Povo pequeno, mas de grandes tradições que assinalam qualidades de bravura, este povo pequeno, no contingente que as circunstâncias lhe puderam dar, cumpriu, tanto quanto pôde, o seu dever, e o seu nome ficou

> Meu comandante! Meus Camaradas! Soldados!
> 9 de Abril! Três anos são passados em que o aço e o bronze, consubstanciados e unidos, fizeram vibrar as suas vozes roucas, retumbantes e ingentes, vomitando a metralha, que tudo assola e devasta, procurando reduzir à impotência uma parte da Alma Portugueza, que em terras estrangeiras, mas irmãs pelo mesmo sentimento e pela mesma ânsia de Liberdade e de Justiça, opunha uma barreira ao ímpeto feroz e violento das hostes inimigas, ouvindo-se de todas as bocas e de todos os corações, unissonante, o mesmo grito: 'A Pátria Portugueza vive e há-de triunfar!'; e nesse ardor louco da peleja, em que havia todo o sentimento da independência e do cumprimento do dever, caem, valentes e heróis, regando o solo, com o sangue santo do sacrifício da vida, dada pela Pátria.
> Como há três anos, hoje, o aço e o bronze unem-se para comemorar no mesmo credo, enaltecendo e glorificando a memória dos que, em França, em África e no Mar, souberam morrer pela Pátria. Portugal dignifica-se, prestando a mais alevantada e sublime homenagem de reconhecimento e gratidão aos seus filhos que por Ele deram a vida num esforço gigantesco! Portugal, que outrora dera novos mundos ao velho que há muito parecia ter caído em sono letárgico, aparece de novo em todo o seu esplendor por sobre a terra inteira. Glória, pois, aos nossos camaradas imortaes [sic], honra ao seu patriotismo e sua coragem[594]!

Se o esquecimento por parte dos governos foi notório no desfasamento entre o processo de consagração e enterramento dos Soldados Desconhecidos, mais o foi na perpetuação das homenagens a 9 de Abril. Esta foi garantida, primeiro, pela CPGG e, depois, pela LCGG[595].

Nem mesmo uma reformulação grandiosa do culto neste acto final de enterramento permitiu superar erros e incapacidades na base da construção da memória republicana da Grande Guerra. O sepultamento dos mortos enterrou também esta possibilidade e denunciou, mais uma vez, a incapacidade de se construir um mito da experiência de guerra consensual, agregador e persistente. Por mais que a inscrição dos túmulos dos Soldados Desconhecidos procurasse simplesmente glorificar a pátria e encerrar críticas focadas neste fenómeno, não se poupou a um *continuum* de apreciações mordazes.

---

esculpido nas páginas da Grande Guerra, que foi uma luta verdadeiramente ciclópica que a História exara».

[594] AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Alocuções de 9 de Abril de 1921: Quartel do Funchal [Regimento de Infantaria n.º 27], 9 de Abril de 1921.

[595] São recorrentes os apelos às entidades oficiais ou aos portugueses, através de campanhas durante as efemérides ou através da imprensa, para que se façam doações, pelo risco que se corre de não se perpetuar a *Chama* pela falta do chamado "azeite votivo" que a alimenta. Veja-se FD-CPGG, Capa III – "Azeite Votivo" (1934): vários ofícios em torno da necessária e urgente obtenção de azeite para a manutenção da *Chama* acesa.

Imagem XLIII. Depois da definitiva inumação dos Soldados Desconhecidos a 7 de Abril de 1924, o acender da *Chama da Pátria* pelo ministro da Guerra Américo Olavo, a 9 de Abril do mesmo ano. (Fonte: LC)

Imagem XLIV. O soldado Milhões deposita flores no túmulo dos Soldados Desconhecidos junto ao *lampadário da pátria*, a 9 de Abril de 1924. (Fonte: LC)

Mais uma vez *O Dia* recorre a este tema, desmontando-o, nomeadamente, em relação à incapacidade de construção de uma memória nacional original e fundamentada nas tradições portuguesas.

> Na encenação dessa mentira, os emprezarios da nossa intervenção militar no teatro europeu da guerra têm-se excedido a si próprios naquela falta de talento e, sobretudo, de facto, a que somos os primeiros a prestar homenagem. Assim, a última gaffe que praticaram é a inscripção que, contra a gramática e o elementar senso comum, resolveram mandar gravar sobre o túmulo do Soldado Desconhecido. Essa inscripção, que deve ter posto a arder os miolos de quem a inventou, é a seguinte, segundo li nas gazetas:
> 'Portugal. Eterno nos mares, nos continentes e nas raças...
> Ao seu Soldado Desconhecido, Morto pela Pátria, 1924.'
> Eterno nos mares... nos continentes... e nas raças... Que quer dizer este molho de brócolos!? Porque não há-de ser eterno também nas ilhas adjacentes, em S. Tomé e Príncipe, em Cabo Verde e em Macau e Timor? E sobretudo, que quer dizer eterno... nas raças? Bem sabemos que não quer dizer nada; mas, se assim é, que necessidade havia de profanar essa maravilha de seriedade, que é a Casa do Capítulo, com a vacuidade desse charabiá ramalhudo!? E, na péssima tradução do 'mort pour la patrie', morto Pró Pátria, mas traduzido Pela Pátria, resulta em portuguez gramatical, que foi a Pátria quem matou o pobre soldado. E d'ahi, talvez fosse[596]!

Talvez que o essencial passe, antes, pela constatação que a consagração dos Soldados Desconhecidos estabelece símbolos, rituais e formatos discursivos que irão ser empregues de forma recorrente nas diversas efemérides. Convém que nos detenhamos nesta naipe de traços disponíveis.

António José de Almeida expõe, no seu discurso em homenagem aos Soldados Desconhecidos no Congresso a 7 de Abril de 1921, as linhas de base da liturgia oficial de rememoração da guerra, na busca da criação de uma memória consensualmente aceite pelos portugueses. O discurso do "teólogo laico do culto" resume, num tom apologético e justificativo, a significação do acontecimento em três linhas fundamentais que marcaram, de forma geral, este ritual.

Este culto, resultante da guerra moderna, aproveita elementos de uma liturgia tradicional e "histórica", já presente nos cemitérios militares da I Guerra Mundial, mas que agora se concentra no soldado morto anónimo. A experiência da morte de massa levou a um reforço de um cristianismo familiar, íntimo, não clerical e não oficial de uma devoção popular. Os mortos de guerra são comparados a Cristo, sacrificaram-se por um todo – a pátria.

> As festas em honra dos Soldados Desconhecidos poderão não ser deslumbrantes, mas são com certeza, além de sinceras, coerentes e

[596] *O Dia,* 11 de Abril de 1924, p. 1.

> harmónicas. Feitas pelo Povo, pelo Parlamento e pelo Governo, elas mostram, em todos os números do seu programa, um único intuito: fortalecer a unidade nacional, pondo em evidência a significação do presente, realçando e honrando a tradição e preparando as lições do futuro[597].

O sofrimento dos homens das trincheiras purifica-os e o exemplo deve ser seguido, mas o «serviço mais importante que esta utilização do cristianismo prestou à guerra foi a ajuda dada ao superamento do medo da morte e de morrer. A espera de uma vida eterna e plena – a continuação de uma missão patriótica – permite não só transcender a morte, mas também inspirar a vida antes da morte»[598]. Um fenómeno homogéneo na cultura de guerra europeia, mas que integra elementos familiares nacionais, respeitando um conjunto de normas gerais que ao fim e ao cabo tornam-no inédito pela dimensão e simbolismo.

Mais do que a estandardização dos cemitérios militares nas longínquas terras da Flandres, o Soldado Desconhecido permitiria, na pátria, a consolação necessária, consolidando-se uma ideia de igualdade dos que prestam e daqueles a quem é prestado o culto. Donde:

> O Mosteiro da Batalha é, conjuntamente uma obra de poetas, de guerreiros e de crentes. Pelo lugar em que foi erecto, simboliza as glórias de uma batalha; mas o encanto, a um tempo severo e saudoso, da paisagem que o envolve, dá-lhe o ritmo e as entoações de uma estrofe. E nas curvas das suas ogivas, nas arcarias dos seus claustros, nas flechas das duas torres, há uma doçura idealista e cristã que só a fé em Deus lhe podia dar. Dir-se-ia que a pedra de que o templo é feito, logo, sob o escopro do lavrante, começou a cantar e a rezar. […] Toda a gente lá pode entrar, toda, a principiar pela própria República-Regime, pela própria República-Estado que, sem adoptar nenhuma confissão religiosa, mas respeitando todas as religiões, não pode deixar de sentir especiais deferências por aquela que, além de ser a da grande maioria dos portugueses, tem por suprema divindade o mesmo Cristo que, lá na Batalha, como eu já disse um dia, em nome do Governo da República, às portas do próprio templo, não é só o Deus dos Católicos, mas é também, na História de Portugal, o companheiro de armas de Nun'Alvares. Se o templo, portanto é, por si mesmo, apropriado para receber os Soldados Desconhecidos, ele o é igualmente pela companhia que lá dentro as circunstâncias lhe destinam[599].

A celebração do Soldado Desconhecido encarnava de um modo mais eficaz a instância primária da reconciliação imanente a todas as formas de culto dos mortos e

---

[597] António José de Almeida, *Diário das Sessões do Congresso*, 7 de Abril de 1921, pp. 1-8.

[598] Mosse, *Le Guerre Mondiale*..., 87: «Ma il servizio piu importante che quest'utilizzazione del cristanesimo erese alla guerra fu l'aiuto dato al superamento della paura della morte e del morire. L'attesa di una vita eterna e piena – la continuazione di una missione patriotica – parve non soltanto transcendere la morte, ma anche inspirare la vita prima della morte».

[599] António José de Almeida, *Diário das Sessões do Congresso*, 7 de Abril de 1921, pp. 1-8.

da liturgia republicana. Essa sugeria que todos eram iguais perante a pátria e a morte, tão iguais até ao ponto de ser indistinguíveis, privados de conotações de grau e de condições sociais não menos do que referências às condições específicas da morte e às atitudes pessoais perante a guerra[600].

> Costuma dizer-se que a morte dá igualdade. Em parte, sem dúvida. Mas nas campas também há jerarquias, e é uso continuar aos grandes homens, ainda depois da morte, as pompas da vida, como se uma nova existência, embora ilusória e enganadora, pudesse circular, como seiva animada, nas veias da pedra em que, sobre o túmulo, lhes esculpem as figuras representativas[601].

Quer o discurso do Presidente da República, quer do Ministro da Guerra, em 1924, revelam a dinâmica que estes homens quiseram ver empregue na União Sagrada e agora na rememoração da sua maior causa – a união nacional para a defesa da pátria, numa oração "comum" de reconhecimento do sacrifício dos heróis. Revelando-se sempre necessário que, face à instabilidade política, os "homens da guerra" voltassem ao poder para que os projectos memoriais fossem liminarmente consolidados.

A "consagração" não admite muita ilusão. Entenda-se aquele termo já no contexto da liturgia católica. Apesar da sua grandiosidade e imponência, o Soldado Desconhecido enquanto processo rememorativo à Grande Guerra, momento em que a nação consensualmente se reuniria em torno de uma representação universal e igualitária, não chega a ser o bálsamo eficaz. Os heróis de guerra – vivos ou mortos – não se tornarão incontestáveis, melhor, imprescindíveis.

---

600 Cf. Gibelli, *La Grande Guerra...,* 346.

601 António José de Almeida, *Diário das Sessões do Congresso*, 7 de Abril de 1921, pp. 1-8. Este texto encontra-se na sua totalidade na obra: António José Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política* (Lisboa: J. Rodrigues, 1934).

CAPÍTULO VIII.

O CEMITÉRIO E A DISSIMULAÇÃO DA MORTE

> Cruzes brancas e erectas, mutiladas cruzes velando os sonhos dos guerreiros, rudes cruzes da Germânia, harmoniosas cruzes da Inglaterra, – um vento de piedade virá e há-de levar-vos….
> Os que dormem acordarão para um novo descanso… o grande exército das sombras, com os seus chefes eternos, há-de ouvir ainda o último toque de unir… e nos vastos campos da batalha enorme, no grande acampamento dos que tombaram, de novo soará, lento e severo, o grande toque embalador do silêncio final….
> Nas planícies doiradas florescerão os cemitérios da guerra. E a grande Cruz a cuja sombra dormíreis, camaradas, a cruz imensa do resgate da vossa glória, coroada de louros e tocando as estrelas, dominando os Vosges, Verdun, Somme, Aisne, a Flandres toda, há-de tocar a terra e enraizar-se aqui[602].

Passando a fronteira da memória individual ou de grupo do antigo combatente para se consumar como o elemento estruturante da edificação da memória colectiva da I Guerra Mundial, a morte é transfigurada em simulacros (soldado desconhecido, memoriais, cenotáfios), cuja dimensão compensatória permite ultrapassar a banalidade escatológica da morte de massa. O uso da morte como capital político é imanente a este processo.

Exposta a profunda natureza fúnebre dos rituais rememorativos da Grande Guerra, onde os mortos são trazidos para o centro do culto, procurar-se-á neste capítulo perceber onde se encontram os "cadáveres" que alimentaram este processo memorial: os espaços cemiteriais. Qual a forma e dimensão que assumem para que seja passível a sua reintegração numa sociedade com ânsia de reconstrução no pós-guerra?

[602] Casimiro, *Calvário da Flandres…,* 192.

VIII. 1. Da escatologia da morte à sua assimilação social e dissimulação política

A experiência individual da morte em guerra originou diferentes reacções da parte dos soldados, sendo esta multiplicidade determinante no estabelecimento das linhas do debate para a (re)construção da identidade das nações. Não se tratará aqui de analisar o impacto da morte no universo dos indivíduos combatentes, mas a forma como esta foi apropriada por estes, primeiro e, depois, pela sociedade e pelas forças de poder por processos de valorização dissimulada da morte.

O quotidiano de guerra colocou os soldados face à persistente e dolorosa ameaça de vida, que insiste em vir ao de cima nos períodos de espera entre os confrontos, um tempo passado entre cadáveres que se procuram enterrar condignamente. Não se julgue, no entanto, que ao soldado apenas cabe o estatuto de vítima, mas também a ele cabe o de perpetrador, que o marca não menos, apesar de serem raras as vezes em que vê de perto os homens que matou. Esta experiência raramente transparece nas memórias escritas dos combatentes com uma dimensão de culpabilidade, inserindo-a numa dualidade entre a "aceitação" da morte, face à profunda desvalorização da vida humana em guerra, e o apego à vida, a todos os ínfimos prazeres biológicos que o pós-guerra irá desenvolver.

As condições extremas do conflito, onde a morte é a maior das constantes que habita o mundo do consciente e inconsciente humano, propicia sentimentos de igualdade e fraternidade, criando um espírito de camaradagem que "afasta" e distingue estes homens dos demais. A guerra foi uma ocasião para a criação de amizades e não a causa. Acreditar que esta confere aos homens uma extrema sensibilidade é uma ilusão[603]. Na verdade, a assimilação desta realidade resulta em dois tipos de resposta: uma de natureza psicológica, de endurecimento e camaradagem, manifestada essencialmente durante o confronto; outra ideológica, de apologia da experiência limite comum e "purificadora". Este discurso de camaradagem serviu muitas vezes de conteúdo às forças políticas de direita que emergiam no período entre-guerras – a fraternidade como um elo comum entre estes homens.

Existe neste aspecto uma clivagem crucial no que diz respeito ao

[603] Cf. Prost, *Les anciens combattants…,* 2. Mentalités et Idéologie, 6-33.

entendimento do investimento fúnebre. A relação directa entre massificação/sacralização da morte e brutalização da política, subjacente a uma uniformidade nos países intervenientes relativamente à construção do mito da experiência de guerra, confronta-se com formas diferentes de nacionalismo. Em França, seguindo a análise de Prost, as associações de combatentes, de esquerda ou de direita, são persistentemente pacifistas. Mesmo que a ideia de patriotismo ocupe o imaginário dos processos rememorativos, não se trata de uma ideia dominante, nem mesmo no universo combatente, tendo apenas um lugar secundário, enquanto elemento fúnebre e de homenagem aos camaradas mortos na defesa da pátria. Esta é a ideia que perpassa os processos memoriais e exclui as associações de combatentes francesas, e mesmo portuguesas, de serem terreno fértil à propaganda "nacionalista, militarista e fascista" durante o período em questão[604]. Neste sentido, os cultos que nascem da guerra são essencialmente fúnebres, mais do que patrióticos.

As primeiras grandes abordagens em torno do luto e da memória, enquanto fenómenos que ultrapassam o universo da experiência individual e entendidos à luz de um enquadramento transversal, devem-se a homens como Marcel Proust, Sigmund Freud e Maurice Halbwachs, cujos trabalhos procuram explicar como o "espaço" colectivo foi profundamente marcado pela própria experiência da morte de massa. As suas obras oferecem um quadro intelectual contemporâneo, uma problemática que não se arrisca a ser anacrónica, pela forma como eles próprios foram individualmente marcados pela convivência com a realidade da guerra.

A dificuldade de historicizar a dor e o luto levou à criação de conceitos para a assimilação deste universo incomportável, embora sempre mais limitado no universo das línguas latinas do que no anglo-saxónico[605]. Criaram-se verdadeiros "conceitos" de identificação desta nova realidade, mas o questionamento histórico é tributário do seu contexto e da evolução dos acontecimentos do século XX. A morte colectiva retorna constantemente, sob a evocação do que Jay Winter apelidou de "comunidades de luto". São estas comunidades – grupos diferenciadamente afectos

---

[604] Neste artigo, o autor incorre no erro de referir que estes sentimentos são exclusivos à França, pelo facto desta ser a *única República*, excluindo Portugal: «This ideal was the very idea of the Republic, and among the belligerent countries France was the only Republic» (Prost, «The Impact of War…», 211).

[605] Chegaram-se a criar termos novos para aquelas que perderam muito novas os maridos ou que não chegaram a casar com os noivos – *veuves blanchs*. Foram criados/empregues novos termos linguísticos para absorver esta realidade de luto. A língua inglesa é mais rica do que a francesa, distingue entre *bereavement* (constatação objectiva da perda), *grief* (designa o sofrimento psíquico, o desgosto, a dor que esta proporciona) e *mourning* (luto propriamente dito), um «conjunto de actos e de gestos através dos quais os sobreviventes exprimem o seu desgosto e atravessam as diferentes fases de luto» Cf. Becker e Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre...,* 246 e 236.

aos combatentes vivos e mortos – responsáveis por organizar as actividades rememorativas, criando-se "estruturas de sociabilidade" locais e nacionais gradualmente institucionalizadas[606].

A extrema dificuldade em lidar com o luto e a morte de massa pelas sociedades de entre-guerras levou à projecção de fenómenos memoriais que serviram aos contemporâneos como forma de viver o luto colectivamente, aligeirando o seu peso. Permanecem, contudo, aqueles que preferem um luto individual. Refira-se, mesmo, que é na família que se dá a maior "heroificação" do morto. Criou-se o "mito da geração perdida", tanto usado pela extrema-direita alemã, como pelas classes altas inglesas no contexto da crise do pós-guerra. Discursos e memoriais servem processos de disseminação da morte, transformando o soldado morto no herói de salvação pátria – «esta sobrevalorização dos mortos da Grande Guerra agarra-se a uma dimensão heroificante e santificante do seu desaparecimento, cria as suas raízes nesta cultura de guerra do conflito que transformou os mortos em sacrifícios voluntários de uma grande cruzada»[607].

Tratava-se de aniquilar o impacto destabilizante sobre a opinião pública da massa de mortos, neutralizando-a em novas estruturas ambientais e arquitectónicas de tradição local, simulando um novo léxico da morte – «na retórica cemiterial, em guerra não se morre mas sim cai-se, a vida não se perde mas doa-se, não desaparece no nada mas vive-se eternamente no império do heroísmo patriótico»[608]. Evitava-se assim a consternação pelo injustificado sacrifício de massa e o luto individual, metamorfoseado pelo ritual do culto dos mortos, em consensual orgulho pela morte em nome da pátria. A intenção, paradoxal, era transfigurar a morte de desvalor em valor[609]. Uma tentativa idílica e metafórica de revalorizar a morte, num sentido religioso, político e ideológico, que superava a dimensão biológica da morte de massa no campo de batalha.

Terminada a guerra, as modalidades rememorativas ultrapassam o universo do luto individual ou comunitário e ganham forma desde os monumentos aos mortos às diversas cerimónias de recordação, seja nos antigos campos de batalha, seja

606 Cf. Winter, *Sites of war*….

607 Becker e Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre...,* 296: «Cette sur-valorisation des morts de la Grande Guerre, en attanchant une dimension héroïsante et sanctifiant à leur disparation, plongeait ses racines dans cettes culture de guerre du conflit qui a transformé les morts en sacrifiés volontaires d'une grande croisade».

608 Gibelli, *La Grande Guerra....,* 341: «nella retorrica cimiterial, in guerra non si muore ma si cade, la vita non si perde ma si dona, non si scompare nel nulla ma si vive eternamente nell'empireo dell'eroismo patriottico».

609 Cf. Gibelli, *La Grande Guerra....,* 341.

nas nações/regiões de origem dos combatentes. Vencedores e vencidos partilham a mesma dualidade, «os lugares de memória são às vezes erigidos sobre os lugares de combate e da morte, e também sobre o território, esse lugar de pertença colectiva e individual, nacional e local, público e privado, laico e religioso. Eles são resultado de desejos conscientes e inconscientes que 'nacionalizaram' estas porções de solo francês, belga, turco, [etc.]»[610].

Neste contexto, a criação de espaços fúnebres especificamente militares é indissociável da particularidade deste conflito, bem como dos processos de secularização dos cemitérios onde se absorverá estrutura e simbologia. A generalizada campanha oitocentista de secularização dos cemitérios, de que Portugal não é excepção – oficializada em Abril de 1911 com a I República –, é marcada por uma forte apropriação da liturgia cristã de morte e ressurreição. Liturgia que está patente nos formatos de culto e rito, que vão desde o minuto de silêncio à deposição de flores e a preocupação com a individualização do morto, quer através da identificação, quer pela especificidade arquitectónica ou escultórica que o espaço tumular possa revestir[611].

Apesar do laicismo da Revolução Francesa, a celebração da morte foi colocada no centro das comemorações, (re)apropriando-se modelos da antiguidade e abrindo-se uma via à utilização pública de mitos e símbolos que davam à população uma ideia de "tradicional pertença".

O século XIX traz consigo um movimento geral de laicização dos cemitérios civis e militares, que iria marcar estes espaços depois da I Guerra Mundial. O cemitério de Père Lachaise torna-se o paradigma da arquitectura cemiterial em França e por toda a Europa, vindo a ser superado pelo modelo do cemitério-parque desenvolvido nos EUA. Este processo de laicização favoreceu a projecção de um

---

610 Becker e Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre...,* 247 : «les lieux de mémoire sont à la fois érigés sur le leiu des combats et de la mort, et aussi sur leur territoire, ce lieu des combats et de la mort, et aussi sur leur territoitre, ce lieu d'appartenance collective et individuelle, nationale et locale, publique et privée, laïque et religieuse. Il sont résultat de désirs conscients et inconscients qui ont 'nationalisé' ces portions de sol français, belge, [etc.]».

611 O programa republicano de 1891 incluía a secularização dos cemitérios e, quer a nova Constituição (artigo 3.º, n. º 9), quer a Lei de Separação das Igrejas do Estado atribuíram aos cemitérios, criados pela lei de 1:835, o carácter secular. Na verdade, ficou à responsabilidade do poder municipal a desmontagem dos símbolos religiosos que decoravam as necrópoles. Fernando Catroga trata, em algumas das suas obras, a questão da laicização da sociedade e dos processos de culto dos mortos, nomeadamente em *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911* (Coimbra: Minerva, 1999). Moita Flores, na mesma linha, aborda os cemitérios de Lisboa em *Os cemitérios de Lisboa: entre o real e o imaginário* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993).

conjunto com forte simbolismo panteístico, onde ordem e racionalidade se fundem na natureza, conferindo uma esperança de ressurreição por analogia.

A secularização não ficou imune às desigualdades sociais e conflitos ideológicos que dividiam as sociedades liberais – «a morte nunca é um acto politicamente neutro»[612]. O culto dos mortos «motivou todos os sectores políticos e culturais a fazerem um forte investimento simbólico no campo tanatológico e nos suportes da recordação»[613]. Seria esta diferenciação hierárquica, mais característica dos países mediterrânicos, que visava ser superada nos novos formatos fúnebres associados ao primeiro conflito mundial.

O contexto de secularização da morte é assim propício às discussões em torno da regulamentação dos cemitérios militares, transpondo-se a simbologia cristã; a individualização, pelo fim das valas comuns; a apropriação da natureza (a exemplo, o cemitério-jardim inglês importado para as futuras necrópoles militares); e, acima de tudo, a centralidade do culto dos mortos.

Até à Grande Guerra, aos militares não lhes era destinado nenhum espaço cemiterial exclusivo, sendo maioritariamente depositados em valas comuns (muito devido à dificuldade de identificação) e honrados em monumentos impessoais onde as altas patentes figuravam com maior destaque. Entretanto, a construção da ideia de exército da nação exigiu que estes homens fossem respeitados e homenageados, como lentamente veio a acontecer com os voluntários da França depostos em Père Lachaise e os caídos da Guerra de Libertação na Alemanha. Os EUA eram a verdadeira excepção, contando na primeira metade de Oitocentos com 73 cemitérios militares. Na Europa, este fenómeno está inevitavelmente ligado à Grande Guerra, levando a que, pela primeira vez, fosse criada legislação para o tratamento dos soldados mortos, projecção e concepção de cemitérios militares.

Culturalmente diversificados entre si, os projectos das nações aliadas para o campo-santo militar vão integrar os elementos já enunciados do cemitério romântico. Uma tentativa idílica e metafórica de revalorizar a morte, num sentido religioso, político e ideológico, procurando ultrapassar a dimensão biológica básica da morte de massa do campo de batalha.

Milhões de pessoas morreram por causa da I Guerra Mundial, criando vazios insuperáveis em todas as comunidades dos países que dela tomaram parte. Era necessário que à sociedade, antes movida pela crença da prosperidade da nação, fosse

612 Catroga, *O Céu da Memória…,* 136.
613 Catroga, *O Céu da Memória…,* 267.

dada novamente esperança e compensação. Assim, a "elaboração política do luto" exigiu, ao longo de vários anos, um profundo investimento material e a definição de novos códigos simbólicos – um conjunto de formas capazes de agregar múltiplas e diversas experiências[614].

Antes da oficialização da cronologia comemorativa, os cemitérios eram destinos de um intenso culto. A ocultação da morte esteve no centro das preocupações políticas e sociais dos governos intervenientes, com a criação de leis para a projecção de cemitérios militares. O fim da guerra deixou vestígios de destruição e morte. A massa de mortos que se avolumava nos campos de batalha em terra de ninguém ou em sepulturas improvisadas exigiu dos governos intervenientes legislação para regulamentação do tratamento dos cadáveres e a concepção de cemitérios militares.

Na Grã-Bretanha e França, as propostas legislativas foram lançadas logo em 1914, assim como em Portugal que, no ano de 1917, procurou normalizar esta mesma situação com a criação da, futuramente denominada, Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra (CPSG)[615].

A França seria o primeiro país a legislar nesse sentido, a 29 de Dezembro de 1915, sancionando o direito de cada indivíduo a um lugar individualizado de repouso. Para procurar salvaguardar, logo de início, problemas que pudessem ocorrer, o governo francês projectou um grupo de cemitérios no seu território a ser destinado a todos os militares aliados. A criação de cemitérios de guerra franceses foi extremamente complicada. A decisão inicial de se depositar os corpos em cemitérios civis debateu-se imediatamente com a limitação de espaço e o pulular de cemitérios improvisados junto às linhas da frente e aos hospitais de campanha, e com o desautorizado retorno dos corpos às terras de origem. Na verdade, apenas em Novembro de 1918 foi criada a Comissão para os Cemitérios Militares, responsável pelo reagrupamento de corpos espalhados e não identificados em cemitérios centrais, acção que durou três anos. Enquanto isso, nenhuma exumação ou enterramento individual foram autorizados.

Terminada a guerra, os aliados procuraram compulsivamente identificar os seus mortos. Só excepcionalmente seriam repatriados, como foi o caso dos EUA,

614 Cf. Gibelli, *La Grande Guerra...,* 337.

615 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1505 – Instruções referentes aos relatórios de enterros, França 1917; Organização da Comissão das *graves registration and enquires*, França, 1917, pp. 1-8; Instruções e directivas para a organização e funcionamento do serviço de registo de perdas, França 21 de Agosto de 1917, pp. 1-3.

favorecido pela sua entrada tardia no conflito e pelo reduzido número de caídos. A maioria dos países, pelo grande contingente de vítimas e pela falta de fundos, decidiu, após a identificação, inumá-las o mais próximo possível do local onde caíram. Destaque-se o exemplar trabalho da *Imperial War Graves Comission* (IWGC), que não repatriou nenhum corpo, mesmo para o Canadá, Austrália ou África do Sul. A inscrição ou vegetação nativa gravada nas lápides e a uniformidade das campas distribuídas pelos cemitérios criavam "verdadeiras projecções" do império em território francês.

Ao contrário dos britânicos, americanos e franceses mostram-se reticentes em relação ao monopólio do tratamento dos mortos pelas autoridades militares, resultando em fortes polémicas, denunciando a centralidade simbólica e política dos mortos na década de 20. A grande discussão em torno da ausência dos corpos franceses levou a que, em Setembro de 1920, o governo daquele país permitisse a reclamação de corpos a encargo do Estado. Foram reivindicados cerca de 300 mil.

Espalhados pela África ou Europa, os cemitérios mais problemáticos encontravam-se na Flandres, onde a decisão cabia a todos os participantes, excepto aos alemães, sem direito de voltar ao território aliado para exumar os seus corpos. Apesar da uniformização que procurou estabelecer o Tratado de Versalhes[616], esta não foi garantida na sua totalidade. Nos cemitérios do território aliado, cruzes e estrelas claras seriam colocadas em campas aliadas, enquanto as escuras eram reservadas para as do inimigo. Acrescente-se ainda que os mortos dos antigos inimigos foram concentrados em necrópoles para que não ocupassem demasiado território francês e o mesmo aconteceu com os austríacos em Itália[617].

O conflito impôs "campos fúnebres" à sua própria imagem e dimensão, com

---

616 Parte VI – Prisioneiros de guerra e cemitérios (artigos 214 a 226). Section II – Sépultures, p. 107. Art. 225 – 226 : «Art. 225 – Les Gouvernements allies et associés et le Gouvernement allemand feront respecter et entretenir les sépultures des soldats et marins inhumés sur leurs territoires respectifs. Ils s'engagent à reconnaitre toute commission chargée par l'un ou par l'autre Gouvernements alliés ou associés, d'identifier, enregistrer, entretenir ou élever des monuments convenables sur les dites sépultures et à faciliter à cette commission l'accomplissement de ses devoirs. Ils conviennent en outre de se donner réciproquement, sus réserve des prescriptions de leur législation nationales et des nécessités de l'hygiène publique, toutes facilités pour satisfaire aux demandes de rapatriement des restes de leurs soldats et de leurs marins.
Art. 226 – Les sépultures des prisonnières de guerre et de internes civils, ressortissants des différents États belligérants, décèdes en captivité, seront convenablement entretenues dans les conditions prévues à l'article 225 du présent traité. Les Gouvernements alliés et associés d'une part et le Gouvernement allemand d'autre part s'engagent en outre à se fournir réciproquement:
1.º La liste complète des décédés avec tous renseignements utiles à leur identification;
2.º Toutes indications sur le nombre et l'emplacement des tombes de tous les morts enterrés dans identification».

617 Cf. Becker e Audoin-Rouzeau, *14-18 Retrouver la Guerre ;* Winter, *Sites of war*….

um largo número de corpos não identificados a ser depositado em monumentais ossários colectivos. Foi também em resultado desta ausência dos corpos e dos nomes que se ensaiaram metáforas substitutas da ausência.

VIII. 2. Os mortos da Grande Guerra em Portugal: entre a laicização dos cemitérios e a integração da cultura de guerra europeia

> Um dia, uma noite, repentinamente, quando qualquer dessas posições foi descoberta por um aeroplano ou por observatório, ou denunciada pela negligência dos soldados, desaba sobre o cemitério a tempestade de fogo, e as cruzes partidas sirandam no ar e os cadáveres saltam das sepulturas, numa dança macabra de membros despedaçados e de caveiras partidas entre o fragor das explosões[618].

Em Portugal, a primeira legislação para tratamento dos mortos de guerra na frente europeia surge em 1917. Procurou-se regimentar esta situação com a estruturação de um serviço, futuramente denominado Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra (CPSG), responsável pela identificação, concentração e inumação dos corpos. Não obstante as primeiras regulamentações terem surgido logo que as tropas portuguesas se envolveram em confrontos, na verdade só quando terminou o conflito elas foram colocadas em prática.

VIII. 2.1. O tratamento dos caídos

À semelhança dos aliados, as autoridades portuguesas procuraram normalizar o processo de enterro dos militares mortos em campanha, apesar das situações inóspitas de morte em confronto, que levam a que os corpos se percam em terra de ninguém ou sejam sepultados pelos camaradas na primeira linha das aldeias, com a intenção de uma futura trasladação para cemitério, realizando-se uma breve cerimónia de homenagem, uma espécie de ritual cristão.

Isabel Pestana Marques descreveu sumariamente o processo de enterramento em tempo de guerra. O sepultamento no CEP podia respeitar a vontade do militar, desde que expressa em testamento. Na ausência deste, as autoridades instituíram uma prática uniformizada, à semelhança dos seus aliados ingleses, sujeita a especificações inerentes ao regime republicano português. Assim, o rito de enterramento seria laico,

[618] António Granjo, *A grande aventura/scenas de guerra* (Lisboa: Portugal-Brasil, s/d).

salvo se o militar tivesse expresso por escrito a vontade de um funeral religioso católico ou protestante (qualquer outra religião não estava presente no sector português)[619]. A rapidez com que os homens caíam impunha uma variedade de situações, desde a perda de corpos em terra de ninguém a inumações improvisadas por camaradas nas linhas das aldeias, acompanhadas de uma pequena oração. Existia, ainda, uma preocupação em identificar o cadáver (essencialmente para atribuição de pensões de sangue), recorrendo-se normalmente a uma etiqueta e, caso não fosse praticável, a uma garrafa ou lata semi-enterrada e semi-fechada com a identificação possível e, excepcionalmente, com uma cruz. A dificuldade de lidar com a morte desconhecida leva ao desenvolvimento de "cultos" particulares, com a colocação de corpos com cruzes sem identificação ou até de cruzes sem os respectivos corpos. De uma forma geral, os processos de enterramento respondem a necessidades sanitárias, identificativas e de homenagem.

No ano de 1917, foram emitidas as primeiras directivas sobre "sepulturas de guerra" e soluções para a "questão dos cemitérios"[620]. Quanto às sepulturas, «as providências necessárias para o funeral de qualquer militar pertencente ao CEP ficam a cargo da unidade ou formação junto da qual o mesmo tenha falecido» e, em cada uma, deveria «constar uma cruz ou letreiro de que constarão as indicações seguintes: n.º de ordem da cova do cemitério; n.º de ordem do registo do E.F. da unidade ou formação que tratou do enterro; nome/posto/n.º regimental; batalhão, grupo ou formação; placa de identidade; fallecido em»; «para as restantes unidades e formações é necessário acrescentar o respectivo n.º dentro do CEP»[621].

Apresentavam-se, ainda, três soluções para os cemitérios, denunciando uma clara dependência e ligação aos serviços britânicos: (i) «as tropas do CEP servirem-se juntamente com as tropas britânicas dos cemitérios preparados para estas, havendo neste caso guardas portugueses e ingleses no mesmo cemitério e sendo a colocação das cruzes e letreiros feita pela 'GRU' BETHUNE»; (ii) «tratar com o Governo

619 Cf. Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras…,* 146-148.

620 Só no ano de 1919, foi determinado que os funerais dos militares expedicionários de França ou África, falecidos por motivo de campanha, fossem subsidiados nas condições em que eram os dos oficiais do Exército. Não nos interessa aqui analisar a questão referente a África, uma vez que além de estar fora desta análise, sendo território de direito português, não será afectado pelas directivas de uma cultura de guerra (Cf. Decreto n.º 1:715 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 62, 26 de Março de 1919; o Decreto n.º 16:465, de 5 de Fevereiro de 1929, manda que sejam reservados para o Estado em toda a colónia de Moçambique os terrenos necessários para sepulturas, mausoléus, cenotáfios ou outros monumentos dos mortos da guerra de 1914 a 1918).

621 AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1399, n.º 125 – Sepulturas de Guerra. Documento onde são estabelecidas as condições em que os soldados do CEP devem ser sepultados, desde o ritual, local e formatos de sepultura.

Francês da criação de um ou dois cemitérios exclusivamente destinados ao CEP e com a 'GRU' BETHUNE o fornecimento dos artigos acima referidos que ficariam a nosso cargo»; (iii) ou, o que seria preferível, «tratar com as autoridades militares britânicas, a cedência exclusivamente para o CEP de uma parte dos cemitérios ingleses já existentes, que sejam julgados necessários»[622].

Assim, foram criadas informalmente as condições de base da Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra (CPSG)[623]. Apesar das directivas para funerais e sepultamento serem de 1917, aquando das primeiras mortes, a discussão parlamentar para a criação desta Comissão é apenas de Agosto do ano de 1919[624].

> O culto da morte foi sempre em todos os tempos e é ainda hoje o sentimento que mais purifica e subtiliza a alma humana. E se a morte vulgar, de todos os dias — incidente banal da vida — vos faz evocar recordações e saudades, com mais razão a Pátria deve consagrar aos que, no dizer dum alto espírito da nossa terra, morreram pela sua vida o odiaram pelo seu amor. E porque seria ofender os sentimentos nobilíssimos e patrióticos da Câmara, justificar atitudes de homenagem pelos que nas berras inóspitas da África e nos páramos da França beijaram o pó da terra em holocausto à Pátria, por isso me limito a mandar para a mesa três projectos de lei que dizem respeito àqueles queridos e heróicos mortos, certo de que poderão ser discutidos para os melhorarem, nunca para os repudiarem[625].

Deve-se ao senador Júlio Ribeiro as poucas intervenções parlamentares sobre o tratamento dos mortos de guerra, nomeadamente a criação da Comissão de Sepulturas; o fornecimento de transporte gratuito aos familiares dos soldados sepultados em França (projecto de lei que viria a ser rejeitado pela mesma Câmara em Janeiro de 1921); a determinação que, pelo Ministério da Guerra, seja publicada uma *Ordem do Exército* especial com o nome de todos os militares mortos em França e em

---

[622] O ponto VIII desta missiva determina também que as «cruzes a que se refere o número anterior só serão colocadas quando o militar fallecido tenha declarado em vida querer que assim se proceda ou quando por declarações dos seus camaradas se averigúe que professava alguma das religiões christans em que tal symbolo é usado; caso contrário collocar-se-há uma estaca com um letreiro acima indicado». Veja-se AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1399, n.º 125 – Sepulturas de Guerra. Documento onde são estabelecidas as condições em que os soldados do CEP devem ser sepultados, desde o ritual, local e formatos de sepultura [Texto adaptado].

[623] Cf. AHM 1.ª Divisão, 35.ª Secção, caixa 1505 – Instruções referentes aos relatórios de enterros, França 1917; Organização da Comissão das *graves registration and enquires*, França, 1917, pp. 1-8 e Instruções e directivas para a organização e funcionamento do serviço de registo de perdas, França, 21 de Agosto de 1917, pp. 1 -3.

[624] Instalada a Comissão, são escolhidos os membros, sendo que inicialmente deveria comportar, além do presidente (interino), sempre Luís Pinto de Figueiredo (tenente médico miliciano), depois da morte do capitão-médico Maximiliano Cordes Cabedo, um capelão e demais ajudantes necessários, cujo número diminuía ao longo da década de 20. A 1 de Junho de 1921 contava com tenente-médico Pinto de Figueiredo; alferes Sá de Moraes; capelão José M. de Sousa; sargentos Raimundo e Moraes; 1 chauf.; e 9 soldados (Cf. BN, E 47, Caixa 7 – Relação do pessoal dependente do adido militar existente em França).

[625] *Diário do Senado,* 5 de Agosto de 1919, pp. 2-4; 7 de Agosto de 1919, p. 2; 11 de Agosto de 1919, p. 3.

África, devendo ser larga e gratuitamente distribuída (serviço que não foi continuado pelo efeito destabilizador sobre a opinião pública). Na verdade, nenhum decreto ou ordem do exército fora publicado no sentido de oficializar a CPSG, situação recorrente com as comissões do CEP, apontando-se Agosto de 1919 como a data provável[626].

Estas práticas e estratégias de enterramento vão ter as suas repercussões no pós-guerra. As tentativas de construção de cemitérios destinados ao CEP não tiveram o sucesso esperado devido ao atraso na organização dos serviços, ao controlo das condições sanitárias por parte das autoridades francesas e à limitação de espaço disponível, levando à distribuição dos mortos por vários cemitérios em território francês ou de outros países.

VIII. 2.2. A Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra e a criação lenta de um grande projecto cemiterial

Terminada a guerra, a concentração dos corpos portugueses não foi facilitada, encontrando-se estes espalhados pela França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e Polónia. A tardia produção regulamentar sobre o tratamento dos mortos do CEP agravou as condições de enterro, identificação e localização dos soldados portugueses mortos em campanha, não tendo a CPSG sido beneficiada pelo facto de ter sido tardiamente constituída (1919). O envio de relatórios/memorandos ao Ministério da Guerra permite perceber a natureza e o andamento dos seus trabalhos.

A identificação dos corpos era realizada através da análise das placas ou cruzes colocadas provisoriamente nas sepulturas, dos arquivos de campanha ou dos espólios de que os soldados se faziam acompanhar e que permaneceriam sempre sobre alçada do exército[627]. Depois de identificados, e dependendo dos cemitérios onde se encontravam, deveria negociar-se a exumação para os chamados "cemitérios de concentração", constatando-se, ao longo deste processo, alterações nas

626 A 1 de Setembro de 1919 sai um documento intitulado "Findo o primeiro mês de funcionamento desta comissão" (AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1245, n.º 19).

627 É muita a correspondência trocada entre a CPSG e as famílias de possíveis mortos, recorrendo-se à descrição ou ao espólio para se identificarem os corpos: «Terminada a CPSG e entregue no Ministério da Guerra o seu arquivo, este deverá ser todo trabalhado e revisto em especial procurando factos novos que permitam estabelecer a identidade de corpos que vão ficar aqui como desconhecidos; alguns desses novos factos podem alterar as conclusões de identificação; para todo esse trabalho de revisão, os espólios são indispensáveis; finalmente, os espólios só sofrem aqui uma desinfecção muito sumária que não oferece garantias para o público», AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1387, n.º 7 – CEP: CPSG em França e Espólio dos Militares Portugueses Falecidos em Campanha, 1920-1921.

orientações daqueles destinados a inumação final.

Inicialmente espalhados por mais de 260 cemitérios, foi necessário esperar cerca de 5 anos pela quase totalidade de exumações e identificações e uma razoável aglomeração. De um total de cerca de 2 086 mortos portugueses, cerca de 202 não receberam sepultura ou ficaram em fossas, porque os corpos não foram identificados. Os restantes 1 882 mortos identificados estavam distribuídos por vários cemitérios na Alemanha (88), Bélgica (23), França (149) e Holanda (1). Apesar da relativa simplicidade dos casos sepultados em território francês, o mesmo não aconteceu no que diz respeito à Bélgica, maioritariamente transladados para Tournai[628], e mais ainda para a Alemanha, devido à desestruturação e perda dos arquivos, principalmente no que diz respeito aos antigos prisioneiros portugueses[629].

Desde logo, procurou-se concentrar a maioria em território francês, onde as diligências burocráticas e diplomáticas seriam mais facilmente resolvidas[630].

As determinações dos "cemitérios de concentração" variaram ao longo da actividade da CPSG. Em 1921, apareceram as primeiras instruções da parte do Ministro da Guerra, aproveitando o reduzido número de mortos que facilitava a tarefa, de «fazer a concentração dos talhões portugueses existentes nos cemitérios britânicos de Laventie, Vieille Chapelle, Pont du Hem e Le Touret [já cemitérios de concentração], num único local, organizando-se assim um cemitério só portuguez», com a promessa do governo francês de "cedência perpétua" do respectivo terreno[631].

Denominar-se-ia Cemitério Militar Português de Richebourg l'Avoué e, entre

---

628 Depois de diligências, no ano de 1920, entre o adido belga em Paris e o major Michelet, responsável pelo serviço de sepulturas militares da Bélgica, Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1387, n.º 7 – CPSG – *Memorandum*, 12 de Abril de 1920.

629 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 – Ofício n.º 249, Paris, 8 de Junho de 1921.

630 Um relatório do adido militar português em Paris, de Abril de 1923 (último relatório detalhado arquivado), dava conta dos trabalhos que faltavam finalizar pela Comissão. Em França, encontravam-se identificados e concentrados os corpos nos cemitérios de Richebourg l'Avoué (1298); Ambleteuse (277), Brest (42); Tourlaville (41). Na Bélgica, distribuíam-se pela extensão do cemitério comunal de Tournai (64 concentrados de 15 cemitérios) e pelo cemitério militar de Schooselhof (7). Quanto à Alemanha, verifica-se um maior atraso, encontrando-se distribuídos por cerca de 47 cemitérios. Seguindo o exemplo dos belgas e franceses, não pretendendo deixar os seus mortos em território alemão e sendo a transladação dos corpos para Portugal extremamente cara, optou-se pela concentração em Tournai (Bélgica). Em 1926, terminadas as identificações e sepultamentos, os mortos encontravam-se distribuídos pelos seguintes cemitérios, em França: Merville (120); Aire (41); Ambleteuse (146); Calais (16); Boulogne-sur-Mer (44); Étaples (47); Laventie (176); Le Touret (264); Pont du Hem (151); Saint Omer (16); Vieille Chapelle (507); Wimereux (24); Brest (38); Tourlaville (41); Hendaye (2). Bélgica: Anvers (6); Bruxelles (1); Tournai (64) (Cf. "Sepulturas de guerra", *A Guerra*, Ano 1, n.º 1, 2 de Fevereiro de 1926, p. 8).

631 A CPSG envia ao Ministério da Guerra *Memoranduns e propostas* que permitem analisar o andamento, nos anos de maior actividade, dos processos de identificação, inumação e concentração. Anexada está uma selecção breve de alguns dos mais importantes. Anexo XV. Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra; Anexo XV. Lista dos cemitérios onde se encontravam corpos de soldados portugueses.

a decisão de 1921 e a identificação da maioria dos corpos de 1923 (faltando transladar 780 corpos), levaria até meados da década 30 para ser inaugurado.

O trabalho desenvolvido pela CPSG resultou na exumação, identificação e trasladação de cerca de 1 882 militares, concentrados no cemitério militar português de Richebourg l'Avoué (1 831) e nos cemitérios comunais de Boulogne-sur-Mer (44) e Antuérpia (7). Restam ainda militares sepultados nos cemitérios de Fuenterrabia e Miranda del Ebro, em Espanha, que não chegaram a intervir na Guerra e em Bigton-Upper Ground, Horsha (católico) e Winchester, na Grã-Bretanha, que fizeram parte das unidades ali em instrução. É de mencionar, ainda dois corpos encontrados em Czersk (Polónia).

Não obstante o excepcional esforço desenvolvido pela Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra, esta levaria mais de uma década para concluir os seus trabalhos, sendo enviados vários relatórios do Ministério da Guerra, ainda na década de 30, a denunciar algumas incorrecções de identificação[632]. A esta data, já funcionava apenas com um número restrito de homens responsáveis pela manutenção dos talhões portugueses.

Além da sua constituição tardia, a CPSG debateu-se, ao longo do exercício da sua actividade, com um agravado conjunto de dificuldades, já de si estruturais: a ausência de apoio da parte do Estado português; os largos limites colocados pelos governos e congéneres estrangeiros em relação à exumação e delineação de talhões e cemitérios; e, acima de tudo, a falta de fundos que votou os seus meios humanos e materiais a uma grave penúria. A circular geral de inquérito enviada pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha sobre o processo de identificação e localização das sepulturas portuguesas, considerando as múltiplas alíneas deste questionamento, denuncia, além da profunda desorganização do serviço de tratamento dos mortos durante a guerra, a ausência de modelos uniformizados de placas/lápides de identificação e localização de sepulturas. Deste relatório destaque-se:

> o serviço de reconhecimento, sinalização e pesquisas das sepulturas, podia ter dado melhores resultados em número de casos portugueses encontrados, se esta comissão tem sido constituída logo após o armistício, como o fez o exército britânico. Porém, não aconteceu assim, e só depois 8 meses de terminada a guerra se começaram estes trabalhos. Tinha-se daquela maneira evitado a deslocação e desaparecimento de muitas sepulturas. […] No entanto, pode esta comissão constatar, uma vez terminada a guerra, a obra desastrosa que sobre este assunto foi feita. O serviço de enterramento e identificação de sepulturas deveria estar

632 Cf. AHM, FO, 006, L, 20, Caixa 778, n.º 1 – 9 – Gabinete do Ministro: Sepulturas de Guerra do CEP (1931-1939). Processos de verificação de lapsos de identidades dos soldados portugueses.

> muito mal organizado, a avaliar pela disposição sem orientação, sem método, duma confusão complexa, que foi dada às sepulturas dentro do mesmo cemitério. Não havia planta dos cemitérios com a ordem de enterramentos, as cruzes eram na sua maioria toscas e as inscrições por vezes feitas por analfabetos[633].

Em meados da década 20, o presidente da Comissão interpela o Ministro da Guerra, situação que não seria excepcional pela grave negligência sofrida, expondo uma lista de queixas das quais destaco, quer pela sua centralidade, quer mesmo pelo seu lado prosaico: «o serviço de concentração no cemitério Português de Richebourg l'Avoué está parado»; «a assistência aos cemitérios faz-se ultimamente em grande dificuldade, encontra-se avariada a camionetta que servia de transporte de pessoal e material»; «o grande número de cruzes que signalam as sepulturas e que constantemente é preciso renovar encontram-se partidas, dando alguns talhões portugueses o aspecto de abandono»; «as praças aqui em serviço não têm dinheiro para alimentar-se, devendo a estabelecimentos comercias das localidades o fornecimento de géneros de primeira necessidade. A má alimentação que vêm fazendo, com a continuação reflectir-se-há sobre o seu estado geral, podendo produzir um depauperamento físico de consequências graves»; «sendo as praças obrigadas a fardar-se por conta própria, e não podendo fazer por não terem recebido os vencimentos, os fardamentos já pouco correctos, dentro em breve ficarão irrisórios, facto este que representará perante o estrangeiro o desprestígio de um exército e de uma nação»[634].

Para além dos impedimentos de natureza financeira, a morosidade foi essencialmente imposta pela dependência da IWGC. Os cemitérios militares que estavam na zona ocupada pelas tropas britânicas deveriam respeitar as decisões dos seus serviços montados para execução de todos os trabalhos, desde a arrumação dos cadáveres, até à decoração artística dos cemitérios, sendo qualquer exumação, identificação e paramento por estes controlados. Esta dependência (com extensíssima troca de correspondência diplomática para resolução de algumas situações mais constrangedoras) condicionaria profundamente as opções decorativas e simbólicas

---

633 AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1360, n.º 2 – CPSG, 4 de Fevereiro de 1926. Nesta caixa encontram-se ainda vários relatórios de alerta aos problemas financeiros que afectam a CPSG.

634 AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1360, n.º 3 – CPSG, Ofício n.º 459 [sem data]. A responsabilidade do adido militar em Paris passava pela diminuição remanescente do CEP: «com o falecimento do capitão-médico Cordes Cabedo e com a repatriação de sete praças, ficou o pessoal da CPSG reduzido a 4 oficiais e 10 praças. Não pedi outro oficial para substituir o capitão-médico Cordes Cabedo, em obediência ao princípio que estabeleci de reduzir cada vez mais o pessoal dos serviços restantes do CEP e remediar-me com o que existe», BN, E 47, Caixa 7 – *Relatório do adido militar em Paris, referido a 31 de Março de 1921*. III – Sepulturas de Guerra, p. 8.

dos cemitérios e talhões militares portugueses[635].

O esforço da CPSG não deixou, no entanto, de ser reconhecido por aqueles mais afectos à guerra, como descreve o capitão Camilo de Oliveira,

> Espalhados primeiro por numerosos cemitérios (Vieille Chapelle, Lavantie, Le Touret, Pont du Hem, La Gorgue, 26 cemitérios ao todo na França; Tournai, Limburg Bruxelles, na Bélgica; Alstadt, Colónia, Dortmund, Friedrichfield, Mersenburg da Saxónia, Munster de Westfalia, Munster-Lager do Hannover, muitos outros na Alemanha) pouco a pouco os tem piedosamente recolhido e reunido num cemitério português o patriótico e laborioso esforço da Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra, que bem merece o nosso louvor e reconhecimento. Forma 14 600 hectares de terreno corrido e revolvido em minuciosas pesquisas, incontáveis esforços, diligentes e persistentes, para a identificação dos cadáveres, centenas e centenas de inumações e reinumações. Mas, já enfim, graças à dedicação e labor desses nossos camaradas quasi todos os mortos do CEP dormem o derradeiro sono num cemitério português – o de Richebourg l'Avoué[636].

VIII. 2.3. O cemitério e os talhões portugueses na frente europeia: a centralidade dos mortos numa manifestação de cultura de guerra

A impossibilidade de concentração num único campo santo exclusivamente português resultou na manutenção de dois outros talhões no cemitério de Antuérpia (7) e Boulogne-sur-Mer (44), além de alguns casos isolados. Não sendo estes últimos cemitérios da responsabilidade portuguesa, o tratamento dos mortos, manutenção e arranjo artístico dos canteiros deveriam respeitar as instruções da autoridade a quem pertencia o espaço ou a maioria dos corpos ali inumados. Assim sendo, o culto dos mortos português estava estreitamente ligado ao trabalho levado a cabo pela *Imperial War Graves Commission*, o que iria modelar – estrutural e simbolicamente – futuros formatos cemiteriais.

Nos cemitérios militares da *Commonweath*, onde se encontrava sepultada a maioria dos portugueses, a decoração artística dos talhões, como consta de um memorando, «não pode [diferir], porém, da que é concebida e delineada pelo arquitecto inglez [...]. Assim, torna-se necessário e conveniente, para que não surjam atritos e para bem do serviço, que um artista, delegado portuguez, seja destacado para junto do chefe dos arquitectos britânicos a fim de, em face da orientação geral, estudar a decoração a dar aos nossos talhões de forma que ela se distinga, sem ser

635 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1387, n.º 7 – CPSG (1920-1921) – *Memorandum e Propostas*. Assunto: Sepulturas de guerra, 12 de Abril de 1920.
636 *A Guerra*, ano 1, n.º 6, 9 de Abril de 1926 p. 13.

desarmónica». O modelo britânico era marcado por linhas simples, colocando-se «em cada sepultura uma pequena lápide de mármore tendo gravado o nome do sepultado, número, unidade a que pertenceu, emblema histórico dessa unidade» e ainda em cada um destes espaços «um monumento (memória) que suponho se lymita a uma cruz estilisada cuja altura varia segundo a extensão do cemitério, podendo atingir 6 metros»[637].

Logo que inumados os primeiros corpos de serranos mortos, as maquetas das lápides e dos monumentos são apresentadas pelo adido militar em Londres (1920) e, mais tarde, pelo capitão Adriano Sousa Lopes e o escultor Alves de Sousa à IWGC[638]. Depois de aprovados, conforme o padrão estrutural e figurativo inglês – o que permitia a manutenção de uma linha geral sem distinção de nacionalidades – seriam concebidos em Portugal e enviados para França (1923)[639].

Contemporaneamente à identificação de corpos e ao lançamento de propostas para as respectivas lápides, apresentam-se os correspondentes monumentos a colocar nestes talhões portugueses dos "cemitérios de concentração" definitivos, que, em 1923, seriam Brest, Cherbourg (Tourlaville), Ambleteuse, Richebourg l'Avoué, Tournai e Anvers.

Na verdade, a pretendida difusão de monumentos portugueses, que reflectissem a ideia de nacionalidade e concretizassem o verdadeiro lugar dos mortos portugueses no panteão da Flandres, não se verificou face à escassez de fundos da CPSG, ao imposto atraso do processo de concentração, assim como à gradual decisão para que fossem concentrados num único espaço fúnebre. Destes projectos iniciais, resultantes da acção conjunta de Sousa Lopes e do escultor Alves de Sousa, apenas se conhece o monumento para o cemitério de Boulogne-sur-Mer (Boulogne Eastern Cemetery), em Pas-de-Calais. Trata-se de um cemitério civil no qual se

---

637 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª secção, Caixa 1387, n.º 7 – CPSG. *Memorandum e Propostas*. Assunto: Sepulturas de guerra, 12 de Abril de 1920.

638 Cf. AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 442, n.º 3 – Monumentos e lápides. Troca de correspondência de 1921 sobre a definição, construção e modelo das lápides e monumentos a colocar nas sepulturas dos soldados portugueses existentes em cemitérios britânicos. Correspondência entre o adido militar português em Londres e a IWGC. O escultor Alves de Sousa, convidado por Sousa Lopes para desenhar as lápides e monumentos, viria a morrer em 1922, o que confirma que o desenho das lápides fora estabelecido antes, sendo que, em 1923, a maioria estaria pronta para ser enviada para França. Correspondência do adido militar em Paris refere que do contrato assinado com Sousa Lopes e Alves de Sousa (22 de Agosto de 1921) consta a realização de três padrões de 3.ª classe e 1924 lápides, sendo o trabalho de cantaria e a matéria-prima portugueses e a execução da parte escultural, em granito, do escultor Alves de Sousa. Apesar das limitações, o mesmo adido procurou que o cemitério final tivesse um monumento de 1ª categoria (23 de Junho de 1921). Veja-se BN, E47 – Correspondência: cemitérios.

639 Anexo XV. Relatório de trabalhos da Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra.

inserem vários talhões de países aliados e ao qual foi concessionado um monumento português. Simbolicamente pouco significativo, este cumpria os objectivos impostos de uniformização e o propósito de fazer de cada cemitério um grande e duradouro monumento. Devido ao número reduzido de portugueses no cemitério de Anvers – Schoonselhof (Antuérpia) –, não seria necessário monumento, uma vez que existindo sepulturas de todas as nações aliadas, a respectiva municipalidade ergueria um monumento único no centro do cemitério dedicado a todos os aliados[640].

França e Grã-Bretanha iriam instituir modelos referenciais de cemitérios militares, cumprindo o grande objectivo, não só sanitário, mas essencialmente compensatório, das perdas. A conjugação de elementos do cemitério-jardim inglês e da laicização dos cemitérios do século XIX determinaram, de uma forma genérica, a imagem destes novos espaços, o que viria a manifestar-se no único exemplar totalmente português. Tal como já foi referido, a dependência da IWGC iria influir, desde cedo, no modelo de lápides e monumentos a colocar sobre os túmulos e talhões portugueses, mesmo quando trasladados para 'cemitérios de concentração' e, de uma forma mais evidente, na planta e componentes de um espaço de exclusiva responsabilidade das autoridades portuguesas, como seria o cemitério militar português em Pas-de-Calais.

O cemitério militar português de Richebourg l' Avoué: um caso excepcional

A projecção de cemitérios militares, maioritariamente próximos dos locais onde os soldados caíram face à impossibilidade de repatriamento dos corpos e na procura da sua concentração num único espaço, delineou fenómenos consagrantes de uma nova liturgia civil, assimilados de rituais da tradição Cristã.

A possibilidade de criar um campo fúnebre exclusivo, onde pudessem ser

[640] Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1387, n.º 7 – CPSG. Apenso ao relatório de 31 de Março de 1920, conferência com o Presidente da IWBC: «A localização do marco que signala o talhão português em cada cemitério tem de ser estudada por nós de acordo com o arquitecto do respectivo cemitério. O seu modelo não pode prejudicar a linha de conjunto. Tem que ser pouco alto (cerca de um metro e oitenta) e de linhas sóbrias. Fazer um monumento funerário com simbolismo clássico ou um monumento glorificador com expressão sentimental ou épica parece-me descabido dentro do conjunto de planos que tive ocasião de ver na IWBC. A única ideia que se deve exprimir é a de nacionalidade. Um dos padrões dos nossos navegadores do Século XV seria em meu critério o modelo a adoptar é esta a proposta que levo a apreciação superior. Conclusões: - É urgente obter: 1) Um modelo de lápide. 2) Um desenho do medalhão no caso de ser a IWBC a construir as lápides. 3) E, mais urgente ainda, um modelo de signalação do talhão, atendendo a que o estudo da localização deste depende das linhas da sua construção e pode forçar a novos trabalhos de exhumação e reinhumação». O sítio da *Commonwealth War Graves Commmission* oferece a lista de todos os cemitérios onde se encontram corpos de soldados da *Commonwealth* (http://www.cwgc.org, consultado a 4 de Outubro de 2009).

concentrados todos os militares portugueses inumados nos cemitérios britânicos da antiga zona da frente, resulta de uma ideia trocada em 1921 entre o presidente da CPSG e o adido militar em Paris.

Cedido gratuitamente o terreno pelo governo francês (Agosto de 1923), depois de uma longa negociação com o seu proprietário, inicia a Comissão os trabalhos: aplanou-se o terreno, delimitou-se e fez-se a planta (com 8 talhões, tendo cada um 7 filas). As trasladações e enterros começam em Outubro de 1922 e prolongaram-se até 1938, sendo os corpos provenientes de vários cemitérios da França, Bélgica e Alemanha[641].

Ultrapassada a possibilidade, surgida no imediato pós-guerra, da criação de uma *Aldeia Portuguesa na Flandres*, só em meados de 1931 se procurou concretizar a ideia da estrutura cemiterial, quando as concentrações haviam praticamente sido concluídas. A 17 de Agosto desse ano foi aberto concurso para o projecto do cemitério, sendo seleccionado o trabalho apresentado, entre 7 concorrentes, por Tertuliano Lacerda Marques[642]. O cemitério de Richebourg l'Avoué (Pas-de-Calais), como hoje artisticamente se nos afigura, foi-se definindo a partir de Fevereiro de 1932, com a aprovação do projecto do arquitecto Tertuliano Lacerda Marques. Em 1933, foi concedido um fundo pelo Ministério da Guerra para a sua concretização[643].

> A obra prosseguiu vagarosamente durante os meses de Inverno e em 29 de Abril de 1935 ficou, finalmente concluída, tendo-se realizado nesse dia uma pequena comemoração do facto, celebrando-se uma missa dentro do cemitério no altar do monumento e sendo depostas nos seus degraus uma coroa pelo signatário, em nome do Exército Português e duas, pelo autor do projecto e pelo construtor[644].

O projecto apresentava um conjunto de elementos "identificativos" de composição marcadamente portuguesa e base estrutural britânica (imitativa de modelos já concretizados). Um total de 1 831 sepulturas, das quais 238 são de

641 As lápides em granito do Porto foram assentes por antigos soldados combatentes portugueses que ficaram no Norte de França. O cemitério fica à guarda da cidade de *Boulogne* desde 22 de Maio de 1937. No ano de 1976 foi construída a capela de Fátima. O guarda do cemitério é um antigo soldado português, gaseado na guerra. Ainda no texto sobre o *assento do cemitério de Richebourg l'Avoué, de Junho de 1921*, está anexada (em 109 páginas) a relação de militares portugueses sepultados (ordem territorial; CEP; n.º de placa; posto; causa da morte; data da morte; fila; coval). Anexo XVI. Cemitério militar português de Richebourg l'Avoué.

642 Lançou-se, posteriormente, concurso para a superintendência da obra (4 de Julho de 1932), sendo preferido Ernesto Augusto Costa. No entanto, este contrato não foi visado pelo Tribunal de Contas, por existir ainda saldo decorrente das verbas destinadas a custear as sepulturas no estrangeiro. Veja-se AHM, FO, 006, L, 20, Caixa 778, n.º 6 – Relatório sobre a construção do cemitério português de Richebourg l'Avoué, 12 de Julho de 1935.

643 Cf. Decreto n.º 22:411 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 79, 6 de Abril de 1933 (este valor é reforçado, entre outros posteriores, pelo Decreto 23:548, de 5 de Fevereiro de 1934).

644 AHM, FO, 006, L, 20, Caixa 778, n.º 6 – Relatório sobre a construção do cemitério português de Richebourg l'Avoué, 12 de Julho de 1935.

pertença desconhecida, em planta rectangular, distribuídas por 4 talhões, encabeçadas pelo "monumento votivo" e vedadas por um muro que terminava, na parte da frente, num portal ricamente trabalhado[645]. Elementos figurativos e de plano mostram clara continuidade dos modelos ingleses, determinada por razões práticas, como o facto de todo o processo de tratamento dos mortos portugueses estar inicialmente sob influência da IWGC. A exigência de uma uniformidade aquando da concentração dos corpos impôs uma similaridade das lápides[646], depois transposta para as réplicas nacionais. O cemitério militar português seria um exemplar imitativo de modelos já existentes, consolidados e consensuais, dos quais se reproduziu as fórmulas mais gerais, com algumas excepções estilísticas e figurativas derivadas da sua apropriação nacional. Trata-se, ainda assim, de projecto, mão-de-obra e matéria-prima portugueses[647].

Três elementos simbólicos "decoravam" genericamente a maioria dos cemitérios. Às lápides brancas uniformes e linearmente distribuídas, juntavam-se, ao centro, uma cruz (*Great Cross*); na cabeceira, um altar (*war stone*); e, junto à entrada, um banco para que se contemplassem os mortos e se assistisse à "missa da consagração dos heróis". Resulta da apropriação portuguesa a ausência da cruz, mas persistem os demais componentes: as lápides uniformizadas com identificação e cruz esculpida; a pedra da lembrança ("monumento votivo"), cuja simbologia não ultrapassava a representação administrativa regional, e o escudo; por fim, o portão, com trabalho alusivo à ourivesaria portuguesa (rendilhado), ladeado por duas cruzes (de Guerra e de Cristo). Vegetação mediterrânica habitava todo o espaço, tal como acontecia nas lápides da Commonwealth, esculpidas de vegetação alusiva à origem do sepultado, remetendo para a renovação da memória dos mortos pelo ciclo de vida.

---

645 Cf. AHM, 10, A11, GR 4 – Projecto definitivo. Encontram-se ainda 6 maquetas apresentadas a concurso, com a mesma linha, portão e planta. São 6 projectos em maqueta pintados de aguarelas, sendo uma delas a definitiva, que se faz acompanhar de selo fiscal e plantas, de Fevereiro de 1932. Existe outras maquetas, sendo que duas delas são denominadas de "Savana" e "Serrano". No tribunal de contas não há qualquer registo sobre o projecto. Veja-se AHM, 10, A11, GR 5 – 9.

646 O modelo da lápide determinada pela IWGC garantia maior liberdade para a identificação do morto, uma vez que, numa forma rectangular havia, para além da identificação do morto, símbolo religioso e da respectiva unidade, ainda espaço para as famílias introduzirem alguma inscrição. A uniformidade estava garantida, assim como a compensação familiar. No entanto, o modelo de lápide francesa seria uma cruz branca (lápides específicas para outras religiões) com a inscrição do nome, patente e o célebre *Mourt pour la France*. No entanto, os cemitérios/talhões alemães na zona aliada apresentam cruzes mais escuras e grotescas, com nome e data de morte.

647 A cantaria do monumento votivo e da entrada monumental foi trabalhada em Portugal, como haviam sido as lápides (Sousa Lopes, 1921): «dentro da modéstia dos nossos recursos, conseguimos implantar no local onde soldados portugueses, morreram pelo bom nome da sua Pátria, um monumento que nos dignifica e, embora tardiamente e por culpa de erros passados, resgatámos uma dívida de gratidão aos nossos mortos», AHM, FO, 006, L, 20, Caixa 778, n.º 6 – Relatório sobre a construção do cemitério português de Richebourg l'Avoué, 12 de Julho de 1935.

Imagem XLV. O Cemitério Militar Português de *Richebourg l'Avoué*. (Fonte: LC)

Em 1921, surge pela primeira vez a ideia de concentração de todos os corpos dos soldados portugueses num único cemitério exclusivamente português. Contudo, apesar do esforço da Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra para sua rápida concretização, foi necessário aguardar até ao ano de 1933 pela aprovação do projecto de Tertuliano Lacerda Marques.

Este é condicionado pelo desenho dos cemitérios da Imperial War Graves Commission, visível nas 1831 lápides de modelo britânico, na planta onde se destaca o *altar da pátria* ao fundo (Imagem XLVI. Altar), para o qual se dirigem todos os mortos para a consagração eterna em nome da pátria. Ausente do centro está a cruz que, não obstante o laicismo da I República, se encontra nas lápides. Tal como a *war stone,* também o portão (Imagem XLVII. Portão) do cemitério é delineado por uma simbologia patriótica historicista.

Imagem XLVIII. Talhão português no cemitério de Anvers – Schoonselhof (Antuérpia). (Fonte: LC)

Imagem XLIX. À esquerda do cemitério de Boulogne-sur-Mer (Boulogne Eastern Cemetery), em Pas-de-Calais, encontra-se o talhão português. Ao centro deste, o único monumento resultante do trabalho conjunto do escultor Alves de Sousa e de Sousa Lopes. (Fonte: www.cwgc.org)

Imagem L. Monumento português do cemitério de Boulogne-sur-Mer da, provável, autoria de Alves de Sousa (entre 1921 e 1922).
(Fonte:http://www.ww1cemeteries.com)

A delineação destes novos espaços fúnebres é composta por elementos simbólicos de simbiose. A cruz (geralmente no centro do cemitério) personifica a oblação dos homens em terra e a garantia de salvação eterna pela ressurreição e a pedra da lembrança (na cabeceira), talhada em forma de altar – o altar da Pátria –, passava a ser centro litúrgico de uma nova religião, onde os soldados mortos são igualmente sacralizados pelo eterno sacrifício colectivo em nome da nação.

Assim, foi criado o único cemitério exclusivamente português – Richebourg l'Avoué. Um exemplar cemiterial simples e recto no desenho do espaço e da iconografia, onde os símbolos identificativos da pátria ressalvam a continuidade do clássico historicismo da arte de meados do século XIX, perpetuado pela I República. Neste âmbito, o arquitecto pouco se dá a novidades estilísticas, não obstante a considerável dimensão atribuída ao monumento central (quase uma incursão no modernismo), produzindo um conjunto garante de persistente "familiaridade", como se desejava que fossem os cemitérios de guerra[648].

> O cemitério português em Neuve-Chapelle apresenta-se como um santuário. Entra-se por uma grade de ferro forjado, os túmulos são alinhados em frente de um altar de pedra. Ele é ao mesmo tempo o lugar do sacrifício cristão e da dedicação à pátria portuguesa. Fiéis entre os fiéis, os combatentes já instalados para a grande missa[649].

A união entre culto funerário, religioso e patriótico alargou-se aos projectos oficiais dos cemitérios militares, aquém da maior ou menor laicização dos estados empreendedores. Espaços profundamente estilizados e metafóricos, os cemitérios militares da I Guerra Mundial conjugam elementos na ânsia de aniquilar o peso da morte, conferindo-lhe uma missão final. Composições de alguns dos mais importantes arquitectos e escultores nacionais procuram dignificar e dar significado ao sacrifício da vida – os mártires da pátria serão igualmente homenageados e "ressuscitarão" para o panteão dos heróis nacionais. A morte é transfigurada e ultrapassa a simplicidade do seu carácter biológico. Respondia assim, tardiamente, o cemitério militar português à necessidade de compensação nacional pelas perdas sofridas na guerra.

Apropriando-se dos elementos que compunham os cemitérios militares dedicados aos mortos da I Guerra Mundial, a que se aliaram componentes figurativas

---

[648] Tertulaino Lacerda Marques foi um arquitecto responsável por uma vasta obra. Não sendo um homem das vanguardas, o seu trabalho manteve-se muito marcado por aquilo que tanto caracterizou as produções em tempo da República, por uma arquitectura historicista.

[649] Annette Becker, *Les Monuments aux morts : Mémoire de la Grande Guerre* (Paris : Éditions Errance, 1991), 121.

simples de referência nacional. Ressalvou-se o lugar de Portugal nos roteiros do "turismo de guerra" e, de uma forma geral, dos processos rememorativos europeus.

VIII. 2.4. Talhões e ossários em Portugal: repatriamento e reprodução cultural

A impossibilidade de repatriar os corpos e a necessidade de abstracção inerente à morte de massa exigiu a criação de símbolos representativos que legitimassem o culto e, acima de tudo, o esforço de guerra. A ausência do peso visual e afectivo dos mortos em grandes cemitérios militares em Portugal, à parte das questões inerentes ao quantitativo de soldados portugueses perecidos, tem uma carga profunda na forma como a sociedade e os dirigentes da I República lidam com as vítimas da guerra, nomeadamente na delineação da sua memória.

Em território português, os cemitérios militares exclusivamente dedicados aos combatentes mortos na I Guerra Mundial são inexistentes. Mesmo a criação de talhões especialmente dedicados a estes mortos são precários e alguns sem qualquer formatação especial, igualável àqueles traçados de origem que apareceram por toda a Europa no pós-guerra. Na verdade, o repatriamento dos corpos seria excepcional. Raras são as famílias com capacidade económica para acarretar os gastos de um repatriamento e aquelas que o fazem procuram colocá-los em talhões familiares, junto dos seus.

Há, no entanto, um empenho de algumas entidades locais na criação de espaços, nos cemitérios, exclusivamente destinados aos filhos da pátria que, maioritariamente com o apoio, incentivo e patrocínio da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), eram arquitectados à imagem dos cemitérios militares europeus, com uma harmonia regular e uniformização das lápides brancas (que comportavam apenas a identificação e a cruz de guerra). Os combatentes depositados nestes lugares eram, essencialmente, aqueles que haviam perecido em Portugal e, não raras vezes, devido à pobreza em que se encontravam, o funeral e talhão eram providenciados pela LCGG.

Em Dezembro de 1925, seria publicado um ofício que permitia à Liga pedir um armão ao comando militar respectivo para que lá se depositassem os militares mortos[650]. Contudo, os esforços das associações ligadas à causa da guerra e, mais

[650] Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 178 (*Ordem do Exército* n.º 15, I Série, 1 de

especificamente, aos combatentes não foram bem atendidos por parte das entidades administrativas, que alegavam falta de espaço nos cemitérios locais[651]. No ano de 1936 encontram-se criados cerca de 28 talhões exclusivos a combatentes[652].

A criação de ossários nos cemitérios, em Portugal, destinados aos restos mortais de soldados mortos na Flandres ou em África, é raríssima. Destaque-se o exemplo de Castelo Branco, simbólica e arquitectonicamente representativo, e o caso de Lisboa[653].

As primeiras negociações entre a LCGG e a Câmara Municipal de Lisboa para a cedência de uma zona destinada ao enterro de soldados no cemitério do Alto de S. João surgem bem cedo, mas apenas em Novembro de 1926 será concedido um considerável canteiro exclusivo a combatentes, no qual seriam futuramente depostos alguns dos mais importantes chefes militares. Aqui seria erguido um monumento-mausoléu patrocinado pela Câmara daquela cidade[654]. Este canteiro passou a ser parte indispensável do roteiro dos ritos de rememoração da guerra. Trata-se do maior espaço dedicado aos mortos da guerra em Portugal, comportando um grande ossário sob o monumento para o qual eram transladados muitos dos antigos combatentes que assim o desejassem ou que não tivessem meios.

O culto dos mortos estabelece também os seus heróis individualizados, algumas raras excepções de homens que se destacaram na frente europeia e cujos corpos foram cerimoniosamente trasladados de Richebourg l'Avoué para Portugal com as devidas honras, nomeadamente o aviador Óscar Monteiro Torres e António Gonçalves Curado, primeiro militar português morto na frente.

Dezembro de 1925).

651 Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 905, n.º 68 – O "grupo 9 de Abril" do Porto solicita ao Ministério da Guerra que intervenha junto das autoridades locais para criar um espaço nos cemitérios daquela cidade destinado aos combatentes da Grande Guerra, pedido negado pela Câmara Municipal devido à falta de espaço.

652 Anexo XVII. Localidades onde existem talhões privativos para enterramento dos combatentes da Grande Guerra.

653 No ano de 1938 existiam cerca de 106 talhões em Portugal, sendo que desses tinham ossário cerca de 28 e monumento cerca de 14 (Cf. LCGG, *Relatório da Gerência de 1942* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1943), Mapa n.º 35).

654 «Por proposta do seu vereador do pelouro dos jardins e cemitérios, o combatente de África e da Flandres, major Baptista Gomes, resolveu o Município de Lisboa aceder às instâncias da Liga, concedendo-lhe um talhão no cemitério do Alto de S. João, exclusivamente destinado aos seus filiados. Este talhão, que media 370 metros quadrados, entrou na posse da Liga dos Combatentes em vinte e cinco de Novembro [1926]. Pela mesma proposta, todos os enterramentos realizados naquele local seriam isentos de qualquer despesa ou imposto camarário» (LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 91). A 20 de Maio de 1936 são pedidos ao Ministério da Guerra 123 canhões para a vedação (AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 6). A 21 de Novembro de 1938 seriam transladados para este talhão os restos mortais do general Artur Ivens Ferraz (AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 8).

Imagem LI. Campas dos soldados portugueses no talhão dos combatentes do cemitério do Alto de S. João em Lisboa (9 de Abril de 1935). Ao contrário do que se constata com as lápides nos cemitérios aliados, mesmo com aquelas portuguesas do cemitério de *Pas-de-Calais*, existe uma referência à hierarquia militar, negando a reivindicada igualdade dos antigos combatentes aliados. (Fonte: LC)

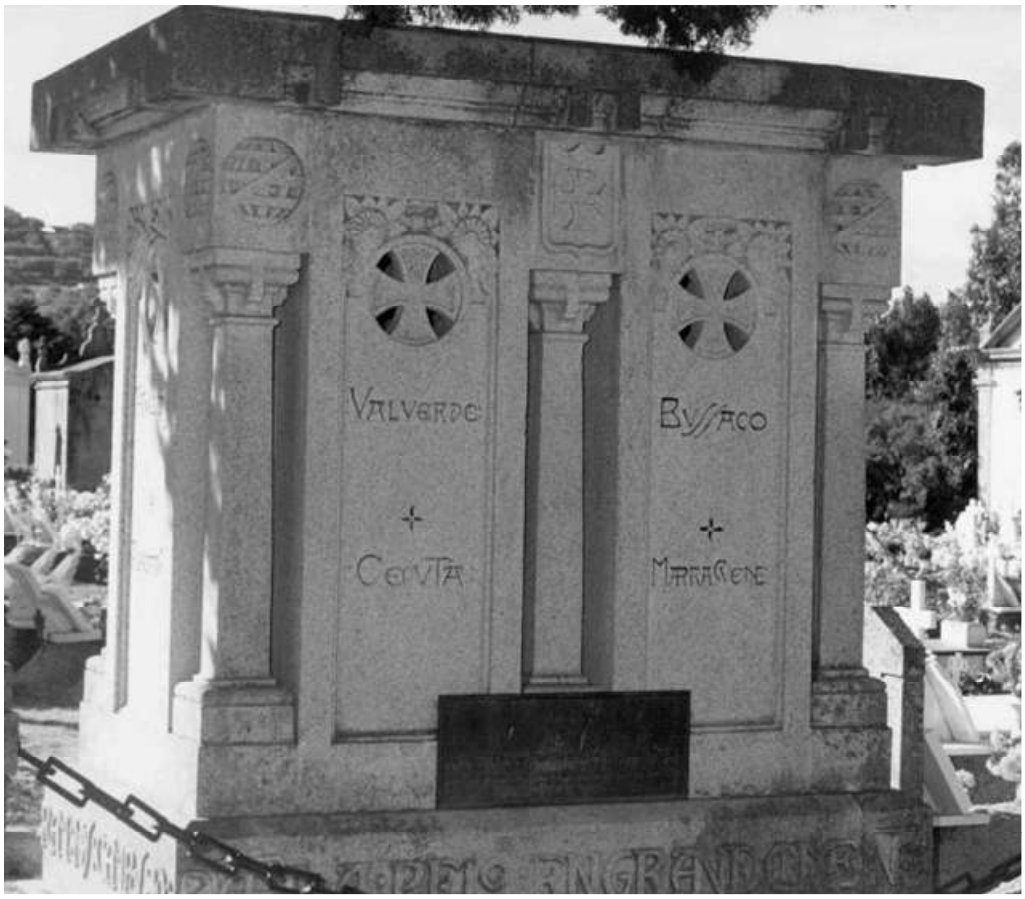


Imagem LII. Monumento aos mortos da Grande Guerra no talhão dos combatentes no cemitério de Castelo Branco. (Fonte: LC)

CAPÍTULO IX.

OS MONUMENTOS AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA

> É absolutamente indispensável que o patriotismo português se afirme por uma forma indestrutível, por meio do mármore e do bronze, os quais se devem empregar num monumento que sirva, através dos tempos, de padrão da vitória alcançada pelos soldados portugueses nesta terrível guerra, que ensanguentou quase quatro anos e três meses, a Europa, a África e a Ásia, terrível hecatombe que ainda não teve nenhuma que a igualasse[655].

O questionamento dos lugares de memória percorre uma série de dimensões funcionais e simbólicas e coloca-nos perante mais uma forma material da cultura de guerra e de concretização da memória colectiva, cuja dimensão é de base topográfica – os monumentos aos mortos de guerra. Do ponto de vista artístico, convém afirmá-lo, a maioria dos monumentos revela um academismo formal aquém das vanguardas do século XX. Mas este não é o ângulo que aqui se tornará mais decisivo. Os monumentos interessam como ferramentas de propaganda, espelhos de uma ideologia oficial e da eficácia na consolidação de uma memória estatalmente estabelecida face à devastação do conflito. Como refere Gibelli,

> o anonimato que foi a qualidade dominante da guerra dos soldados na trincheira, foi também o carácter dominante da morte. Tratava-se agora, por um lado, de reduzir, até onde fosse possível, o tamanho de tal anonimato […] oferecendo assim um substituinte de celebração pública à piedade privada […]. Em ausência dos corpos e dos túmulos que os contivessem efectivamente, ocorria construir-se simulacros[656].

---

655 Chagas, *Diário de João Chagas...,* 113.

656 Gibelli, *La Grande Guerra...,* 340: «L'anonimato, che era stata la qualitá dominante della guerra dei fanti in trincea, fu anche il carattere prevalente della morte. Si trattava ora da un lato di ridurre, fin dove era possibile, l'area di tale anonimato; dall'altro di assumere direttamente lo stesso anonimato

Neste capítulo proceder-se-á no sentido de estruturar uma espécie de mapa interpretativo dos monumentos aos mortos da Grande Guerra. Monumentos que têm sido ignorados, em Portugal, como o vestígio mais evidente da natureza do mito de guerra. Antes de mais, os monumentos serão analisados enquanto lugares de memória. Com este enquadramento inicial, as interrogações orientar-se-ão do seguinte modo: como se formou e quem protagonizou inicialmente o processo de investimento monumental? Quais as imagens que o fixam? Qual a medida e o grau de institucionalização? Que gramática de símbolos e operações permite projectar nesse investimento memorial uma determinada experiência do mito de guerra? Perceba-se nestas interrogações a vontade de surpreender-se, efectivamente, a arte memorial de guerra é, ao mesmo, uma política da memória da guerra.

Considerando que os monumentos são «um conjunto de caracteres carregados de significações»[657], e tendo como referência o caso francês, sem nunca descurar o italiano, o objectivo deste capítulo passa por perceber de que forma se concretizou em Portugal este projecto memorial: a força do poder central nas determinações; a variedade dos projectos locais; as interpretações da experiência de guerra; os projectos e seus intervenientes; e a natureza do mito. Da análise dos símbolos e das palavras, conjunto de força dos monumentos, procurar-se-á perceber como a I República foi ou não capaz de construir um mito da experiência da guerra consensualmente aceite através do elemento de maior impregnação no universo local da memória. Depois da consagração do herói aglutinador de consenso nacional, cabe agora procurar impregnar os espaços das comunidades e universos locais colectivos e individuais de luto. Direcciona-se este trabalho para as construções realizadas durante a I República, mas também para aquelas cujos modelos e iniciativas são deste período, apesar de concretização mais tardia.

IX. 1. *Lugares de memória*

O historiador que se debruça sobre a memória colectiva, e que pretende que esta seja interpretável, encara os memoriais como meios de leitura da sua

protagonista e vittima [...] offrendo così un surrogato di celebrazione publica alla pietà privata [...]. In assenza delle salme e delle tombe che le contennessero, occorreva construirne dei simulacri».

657 Prost, *Les anciens combattants…,* 2. Mentalités et Idéologies, 41.

acessibilidade, pelo contacto directo proporcionado. *Monumentum*, no étimo latino, aparece como um sinal do passado que influi no presente, um "fazer recordar"[658]. No quadro da cultura popular, material e imaterial, estes sinais convertem-se em preciosas evidências sobre percepções comuns de nação e comunidade, vida e morte[659].

Os monumentos concretizam e permitem compreender a cultura material de guerra. Antoine Prost apresenta os monumentos aos mortos como um sistema de sinais complexo, mas coerente, o qual contém o significado espiritual, ideológico ou moral que cada família reclama ver na guerra[660]. Uma massa de estátuas mascara representações onde se dissimulam significados e intenções de comunidades de luto, uma espécie de "jogo de forças", cujo nível de mobilização e afectação político, social e cultural do universo individual e colectivo é mais lato do que o dos cemitérios, mesmo centrando-se no culto dos mortos. Estes não só variam entre nações, como dentro de fronteiras, onde uma análise da relação entre o local e o nacional "agrava" os problemas da história política, social ou religiosa. A diversidade de decisões e contributos resulta numa multiplicidade de escolhas espaciais, arquitectónicas e simbólicas que dão a cada memorial uma especificidade que se opõe à unicidade do episódio histórico excepcional que eles comemoram[661].

A compreensão dos monumentos como parte integrante da religião civil é central. Estes não são um fenómeno exclusivo da I Guerra Mundial. A sua natureza tem origem na formação dos Estados-nação e na concomitante necessidade de criação de "exércitos nacionais": a legitimação pública das novas ordens políticas emergentes exigia que ao exército de cidadãos fosse dada a merecida homenagem, sobretudo aos seus destacados heróis (hierarquicamente identificados).

A guerra moderna impõe uma escala e uma dimensão diferentes na compensação oficial pelas perdas. Todavia, não se pense que uma generalização dos fenómenos memoriais aporta, só por si, uma modernização dos meios e das respostas a utilizar. A apologia da modernidade, que aparece durante a guerra e em alguns dos primeiros monumentos, desaparece com a necessidade de se mascarar a morte, substituindo as formas "mecanizadas" por moldes mais tradicionais. Serão os

658 Jacques Le Goff, «Documento/Monumento», in *Enciclopédia Einaudi. Memória – História.,* coord. Fernando Gil, vol. IV (Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1999), 95.
659 Cf. K.S. Inglis, «War memorials: Ten questions for historians», *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, nº 178 (1995): 5.
660 Cf. Prost, «Les monuments aux morts...», 195-225.
661 Cf. Antoine Prost, « Mémoires Locales et Mémoires Nationales: Les monuments de 1914-1918 en France », *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, n.º 178, (1995): 40.

temas cristãos clássicos a dominar os monumentos aos mortos, como já havia sido manifestamente preponderante nas estruturas cemiteriais militares. Galga-se, no entanto, o universo da religião civil tradicional, em nome de uma concepção de crença mais alargada.

Daí ser indispensável uma análise mais cuidadosa de questões como a relação entre a religião e a celebração da guerra[662]. Segundo Claudio Canal, há uma «necessidade de reintegração, de recuperação da morte do soldado, de transferência da morte individual e intransmissível, para a vida colectiva»[663]. Este conflito precipita, de forma original, uma homogeneização mundial do espaço público consagrado à memória da guerra, entre vencedores e vencidos. Muitas são as semelhanças e dissemelhanças, mas todos os memoriais cumprem, pela sua centralidade representativa, a função de túmulo vivo que colectivamente exorciza a dor. Decorrente da percepção, já adquirida, da transversalidade da cultura de guerra europeia, torna-se inadiável uma referência geral ao objecto memorial e aos inerentes particularismos que vêm contrariar teses interpretativas generalizantes.

Responsável por um dos primeiros trabalhos neste âmbito, George L. Mosse apresenta, nos anos 70, uma hipótese, largamente criticada, alegando a predominância dos elementos similares nos memoriais de guerra[664]. Recorre a dois princípios: o raro recurso a representações realistas, nomeadamente quando apresentam homens mortos ou feridos e inscrições que adoptam, na acepção de Paul Fussell, uma *high diction*[665]. Imagem e palavra apresentam um cuidado conjunto de luto e triunfo numa noção de sacrifício do homem. Segundo o autor, o recurso às mesmas representações está igualmente presente entre vencedores e vencidos[666]. A conclusão de Mosse foi considerada extremamente generalizante por grande número

662 Considerando a realidade de cada país e a forma como a própria religião é um elemento integrado no Estado, como forma abstracta (EUA), como instituição (Reino Unido), ou separada, como é o caso de França e Portugal (o que não impediu que rituais tradicionais religiosos fossem apropriados). A questão da religião e dos processos memoriais é muito complexa. Por exemplo, apesar da Igreja ser oficial na Grã-Bretanha, os processos memoriais foram pensados no sentido ecuménico, como o cenotáfio. Em França, o esforço de laicização não impede a necessária apropriação de rituais tradicionais cristãos de forma a conciliar a população, apesar da determinação oficial que, inicialmente, impedia a colocação de símbolos religiosos nos monumentos.

663 Claudio Canal, «La retorica della morte. I monumenti ai caduti della Grande guerra», *Rivista di storia contemporanea*, n.º 4 (1982): 660.

664 Cf. Mosse, *Le guerre mondiali...,* 109-118.

665 Cf. Fussell, *The Great War...,* 155-190.

666 Figuras de soldados isolados e facilmente integrados na paisagem ou monumentos triunfais, como o arco, tão semelhante ao Arco Triunfo de Paris, projectado por Hitler para a Alemanha. Na Alemanha e Grã-Bretanha, S. Jorge e o Arcanjo Gabriel são representados numa vitória contra o dragão; ou mesmo entre a derrotada Alemanha e a mutilada Itália as representações eram extremamente semelhantes. Mais polémica é a ideia do autor de se criar um catálogo único de formatos memoriais, Cf. Mosse, *Le guerre mondiali...,* 116.

de historiadores, defensores da presença de fortes dissemelhanças derivadas de um conjunto de variáveis nacionalmente determinadas que, de uma forma geral, podem ser agrupadas em três itens complexos: o tratamento dos caídos; o grau de intervenção do Estado; e a natureza dos memoriais.

A forma como foram tratados os corpos marcou irremediavelmente o futuro culto dos mortos. Para a Grã-Bretanha, a Alemanha e Portugal, mais do que para a França e os EUA, os memoriais substituiriam e compensariam a ausência de sepulturas.

O grau de intervenção do governo é também uma variável significativa. A determinação, em 1919, da Assembleia Nacional francesa de controlo e financiamento dos monumentos, garantiria maior uniformidade dos projectos e inscrições[667], enquanto no universo anglo-saxónico uma ausência de imposições oficiais permite maior liberdade de escolha, como se pode constatar na variedade de possibilidades de epígrafes (*The glorious death, lest we forget, their name liveth for evermore*). Nenhum outro governo interferiria tanto na delineação dos memoriais como o francês, como já havia feito em 1905, proibindo símbolos religiosos nos memoriais públicos. Antonio Gibelli, na análise do projecto memorial italiano, elucidou a natureza "conjunta" da construção dos memoriais: a «guerra revelou-se assim neste sentido um óptimo agente capaz de coagular energias diversas e de fundir experiências nascidas não raramente em contextos diversos e ainda contrapostos»[668].

A diferença entre *war memorials* e *monuments aux morts*, apesar de parecer apenas uma simples opção de vocábulos, comporta também marcas profundas. Não só porque, no universo anglo-saxónico, os memoriais não se resumem a monumentos, podendo constituir espaços simultaneamente monumentais e úteis (como hospitais ou bibliotecas) – situação impensável em países de forte tradição católica em que a morte é sacralizada e cuja monumentalidade esteve sempre sujeita a discussão –, mas também pelo facto desses memoriais prestarem homenagem a mortos e vivos. Opção inconcebível nos memoriais franceses e portugueses, onde o recrutamento obrigatório limitou as homenagens aos mortos, patente no anonimato dos grandes monumentos nacionais. Daqui resulta uma das mais evidentes diferenças – a colocação dos nomes sobre os monumentos, oficialmente proibida em França, foi prática comum no mundo anglo-saxónico, já que o seu exército até 1916 era

[667] Sendo o *Mourt pour la France* a marca de uma linguagem oficial pouco conotada por elementos de tradição local ou de sentimentos espontâneos.
[668] Gibelli, *La Grande Guerra...*, 349.

composto, na totalidade, por voluntários e só depois dessa data passou a funcionar o alistamento[669].

Portugal integra, decididamente, este universo memorial. Nunca outro fenómeno resultou em tal quantidade de representações, não obstante o incansável esforço da I República, logo depois da Revolução de 1910, de se fazer implantar pela toponímia, comemorações e estátuas. Aceitando a percepção de uma homogeneização da cultura de guerra, nunca desconsiderando os particularismos nacionais, o caso português assemelha-se indubitavelmente ao francês, cumplicidades que decorrem primordialmente da condição política, mas onde perpassam especificidades claras.

Na década 70, Mosse para os EUA, Koselleck para a Alemanha, Inglis para a Austrália e Antoine Prost para França lançaram-se ao estudo dos monumentos e das cerimónias comemorativas da Grande Guerra, onde os primeiros são centro espacial e simbólico[670]. Não desconsiderando a qualidade charneira da totalidade destes e de outros trabalhos, como de Monteleone e Sarassini para Itália ou Alex King para a Grã-Bretanha, ter-se-á em consideração as análises referenciais em torno do caso francês como as de Antoine Prost, Annette Becker e Daniel Sherman.

Prost estabelece tipologias gerais baseadas nas semelhanças entre construções. Daniel Sherman analisa as dissemelhanças no universo de memoriais franceses, considerando que o controlo oficial apenas contribui, de modo muito limitado, para determinar um conjunto de elementos uniformes, já que a forma como se gere a relação entre os indivíduos, vítimas, poder local e central é propulsora de especificidades. Prost exclui da sua análise os monumentos concebidos por grandes artistas, ao que Sherman responde pela inevitável integração do "estético". Em Portugal, nenhuma forma pode ser excluída pelo seu número diminuto. E, mais importante do que analisar os monumentos pela arte, interessará perceber a complexidade contextual e linguística em que emergem.

Ao contrário da pintura, maioritariamente realizada durante a guerra ou no imediato pós-guerra, a escultura, pela mobilização política, social e cultural e pelo arrastamento das construções, transformou-se, mais do que qualquer outro formato rememorativo, em foco de discussão quer nos meios mais restritos dos salões de arte,

669 Sendo que a composição do exército proveniente da Austrália foi sempre voluntária.
670 A base metodológica dos estudos da memória e suas representações deve-se ao trabalho desenvolvido por Pierre Nora em *Lieux de mémoire* e Maurice Agulhon em *Marianne au combat* (1979); *Histoire vagabonde* (1988); *Marianne au pouvoir* (1989).

quer na praça pública, convertendo-se num incontrolável proliferar de formatos artísticos e simbólicos. Daqui se entende o esforço das entidades oficiais, iniciado durante a guerra, em fixar modelos escultóricos e linguísticos a adoptar, embora a indústria dos monumentos moldasse cuidadosamente um discurso de standards artísticos de que, mesmo aos especialistas, foi difícil desligar-se[671].

O fim do conflito trouxe uma urgência comemorativa, não apenas nos campos de batalha, mas também na retaguarda onde a ausência da morte era localmente substituída por metáforas simbólicas aglutinadoras, em torno das quais se renovavam cerimónias rememorativas de reactualização do seu valor. A necessidade de superação do trauma permite a projecção, temporal e espacial, de múltiplas experiências de guerra em metáforas consensuais e exorcizantes da dor, aconchegadas em ofertas consolatórias da memória pública.

No imediato pós-guerra, surge, assim, uma multiplicidade de lugares de memória, que vão das formas mais simples das lápides aos grandes empreendimentos nacionais. Contudo, é nos projectos locais, diria à escala das cidades, que se constata uma maior correlação de forças na definição do lugar, dos símbolos e da inscrição. Os monumentos enquanto lugares de apropriação requerem um universo actualizado de actividades políticas e sociais. Isto é, numa alusão incisiva sobre a função monumental, «os espaços públicos desde há muito servem para simbolizar o poder, mas desde o século XVIII, os planificadores europeus, viram na estrutura da cidade uma forma de inculcar normas, regras e comportamentos nos cidadãos que ocupam esse espaço»[672].

IX. 2. A sagração monumental dos mortos

Apelidar-se de monumentos aos mortos da Grande Guerra os memoriais de guerra portugueses denuncia uma opção da I República pela homenagem aos heróis mortos – exército da nação –, que iriam prestar o honorável serviço de reforçar o panteão da religião civil.

---

671 Cf. Sherman, *The construction of the memory...,* 170.

672 Sherman, *The construction of the memory...,* 217: «Public spaces have long served to symbolize power, but since the eighteen century, European planners, have seen in the fabric of the city a way of inculcating norms, regulations and behaviors in the citizens who occupy this space».

A emergência de monumentos nos países participantes parte de uma resposta imediata e necessária em suprimir a ausência de corpos, pela decisão de não repatriamento na maioria dos intervenientes ou pela incapacidade de identificação dos féretros, decorrente das circunstâncias da guerra moderna. Transfere-se para a representação e para o nome inscrito o morto ausente, cuja persistência memorial seria garantida por um ritual cíclico com formato apropriado de cultos fúnebres tradicionais. Em cada caso, o processo seria o mesmo, «os nomes apontam para a ausência dos mortos, enquanto outra coisa – a memória, uma imagem, um texto, uma oração – é necessária para evocar a sua presença»[673].

Os monumentos aos mortos da Grande Guerra compõem um universo complexo e próprio do qual se pretende inferir, tendo como referência o caso francês, a sua natureza enquanto exercício de veiculação da memória do conflito em Portugal e manifestação última da cultura de guerra. Fernando Catroga refere que

> se todo o monumento é traço do passado consciente ou involuntariamente deixado, a sua leitura só será re-suscitadora de memória se não se limitar à perspectiva gnosiológica e 'fria' (típica da leitura patrimonial e museológica), e se for mediada pela afectividade e pela partilha comunitária com os outros. […] Mas também é verdade que, se o monumento é símbolo que espera a recordação, o seu significado mais radical só será apreendido se as suas conotações forem confrontadas com o que elas também omitem e ocultam[674].

A institucionalização e sacralização da memória de guerra podem e devem ser consideradas como uma resposta dos governos às tensões políticas e sociais do pós-guerra. Contudo, o impacto maior ou menor deste esforço originou profundas e distintas transformações simbólicas.

Assim, mais do que o levantamento de elementos escultóricos (considerando, desde já, os poucos exemplares de relevo artístico), interessa percepcionar a capacidade e mobilização da I República na concretização da memória oficial da guerra através dos memoriais. A sua criação como necessidade de desenvolver uma espécie de consenso retroactivo, sacralizando o esforço colectivo e anulando os martírios físicos e individuais, foi sempre pautado pela tentativa de evitar tensões. Questiona-se, então, se serão estes elementos de compensação tradicionalista centrados na relação fúnebre entre vivos e mortos e/ou fenómenos modernos de transmissão da radicalização política?

---

673 Sherman, *The construction of the memory...,* 100: «In either case the process is the same: names point to the absence of the dead, while something else – a memory, an image, a text, a prayer – is needed to summon their presence».

674 Catroga, *Memória, História…,* 25.

Sepultados os mortos, cabe ao responsáveis pela carnificina justificar o injustificável. Torna-se urgente sagrar os heróis anónimos como forma de compensação pela ausência dos corpos, trazer os mortos à praça pública e prestar-lhes as homenagens necessárias, devolvendo os corpos às famílias sob a forma de simulacros. Terminada a guerra, oficializam-se rituais de homenagem, perpetuando moldes já familiares à República. A cultura republicana das estátuas adquiriria o seu momento áureo através dos memoriais aos mortos da Grande Guerra.

A variedade de construções é muita.

Aquilo que lhe concedeu alguma uniformidade, em França, foi a lei de 25 de Outubro de 1919 que, apesar de não estabelecer a obrigatoriedade de se construir monumentos, estabelece um orçamento para iniciativas de comemoração e glorificação dos mortos (os financiamentos concedidos às câmaras seriam proporcionais ao esforço de homenagem realizado, mas as subvenções eram cada vez mais baixas). Não obstante a tentativa de regulamentação oficial, a construção de memoriais proporcionou entusiásticos debates. As divergências em torno da projecção estão invariavelmente presentes, embora com pesos diferentes, segundo o país e dentro de cada comunidade nacional. A questão sobre a maior ou menor importância dos monumentos perde relevância.

O Estado confrontou-se claramente com os limites da sua acção, uma vez que não está na origem dos movimentos de construção local de monumentos. A sua intervenção é mais de legitimação do que incitação. Os monumentos não são só evocativos como lápides, estabelecendo uma ligação entre os vivos e os mortos; são os seus mortos que estão representados. A intervenção do Estado não vai muito mais além de meras concessões de matéria-prima e mão-de-obra. O maior protagonismo das entidades oficiais seria assumido nas cerimónias de inauguração ou de renovação dos rituais, demonstrando um sóbrio consenso colectivo de renovação e reactualização da homenagem, acima de tudo, ao sacrifício dos mortos pela pátria. Entremos, pois, na matéria e no processo de constituição da memória monumentalizada.

IX. 2.1. Onde os poderes locais se afirmam: os primeiros monumentos

Com o final da guerra e, conforme as políticas nacionais de repatriamento dos corpos, a maioria dos intervenientes iniciou a regulamentação dos processos de

homenagem aos desaparecidos e ao esforço de guerra, resultando desse exercício, aquele de maior persistência temporal – os monumentos. Em Portugal, não se manifestou, tal como em França, tantas vezes apregoada como exemplo político, cultural ou ideológico, uma determinação oficial incitadora e reguladora destas construções.

Desconhecendo-se uma decisão governamental, as primeiras iniciativas portuguesas foram projectadas fora do país: um simples e pequeno obelisco mandado construir pela Cruz Vermelha Portuguesa no local onde se encontrava o seu Hospital de Sangue, entregue à população de Ambleteuse a 30 de Junho de 1919[675]e, pensada mas não concretizada, uma reprodução miniaturizada, na Flandres, de uma *Aldeia Portuguesa* da autoria de Sousa Lopes.

Em território português, a iniciativa para a construção de memoriais partiu de uma instituição republicana largamente empenhada, desde a intervenção do país na guerra, no apoio à República. O esforço da Junta Patriótica do Norte (JPN) prolongou-se e acentuou-se no pós-guerra, nomeadamente no que diz respeito à assistência aos órfãos de guerra, às comemorações das efemérides dos dias 14 de Julho, 9 de Abril e 11 de Novembro e, por fim, mas não menos importante, à divulgação e concretização de manifestações artísticas de homenagem aos homens mortos. Na perpetuação memorial do esforço de guerra, desempenham um papel imprescindível as comissões que dela fazem parte, que comportavam nomes consideráveis do universo cultural nacional. Quanto à projecção memorial, destaque-se o trabalho levado a cabo pela comissão artística, que integrava João Marques de Oliveira (seu presidente e professor da Escola de Belas Artes), e os artistas plásticos Acácio Lino, Cândido Cunha, Júlio Ramos, Almeida Coquet, António Teixeira Lopes e Diogo de Macedo, responsáveis pela elaboração de desenhos, panfletos, esculturas, modelos que suportassem a actividade da Junta, bem como a importante campanha de monumentos concelhios em homenagem aos mortos da guerra[676]. Alguns destes artistas seriam futuramente responsáveis por parte dos projectos escultóricos e arquitectónicos mais notáveis.

O primeiro alento surge em 1919, quando a Junta Patriótica do Norte procura definir um modelo de padrão a ser divulgado pelos concelhos do país. Um dos últimos ofícios de divulgação é feito a 10 de Janeiro de 1923. Dado o

675 Cf. "Monumento de Ambleteuse", *Ilustração Portuguesa*, 19 de Março de 1921.
676 Cf. Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*…; *Estatutos da Junta Patriótica do Norte: aprovados por alvará de 2 de Maio de 1934* (Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1934).

quantitativo de construções desta natureza verificadas já nos finais dos anos 20, a campanha foi extremamente bem sucedida, consumando-se como um dos formatos de memorial à Grande Guerra mais comum em Portugal.

O início da *Propaganda de Homenagem Nacional aos Mortos da Grande Guerra* deu-se a 30 de Julho, com o envio de uma circular aconselhando que cada concelho afixasse uma lápide, padrão ou monumento com o nome dos seus mortos na Grande Guerra:

> Em nome da JPN, parcela mínima da alma portuguesa que aspira à dignificação da Pátria e à sua nobilitação pelo culto dos seus heróis, chamo a vossa atenção pela ideia que à Junta é sugerida pelo poeta-soldado e grande patriota, capitão Augusto Casimiro de fixar uma lápide ou outro monumento, em cada sede de concelho, os nomes dos mortos da Grande Guerra. Deixo em toda a sua singeleza à vossa ponderação esta consagração simples, mas altamente significativa, convicto de que a Junta que a perfilha e vivifica, imprimindo-lhe unanimidade, vai receber imediatamente a adesão de todas as câmaras e com ela a forma como procurarão efectivá-la no mais curto prazo de tempo. A Pátria nobilita-se perpetuando o nome daqueles que grandes ou humildes por ela se bateram ou morreram[677].

Esta primeira circular seria renovada a 15 de Agosto, confirmando e reforçando as instruções, até que a 28 de Janeiro do ano seguinte se expede a terceira circular com o projecto do padrão comemorativo, o processo de execução, as legendas e todos os esclarecimentos necessários à realização de tão elevado empreendimento. O projecto simples de um monumento padrão servirá como exemplo de base, que a própria JPN irá concretizar, procedendo à inauguração do seu modelo (o primeiro neste formato) a 11 de Novembro de 1924.

Quando o apelo da JPN estava já largamente propagado, e localmente crescia o desejo de se homenagear os mortos, dá-se a primeira referência no parlamento à necessária concretização dos padrões e ao esforço levado a cabo pela Junta. O senador Pedro Chaves alertava

> para o movimento, extremamente simpático, que se está operando no nosso País, e cuja iniciativa se deve à Junta Patriótica do Norte. Refiro-me à construção de monumentos em cada sede de concelho para perpectuar o nome dos soldados que, pertencendo a esse concelho, morreram na guerra. A idéa é tão simpática e está tanto no espírito, de todos que todos os corpos administrativos pensam em dar-lhe execução, embora alguns lutem com dificuldades financeiras[678].

---

677 "Homenagem aos Mortos da Grande Guerra. Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Combatentes", *A Guerra*, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929, p. 4 [texto adaptado da circular emitida pela JPN].

678 Pedro Chaves, *Diário do Senado*, 11 de Maio de 1920, p. 11.

A ideia teve claro impacto nacional. Numa alocução proferida no I Congresso de Combatentes Portugueses em Janeiro de 1929, o representante da JPN referia que

> até hoje 39 concelhos honraram os seus sentimentos de gratidão, levantando padrões, monumentos ou placas comemorativas à Memória dos Soldados mortos na Grande Guerra, 7 deram a ruas ou praças o nome de 'Combatentes da Grande Guerra' e 40 projectaram erigir padrões ou placas comemorativos, tendo já alguns deles, como Lisboa, Sintra, Santarém, Espinho, Barcelos, etc., inaugurado a primeira pedra, seguramente com o intuito de não limitarem as suas homenagens a este primeiro e muitas vezes, infelizmente, definitivo acto[679].

No ano de 1920, o dia 10 de Junho «será considerado feriado nacional e dedicado à inauguração dos monumentos concelhios em homenagem aos portugueses mortos pela Pátria na Grande Guerra, em África, em França e no mar»[680]. A proposta lançada nas *Ordens do Exército* no dia 4 de Junho teve os devidos resultados.

A par da celebração de Camões, ocorreram múltiplas homenagens aos mortos do conflito, maioritariamente através de alteração de toponímia e descerramento de lápides. No mesmo dia, e com o mesmo intuito de homenagem, a Comissão Técnica da Arma de Infantaria realizou uma sessão solene, na Sala de Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, dirigida pelo Presidente da República António José de Almeida, onde se consagraram os mortos da Grande Guerra e se faz especial alusão às inúmeras lápides que eram inauguradas em todos os quartéis, serviços, escolas e outros estabelecimentos militares e navais[681].

Tal iniciativa não é, no entanto, uma prática a estranhar – embora em dimensão nunca igualável –, já que a I República, depois de implantada, incita à alteração de toponímia e descerramento de lápides. A I Guerra Mundial apenas oferece uma oportunidade única de reforço dos lugares de memória republicanos[682]. Propagaram-se lápides por todo o país, em quantidade nunca observada, podendo

---

679 "Homenagem aos Morto da Grande Guerra. Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Combatentes", *A Guerra*, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929, p. 4; Cf. LC, CPGG, Pasta 5 – Correspondência com a Junta Patriótica do Norte, Porto, 30 de Outubro de 1932, contando-se: «25 concelhos que levantaram Padrões ou Monumentos de gratidão e consagração à Memória dos seus Mortos da grande Guerra; 24 concelhos em cujos Edifícios ou Quartéis existem placas com os nomes dos soldados Mortos; 37 concelhos que projectam erguerem Monumentos ou Padrões alguns com maquettes já aprovadas ou com inauguração da primeira pedra».

680 Lei n.º 983 – *Ordem do Exército,* 1.ª Série, 4 de Junho de 1920, p. 267.

681 Cerca de quatro dezenas de lápides foram inauguradas nesta data em locais de relevo de edifícios das Forças Armadas. Veja-se CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)*…, 176.

682 Cf. Lei n.º 1:776 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 78, 11 de Abril 1925, concedendo à Câmara Municipal de Estremoz a autorização para a edificação de um bairro que se denominará *Bairro 9 de Abril* em homenagem aos Combatentes da Grande Guerra.

estas coexistir numa mesma localidade. Dos levantamentos feitos pela JPN e CPGG, primeiro, e pela LCGG, posteriormente, contam-se, em 1941, cerca de 124 localidades, incluindo territórios coloniais, com avenidas, largos ou praças "combatentes da Grande Guerra", e cerca de 32 localidades com toponímia alusiva[683].

Esboçam-se assim os exemplares de memoriais mais recorrentes nos primeiros anos do pós-guerra: fórmulas simples, económicas, consensuais e desprovidas de profundos devaneios estilísticos[684]. Os memoriais resultam em diversas tipologias arquitectónicas e escultóricas, desde lápides comemorativas, sem grande interesse artístico; raros obeliscos; padrões, a maioria das manifestações; e monumentos, aos quais se dedicará especial atenção interpretativa.

Afaste-se deste esforço de análise o estudo das lápides comemorativas, cujo inventário é extremamente difícil. Espalham-se pelo país, partindo da iniciativa de comunidades e poder local. Ressalve-se o facto de, ao contrário do que se verificava em França ou Inglaterra, persistir uma referência hierárquica dos combatentes mortos enunciados, renunciando ao espírito do anonimato reivindicado pelos entrincheirados aliados.

Consignando-se como segundo modelo mais comum, nem sempre em molde "puro", o obelisco é a manifesta garantia da persistência do culto funerário e do civismo sem implicar grandes celeumas, num prolongamento do culto dos mortos no espaço público. Os mortos são trazidos à praça pública sem, por isso, constituir manifestamente uma construção funerária, mas extremamente simbólica (uma alegoria à eternização pelo estreitamento no topo direccionado ao céu)[685]. Egípcio na sua origem, há muito havia sido domesticado pela Europa, sendo de fácil construção para trabalhadores locais, habituados a produzi-los para os cemitérios.

---

683 Cf. LCGG, *Relatório da Gerência de 1941* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942), 257-261, Mapa n.º 21.

684 Cruzes ou alegorias a cenotáfios foram extremamente comuns em países ortodoxos, onde as iniciativas de construção eram locais e muito dependentes de esforços privados. Não se manifestaram de forma frequente em países como Portugal ou França a existência de cruzes nos monumentos à excepção da cruz de guerra, dado o esforço de laicização do espaço público. Os cenotáfios eram uma forma estranha aos países católicos (Cf. Inglis, «War memorials…», 5-22).

685 Numa forma "pura" de obeliscos (ou aproximada) existem cerca de uma dúzia memoriais em Portugal, sem referir as construções realizadas em Angola e Moçambique que, à excepção dos padrões da responsabilidade da CPGG, são essencialmente nesta forma. Entre os exemplares em território português contam-se: Tancos, Bragança (José Abreu, 28 de Agosto de 1928), Cartaxo (M. Mesquita, 29 de Outubro de 1922), Chaves (8 de Junho de 1922), Fafe (Manuel Faria Marques Reis, 12 de Junho de 1931), Funchal (escultor Francisco Franco e arquitecto Moreira Rato, 15 de Dezembro de 1936), Montemor-o-Novo (Francisco dos Santos, 9 de Abril de 1923), Penamacor (Dezembro de 1925 ou 9 de Junho de 1921), Pinhel (projecto coronel Oliveira e autor Alfredo César Gomes, 9 de Abril de 1922), Reguengos, Setúbal (22 de Novembro de 1931).

Imagem LIII. Monumento aos mortos da Grande Guerra, da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse (França), 30 de Junho de 1919. (Fonte: LC)

Imagem LIV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Chaves, 8 de Junho de 1922: "Homenagem de Chaves aos seus mortos. 1914-1918". (Fonte: LC)

Imagem LV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Pinhel. Coronel Veja Oliveira (projecto) e Alfredo César Gomes (concretização), 9 de Abril de 1922. (Fonte: LC)

IX. 2.2. Do padrão ao *serrano…*

O modelo lançado pela JPN em Janeiro de 1920 assumiu-se como a forma mais comum em Portugal, com cerca de vinte e cinco exemplares espalhados pelo país, maioritária, mas não exclusivamente, no Norte do país, a que numa fase mais avançada poderia ser adossado um serrano. A simplicidade dos padrões leva à sua desconsideração. Com desenho muito fraco, seguiram um esquema mais ou menos uniforme, traduzido numa coluna ou pilar assente em base de configuração e dimensões variáveis e com o inevitável coroamento de Cruz de Cristo ou Esfera Armilar[686] – a inevitável simbologia cívica e patriótica. Apesar da maioria de exemplos seguirem esta linha, outros, consideravelmente em menor número, assumem duas outras formas: a cruz de guerra, agigantada e verticalizada, e a coluna quadrada e alta, a que no topo se adossa o escudo.

Em 1921, aparecem as primeiras reproduções em Condeixa-a-Nova, Penamacor e Cartaxo[687]. Salvaguardando a minoria dos padrões com alguma importância estética, os demais são estruturas imitativas de modelos anteriormente concebidos sob determinação central, interessando sobretudo pelo valor simbólico a ser esmiuçado. Merecem referência os trabalhos de Mondim de Basto, Tavira e Póvoa de Varzim. No primeiro, destaque-se o baixo-relevo com uma cabeça de soldado detalhadamente trabalhada, mas que não corresponde à baixa qualidade do restante da peça[688]. Inaugurado na Póvoa de Varzim a 14 de Agosto de 1933, o padrão "Esforço da Raça" do arquitecto Rogério de Azevedo, cuja simbologia e qualidade são extremamente discutíveis – pirâmide apoiada sobre quatro colunas – substitui, por falta de verbas, o projecto "Póvoa" de Macário Dinis (1928). Por fim,

686 Cf. Joaquim Saial, *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-1940)* (Mirandela: Bertrand Editora, 1991), 23.

687 Anadia, Arruda dos Vinhos, Barcelos, Braga, Condeixa-a-Nova, Estarreja, Ílhavo, Marco de Canavezes, Monte Redondo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Penafiel, Penela, Vagos, Vendas Novas, Viana do Castelo. Existem ainda outras variantes do padrão como Almeida, Elvas e Lagos que apresentam uma forma onde o padrão é essencialmente constituído de uma Cruz de Guerra em tamanho grande. Espinho, Vila do Conde e Marinha Grande apresentam forma de padrão em paralelepípedo disposto na vertical, no topo, esculpido ou adossado, o escudo local. Exemplos particulares de padrão: Mira (padrão que termina num busto de República); Mondim de Basto (padrão de formas fortes constituído por uma Cruz de Guerra e escudo); Tavira (padrão difícil de compreender se é uma chama ou um fascio); por fim, Seixal (uma forma de pedra mal acabada termina no topo com a esfera armilar). Guarda (o projecto de Júlio Vaz Júnior não foi realizado, apenas um padrão em 31 de Julho de 1940); Figueira da Foz (António Varela e Luís Fernandes, Setembro de 1928 e 3 de Abril de 1932); Seia (Costa Mota Sobrinho, 17 de Agosto de 1926).

688 Cf. Saial, *Estatuária portuguesa…,* 24.

um padrão a assinalar, em Tavira, de Alberto Ponce de Castro que, dentro do género das construções arquitectónicas, é aquela com maior qualidade.

Pensar-se que o modelo-padrão, pela sua generalizada simplicidade, seria desprovido de polémicas seria um erro. O exemplar da JPN para o Porto – projecto de José de Oliveira Pereira –, inaugurado a 11 de Novembro de 1924 após longa exibição pública da maqueta (1922), seria destruído em 1925 por não agradar à população do Porto. Na sequência deste acontecimento a JPN iria gradualmente afastar-se desta empreitada.

> Não agradou na sua concepção e proporções, embora tivesse a sanção muda do público, perante o qual foi largamente exposta a sua maquette, e saísse incólume das repartições camarárias por onde transitou o seu projecto, sem o que não poderia ser construído. Uma atmosfera pesada o envolveu, como pronuncio de tempestade próxima, e eu, com o Dr. Mário de Vasconcelos e Sá, então ainda meu dedicado e nunca esquecido auxiliar […] pressentimos no silêncio com que o acolheram e no vago descontentamento que já durante a execução do Monumento tínhamos feito sentir verbalmente ao artista, a aproximação da borrasca. Estalou neste dia o raio destruidor da crítica feroz, sob a forma de um artigo violento e mordaz em que o monumento foi ridicularizado com bonecos caricaturais, sem respeito algum pelos artistas e pelos sentimentos da Junta, no propósito firme de o arrasar. Seguiu-se uma polémica nos jornais, em que interviemos, não para salvar o Monumento, mas para que fosse modificado pelo artista que o executou, como era de direito e de justiça […]. Não o consegui; o Monumento foi demolido, depois de vedado ao público durante algum tempo[689].

Não obstante a simplicidade e o significado histórico que envergavam, numa alusão aos tempos idos dos Descobrimentos, estas construções não se eximiram de crítica (a destruição do padrão do Porto foi um claro exemplo). Criticada ou não, esta é uma tipologia visivelmente dominante, considerando uma dúzia de obeliscos para 25 padrões. Estes padrões-monumentos inserem-se, na sua maioria, numa categoria cívica, onde as inscrições em nada denunciam um patriotismo ou mesmo expressionismos locais. Determinados pela JPN e de baixo custo, trata-se de formas extremamente simples que, em função da precariedade monetária dos municípios e da inexistência de qualquer interesse do poder central, traduzem uma forma elementar do luto local.

[689] Aguiar, *Junta Patriótica do Norte*….

Imagem LVI. Padrão aos mortos da Grande Guerra de Penafiel (modelo da Junta Patriótica do Norte), 11 de Novembro de 1927. (Fonte: LC)

Imagem LVII. Padrão aos mortos da Grande Guerra de Mira (busto da República). Francisco António Santos, 17 de Setembro de 1932. (Fonte: LC)

Imagem LVIIII. Padrão aos mortos da Grande Guerra de Mondim de Bastos. João Queirós, 9 de Abril de 1930: "Aos que morreram na guerra". (Fonte: LC)

IX. 2.3. O *serrano*: a consensualidade de um formato generalizado

Destruído o padrão do Porto, a Câmara Municipal da cidade abriu concurso imediatamente. Neste segundo programa, sobressai uma estrutura desprovida de profundos significados, consideravelmente recorrente em território nacional e com poucas alternâncias expressivas – o Soldado Português. O serrano foi pedra para muita obra. Construções em que diversas gerações participaram, sem contudo abalar as normas mais ou menos impostas pela temática, pelas comissões executivas e pela própria incapacidade de sair da monotonia[690].

Representado de corpo inteiro ou meio corpo; isolado ou em conjunto; de joelho, em pé, em sentido ou encostado a uma coluna ou pedra; de espingarda em riste ou em descanso; com ou sem baioneta, capote ou bandeira; mais ou menos realista, a representação do soldado seria o tema mais recorrente e aquele que alimentou os desejos mais consensuais de comissões executivas e de gostos oficiais. Uma tipologia que, apesar da sua recorrente linearidade simbólica, abre caminho a exercícios memoriais gradualmente mais complexos, permitindo que se cumpra, em Portugal, o modelo mais recorrente nos países aliados.

Além da representação isolada do soldado, algumas alternâncias se verificaram em conjuntos mais ou menos relevantes, como o trabalho de Loures, projectado pelo construtor civil Fernando Soares; o exagerado dramatismo teatral de Sá Lemos para Estremoz; e os "excessos" identificativos de Álvaro Brée no contudo aceitável monumento de Oeiras[691].

O *serrano*, *poilu* ou *digger* é a matriz mais recorrente e menos polémica. De França à Austrália, o soldado, trabalhado em mármore italiano e raras vezes em bronze, era colocado sobre o pedestal em pose pouco rígida, em acção ou quase morto. Projecto mais comum entre os participantes, em Portugal foi consumado no ano de 1928, como monumento que iria substituir o padrão erguido pela JPN em 1924 e destruído em 1925[692]. O exemplar do Porto de Henrique Moreira, medindo

690 Cf. Saial, *Estatuária portuguesa…,* 35.
691 Cf. Saial, *Estatuária portuguesa…,* 35.
692 Alto de S. João, Lisboa (Maximiano Alves, 9 de Abril de 1933); Aveiro (Sousa Caldas, 27 de Abril de 1934); Coimbra (arquitecto António Varela e escultor Luís Fernandes, 10 de Julho de 1932); Covilhã (Francisco de Santos, 26 de Junho de 1930); Faro (João José Gomes, 1940); Lamego (Álvaro Machado e Júlio Vaz Júnior, 5 de Setembro de 1932); Oliveira de Azeméis (Henrique Moreira, 16 de Novembro de 1930); Porto (Henrique Moreira, 9 de Abril de 1928); Régua (Henrique Moreira, 16 de Junho de 1928); Santarém (Anjos Teixeira, 9 de Abril de 1932); Sintra (José da Fonseca, 11 de Novembro de 1940); Tomar (Henrique Moreira, 11 de Novembro de 1931); Vila Real (Anjos Teixeira, 14 de Outubro de 1931); Viseu (Anjos Teixeira, 13 de Junho de 1928).

cerca de sete metros e instalado na Praça Carlos Alberto, iria a 9 de Abril de 1928 concretizar um novo formato – o soldado adossado ao Padrão[693].

Desenvolve-se, deste modo, um conjunto de construções em que o serrano é o protagonista, podendo comportar uma forte alusão à região quando, além da figura do soldado, se encontra à retaguarda um padrão com o escudo da cidade no topo e as respectivas inscrições. Tal acontece com os exemplares do Porto e Oliveira de Azeméis de Henrique Moreira e de Sintra de José da Fonseca; com o soldado isolado numa pose mais naturalista de descanso, em Viseu e Santarém, da autoria de Anjos Teixeira; com o soldado pronto para a luta de uniforme completo e bem detalhado, em Aveiro, de Sousa Caldas (de joelhos e em bronze) e na Covilhã, de Francisco dos Santos.

Outros modelos adoptam esta representação, mas conferem-lhe particularismos destoantes. O de Lamego, de Júlio Vaz Júnior, é extremamente forte enquanto simbiose padrão-monumento que, pelo conjunto, dimensão e robustez do granito, apresenta uma figura cuja rigidez é inevitável, solidificada pela baioneta em riste. Pela sua dimensão, importância e mobilização política, económica e simbólica, os monumentos de Lisboa (cemitério do Alto de S. João) e Vila Real estabelecer-se-iam como protótipos máximos desta tipologia.

O monumento de Maximiano Alves para o cemitério do Alto de S. João constitui um dos trabalhos mais marcantes neste universo formal, mais pela sua dimensão e realismo (tão comuns ao escultor) do que pela criatividade. Apesar de se tratar de uma representação simples de soldado em pose de espera ou mesmo de missão cumprida, é um exemplar único pela sua função de ossário[694]. A construção deste monumento parte da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A 9 de Setembro 1926 é nomeada uma comissão para requisitar junto da Câmara Municipal de Lisboa a concessão de um talhão, em qualquer dos cemitérios da cidade, destinado à inumação dos combatentes:

> A Câmara Municipal quis levar a sua gentileza ao extremo de tomar sob a sua responsabilidade a construção desse monumento e, no dia vinte e dois de Março de 1927, realizou-se a cerimónia de lançamento da primeira pedra, com a presença de S. Exa. o Presidente do Ministério, de

693 Cf. "O 9 de Abril", *O Século*, 10 de Abril de 1928, pp. 5-6. Inauguração do monumento do Porto e descerramento de uma lápide em Elvas.
694 Cf. LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934*…; LC, CPGG, Pasta 5 – Correspondência – Direcção Central LCGG ao presidente da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra, Lisboa, 17 de Março de 1927.

> vários ministros, da Câmara Municipal, dos corpos dirigentes da Liga e de um numeroso grupo de combatentes[695].

Pela sua grandeza e centralidade, bem como pela gradual restrição imposta às comemorações em espaço público, o monumento foi foco de peregrinação nas efemérides da guerra, principalmente no 11 de Novembro, associado inevitavelmente ao culto dos mortos.

João Saial destaca duas construções, no que concerne à qualidade artística: a de Vila Real e a de Heine Semke para Lisboa[696]. À excepção do lirismo dos trabalhos de Anjos Teixeira, a maioria das execuções representativas do serrano apresentava linhas extremamente rígidas, que lhe conferem robustez. A profunda apropriação política deste herói mobilizou um conjunto de esforços para a edificação do monumento.

Na terra da origem do comandante Carvalho Araújo foi-lhe erguido um memorial, por iniciativa da população e da administração local, mas com forte contributo das instituições centrais, nomeadamente o Ministério da Guerra, concedendo o bronze necessário à fundição da estátua, e a CPGG, responsável pelo apelo à subscrição nacional[697]. Trata-se de uma obra de manifesta qualidade artística e de grande envergadura, para a qual seria indispensável o contributo de fundos nacionais[698]. O monumento de Anjos Teixeira foi inaugurado a 14 de Outubro de 1931, na Avenida Carvalho Araújo, com a presença das mais altas entidades do poder nacional[699].

---

695 Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 83, 91, 191-192.

696 Saial, *Estatuária portuguesa…,* 35. Outra obra considerada por Saial e que é importante referir, embora sem "tutela oficial" e, por isso, não enquadrada nesta análise, trata-se do trabalho de Hein Semke.

697 Cf. Lei n.º 1:735 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 26, 4 de Fevereiro 1925; AHM, 3ª Divisão, 14ª Secção, Caixa 5, n.º 2 – Monumento a Carvalho Araújo.

698 Já era conhecida a maqueta em Junho de 1926, embora o concurso tenha surgido apenas a 12 de Abril de 1928, sendo o júri constituído por gente das artes como João Augusto Ribeiro, António da Costa e Carlos Ramos, dando vitória ao projecto de Anjos Teixeira, considerado um dos melhores, senão o melhor da sua carreira. Com a dimensão de 7 metros de altura (base de 3,50/2,50) e as legendas: "A Carvalho Araújo 1881-1918" (frente); "Por Subscrição Nacional 14-10-1931" (lateral); "Tenho a honra de confessar que o ataque foi feito pelo Caça-minas com um brio e uma tenacidade nunca observados nos outros inimigos e que a valentia com que esse navio se arrojou sobre o meu submarino me provocou admiração. Palavras do Comandante do Submarino Alemão" (retaguarda); "Morto pela Pátria em Combate com os Alemães" (lateral). Veja-se LC, CPGG, Pasta VI – Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra.

699 "Monumento a Carvalho Araújo. Os sobreviventes do 'Augusto Castilho' seguem hoje para Vila Real"*, Diário de Lisboa,* 13 de Outubro de 1931, p. 5: «Realiza-se amanhã em Vila Real a inauguração do Monumento a Carvalho Araújo. Aproveita para isso a passagem do décimo terceiro aniversário do combate em que pereceram o heróico oficial e uma parte da guarnição do caça-minas 'Augusto Castilho'. Já o nosso jornal se referiu ao monumento que é obra do Escultor Anjos Teixeira, tendo os trabalhos de fundição feitos na Fábrica do Material de Guerra, sob a direcção do major de artilharia Sr. Mário Pereira Coelho. […] Do programa organizado, para amanhã em Vila Real, pela Comissão das

> Figurado em peça de três metros de altura, o intrépido oficial da Armada aparece-nos em atitude decidida e gesto enérgico, predisposto para um acto nobre e sublime – a epopeia está prestes a consumar-se. O capote, mais tarde patenteado até à exaustão (bem como capas) nas obras da maioria dos artistas, não retira a esta estátua as suas excelentes qualidades – pelo contrário, acentua-as. [...] E os gigantes da base? [...] O aspecto psicológico está bem definido e a força evocativa é muito maior. Bem integrada no ambiente, numa pequena cidade de província, esta obra ficou sendo uma das melhores que se instalaram fora dos grandes centros urbanos[700].

No baixo-relevo, foram gravados dois nus que ultrapassariam, pelas críticas da época, a energia dos gigantes do monumento de Lisboa, transmitindo um potencial energético, como afirmara Anjos Teixeira:

> Os meus gigantes travam uma peleja de morte; um é mais alentado e robusto – o alemão; outro, mais intrépido e leal – o português. Quem vence, sente-se que vence o mais corpulento, mas a vitória devê-la-á ao punhal, o símbolo da arma traiçoeira (no dizer ainda do citado sobrevivente) que maneja o inimigo. […] Quanto à efígie de Carvalho Araújo, procurei fixá-lo naquela atitude e naquele momento próprio dum comandante: impávido, sereno, superior à sua própria humanidade, divisando o inimigo[701].

festas comemorativas, constam vários números entre os quais um cortejo cívico de Outubro e no qual devem tomar parte as entidades oficiais, forças militares, associações locais, academia, crianças das escolas primárias, etc. O cortejo dirigir-se-á para a Avenida Carvalho Araújo onde, em seguida se procederá à inauguração do Monumento. […] A fim de assistir às festas seguiu hoje no rápido, para o Norte, o Sr. Ministro da Marinha, o sr. Comandante Geral da Armada». Vejam-se "Carvalho Araújo" (Monumento que hoje será inaugurado em Vila Real), *O Século,* 14 de Outubro de 1931, p. 1; "Foi inaugurado em Vila Real o monumento a Carvalho Araújo" *Diário de Lisboa,* 14 de Outubro de 1931, p. 1.

[700] *Ilustração Moderna*, n.º 23, Maio de 1928, p. 107 (Cf. Saial, *Estatuária portuguesa…,* 35-37).

[701] "Dois monumentos", *Ilustração,* ano 1, n.º 11, 1 de Junho de 1926, p. 17.

Imagem LIX. Monumento aos mortos da Grande Guerra do Porto. Henrique Moreira , 9 de Abril de 1929:
"1914 – Aos mortos da Grande Guerra –
A cidade do Porto – 1918".
(Fotografia da autora)

Imagem LX. Monumento aos mortos da Grande Guerra da Covilhã. Francisco dos Santos, 26 de Junho de 1930: "1914-1918". (Fonte: LC)

Imagem LXI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Lamego. Júlio Vaz Júnior (esc.) e Álvaro Machado (arq.), 5 de Setembro de 1932: "Aos mortos da Grande Guerra". (Fotografia da autora)

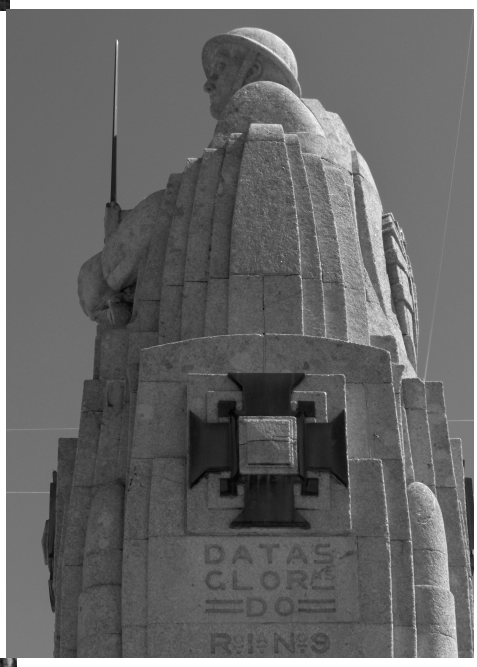


Imagem LXII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Santarém. Anjos Teixeira, 9 de Abril de 1932: "O concelho de Santarém aos seus Mortos da Grande Guerra". (Fonte: LC)

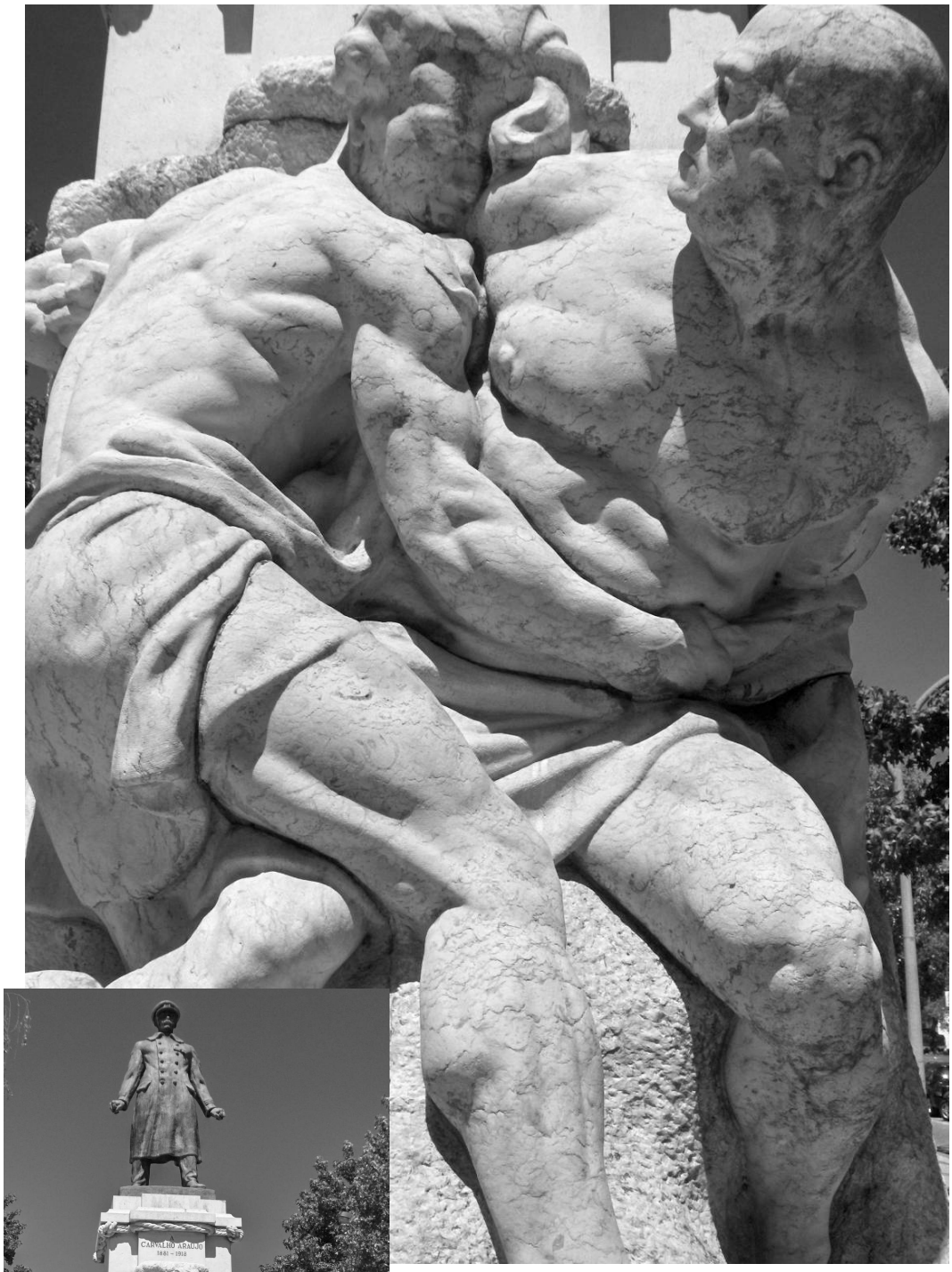


Imagem LXIII. Monumento a Carvalho Araújo de Vila Real. Anjos Teixeira, 14 de Outubro de 1931. (Fotografia da autora)

Imagem LXIV. Monumento aos mortos da Grande Guerra do cemitério do Alto de S. João em Lisboa. Maximiano Alves, 9 de Abril de 1933. (Fotografia da autora)

IX. 3. Da imagem alada à mulher humanizada, da pátria à fragilidade representadas

No universo de monumentos figurativos, se desconsiderarmos as construções meramente guerreiras, as mulheres são as imagens mais recorrentes entre as alegorias às formas mais humanizadas, com profunda relevância escultórica e interpretativa. Armadas, veladas, viúvas ou heroínas, assumem formas de «morte generosa e ausente de asas partidas, matronas mais do que jovens raparigas. Elas proclamam do alto dos monumentos que a morte tem o significado da vitória»[702]. Estes anjos de sexo identificado vêm trazer um novo *élan* à estátua. Um exercício artístico de manifesta continuidade do universo pictórico republicano.

Segundo Sherman, o recurso a figuras femininas maternais tem dois objectivos: dominar as forças abstractas do universo global da realidade do conflito e captar a relação doméstica de género, através de imagens mais gerais como a de pátria: «a construção da nação como uma 'mãe', claramente, personaliza a autoridade direccionada a glorificar os seus mortos e confere plausibilidade para as subentendidas assunções subjacentes ao termo 'sacrifício' onde os soldados dão livremente as suas vidas. A imagem material também subtilmente dissemina as implicações potencialmente problemáticas de uma figura feminina que 'segura' um homem»[703].

Duas formas alegóricas e abstracizantes – pátria e vitória – são frequentes em Portugal, considerando a limitação de construções de grande dimensão e ressalvando-se aquelas de maior qualidade artística. A estilização em forma de vitória é patente nos monumentos de Évora, Portalegre, Valença do Minho e Luanda[704]. De influência grega, representa a forma mais abstracta e espiritual dos memoriais, um elemento assexuado engrandecido pelo recurso a asas (vitória alada), traduzindo o movimento protector de uma boa morte. Armadas de uma palma, espada, coroa de

---

[702] Becker, *Les Monuments aux morts…,* 59.

[703] Sherman, *The construction of the memory… ,* 202: «The construction of the nation as a 'mother', of course, personalizes de authority that led the commemorated to their deaths and lends plausibility to the unspoken assumption underlying the term 'sacrifice' that soldiers had given their lives willingly. The material image also subtly defuses the potentially troubling implications of a female figure 'holding up' a man».

[704] Recorrem a esta estilização os monumentos de Évora (João Silva, 4 de Junho de 1933); Luanda (Henrique Moreira, 15 de Setembro de 1935); Portalegre (Henrique Moreira, 11 de Novembro de 1935); e Valença do Minho (João Silva, 18 de Junho de 1933). Segundo documentação da época (Cf. João de Pina Cabral, Hermínio Martins, e Rui Feijó, *A morte no Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Querco, 1985), 73-75) o monumento de Leiria também albergaria uma vitória, tese que refuto.

louros e tocha, as vitórias consagram o repouso *post-mortem* do soldado, glorificado pela alegoria que os sustém e coroa[705].

Com escultura de Henrique Moreira, o monumento de Portalegre revela um compromisso entre um padrão e uma figura feminina alada, empunhando a simbólica coroa de louros e uma espada, símbolo do direito e da justiça conquistados pelas armas[706]. Trata-se de uma conciliação "perfeita" de duas estruturas, o padrão e a alegoria[707].

Em Évora, mais do que uma coroação política do triunfo – uma vez que excede o tom do desenho cívico e pacífico, aproximando-se do vitorioso – trata-se particularmente da coroação dos mortos sacrificados, como clarifica a inscrição *Filiis Pro Patria Caesis Ebora*, onde o recurso ao latim reforça o idealismo clássico representativo[708]. O pedestal em granito é encimado pela figura da vitória alada (atribuindo-lhe ainda maior altivez) que tem na mão direita a espada e na esquerda a coroa de louros. O mesmo escultor seria responsável por outra vitória alada, claramente menos significativa, para Valença do Minho[709].

Os monumentos de Évora, Portalegre, Valença do Minho e Luanda encerram as poucas alegorias vitoriosas. Trazem formas recrutadas de uma antiguidade clássica, onde as alusões à vitória se fazem através de formas aladas que erguem em mãos espadas e coroas de louros. São, mais do que tudo, coroações aos mortos sacrificados pela guerra, que o exemplar de Évora sublinha com uma inscrição clássica.

---

705 Cf. Becker, *Les Monuments aux morts…,* 59.

706 «Na capital do Alentejo. O Sr. Presidente da República em Évora. O Chefe de Estado foi recebido solenemente na Câmara Municipal e inaugurou a canalização das águas e o Monumento aos Mortos da Grande Guerra", *Diário de Notícias*, 5 de Junho de 1933, p. 1.

707 Este obteria ainda um largo contributo do Governo, muito devido ao esforço levado a cabo pelo Grémio Planetário de Portalegre. Veja-se a Lei n.º 1:217 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 162, 21 de Setembro de 1921), autorizando o governo a conceder gratuitamente ao Grémio uns sinos, sendo o bronze proveniente deles destinados à fundição da estátua que faz parte do monumento as mortos da Grande Guerra a erigir na cidade de Portalegre; e a Lei n.º 1:098 (*Diário do Governo,* I Série, n.º 267, 31 de Dezembro de 1920), autorizando o Governo a ceder ao arsenal do Exército oito peças de artilharia para serem colocadas em volta do monumento.

708 O MMGG de Évora resultou da iniciativa da população civil e militares, que se reuniram pela primeira vez a 20 de Maio de 1925. A 12 de Agosto de 1928, reúne-se na Câmara Municipal de Évora a comissão executiva do monumento e o escultor para discutir a maqueta, concebido pelo canteiro eborense Manuel Vultos. A inauguração do monumento teve a presença do Presidente da República Óscar Carmona (Cf. AHPR, Pasta: Gabinete do Presidente da República, Deslocações oficiais do Presidente da República, visitas em Território Nacional e viagens oficiais do Presidente Óscar Carmona, GB.0205/001, 002).

709 Apenas viria a ser inaugurado na década 50, apesar de estar pronto em 1933.

Imagem LXV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Portalegre. Francisco Soares Lacerda Machado (padrão) e Henrique Moreira (escultura), 11 de Novembro de 1935: "Aos mortos da Grande Guerra". (Fotografia da autora)

Imagem LXVI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Évora. João Silva (projecto) e Manuel Vultos (concepção), 4 de Junho de 1933: "*Filis Pro patria caesis Ebora*". (Fonte: LC)

Entre as formas alegóricas aparece a pátria, espécie de deusa em estilo neo-clássico, mais recorrente do que a solução vitória, tendo como exemplares a considerar o monumento nacional em Lisboa e os de Soure, S. João da Madeira, Abrantes e Lourenço Marques[710]. Não comportando a variedade de formas que esta imagem assume em países como a Itália ou a França, onde a diversidade de influências artísticas determina múltiplas possibilidades representativas, em Portugal a alegoria da pátria poderia ir da composição greco-romana ou feudal, onde sobressai a matriarca de túnica como no monumento de Lisboa, Soure e Lourenço Marques, à pátria guerreira, em que se encaixam as produções de S. João da Madeira e Abrantes. O grande objectivo passava por uma idealização do passado, uma procura por representar uma fase pré-industrial, numa fuga à modernidade corrupta, que teve na guerra o seu clímax, vestida pela mulher casta, pura e modesta.

O mesmo escultor da vitória para Portalegre opta pela imagem da pátria em S. João da Madeira, estrutura contraditória no seu conjunto. Uma agreste e couraçada figura feminina segura nos braços um soldado fragilizado e moribundo delicadamente esculpido. Tais representações não implicam uma alteração na normalidade cívica das formas, apesar da atitude agressiva das imagens, anulada pela inscrição extremamente simples[711]. O belicismo que a alegoria da pátria poderia pressupor é anulado numa análise de conjunto, para que esta representação seja encarada como uma mãe-pátria, cuja agressividade "germânica" é aniquilada pelo soldado deposto.

As alegorias vêm assim completar os monumentos pela falta de símbolos. Colocadas na generalidade a um plano superior (tendo o homem, comum dos mortais, a seus pés), relacionam-se essencialmente com o reconhecimento dos valores supremos a que se dedicaram os mortos, sacrificados em nome de uma pátria.

[710] Os exemplares que recorrem à utilização da alegoria da pátria são Abrantes (Rui Roque Gameiro, 5 de Junho de 1940, inaugurado a 28 de Maio de 1955, já estando no local); Lisboa (Maximiano Alves, 21 de Novembro 1931); Lourenço Marques (Rui Roque Gameiro, 29 de Outubro de 1935); S. João da Madeira (Henrique Moreira, 11 de Novembro de 1937); Soure (Francisco dos Santos, 25 de Junho de 1934).

[711] As inscrições no monumento: "Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918" (frente) e "Público e perpétuo louvor dos sanjuanenses aos seus conterrâneos Conde Dias Garcia, Manuel Leite da Silva Garcia, José Moreira que foram os mais esforçados promotores desta obra" (base).

Imagem LXVII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de São João da Madeira. Henrique Moreira, 11 de Novembro de 1937: "Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918". (Fotografia da autora)

Num universo de raras excepções entre os memoriais aos mortos da Grande Guerra que apelam à fragilidade do herói-soldado, Henrique Moreira oferece um conjunto escultórico, aparentemente contraditório, que sintetiza a natureza da memória oficial da I Guerra Mundial: finalmente o soldado caído repousa da batalha nos braços de uma pátria-mãe fortalecida pelo sacrifício.

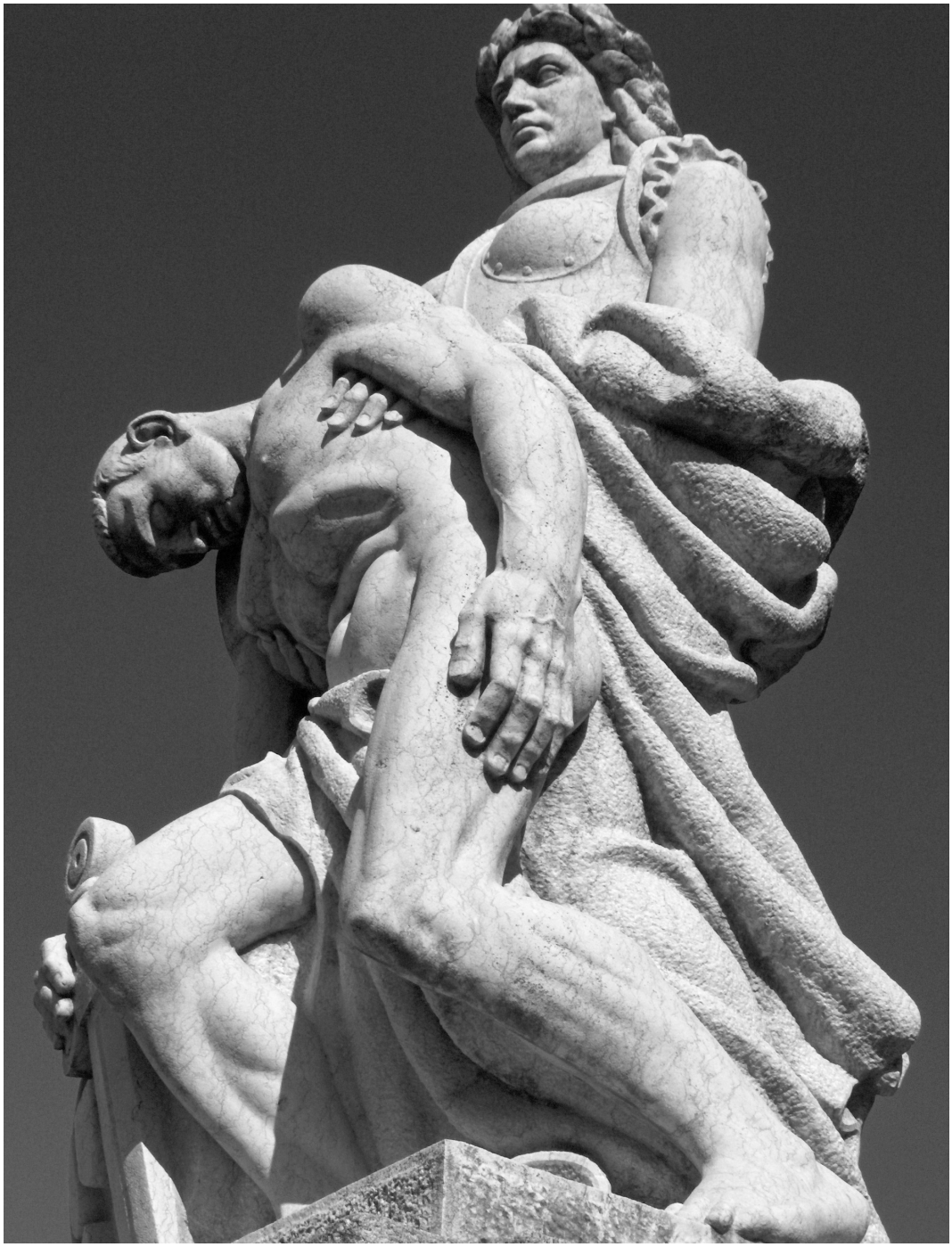


Imagem LXVIII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de São João da Madeira. Henrique Moreira, 11 de Novembro de 1937: "Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918". (Fotografia da autora)

Imagem LXIX. e LXX. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Abrantes. Rui Roque Gameiro, 5 de Junho de 1940: "Aos mortos pela Pátria." (Fonte: http://roquegameiro.com.sapo.pt)

Rui Roque Gameiro confirmaria com esta obra, em cimento armado, o seu *génio,* que uma morte acidental viria a apagar cedo.

No ano de 1935, escreveu Diogo Macedo sobre este memorial: "três figuras fundidas em cimento armado. Outra figura, que não a do soldado, destaca-se pela qualidade, notável realização plástica, dominadora e forte. Ao centro do grupo de três figuras, a excelente imagem da *Pátria*, de seios bem erguidos, suspende com a mão esquerda a tradicional coroa de louros sobre a cabeça de um herói vencido que tombou a seus pés. Do outro lado, apetrechado para a luta, de espingarda e rosto coberto pela máscara antigás, o soldado português."

O Diabo, n.º 62, Setembro de 1935, 8.

O simbolismo destas esculturas permite uma mistificação da representação do corpo feminino (vitória, pátria, república, localidade), sendo raros os casos em que se recorre a formas humanizadas da imagem da mulher, seja ela *mater dolorosa*, camponesa ou simplesmente uma encarnação do sofrimento de uma "comunidade de luto"[712]. Em Portugal são exemplos extremamente raros, limitando-se aos trabalhos de Cascais, da autoria de Simões de Almeida Sobrinho, do Porto, levado a cabo por João da Silva, e de Tondela, de Branca Alarcão[713].

Um dos melhores exemplares é de Simões Almeida Sobrinho. Monumento especialmente dedicado às viúvas dos combatentes da Grande Guerra, onde uma figura feminina de cabeça baixa animada de um luto profundo é coberta por um manto[714].

Na mesma linha de significado e profundidade de recolhimento destacamos o trabalho de João Silva para a Universidade do Porto, de homenagem aos estudantes mortos na guerra. Uma figura feminina isolada numa solidão de dor profunda sobriamente sublinhada pela palma e véu envergados numa alusão simbólica à morte. Na base do monumento inscreve-se *Huius Universitatis filiis scientiae spei A vita cito pro patria ereptis* (Aos filhos desta Universidade tão depressa arrebatados pela pátria a uma vida de sabedoria e de esperança).

Em Tondela, Branca Alarcão, no primeiro monumento público nacional concebido por uma mulher, vem a público com um tema original – o soldado que se despede da mulhrer (mãe ou companheira) –, rompendo com qualquer oficialidade. Trata-se de uma representação única da mulher que, apesar de não se encontrar só, remete à pátria camponesa, aglutinadora de toda a nação[715]. Mais do que tudo a inscrição encerra o luto: "Aos mortos da Grande Guerra. A alegria dos que regressam não compensa a tristeza dos que morreram".

---

712 A representação da *república* não se verifica com tanta frequência no caso francês, uma vez que os franceses já estão bem conscientes do significado da República e do sacrifício que por ela foi feito (Cf. Becker, *Les Monuments aux morts…,* 61).

713 Cascais (Simões de Almeida Sobrinho, 12 de Abril de 1925); Porto – Universidade Porto (João da Silva, 16 de Outubro de 1948); e Tondela (Branca Alarcão, Março de 1933).

714 Cf. "Memorias Gloriosas – Ontem, a Vila de Cascais prestou homenagem aos seus filhos que se bateram pela Pátria. Inauguração do monumento", *O Século*, 13 de Abril 1925, p. 1

715 O recurso a "personagens etnográficas" é uma característica da escultora Branca Alarcão.

Imagem LXXI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Tondela. Branca Alarcão, Março de 1933: "Aos mortos da Grande Guerra. A alegria dos que regressam não compensa a tristeza dos que morreram." (Fotografia da autora)

A representação escultórica de figuras femininas humanizadas é rara em Portugal. Ao contrário da França, onde além do luto, a mulher veicula uma mensagem de consternação e pacifismo, por cá veicula, numa forma alegórica, uma mensagem patriótica e cívica e em raras excepções, aqui apresentadas, o luto.

Imagem LXXII. Monumento às viúvas dos combatentes da Grande Guerra de Cascais. Simões Almeida Sobrinho, 12 de Abril de 1925: "Aos mortos da Grande Guerra". (Fonte: LC)

Imagem LXXIII. "Picarde maudissant la guerre de Péronne". Paul Auban, 1926: "A nos morts". (Fonte: http://www.culture.gouv.fr/culture/i″nventai/itiinv/1418/peronne.html)

Numa análise comparativa com o caso francês – onde imagens femininas, além de alegorias, encarnam o sofrimento dos civis afectados pelo conflito –, em Portugal, a ausência de combates em território nacional, sem vítimas civis, leva a que a representação da mulher parta maioritariamente da iniciativa individual ou privada, já que simbolicamente representa fragilidade, luto e pesar, uma consciência crítica humanizada da intervenção na guerra e do consequente desastre que, oficialmente, não interessa transparecer[716].

A utilização de figuras femininas nos memoriais poderia ser polémica, uma vez que a guerra veio alterar profundamente o lugar da mulher na sociedade, manifestando uma descrença na sua associação ao papel maternal, embora seja indispensável no discurso comemorativo (metaforicamente o acto de construção parte da agradecida mãe-pátria). O recurso a alegorias resultou de uma necessidade de evitar conflitos, uma vez que são fáceis de manusear e familiares às sociedades republicanas:

> Uma vez acabada a guerra, as alegorias têm o belo jogo de simular alegorias sublimes. Estas obras eram destinadas a um público de homens e de mulheres que saíram da guerra. Os símbolos não eram suficientes. É por isso que os monumentos são constantemente construções complexas. Se eles são coroados por alegorias, as realidades da frente e da retaguarda também ali estão presentes. Os combatentes ou os civis ocupam normalmente a parte inferior do pedestal, a Vitória e a Pátria dão o ímpeto superior. As bandeiras tricolores trazem a sua nota de cor[717].

Destaque-se, neste conjunto, os mais bem sucedidos trabalhos no enlace do soldado e da alegoria, designadamente Lisboa e Abrantes. Consagrações máximas ao heroísmo e patriotismo nacional, nas pátrias metamorfoseadas em corpos de mulheres.

---

716 A este nível será importante considerar algumas excepções fora de qualquer tutela portuguesa, nomeadamente o trabalho de Heine Semke. Este autor realiza uma composição para o átrio da Igreja Alemã, *Dor* (1935) e *Camaradagem na derrota* (1934): «O carácter expressionista desta obra, que mais ninguém tinha capacidade de fazer, é o que aqui convém destacar, para além da grande originalidade das atitudes e da ausência de símbolos desnecessários no grupo dos soldados – nada de 'Pátrias', nenhumas armas, nem outros apetrechos marciais em evidência. Apenas homens, talhados em linhas poderosas, cuja monumentalidade (de tal modo evidente, que fora necessário acrescentar pedestal) era acrescentada pelos dois ciprestes que a um lado e outro lhe serviam de cenário natural. Este expressionismo, como com a sua habitual sabedoria, que Diogo Macedo depois acentuou, era, no entanto, eivado por 'sensibilidades de lirismo' que não eram comuns às teorias dos irmãos e às hereditariedades da raça […] Este monumento, sem continuidade possível no nosso meio, é entre cerca de cinco dezenas que referimos, aquele que, sem dúvida alguma, claramente se pode classificar de moderno», Saial, *Estatuária portuguesa…,* 37.

717 Becker, *Les Monuments aux morts...,* 62. Annette Becker e Daniel Sherman, nos trabalhos que dedicam à análise dos monumentos aos mortos da Grande Guerra em França, prestam especial atenção ao exaustivo recurso à imagem feminina nestas construções.

O monumento de Abrantes, uma das melhores execuções de Roque Gameiro, inaugurado após a sua morte a 4 de Junho de 1940, fora extremamente aplaudido pela imprensa nacional[718]. Diogo Macedo iria descrevê-lo da seguinte forma: «três figuras fundidas em cimento armado. Outra figura, que não a do soldado, destaca-se pela qualidade, notável realização plástica, dominadora e forte. Ao centro do grupo de três figuras, a excelente imagem da Pátria, de seios bem erguidos, suspende com a mão esquerda a tradicional coroa de louros sobre a cabeça de um herói vencido que tombou a seus pés. Do outro lado, apetrechado para a luta, de espingarda e rosto coberto pela máscara antigás, o soldado português»[719]. O escultor fazia transparecer nesta peça a força e ousadia que tanto o caracterizaram numa figura alegórica petrificada, sem lirismos estéticos afáveis ao realismo Oitocentista[720], colocada entre dois soldados diferenciados numa figuração verista representativa do homem pronto a combater e na rara representação de um decadente vencido que cai aos pés da pátria.

O Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra (MNMGG) culmina numa clara demonstração do que repetidamente se constatou com a generalidade dos congéneres em Portugal: não a grandiosidade, mas a morosidade da concretização, sendo inaugurado apenas em Novembro de 1931, apesar da constituição da comissão organizadora já em Abril de 1920. O atraso deveu-se não só a questões económicas, que inviabilizaram a ideia de integrar o túmulo do soldado desconhecido, eternamente relegado à Batalha[721], mas também ao acidente que vitimou o escultor em Junho de 1927, o que não impediu que se dessem no local, ao longo desse período, vários actos de homenagem nacionais e internacionais[722].

---

718 Cf. LC, CPGG, Pasta III – Lápides e monumentos em Quartéis e outros estabelecimentos Militares, Capa Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro de 1922-1936. "Ofício enviado para os estabelecimentos militares para identificação de lápides e monumentos existentes (1936). A 10 de Outubro de 1936 o Comando Militar de Abrantes refere que existe um monumento em construção, mas para o qual a quantia de 20 mil escudos seria insuficiente, aguardando nova doação. Apesar do convite do Governo Civil do distrito de Santarém ao Ministro da Guerra, este não aceita delegando a sua representação do Representante da 3ª Região Militar (Cf. AHM, FO, 006, L, 45, Caixa 896, n.º 4 (1940-1949) – CPGG, Subscrição nacional).

719 Diogo Macedo, *O Diabo,* n.º 62, Setembro de 1935, p. 8 (1 e 32).

720 Cf. José Fernandes Pereira (ed.), *Dicionário de Escultura Portuguesa* (Lisboa: Editorial Caminho, 2005), 320.

721 Em 1926 foi proposta a possibilidade de se depositarem os soldados desconhecidos na base, para tal os autores apresentaram um projecto com as respectivas alterações e custos necessários, a que a comissão não poderia responder (Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899, n.º 37 – Túmulo do Soldado Desconhecido a anexar ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, 1926).

722 *Diário do Governo* de 17 de Março de 1924 (Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899, n.º 40 - Comemorações no local do Monumento, 1925).

"O esforço da Raça a Pátria eleva", trabalho de Maximiano Alves e Rebelo de Andrade, é apresentado na imprensa da seguinte forma: «o equilíbrio entre as três figuras do corpo é perfeito, numa dissimetria que se impõem mesmo aos olhos mais profanos porque, paradoxalmente, é harmónica»[723]. Levaria cerca de onze anos a ser concretizado.

A nomeação da comissão responsável dar-se-ia na simbólica data de 9 de Abril de 1920, composta de importantíssimos nomes da vida política, militar e civil nacional, bem como de um conjunto de associações de referência[724]. Instalada a 11 de Abril do mesmo ano no edifício da Câmara Municipal de Lisboa, tendo como presidente Sebastião Magalhães Lima, a Comissão orçamentou um valor similar ao do Monumento da Guerra Peninsular e iniciou rapidamente uma campanha para a angariação de fundos através do "subsídio de estado"[725], subscrição nacional[726] e realização de actividades desportivas e culturais (em 1923, verificar-se-ia que o processo de aquisição de fundos seria bem mais moroso do que se pensou inicialmente).

Outro problema que se colocaria ao monumento seria a localização. O primeiro local a ser escolhido foi a rotunda, ignorando-se completamente que para aí já estaria destinado o monumento ao Marquês de Pombal. Posteriormente, após

---

723 "Uma obra forte de escultura moderna", *O Notícias Ilustrado,* n.º 125, 2 de Novembro de 1930, p. 15 (Cf. SAIAL, Joaquim – *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-1940).* Mirandela: Bertrand Editora, 1991, p. 32).

724 «Dr. Sebastião de Magalhães de Lima; Senador General Abel Hipólito; deputado Dr. José de Oliveira Ferreira Diniz; capitão José Fernandes Soares, delegado do Ministério da Guerra; capitão-tenente Adalberto Soares Serrão da Silva Machado, delegado do Ministério da Marinha; tenente-coronel Alfredo Frederico de Albuquerque Felner, delegado do Ministério das Colónias; Presidente do Senado Municipal; Dr. Alfredo Tovar de Lemos Júnior; Coronel do Corpo de Estado Maior, Roberto da Cunha Baptista; Presidente da Academia de Ciências de Lisboa; Presidente da Associação Comercial de Lisboa; Presidente da Associação Industrial Portuguesa; Presidente da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa; Presidente da União Agrícola, Comércio e indústria; Presidente da Junta Patriótica do Norte; Delegado da Imprensa Periódica». No entanto, ao longo do seu percurso foi perdendo alguns dos seus importantes membros, entre eles o Presidente Magalhães Lima, a ser substituído pelo general Abel Hipólito (Cf. *Diário do Governo,* II Série, n.º 83, 10 de Abril de 1920; AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 897 – Comissão Nacional dos Monumento aos Mortos da Grande Guerra, n.º 8 – Instalação da Comissão e movimento dos seus membros, 1920).

725 Os fundos concedidos pelo governo, apesar do grande apelo da parte da comissão, ficaram aquém do desejável, sendo que o contributo passou essencialmente pela gratuitidade do bronze e dos respectivos serviços de fundição necessários para o monumento (Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 897 – Comissão Nacional dos Monumento aos Mortos da Grande Guerra, n.º 10 – Subsidio do Estado, 1920). Vejam-se Lei n.º 1:816 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 184, 20 de Agosto de 1925: autoriza o Governo a ceder gratuitamente à Comissão Executiva do Monumento a erigir em Lisboa aos mortos da Grande Guerra o bronze e os trabalhos de fundição necessários par esse monumento; AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899, n.º 32 – Alicerces do Monumento, 1925 (feitos por soldados do Exército).

726 Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 897 – Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, n.º 11 a 18 (Campanhas de propaganda e organização de festas); AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899 – Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, 1920 a 1939, n.º 21 a 27 – Angariação de fundos para a construção de monumentos aos mortos da Grande Guerra.

largas discussões que não seriam de todo definitivas, optou-se pela placa circular da Avenida da Liberdade, situada no cruzamento da Rua do Salitre com a travessa do mesmo nome, onde, a 9 de Abril de 1923, sob assistência do Presidente da República António José de Almeida, se lança a primeira pedra[727].

No dia 11 de Novembro de 1924 reuniu a Comissão Executiva na Escola Militar para receber as maquetas[728], mas nenhuma respondia aos interesses da Comissão. Apenas no concurso de 13 de Fevereiro de 1925, entre 28 maquetas, seria escolhida "O esforço da Raça a Pátria eleva" de Maximiano Alves e Rebelo de Andrade.

> Sobre uma base poligonal oitava assenta a Cruz de Guerra; sobre essa cruz ergue-se um pedestal de secção ligeiramente elíptica e coroado por uma alegoria cheia de verdade: o sentimento da Pátria defendido pela força do Exército. À frente do pedestal orgulha-se com as palmas da Glória e oferece à natural vaidade de Portugueses a inscrição: O ESFORÇO DA RAÇA A PÁTRIA ELEVA […]. Nos lados duas figuras possantes de Hércules sustendo em arrancos febris de uma vontade de ferro o altar sacrossanto da Pátria que vacilava ao embate infernal de fúria ambiciosas. Amparam-na com a sua força de Titans, elevam-na com o seu amor de Raça indomável […]: A PÁTRIA NÃO CAIRÁ, é o que se lê olhando as atitudes ferinas dessas duas possantes figuras representativas do ESFORÇO DA RAÇA. E a Pátria sobre esse esforço quase sobrenatural, levanta a Sua figura austera e confiante, e num gesto de orgulhoso poder, Glorifica o Soldado, o Esforço orientado e inteligente dos seus Vassalos: a Raça e o esforço dos seus braços e do seu coração, o Exército orientando-o e dando-lhe inteligência, a Pátria apresenta-o à História e eterniza-o[729].

[727] No ano de 1926, sai na imprensa a notícia de que a Câmara havia mudado de intenção, destinando para aquele monumento o topo do Parque Eduardo VII, adjacente à Rua Marquês da Fronteira (Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899 – Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, n.º 28 – Presidente da Comissão Administrativa dos Paços do Concelho, 29 de Novembro de 1926; CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 18).

[728] A 17 de Março de 1923 a Comissão solicita junto do Conselho de Arte Nacional, a escolha de delegados que constituíssem um júri responsável pelo programa do concurso para a realização da maqueta do monumento (saindo em *Diário do Governo* a 9 de Abril de 1924), cujo valor não deveria ultrapassar os 400 mil escudos, destinando-se exclusivamente a artistas nacionais.

[729] Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899 – Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, 1920 a 1939, n.º 35 – Motivos ornamentais, 1926.

Imagem LXXIV. Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra. Maximiano Alves (esc.) Rebelo de Andrade (arq.), 21 de Novembro de1931:
"Ao serviço da pátria o esforço da grei".
(Fotografia da autora)

Imagem LXXV. O presidente da República, António José de Almeida, lançando a primeira pedra do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra, 9 de Abril de 1923. (Fonte: AML, AF, B093698)

Imagem LXXVI. Inauguração do monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra (tribuna presidencial), 21 de Novembro de 1931. (Fonte: AML, AF, B095073)

No ano de 1925, foi assinado o contrato de empreitada com o escultor e iniciada a construção que se veio a arrastar[730]. Assim que terminada, uma comissão em colaboração com o Ministério da Guerra[731] prepararia a inauguração, decretando-se feriado em Lisboa, pelo 13.º aniversário do Armistício, para que se procedesse à inauguração[732]. Esta não encerrou, porém, as celeumas em torno do monumento.

As críticas ao MNMGG, pela morosidade, pela opção artística e pela localização tornaram-se persistentes ao longo do processo da construção.

> Não pode ser, meu general! – Bradam os Soldados de Portugal. O monumento ao Homem da Guerra terá que infundir grandeza, respeito, impressão de consciência. Logo, a pedra terá que exprimir glória e drama; o local amplo, solene, embora rude (se tal pretenderem) dirá da lealdade e da admiração dominadora e clara com que a alma da Nação mostra ao público o seu herói. Ali não. Seria uma memória apoucada, denegrida, espesinhada. Quer saber o que esse monumento representaria naquele tabuleiro da Avenida, tolhido entre folhagens mal cheirosas e dialogando com as janelas corridas de uma casa nocturna? Um monumento erguido pelos políticos às suas vítimas. Exprimiria a atitude cobarde dos homens que nos levaram à guerra e que, da morte do Herói tiraram os lucros de uma nova indústria e de um novo comércio, que à sombra do seu sacrifício se implantou na sociedade portuguesa. O monumento da Nação, isso nunca[733].

No ano da inauguração, duas caricaturas vêm a público no *Sempre fixe*, ridicularizando o escultor e o monumento[734].

IX. 4. A Comissão dos Padrões da Grande Guerra:

IX. 4.1. Organização e programa

A Comissão dos Padrões da Grande Guerra (3 de Dezembro de 1921 a 10 de Novembro de 1936) protagonizou os fenómenos de maior sucesso na intenção do

730 Cf. AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 899 – Comissão Nacional do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, 1920 a 1939, n.º 30 – Contrato de empreitada para a construção do Monumento, 1925; CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 24-26.

731 Cf. ANTT, Gabinete do Ministro, Copiador de correspondência expedida, Maço 454, Pasta 2/4, n.º 938.

732 Mas a intempérie que se fez sentir adiou a inauguração para o domingo mais próximo. O Decreto n.º 20:487 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 259, 9 de Novembro 1931, considera feriado nacional, em Lisboa, o dia 11 de Novembro de 1931.

733 "A propósito do monumento aos nossos mortos", *A Guerra*, ano 2, n.º 13, Janeiro de 1927, pp. 3-4.

734 Cf. "O autor e a obra", *Sempre fixe,* ano 6, n.º 289, 3 de Dezembro de 1931, p. 2; *Sempre fixe,* ano 6, n.º 26, 12 de Novembro de 1931, p. 8.

governo republicano de sagração da memória da participação portuguesa na I Guerra Mundial. Uma campanha de homenagem aos esforços da guerra, caracterizada por uma intensa propaganda patriótica, através da concepção de um conjunto de cerimoniais nas principais efemérides da guerra, bem como pela perpetuação monumental desse esforço rememorativo.

A 3 de Dezembro de 1921, reuniram-se pela primeira vez na sala nobre da Escola Militar, sob presidência do General Gomes da Costa, alguns antigos combatentes, dando então origem à «Comissão dos Padrões da Grande Guerra, que durante 15 anos deveria trabalhar para levar a bom termo o seu patriótico objectivo, que consistia na erecção de monumentos, que designamos de Padrões da Grande Guerra»[735]. A oficialização veio a acontecer apenas a 8 de Setembro de 1932, resultado do conjunto de medidas tomadas pelo novo regime e que iriam marcar o destino da organização.

A sua acção foi, no entanto, oficialmente aceite desde a sua criação, uma vez que respondia perfeitamente às necessidades de legitimação monumental da grande investida republicana, que as entidades oficiais não foram capazes, elas próprias, de concretizar. Com a regulamentação, as metas foram claramente expostas. O seu objectivo maior: «exaltar o esforço da Raça, manifestado na intervenção militar de Portugal nos diferentes teatros das operações da Grande Guerra» através da construção de monumentos, «designados por PADRÕES DA GRANDE GUERRA em La Couture (França), em Ponta Delgada, em Santa Maria, em Luanda e em Lourenço Marques»[736].

Composta por uma comissão central, com poder máximo de decisão, da qual seriam presidentes de honra todos os oficiais generais da Marinha de Guerra e do Exército, dos quais se extraía o presidente-efectivo, responsável pela convocação das sessões plenárias e apreciação dos relatórios de actividades da comissão executiva. À comissão central cabia a constituição de uma comissão executiva, que em sessões plenárias se reunia com a anterior para lhe apresentar os relatórios de actividades[737].

---

735 CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 17: «Manter o culto pelos factos e o maior respeito pelos feitos dos nossos maiores através dos séculos da Nacionalidade Portuguesa». Realizar uma propaganda intensa através de conferências e folhetos, através de meios voluntários. Procura de uma grande Subscrição Nacional que garantisse a base económica para a construção dos monumentos. Divulgação da actividade da Comissão de forma a obter os melhores apoios.

736 CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 25.

737 A *comissão executiva* era constituída pelo presidente, general Ferreira Martins, mais tarde substituído por Sá Cardoso (nomeado presidente honorário a 5 de Maio de 1933) e vice-presidente o almirante Afonso Cerqueira; como tesoureiros o tenente-coronel dr. Vitorino Magalhães e o major Lima

Esta comissão decidiu constituir uma comissão artística, com voto apenas consultivo, responsável, logo que as condições estivessem reunidas, pelo estudo dos projectos dos novos monumentos. Presidida por Álvaro Poppe, que veio a ser substituído pelo Coronel Santos Correia, tendo como vogais Souza Lopes, Arnaldo Garcez, tenente-coronel Lopes Mendonça e major professor Leal de Faria. No entanto, para cada uma das obras em que se envolveu formaram-se comissões específicas, nomeadamente de propaganda e comissões executivas locais.

O sucesso da CPGG muito se deve à sua composição. A maioria dos seus membros era composta por figuras de relevo da participação portuguesa na Grande Guerra, integrando a mesma de forma voluntária ou por convite. Contam-se personalidades como, entre outros, os generais Garcia Rosado, Roberto da Cunha Baptista, Ernesto de Sá Cardoso, Ivens Ferraz, Norton de Matos e Luís Augusto Ferreira Martins; José do Patrocínio Dias (bispo de Beja); Augusto de Castro; Carlos Malheiro Dias; Hernâni Cidade; Adriano de Sousa Lopes; e Arnaldo Garcez.

Apesar de lento, o processo de angariação de fundos obteve os resultados necessários para a concretização da maioria dos propósitos da Comissão. Assim que decidiu pôr mãos à obra, procedeu a uma larga campanha na imprensa que, não tendo alcançado os resultados esperados, levou-a a optar por enviar uma circular pelos meios oficiais, inclusive guarnições metropolitanas e coloniais. O objectivo era realizar uma subscrição nacional (20 de Dezembro de 1922), incitando não só a doações, como à participação nas actividades organizadas pelas comissões de propaganda locais.

Em 1923 estavam constituídas 40 comissões de propaganda locais[738]. Na sua generalidade, as receitas mais regulares provinham da subscrição nacional[739], do selo da Grande Guerra[740], da propaganda e publicações[741]. Por ordem descendente de valor, as concessões monetárias foram feitas por Moçambique, o maior de todos os

---

Barreto; no secretariado o coronel Pires Monteiro e capitão Guilherme Oom; as relações externas eram realizadas pelo 1.º tenente dr. Garcia da Silva.

738 Cf. CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 70.

739 Por exemplo, a 25 de Fevereiro de 1924, pede-se a António José de Almeida que faça um apelo junto da comunidade portuguesa residente no Brasil, por intermédio do Presidente da *Comissão Pró-Pátria,* Visconde de Morais e do Embaixador de Portugal no Brasil (LC, CPGG, Pasta *Subscrição Nacional*). Anexo XVIII. Resumo da Subscrição Nacional.

740 A criação do Selo da Grande Guerra foi debatida na *Câmara dos Deputados* a 3 de Agosto de 1924 (pp. 18-19).

741 É de notar no movimento geral da tesouraria: a importância da expedição do Selo da Grande Guerra, resultando num claro aumento da receita no ano de aprovação; e a relação directa do aumento das despesas com a inauguração dos padrões. Anexo XIX. Movimento geral da tesouraria de 1922 a 1936.

contributos; Angola; *colónias portuguesas no estrangeiro*; comissão de propaganda; Exército; Índia; câmaras municipais; Macau; Guarda Nacional Republicana; Guarda-Fiscal; Marinha de Guerra; Juntas Gerais de Distrito; Ministério das Colónias; Macau; São Tomé e Príncipe; entre outras instituições com cooperação menor.

Destaque-se alguns contributos mais específicos, quer da parte de instituições, como o *Diário de Notícias*, que cedeu à Comissão o dinheiro proveniente de uma campanha própria para um monumento que não chegou a executar; quer das comunidades portuguesas, ressalvando o forte contributo da colónia portuguesa no Brasil, depois do apelo de António José de Almeida. Em Luanda e Lourenço Marques, bastou a campanha feita pelas comissões locais de propaganda através de subscrições públicas e realização de festas. Para o padrão de Ponta Delgada, o financiamento parte essencialmente do apoio da população local, constituindo-se várias comissões de propaganda locais em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, mas essencialmente devido ao contributo da Junta Autónoma e Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Os bons resultados que a Comissão iria auferir dependeram da intensa propaganda nacional e internacional, tendo como foco nevrálgico a concretização das efemérides, principalmente no que diz respeito ao 9 de Abril. Tal como refere o relatório final, o seu sucesso é em larga medida resultante de algum apoio do governo e da Igreja, bem como do entusiasmo demonstrado pelos municípios e pelas administrações das colónias. A larga troca de correspondência com as comissões de propaganda e núcleos locais, responsáveis pelas contribuições da subscrição, demonstra que a sua actividade não se limitava a este esforço monumental, mas também à troca constante de ideias, embora sem intervir, sobre os projectos dos monumentos concelhios[742].

A actividade da CPGG desenrola-se ao longo de três fases Uma primeira, baseada na propaganda, para que se pudesse usufruir dos fundos necessários para projectar as construções monumentais. A segunda etapa do seu trabalho é dedicada à projecção e levantamento do Padrão de Portugal em La Couture, até 1928, ano em

[742] «Diferentes concelhos, devido à nossa propaganda, se nos dirigiram a pedir conselho e auxílio. Nunca recusamos o primeiro e sempre dispensamos as nossas palavras justas de homenagem àqueles que se nos dirigiram. Só excepcionalmente demos auxílio monetário à Comissão de Vila Real, que erigiu o Monumento a Carvalho Araújo, e à Comissão que, na Barquinha, construiu o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, naturais do concelho e onde ficarão as cinzas do primeiro soldado português morto em França, que era natural daquela terra do Ribatejo». Salientar ainda o caso do governador dos territórios de Manica e Sofala (Companhia de Moçambique) que, querendo erguer um padrão-monumento na Cidade da Beira, solicitou conselho e auxilio à Comissão (CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 68).

que é entregue ao poder local francês. A última fase, até 1936, seria marcada pelos trabalhos respeitantes aos demais padrões – Luanda, Lourenço Marques, Santa Maria e Ponta Delgada.

O primeiro patrocínio foi dado aos Sete Padrões, da iniciativa do *Touring Club de France*, colocados desde a Suíça até o Mar do Norte – limite do antigo sector francês –, da autoria do escultor e antigo combatente Moureau-Vauthier, cada um com uma letra correspondente ao nome de Portugal. Foram inaugurados pelos delegados da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, general Roberto Baptista e o almirante Afonso de Cerqueira, a 9 de Abril de 1923.

O esforço da Comissão não deixou de ser reconhecido pelos mais altos representantes do Estado português, através da concessão de largas regalias[743]. Henrique Pires Monteiro é o deputado que chama a debate na Câmara dos Deputados a questão dos padrões da Grande Guerra, porém os contributos públicos teriam essencialmente a forma de matéria-prima e trabalho (o bronze e respectivos trabalhos para os diferentes padrões)[744].

A CPGG desenvolveu uma obra avaliada em 2 000 contos; erigiu sete padrões no antigo sector português da Flandres e outros em Luanda, Lourenço Marques, Ponta Delgada e Santa Maria; promoveu as comemorações do 9 de Abril e do 11 de Novembro; organizou e administrou o Museu das Oferendas ao Soldado Desconhecido; lançou o culto cívico do Azeite Votivo; secundou a acção da Junta Patriótica do Norte, com o incentivo à construção de monumentos concelhios e do monumento a Carvalho Araújo; fez transladar os restos mortais do primeiro soldado morto na Flandres para a Barquinha e do único oficial de Elvas; desenvolveu uma campanha de homenagens a destacadas figuras da Grande Guerra e da República[745].

---

743 Para além de todas as facilidades, destaque-se as concessões, pelas portarias n.º 2:029 de 26 de Janeiro de 1922, de isenção de franquia para a correspondência da CPGG e, n.º 7:812 de 19 de Abril de 1934 do Ministério das Colónias, de isenção total de direitos aduaneiros e taxas impostas às cantarias, altos-relevos e grupos escultóricos expedidos de Lisboa para Luanda e Moçambique. Para além de outros contributos de alguns dos ministérios, administrações de Angola e Moçambique, bem como da interacção com instituições como a LCGG, a quem doou o saldo da subscrição nacional e todo o seu espólio.

744 Cf. Henrique Pires Monteiro, *Diário da Câmara dos Deputados,* 9 de Janeiro de 1924, pp. 1 e 3; Lei n.º 1:797 – *Diário do Governo,* I Série, n.º 146, 3 de Julho 1925, autoriza o governo a ceder à CPGG o bronze e trabalhos de fundição necessários para os padrões-monumentos de La Couture (França), Luanda, e Lourenço Marques.

745 LC, CPGG, Pasta 7 – Várias Homenagens. Algumas das mais importantes homenagens foram a António José de Almeida; Abel Hipólito; Gomes da Costa; Simas Machado; Bernardo Faria; Garcia Rosado; Fernando Tamagnini de Abreu e Silva. Pelo 30.º dia da morte do general Tamagnini, realizou-se, na sede da LCGG, uma cerimónia com a presença do Ministro da Guerra, tendo como presidente de honra o Bispo de Beja D. José do Patrocínio, discursando Bernardino Machado e Henrique Pires

A partir do ano de 1921, depois de consagrados os Soldados Desconhecidos, o esforço comemorativo passou a ser dirigido, na sua maioria, e ainda sob a tutela do Ministério da Guerra, pela CPGG, com a introdução de novos rituais e símbolos, procurando organizar e celebrar regularmente, à parte das volubilidades políticas, o 9 de Abril e o 11 de Novembro. Na verdade, a Comissão iria consumar no tempo e no espaço a ideia de uma vitória aliada e portuguesa. Certo é que a instituição mantinha uma clara autonomia do poder central, garantindo uma persistência activa, apesar das vicissitudes da vida política nacional. Tratava-se de um agrupamento constituído por oficiais do Exército, da Armada e civis, antigos combatentes da Grande Guerra, com personalidade jurídica e capacidade de celebrar os contratos necessários para efectivação dos seus fins.

Cumpridos os seus grandes objectivos e apregoados outros[746], manifestamente republicana e legitimadora da causa, a Comissão sofreu amputações no contexto das alterações políticas que se iam verificando no país, quando viu algumas das suas iniciativas comemorativas serem limitadas[747] e, além da imposta regulamentação oficial, a demissão de alguns dos membros da mesma Comissão:

> Por circunstâncias, que não nos compete analisar, mas nos cumpre constatar, foram eliminados da nossa Comissão dos Padrões da Grande Guerra, o Presidente de Honra S. Exa. o Sr. Dr. Bernardino Machado que, como antigo presidente da União Sagrada e Chefe de Estado na ocasião da nossa intervenção militar, desde início acompanhou os nossos trabalhos, e Álvaro Poppe, gentil figura de idealista, que tanto carinho dispensou à nossa tarefa, como presidente da Comissão Artística enquanto as circunstâncias lhe permitiram viver em Portugal, hoje exilado, mas com um lugar nos nossos corações pelo muitíssimo que fez a favor da nossa Obra dos Padrões da Grande Guerra[748].

Monteiro. Veja-se, por exemplo, Padrões da Grande Guerra, *Elogio Histórico do General Tamagnini e Relatório da Comissão Executiva* (S.l.: s/ed., 1925).

746 «Um padrão próximo da Torre de Belém comemorando a Aviação, Marinha e Exército com os respectivos emblemas e exaltando o Esforço da Raça, glorificando o sacrifício da mulher portuguesa, terá a significação do adeus glorioso com que Portugal tem realizado a sua missão civilizadora». Esta tarefa só seria assumida depois de saldados os compromissos assumidos. Simas Machado propôs a construção de um Padrão em Ponta Delgada onde aportaram os sobreviventes do *Augusto Castilho* (Cf. Comissão dos Padrões da Grande Guerra, *Relatório da Comissão Executiva, ano de 1924* (Lisboa: Ottosgrafia, 1925).

747 No ano de 1934 «o Governo não incluiu no programa oficial da comemoração do XVI aniversário do Armistício» os dois minutos de silêncio (Cf. LC, CPGG, Relatório da CPGG de 1934, nota n.º 5684).

748 Comissão dos Padrões da Grande Guerra. *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1932* (Porto: Litografia nacional, 1933), 12-13: «Não julgamos necessária a publicação da maneira como desde 1922 regulamos a nossa actividade. Instituição temporária e constituída por individualidades bem conhecidas, sempre sobre a presidência orientadora de nobres personalidades, não existia disposição legal que nos exigisse uma actividade oficial. Não se entendeu assim e pelo Ministério da Guerra fomos notificados que deveríamos submeter à aprovação das estações oficiais o projecto de estatutos, em que se desse sanção oficial à existência da Comissão dos Padrões da Grande Guerra. […] Essa aprovação foi feita pelo Decreto n.º 21:652, de 8 de Setembro de 1932, publicado no Diário do Governo n.º 211, 1.ª Série de 1932, dando existência oficial à nossa Comissão dos

O desacordo entre a CPGG e os governos das ditaduras, principalmente depois de 1933, foi manifestamente visível quando os seus actos tinham implicações no estrangeiro. Aquando da inauguração do Padrão de La Couture, um documento do *Ministère des Affaires Étrangères* ressalva que a CPGG não terá mais a coordenação da expedição, dadas as desconfianças do governo sobre alguns dos seus membros[749]. Em documento do Gabinete do Ministro de 1930, sobre a peregrinação organizada pela CPGG ao monumento de La Couture e ao Cemitério de Richebourg l'Avoué, aparece em nota lateral manuscrita: «A lei é [imperceptível] do assunto de que se trata. É de [imperceptível] sua a concessão, por este Ministério de possibilidades de grupos revisionistas, ou grupos que vão em peregrinação religiosas, etc.»[750]. Tal como outras associações republicanas, a CPGG irá transferir o seu património e responsabilidades memoriais para a LCGG, o que aconteceu a 10 de Novembro de 1936[751].

IX. 4.2. A excepcionalidade na aliança do *mito* à marca artística

A acção da CPGG resultou nas produções escultóricas mais grandiosas de homenagem aos mortos da Grande Guerra. Trata-se, acima de tudo, de um exercício de veiculação dos valores da pátria triunfante. Pela primeira vez, mesmo antes de ser inaugurado o monumento em Lisboa, foi dada palavra ao mito da experiência de guerra em Portugal.

No ano de 1928, foi consagrada a primeira fase dos trabalhos, com a entrega, em Dia de Armistício, do Padrão de Portugal de La Couture, monumento concebido a partir de materiais portugueses no tempo recorde de um ano. Apesar de algum teor religioso/funerário deste padrão, a verdade é que se trata de uma excepção, num

---

Padrões da Grande Guerra, que se iniciou em 3 de Dezembro de 1921, como se declara no art. 6.º dos mesmos Estatutos».

749 Cf. AMAE, Correspondance Politique et commerciale, T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, 9 – Armée, Dossier Générale, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, doc. 114.

750 ANTT, Gabinete do Ministro, Maço 450, Pasta 25/10, Ofício n.º 195 de 26 de Março de 1930.

751 LC, CPGG, Pasta 4 – Cedência à Liga do Património. Num dos muitos jantares de confraternização, verificados depois de suspensa a CPGG, estavam presentes, vindos do Porto, coronel Hélder Ribeiro, Santos Silva e coronel Machado Coutinho, e de Lisboa, vice-almirante Tito de Morais, general Júlio Pereira Lourenço, coronel Mardel Ferreira, José Maria de Magalhães, Pinto Ribeiro, José Pontes, José Alberto Mac-Bride, Dagoberto Guedes, Eugénio da Costa Vieira, coronel Bento Roma, coronel Eduardo de Carvalho Meneses, Cândido Mendes Bragança, Eduardo de Faria, José Luís Rebelo da Silva, capitão-de-fragata Moura Brás, tenente-coronel Manuel Joaquim de Oliveira, tenente Coronel Raul Ferrão, major Mura das Neves, major Reis Pereira, capitão Manuel António Ferreira, capitão José Gonçalves e capitão Pires de Carvalho (Cf. LC, CPGG – Antiga CPGG, 1936, Sessão anual comemorativa, 4 de Abril de 1948, Acta n.º 358).

conjunto que deambula entre o cívico e o carácter claramente patriótico e vitorioso, visível nas estruturas de Luanda ou Lourenço Marques, já tardiamente finalizadas. La Couture de Teixeira Lopes, inaugurado em Novembro de 1928, constitui uma obra extremamente literária. Como fica bem expresso nas seguintes palavras: «restos de um plano de catedral gótica destruída pela metralha. Numa das faces, três figuras. A pátria, vibrante de expressão, atitude flectida, armada, vendo a seus pés o soldado português, defendendo-se da morte. Na outra um Cristo, inatingível, na sua dor humaníssima, sobre um altar escalavrado pelo fogo do inimigo»[752].

A 9 de Abril de 1923, quando o general Roberto Baptista e o capitão de mar e guerra Afonso Cerqueira foram a Pont du Hem participar na inauguração dos sete marcos, entregam à *Mairie* de La Couture a primeira pedra[753], destinada a marcar o local onde seria erguido o monumento. Ao acto de lançamento assistiram, entre outras personalidades, o Marechal Joffre. A não realização de concurso público tornou o processo mais célere, levando cerca de dois anos entre a assinatura do contrato com o escultor e a sua inauguração[754]. Teixeira Lopes, recentemente eleito membro do *Institut de France*, convida o arquitecto António Júlio Teixeira Lopes para a realização da empreitada. Embora se tratasse de um projecto de um conceituado escultor, não deixou de escapar às críticas, nomeadamente pela excessiva dimensão, considerando a aldeia de destino. No entanto, face à pressão da comunidade francesa residente em Portugal e à aprovação do governo francês, Ministros da Guerra, Instrução e Belas Artes, a CPGG decidiu a manutenção do conjunto escultórico[755].

A 11 de Novembro de 1928 dá-se o acto solene da entrega do Padrão de Portugal, largamente noticiado pela imprensa francesa[756]:

> O Padrão Monumento de La Couture, segundo a concepção do maior artista português representa: nas ruínas duma catedral da Flandres

752 "Portugal na guerra", *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro de 1927, p. 1.
753 Dias antes entregue pelo Presidente da República.
754 A 16 de Julho de 1926 é assinado o contrato com o escultor. Foi apresentada a maqueta à comissão executiva no início de Julho de 1925, para que fosse exposta a 14 de Julho na Legação de França em Lisboa e, depois, no Ateneu Comercial do Porto (a esta sessão inaugural assistiu também o Bispo do Porto). A 10 de Novembro de 1925, seria cedido o terreno pelo *maire* de La Couture. Em 23 Dezembro de 1926, publica-se em França o decreto que autoriza o levantamento do Padrão de La Couture (Pas de Calais).
755 Cf. LC, CPGG, Pasta 3 – Monumento La Couture, I – Correspondência de Paulo Osório; II – Planta; III – Cedência de terreno; IV – Inauguração. Ainda se deve ao contributo do presidente da comissão artística, general Álvaro Poppe, "glorioso exilado pela fé patriótica de republicano" (Cf. LC, CPGG, Pasta 3 – Monumento La Couture, Lisboa, 28 de Abril de 1928), e ao apoio do Ministro de Portugal em Paris – Comandante Gama Ochoa – e o Cônsul português no Havre – Pedro Cid – (conseguindo grandes vantagens para o transporte de pedras entre Havre e Béthune). A oferta de transportes marítimos Lisboa-Havre, feito gratuitamente no *Gonçalo Velho* pela empresa *Carregadores Açorianos*.
756 *Le Figaro,* 10 de Novembro de 1928, *in* CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 93.

> Francesa – talvez uma imaginária catedral de Lacouture – a figura da Pátria portuguesa segue interessada, com o gládio, pronto a intervir, vivendo de longe a luta ingente, que os nossos marinheiros e soldados travaram em França, Angola, Moçambique e no mar, combate que o nosso glorioso soldado sustenta com a morte, heróico e decidido a dominar a própria morte. Uma simples legenda na base do Padrão:
> *'L'hommage de Portugal à la France immortelle*
> *Réduit de Lacouture*
> *9 de Avril de 1918'*.
> Sobre o altar-mor da catedral está aberto um missal onde se lê um poema retirado do Canto I dos *Lusíadas* de Luís de Camões.
> 'Vereis amor da Pátria, não movido
> Que prémio vil, mas alto e quasi eterno;
> Que não é prémio vil ser conhecido
> *Por um pregão do ninho meu paterno'*[757].

O processo preparatório da inauguração originou uma larga troca de correspondência entre a representação portuguesa em França e o governo francês[758]. A esta, assistiriam antigos combatentes portugueses ou estrangeiros residentes em Portugal[759] e, a convite do governo francês, cerca de vinte inválidos, número reduzido para quinze – "por necessária descrição" – a pedido do governo português. Por razões de política interna verificaram-se atrasos na definição de representações, uma vez que a CPGG «contém algumas personalidades que não gozam da confiança do regime ditatorial actual. O Governo do General Carmona decidiu, por isso, retirar à instituição pré-citada a organização da futura peregrinação»[760].

---

[757] Comissão dos Padrões da Grande Guerra. *Relatório da Comissão Executiva*, *ano de 1924* (Porto: Litografia Nacional, 1926), 39.

[758] Cf. AMAE, Correspondance Politique et commerciale, T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, 9 – Armée, Dossier Générale, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, doc. 99 ; 106 : «On voit s'élever de terre les restes d'un temple gothique réunissant autant que possible les caractéristiques nationales. Vus de face ils ont presque la forme pyramidale sur cette face, commémoratif principal, se détachant au milieu d'une rosace qui lui fait une auréole, la statue de la Patrie possèdes d'une agitation angoissante, se penche vers un soldat qui, a ses pieds se bat contre la Mort qu'il arrive à terrasser. La Patrie s'appuie sur la main gauche sur la hampe du drapeau national, brandissant de la main droite la gloire glorieux du grand Connétable Nun'Alvares, le libérateur du Portugal. […] L'artiste a voulu donc exprimer tout à la fois l'esprit guerrier des Portugais et leurs sentiments religieux. Il essaye d'obtenir l'unité réelle les parfait équilibre entre les trois figure du motif principal de la façade»; Doc. 113, 4 Novembre 1926; Doc. 114, 21 de Décembre 1926, (desconfiança do governo sobre os membros da CPGG e a não comparência de Costa Gomes na inauguração do Padrão de La Couture devido ao tipo de relação que tem com o governo).

[759] Seria publicado um decreto concedendo vantagens «[a]os antigos combatentes da Grande Guerra em França […] que quiseram assistir à entrega do Padrão-Monumento de La Couture a Portugal, em La Couture no próximo dia 11 de Novembro» (Decreto n.º 16:097 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 253, 2 de Novembro de 1928).

[760] AMAE, Correspondance Politique et commerciale, T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, 9 – Armée, Dossier Générale, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, Doc. 121 de 17 Octobre 1928: «Comprend quelques personnalités qui ne jouissent pas de la confiance du régime dictatorial actuel. Le Gouvernement du General Carmona s'est donc résolu à retirer à l'institution précitée la direction du futur pèlerinage» (o documento central para análise das cisões políticas internas, nomeadamente a questão da CPGG). Anexo XX. A Comissão dos Padrões da Grande Guerra e a representação portuguesa na inauguração do Padrão de La Couture.

Imagem LXXVII, LXXVIII e LXXIX. Padrão de Portugal, La Couture (Pas-de-Calais). Teixeira Lopes, 11 de Novembro 1928. Uma pátria vibrante defende o serrano da morte. Atrás, os mortos são consagrados no altar de uma catedral gótica destruída, talvez a mesma onde os Soldados Desconhecidos foram depostos em Portugal.
(Fonte: http://pagesperso-orange.fr/memoiresdepierre/alphabetnew/c/couturelaportugal.html)

A CPGG não tinha inicialmente a ideia de erguer padrões nas ilhas, mas o esforço da Marinha portuguesa não poderia ser esquecido. Daí a consistente ideia de erguer em Ponta Delgada um padrão, de forma a imortalizar as operações no Atlântico conduzidas pelo comandante Carvalho de Araújo. A ideia partiu do Presidente da República Manuel Teixeira Gomes, numa sessão solene de homenagem à Marinha portuguesa na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 9 de Abril de 1923[761]. Em Abril de 1935, seria assinado contrato com o arquitecto Raul Lino e o escultor Diogo Macedo para a construção do monumento de Ponta Delgada. O monumento – "Consagração dos Esforço da Nação no Atlântico em defesa da liberdade dos povos" – seria colocado no Forte de S. Brás (localização imposta pela existência de outro monumento).

A ideia do padrão de Santa Maria parte dos habitantes locais, como forma de homenagem aos marinheiros do *Augusto Castilho*. A 24 de Maio de 1929 quatro arquitectos – Cristino da Silva, Norte Júnior, Raul Lino e Tertuliano Lacerda Marques – escolheriam o projecto de Raul Lino. No entanto, devido à falta de dinheiro, a realização foi feita em Lisboa e entregue ao Grémio dos Açores a 14 de Outubro de 1929, no 11.º aniversário do combate do *Augusto Castilho*. A 11 de Novembro do mesmo ano seria descerrado[762].

As obras de Luanda e Lourenço Marques são, manifestamente, a celebração mais explícita num contexto de raras execuções, a este nível, da vitória portuguesa na I Guerra Mundial[763].

Lourenço Marques, um dos melhores exemplares de Rui Roque Gameiro, apresenta uma pátria extremamente fortalecida por uma vitória militar, indiciada pela serpe que traduzia a mestria dos navegadores e de um escudo e gládio, símbolos da força, mostrando-se em toda a pujança, de seios erectos e olhar longínquo. Uma imagem que tende para o colossal, mas que exprime o génio do artista. Constituída a comissão de propaganda, antevendo-se dificuldades[764], iniciou-se a subscrição pública em 1927. Inicialmente, convidou-se Teixeira Lopes para que concebesse um projecto análogo ao de La Couture, mas a Comissão entendeu que tal seria incompreendido

761 Trata-se de uma opção secundária, face à desistência da realização de outros monumentos projectados para Lisboa em homenagem aos aviadores portugueses. Chega do Brasil a ideia da construção de um Arco do Triunfo, já desenhado por Teixeira Lopes.
762 Cf. CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 128-129.
763 Cf. "Ora toma… Lourenço Marques apanha um monumento aos mortos da guerra que engole os da Metrópole", *Sempre Fixe,* ano 6, n.º 289, p. 8.
764 Já existia uma Comissão para erguer o monumento a Mouzinho de Albuquerque

nas colónias[765]. Assim, foi aberto concurso público a 13 de Dezembro de 1930[766]. Seleccionaram-se quatro projectos, dos quais o primeiro prémio foi para o grupo constituído pelo arquitecto Veloso dos Reis Camelo e o escultor Rui Roque[767]. Descrevem-no, assim, os autores,

> a parte dominante do monumento será escultórica, símbolo da elevação livre da alma, a parte fluida e espiritual da ideia congeminada, assentando em bases de arquitectura simples, de linhas largas e sóbrias, aqueles que recebem sem artifícios de pequenos detalhes a gigantesca ideia de perpetuar pela Pátria os feitos e sacrifícios da geração que jamais pode morrer e que há-de caminhar através de todos os tempos, como até hoje, com a divisa grande de 'Pátria Portuguesa'[768].

De inscrição extremamente simples – "Ao esforço heróico das tropas portuguesas" – o molde seria exibido na Avenida da Liberdade e, no dia que se dá por concluída a obra (29 de Outubro de 1935), realiza-se uma grande cerimónia de entrega do monumento em Lisboa.

Da mesma forma que o monumento de Lourenço Marques, a construção de um memorial em Luanda decorre da necessidade de firmar a presença portuguesa além-mar. A CPGG pretendia um projecto em que «as formas clássicas, as mais requintadas e mais puras, ficam deslocadas nessas novas terras da África que o nosso esforço ali oferece à civilização. As divagações inconsistentes do modernismo também não atraem a Comissão, que só ambiciona as aquisições já equilibradas e assentes, as quais caracterizam e honram uma geração, definindo a sua época na História da Arte»[769]. De lenta concretização, primeiro pelas reformulações do concurso[770]e posteriormente pela falta de fundos, levou, entre o lançamento da

---

765 Provavelmente pelo forte tradicionalismo historicista da representação.

766 Cf. *Diário do Governo,* III Série, n.º 291, 13 de Dezembro de 1930 e rectificado a 19 desse mês.

767 Para a concretização do monumento foram abertos concursos para os baixos-relevos, concedidos à Companhia Industrial Marmorista Domingos Fernandes e para a estátua da pátria à Companhia Portuguesa de Mármores e Cantarias.

768 CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 118-119: «Estes baixos-relevos onde estão vincados os perfis e atitudes guerreiras dessa valente 'tropa de África', desses heróis metropolitanos e ultramarinos, irmanados no mesmo pensamento, que se bateram em defesa de um Direito e Património que a História afirma categoricamente pertencerem-nos, aguentam e amparam o pedestal, que com o seu próprio corpo defendem e elevam aos olhos de todos, símbolos pelo qual se bateram. Ao alto e dominante, a Pátria; uma Pátria com letra grande, serena, tal como nós a vemos, inteligente e valorosa, ladeada por um lado pela serpente, símbolo do génio, interpretando o valor científico dos nossos navegadores, que partiram para os mares, alargando a 'fé e o império' e símbolo também desse 'engenho e arte' que Camões pediu às musas para cantar as glórias da nossa terra; e pelo outro, a espada e o escudo, símbolos da força e que tão bem manejamos como a pena, uma escrevendo a sangue o nosso nome, a outra escrevendo a ouro a nossa glória e o heroísmo, que oitocentos anos não conseguiram ainda envelhecer».

769 CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936)* …, 102.

770 O concurso ocorreu em duas fases, terminando a primeira a 4 de Fevereiro de 1930, de onde resultaram 10 projectos, expostos na Sala de Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa. O júri atribuiu o 1.º lugar ao projecto apresentado pelo arquitecto Abel Pascoal e o escultor Carvão Barata

primeira pedra na praça Lusíadas (21 de Janeiro de 1926), cuja denominação foi alterada por proposta da comissão executiva local, e o início das obras (11 de Janeiro de 1934), cerca de oito anos a ser construído. Apontou-se a inauguração para 5 de Setembro de 1935, aquando o vigésimo aniversário da ocupação de N'Giva, mas esperou-se pelo dia 15 de Setembro de 1935, aproveitando a presença no Sul de Angola do contra almirante Afonso Júlio Cerqueira.

O Monumento de Henrique Moreira para Luanda, escultor com uma soma de monumentos aos mortos da Grande Guerra, um padrão que teria 17 metros de altura, compreendia um grandioso pedestal de granito, simbolizando o altar-votivo da pátria, sobre o qual um grupo de mármore, representando os militares europeu, colonial, africano e um marinheiro, rodeava uma vitória triunfal, extremamente enérgica, com grande movimento de panejamentos, cabelos e asas[771].

Cumprira-se, finalmente, o ideal mítico dos grandes monumentos aos mortos da Grande Guerra. Contudo, é de questionar o nível de envolvimento do Estado nesta questão, uma vez que se fala de uma organização maioritariamente participada de militares e com pertinente autonomia funcional.

A CPGG é central, mas não define por si só, apesar do forte destaque que lhe é dado pela pouca investigação sobre a I Guerra Mundial, a natureza dos processos memoriais em Portugal. Tratando-se esta de uma instituição relativamente controlada a nível oficial, o seu esforço resultou de um grupo de voluntaristas republicanos, homens das lides nacionais em tempo da guerra, que procuraram com algum sucesso, embora restrito no seu impacto, consumar a ideia vitoriosa de um mito da experiência de guerra. A ideia seria, mais do que tudo, marcar a presença portuguesa no mundo. Mas, o facto das suas projecções se destinarem objectivamente a territórios de intervenção armada portuguesa – fora de Portugal continental – não mobilizou simbolicamente as massas.

Feyo, sugerindo alterações que nunca responderiam aos interesses da Comissão, optando por lançar um convite a três artistas. A adjudicação foi dada ao escultor Henrique Moreira, que associou ao seu projecto o arquitecto Januário Godinho, do Porto.

[771] Veja-se a propósito da análise artística dos monumentos aos mortos da Grande Guerra, os trabalhos de João Saial e o *Dicionário de Escultura Portuguesa.*

«Ao alto e dominante, a Pátria; uma Pátria com letra grande, serena, tal como nós a vemos, inteligente e valorosa, ladeada por um lado pela serpente, símbolo do génio, interpretando o valor científico dos nossos navegadores, que partiram para os mares, alargando a 'fé e o império' e símbolo também desse 'engenho e arte' que Camões pediu às musas para cantar as glórias da nossa terra; e pelo outro, a espada e o escudo, símbolos da força e que tão bem manejamos como a pena, uma escrevendo a sangue o nosso nome, a outra escrevendo a ouro a nossa glória e o heroísmo, que oitocentos anos não conseguiram ainda envelhecer» (CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936) …,* 118-119).

Imagem LXXX. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Lourenço Marques (Maputo), Moçambique. Rui Roque Gameiro, 29 de Outubro de 1935. (Fonte: http://roquegameiro.com.sapo.pt)

Imagem LXXXI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Lunada. Henrique Moreira, 15 de Setembro de 1935. (Monumento já não existente) (Fonte: LC)

IX. 5. A veiculação do poder no *mito da experiência de guerra* e as suas manifestações artísticas

Os monumentos constituíram a verdadeira concretização da arte pública, impondo uma presença física que aporta ao espaço colectivo um conjunto de valores simbólicos e estéticos, com intenções honoríficas e laudatórias, de que se antevêem funções didácticas, propagandísticas e ideológicas. Formas em pedra e bronze, com poses de grande formalidade, procurando sempre uma relação entre o simbólico e o real, adquiriam funções laudatórias e comemorativas, sempre marcadas por uma necessidade identificativa e consensual do colectivo envolvente, seja físico ou social. Marcadas por uma estética tradicional e académica, a estatuária servia a necessidade de legitimação dos valores da sociedade liberal. Em Portugal, o século XIX é extremamente rico na criação de uma estatuária pública, mas é a I República, com os monumentos aos mortos da Grande Guerra, que faz da escultura portuguesa o "verdadeiro" acto público.

IX. 5.1. Categorias: os lugares, os nomes e os símbolos

Os monumentos aos mortos da Grande Guerra suscitaram profundos debates sobre o seu significado, resultando recorrentemente em lutas em torno da localização, inscrição e representação. Constituem assim uma forma de veiculação de um mito oficial da experiência de guerra, resultante de uma dialéctica entre a imposição oficial e as múltiplas forças de decisão local. Desta dinâmica negocial entre memórias derivam as manifestações mais perenes da memória colectiva da I Guerra Mundial – os monumentos concelhios.

Em Portugal o levantamento de monumentos não partiu de uma responsabilidade governamental. Percepcionar o impacto político, ideológico e cultural destas construções através da sua uniformização nacional exige que se agrupem em categorias, não de tipo puro, mas aliadas à localização; à natureza arquitectónica; à iconografia; e à epigrafia. Da análise conjunta de elementos fundamentais – inscrição, símbolo e lugar – que compõem os monumentos aos mortos da Grande Guerra erigidos durante a I República, definem-se categorias gerais, nem estanques, nem absolutas, que permitem aferir a natureza mais geral do

universo memorial: funerária, patriótica e cívica, podendo mesmo imiscuir-se, criando, por exemplo, as funerário-patrióticas[772].

As inscrições, maioritariamente curtas e directas, visam justificar o sacrifício pela pátria. A mais frequente é a cívica expressão *Aos mortos da Grande Guerra* (outras remetem especificamente à identidade)[773], um género fúnebre repetitivo que estabelece uma relação de filiação. Existem algumas excepções, nomeadamente *Aos mortos da Grande Guerra. A alegria dos que regressam não compensa a tristeza dos que morreram* (Tondela) ou *A perpétua memória dos mortos da Grande Guerra naturais de Elvas 1914-1918* e, ainda, as raras expressões em latim, como o caso de Évora *Filis Pro patria caesis Ebora* e, com alguma frequência, nos memoriais dos territórios coloniais, *Dulce et decorum et pro patria mori* (Felizes e honrados aqueles que morrem pela Pátria), uma das linhas da *Odes* do poeta da Roma Antiga Horácio, muito usada por toda a Europa, mesmo em poemas que contestam a guerra.

Entre simples, poéticas e "personalizadas", as inscrições funcionam no monumento em coerência com o todo monumental. É, no entanto, importante firmar a neutralidade das inscrições, seguindo a maioria o padrão mais simples e cívico, longe das polémicas que a construção de memoriais faziam emanar nos países aliados.

Criadores de novos espaços de civilidade, os monumentos aos mortos tornam-se, ao longo do século XX, aglutinadores de rituais. A sua localização junto a um espaço civil, religioso ou cemiterial demarcará a sua significância e consequente apropriação. Em Portugal, a maioria dos memoriais situa-se em praças ou parques públicos centrais, comportando uma neutralidade de significação geográfica, que é perturbada quando se trata da "praça do poder", conferindo ao monumento uma centralidade topográfica de perpetuação do poder.

As representações conferem ao memorial a maior parte da sua significação. Das mais simples estruturas padronizadas, às pouco problemáticas e universalizadas imagens do soldado, até às polémicas e abstracizantes alegorias, mais raras e tardias

772 Tendo em consideração os modelos de análise estabelecidos por Antoine Prost, para a realidade francesa, e por Claudio Canal para Itália.

773 As inscrições que fazem alusão à questão local têm uma variação muito pequena como, por exemplo: *Aos Soldados arrudenses que perderam a vida honrando a Pátria*; *Homenagem de Chaves aos seus mortos, 1914-1918*; *Aos heróicos soldados deste concelho mortos na Grande Guerra, 1914-1918* [Estarreja]; *Lagos glorifica a memória dos seus filhos mortos na Grande Guerra*; *O concelho de Mação aos seus Mortos da Grande Guerra*; *O concelho do Marco de Canavezes. Aos seus heróicos filhos mortos durante a Grande Guerra em França e África, 1914-18*; *O concelho de Santarém aos seus Mortos da Grande Guerra*; *Memória dos mortos e homenagem aos Combatentes da Grande Guerra (1914-1918). O Concelho do Seixal.*

em Portugal, todas elas constituem, com as demais componentes, a polissemia monumental[774].

Discorde do caso francês, em Portugal o esforço da republicanização dos memoriais parte de associações com relativa autonomia do regime, mas que facilmente serviam aos seus intuitos ideológicos e propagandísticos. A JPN e a CPGG, cada uma com objectivos e concretizações específicas, assumem as linhas da via oficial, denunciando os seus limites e especificidades.

Evitando uma categorização abusiva de uma centena de monumentos, carregados de símbolos e epígrafes de estilo cívico, importa referir que são quase inexistentes as inscrições ou representações patrióticas. Contam-se as excepções dos exemplares finalizados no contexto do Estado Novo, lembrando que a maioria dos monumentos foram iniciados ou realizados ao longo dos anos vinte, embora a conclusão dos projectos não date dessa década. Ao associar-se estes formatos à escultura pública do Estado Novo, especialmente quando se refere o caso da CPGG, que implicou largos custos e intervenção escultórica de vanguarda, incorre-se numa generalização abusiva, já que os objectivos na base da sua projecção são fortemente republicanos.

A evolução da arte contemporânea não deixou de estar presente nestes projectos, que se arrastaram pela incapacidade financeira e de decisão. Não se pode negligenciar uma diferença entre os monumentos de grande e média cidade (produto culto e grandioso, uso e abuso de expressões latinas, epigrafia clássica, complexa estrutura arquitectónica e alegórica), e aqueles de pequenas aldeias ou cidades com menor poder financeiro (inscrições lineares e imediatas, estruturas simples como estrelas, obeliscos e colunas).

Existe uma evidente recorrência de monumentos de carácter cívico, na sua maioria padrões elementares, onde o serrano e a cruz de guerra são constantes. Cerca de metade memoriais são de natureza cívica, maioritariamente erguidos ou iniciados na década 20, logo que a Junta Patriótica do Norte lança o "modelo-padrão» (adoptado oficialmente)[775], distribuindo-se maioritariamente pelo Norte do país. A sua simplicidade e baixo custo apresentavam-no como uma solução fácil, a que se

774 Cf. Canal, «La retorica della morte...», 637.

775 Cf. LC, CPGG, Pasta VI – Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra, 31 de Agosto de 1936: «Ílhavo. Monumento aos mortos da Grande Guerra, erecto por subscrição pública iniciada pelo jornal 'O Ilhavense' e com o auxílio valioso da Câmara Municipal. Foi inaugurado a 9 de Abril de 1924. O modelo é uma estilização do modelo fornecido às câmaras pela Comissão dos Padrões. É construído em mármore e feito pelo escultor António da Silva Fidalgo de Lisboa. Está colocado no centro do parque da Vila».

juntou, com a mesma civilidade, o serrano que teve no Porto o seu primeiro exemplar, uma forma recorrente em todos os países participantes na guerra, mas que em Portugal apenas se fica pela representação realista, nada predisposta a conotações vitoriosas ou derrotistas, mas com variações dependentes da opção do artista responsável.

A tipologia menos recorrente em Portugal é aquela que comporta uma maior crítica à guerra e ao sacrifício perpetrado – a funerária. Quase pacifistas, tratam-se de exemplos que, mais do que evidenciarem os heróis mortos, prestam-lhes luto. Em França, soldados agonizantes ou outras estátuas, como choradeiras ou alegorias, insistem sobre o facto dos soldados estarem mortos. Por cá, este papel é assumido em dois raros exemplares pela *mater dolorosa*, uma espécie de mãe universal que chora as perdas. O monumento às viúvas dos combatentes de Simões Almeida Sobrinho e o trabalho, mais tardio, de João da Silva para o Porto, revelam duas mulheres cobertas de um véu lutuoso, cujo peso do sofrimento, na segunda, é sublinhado pela palma funerária a toda a altura do corpo. Outros, mais do que metáforas, são concretamente funerários, como em Almeida; Vila Nova da Barquinha; Alto de S. João; e Castelo Branco. O último, inicialmente instalado no cemitério local, apresenta forma de altar esculpido de cruzes de guerra, nomes de batalhas vencidas, e a cada canto a esfera armilar, elementos que em conjunto com um texto de conotação gloriosa determinam uma interpretação além da meramente funerária. Tal não acontece com o monumento de Vila Nova da Barquinha, indubitavelmente fúnebre, assim como Elvas e Leiria, embora o segundo advenha de uma "frustrada vitória"[776]. Acrescente-se o altar da pátria para o cemitério militar português, exemplar raro de tipologia funerário-patriótica.

[776] Elvas denuncia-se pela inscrição "A perpetuar a memória grandiosa dos mortos da Grande Guerra naturais do concelho de Elvas 1914-1918". Em Leiria, a simbologia do *anjo de morte,* adossado a uma espécie de campa incompleta, e a localização nas proximidades de uma igreja. Segundo o auto de entrega deste monumento, a ideia inicial seria a representação de uma vitória, mas a falta de meios foi despindo o memorial apenas para a alegoria que, ao contrário da época, seria mais perceptível como um *anjo de morte* (Cf. João Cabral, *Anais do Município de Leiria*. Volume II. (Leiria: Edição Câmara Municipal de Leiria, 1993), 73-75).

Imagem LXXXII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Leiria. Augusto Romão (arq.) Luís Fernandes (esc.), 2 ou 11 de Maio de 1929: "Leiria – Aos Mortos da Grande Guerra. 1914-18" (Fotografia da autora).

Em Leiria, a simbologia do *anjo de morte* adoçado a uma espécie de campa incompleta, e a localização nas proximidades de uma igreja dão ao monumento um carácter fúnebre. Segundo o auto de entrega, a ideia inicial seria a representação de uma vitória, mas a falta de meios foi despindo o memorial apenas para a alegoria que, ao contrário da época, seria mais perceptível como um *anjo de morte*. (João Cabral, *Anais do Município de Leiria* (Volume II. Segunda edição Revista e Aumentada. Leiria: Edição Câmara Municipal de Leiria, 1993), 73-75.)

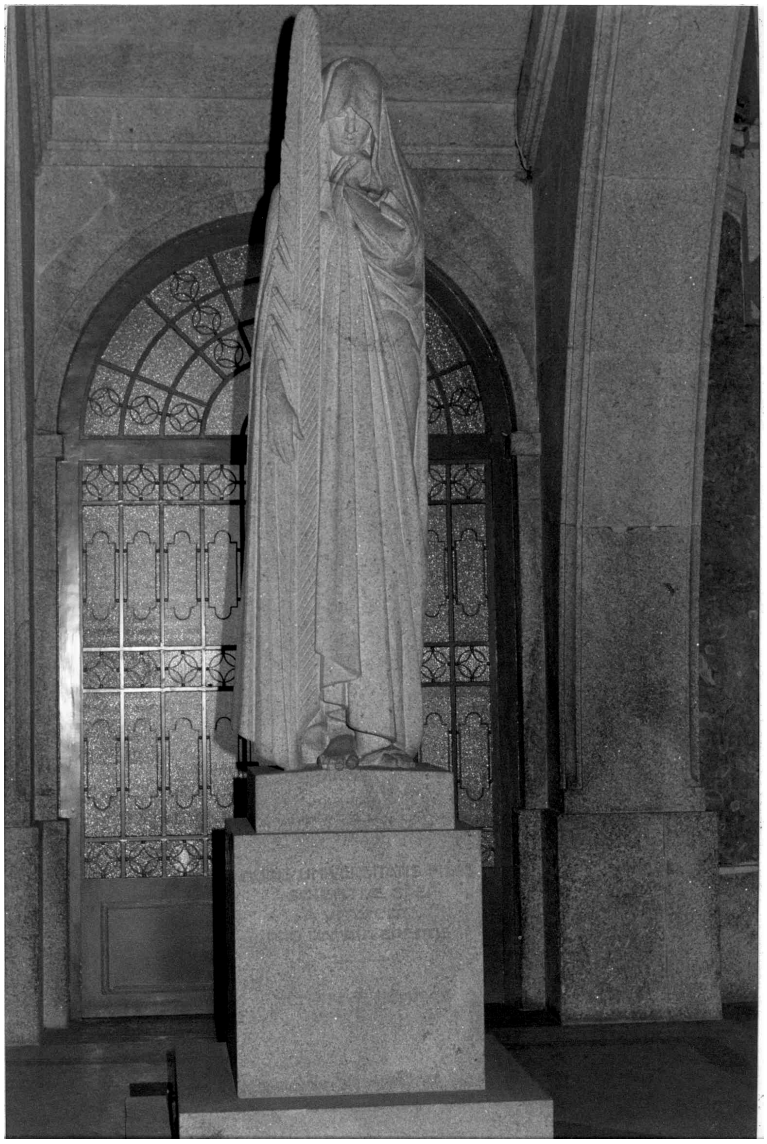


Imagem LXXXIII. Monumento aos estudantes mortos na Grande Guerra da Universidade Porto. João da Silva (esc.), 16 de Outubro de 1948: "*Huius Universitatis filiis scientiae spei A vita cito pro patria ereptis*".

Imagem LXXXIV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Elvas, 22 de Setembro de 1938: "A perpétua memória dos mortos da Grande Guerra naturais do concelho de Elvas. 1914-1918". (Fonte: LC)

Ao contrário de França, onde a projecção de construções de carácter funerário originou fortes discussões entre Estado e Igreja, em Portugal tal não aconteceu. Na verdade, raros são os exemplares erguidos nas redondezas das igrejas e muito menos aqueles que comportam epigrafia religiosa. À falta de consenso, ter-se-ia o monumento-padrão mais comum, que na sua simplicidade, se não mesmo simplório desprezo, agradava a todos. Reflecte-se aqui uma política social de conciliação no que concerne à memória da guerra, destoando da rígida laicização de inícios do regime.

A verdadeira concretização do mito, pelo reconhecimento da vitória resultante do esforço republicano, seria conseguida mais tardiamente em Portugal. O monumento patriótico, sito em praça pública, é imediatamente reconhecível por inscrições que o indiciem. Contudo, na sua ausência, como acontece nos casos portugueses, o carácter patriótico ou vitorioso é dado pela escultura geralmente alegórica. Mais simples de usar, estas conferem um significado universalizante e consensual. Tal como aqui já foi trabalhado, estes são exemplares que resultam maioritariamente de esforços oficiais ou de uma maior capacidade de investimento económico da comunidade responsável[777].

Acrescente-se algumas realizações figurativamente particulares, nomeadamente Loures (Fernando Soares, 1929), pela complexidade da composição, que reproduz uma cena realista de combate nas trincheiras imbuída em símbolos nacionais; Mira (Francisco Santos, 1932), que sobre a estrutura simples de um pedestal coloca o busto de uma República claramente identificável; Coimbra (António Varela e Luís Fernandes, 1932), pelo carácter vitorioso de uma munição gigante rodeada de homens firmemente prontos a combater; assim como Estremoz (Escola José Maria de Sá Lemos, 1941) que, em tempo de Estado Novo, tinha inscrito *Não há maior honra na validez do que a de ser soldado português*. Cabe ainda referir os monumentos personalizados, sempre sem esquecer a homenagem geral aos mortos da guerra, como Vila Real a Carvalho Araújo, Figueira da Foz e Vila Nova da Barquinha ao primeiro soldado português morto em França.

[777] Os exemplares que recorrem à utilização da alegoria da Pátria são Lisboa (Maximiano Alves, 1931); Soure (Francisco dos Santos, 1934); Portalegre (Henrique Moreira, 1935); S. João da Madeira (Henrique Moreira, 1937); Abrantes (Rui Roque Gameiro, 1955); Lourenço Marques (Rui Roque Gameiro, 1935). Recorrem à estilização em forma de vitória, mais ou menos alada na forma, Évora (João da Silva, 1933); Valença do Minho (João da Silva, 1933); Portalegre (Henrique Moreira, 1935); Luanda (Henrique Moreira, 1934).

Imagem LXXXV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Estremoz (pormenor). José Maria de Sá-Lemos, 8 de Setembro de 1941: "A morte só aos fracos intimida: temer a morte é não honrar a vida; Não há maior honra na validez do que a de ser soldado português; A pátria é duas vezes nossa mãe. Dar a vida por ela é morrer bem; Quem morre pela pátria atinge a glória, pois revive nas páginas da história". (Fotografia da autora)

Imagem LXXXVI. Inauguração do monumento aos mortos da Grande Guerra de Loures. Fernando Soares, 8 de Dezembro de 1929: "Aos mortos da Grande Guerra". (Fonte: AML, AF, B09398)

Imagem LXXXVII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Coimbra. António Varela e Luís Fernandes, 10 de Agosto de 1932: "Coimbra – aos seus mortos da Grande Guerra. 1914-1918". (Fotografia da autora)

Um imiscuir de categorias está manifestamente presente. Não se pode falar de limites estanques, porque facilmente se encontram fórmulas intermédias conferidas, muitas vezes, pelos símbolos que se lhes acrescentavam, ou, mesmo pela ausência de memórias descritivas que permitissem uma fácil interpretação daqueles de categorização mais dúbia. Como afirmou Prost, uma tipologia não é uma classificação rígida, os tipos puros existem, mas a maioria dos monumentos são bastante complexos[778]. Algumas formas são extremamente transversais, como o caso da estrela, cruz de guerra, armas, munições e símbolos floreais, como o louro e a palma de oliveira, normalmente associados à imagem da mãe-pátria camponesa ou mesmo à metáfora da morte.

A natureza polissémica dos monumentos dá a possibilidade aos contemporâneos e ao historiador de estabelecer múltiplas interpretações. Segundo Annette Becker, as imensas representações hesitam entre a descrição do heroísmo e aquela do horror da guerra, uma vez que as duas realidades foram sempre coexistentes no campo de batalha[779]. Existe uma grande preocupação na compensação do luto colectivo, mas de forma mais acentuada procuram compensar cada indivíduo, colocando o seu nome sobre a lápide e o monumento local, para que os cidadãos fossem heróis sem distinção.

IX. 5.2. A face da precariedade do *mito*

Os monumentos traduzem a fragilidade da acção da República na construção da memória nacional, quer na concessão de financiamento, quer no apoio formal aos projectos. Um artigo da *Voz do Combatente*, periódico da agência da LCGG de Coimbra, intitulado "Ilusão, falsidade, mentira" faz uma alusão ao esquecimento a que foram votados os monumentos:

> Para esses padrões gloriosos, só olham com amor, saudade e também com orgulho, os que em sentido recolhimento lembram os mortos que eles pranteiam. Os Monumentos aos Mortos da Guerra, pelo nosso país espalhados, são de iniciativas particulares, e cada um só abençoado e rodeado pelas lágrimas locais, de família e amigos, mas a que faltam as lágrimas da Pátria que lá fora os enaltece e valoriza[780].

778 Cf. Prost, «Mémoires locales...», 41-50.
779 Cf. Becker, *Les Monuments...,* 23.
780 "Ilusão, falsidade, mentira", *A Voz do Combatente*, 7 e Fevereiro de 1931, p. 4.

A maioria das construções seguia um modelo determinado oficialmente – «uma estilização do modelo fornecido às câmaras pela Comissão dos Padrões»[781]. A opção oficial pelo arquétipo mais simples é, mais do que uma determinação ideológica e simbólica, um recurso inevitável pela precariedade económica. Na verdade, as poucas alterações ou acrescentos efectuados ao modelo padrão da responsabilidade da JPN eram de natureza simbólica e nada estruturais. À base, coluna e espera armilar ou cruz de guerra, poderiam ser acrescentados elementos como uma palma alusiva à morte e à vitória, um escudo, uma coroa de louros ou uma lápide.

As estruturas que investiram em estatuária mereceram aqui maior destaque, dado o empenhamento financeiro, social e cultural que implicaram, veiculando uma possível interpretação da natureza da memória da I Guerra Mundial. Esta análise não esgota as possibilidades de catalogação dos monumentos aos mortos da Grande Guerra de responsabilidade portuguesa[782]. Conta-se cerca de uma centena de produções, podendo o número ser alargado se tivermos em consideração os trabalhos realizados em território colonial ou os pequenos monumentos funerários nos talhões reservados a antigos combatentes, além dos mais significativos de Richebourg l'Avoué e Castelo Branco (Mapa II)[783].

Em Portugal, à parte do modelo apropriado institucionalmente, existe um conjunto de formatos de estatuária aos quais importa dar atenção, assentes entre modelos mais gerais (assimilados de tendências europeias) e aqueles marcados pelo cunho pessoal do artista responsável pelo projecto. É através dos textos da época que melhor se percebem os valores que precedem à construção desses monumentos, embora não se verifique muito interesse em escamotear as intenções do escultor, mas em percepcionar as similitudes que atravessam este universo de construções.

---

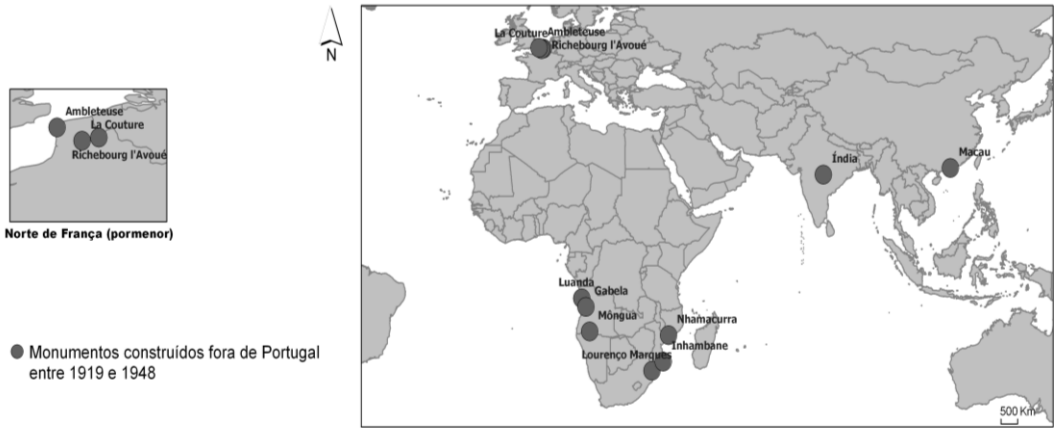
781 Cf. LC, CPGG, Pasta VI – Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra.

782 Para analisar os monumentos foram importantes as fontes provenientes do Fundo da CPGG, mais especificamente do *Ofício* enviado aos estabelecimentos militares locais para identificação de lápides e monumentos existentes (1936), (Cf. LC, CPGG, Pasta III – Lápides e monumentos em Quartéis e outros estabelecimentos Militares, Capa Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro de 1922-1936); alguma imprensa especializada; relatórios de gerências da CPGG, Comissão Nacional do MNGG, JPN e LCGG.

783 Um relatório de 1942 da LCGG apresenta um dos primeiros levantamentos, além daquele realizado pela JPN e completo pela CPGG, da "Relação de talhões privativos dos combatentes da Grande Guerra", acrescentando informação ao relatório de 1938, existindo cerca de 106 talhões, sendo que desses têm ossário cerca de 28, e tem monumento 14 cemitérios (Abrantes, Palhais, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Feira (cemitério Oriental), Lamego, Lisboa (Cemitério oriental), Lourenço Marques, Macau, Rio de Janeiro, Valença, Vendas Novas, Viana do Castelo). Os proprietários poderiam ser câmara municipal, Liga dos Combatentes e junta de freguesia. Anexo XXI. Relação dos talhões privativos dos Combatentes da Grande Guerra, nos vários núcleos associativos.

Mapa II. Monumentos aos Mortos da Grande Guerra [784]

[784] Anexo XXII. Monumentos aos Mortos da Grande Guerra (base de catalogação e categorização).



Fonte: Mapas realizados pela autora a partir das fontes que serviram à realização do texto e da base de dados anexa (Anexo XXII).

Os primeiros anos do pós-guerra são marcados, no universo artístico-cultural, por formatos tradicionais reclamados por uma Europa devastada. A I Guerra Mundial animou duas linhas culturais, uma de maior ruptura e modernismo e outra de retorno ao tradicionalismo familiar.

O início do conflito devolveu a Portugal um conjunto de artistas com manifestos fulgurantes, rupturas e acções provocatórias contra o pacato ambiente português, denunciando o passadismo persistente. É neste panorama, de uma produção oficial de arte agarrada ao naturalismo oitocentista e protegida pela República, que irão despontar os monumentos aos mortos da Grande Guerra. Houve, durante o conflito, um esforço no desenvolvimento de uma campanha de propaganda e de investidas culturalmente inovadoras em torno da guerra, lançando as bases de um projecto memorial da responsabilidade da União Sagrada. O convite a Sousa Lopes para cobrir o quotidiano de guerra resultaria num conjunto de obras que iriam compor parte de um grande projecto pensado da República. No entanto, o Museu da Grande Guerra não passou de um projecto, como tantos outros, sendo reduzido a algumas salas do Museu de Artilharia[785].

O universo dos memoriais ficaria marcado por uma iconografia historicista e de pouca liberdade criativa, verdadeiros manifestos de evocação histórica com figuras másculas e imponentes, pautadas por um profundo idealismo de imagens de epopeia. Trata-se, antes de mais, de um trabalho sentimentalmente nacional e historicista.

785 Cf. "Contrato com o pintor Sousa Lopes para decoração de salas no Museu da Grande Guerra. As telas de Sousa Lopes", *O Século,* 24 de Fevereiro de 1932; "Museu da Grande Guerra", *A Guerra*, 5 de Novembro de 1926, p. 6; *Diário da Câmara dos Deputados,* 7 de Agosto de 1925, p. 4.

O arrastamento do processo de concretização abarca duas gerações de escultores: deambula-se entre projecções de maior ou menor originalidade, em que Teixeira Lopes e, seu discípulo, Henrique Moreira mantêm-se agarrados ao academismo, demonstrando laivos de um naturalismo oitocentista em transição para o realismo; e, numa segunda fase, incursões tímidas no modernismo, protagonizadas pelos trabalhos de Maximiano Alves e Roque Gameiro[786]. Foram vários os escultores que deram o seu cunho pessoal na formulação dos serranos. Francisco dos Santos e Anjos Teixeira, nos seus exemplares da Covilhã e de Viseu e Santarém, respectivamente, geram uma ideia de soldado idealista integrado no espaço, longe das poses mais rígidas dos habituais padrões militares. Exemplo disso é a obra de Vila Real de Anjos Teixeira, cujo dinamismo criativo vai da estátua enérgica aos nus da base.

António Teixeira Lopes revela-se como um dos homens mais agarrados ao classicismo, maioritariamente nos temas empregues, de que La Couture é exemplo. Artista sofrido, que cultiva uma estóica dor como forma de estar na vida, servindo de raiz à sua convicta comoção que lhe serve de fonte criadora e expressiva. Um lirismo que, num mesmo movimento, é visível na obra de Maximiano Alves, mas com preferência por valores modernizantes nas suas "anatomias miguelangelescas".

Roque Gameiro e Henrique Moreira foram os escultores que mais materializaram o grande objectivo dos memoriais, atingindo com nevralgia a mensagem ideológica que estes monumentos serviam. Mais do que prestar homenagem aos mortos, foram capazes de consolidar o mito. Rui Roque Gameiro, através dos monumentos de Abrantes e Lourenço Marques, manifesta uma qualidade plástica de realizações de grande serenidade na sua imponência, dando ao autor o lugar de primazia da sua geração, que a morte precoce fez perder. Uma obra marcada por um profundo inconformismo com os cânones estabelecidos, que em Abrantes se exprime numa «justa dimensão dos valores escultóricos em que acredita […] sem cedências literárias ou comoções estéticas, antes afirmando uma escala grandiosa", e em Lourenço Marques retoma a figura da pátria, agora isolada, mas mais uma vez «também a solidez da massa pétrea, uma clara definição de volumes e uma síntese perfeita na execução do corpo e suas roupagens»[787].

Henrique Moreira foi o escultor que mais marcou o conjunto dos monumentos aos mortos de guerra, sendo possível identificar, do serrano à

[786] Cf. José-Augusto França, *O modernismo na Arte Portuguesa* (Lisboa: Biblioteca Breve, 1979), 56-57.
[787] Pereira, *Dicionário de Escultura…,* 320.

construção de grande envergadura, a sua evolução enquanto artista. O discípulo de Teixeira Lopes manteve-se sempre fiel ao naturalismo e realismo evidentes em obras de grande fôlego, onde figuras paralisadas com poses e movimentos estruturados revelam a sua apetência por encomendas oficiais marcadamente historicizadas. Deste ponto de vista, a «escultura de Henrique Moreira servia perfeitamente o programa ideológico do Estado que exigia uma linguagem monumental simultaneamente dotada de um expressionismo convencional»[788]. Tem a sua grande manifestação no exemplar de Luanda, uma obra que já exibe a tendência para o agigantamento que se veio a afirmar nos anos 30, com forte agitação de forma nos panejamentos cabelo e asas, embora seja em S. João da Madeira que nos oferece um dos memoriais de maior complexidade interpretativa.

De todo este conjunto e longe dos gostos oficiais, João Silva é responsável pelas representações mais críticas e humanizadas, sendo também autor de um monumento às crianças mortas na Grande Guerra, encomenda francesa (*Pouliguen*, 1919), e do projecto da Aldeia Portuguesa (nunca concretizado)[789].

A implantação da República não trouxe consigo grandes alterações na cultura estética portuguesa. Este período esteve instalado entre duas gerações que transitavam entre um naturalismo oitocentista e um modernismo que marcaria a obra de artistas "assimilados" pelo Estado Novo, fazendo cair por terra o sonho de um regime republicano que apoiaria culturalmente as vanguardas, optando pelo academismo nas encomendas oficiais. Como escreveria José-Augusto França, insistindo na ideia do aparecimento dos modernismos nos anos 20[790],

> a aventura parara, ou fora esquecida, numa sociedade instável, de gosto tardio, que confundia modernidade com mundanismo, e se manteve mentalmente ligada ao naturalismo do fim do século XIX. Em 26, este sonho parece terminar de vez, com o fim de uma I República que, assediada no plano político, não tivera a possibilidade de criar uma consciência sociocultural na Nação, e fora incapaz de esboçar outras necessidades nos campos da criação artística[791].

A compreensão da realidade cultural e artística portuguesa, ao longo do século XX, é impensável sem que se considere o contexto político, ainda mais se o foco de observação se afunilar sobre a estatuária pública que, dependendo do regime

788 Pereira, *Dicionário de Escultura…,* 411.
789 Cf. "Monumento aos Mortos Portugueses da Guerra (projecto de João Silva para a Aldeia Portuguesa da Flandres)", *Ilustração Portuguesa,* 1 de Novembro de 1920, (capa). O escultor recusa o prémio *Soares dos Reis* atribuído pelo SNI em 1949.
790 Cf. França, *O modernismo na Arte Portuguesa*….
791 Cf. José-Augusto França, *A arte e Portugal no século XX* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1974), 186.

político, é objecto de maior ou menor jogo de forças entre hegemonias de poder e base social. Os monumentos aos mortos da Grande Guerra são, acima de tudo, um projecto público, apesar de se constatar em Portugal uma incapacidade da I República determinar uma linha escultórica oficial ou um modelo. Coube a associações que propagavam os valores republicanos determinar os modelos a seguir pelos escultores, cuja liberdade criativa deveria sujeitar-se aos parâmetros da encomenda pública, fortemente marcada pelos academismos[792].

Os monumentos aos mortos da Grande Guerra encerram um conjunto de elementos significantes. Depois de uma análise de conjunto, e considerando apenas aquelas construções portadoras de algum significado ideológico, constata-se que, não obstante alguns cunhos de criação individual, os monumentos revelam uma veneração geral pela pátria, desde a representação do serrano às alegorias, sendo as alusões à guerra apresentadas como uma dedicação apaixonada, numa apropriação representativa da liturgia de tradição religiosa[793]. Os nomes constroem a ponte entre o tributo colectivo e a memória dos indivíduos, pedindo por um catálogo de virtudes patrióticas e uma permanente inspiração para as gerações futuras, o exemplo dos verdadeiros patrióticos que serviram a pátria e a imortalizaram[794].

Tal como a realidade do país, também os monumentos foram talhados pela pobreza e simplicidade, na recorrência de um modelo simples oficialmente estabelecido, delineado pelos símbolos da *identidade portuguesa republicana.* As comissões ou associações assumiram um papel apenas consultivo, sujeitando as construções ao gosto e à capacidade económica local, o que não permitia a contratação de um artista (se o fosse, este estaria entre as determinações centrais e as da colectividade). Raros são portanto os casos que escapam ao modelo oficial, adaptado daquele da JPN. Os monumentos não se confinam a ser comemorativos e de memória aos mortos, constituindo igualmente suporte de ligação entre os vivos e os mortos. Assim, em Portugal, o desenvolvimento de uma arte memorial à I Guerra Mundial, no sentido literal de arte como acto reflectido e com finalidade, aliada ao

---

792 Não fossem os lugares da academia estarem ocupados pelos mestres persistentemente agarrados aos velhos movimentos.

793 Existe um interesse na passagem da ideia de sacrifício por um bem maior – a pátria, adoptando uma mensagem profundamente religiosa. A guerra seria o momento da reaproximação entre a Igreja e a República. Muitos foram os termos que a isso induziram – como "união sagrada", mas é deste contexto rememorativo e das, embora raras, representações dos monumentos, considerando como grandes exemplares os monumentos funerários e de uma forma mais evidente o monumento de La Couture, em que a Igreja consegue recuperar socialmente um papel de força (Cf. Becker, *Les Monuments…,* 96).

794 Cf. Sherman, *The construction of the memory…,* 65-68.

necessário embelezamento dos mortos vítimas de uma acção política (desde o tratamento dos corpos físicos às suas representações mais ou menos simbólicas ou doutrinárias), esteve longe de alcançar resultados visíveis.

Os monumentos aos mortos da Grande Guerra são espaços modelados de uniformidade europeia, a par da diversidade dos argumentos nacionais em torno da massificação produtiva, da vulgarização, ou do utilitarismo inerente. São cenotáfios simbólicos neutralizantes em território sagrado, em torno dos quais se renovavam anualmente celebrações, como o 11 de Novembro – unanimemente uma festa popular e republicana. Centros de uma nova liturgia da pátria de culto e de pesar, estão comummente marcados por uma precariedade generalizada, muito ao sabor da incapacidade das administrações centrais de determinarem linhas de concepção em favor da emancipação das decisões locais, na sua manifesta especificidade linguística, cultural, ou mesmo, religiosa.

Politicamente, «os monumentos aos mortos reflectem fielmente a interpretação oficial da guerra, aquela construída e acreditada pelos instrumentos de formação de opinião pública controlados pelo poder: a guerra justa; a guerra pela liberdade; a guerra do ressurgimento, tudo convergindo sobre o motivo da luta contra o alemão, o inimigo e opressor de sempre»[795]. Aqui falha a República, na incapacidade de perpetuar, ritualmente, a sua liturgia pelos símbolos consolidados na arte, altar da nova religião civil.

Errara o regime na apropriação política, mais ainda no que diz respeito aos memoriais concelhios, quer na definição simbólica, quer nos processos cerimoniais de renovação. As excepções ocorreram maioritariamente, quer durante a I República, quer nas ditaduras, nos momentos de inauguração. Muitos seriam os esforços do Presidente da República António José de Almeida, sempre estreitamente afecto à consolidação do processo memorial, e mais tarde de Óscar Fragosa Carmona[796]. A utilização política não seria, no entanto, o centro das frequentes apreciações críticas, mas sim as opções simbólicas e a morosidade, tal como se manifestou no

795 Renato Monteleone e Pino Sarasini, «I monumenti italiani ai caduti della Grande Guerra», in *La Grande Guerra. Esperienza, memoria, immagini,* coord. Diego Leoni e Camillo Zadra (Bologna: Il Mulino, 1986), 632-633.

796 À excepção daqueles monumentos inaugurados pela CPGG, como se pode verificar pela polémica participação na inauguração do monumento de La Couture, verificaram-se raras presenças locais de que é exemplo o monumento do Porto, Cascais, Vila Real ou Mondim de Bastos, este último viu a sua inauguração ser alterada várias vezes, fruto da indisponibilidade dos membros do governo. Veja-se LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929*…, 126; "Em Arruda dos Vinhos foi ontem inaugurado, com toda a solenidade, o monumento aos mortos da Grande Guerra", *Diário de Notícias*, 14 de Junho de 1929, p. 2; ANTT, MI, Secretaria-geral, Livro 38, 3 de Junho de 1929.

monumento do Porto, também o exemplar de Santarém foi severamente criticado no periódico *A Guerra*,

> o projectado monumento não tenta prestar homenagem a um soldado português, como seria natural, como seria lógico, como seria para desejar e como seria patriótico. Não. O projecto do monumento representa, segundo me disseram, e segundo a gravura está mostrando, a figura dum soldado inglês; indumentária inglesa, armamento inglês. Quem foi o artista que concebeu tal figura de soldado português? Quem concordou em que fosse colocado no lindo Jardim das Portas do Sol […] não sei quem concordou aprovar o trabalho anglicanizado do escultor Anjos Teixeira. E mais: basta reparar na cara do Soldado. É efemininada, talvez inspirada numa casa de linda miss albionica, nunca na máscula expressão da região feroz do Ribatejo, região tão portuguesa, tão bela, tal sedutora que na sua capital não deve consentir-se, para prestar homenagem aos seus filhos mortos na África ou em França – um monumento expressivo de graça inglesa[797].

As possibilidades expressivas dos memoriais escaparam ao controlo oficial, sendo na generalidade delineadas por instituições republicanas que responderam aos múltiplos desejos das entidades oficiais e locais e ao universo das comunidades de luto. Pela necessidade de transcendência da dor e de compensação universal, os monumentos aos mortos revelam um profundo conservadorismo, evidenciando mais do que qualquer outro fenómeno comemorativo, a natureza da religião cívica. Existe uma necessidade de perpetuar os rituais de tradição cristã, garantindo uma familiaridade, a crença no futuro e a transcendência da experiência da guerra.

Raríssimo, quer em França, quer em Portugal, é o recurso a modelos da antiguidade clássica pagã, onde corpos de soldados seminus são representados de feição enérgica, um fenómeno quase exclusivamente italiano. Formatos artísticos que estariam na base dos memoriais modernizantes do fascismo italiano. Segundo Patricia Dogliani, numa segunda fase, o fascismo ocupar-se-ia dos monumentos, determinando a transição entre o estilo neoromânico clássico dos monumentos dos anos 20 e o *vitalista-nacionalista* fascista dos anos 30[798].

Em Portugal, é falacioso atribuir a uma iniciativa estado-novista qualquer projecto que apresente características de agigantamento ou de modernismo. Exemplares como os de São João da Madeira, Abrantes, Luanda ou Lourenço Marques, com especial destaque para os últimos dois, irrompem de objectivos delineados em tempos da I República e do necessário reforço – político e simbólico

[797] "Reclamações e alvitres. A propósito do monumento em projecto", *A Guerra*, ano 1, n.º 4, 9 de Abril de 1926, p. 30.
[798] Cf. Patricia Dogliani, «Les monuments aux morts de la grande guerre en Italie», *Guerres mondiales et conflits contemporains*, n.º 167 (1992): 87-94.

– da presença portuguesa nestes territórios[799]. Os conjuntos projectados durante a década 30, são resultado de iniciativas locais/privadas e politicamente desprovidos de conotação fascizantes, resumindo-se esta possibilidade à apropriação espacial durante as ditaduras, como são exemplo as efemérides do 1.º de Dezembro ou 28 de Maio em torno do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra.

Os monumentos, enquanto «necessidade de reintegração, de recuperação da morte do soldado, de transferência da morte individual, obscena e intransmissível, para a vida colectiva»[800], manifestam-se como parte significante num contexto político-social que exige, não raras vezes, a sua reutilização, evitando o esquecimento dos esforços de um tempo político e das suas intencionalidades. Interessa pois questioná-los como produções de um tempo, não sobre a sua construção ou destruição histórica. E isto, porque, evidentemente, os memoriais de guerra ainda não perderam o seu poder de colocar questões.

O debate em torno da natureza dos processos rememorativos, da forma como a Grande Guerra foi integrada nas histórias oficiais, demonstrou o seu forte cariz político, fruto das relações implicadas entre Estado, comunidades constituídas e cidadãos. Daniel Sherman, a propósito, afirma que «encarar as comemorações como uma luta ou negociação entre narrativas em competição ajuda a elucidar as complexidades das representações monumentais»[801]. Desde os monumentos das pequenas comunidades, onde se representam em formas simples de padrões ou obeliscos, àqueles monumentos das grandes cidades e de homenagem nacional representativamente mais generalistas e controlados pelo poder central, espelha-se a complexa e estreita relação entre local e nacional, individual e colectivo. Segundo Sherman, «cada lugar comemorativo representa uma confluência de elementos nacionais, regionais e locais[802].

---

799 Cf. "Padrões da Grande Guerra. A sessão solene, hontem realizada para entrega das primeiras pedras dos que hão ser erigidos em Angola e Moçambique", *O Século,* 18 de Março de 1924, pp. 1 e 5. Sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa com a presença do Presidente da República e do ministro da Guerra Álvaro Castro. O mesmo acontece "Em S. João da Madeira lançar-se-há a primeira pedra do monumento aos mortos da Grande Guerra no dia 11 do corrente", *O Século,* 7 de Novembro de 1928, p. 2 (Programa de preparação do lançamento, com uma grande cerimónia, mas sem membros do governo).

800 Canal, «La retorica della morte...», 660.

801 Sherman, *The construction of the memory…,* 69-71.

802 Sherman, *The construction of the memory…,* 217. Michael Rowlands estudou a grande polémica que envolve estas construções, sendo a grande missão dos memoriais a consolação do luto, chamando-o à esfera pública e estabelecendo relação entre vivos e mortos, de forma a que uma melancolia individual passe a ser um acto de transcendência colectiva (Cf. Michael Rowlands, «Remembering to forge: Sublimation as Sacrifice in War Memorials», in *The art of forgetting: materializing culture*, ed. Adrian Forty e Susanne Kuchler (Oxford: Berg, 1999), 131-143).

CONCLUSÃO

Dulce et decorum, pro patria mori…

Corpos são trasladados para a pátria-casa e convertidos em heróis, garante da persistência histórica da *memória nacional*. A morte em guerra galga a sua dimensão escatológica e é transfigurada por um processo de dissimulação política, convertendo-se na mais clara evidência de sucesso ou fracasso do *mito*.

A passagem do tempo abalou o valor político da morte em batalha?

As políticas da memória constituíram o foco deste estudo. Um esmiuçar dos esforços públicos, essencialmente políticos, cumpridos no sentido da construção de uma interpretação memorial de um dos acontecimentos mais traumáticos do século XX, a I Guerra Mundial. As implicações e respostas mobilizadas explicam-se ao nível da cultura, como os próprios *mitos* o revelam. A diversidade do investimento emocional na guerra, a que muito serviu a propaganda nacional, resultou num maior ou menor trauma no pós-guerra.

Vejamos, os argumentos e os resultados principais através de temas que atravessaram todo o percurso da investigação, criando ângulos de interpretação.

Valor e contra-valor da experiência de guerra

A I Guerra Mundial colocou as sociedades liberais perante um questionamento dos seus valores. A propaganda de guerra e, acima de tudo, as Uniões Sagradas, neste contexto, constituíram o produto híbrido e o verdadeiro culminar de formas e liturgias republicanas. O fim da guerra tornará urgente a reestruturação face às profundas clivagens instaladas dentro das sociedades.

As entidades detentoras de poder procuraram restabelecer a união nacional e a sustentação da sua força política através da hegemonização de uma memória oficial,

cuja imposição não foi pacífica. Afinal, a sociedade não é apenas um mero receptáculo. A mensagem impera dependendo do grau de fidelidade em relação ao passado; do nível de correspondência às expectativas da população; e da legitimidade daquele que organiza a comemoração[803].

A homogeneização cultural foi uma estratégia fundamental na construção dos Estados-Nação, impedindo a fragilidade perante rupturas impostas (como a guerra)[804], e estabelecendo um esquema de códigos e práticas consensuais representativas, mais ou menos tradicionais, mais ou menos modernas. Delinearam-se lugares de apropriação que requerem um universo de actividades políticas e sociais (contínuas) que os agarre como repositório de significados e narrativas aparentemente conciliadas.

Ora, a compreensão das representações da guerra resulta em múltiplas explicações que se imbricam, não obstante a sua maior ou menor especificidade nacional. Essa especificidade e a similaridade do *mito* português foram analisadas à luz do paradigma interpretativo de George L. Mosse. A força e persistência do *mito da experiência de guerra* variou segundo o país, fundamentalmente no pós-guerra, dependendo não só da derrota ou da vitória, mas de todo um conjunto de factores nacionalmente determinados.

Partindo das teorias que defendem a existência de uma cultura de guerra europeia homogénea e hegemónica, procurou-se desmontar – à luz do caso português – um conjunto de interpretações – adoptadas e divulgadas em torno da I Guerra Mundial – assentes numa relação directa entre a experiência de guerra, a brutalização das sociedades do pós-guerra, e a emergência de sistemas políticos autoritários.

Este trabalho integra o modelo de Mosse em torno do culto dos caídos, mas vem acrescentar mais um senão à generalização. Antoine Prost, vinte anos depois da apresentação do seu trabalho *Les anciens combattants et la société française* (1977), comenta a obra *Fallen Soldiers* de Mosse (1990), ressalvando as especificidades e diferenças do impacto da guerra nas culturas políticas alemã e francesa e desconstrói alguns dos pontos basilares do modelo explicativo de Mosse. Na sua visão, «é possível concluir que a brutalização da política alemã e o seu clímax nazi não foram derivados da

803 Cf. Valérie Rosoux, «De l'ambivalence de la mémoire au lendemain d'un conflit», dir. Laurence van Yperselle, *Questions d'histoire contemporaine: conflits, mémoires et identités* (Paris: PUF, 2006), 212.
804 Cf. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (ed.), *The invention of tradition* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996).

experiência de guerra, apesar de crucial. Eles foram o resultado de condições mais alargadas, enraizadas na cultura muito antes da guerra»[805].

Propôs-se, nesta dissertação, uma alternativa à explicação generalizante da brutalização da política no pós-guerra. Existe todo um conjunto de fenómenos culturais transversais aos intervenientes na guerra. Jay Winter anuncia a importância da análise da cultura de guerra para a compreensão do período do entre-guerras, como a ideia de uma universal partilha do luto, no entanto, apesar de geral e aglutinado em estruturas simbólicas partilhadas entre beligerantes, a sua apropriação é diferente: basta pensar-se num dos indícios da especificidade portuguesa – o Soldado Desconhecido. O estudo do caso português levou a questionar a interpretação de Mosse, bem como outras análises – essencialmente na linha do veterano e historiador Paul Fussell[806] – que apontam para uma forte ruptura na linguagem cultural, provocada pela Grande Guerra. Jay Winter, num trabalho mais direccionado ao estudo dos fenómenos culturais, vê na rememoração da guerra uma *abordagem tradicional* de a imaginar[807].

Terminada a guerra e assegurada a paz, instala-se um desalento profundo em relação às promessas das sociedades liberais e das uniões sagradas. O conflito impôs a necessidade de se procurar uma linguagem apropriada para a nova realidade política e cultural. Desta busca, velhos motivos – apropriados de universos tão distintos, como o romantismo ou o cristianismo – assumem novas formas e significados, num recurso constante a metáforas do século XVIII e XIX. As nações procuram o conforto no retorno ao passado (pré-industrial), principalmente nos processos que medeiam o culto dos mortos através de formas clássicas, românticas e cristãs que se imiscuem, inevitavelmente, em formas modernas já assimiladas, de onde decorre, por exemplo, a necessária e inevitável massificação dos fenómenos rememorativos.

Mais do que cultura de guerra, é importante falar de culturas de guerra. Se a pátria foi a bandeira da mobilização, os objectivos do imaginário defensivo são diversos. Daí a crescente importância de se considerar a existência de várias culturas de guerra e se proporem a analisar as suas semelhanças e dissemelhanças. A presença ou ausência de combates em solo nacional tem um impacto diferenciado sobre as representações da guerra, do inimigo e da legitimidade da própria causa. Este

805 Prost, «The Impact of War…», 217.
806 Cf. Fussell, *The Great War*….
807 O autor propõe ultrapassar as usuais divisões entre modernismo e tradicionalismo, sugerindo, ao invés, a adopção de uma fórmula mais cuidada de como os europeus imaginam a guerra e as suas consequências, evitando criar ruptura interpretativa e de resultado. Veja-se em Winter, *Sites of war…,* 3.

projecto teve como referência a França, o Reino Unido e, de alguma forma, a Itália, nunca negligenciando as especificidades e convergências culturais. O desafio passou justamente por «galgar as barreiras nacionais e continuar a investigar para além delas»[808].

De um olhar sobre períodos de grande transformação, como as guerras, associados à violência e ao terror da morte em massa, sobressai a importância da criação de moldes representativos estereotipados, duradouros e alienantes. Deste ponto de vista, «o trabalho do historiador não é, fundamentalmente, denunciar o fracasso da adequação entre o mito e a realidade histórica, mas de analisar as suas significações múltiplas através do tempo: mais do que ser um assassino dos mitos, o historiador explora o emaranhado»[809]. A análise da rememoração histórica permitiu compreender de que forma foi gerida a memória dos traumatismos no sentido do apaziguamento e da reconciliação, isto é, se o projecto da construção de uma *memória oficial nacional* teve implantação temporal e espacial, para lá das mutações no poder.

Perante os paradigmas interpretativos dominantes nos estudos da cultura de guerra, duas questões se assomaram como basilares ao pulsar deste trabalho. Influiu a experiência de guerra, tendo nos antigos combatentes máxima representação, numa brutalização da sociedade e política portuguesas? Esteve a rememoração da experiência de guerra na origem de uma ruptura cultural em Portugal?

Consentimento e dissentimentos políticos

A I Guerra Mundial não teve em Portugal os efeitos económicos e sociais verificados em países da Europa central, onde a crise económica e social e a "ameaça vermelha" precipitaram a formação de governos de coligação ou de direita[810]. Paralelamente, a intervenção portuguesa na frente europeia esteve longe de despertar o consenso nacional de outros países. Afastada uma ameaça territorial, a defesa das colónias não justificava uma diligência em território Europeu, nem mesmo por razões diplomáticas, antevendo-se motivações de ordem política no desejo intervencionista do Partido Democrático: anular divergências políticas e sociais internas, numa manifesta exibição de voluntarismo republicanista[811].

---

808 Winter, *Sites of war…,* 11.
809 Yperselle, *Questions d'histoire contemporaine*...., 38.
810 Cf. António Costa Pinto, «Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República», *Penélope*, n.º 19-20 (1998): 62-67.
811 Cf. Teixeira, *O poder e a guerra*….

Algumas interpretações teóricas da guerra estabelecem uma linearidade entre guerra e nacional-socialismo ou fascismo, já que a I Guerra Mundial seria o elemento crucial para conferir coerência à sua ideologia[812]. Esta relação directa entre violência de guerra e violência política, nos anos 20 e 30, pode ser compreensível em países como a Itália, Alemanha ou Rússia[813]. Não se incorra, porém, em generalizações. Longe da dimensão das repercussões que a guerra teve nesses países, em Portugal não se estabeleceram condições para a criação de grupos de veteranos capazes de compor as milícias de apoio às ditaduras. Contudo, estes estiveram longe de constituir uma sustentável base de apoio ao governo, a massa de oficiais milicianos que optou, em parte, por não desmobilizar, consubstanciada pelos problemas estruturais da I República, acabou por alimentar, em contrapartida, um conjunto de tensões corporativas[814].

A guerra daria corpo e conteúdo à mobilização contra a I República e, acima de tudo, a legitimidade que as Forças Armadas almejavam para uma acção de regeneração nacional. Depois da contenda e com o passar dos anos, a acentuação da instabilidade governamental é acompanhada pela afirmação, quer nas lides políticas, quer no espaço público, dos militares de quadro apostados em se apresentar como uma alternativa institucional e moral aos volúveis governos da República[815].

Afaste-se a ideia de que o projecto para o fim da I República parte da direita militar ou política. Na verdade, é «entre o escol dos pensadores republicanos que iremos encontrar os apelos mais sistemáticos à redenção do regime através de Governos de excepção apoiados pelo Exército»[816]. A Ditadura Militar não nasceu da vontade de instalar um regime autoritário de direita, na expressão de Medeiros Ferreira, não obstante os ares nacionalistas que se propagavam pela Europa. Segundo Gomes da Costa, a «Ditadura Militar nasceu da vontade imperiosa da Nação num momento em que corriam os mais graves riscos os destinos sagrados da Pátria. [...] E

---

812 Cf. G.L. Mosse, «Souvenir de la guerre et place do monumentalisme dans l'identité culturelle du national-socialisme», *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 41, (1994): 51-59.

813 Emilio Gentile, na análise do caso italiano, considera que «The war created a messianic expectation, the premonition of deeper changes, for both neutralists and interventionist, as much as for the great majority of the soldiers, who had accepted the war passively, fighting on with a steadfast spirit of dedication, believing in the promise of great rewards. This state of mind, and this subversive *residues,* that were to feed the myths of bolshevism and fascism, was the result of the way Italy actually took part in the war», Emilio Gentile, *The origins of Fascist ideology, 1918-1925* (New York: Enigma Books, 2005), 51-53.

814 Daqui se antevê algumas das dificuldades mais alarmantes que se colocaram aos antigos combatentes e inválidos de guerra, onde a precariedade dos apoios e subvenções em nada destoavam da realidade nacional.

815 Cf. Pinto, «Muitas crises…», 67.

816 Ferreira, *O comportamento político dos militares*…, 128.

sobre as ruínas provocadas por uma política de desorganização que encheu de desprestígio a vida da República, a obra de reconstrução nacional começou [...] Ele [Exército] saberá cumprir o seu dever até ao fim com o entusiasmo da magnífica mocidade que o anima. E com esse esforço generoso que honrou o nome de Portugal, nas terras Africanas e nos campos da Flandres, que o País conta para levar a cabo a cruzada em que estão empenhados os seus destinos e o prestígio da República, duma vez para sempre consolidada na consciência cívica da Nação»[817]. A revolta comandada pelas Forças Armadas seria uma forma, temporária, de restabelecer a ordem: uma «acção governativa inteligente e enérgica – sobretudo inteligente – que acalmasse as efervescências, em vez de as excitar»[818].

O universo dos antigos combatentes, enquanto movimento social e grupo identitário, serve de palco às diferenças políticas que habitavam as Forças Armadas. *A Guerra*, órgão oficial de imprensa da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, antecipa a revolução do 28 de Maio com um conjunto de artigos alusivos às consequências do conflito, à inoperância política e ao necessário restabelecimento da ordem, da autoria de declarados apoiantes da anunciada revolta, como Sousa Carrusca, António de Cértima, Sinel de Cordes ou Gomes da Costa[819].

Raros foram os artigos publicados n'*A Guerra* noutro período que fizessem referência, em tal dimensão, à política nacional, ponderando questões que não dissessem directamente respeito aos antigos combatentes. Considere-se ainda que, nesta fase, as posições divergentes relativamente à política nacional levaram a desentendimentos entre os membros da direcção da Liga e os da direcção da revista. A direcção, presidida por António Germano Ribeiro de Carvalho, eleita em Março de 1926 demitir-se-á por discordar do posicionamento ideológico da revista. Ao reconhecer que *A Guerra* veicularia uma mensagem patriótica e nacionalista de natureza autoritária, esta havia sido feita à revelia de alguns, se não mesmo da maioria, dos seus membros do quadro directivo. Os valores que dominam o quadro ideológico geral dos antigos combatentes são nacionalistas e patrióticos assim como o republicanismo português. É à luz desta afirmação e da conjuntura interna que se pode compreender o artigo de Sousa Carrusca, cujo posicionamento na direcção da

817 Gomes da Costa, "Para a frente", *Diário da Manhã*, 7 de Abril de 1931, p.1
818 Gomes da Costa, "A Guerra!", *A Guerra*, Ano 1, n.º 3, 1 de Março de 1926, p. 2.
819 Cf. "Consequências da Guerra – General João José de Sinel Cordes", *A Guerra*, Ano 1, n.º 4, 9 de Abril de 1926, pp. 10-11.

Liga, nunca fora significativo[820]: o «espírito do governo militar, é o espírito daqueles que lutaram pela Pátria no túmulo heróico das trincheiras. Aqui estamos, pois, meu general, prontos a segui-los, decididos a ocupar os postos, que nos indicar, para bem servir a Pátria. Entre os combatentes há monárquicos e republicanos de todas as matizes. Em nome da Pátria, lhes pedimos que abatam as bandeiras partidárias, sacrifiquem os interesses individuais e esqueçam ressentimentos mesquinhos, para só pensarmos na salvação de Portugal»[821].

Apesar do movimento de antigos combatentes ter origem na guerra não pode ser acriticamente confundido com uma espécie de milícia fascista. Como aqui já foi trabalhado, o desejo de um poder estável e ausente de divisões, constitui mera convicção moral, sem encadeamento prático. Tal como a *Union Nationale des Combattants* ou a *Union Fédérale* francesas[822], o movimento português defendia um reforço do executivo, o racionalismo e a expansão da democracia, mas nunca a limitação das liberdades ou o abandono do papel do parlamento. Era necessário reformar o regime, mas não substituí-lo. Villaverde Cabral refere que, «se o exército se recompõe finalmente, política e ideologicamente, a 28 de Maio, é em torno da fracção republicana e nacionalista. E é republicana porque tinha de o ser: pronunciamento em massa dos altos comandos, o 28 de Maio tinha de contar com o pessoal colocado pelos governos republicanos nesses altos comandos. Nacionalista, é-o pelas suas raízes mergulhadas simultaneamente na acção colonial e na guerra da Flandres»[823].

Memória e amnésia

Procurou-se demonstrar, neste exercício, de que forma os antigos combatentes constituíram ou foram constituídos agentes na construção política da memória da Grande Guerra em Portugal, pelo levantamento de fenómenos que vão desde a imediatez das recepções, integração e associação, ao consequente esquecimento ou silêncio imposto ou adoptado pelos antigos combatentes. Conclui-

820 Sousa Carrusca fez parte, como bibliotecário, da primeira direcção eleita (Julho de 1925), maioritariamente composta por republicanos.

821 Sousa Carrusca, "Pela Pátria", *A Guerra*, Ano 1, n.º 7, 1 de Julho 1926, p. 3. Atenção a alguns discursos de autores como António Cértima, radicalmente à direita, mas longe de ser voz dos antigos combatentes.

822 Cf. Prost, *In the Wake of War…,* 142-143.

823 Manuel Villaverde Cabral, «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes», *Análise Social,* XII, n.º 48 (1976): 902.

se que, colocando de parte as generalizações teóricas que estabelecem relação directa entre violência de guerra e brutalização da política, em Portugal a apropriação política da guerra e dos valores dos antigos combatentes é realizada por um movimento político-militar marcadamente republicano[824].

Não obstante o aniquilamento da força colectiva mobilizadora dos antigos combatentes, dissipada pelo mundo rural e emigração, existiu um movimento de antigos combatentes em Portugal, embora longe da dimensão e diversidade do francês, mas próximo da conservadora *British Legion* (pelo menos na forma e no quantitativo). A ideia de *vitória mutilada* ou a difícil integração não os atirou em milícias fascistas como na Itália, tendo a evolução política nacional sido «insuficiente para catalisar em favor de um movimento fascista os soldados desiludidos»[825]. O movimento de antigos combatentes português resulta de objectivos essencialmente assistenciais, tendo como pedra-de-toque reivindicativa a invalidez dos seus, estando o envolvimento político restrito aos núcleos urbanos e manifestamente retórico, sem concretização possível. Assim, qualquer tentativa de, através deste, veicular uma ideia nacionalista radical, parte de elementos exteriores ou minoritários, face a uma maioria republicana que persistiu activa até uma imposta regulamentação governamental e saneamento, verificados no início dos anos 30.

A falência do projecto da União Sagrada e a profunda instabilidade que marcou a República no pós-guerra impediram que esta experiência fosse, com sucesso, apropriada politicamente. Perante uma espécie de vitória mutilada, a República foi, acima de tudo, incapaz de construir narrativas do passado – da vitória na guerra – que legitimassem e consolidassem política e culturalmente a sua autoridade enquanto ordem apta a garantir a superação da crise.

Fracassara o governo português na busca da conciliação nacional através das primeiras comemorações à vitória na guerra, impedindo o reforço de mitos nacionais identitários, cuja base está inevitavelmente associada aos republicanos e ao século XIX. A *responsabilização política da derrota* – apontada à União Sagrada e ao Partido Democrático – enchia as páginas da imprensa, revelando que, para além da generalizada crise, a I República falhou numa propaganda eficaz que justificasse a intervenção e, mais do que isso, num projecto memorial que legitimasse o sacrifício.

---

824 Segundo Fernando Rosas as causas que levaram à ditadura em Portugal já se estruturavam há algum tempo, resultando de uma crescente crise do liberalismo, que a guerra acelerou. Para a compreensão das razões apontadas pelo historiador veja-se «A crise do liberalismo e as origens do 'autoritarismo moderno' e do Estado Novo em Portugal», *Penélope*, n.º 2 (1989): 105.

825 Cabral, «Sobre o fascismo…», 899.

As políticas da memória debateram-se com as contradições de uma crise generalizada agravada pelo desacordo em torno da intervenção na frente europeia, e pelo conflito entre diferentes facções sociais e políticas, que utilizavam a representação da guerra como forma de explorar a fraqueza governamental. No ano da derradeira e tardia inumação dos Soldados Desconhecidos, o periódico monárquico – *O Dia* – publica: «A responsabilidade da nossa intervenção militar no teatro europeu da guerra cabe essencialmente ao partido democrático, embora sob a falaz tabuleta de uma suposta União Sagrada arrancada à desorientação política dos antigos evolucionistas e ao instinto da conservação dos unionistas. Foi o partido democrático arrastado aquella intervenção pela vaidade e pela cobiça de alguns dos seus dirigentes […] e também por uma impopularidade tal que nem a urna ousava afrontar e à guerra recorreu como balão de oxigénio, injecção de cafeína, ou soro physiológico […], deriva para este partido a necessidade política de commemorar o 9 de Abril como uma data festiva, embora para tanto seja preciso fazer tábua raza dos factos. […] A verdade é que o 9 de Abril é na História de Portugal, que tantas datas gloriosas pode festejar, uma data de pesado lucto […]. A glória que desta tragédia emerge é imensa e toda ela cabe na frase do desejado: - Morrer, sim, mas devagar! É o impudor dessa mentira que a Nação nunca perdoará, porque ao mais tacanho ocorrerá perguntar – Se comemoramos o 9 de Abril como uma data gloriosa, que demónios farão, nesta data, os alemães?»[826].

A concretização rememorativa constitui um espelho da vida política nacional, reflectindo uma inevitável instrumentalização da memória de guerra[827]. Realizada em Lisboa a grande parada que consumava a ratificação internacional da vitória portuguesa ao lado dos aliados, o definitivo enterro dos Soldados Desconhecidos na Batalha, passados três anos, sepultaria também a crença num *mito* de uma República vitoriosa. Transformam-se as comemorações da Grande Guerra em centro de polémica, pelas opções simbólicas, rituais e discursivas, elementos que garantiriam o álibi necessário aos argumentos da oposição política empenhada em fazer da guerra e da crise que daí advém bandeira das suas batalhas.

O anúncio ao golpe militar que se avizinhava fazia-se sentir mais forte nas efemérides da guerra. No ano de 1925, Trindade Coelho, director do jornal *O Século*, antecipa as argumentações dos homens do 28 de Maio: «Porque o 9 de Abril constituiu uma das mentiras oficiais do nosso Estado Político, responsável único pelo

826 "Louros em vez de crepes", *O Dia*, 11 de Abril de 1924, p. 1.
827 Cf. Dalisson, «La célébration du 11 novembre...», 20.

desastre das legiões portuguesas que heroicamente se bateram»[828]. Nesse mesmo número, Sinel de Cordes e Gomes da Costa denunciam o quão foi *inglório* o esforço do Exército: não pela *derrota sofrida*, mas pela *lição que continua perdida*, «prova-o o facto de que a comemoração oficial na batalha consistir exclusivamente… em comemorações fúnebres»[829]. A Ditadura Militar havia manipulado previamente a guerra, numa responsabilização da República pela "inconsequente" participação no conflito, justificando-se o seu fim, prosseguindo-se um consistente programa comemorativo de homenagem às Forças Armadas.

Durante o Estado Novo, as comemorações da Grande Guerra gradualmente desaparecem, estranho considerando a forma como a guerra e a sua memória foram apropriadas durante a Ditadura Militar. No ano de 1941, por determinação de Salazar, a data do "9 de Abril" deveria ficar *inteiramente esquecida*, limitando-se as comemorações à deslocação ao talhão de combatentes nos respectivos cemitérios[830]. A constitucionalização do Estado Novo inaugurou uma nova era de comemorações da I Guerra Mundial. Depois da Ditadura Militar relegar para segundo plano o 9 de Abril, o Salazarismo iria fazê-lo com a própria rememoração da contenda. A persistência memorial ficou a dever-se à Junta Patriótica do Norte, à Comissão dos Padrões da Grande Guerra e à Liga dos Combatentes da Grande Guerra, organizações vítimas de saneamento e reestruturação no quadro da organização corporativa, pois não seria viável a persistência, pelo menos no seu formato de origem, de instituições marcadamente republicanas e que serviram à exaltação da intervenção e da vitória na guerra.

Assim que Salazar assume a pasta da Guerra em Maio de 1936, tais intenções tornam-se evidentes: o Presidente do Conselho deseja que as comemorações à guerra sejam *liminarmente limitadas*. Nesse ano, é evidente o conjunto de restrições à participação nas efemérides da guerra, nomeadamente de unidades militares[831]. Talvez Salazar, pouco afecto aos militares, estivesse preocupado que mesmo actos comemorativos sob a justificação do golpe de 1926 poderiam ser um potencial

828 Trindade Coelho, "A Grande Guerra. O 9 de Abril", *O Século,* 9 de Abril de 1925, p.1.
829 Gomes da Costa, "A batalha do Lys", *O Século,* 9 de Abril de 1925, p. 2.
830 ANTT, AOS, CP 49, Arquivo Pessoal, Abril de 1943 – Correspondência pessoal com o Tenente-coronel Esmeraldo Carvalhais (este esteve presente na maioria das comemorações da guerra ainda durante a I República).
831 Vários documentos relativos às limitações e obstáculos impostos podem encontrar-se em LC, CPGG Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro 1922-1936, Correspondência sobre a realização do 9 de Abril de 1936.

problema para o seu regime[832], preocupação provavelmente acentuada com a eclosão da Guerra Civil Espanhola. Acrescente-se ainda as denúncias de Assis Gonçalves, acusando a LCGG de «cair nas mãos da maçonaria»[833]. Esta era composta nos seus quadros de direcção, desde a fundação, por homens que constituíram a oposição republicana à Ditadura Militar[834], e, nos anos 30, pelos que se opuseram a Salazar, nomeadamente Ivens Ferraz[835] e Ferreira Martins[836], ou mesmo membros activos como o médico Mac-Bride, a propósito de uma crítica que este faz à política de saúde de Salazar[837]. Em relação a este último, acrescenta Assis Gonçalves: «nunca ele na LCGG me comeu, conseguiu-o porém fazer aos outros, aos filiados, etc. … É o poder da mentalidade maçónica»[838].

A LCGG nasceu da filantrópica vontade de auxiliar os antigos combatentes, com enfoque para os inválidos, e aqueles deles dependentes, sendo estranha a qualquer intervenção político-partidária; porém não ficou imune às mudanças governamentais de que o país ia sendo palco. A *dimensão política* da intervenção na guerra iria, inevitavelmente, afectar os movimentos sociais e culturais daí resultantes. Assim que se avizinhou a possibilidade de um 28 de Maio, as cisões políticas instalaram-se no seio dos antigos combatentes, acentuando-se face à estruturação de um regime autoritário de direita.

Nos primeiros meses do ano de 1926, o apoio ao golpe de 28 de Maio nas páginas d' *A Guerra* teve um cariz esporádico, tendo sido suspenso assim que reposto o regular funcionamento da Liga[839]. Perpassam, nesse ano, dissidências entre os membros da direcção e da revista, denotando-se um distanciamento entre esta e o

---

832 A forma como Salazar vê a guerra e as respectivas comemorações foi analisada por Filipe Ribeiro Meneses em «Os limites do Salazarismo: o Exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1926-1949», Comunicação apresentada no *III Encontro Luso-Espanhol de História Política A formação e a consolidação do Salazarismo e do Franquismo nas décadas de 1930 e 1940*, Évora, CIDEHUS – Universidade de Évora, Junho 2007.

833 Assis Gonçalves, 8 de Fevereiro de 1933 em *Relatórios para Oliveira Salazar: 1931-1939* (Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981), 74.

834 As divergências políticas, no seio da Liga, são visíveis, por exemplo, na sequência da revolta de Fevereiro de 1927, perante a deportação ou fuga de alguns dos seus membros envolvidos no movimento (Cf. LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928…,* 112-113).

835 A hegemonia dos oficiais republicanos conservadores no poder cessa com Ivens Ferraz, Presidente do Conselho de Ministros entre Julho de 1929 e Janeiro de 1930. Este reunirá apoios em torno da LCG, enquanto conspira com republicanos moderados, provenientes da União Liberal Republicana ou da direita do PRP, agrupados na Renovação Democrática (Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, VII vol., *História de Portugal,* dir. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1998), 157).

836 Cf. Assis Gonçalves, 4 de Fevereiro de 1932. *Relatórios para Oliveira Salazar...,* 21-22.

837 Cf. *Diário de Lisboa*, 27 de Julho de 1933.

838 Assis Gonçalves, 4 de Fevereiro de 1932. *Relatórios para Oliveira Salazar....,* 25.

839 Em Agosto de 1926 realizam-se eleições para a Direcção Central e para a direcção da revista, na qual assume funções Assis Gonçalves, como segunda opção face à indisponibilidade de Jaime Cortesão.

verdadeiro espírito da LCGG. A ruptura no movimento sobrevém no ano de 1933, aquando da organização do *banquete de combatentes republicanos*, e, acima de tudo, em 1934, com a imposta reestruturação e substituição de dirigentes[840]. Até à data, homens como Hernâni Cidade e Mac-Bride, internamente, ou Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, ideologicamente, dominavam o movimento de antigos combatentes[841]. Estranhe-se qualquer analogia simplista ao caso italiano, onde associações desta natureza foram o berço das milícias do fascismo. Anuncia-se, mais uma vez, uma aproximação político-ideológica, nesta fase, ao caso memorial francês, onde grupos de antigos combatentes foram bloqueadores do avanço da extrema-direita.

Materialidade e mitologia

Em Portugal, o desenvolvimento de um projecto memorial à I Guerra Mundial, desde o tratamento dos corpos físicos às suas representações mais ou menos simbólicas ou mais ou menos doutrinárias, esteve longe de alcançar resultados visíveis, no sentido da sua consagração enquanto beligerante de reconhecido esforço e nação aliada vencedora.

A memória da guerra foi claramente talhada pela dimensão da tragédia e não pela vitória. A instabilidade política, social e económica vivida em Portugal determina uma crescente pobreza e fragilidade das políticas da memória, que, na especificidade da realidade portuguesa, não foram continuamente assumidas como bandeira das batalhas políticas póstumas.

A persistência ou fragilidade da memória da I Guerra Mundial – enquanto projecto oficial e nacional – nos países intervenientes está aliada, na maioria das vezes, ao seu uso político, bem como à forma como as gerações seguintes a mantiveram viva. Assim, compreende-se na fragilidade e quase "ausência" da

[840] A cisão no seio dos antigos combatentes vem, de forma visível, a público aquando da realização do "banquete de combatentes republicanos" para celebrar o 9 de Abril. O *Diário da Manhã* alimenta esta polémica com a publicação de cartas de leitores que se opõem a esta iniciativa do capitão Santos Costa e do presidente da LCGG, Hernâni Cidade, acusando-os de não representar a vontade dos combatentes (veja-se o artigo do Capitão Costa Santos: "9 de Abril", *Diário da Manhã*, 2 Abril de 1933, p. 2). No ano de 1958 é organizado na Liga um jantar de confraternização com alguns dos homens que estiveram ligados à oposição à Ditadura desde os anos 30 (Cf. ACPC-BN, E. 25: Jaime Cortesão, 1290, 24 de Abril de 1958).

[841] Basta verificar a troca de correspondência entre Augusto Casimiro, primeiro, e Jaime Cortesão, depois, no exílio durante a ditadura (Cf. ACPC-BN, D 5: Augusto Casimiro, Caixa 1, Correspondência com Hernâni Cidade; Jaime Cortesão; Bernardino Machado; Sarmento Pimentel; Norton de Matos; Humberto Delgado; Óscar Lopes; António José Saraiva; e Fidelino Figueiredo).

memória do conflito, uma omissão dos governos da época em saber usar a participação no conflito para a construção de um *mito da experiência da guerra*, aquele que deveria ser o formato ideológico na base da reconstrução da imagem da União Sagrada. A intervenção no conflito em território europeu fora desastrosa para a República, que não soube utilizar os processos de projecção memorial do pós-guerra, à semelhança das forças que tinham ou viriam a ter o poder por toda a Europa.

Não estando a experiência de guerra na origem da brutalização da política e sociedades portuguesas, esteve na origem de uma ruptura cultural? Qual a natureza dos processos rememorativos da Grande Guerra em Portugal?

As representações da Grande Guerra em Portugal são imbuídas de profundo tradicionalismo, marcadamente conotadas por valores republicanos e longe das formas modernizantes que marcariam algumas das incursões em países como a Itália ou a Alemanha. Os resquícios mais evidentes da guerra – sociais e culturais – permanecem profundamente agarrados às tradições, temendo uma ruptura e construindo uma memória histórica garante de continuidade na identidade nacional. Tal como em França, em Portugal novos e velhos grupos políticos, sociais e culturais fazem o seu aparecimento ou reaparecimento neste quadro comemorativo da guerra, como é o caso da Igreja[842]. A forte laicização que caracterizou a República seria agora desvanecida, uma vez que num país de forte tradição católica, seria abusivo pensar-se um processo de instrumentalização da dor e da morte, sem recorrer à *transcendente* compensação pelas perdas e às soluções da liturgia cristã, oficialmente adaptada pelos formatos temporais e espaciais de enquadramento oficial da representação da guerra[843].

De todas as componentes rememorativas, relegando os monumentos pelo seu arrastamento temporal, o 9 de Abril sintetiza a multiplicidade de polémicas em torno da representação da participação portuguesa na guerra: por um lado, pela evocação de uma derrota; por outro lado, por aludir, exclusivamente, o esforço na frente europeia, reservando ao esquecimento, segundo a oposição ou mesmo segundo alguns militares, a diligência dos soldados em África.

Uma intervenção longe do território nacional tornou ainda mais urgente a construção mitológica, não obstante a tentativa compensatória de dois Soldados

842 A análise do papel da "instituição" Igreja no projecto rememorativo da Grande Guerra não cabe neste exercício, estreitamente dedicado às políticas oficiais de memória de um *estado laico*.
843 Fenómeno já evidente na presença de capelães na frente. Veja-se a crítica à aproximação entre o Governo e a Igreja nas comemorações da guerra, em "A reacção religiosa triunfante", *A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, 14 de Abril de 1924, p. 2.

Desconhecidos, caso excepcional entre os intervenientes. Os homens do 28 de Maio procuraram assim afastar-se desta efeméride, centrando as comemorações no 11 de Novembro, numa desejada procura de consenso, porque «o esforço da Raça se afirmaria em toda a parte onde as nossas tropas foram combater, e, sob este ponto de vista, não deve, por certo ficar esquecido o tributo pago à guerra nas nossas colónias de África. Ora, para essa importante parte da lucta, o 9 de Abril nenhuma significação pode revestir»[844].

A incapacidade republicana em estimular um reconhecimento na causa intervencionista e, de forma mais controversa, na vitória aliada, precipitou o declínio e a banalização comemorativa, esgotando-se as possibilidades de um ideológico reforço identitário da I República, enquanto *legítima representante* do povo português. A Ditadura Militar e o Estado Novo irão, respectivamente, moldar e amputar a apropriação política das representações da guerra, perpetuando-as, até onde pode e no seu formato republicano, a LCGG, associação que sobreviveu às concentrações do regime corporativo, mas não na sua forma original. Aos regimes póstumos interessava, não propriamente o aniquilamento público do esforço português da Grande Guerra (porque as estátuas continuam o seu lento pulular ainda nos anos 30), mas o fim do reconhecimento da vitória na guerra enquanto esforço de uma União Sagrada, de um partido, ou de um *regime* político específico.

A reminiscência do conflito apelava, inevitavelmente, a ritos e símbolos republicanos que, visivelmente, persistiram para lá do fim da I República que lhe deu corpo. Mais do que um manuseamento da liturgia, a Ditadura Militar manteve-a, apenas injectando novos heróis, enquanto o Estado Novo preferiu relegar, definitivamente, ao espaço do esquecimento.

As políticas da memória da guerra durante a I República determinariam, mais uma vez, que esta não culminaria, linearmente, na brutalização da política. Projecta-se um conjunto de processos rememorativos fúnebres, mais do que vitoriosos, centrados no culto dos mortos, reforçando o seu sacrifício em prol da pátria república, mais do que pela nação. Este processo esteve longe de assumir configurações modernizantes, dignas de linguagens pictóricas ditatoriais, recorrendo a moldes familiares e tradicionais que a República invoca, quer da tradição cristã, quer da arte pública da transição do século XIX para o XX.

---

844 Raul Esteves, "9 de Abril", *O Dia,* 9 de Abril de 1923, pp. 1-2. (Veja-se, do mesmo autor, "O dia do Soldado", *A Guerra*, Ano 2, n.º 23, Novembro de 1927, p. 4).

As questões levantadas desde cedo pela historiografia portuguesa passam essencialmente pelo lugar que a intervenção assume na viragem e decadência da I República. A cultura material actualmente existente, resultante do esforço político de consumação da memória da guerra, permite-nos indagar sobre este lugar da guerra na memória dos portugueses, mas principalmente da I República. No final do conflito, os Estados intervenientes e as novas forças políticas emergentes encetam projectos para a construção do *mito da experiência de guerra*. A mobilização das massas faz-se em torno da guerra, onde forças políticas dissimulam pressões e hegemonizam a "denominada" cultura nacional, reestruturando os velhos Estado-nação e promovendo uma comunidade imaginada, que a União Sagrada facilmente vestia. Neste contexto de comemoração da guerra, a I República, apesar de uma inserção no processo mais alargado da cultura de guerra europeia, vê corromperem-se as suas bases mais revolucionárias.

Afastando-se, visivelmente, do que se verificava na maioria dos antigos beligerantes europeus, em Portugal, mais do que uma apropriação da guerra, as ditaduras procuraram negligenciá-la, enquanto importante e reutilizável facto da liturgia nacional.

Ruptura e continuidade

Ao longo deste trabalho foram mobilizados paradigmas teóricos da cultura de guerra há muito consignados, aplicando-os e desconstruindo-os à luz das políticas da memória da I Guerra Mundial durante a I República. Nunca desconsiderando a complexidade do universo da memória, e perante a impossibilidade de se obter do estudo da rememoração histórica raciocínios que encerram certezas, resultou desta análise um conjunto de argumentos de especificidade nacional a acrescentar às interpretações que defendem a existência – homogénea e hegemónica – de uma cultura de guerra europeia.

A incursão no caso português permitiu, mais do que tudo, desconstruir duas das grandes acepções em torno da Grande Guerra: a ideia de que a guerra estaria na origem da brutalização da sociedade e da política; e de que inauguraria uma ruptura cultural através da oficial consignação de formas modernas de pensar a sociedade e a própria guerra.

A experiência de guerra não influiu numa brutalização da sociedade e da política portuguesas. Não obstante o considerável impacto de uma guerra global como a I Guerra Mundial, a ausência de confrontos em Portugal restringiu aos antigos combatentes o universo social mais permeável dessa experiência. No entanto, o seu processo de inserção, associativismo e reacção não esteve na origem de um regime autoritário de direita. O conjunto de valores dominantes que povoa o universo identitário dos antigos combatentes em Portugal, tendo como amostra a única associação de combatentes à época, é patriótico e republicano, sendo a sua projecção profundamente retórica e sem aplicação prática.

Em Portugal, a I Guerra Mundial não precipitou uma ruptura cultural. As vanguardas, que a "modernidade" estimulou, haviam-se já manifestado por toda a Europa antes da eclosão do conflito. Admitindo a assimilação de moldes europeus, as manifestações portuguesas de cultura de guerra são manifestamente tradicionais: arremessam um conjunto de configurações de um passado *pré-moderno*, capaz de confortar as massas atemorizadas pelos incontornáveis efeitos da guerra moderna e de proporcionar à República um conjunto de argumentos históricos que abonassem pelo seu reconhecimento enquanto legítima representante da nação. A construção memorial em torno da guerra é republicana, fúnebre e patriótica. O culto da morte pela pátria, simbólica e colectivamente aniquilada pela disseminação de familiares estruturas ambientais e arquitectónicas, suplanta o culto da vitória da nação.

***

A percepção destes *ângulos*, com os seus argumentos e resultados, exige no desfecho desta investigação, um exercício preciso sobre *o efeito da passagem do tempo na valorização da morte em batalha*.

A política da memória da I Guerra Mundial em Portugal foi irreversivelmente marcada por uma dimensão trágica e por um – adoptado ou imposto – silêncio. Tempo, espaço e lugar de rememoração aglutinaram inconsistências e tensões entre a necessidade dos indivíduos integrarem a incomensurável dimensão escatológica da guerra e a incapacidade do Estado em oferecer uma estrutura consistente que os unisse na partilha de uma memória oficial. Este fracasso contribuiu, de certa forma, para a queda da I República, inapta na consistente apropriação da experiência da guerra e no correspondente reforço dos alicerces de uma liturgia cívica republicana.

Impõe-se questionar o quão esta obstrução e esquecimento são novidade no contexto socio-político português do século XX ou se, pelo contrário, reflectem longas tradições de uma mais ampla narrativa do esquecimento de um passado político turbulento, da inexistência de uma memória das metamorfoses políticas do país, ou ainda, de uma memória baseada no esquecimento do passado recente. *Mais instigadores de questionamentos se tornam os silêncios*.

Silêncio que deu o mote a esta dissertação.

Mas não se esgota aqui o real significado, na memória histórica portuguesa, do esquecimento de um dos acontecimentos mais traumáticos do século XX. Aberto o arquivo das políticas da memória, interessaria olhar mais de perto o universo das memórias individuais e de grupo que se constituem como forma de resistência aos formatos e silêncios impostos ou impõem …o seu próprio silêncio.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

1. Fontes manuscritas

Arquivos portugueses

Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa (ACVP)

Conselho Central, actas de reuniões, 1916-1923

Hospital Temporário da Cruz Vermelha Portuguesa, I, II, III, IV, V

Arquivo Geral do Exército (AGEX)

Caixa 124/OF, Processo 1195, Capitão Médico Miliciano – Alfredo Tovar Lemos Júnior.

Arquivo Histórico-Diplomático (AHD)

Legação de Paris, Maços: 87, 88, 99, 105, 115, 116, 117,

Legação de Londres, Maços: 87, 88, 89, 91, 96, 98, 111, 114, 134

Arquivo Histórico Parlamentar

Secção VII, Caixa 58A: 2314-2376, Senado, 30 de Novembro de 1920, Projecto lei n.º 623.

Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR)

Pasta, Gabinete do Presidente da República, Deslocações oficiais do Presidente da República, visitas em Território Nacional e viagens oficiais do Presidente Óscar Carmona, GB.0205/001, 002.

Arquivo Histórico Militar (AHM)

1ª Divisão, 35.ª Secção, Caixas: 442, 714, 778, 1245, 1278, 1348, 1352, 1353, 1356, 1359, 1360, 1370, 1387, 1401, 1412, 1505.

1ª Divisão, 36ª Secção, Caixas: 32, 34, 36, 550, 1266.

3ª Divisão, 14ª Secção, Caixa 5.

Fundo Orgânico (FO)

FO, 006, L, 3, Caixa 836.

FO, 006, L, 20, Caixa 778.

FO, 006, L, 45, Caixa 896.

FO, 006, L, 46, Caixa 900.

FO, 006, L, 52, Caixas: 897, 899 905, 906.

FO, 006, L, 68, Caixa 949.

[Plantas] 10, A11, GR 4 – 9

Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico (AML, AF)

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo Oliveira Salazar (AOS)

AOS, CO, GR-1, 4.

AOS, CP 49, Arquivo Pessoal.

Ministério do Interior (MI)

MI, Direcção Geral de Administração Política e Civil, Maços: 71, 73, 74, 75.

MI, Gabinete do Ministro, Maços: 450, 451, 452, 453, 454, 457, 459, 462, 464, 466.

MI, Secretaria-Geral, Livros: 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46.

Biblioteca Nacional

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC)

E 25: Jaime Cortesão.

E 47: Vitorino Henriques Godinho.

D 5: Augusto Casimiro.

Liga dos Combatentes (LC)

Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP)

Acta n.º 1, p. 1.

Capa I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X.

Comissão dos Padrões da Grande Guerra (LC, CPGG)

Comemorações Patrióticas dos anos de 1929 a 1934.

Pasta 3, Monumento La Couture.

Pasta 4, Cedência à Liga do Património.

Pasta 5, Correspondência.

Pasta 7, Várias Homenagens.

Pasta *Antiga CPGG*, 1936.

Pasta III, Lápides e monumentos em Quartéis e outros estabelecimentos Militares, Capa Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro de 1922-1936.

Pasta *Subscrição Nacional*

Pasta V, Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra

Pasta VI, Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra.

Pasta Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro 1922-1928.

Pasta Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro 1922-1936.

Relatório da CPGG de 1934, nota n.º 5684

Arquivos estrangeiros

Archives du ministère des Affaires Étrangères (AMAE)

Correspondance politique et commerciale

T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z:

1 – Légation, Corps Diplomatique Français, Consulats et Attachés de France.

9 – Armée, Dossier Général.

T. 2 – Décorations (13/11), 1918-1929, 528-8.

National Archives – United Kingdom (NAUK)

Western Europe, War Office: W4425, 3044, 36.

2. Fontes impressas

Publicações periódicas

Águia (A)

Capital (A)

Dia (O)

Diário da Câmara dos Deputados

Diário de Governo

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Diário do Senado

Época (A)

Guerra (A)

Ilustração

Ilustração Portuguesa

Manhã (A)

Miau (O)

Mutilado (O) [Lisboa, n.º 1, 30 de Julho de 1920]

Mutilado (O) [Porto, n.º 1, 10 de Agosto de 1920]

Mutilado da Guerra (O) [n.º 1, 14 de Janeiro de 1925]

Notícias Ilustrado (O)

Ordens do Exército

Portugal na guerra: revista quinzenal ilustrada

Revista Militar

Século (O)

Voz dos Combatentes (A)

Literatura memorialística

Almeida, António José de. *Em honra dos Soldados Desconhecidos. Discursos proferidos pelo Presidente da República na sala do átrio do Palácio do Congresso em 7 de Abril de 1921*. Lisboa: IN, 1921.

Almeida, António José. *Quarenta anos de vida literária e política*. Lisboa: J. Rodrigues, 1934.

Almeida, Humberto de. *Memórias de um Expedicionário a França (a 2ª Brigada d' Infantaria) 1917-1919*. Porto: Ed. Tip. Sequeira, 1919.

Amaral, Ferreira do. *A mentira da Flandres e... o mêdo!* Lisboa: J. Rodrigues & Co., 1922.

Barros, Francisco José de. *Portugueses na Grande Guerra. Narrativa de um entrincheiramento na Flandres. Angústias de um cativeiro.* Lisboa: SGE, 1926.

Biblioteca de Acção Nacionalista. *Um ano de Ditadura: discursos e alocuções de Sidónio Pais.* Vol. 11. Lisboa: Lusitana Editora, 1924.

Braga, Teófilo. *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas.* Porto: s/ed., 1884.

Braz, António. *Como os prisioneiros portugueses foram tratados na Alemanha: apontamentos para a história da Grande Guerra*. Elvas: Tipografia Popular, 1935.

Brun, André. *Sumário de várias crónicas*. Lisboa: s/ed., 1923.

Carvalho, Vasco de. *A 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys.* Lisboa: Lusitânia Ed., 1924.

Casimiro, Augusto. *Sidónio Pais. Algumas notas sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra.* Porto: s/ed, 1919.

Casimiro, Augusto. *Calvário da Flandres.* Porto: Renascença Portuguesa, 1920.

Cértima, António de. *Legenda dolorosa do Soldado Desconhecido de África.* Lisboa: Ed. ª, 1925.

Chagas, João. *Diário IV. 1918-1921*. Lisboa: Edições Rolim, 1986.

Chagas, João. *Portugal perante a guerra. Subsídios para uma página da história nacional*. Porto: Tipografia a Vapor da Empresa Guedes, 1915.

Cortesão, Jaime. *Memórias da Grande Guerra.* Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

Cortesão, Jaime. *Significado Nacional do 9 de Abril* (Recorte de "Notícias" – Lourenço Marques – 30 de Ab., 1958). Lourenço Marques: s/ed., 1958.

Cortesão, Jaime. *Memórias da Grande Guerra.* Lisboa: Portugália, 1969.

Costa, Gomes da. *A Batalha do Lys.* Porto: Renascença Portuguesa, 1920.

Faria, Eduardo. *Heróis e seus fantasmas*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934.

Freitas, Pedro. *As minhas recordações da Grande Guerra.* Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935.

Gonçalves, Horácio de Assis. *Na Ceplândia (Retalhos da Grande Guerra)*. Porto: s/ed., 1920.

Gonçalves, Horácio de Assis. *Intimidades de Salazar. O homem e a sua época. (Memórias do seu Secretário nos primeiros sete e difíceis anos da sua vida pública).* Lisboa: Bertrand, s/d.

Granjo, António. *A grande aventura/scenas de guerra.* Lisboa: Portugal-Brasil, s/d.

Gusmão, Lapas de. *O Mutilado – Drama de um combatente da Grande Guerra – Uma noite – Uma tragédia rústica*. Lisboa: Livraria Universal, 1928.

Machado, Bernardino. *No Exílio.* Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1923.

Magno, David. *Livro da guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do C.E.P.. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativeiro. Figuras, factos e impressões.* 2 vols. Porto: Comp. Portg. Ed., 1921.

Mardel, Eugénio. *A Brigada do Minho na Flandres (o 9 de Abril). Subsídios para a 4ª Brigada do CEP*. Lisboa: s/ed., 1923.

Monteiro, Quirino e Melo Vieira. *«Gambúsios» - Soldados da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora, 1919.

Morais, Pina de. *Ao parapeito.* Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

Oliveira, Major J. Braz de. *O Exército Português em a Grande Guerra, scenas e factos.* Lisboa: Tipografia do Diário de Notícias, 1924.

Oliveira, Manuel de. *Notas de um soldado em campanha. Apontamentos factos e impressões da guerra europeia, colhidos nos campos de Batalha de França.* Aveiro: Tipografia Nacional, 1919.

Ribeiro, Joaquim. *Na guerra. Depoimento de um voluntário.* Lisboa: Sociedade Editora, s/d.

Rocha, Alfredo Barata da. *Névoa da Flandres.* Porto: Renascença Portuguesa, 1924.

Russo, Rogério Marques de Almeida. *Arquivo poético da Grande Guerra 1914-1918*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, s/d.

Sampaio, Albino Forjaz de. *A avalanche (À margem da Grande Guerra).* Lisboa: Livraria Bertrand, 1935.

Silva, José da . *A guerra de 14: memórias de um combatente*. S/l.: Boa Nova, 1991.

Casa Pia de Lisboa (CPL)

Casa Pia de Lisboa. *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1916-1917*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1917.

Casa Pia de Lisboa. *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1918-1919*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1920.

Casa Pia de Lisboa. *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano económico de 1919-1920 e 1920-1921*. Lisboa: Tipografia Casa Portuguesa, 1923.

Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG)

Comissão dos Padrões da Grande Guerra. Porto: Litografia Nacional, 1930.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1934*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1932*. Porto: Litografia nacional, 1933.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1931*. Porto: Litografia nacional, 1932.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1930*. Porto: Litografia nacional, 1931.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiva, ano de 1925*. Porto: Litografia Nacional, 1926.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiv*a, *ano de 1924*. Porto: Litografia Nacional, 1926.

CPGG. *Relatório da Comissão Executiva, ano de 1924*. Lisboa: Ottosgrafia, 1925.

CPGG. *Relatório do ano de 1923*. S/l.: s/ed., 1923 [Manuscrito].

CPGG. *Relatório dos anos de 1922,1923 e 1924,* S/l.: s/ed., 1924 [Manuscrito sem paginação].

CPGG. *Relatório Geral da Comissão (1921-1936). Padrões da Grande Guerra. Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18*. Lisboa: Comissão dos Padrões da Grande Guerra, 1936.

Padrões da Grande Guerra. *Elogio Histórico do General Tamagnini e Relatório da Comissão Executiva*. S.l.: s/ed., 1925. (Gerência de 1925)

Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP)

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Relatório das Gerências de 1930-1931-1932*. Boletim 2.ª Série, nº1. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1933.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Boletim mensal*. N.º 1. Lisboa: Tipografia Luzitania, Junho de 1921.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Boletim mensal*. N.º 2. Lisboa: Tipografia Luzitania, Julho de 1921.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados e Afilhados de Guerra, 1917-1918*. Lisboa: s/ed., s/d.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados. Relatório 9 de Março de 1916 a 9 de Março de 1917*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Comissão de Propaganda e Organização de Trabalho. Relatório de Contas. Gerência de 1916-1917*. Lisboa: s/ed., 1917.

Cruzada das Mulheres Portuguesas. *Estatutos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

Osório, Ana de Castro. *Cruzada das Mulheres Portuguesas. Apresentada à Assembleia electiva em Abril de 1933 pela Presidente da direcção cessante*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1933.

Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra de Arroios (IRMGA)

Conférence Interallié pour l'Étude de la Rééducation Professionnelle et des questions qui intéressent des Invalides de la Guerre. Paris: s/ed., 1917.

Lemos, A. Tovar de. *A Reeducação dos nossos Mutilados de Guerra*. Lisboa: Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas, s/d.

Lemos, A. Tovar de. *Terminada a Guerra. A obra de reeducação dos mutilados de Guerra*. Lisboa: ed. CMP, 1920.

Lemos, A. Tovar de. *Como é feita a reeducação dos mutilados da guerra no Instituto Militar de Arroios*. Lisboa: ed. CMP, 1919.

Pontes, José. *Mutilados portuguezes: narrativas de guerra e estudos de reeducação*. Lisboa: Guimarães Editores, 1918.

Pontes, José. *Mutilados de Guerra* (Conferência Inter-aliados para a sua reeducação). Lisboa: Guimarães Ed. ª, 1917.

Junta Patriótica do Norte (JPN)

Aguiar, Alberto de. *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência 1916-1931. Relato geral da sua obra e da Casa dos Filhos dos Soldados*. Porto: s/ed., 1932 [sem paginação].

Junta Patriótica do Norte. *Estatutos da Junta Patriótica do Norte: aprovados por alvará de 2 de Maio de 1934*. Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1934.

Junta Patriótica do Norte. *Projecto de organização dos núcleos concelhos da Junta Patriótica do Norte*. Porto: Tipografia Mendonça, 1917.

Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG)

LCGG. *Relatório da Gerência de 1942*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1943.

LCGG. *Relatório da Gerência de 1941*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1942.

LCGG. *Relatório da Gerência de 1937*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938.

LCGG. *Relatório da Gerência de 1936*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1937.

LCGG. *Relatório da Gerência de 1934 a 1935*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1936.

LCGG. *Relatório da Gerência de 1931 a 1934*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934.

LCGG. *Relatório da Gerência de 1928 a 1929*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931.

LCGG. *Relatório de Gerências de 1923 a 1928*. Lisboa: Imprensa da Armada, 1929.

Liga dos Combatentes. *Estatuto e Regulamento Geral de Funcionamento. Exclusivo da Direcção Central.* Lisboa: J.M.G., 2003.

Varia

Lar dos Filhos dos Combatentes. 70 Anos de vida. Lisboa: L.C., 1987.

Ministério das Finanças (Direcção Geral de Estatística). *Anuário estatístico de Portugal.* Ano de 1921. Lisboa: Imprensa Nacional, 1925.

Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra: Relatório. Lisboa: s/ed., 1935.

Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra. *Relatório da Comissão*. s/l., Escola Tipográfica do Colégio das Missões, Cucujães, s/d.

Martins, Maria Amélia Carneiro. *O Soldado Desconhecido e a Chama Eterna.* Secção Portuguesa da Fidac Auxiliar. [Lisboa]: s/ed. , s/d.

Sarmento, David P. de Morais. *As intoxicações pelos gases de guerra (1915-1918). Relatório.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1919.

União dos Inválidos de Guerra. *Estatutos*. Lisboa: s/ed., 1934.

II. BIBLIOGRAFIA

AAVV. *14-18: Mourir pour la patrie.* Paris: Seuil, 1992.

AAVV. *Guerres et Cultures, 1914-1918*. Paris: Armand Colin, 1994.

AAVV. *Política da memória. Verdade e justiça na transição para a democracia*. Lisboa: ICS, 2004.

Afonso, Aniceto. *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*. Lisboa: Ed. Notícias, 2000.

Aguilar, Paloma. *Memory and amnesia: the role of the Spanish Civil war in the transition to democracy*. Oxford: Berghahn Books, 2002.

Agulhon, Maurice. *Les mots de la République*. Toulouse: Presses Universitaires de Toulouse du Mirail, 2007.

Agulhon, Maurice. *Marianne au pouvoir.* Paris: Flammarion, 1989.

Agulhon, Maurice. *Histoire vagabonde.* Paris: Gallimard, 1988.

Agulhon, Maurice. *Marianne au combat.* Paris : Flammarion, 1979.

Almeida, João Ferreira de, José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral. «Materiais para a história do advento do fascismo em Portugal». *Análise Social,* vol. XV, n.º 58*,* 1979: 393-450.

Almeida, José Carlos. «Memória e Identidade Nacional. As comemorações públicas, as grandes exposições e o processo de (re)construção da Nação». Comunicação no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 2004.

Anderson, Benedict. *Imagined Communities*. London; New York: Verso, 1991.

Araújo, António. *Sons de Sinos. Estado e Igreja no advento do salazarismo.* Coimbra: Tenácitas, 2009.

Armani, Carlos Henrique. «O *front* como experiência da temporalidade: crise da civilização, falência representacional e alteridade». *Estudo Ibero-Americanos*, n.º 2 (2006): 87-101.

Arrifes, Marco Fortunato. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edição Cosmos, 2004.

Audoin-Rouzeau, Stéphane. « Histoire culturelle du phénomène guerrier au XXe siècle et questionnement anthropologique». In *L'histoire culturelle du contemporain*, dir. Laurent Martin e Sylvain Veneyre, 409-420. S/l.: Nouveau Monde Editions, 2005.

Audoin-Rouzeau, Stéphane. «La Grande Guerre, le deuil interminable». *Le Débat,* n.º 104 (1999): 117-130.

Baldissara, Luca, e Paolo Pezzino (coord). *Crimini e memorie di guerra. Violenze contro le popolazioni e politiche del ricordo*. Milano: l'Ancora, 2004.

Barham, Peter. *Forgotten lunatics of the Great War*. New Haven: Yale University Press, 2004.

Becker, Annette, Stéphane Audoin-Rouzeau, Christian Ingrao e Henry Roussou (ed.). *La violence de guerre, 1914-1945: approches comparées des deux conflits mondiaux*. Bruxelles: Complexe, 2002.

Becker, Annette e Stéphane Audoin-Rouzeau. *14-18 Retrouver la Guerre*. Paris: Gallimard, 2000.

Becker, Annette. *Maurice Halbwachs, un intellectuel en guerres mondiales 1914-1945*. Paris: A. Vienot, 2003.

Becker, Annette. «The Avant-garde, Madness and the Great War». *Journal of Contemporary History,* 35, n.º 1 (2000), 71–84.

Becker, Annette. *War and faith: the religious imagination in France, 1914-1930*. Oxford [England]; New York: Berg, 1998.

Becker, Annette. «Du 14 juillet 1919 au 11 novembre 1920 mort, où est ta victoire?». *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 49, n.º1 (1996): 31-44.

Becker, Annette. *La guerre et la foi: De la mort à la mémoire, 1914-1930*. Paris: A. Colin, 1994.

Becker, Annette. *Les Monuments aux morts: Mémoire de la Grande Guerre*. Paris: Éditions Errance, 1991.

Becker, Jean-Jacques e Audoin-Rouzeau Stéphane. *Encyclopédie de la Grande Guerre 1914-1918*. Paris: Bayard, 2004.

Bosworth, R.J.B. (ed.). *The Oxford handbook of fascism*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Bourke, Joanna. «'Remembering' war». *Journal of Contemporary History*, 39, n. º 4 (2004): 473-485.

Bourke, Joanna. *Dismembering the Male: Men's Bodies, Britain, and the Great War*. London: Reaktion Press and Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Brito, Alexandra Barahona de, Carmen González-Enríquez, Paloma Aguilar (ed.). *The politics of memory: transitional justice in democratizing societies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Cabral, João. *Anais do Município de Leiria*. Volume II. Leiria: Edição Câmara Municipal de Leiria, 1993.

Cabral, João de Pina, Hermínio Martins, e Rui Feijó. *A morte no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Querco, 1985.

Cabral, Manuel Villaverde. «A Grande Guerra e o Sidonismo: esboço interpretativo». *Análise Social,* XV, n.º58 (1979): 373-392.

Cabral, Manuel Villaverde. «Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes». *Análise Social,* XII, n.º 48 (1976): 873-915.

Canal, Claudio. «La retorica della morte. I monumenti ai caduti della Grande guerra». *Rivista di storia contemporanea*, n.º 4 (1982): 659-669.

Candau, Joël. «Memorias y amnesias colectivas», *Antropología de la Memoria*, (2002): 56-86, www.cholonautas.edu.pe/Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales (consultado em Março 2010).

Carrilho, Maria. *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

Carrington, Charles. *Soldier from the Wars Returning*. London: Arrow Books, 1970.

Carvalho, David Luna de. «Os Levantes da República. Resistência à Laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1.ª República (Continente, Açores e Madeira, 1910-1917)», Tese de Doutoramento, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007.

Catroga, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009.

Catroga, Fernando. «Pátria, Nação, nacionalismo». In *Comunidades Imaginada. Nação e nacionalismos em África,* coord. Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Catroga, Fernando. *Entre deuses e Césares. Secularização, laicidade e religião civil.* Coimbra: Almedina, 2006.

Catroga, Fernando. *Memória, História e Historiografia.* Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

Catroga, Fernando. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Notícias, 2000.

Catroga, Fernando. *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999.

Catroga, Fernando. *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal: 1865-1911*. [Texto policopiado]. Coimbra: s/ed., 1988.

César, Vitoriano José. *Bibliografia da Grande Guerra [Resenha das Publicações Portuguesas]*. Lisboa: Ed. CPGG, 1923.

Chauveau, Agnès e Philippe Tétart. *Questions à l'Histoire des Temps présents*. Bruxelles: Editions Complexes, 1992.

Chorão, Luís Bigotte. *A crise da República e a Ditadura Militar*. Lisboa: Sextante Editora, 2010.

Cichino, Enzo Antonio e Roberto Olivo. *La Grande Guerra dei piccolo uomini*. Milano: Àncora, 2005.

Cidade, Hernâni. «Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918». In *História de Portugal,* dir. Damião Peres, vol. VII. Barcelos: Portucalense Ed., 1935, 491-522.

Connely, Mark. *The Great War, Memory and Ritual. Commemoration in the City and East London, 1916-1939*. London: Boydell and Brewer, 2002.

Connerton, Paul. «Seven types of forgetting». *Memory Studies*, 1, n.º 1 (2008): 59-71.

Corner, Paul. «La mémoire de la guerre et le fascisme italien ». *Vingtième Siècle. Revue d'histoire. N*º41, (1994): 60-66.

Correia, F. J. Velhinho. *Situação económica e financeira de Portugal: elementos de informação e estatística*. Lisboa: Imp. Nacional, 1926.

Correia, F. J. Velhinho. *Problemas Económicos e Coloniais*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1916.

Correia, Sílvia. «A I Guerra Mundial. A consagração da Memória de Guerra em Portugal – O Soldado Desconhecido». *Cadernos do Noroeste*, n.º 3 (2007): 777-785.

Correia, Sílvia. «Memória da I Guerra Mundial». *História da I República Portuguesa*, org. Fernando Rosas e Fernanda Rollo. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2009.

Dalisson, Rémi. «La célébration du 11 novembre ou l'enjeu de la mémoire combattante dans l'entre-deux-guerres (1918-1939)». *Guerres mondiales et conflits contemporaines: revue d'histoire*, n.º 192 (1998): 5-24.

Damousi, Joy. *The labour of loss. Memory, mourning and wartime bereavement in Australia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Delaporte S. «Le corps et la parole des mutilés de la grande guerre». *Guerres mondiales et conflits contemporains*, n.º 205 (2001): 5-14.

Dogliani, Patricia. «Les monuments aux morts de la grande guerre en Italie». *Guerres mondiales et conflits contemporains*, n.º 167 (1992): 87-94.

Duarte, António Paulo. «A visão da 'guerra total' no pensamento». *Nação e defesa*, nº 112 (2005): 33-50.

Eksteins, Modris. *Rites of spring: the Great War and the birth of modern age*. Boston: Houghton, 1989.

Enclicopédia Einaudi, 14. Estado-Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

Enclicopédia Einaudi, 29. Tempo/temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

Estanco, Maria Lucília e Ana Luísa Paz. «Uma memória esquecida sobre a guerra de 1914-1918: a batalha de La Lys». *Ler História*, nº42 (2002): 249-282.

Esteves, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – uma organização política e feminista (1909-1919)*. Lisboa: Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade das Mulheres, 1992.

Evans, Martin, Ken Lunn. *War and Memory in the Twentieth Century*. Oxford: Berg Publishers, 1997.

Farinha, Luís. *O Reviralho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo 1926-1940*. Lisboa: Estampa, 1998.

Ferguson, Niall. *The Pity of War*. New York: Basic Books, 1999.

Fergunon, Niall. *The Pity of War*. London: Allen Lane, 1998.

Ferraz, Ivens. *A ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz*. Lisboa: Ed. O Jornal, 1988.

Ferreira, José Medeiros. *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal do século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

Ferreira, José Medeiros. *Portugal na Conferência de Paz. Paris 1919*. Lisboa: Quetzal, 1992.

Ferro, Marc. *A Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, 2002.

Forcade, Olivier. «Information, censure et propagande». *Encyclopédie de la Grande Guerre*, dir. Stéphane Audoin-Rouzeau e Jean-Jacques Becker. Paris: Bayard, 2004, 169-230.

Forgacs, David. «Fascism violence and modernity». In *The violent muse: violence and the artistic imagination in Europe, 1910-1939,* Jana Howlett e Rod Mengham (ed.). Manchester: Manchester University Press, 1994: 5-21.

Fraga, Luís Manuel Alves de. «Portugal na Grande Guerra: o recrutamento, a mobilização e o roulement nas frentes de combate: factos e números». *Separata das Actas do VII colóquio O recrutamento Militar em Portugal*, Lisboa, s/ed., 1996.

Fraga, Manuel Luís Alves de. «La Lys, a última Batalha do Exército Português». *Separata das Actas do IV Colóquio A História Militar de Portugal no Século XIX*. S/l.: s/ed., 1993.

Fraga, Luís Manuel Alves de. «Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objectivos políticos e esboço da estratégia nacional, 1914-1916». Tese de mestrado, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1990.

Fraga, Luís Manuel Alves de. «Portugal na Grande Guerra: razões económicas de beligerância». *Separata da Revista Militar*, Lisboa, 1985.

Fraga, Luís Manuel Alves de. *Portugal na Grande Guerra: as deserções e os furtos no corpo expedicionário português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

França, José-Augusto. *O modernismo na Arte Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1979.

França, José-Augusto. *A arte e Portugal no século XX*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1974.

Frank, Robert. «La mémoire et l'histoire». *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Présent,* 21, (1992): [sem paginação].

Fussell, Paul. *The Great War and Modern Memory*. New York and London: Oxford University Press, 1975.

Gaffney, Angela. *Aftermath: Remembering the Great War in Wales*. Cardiff: University of Wales Press, 1998.

Gentile, Emilio. *The origin of fascist ideology, 1918-1925*. New York: Enigma Books, 2005.

Gentile, Emilio. *Il culto del littorio. La sacralizzazione della politica nell' Italia fascista*. Roma: Laterza, 2001.

Gibelli, António. *La Grande Guerra degli Italiani*. Milano: Sansoni, 1998.

Gibelli, António. *L'officina della guerra. La Grande Guerra e la trasformazione del mondo mentale*. Turino: Bollati Boringhieri, 1991.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Vitorino Henriques Godinho. Pátria e República (1878-1962)*. Lisboa: Assembleia da República e Dom Quixote, 2005.

Godinho, Vitorino Magalhães. «A I Grande Guerra e a República Portuguesa». *História*, XXII, n.º 28 (2000): 10-21.

Gomez, Hipólito de la Torre. *Na encruzilhada da Grande Guerra: Portugal-Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Estampa, 1980.

Gonçalves, Horácio Assis. *Relatórios para Oliveira Salazar: 1931-1939*. Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, [imp.] 1981.

Hobsbawm, Eric e Terence Ranger (ed.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Hobsbawm, Eric. *Nations et nationalisme depuis 1780. Programme, mythe, réalité*. Paris: Gallimard, 2001.

Hobsbawm, Eric. *Age of extremes: the short twentieth century 1914-1991*. London: Michael Joseph, 1994.

Homem, Amadeu José Carvalho. *A Propaganda Republicana: 1870-1910*. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

Homem, Amadeu José Carvalho. *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Minerva, 1989.

Horne, John. «Corps, lieux et nation: la France et l'invasion de 1914», *Annales*, 55, nº 1 (2000):73-109.

Hynes, Samuel. *The Soldier's Tale. Bearing Witness to Modern War*. New York: Penguin Press, 1997.

Hynes, Samuel. *A War Imagined. The Great War and English Culture*. London: Bodley Head, 1991.

Inglis, Ken. *Sacred Places: War Memorials in the Australian Landscape*. Melbourne: Melbourne University Press, 1998.

Inglis, Ken. «War memorials: Ten questions for historians». *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, n.º 167 (1992): 5-22

Isnenghi, Mario. *Le guerre degli Italiani. Parole, immagini, ricordi 1848–1945*. Milano: Mondadori, 1989.

Isnenghi, Mario. *Il mito della Grande Guerra: da Marinetti a Malaparte*. Bari: Laterza, 1970.

João, Maria Isabel. *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

Keegan, John. *The face of the battle*. London: Hutchinson, 1998.

Kelly, Debra (ed.). *Remembering and Representing the Experience of War in Twentieth-Century France*. Mellen Press, 2000.

King, Alex. *Memorials of the Great War in Britain. The symbolism and Politics of Remembrance*. Oxford and New York: Berg, 1998.

Koselleck, Reinhart. *Future Past: on the semantics of historical time*. New York: Colombia University Press, 2004.

Koselleck, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: University Press, 2002.

Kramer, Alan. «The First World War as a cultural trauma». In *The Oxford Handbook of Fascism*, ed. R.J.B. Bosworth. Oxford: Oxford University Press, 2009, 32-51.

Larguier, Léo. *Le Soldat Inconnu*. Paris: Librairie Plon, [1939].

Lawrence, Jon. «Forging a peaceable kingdom: war, violence, and fear of brutalization in post-First World War Britain». *The journal of modern history,* 75, (2003): 557-589.

LCGG. *Catálogo de Publicações Relativas à Primeira Grande Guerra existentes na Biblioteca da Liga dos Combatentes*. Lisboa: Edição da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1960.

Le Goff, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 2004.

Le Goff, Jacques. «Documento/Monumento». In *Enciclopédia Einaudi. Memória – História.,* coord. Fernando Gil, vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1999, 95-106.

Le Goff, Jacques. «Memória». In *Enciclopédia Einaudi. Memória – História,* coord. Fernando Gil, vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1999, 11-50.

Leal, Ernesto Castro. «Narrativas e Imaginários da 1ª Grande Guerra 'O Soldado-Saudade' português nos 'nevoeiros de morte'». *Separata da Revista de História das Ideias*, 21, (2000): 441-460.

Leal, Ernesto Castro. *Nação e nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

Lebow, Richard Ned, Wulf Kansteiner, e Claudio Fogu (ed.). *The politics of memory in postwar Europe*. Durham: Duke University Press, 2007.

Leed, Eric J. *No Man's land: combat and identity in world war I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

Leese, Peter. *Shell Shock. Traumatic neurosis and British soldiers of the First World War*. New York: Palgrave MacMillan, 2002.

Lerner, Paul. *Hysterical men. War, psychiatry, and the politics of trauma in Germany, 1890-1930*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

Lloyd, David. *Battlefield Tourism: Pilgrimage and the Commemoration of the Great War in Britain, Australia and Canada, 1919-1939*. Oxford and New York: Berg, 1998.

Lucena, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português. Salazarismo*. Vol I. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.

MacIntyre, Colin. *Monuments of war. How to read a war memorial*. London: Robert Hale, 1990.

Marques, A. H. Oliveira (coord.). *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República, 2000.

Marques, A. H. Oliveira. *Guia de História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

Marques, A. H. Oliveira (dir. e coord.). *Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI da *Nova História de Portugal,* dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 1991.

Marques, A. H. Oliveira. *A Primeira República Portuguesa – Alguns aspectos estruturais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

Marques, Isabel Pestana. *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

Marques, Isabel Pestana. *Memórias do general: "os meus três comandos" de Fernando Tamagnini*. Viseu: SACRE – Fundação Mariana Seixas, 2004.

Marques, Isabel Pestana. *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2002.

Marques, Isabel Pestana. «Os Portugueses na Trincheiras: vivências comportamentais». In *Portugal e a Guerra. História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (sécs. XIX-XX),* coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Ed. Colibri, 1998, 71-87

Martins, Luís Augusto Ferreira. *Portugal na Guerra de 1914-1918: Verdades Esquecidas e Ignoradas*. S/l.: Ed. Autor, 1956.

Martins, Luís Augusto Ferreira. *As Virtudes Militares na Tradição Histórica de Portugal*. Lisboa: s/ed., 1953.

Martins, Luís Augusto Ferreira. *Portugal's co-operation with Great Britain in the Great War 1914-1918*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1943.

Martins, Luís Augusto Ferreira. *Portugal na Grande Guerra.* Lisboa: Ed. Ática, 1934-1935.

Matos, Sérgio Campos. «História e identidade nacional, a formação de Portugal na historiografia contemporânea». *Lusotopie* (2002): 123-139.

Matos, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Mattoso, José. *Identidade Nacional.* Lisboa: Gradiva, 1998.

Medeiros, Fernando. *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*. [Lisboa]: A Regra do Jogo, 1978.

Medina, João. *Portuguesismo(s): acerca da identidade nacional: ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais seguido de O Zé Povinho, estereótipo nacional e autocaricatura do português desde 1875 e de outros estudos bem como de uma addenda.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.

Medina, João (pref.). *Portugal na Grande Guerra. Guerristas e Anti-guerristas. Estudos e Documentos.* Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1996, 45-53.

Medina, João. "*Oh! A República …!": Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa.* Lisboa: INIC, 1990.

Medina, João. *Guerristas e antiguerristas: Portugal na Grande Guerra: estudos e documentos*. Lisboa: Centro de História da Univ. de Lisboa, 1986.

Melo, Daniel. «'Beiras e Pátria': o regionalismo beirão e as suas relações com o Estado e a sociedade civil no século XX». *Ler História,* nº51 (2006): 195-224.

Meneses, Filipe Ribeiro. «Os limites do Salazarismo: o Exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1926-1949». Comunicação apresentada no III Encontro Luso-Espanhol de História Política *A formação e a consolidação do Salazarismo e do Franquismo nas décadas de 1930 e 1940*, Évora, CIDEHUS – Universidade de Évora, Junho 2007.

Meneses, Filipe Ribeiro. «O impacto da I Guerra Mundial no sistema político português». In *Elites e Poder: A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931),* ed. Manuel Baiôa. CIDEHUS. Évora: Edições Colibri, 2004, 421-446.

Meneses, Filipe Ribeiro de. *Portugal 1914-1926: from the first world war to military dictatorship.* Bristol: HiPLAM, 2004.

Meneses, Filipe Ribeiro de. *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918).* Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

Michalski, Sergiusz. *Public Monuments: Art in Political Bondage 1870-1997*. London: Reaktion Books, 1998.

Michel, Johann. Gouverner les mémoires. Les politiques mémorielles en France. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

Monteleone, Renato e Pino Sarasini. «I monumenti italiani ai caduti della Grande Guerra». In *La Grande Guerra. Esperienza, memoria, immagini,* coord. Diego Leoni e Camillo Zadra. Bologna: Il Mulino, 1986, 631-662.

Mosse, George L. «Shell-shock as a social disease». *Journal of Contemporary History*, 35, n.º 1, (2000): 101-108.

Mosse, George L. *De la Grande Guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européenes.* Paris: Hachete Littératures, 1999.

Mosse, George L. *The image of man: the creation of modern masculinity*. New York: Oxford University Press, 1996.

Mosse, George L. «Souvenir de la guerre et place do monumentalisme dans l'identité culturelle du national-socialisme». *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 41, (1994): 51-59.

Mosse, George L. *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti*. Roma: Laterza, 1990.

Mosse, George L. *Fallen soldiers. Reshaping the memory of the world wars.* Oxford: Oxford University Press, 1990.

Mosse, George L. «Two World Wars and the Myth of the War Experience». *Journal of Contemporary History*, 21, n.º 4 (1986): 491-513.

Moura, Maria Lúcia de Brito. *Nas trincheiras da Flandres. Com Deus ou sem Deus, eis a questão.* Lisboa: Colibri, 2010.

Muller, Jean-Werner. *Memory and power in post-war Europe. Studies in the presence of the past*. Cambridge: University Cambridge Press, 2002.

Nora, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire. République*. Vol I. Paris: Gallimard, 1984.

Olick, Jeffrey K. «Colective memory: A memoir and prospect». *Memory Studies*, 1, n.º 1 (2008): 23-29.

Oliveira, General Ramires de. *História do Exército Português (1910-1945).* Vol. III. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994.

Paillard, Remy. *Affiches 14-18*. S/l., s/ed., 1986.

Pascal, Blanchard e Veyrat-Masson Isabelle, *Les guerres de mémoires. La France et son histoire. Enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques*. Paris: La Découverte, 2008.

Pereira, José Fernandes (ed.). *Dicionário de Escultura Portuguesa.* Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

Pereira, Maria de Conceição Meireles. «O 1.º de Dezembro – memória e liturgia cívica na 2.ª metade de oitocentos». *Revista de História de Ideias,* 28, (2007):129-167.

Pinto, Ana Luísa Araújo. *Memórias de um dever cumprido: Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1996.

Pinto, António Costa e Nuno G. Monteiro. «A identidade nacional portuguesa». *Portugal Contemporâneo*, coord. António Costa Pinto. Lisboa: Dom Quixote, 2005, 51-65.

Pinto, António Costa. «A queda da 1ª República Portuguesa: uma interpretação». In *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931),* ed. Manuel Baiôa. CIDEHUS. Lisboa: Ed. Colibri, 2004, 165-183.

Pinto, António Costa. «A queda da I República». In *A Primeira República Portuguesa: entre o liberalismo e o autoritarismo*, coord. António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Ed. Colibri – IHC, 2000, 25-44.

Pinto, António Costa. «Muitas crises, poucos compromissos: a queda da Primeira República». *Penélope*, n.º 19-20 (1998): 43-70.

Pinto, António Costa. *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Pinto, António Costa. «O fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalismos lusitanos». *Penélope*, n.º 3 (1989): 44-62.

Pollak, Michael. «Memória, Esquecimento, Silêncio». *Estudos Históricos*, 2, nº 3 (1989): 3-15.

Prezioso, Stéfanie. «Expérience de guerre et militantisme républicain en Italie (1914–1926)». *European Review of History—Revue européenne d'Histoire*, 13, n.º 1, (2006): 141–161.

Prior, Robin, Trevor Wilson. «Reviewed work(s): The First World War by John Keegan The Pity of War by Niall Ferguson». *Journal of Contemporary History*, 35, n. º 2 (2000): 319-328.

Prost, Antoine. «*Anciens Combattants*». In *Encyclopédie de la Grande Guerre 1914-1918,* Jean-Jacques Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau. Paris: Bayard, 2004, 1087-1098.

Prost, Antoine. *Republican identities in war and peace: representations of France in the nineteenth and twentieth centuries*. Oxford: Berg, 2002.

Prost, Antoine. «Mémoires Locales et Mémoires Nationales: Les monuments de 1914-1918 en France». *Guerres Mondiales et Conflits Contemporains*, n.º 178, (1995): 5-94.

Prost, Antoine. «The Impact of War on French and German Political Cultures». *The Historical Journal,* 37, n.º 1 (1994): 209-217.

Prost, Antoine. « Les représentations de la guerre dans la culture française de l'entre-deux-guerres ». *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, 41, n.º 1 (1994): 23-31.

Prost, Antoine. *In the Wake of War: 'Les Anciens Combattants' and French Society*, *1914-39*. Oxford: Berg, 1992.

Prost, Antoine. «Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique». In *Les lieux de mémoire. I République,* Pierre Nora (dir.). Paris: Gallimard, 1984, 195-225.

Prost, Antoine. *Les anciens combattants et la société française 1914-1939*. 3 vols. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. Vol. 1, *Histoire;* Vol. 2, *Sociologie;* Vol. 3, *Mentalités et Idéologies*.

Purcell, Sarah J. «War, memory and national identity in the twentieth century». *National Identities,* 2, n.º 2 (2000): 187-195.

Quintais, Luís. *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2000.

Ramos, Rui. «Sobre o carácter revolucionário da Primeira República Portuguesa (1910-926): uma primeira abordagem». *Polis: Revista de Estudos Jurídico-Políticos*, n.º 9/12 (2003): 58.

Ramos, Rui. «As guerras da República (1911-1917)». In *A segunda Fundação (1890-1926),* coord. Rui Ramos. Vol. VI de *História de Portugal,* dir. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, 435-527.

Ramos, Rui. «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)». *Análise Social,* XXII, n.º90 (1986): 109-135.

Ramos, Rui. *A segunda fundação (1890-1926)*. Vol VI da *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa : Circulo de Leitores, 1994.

Reis, António, dir. *Portugal Contemporâneo*. 3 Vol. Lisboa: Selecções do Reader's Digest: Alfa, 1996.

Renouvin, Pierre; *La Première Guerre mondiale*. Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1998 (9 réed.).

Ribeiro, Maria Manuela Tavares. «O centenário henriquino. Imagens e Ideologia». *Revista de História das Ideias,* 15, (1993): 331-378.

Ricoeur, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris: Le Seuil, 2000.

Ridolfi, Maurício. «As festas da nação. Religiões da pátria e rituais políticos na Europa liberal do 'longo século XIX'». *Ler História*, nº46 (2004): 5-26.

Rioux, Pierre e Jean-François Sirinelli. *Para uma história cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Rioux, Pierre e Jean-François Sirinelli. *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

Rodrigues, Elisabete. *Heróis em Revista (1916-1926). Leitura de uma época através dos periódicos de interesse literário.* Lisboa: Edições Colibri, 2005.

Rodrigues, Luís Nuno. «A legião portuguesa no espectro político nacional». *Penélope,* n.º 11 (1993): 21-36.

Rosas, Fernando, e Fernanda Rollo. *História da I República*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

Rosas, Fernando. «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». *Análise Social,* vol. XXXV, n.º 157, 2001: 1031-1054.

Rosas, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*, VII vol., *História de Portugal,* dir. José Mattoso. Lisboa: Estampa, 1998.

Rosas, Fernando. «A crise do liberalismo e as origens do 'autoritarismo moderno' e do Estado Novo em Portugal». *Penélope*, n.º 2 (1989): 98-114.

Rowlands, Michael. «Remembering to forge: Sublimation as Sacrifice in War Memorials». In *The art of forgetting: materializing culture*, ed. Adrian Forty e Susanne Kuchler. Oxford: Berg, 1999, 131.

Saial, Joaquim. *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-1940).* Mirandela: Bertrand Editora, 1991.

Samara, Alice. *Verdes e Vermelhos. Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais.* Lisboa: Notícias Editorial, 2003.

Samara, Alice. «O impacto económico e social da Primeira Guerra em Portugal». In *Portugal e a Guerra. História da Intervenção Militar Portuguesa nos Grandes Conflitos Mundiais (sécs. XIX-XX),* coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa, Ed. Colibri, 1998, 71-87.

Sheffield, Gary. *Forgotten Victory. The First World War: Myths and Realities*. London: Review, 2002.

Sherman, Daniel. *The construction of the memory in interwar France.* Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

Siegel, Mona L. «'History is the opposite of forgetting': The limits of memory and the lessons of history in interwar France». *Journal of Modern History*, 74, n.º 4 (2002): 770-800.

Silva, Armando Malheiro da. *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra e Museu da Presidência da República, 2006.

Sobral, José Manuel. «Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português. Nação e Estado. Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português». Comunicação apresentada no colóquio *Nação e Estado: entre o local e o global*, Núcleo de Estudos em Sociologia, Universidade do Minho, Novembro de 2004, (http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_4.pdf, consultado em Janeiro de 2010).

Sobral, José Manuel. «O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)». *Análise Social,* vol. XXXIX, n.º 171 (2004): 255-284.

Sobral, José Manuel. «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português». *Análise Social,* XXXVII, n.º 165 (2003): 1093-1126.

Sousa, Jorge Pais de. «*Guerra e Nacionalismo: na República e no Estado Novo, entre a democracia e a ditadura (1914-1939)*». Tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

Strachan, Hew. *The First World War. A New Illustrated History*. London: Pocket Books, 2006.

Teixeira, Nuno Severiano e Manuel Themudo Barata (Dir.). *Nova história militar de Portugal* . Vol IV. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

Teixeira, Nuno Severiano e António Costa Pinto. *A Primeira República Portuguesa: Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Teixeira, Nuno Severiano. «Portugal na «Grande Guerra» 1914-1918: as razões da entrada e os problemas da conduta». In *Portugal e a Guerra. História das*

Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (sécs. XIX-XX), coord. Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Ed. Colibri, 1998, 55-69.

Teixeira, Nuno Severiano (coord.). *Portugal e a guerra (IHC-FCSH).* Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Teixeira, Nuno Severiano. *O poder e a guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra.* Lisboa: Estampa, 1996.

Teixeira, Nuno Severiano. «A fome e a saudade – os prisioneiros portugueses na Grande Guerra». *Penélope,* n.º 8 (1992): 91-114.

Teixeira, Nuno Severiano. «Faim et nostalgie: les prisonniers portugais de la Grande Guerre». *Guerres Mondiales et Conflits Contemporaines,* n.º 178 (1995): 25-41.

Teixeira, Nuno Severiano. «A História Militar e a Historiografia Contemporânea». *Nação e Defesa*, n.º 59 (1991): 53-7.

Telo, António José. «A Economia da República». In *História de Portugal dos tempos Pré-históricos aos Nossos Dias,* Vol. XI, dir. João Medina *A República,* Vol. II. Lisboa: Ediclube, 1993, 491-522.

Telo, António José. *Decadência e queda da I República Portuguesa.* 2 vols. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

Telo, António José. *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro, 1977.

Testard, Maurice. *À la mémoire des combattants.* Paris: Economica, 2003.

Theweleit, Klaus. *Male Fantasies.* University of Minnesota Press, 1989. Volume 2*:* Male Bodies: Psychoanalyzing the White Terror.

Thiesse, Anne-Marie. *A Criação das Identidades Nacionais. Europa – séculos XVIII-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

Todman, Dan. *The Great War: Myth and Memory.* New York: Hambledon Comtinuum, 2005.

Todorov, Tzvetan. *El miedo a los bárbaros.* Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2008.

Todorov, Tzvetan. *Les abus de la mémoire.* Paris: Arléa, 2004.

Todorov, Tzvetan. «La mémoire fragmentée. La vocation de la mémoire». *Cahier français,* n.º 303 (2001).

Torgal, Luís Reis, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga e Henrique Barbosa (rev). *História da História em Portugal séculos XIX-XX*. 2 vols. S/l.: Temas e Debates, 1998.

Torgal, Luís Reis Torgal. *História e ideologia.* Coimbra: Minerva, 1989.

Torre Gòmez, Hipólito de la. *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal – Espanha (1913-1919)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1990.

Trindade, Luís. *O Estranho caso do nacionalismo português*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008.

Valente, Vasco Pulido. *A República Velha (1910-1917). Ensaio*. Lisboa: Gradiva, 1997.

Valente, Vasco Pulido. «Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)». *Análise Social*, XXVII, n.º 115 (1992): 7-63.

Vicente, António Pedro. *Arnaldo Garcez: um repórter fotográfico na Primeira Grande Guerra*. Lisboa: Centro Português de Fotografia, 2000.

Winter, Jay e Antoine Prost. *Penser la Grande Guerre. Un essai d'historiographie*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

Winter, Jay e Emmanuel Sivan. *War and remembrance in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

Winter, Jay e Jean-Louis Robert. *Capital cities at war: Paris, London, Berlin 1914-1919*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Winter, Jay e Merriman, John (ed.). *Europe since 1914: encyclopedia of the age of war and reconstruction*. Detroit: Thomson Gale, 2006.

Winter, Jay. *Remembering war: the Great War between memory and history in the twentieth century*. London and New Haven: Yale University Press, 2006.

Winter, Jay, e Antoine Prost. *The Great War in History. Debates and Controversies, 1914 to the Present*. New York: Cambridge University Press, 2005.

Winter, Jay. «Shell-Shock and the Cultural History of the Great War». *Journal of Contemporary History*, 35, n.º1 (2000): 7-11.

Winter, Jay. *Sites of war, sites of mourning: The Great War in the European Cultural History*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1995.

Ypersele, Laurence van (dir.). *Questions d'histoire contemporaine: conflits, mémoires et identités*. Paris: PUF, 2006.

Zerubavel, Eviatar. *Time Maps. Collective memory and social shape of the past*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

Entrevista

Entrevista (ed.) a MC, de 15 de Abril de 2008.

Entrevista (ed.) a HF, de 10 de Abril de 2008.

Entrevista (ed.) a OF, de 17 de Abril de 2008.

Internet

Commonwealth War Graves Commmission (http://www.cwgc.org, consultado a 4 de Outubro de 2009)

Frank, Robert. *La mémoire et l'histoire.* Institut d'histoire du temps présent – IHTP (http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233&lang=fr.html, consultado a 26 de Janeiro de 2010)

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – IPPAR (http://www.ippar.pt/monumentos/se_staengracia.html, consultado a 14 de Setembro de 2009).

Traité de Versailles 1919. Nancy – Paris-Strasbourg : Librairie Militaire Berger-Levrault, 1919, p. 107 (http://www.tacite.ch/doc/Histoire%20%28site%29/Ressources/Exercices/20e%20siecle%20I/Ex28TraiteDeVersailles.pdf, consultado a Junho de 2009)

Filmes

As Homenagens ao Soldado Desconhecido, Artur Costa de Macedo.
Documental, Portugal, 1921, P/B, mudo, 38'
Cinemateca Portuguesa / ANIM

O Final de uma Guerra bem sucedida: Desfile da Paz – 1919
[Filme do catálogo do Imperial War Museum - *Cinemateca Portuguesa / ANIM*]
Documental, Inglaterra, 1919, P/B, mudo [Legendas em inglês], 11'
[The End of a Well Fought War: The Peace Procession 1919]

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E MAPAS

QUADROS:

Quadro I.	Baixas portuguesas nos diversos teatros de operações
Quadro II.	Inválidos de guerra avaliados pelas Juntas de Avaliação
Quadro III.	Evolução (não sequencial) do contingente de membros da LCGG
Quadro IV.	Movimento geral de 'caixa' da Direcção Central (valores totais)
Quadro V.	Tipo de doenças verificadas no CEP

GRÁFICOS:

Gráfico I.	Modalidades de alistamento
Gráfico II.	Evolução do retorno das tropas portuguesas da frente europeia
Gráfico III.	Percentagem de prisioneiros pelo total de mobilizados por interveniente
Gráfico IV.	Percentagem de inválidos pelo total de mobilizados por interveniente
Gráfico V.	Assistência (pensões/subsídios) oferecida pela LCGG

MAPAS:

Mapa I.	Núcleos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1924-1933)
Mapa II.	Monumentos aos Mortos da Grande Guerra

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Imagem I.	O contingente do Exército na *Parada da Vitória* em Lisboa.
Imagem II.	A praça do Comércio durante a organização do cortejo que foi saudar o Chefe de Estado pela vitória aliada.
Imagem III.	«Regressaram a Lisboa mais tropas do CEP»...
Imagem IV.	«Causou justificado alvoroço a notícia da chegada do primeiro contingente de prisioneiros de guerra portugueses»...
Imagem V.	«Aparelhos provisórios e de trabalho. Muito sólidos e de possível adaptação sucessiva à atrofia do coto» …
Imagem VI.	«Exame de sensibilidade de um coto por meio de uma placa esthesiometrica de Amar»...
Imagem VII.	«O sr. Marechal Gomes da Costa, que se retirou antes do início do rancho […] tendo levantado um viva pela glória da Pátria, outro pela glória do Exército, e um terceiro pela glória dos combatentes, ouvindo-se depois outros vivas saudados com palmas».
Imagem VIII.	Uma das mesas do rancho da *Semana dos Combatentes.*
Imagem IX.	"A homenagem do sr. adido militar francês".
Imagem X.	"As bandeiras dos combatentes Aliados recebendo a continência dos Combatentes Portugueses em frente à Câmara Municipal de Lisboa".
Imagem XI.	«…Os pobresinhos, as crianças de servir, as colarejas da praça disputavam a honra de colocar ao peito a flor bendita!»...
Imagem XII.	«Um grupo de antigos prisioneiros na Alemanha alinhados sob o telheiro do cais do Posto de Desinfecção, após o seu desembarque»...
Imagem XIII.	«Sarau do Ginásio Club Português no Coliseu dos Recreios a favor da Cruzada das Mulheres Portuguesas».
Imagem XIV.	Selo de assistência da Junta Patriótica do Norte.
Imagem XV.	«O sr. Presidente da República, acompanhado do representante do sr. Patriarca de Lisboa e seguido do capitão sr. Cameira, entrando na Sé, onde foi assistir aos ofícios pelos nossos soldados» …
Imagem XVI.	«Na Avenida da Liberdade, defronte da rua dos Condes. Um aspecto da multidão que acorreu, a convite das juntas de freguesia, a assistir à parada militar»...
Imagem XVII.	Paris, 14 de Julho de 1919.
Imagem XVIII.	Paris, 14 de Julho de 1919.
Imagem XIX.	Londres, 19 de Julho de 1919.
Imagem XX.	Londres, 19 de Julho de 1919.
Imagem XXI.·	Bruxelas, 21 de Julho de 1919.
Imagem XXII.	Cartaz "Dois minutos de silêncio" do tenente A. Baptista.

Imagem XXIII. Desfile em Lisboa de homenagem aos mortos da Grande Guerra, 1923.
Imagem XXIV. "O Rocio durante os dois minutos de silêncio".
Imagem XXV. «A gloriosa Marinha portuguesa teve hontem a consagração dos seus feitos, durante a Grande Guerra, na sessão solene promovida pela patriótica Comissão dos Padrões» …
Imagem XXVI. O desfile dos combatentes na Avenida da Liberdade.
Imagem XXVII. O 9 de Abril de 1929 no cemitério do Alto de S. João em Lisboa.
Imagem XXVIII. O 11 de Novembro de 1933 na Avenida da Liberdade em Lisboa.
Imagem XXIX. "A coluna de Combatentes, depois de ter recebido as honras da guarnição militar de Lisboa, desfila na Praça do Comércio a caminho da Liga".
Imagem XXX. "À saída da missa que um grupo de combatentes portugueses manda celebrar na Igreja da Ordem Militar de Aviz".
Imagem XXXI. O cemitério do Alto de S. João, 11 de Novembro de 1928.
Imagem XXXII. "Crianças dum asilo desfilando no 11 de Novembro".
Imagem XXXIII. *Legação* italiana após participação da missa na Igreja do Loreto em Lisboa, 11 de Novembro de 1927.
Imagem XXXIV. Os ministros da Bélgica e da França depõem flores no Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra, 11 de Novembro de 1931.
Imagem XXXV. Chegada do Soldado Desconhecido proveniente do porto de Havre (França) a Lisboa, 5 de Abril de 1921.
Imagem XXXVI. Câmara ardente no Arsenal da Marinha onde ficaram depostos os Soldados Desconhecidos desde a chegada até ao dia 7 de Abril de 1921.
Imagem XXXVII. "O Morto glorioso d'África e do Mar e o bravo Combatente da Flandres conduzidos para o átrio do Congresso, onde ficaram até serem transportados para a Batalha".
Imagem XXXVIII. O povo de Lisboa aguarda a chegada do marechal Joffre à estação do Rossio, prevista para as dezanove horas e quarenta, 8 de Abril.
Imagem XXXIX. Desfile de consagração dos Soldados Desconhecidos em frente à estação do Rossio (9 de Abril), onde permaneceriam até à partida para a Batalha no dia seguinte.
Imagem XL. Marechal Joffre e demais representações estrangeiras aguardam, à porta do Congresso, a saída dos túmulos dos Soldados Desconhecidos para se dar início ao desfile.
Imagem XLI. Urna contendo restos de um Soldado Desconhecido, transportada pelos generais Abel Hipólito e Gomes da Costa.
Imagem XLII. O bispo de Leiria, marechal Joffre, António José de Almeida, Smith Dorrien e outros oficiais estrangeiros aguardam no

Mosteiro de Santa Maria da Vitória a chegada dos Soldados Desconhecidos (10 de Abril).

Imagem XLIII. Depois da definitiva inumação dos Soldados Desconhecidos a 7 de Abril de 1924, o acender da *Chama da Pátria* pelo ministro da Guerra Américo Olavo, a 9 de Abril do mesmo ano.

Imagem XLIV. O soldado Milhões deposita flores no túmulo dos Soldados Desconhecidos junto ao *lampadário da pátria*, a 9 de Abril de 1924.

Imagem XLV. O Cemitério Militar Português de *Richebourg l'Avoué*.

Imagem XLVI. Altar [do Cemitério Militar Português de *Richebourg l'Avoué*].

Imagem XLVII. Portão [do Cemitério Militar Português de *Richebourg l'Avoue*].

Imagem XLVIII. Talhão português no cemitério de Anvers – Schoonselhof (Antuérpia).

Imagem XLIX. À esquerda do cemitério de Boulogne-sur-Mer (Boulogne Eastern Cemetery), em Pas-de-Calais, encontra-se o talhão português.

Imagem L. Monumento português do cemitério de Boulogne-sur-Mer da, provável, autoria de Alves de Sousa (entre 1921 e 1922).

Imagem LI. Campas dos soldados portugueses no talhão dos combatentes do cemitério do Alto de S. João em Lisboa (9 de Abril de 1935).

Imagem LII. Monumento aos mortos da Grande Guerra no talhão dos combatentes no cemitério de Castelo Branco.

Imagem LIII. Monumento aos mortos da Grande Guerra, da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse (França), 30 de Junho de 1919.

Imagem LIV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Chaves, 8 de Junho de 1922: "Homenagem de Chaves aos seus mortos. 1914-1918".

Imagem LV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Pinhel. Coronel Veja Oliveira (projecto) e Alfredo César Gomes (concretização), 9 de Abril de 1922.

Imagem LVI. Padrão aos mortos da Grande Guerra de Penafiel (modelo da Junta Patriótica do Norte), 11 de Novembro de 1927.

Imagem LVII. Padrão aos mortos da Grande Guerra de Mira (busto da República). Francisco António Santos, 17 de Setembro de 1932.

Imagem LVIII. Padrão aos mortos da Grande Guerra de Mondim de Bastos. João Queirós, 9 de Abril de 1930: "Aos que morreram na guerra".

Imagem LIX. Monumento aos mortos da Grande Guerra do Porto. Henrique Moreira, 9 de Abril de 1929: "1914 – Aos mortos da Grande Guerra – A cidade do Porto – 1918". (Fotografia da autora)

Imagem LX. Monumento aos mortos da Grande Guerra da Covilhã. Francisco dos Santos, 26 de Junho de 1930: "1914-1918".

Imagem LXI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Lamego. Júlio Vaz Júnior (esc.) e Álvaro Machado (arq.), 5 de Setembro de 1932: "Aos mortos da Grande Guerra".

Imagem LXII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Santarém. Anjos Teixeira, 9 de Abril de 1932: "O concelho de Santarém aos seus Mortos da Grande Guerra".

Imagem LXIII. Monumento a Carvalho Araújo de Vila Real. Anjos Teixeira, 14 de Outubro de 1931.

Imagem LXIV. Monumento aos mortos da Grande Guerra do cemitério do Alto de S. João em Lisboa. Maximiano Alves, 9 de Abril de 1933.

Imagem LXV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Portalegre. Francisco Soares Lacerda Machado (padrão) e Henrique Moreira (escultura), 11 de Novembro de 1935: "Aos mortos da Grande Guerra".

Imagem LXVI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Évora. João Silva (projecto) e Manuel Vultos (concepção), 4 de Junho de 1933: "*Filis Pro patria caesis Ebora*".

Imagem LXVII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de São João da Madeira. Henrique Moreira, 11 de Novembro de 1937: "Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918".

Imagem LXVIII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de São João da Madeira.

Imagem LXIX. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Abrantes. Rui Roque Gameiro, 5 de Junho de 1940: "Aos mortos pela Pátria."

Imagem LXX. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Abrantes. Rui Roque Gameiro, 5 de Junho de 1940: "Aos mortos pela Pátria."

Imagem LXXI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Tondela. Branca Alarcão, Março de 1933: "Aos mortos da Grande Guerra. A alegria dos que regressam não compensa a tristeza dos que morreram".

Imagem LXXII. Monumento às viúvas dos combatentes da Grande Guerra de Cascais. Simões Almeida Sobrinho, 12 de Abril de 1925: "Aos mortos da Grande Guerra".

Imagem LXXIII. "Picarde maudissant la guerre" de Péronne. Paul Auban, 1926: "A nos morts".

Imagem LXXIV. Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra. Maximiano Alves (esc.) Rebelo de Andrade (arq.), 21 de Novembro de1931: "Ao serviço da pátria o esforço da grei".

Imagem LXXV. O presidente da República, António José de Almeida, lançando a primeira pedra do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra, 9 de Abril de 1923.

Imagem LXXVI. Inauguração do Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra (tribuna presidencial), 21 de Novembro de 1931.

Imagem LXXVII. Padrão de Portugal, La Couture (Pas-de-Calais). Teixeira Lopes, 11 de Novembro 1928.

Imagem LXXVIII. Padrão de Portugal, La Couture (Pas-de-Calais).

Imagem LXXIX. Padrão de Portugal, La Couture (Pas-de-Calais).

Imagem LXXX. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Lourenço Marques (Maputo), Moçambique. Rui Roque Gameiro, 29 de Outubro de 1935.

Imagem LXXXI. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Lunada. Henrique Moreira, 15 de Setembro de 1935.

Imagem LXXXII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Leiria. Augusto Romão (arq.) Luís Fernandes (esc.), 2 ou 11 de Maio de 1929: "Leiria – Aos Mortos da Grande Guerra. 1914-18"

Imagem LXXXIII. Monumento aos estudantes mortos na Grande Guerra da Universidade do Porto. João da Silva (esc.), 16 de Outubro de 1948: "*Huius Universitatis filiis scientiae spei A vita cito pro patria ereptis*".

Imagem LXXXIV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Elvas, 22 de Setembro de 1938: "A perpétua memória dos mortos da Grande Guerra naturais do concelho de Elvas. 1914-1918".

Imagem LXXXV. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Estremoz (pormenor). José Maria de Sá-Lemos, 8 de Setembro de 1941.

Imagem LXXXVI. Inauguração do monumento aos mortos da Grande Guerra de Loures. Fernando Soares, 8 de Dezembro de 1929: "Aos mortos da Grande Guerra".

Imagem LXXXVII. Monumento aos mortos da Grande Guerra de Coimbra. António Varela e Luís Fernandes, 10 de Agosto de 1932: "Coimbra – aos seus mortos da Grande Guerra. 1914-1918".

ANEXOS

Anexo I.	Tipo de doenças verificadas no CEP
Anexo II.	Regulamento do Instituto de Reeducação do Mutilados de Guerra
Anexo III.	Comissão encarregada de rever a legislação sobre os inválidos do Serviço Militar – Proposta de lei
Anexo IV.	1. Relação de pensões e subsídios pagos pela tesouraria da Direcção Central (1923-1935); 2. Evolução de "despesas gerais" (exemplificativo) da Direcção Central (não inclui pensões e subsídios)
Anexo V.	Encontro em Portugal da FIDAC (1932)
Anexo VI.	*Distribuição da percentagem do correspondente no conjunto das despesas da JPN*
Anexo VII.	Valor de receitas e despesas da JPN de 1916-1931 e 1933-1936
Anexo VIII.	Importâncias entregues pela Comissão Central da Estampilha da Ressalva Militar de Dezembro de 1927 a Junho de 1934 (Lei das Ressalvas Militares)
Anexo IX.	Alguma correspondência trocada sobre a preparação e o transporte dos Soldados Desconhecidos
Anexo X.	Organização do Ministério da Guerra para as cerimónias de consagração dos Soldados Desconhecidos
Anexo XI.	Índice alfabético das unidades, individualidades, corporações que tomam parte no cortejo do 9 de Abril
Anexo XII.	Cobertura do jornal *O Século* dos acontecimentos de Abril de 1921
Anexo XII.	Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra
Anexo XIV.	Lista dos cemitérios onde se encontravam corpos de soldados portugueses
Anexo XV.	Relatório de trabalhos da Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra
Anexo XVI.	Cemitério militar português de Richebourg l'Avoué
Anexo XVII.	Localidades onde existem talhões privativos para enterramento dos combatentes da Grande Guerra
Anexo XVIII.	Resumo da Subscrição Nacional
Anexo XIX.	Movimento geral da tesouraria de 1922 a 1936
Anexo XX.	A Comissão dos Padrões da Grande Guerra e a representação portuguesa na inauguração do Padrão de La Couture.
Anexo XXI.	Relação dos talhões privativos dos Combatentes da Grande Guerra, nos vários núcleos associativos
Anexo XXII.	Monumentos aos Mortos da Grande Guerra (base de catalogação e categorização)

Anexo I. Tipo de doenças verificadas no CEP

Doenças	Total (%)
Pulmonares	55,91
Gripes	12,56
Meningites	6,65
Cardíacas	1,23
Febre	1,23
Febre Tifóide	1,23
Vias urinárias	1,23
Apendicite	0,99
Congestão cerebral	0,99
Cancros/tumores malignos	0,74
Difteria	0,25
Cirrose de fígado	0,25
Gástricas	0,25
Outras	11,33
Desconhecidas	6,4

Fonte: AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 1412, Causas de morte no CEP, 20 de Maio de 1919; Isabel Pestana Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra* (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2002), 132-136 e 380.

Anexo II. Regulamento do Instituto de Reeducação do Mutilados de Guerra

Pela Portaria n.º 1:398 o Ministério da Guerra aprovado o regulamento do Instituto Militar de Reeducação dos Mutilados de Guerra, anexo à mesma Portaria, em substituição do Regulamento do Instituto de Reeducação do Mutilados de Guerra, aprovado pela portaria 1:113, de 11 de Outubro de 1917.

Fonte: *Ordens do Exército*, 1 Série, 25 de Maio de 1918, p. 492.

«Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário do Estado da Guerra, aprovar e publicar o regulamento do Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra, aprovado por Portaria de 11 de Outubro de 1917. Paços do Governo da República, 25 de Maio de 1918 – *Amílcar de Castro Abreu e Mota.*

Regulamento do Instituto Militar de Reeducação dos Mutilados da Guerra

Título I

Organização

Artigo 1º É criado em Lisboa um Instituto Militar de Reeducação dos Mutilados da Guerra e dos cidadãos atingidos por acidentes do trabalho nas obras e oficinas do Estado.

Artigo 2º A este Instituto poderão associar-se, segundo condições reguladas por diplomas especiais, outros institutos similares, ou com serviços que convenha relacionar, e sempre por forma a que, respeitando a autonomia de cada um, se conjugue a acção de todos, no sentido que mais convenha aos interesses, educação e futuro dos mutilados e estropiados da guerra.

Artigo 3º Os mutilados e estropiados da guerra só serão internados quando tenham as suas lesões operatórias cicatrizadas, e terão preferência os de maior mutilação, susceptíveis de serem reeducados no Instituto.

Artigo 4º A admissão pode fazer-se antes ou depois de terminados os processos de reforma e fixação de pensão, porquanto um e outro são independentes de reeducação.

Artigo 5º Além do internato haverá o regime de externato ou semi-internato, conforme as condições dos mutilados ou estropiados o indicarem.

Artigo 6º Constituem fundos do Instituto:

1º O fundo permanente de 2 000$;

2º O fundo das despesas diversas (regulamento geral do serviço de saúde), 300$;

3º O fundo de manutenção, que será constituído pelas verbas que a prática indicar, pelo rendimento das oficinas e por quaisquer donativos particulares aceitos mediante autorização da Secretaria do Estado da Guerra.

§ Único. Até seis meses depois da assinatura do tratado de paz serão custeadas as despesas pela "Despesas excepcionais resultantes da guerra."

Artigo 7º Os serviços do instituto compreendem três secções:

1º A primeira secção, de investigação e orientação profissional;

2º A segunda secção, de reeducação funcional ou física;

3º A terceira acção, de reeducação profissional.

Artigo 8º A primeira secção é destinada a proceder às observações e experiências necessárias para julgar do aproveitamento dos mutilados e estropiados e verificação dos aparelhos de prótese.

§ 1º Esta secção terá interferência de todos os assuntos de carácter pedagógico, referentes às outras secções.

§ 2º A direcção dos serviços desta secção pertence ao Director do Instituto dos Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa.

§3º Os mutilados serão examinados à sua entrada e todas as vezes que se julgue necessário, registando-se sempre as alterações feitas.

Artigo 9º A 2ª secção é detida a conseguir a reeducação motora, colocando os mutilados ou estropiados em condições de, com ou sem aparelhos apropriados, poderem entregar-se a ofícios ou mesteres consentâneos com o seu estado;

§ Único. Esta secção compreenderá a fisioterapia com secções especiais para:

a) Massoterapia;

b) Mecanoterapia;

c) Hidroterapia;

d) Electroterapia;

e) Helioterapia;

f) Termoterapia.

Artigo 10º A 3ª Secção tem por fim aproveitar a capacidade física e mental dos mutilados ou estropiados, procurando conseguir que fiquem em condições de retomar o seu antigo ofício (o que é sempre preferível) ou adaptá-los a outros mesteres compatíveis com as suas lesões.

§1º Esta secção compreende oficinas e aulas:

1º Oficinas que no início serão:

a) De carpinteiro;

b) De serralheiro; [...]

§ 3º Anexa a esta secção funcionarão oficinas de fabrico de aparelhos de prótese e de ortopedia que terão um chefe privativo.

Artigo 11º Quando os mutilados careçam de intervenção cirúrgica destinada a facilitar a sua adaptação, serão enviados ao hospital militar que mais convenha.

Artigo 12º Para subsídio de estudo de cada mutilado e, possivelmente, para uso terapêutico, existirá um serviço de radiografia e, além disso, uma instalação de fotografia e de moldagem afim de melhor ser fixado o estudo dos mutilados, à entrada e saída, e verificado os progressos do tratamento.

Artigo 13º Semanalmente se reunirão o director e os chefes de secção deste Instituto em conferência, afim de serem estudados os mutilados e estropiados e examinados os aparelhos de prótese.

§ Único. A estas reuniões poderão assistir os médicos especialistas ou cirurgiões e as entidades cuja colaboração seja porventura necessária.

Artigo 14º A Direcção do Instituto poderá directamente transferir os mutilados para serviços dependentes da Secretaria do Estado da Guerra, ou que com ele se encontram em relação, ou quaisquer outros para onde se reconheça mais convir fazer-se essa transferência ou colocação mediante autorização da mesma Secretaria de Estado.

Título II

Artigo 15º A constituição do pessoal do Instituto é a seguinte:

Pessoal Militar

1º Um médico director;

2º Três médicos chefes de secção;

3º Três médicos assistentes;

4º Um oficial tesoureiro;

5º Um oficial secretário;

6º Três segundos sargentos amanuenses;

7º Doze enfermeiras militares especializadas neste serviço;

8º Quatro primeiros-cabos enfermeiros;

9º Vinte soldados serventes;

10º Dois porteiros (sargentos ou cabos reformados).

Pessoal Civil

Professores

a) De Instrução Primária;

b) De Instrução elementar comercial, industrial e agrícola;

A) Mestres de oficina (treze);

B) Mestre geral de oficinas (um);

C) Chefe das oficinas de ortopedia e prótese (um).

Pessoal menor civil

a) Quatro amanuenses;

b) Um jardineiro-hortelão e um ajudante;

c) Um ou uma cozinheira e ajudante;

d) Seis criadas serventes.

[processos de recrutamento]

Título III

Atribuições e deveres do Pessoal

Artigo 18º Este assunto regula-se pelo disposto no regulamento geral do serviço de saúde [...]

Título V

Disposições Gerais

Artigo 25º Na admissão de todo o pessoal para os serviços do Instituto será de justiça que se dê preferência ao pessoal mutilado, reeducado neste estabelecimento em condições de trabalhar, e às viúvas e órfãos do militares mortos na guerra.

Artigo 26º Quando as circunstâncias permitam, este Instituto poderá acolher nas suas oficinas ou aulas os órfãos ou filhos dos inválidos de guerra.

Artigo 27º Logo que as oficinas estejam funcionando, deverão ser utilizadas de preferência para os trabalhos do Estado, devendo a receita líquida reverter para o fundo de manutenção.

§ Único. Os mutilados que trabalhem nas oficinas terão direito a um salário de aprendizagem, em harmonia com tabelas propostas pelo Director e aprovadas superiormente.

Artigo 28º Em diplomas especiais se publicarão os regulamentos dos serviços das diferentes secções, etc.

Artigo 29º Nos casos omissos regula o disposto no regulamento geral do serviço de saúde do exército.

Artigo 30º O presente regulamento entrará em vigor logo que seja publicado.

Paços do Governo da República, 25 de Maio de 1918 – *Amílcar Castro Abreu e Mota*».

Anexo III. ***Comissão encarregada de rever a legislação sobre os inválidos do Serviço Militar*** **– Proposta de lei.**

Fonte: A.H.M., 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 442, *Comissão encarregada de legislação sobre os inválidos do Serviço Militar,* Lisboa, 20 de Março de 1920 – Carta ao Chefe da Repartição de Gabinete da Secretaria da Guerra e Anexos (Relatório e Proposta de lei).

Artigo Iº A República reconhece o direito a reparação que assiste aos militares que se invalidaram na defesa da Pátria ou no cumprimento de deveres militares, estabelece-os nos termos da presente lei.

Artigo IIº É esta lei somente aplicável aos militares temporária ou definitivamente incapacitados em consequência de fadiga ou acontecimentos de guerra, acidentes, ferimentos ou doenças contraídas ou agravadas pelo facto ou motivo de serviço.

Artigo IIIº Único. Para os efeitos deste artigo considera-se serviço todo o exercício de funções resultante de nomeação ou de cumprimento de deveres militares.

Artigo IVº Os militares já reformados ou colocados na reserva em virtude de acidentes, ferimento ou doenças nas condições prescritas pelo artigo anterior, aproveitarão de todas as prescrições prescritas pelo artigo anterior, aproveitarão de todas as disposições contidas na presente lei desde que o requeiram no prazo de seis meses a partir da sua publicação, e que a junta criada pelo artigo 14º verifique possuírem invalidez igual ou superior a 20% para os que adquiriram em campanha, e igual ou superior a 30% para os restantes.

Artigo Vº Durante o tratamento de quaisquer enfermidades contraídas ou agravadas nas condições expressas no artigo II, nenhum militar, qualquer que seja a sua situação e em qualquer ocasião, sofrerá desconto algum para o estabelecimento onde estiver hospitalizado, salvo as restrições que estiverem contidas no § II do 2º do artigo IX, e, se ainda não pertencer à reserva ou não for reformado, terá direito a todos os vencimentos como se estivesse, de facto, prestando serviço numa unidade.

Artigo VIº § Único. Se as enfermidades tiverem sido contraídas ou agravadas em campanha, será ao militar abonada a respectiva subvenção enquanto estiver recebendo tratamento em estabelecimentos militares, não podendo, contudo, esse abono ser feito por mais de um ano a contar da data em que ocorreu o acidente, foi produzido o ferimento ou verificada a doença.

Artigo VIIº Quando as enfermidades exijam tratamento especial que as juntas reconheçam não poder ser feitos nos estabelecimentos militares, o Estado garantirá por sua conta o tratamento nos hospitais civis, sanatórios, termas, etc.

Artigo VIIIº Os militares que, findo o seu tratamento, forem julgados incapazes do serviço activo ou de todo o serviço, serão colocados na reserva ou reformados.

Artigo IXº § Único – Exceptuam-se os militares cuja invalidez, resultado de ferimento posterior a Agosto de 1914, não for inferior a 20% nem superior a 70% os quais, mediante parecer favorável da junta a que se refere o artigo XIV, podem, desejando-o, continuar nos quadros das suas armas ou serviços, prestando serviço militar compatível com a sua aptidão física;

a) A doutrina deste § único é aplicável somente aos seguintes militares:

1) Oficiais e praças do quadro permanente de graduação superior a segundo sargento e a estes quando, à data em que receberam o ferimento, possuírem todas as condições de promoção para o posto imediato;

2) Oficiais milicianos feridos em campanha;

b) Se um segundo sargento nas condições do n.º 1 da alínea a) do § único deste artigo, ferido durante o período de validade do seu concurso, não for promovido aos posto imediato até cessar esse período, continuará válida a sua classificação e com ela entrará na escala com os segundos sargentos da divisão que pertencia quando recebeu o ferimento, aprovados no concurso ou concursos posteriores.

c) O exame médico não terá por fim verificar se o militar tem aptidão para um dado serviço, mas visará apenas julgar se a sua capacidade física permitirá desempenhar cargos que dispensam uma completa validez.

Artigo Xº Os militares de que trata o § único do artigo anterior, serão promovidos com dispensa de todas as provas até ao posto máximo dos seus quadros, se antes não tiverem atingido o limite da idade, não podendo, contudo, ascender ao generalato e terão direito a todas as regalias e vencimentos inerentes aos postos de armas ou serviços a que pertencerem.

§ 1º - Se a invalidez desaparecer, o militar será considerado apto para todo o serviço.

§ 2º - Nenhum militar poderá aproveitar no preceituado no único do artigo anterior depois de reformado ou de colocado na reserva, salvo a aplicação da doutrina do artigo III.

Artigo XIº Os militares colocados na reserva ou reformados terão direito aos seguintes vencimentos:

a) Oficiais, o soldo da patente, se a vencimento superior não tiverem direito por quaisquer disposições em vigor;

b) Praças de pré, a pensão máxima de reforma.

§ 1º - Aos oficiais será aplicável a doutrina preceituada pelo § 5º do artigo 11º do Decreto n.º 5570 (OE n.º 14, 1ª série, de 17 de Maio de 1919), e às praças de pré o disposto no § 2º do artigo 27º do mesmo Decreto.

§ 2º - Estes vencimentos beneficiarão dos aumentos concedidos aos militares no activo.

Artigo XIIº Além dos vencimentos consignados no artigo anterior, será concedido aos militares reformados ou pertencentes à reserva e cuja invalidez for igual ou superior a 30%, uma pensão suplementar variável com o grau da sua capacidade funcional.

§ 1º - Para os oficiais esta pensão será uma percentagem do seu soldo de patente igual à percentagem de invalidez, e para as praças de pré será regulada segundo a tabela anexa à presente lei;

a) Ao militar incapacitado em consequência de enfermidade contraída ou agravada em campanha, será concedido um aumento de 10% sobre a totalidade do seu vencimento de reforma, incluída a pensão suplementar.

§ 2º - Não é abonada a pensão suplementar enquanto o militar se encontra fazendo reeducação, hospitalizado ou em tratamento nas condições dos artigos IV e V, internado no Asilo de Inválidos Militares ou em quaisquer estabelecimentos de assistência do Estado.

Artigo XIIIº A pensão suplementar poderá ser mantida, aumentada, diminuída ou suprimida, conforme o grau de invalidez se mantém, aumenta, diminui ou se torna inferior a 30%.

Artigo XIVº Para os fins do artigo anterior, todos os militares na situação de reforma ou reserva, recebendo pensão suplementar, ou na posse de direito a ela, serão presentes à Junta que se refere o artigo XIV dois anos depois de lhes haver sido fixada a percentagem de invalidez.

§ 1º - Se a pensão militar não foi tomada definitiva ou suprimida na primeira revisão determinada pelo presente artigo, o militar será submetido a uma nova revisão passados cinco anos sobre a primeira, devendo a sua pensão suplementar ficar definitivamente fixada ou ser suprimida, salvo o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - O militar que depois de lhe ter sido atribuída a pensão suplementar sinta um agravamento das lesões que aquele benefício deu direito, pode, em qualquer ocasião, requerer para novamente ser examinado, devendo juntar ao requerimento um atestado médico que o justifique.

Artigo XVº O militar que se não conformar com a percentagem de invalidez que lhe foi conferida, deverá requerer novo exame dentro do prazo de oito dias a partir da data em que lhe foi dado conhecimento da decisão da Junta.

§ 1º - Da decisão da Junta que confirmar uma decisão anterior, não haverá recurso.

§ 2º - É permitido ao militar, no exame do recurso, fazer-se assistir de um médico da sua escolha, que terá voto consultivo e cujo parecer ficará registado no processo.

Artigo XVIº A incapacidade dos militares para efeito de concessão de reforma ou de passagem à reserva nos termos da presente lei, será julgada pelas juntas hospitalares que funcionam nos seguintes estabelecimentos: Hospital Militar de Lisboa, Hospital Militar do Porto, Hospital da Marinha e Hospital Colonial, as primeiras duas para o Exército Metropolitano, e as restantes, respectivamente para a Armada e para o Exército Colonial.

§ Único. Todos os militares a que o presente artigo se refere, julgados incapazes do serviço activo ou de todo o serviço, serão imediatamente submetidos à Junta estabelecida pelo artigo XIV.

Artigo XVIIº Para a determinação do grau de invalidez funcionará em Lisboa uma junta composta de cinco membros, presidida por um oficial superior médico, e da qual farão parte quatro médicos especialistas.

Artigo XVIIIº O grau de invalidez é avaliado de 10 em 10% até 100%, correspondendo esta última percentagem à invalidez absoluta.

§ 1º - Quando a percentagem representativa da totalização da invalidez não corresponder a um múltiplo de dez, será elevada ao múltiplo imediatamente superior ou baixada imediatamente inferior àquela média.

§ 2º - Os Ministros da Guerra, da Marinha e das Colónias farão publicar os guias de exame que servirão de norma à junta competente, na apreciação da invalidez;

a) Toda a decisão que se desviar do preceituado naqueles guias, deverá ser justificada.

Artigo XIXº No caso de existência de várias enfermidades ou afecções, a totalização da invalidez será calculada tomando na integridade o grau de invalidez correspondente à enfermidade mais grave, e adicionando depois a este as percentagens correspondentes às outras enfermidades, calculadas estas, porém sucessiva e proporcionalmente à invalidez restante;

Para os efeitos do presente artigo, as enfermidades serão calculadas segundo a ordem decrescente dos valores de invalidez que lhe correspondem;

Não será levada em conta a enfermidade que produza invalidez inferior a 10%.

§ 1º - Quando à enfermidade mais grave corresponder um grau de invalidez igual ou superior a 50%, juntar-se-á respectiva e sucessivamente aos graus de invalidez correspondentes a cada uma das outras enfermidades, dispostas por ordem decrescente, os números 5,10,15, e assim por diante, e, com os valores assim obtidos, se calculará o valor de invalidez total pela forma acima indicada neste artigo.

§ 2º - Consideram-se enfermidades ou afecções múltiplas, além daquelas que são de natureza diferente, aquelas outras que, sendo da mesma natureza, atingem órgãos ou regiões diferentes.

Artigo XXº No caso de enfermidades múltiplas em que uma produza incapacidade absoluta, será concedida uma pensão complementar de 5$00 mensais por cada 10% de invalidez resultante das demais enfermidades.

Artigo XXIº Se um militar, reformado pela perda de um olho ou membro, embora por motivo estranho ao serviço militar, terá direito a uma pensão correspondente a 100%, salvo se existir uma terceira identidade responsável pela indemnização desse dano.

Artigo XXIIº Terá direito à pensão de sangue a família do militar que, tendo uma invalidez igual ou superior a 80%, por qualquer motivo venha a falecer.

Artigo XXIIIº Para os fins do artigo III e § único do artigo XIII, serão concedidas aos militares passagens por conta do Estado, e ajudas de custo ou vencimentos de marcha como se estivessem no activo, e ainda alojamento para as praças de pré.

Artigo XXIVº Os Ministros da Guerra, da Marinha e das Colónias providenciarão para que seja garantida a reeducação funcional e profissional aos mutilados que a desejam.

Artigo XXVº Um regulamento especial fixará as condições em que o Estado garante aos mutilados o fornecimento e reparação de aparelhos de prothese e orthopedicos.

Artigo XXVIº Aos militares abrangidos pelas disposições da presente lei, serão concedidas preferências para a admissão nos diversos ramos dos serviços públicos, tendo em vista a patente, aptidão física e habilitações de cada um.

§ Único. Os vencimentos usufruídos em virtude do desempenho dos cargos de que trata o presente artigo, serão independentes do vencimento de reforma, perdendo, todavia, o militar direito a 50% da sua pensão suplementar.

Artigo XXVIIºDisposições especiais estabelecerão a aplicação dos princípios desta lei sobre pensões de reforma e pensões suplementares a conceder às praças indígenas do Exército Colonial das diversas províncias.

Artigo XXVIIIº Fica revogada a legislação em contrário.

Sala das Sessões, Abril de 1920
O Ministro da Guerra

Tabela das pensões suplementares para Praças de Pré

Graduações	**Percentagens de Invalidez**							
	30%	**40%**	**50%**	**60%**	**70%**	**80%**	**90%**	**100%**
Sargento Adjunto	16$20	21$60	27$00	32$40	37$80	43$20	48$60	54$00
1º Sargento	14$40	19$20	24$00	28$80	33$60	38$40	43$20	48$00
2º Sargento	12$60	16$80	21$00	25$20	29$40	33$60	37$80	42$00
1º Cabo	10$80	14$40	18$00	21$60	25$20	28$80	33$40	36$00
2º Cabo	9$90	13$20	16$50	19$80	23$10	26$40	29$70	33$00
Soldado ou Marinheiro	9$00	12$00	15$00	18$00	21$00	24$00	27$00	30$00

Anexo IV.

1. Relação de pensões e subsídios pagos pela tesouraria da Direcção Central (1923-1935)

Gerência/Ano económico	**Pensões**	**Subsídios a)**	**Total P/S**
1923-1925	2.730$00 c)	3.075$00 c)	-
1925-1926	4.035$00 c)	3.206$80 (+ 9.525$00) c)	
1926-1927 c)	4.626$00	9.738$55	24.471$20
1927-1928 d)	98.797$49	9.450$50	107.597$99
1928-1929 b)	245.352$50	10.731$86 (Funerais – 2.887$50; doença – 1.933$00; Desemprego – 3.522$70; Vários – 2.388$66)	387.573$45
1931-1932 e)	234.263$15	31.147$50	298.401$60
1932-1933			343.384$77
1934-1935			631.902$20

Os subsídios podem ser por razões como: funeral; doença; desemprego; auxílio.
LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1931), 192-199.
Valores segundo o Relatório de gerências de 1923 a 1928: LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), 43-46 (1923-1925); 69-74 (1925-1926); 96-105, (1926-1927); 140-153 e 247 (1927-1928).
LCGG, *Relatório de Gerência de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), 247.
LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1934).
Não existe relatórios de gerências para os períodos de 1929 a 1931 e de 1933 a 1934, sendo que os valores mais próximos, serão publicados no ano de 1934.

2. Evolução de "despesas gerais" (exemplificativo) da Direcção Central (não inclui pensões e subsídios).

Contas	1926-1927	1927-1928	1928-1929
Expediente e impressos	2.366$25	4.867$63	7.137$50
Diversos	2.185$42	3.759$11	4.110$83
Telegramas	176$80	1.280$10	1.979$10
Ordenados	15.905$00	25.700$00	29.503$00
Selos e Franquias	869$92	514$45	1.190$08
Reparações	797$80	911$89	556$60
Viagens de inspecção	672$65	437$13	-
Gratificações	552$50	1.573$50	1.396$00
Iluminação e água	909$75	1.261$49	1.044$88
Hino	98$00	84$00	-
Museu da Grande Guerra	49$30	-	-
Transportes	398$40	1.750$70	1.671$05
Cemitérios	589$20		-
Seguros	32$57	64$82	62$95
Telefone	747$25	620$00	682$00
Serviço de limpeza	25$20	1.014$00	1.550$25
Propaganda	30$00	1.592$09	-
Anúncios	-	43$70	-
Prémios	-	47$66	118$67
Averiguações	-	402$00	-
Registos e Certidões	-	826$94	720$68
Relatório	-	250$00	1.250$00
Junta Central	-	17$50	-
11 Novembro	-	1.688$54	319$50
Fotografias	-	230$00	182$00
Almoço aos Combatentes Aliados	-	1.832$50	-
Passe de transporte	-	634$00	775$70
Fretes	-	20$00	430$00
Almirante da Esquadra Inglesa	-	907$85	-
Assistência a Combatentes	-	110$20	-
Assinatura	-	-	1.906$64
Representações	-	-	593$10
Visita de Esquadras Italiana, Francesa	-	-	1.498$50 922$50
Gravuras	-	-	30$00
Terno de clarins e corneteiros	-	-	360$00
Condecoração do estandarte da sub-agência da Covilhã	-	-	692$05
Despesas para o 2.º Congresso	-	-	319$50
9 de Abril	-	-	735$50
Total	**26.306$01**	**52.261$80**	**61.783$28**

Fonte: LCGG, *Relatório de Gerências de 1923 a 1928* (Lisboa: Imprensa da Armada, 1929), mapa n.º 9; LCGG, *Relatório da Gerência de 1928 a 1929* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1931), mapa n.º 9; LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1934), anexos.

Anexo V. Encontro em Portugal da FIDAC (1932)

Fonte: ANTT, AOS, CO, GR-1, Pasta 7, n.º 2.

«Secção Portuguesa da FIDAC"
Lisboa, 10 de Agosto de 1931.
Exmº Sr. Ministro das Finanças

A Federação Interaliada dos Antigos Combatentes (abreviadamente FIDAC) é uma associação onde se encontram federadas na sua quasi totalidade as muitas e variadas associações de antigos combatentes, organizadas depois da grande guerra nas diversas Nações que combateram aliadas contra os impérios da Europa Central em 1914-18.

Assim, conta hoje a FIDAC cerca de Oito milhões de associados, no número dos quais entram os 30.000 antigos combatentes portugueses que fazem parte da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

A FIDAC adoptou como divisa: "Hodie pacis, olim victoriae artifices" querendo assim proclamar o seu objectivo que consiste em fazer hoje pugnar ardentemente e intransigentemente pela Paz aqueles mesmos que na guerra foram os obreiros da victoria.

Diversos são os meios de que a FIDAC se serve para procurar realizar esse objectivo, sendo, porém, o principal o de promover por todas as formas o mais perfeito conhecimento mútuo das Nações que foram aliadas na guerra, de maneira que desse conhecimento mútuo venha a resultar a estima e a confiança recíprocas, a solidariedade e a boa harmonia entre todas e consequentemente a Paz mundial que todos ambicionamos.

Duas formas essenciais de conseguir esse conhecimento mútuo, por intermédio dos milhões de antigos combatentes dispersos por todo o mundo, consistem na publicação de uma revista mensal "FIDAC" onde se faz a propaganda e o intercâmbio intelectual de todas as Nações interaliadas, e nos congressos anuaes que, segundo o Estatuto da FIDAC se teem realizado desde 1920.

Segundo esse Estatuto, todos os Paízes representados na FIDAC contraem a obrigação de organizar por sua vez o Congresso a que concorrem delegações de todas as associações de antigos combatentes, filiadas na Federação e onde são ventilados e discutidos todos os assuntos que podem interessar à comunidade dos antigos combatentes e à realização dos objectivos pacifistas da FIDAC.

Assim das dez Nações representadas na FIDAC já todas receberam sucessivamente os Congressistas, excepto a Tchecoslováquia, que vai recebê-los no fim do mez de Agosto corrente, e Portugal.

Devia ter sido em 1930 a vez de se realizar em Portugal o Congresso da FIDAC mas, razões de ordem financeira levaram-nos a ceder o lugar aos Estados Unidos da América do Norte que assim o desejaram.

A partir do corrente ano, porém, torna-se impossível o adiamento, porque é Portugal a única Nação que fica faltando a satisfazer o compromisso terá de ser organizado em Portugal o Congresso da FIDAC em 1932.

Importa isso um certo encargo, porquanto é também disposição regulamentar da FIDAC que "as despezas dos delegados durante o Congresso, pelo menos as relativas a alimentação e alojamento, são de conta do país que organiza o Congresso", e, na prática todas as Nações que teem organizado os Congressos teem tomado a seu cargo, além das despezas ali expressamente mencionadas, todas as despezas de transportes dentro das fronteiras da Nação organizadora.

Ora, uma estimativa já feita para o congresso a realizar em Portugal no próximo ano, calculava para um programa modesto a realizar em 9 dias e para 150 a 200 pessoas de ambos os sexos (tantas quantas foram em 1930 ao Congresso de Washington), deu uma verba de 500 a 600 contos, incluídas todas as despezas de transportes, alojamento, alimentação, recepções e banquetes oficiaes (Doctº junto).

Não ignora V. Exª que, a Liga dos Combatentes, mesmo auxiliada que fosse pela Cruzada das Mulheres Portuguesas e pelo Núcleo Feminino de Assistência Infantil (Porto) – instituições estas últimas que se acham filiadas na FIDAC Auxiliar Feminina, cujo Congresso se realiza simultaneamente com o da FIDAC – não poderia suportar tão grande encargo, nem mesmo deverá suportar qualquer parcela dele, porque, distrair qualquer soma importante dos seus já exíguos recursos, é prejudicar aqueles milhares de pessoas, antigos combatentes ou seus sobreviventes, a quem a Liga vem socorrendo diariamente, procurando minorar-lhes a miséria a que a guerra as conduziu.

Além de que sempre estas despezas em todos os Paízes teem ficado a cargo do Estado pela consideração de que não se deveria fazer pezar sobre as associações de combatentes encargos que em benefício de toda a associação são assumidos.

Nestas circunstâncias, Exmº Sr. Ministro, apelamos confiadamente para V. Exª como gerente dos dinheiros públicos, pedindo que a verba acima indicada seja inscrita para aquele fim no orçamento para 1932-33, visto que o Congresso deve realizar-se no período de férias, Agosto ou Setembro, já dentro, portanto, daquele futuro ano económico.

Não será para a Nação uma despeza improdutiva esta que vimos solicitar de V. Ex.ª.

Além dos benefícios gerais que se espera resultem da realização do Congresso da FIDAC, no âmbito da política internacional, mais particularmente são para atender os que resultarão imediatamente da vinda a Portugal de cerca de 200 estrangeiros em geral de alta categoria, <u>todos ou quasi todos desconhecendo por completo o nosso Paiz</u> e que a amistosa camaradagem de antigos combatentes vão viver nesses dias em contacto com a nossa gente, apreciar os seus costumes e admirar as belezas da nossa terra e os encantos da nossa tradicional hospitalidade, cuja propaganda irão fazer nas suas Nações, como as teem feito ainda bem recentemente, os jornalistas que nos visitaram, os médicos congressistas que há um ano aqui permaneceram, e tantos outros estrangeiros que ultimamente teem vindo até nós trazidos pela curiosidade ou chamados por diversas reuniões de carácter internacional que entre nós se teem realizado.

O Congresso será mais um a juntar a esse número, no activo da propaganda eficaz da nossa terra.

Se de facto, segundo a expressão já consagrada, soou a hora de Portugal, que neste momento está sendo bem marcada na exposição colonial de Paris, pelas brilhantes manifestações ali apresentadas da nossa famosa história antiga, da nossa ignorada arte nacional, da nossa malquistada acção colonizadora, prolonguemos essa hora tanto quanto nos seja possível, aproveitemos esse feliz ensejo em que tanto se fala de nós, para atrair pela curiosidade, que transformará em amistosa consideração e estima, todos aqueles que nos desconhecem e que só têm a lucrar em que venham conhecer-nos.

Estão neste caso os antigos combatentes interaliados que virão no Congresso de Lisboa em 1932.

Dependemos a V. Ex.ª a realização desse Congresso, estamos certos de que não deixará de aproveitar tal ensejo para mais uma vez ser exaltado o nome de Portugal.

Em V. Ex. confiamos pois, seguros de que uma resposta favorável nos será dada que nos permita comunicar ao próximo Congresso de Praga – como é também praxe estatuária – que o Congresso da FIDAC se realizará em Portugal no próximo ano de 1931.

Com os protestos da minha mais alta consideração, apresento a V. Ex.ª os meus melhores votos de

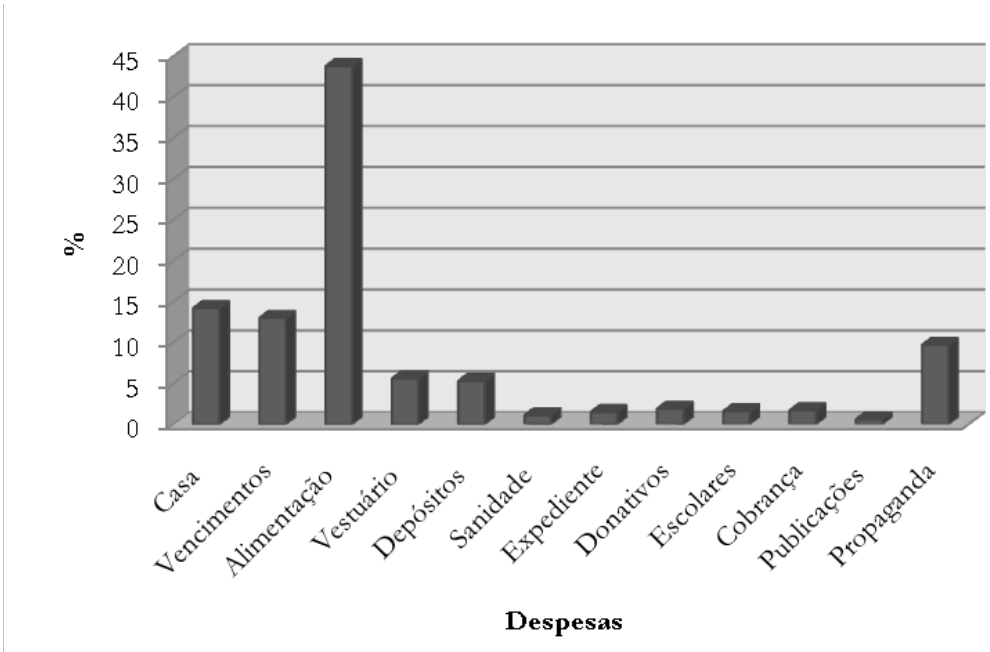
Saúde e Fraternidade

O Presidente da Secção Portuguesa da FIDAC

[Ass.] Luiz Augusto Ferreira Martins

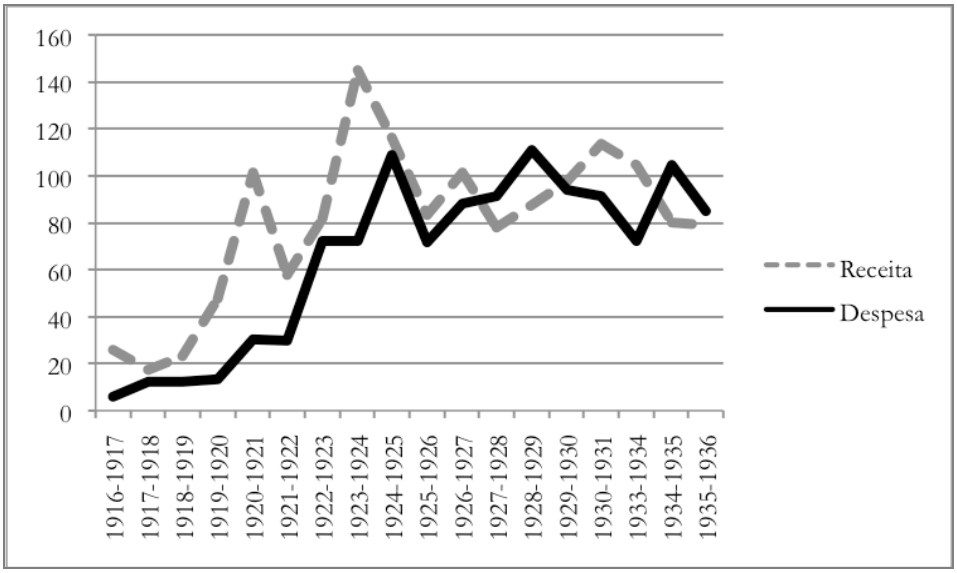
General»

Anexo VI. ***Distribuição média da percentagem do correspondente no conjunto das despesas da JPN*** **(1916-1931)**



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) Alberto de Aguiar, *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência 1916-1931. Relato geral da sua obra e da Casa dos Filhos dos Soldados* (Porto, 1932), p. 258.

Anexo VII. Valor de receitas e despesas da JPN de 1916-1931 e 1933-1936



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) Ano económico de 1916-1931 em Alberto de Aguiar, *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência 1916-1931. Relato geral da sua obra e da Casa dos Filhos dos Soldados* (Porto, 1932), 254-255; ano económico de 1933-1936 em AHM, FO, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7, ofício 3331 de 19 de Janeiro de 1938.

Anexo VIII. Importâncias entregues pela Comissão Central da Estampilha da Ressalva Militar de Dezembro de 1927 a Junho de 1934 (*Lei das Ressalvas Militares*).

Ano	Quantia
1927 (Dez.)	54.386$75
1928	182.712$99
1929	244.720$00
1930	319.908$65
1931	401.689$00
1932	403.255$50
1933	337.000$00
1934	202.000$00

Fonte: LCGG, *Relatório da Gerência de 1931 a 1934* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1934).

Anexo IX. Alguma correspondência trocada sobre a preparação e o transporte dos Soldados Desconhecidos

Fonte: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa n.º 441.

«COPIA – Acta de um sorteio dum militar portuguez desconhecido a transportar para Portugal. No dia 1 de Março de mil novecentos e vinte e um, na Secretaria da Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra, em La Gorgue – França, estando presentes Luiz Pinto de Figueiredo, tenente-médico miliciano, presidente interino da mesma comissão, Ernesto Carneiro Franco, tenente miliciano dos Serviços de Administração Militar, Amadeu Humberto de Sá Moraes, alferes

miliciano de Infantaria n.º 1, João Moraes Cerqueira Lima n.º 1275 da Companhia de telegrafistas de Praça, Salvador Jorge Raimundo, que todos assinam esta acta, afim de darem cumprimento à ordem de S. Ex.a o Adido Militar em Paris que manda exhumar um militar portuguez desconhecido com o fim de transportar para Portugal. Procedeu-se ao sorteio do mesmo dentre os militares portuguezes desconhecidos que não possuíam peça alguma d'identificação e que pelo local da sua sepultura se sabia terem sido mortos em combate. Com esse fim foram lançados numa urna os diferentes números dos termos de exhumação a eles referido dentre os quaes o soldado n.º 212 do 1º Grupo de Companhias de Administração Escolar (placa 52075), António Marques, na sua qualidade de soldado mais antigo e que vai também assinar, tirou o n.º 97 correspondente ao militar portuguez desconhecido sepultado no talhão 10 – Fila E – Coval 7 do cemitério de Vieille Chapelle e a cuja exhumação vae proceder-se.

[a] Luiz Pinto de Figueiredo, tenente médico miliciano.
[a] Ernesto Carneiro Franco, ten. da A.M.
[a] Humberto de Sá Moraes, alferes militar da Inf. 9.
[a] José Manoel de Sousa, capelão alferes equiparado.
[a] João Moraes Cerqueira Lima, 2º Sargento de Infantaria.
[a] Salvador Jorge Raimundo, 2º Sargento da CTP.
[a] António Marques, soldado n.º 212 do 1º GCAM.
Está conforme.
Luiz Pinto de Figueiredo, tenente médico miliciano.
La Gorgue, 24 de Março de 1921.
Legação em Paris, 30 de Março de 1921».

Telegrama para o Ministério da Guerra, 2 de Abril de 1921.

«Associations Combattants Alliés Union Nationale Combattants Français Fédération Interalliée Combattants autres ayant déposés des fonds importants prirent initiative commémorer neuf courant sous présidence Painlevé ministre Guerre reçut troupes portugaise France transladation dépouillé soldat portugais inconnu panthéon Bataille ces associations avec adhésion unanime opinion prirent ministre Chagas accorder patronage célébration y comparaître ou se fait représenter. Chagas, sans doute souffrant alla en personne prévenir maire cinquième arrondissement – qui avait cédé sale fêtes mairie – qui ne comparaître. Programme organisé avec artistes théâtre français et Opéra et musique militaire cède par gouverneur militaire Paris. Associations combattants citées me prient demander votre Excellence accorder patronage cette fête patriotisme allié et obtenir au moins, que ministre Chagas, déjà malade pour aller assister au départ du soldat inconnu au Havre, se fasse représenter mairie VI sans quoi fête triomphale risque pas se réaliser. Demandons extrême urgence patronage V. Excellence réponse urgente, indiquant nom représentant Portugal cérémonie – 64 Montepicquet Negreiros».

Conselho de Administração da Marinha Mercante Nacional, 8 de Março de 1921.

«Lisboa, 8 de Março de 1921

Ex.mo Snr.

Chefe de repartição do gabinete de S. Ex.a o Snr. Ministro da Guerra

Em referência ao ofício de V. Ex.a, n.º 1110 de hoje, tenho a honra de comunicar, para conhecimento de S. Ex. ao Snr. Ministro da Guerra, que o vapor "PORTO" saiu de Hamburgo em 5 do corrente, chegando a Anvers em 7, onde provavelmente meterá carvão. Daí seguirá para o Havre, tendo-nos telegrafado o nosso Agente Geral em Paris, que estava marcado o dia de sábado, 12, para o embarque do nosso soldado desconhecido, preparando-se homenagens especiais. Se assim suceder e não tendo que trocar o navio em Leixões, deverá aqui chegar de 16 ou 17.

Logo que tenhamos telegrama da saída do Havre, informaremos com mais precisão bem como do ponto destinado pela exploração do Porto de Lisboa à atracção do navio

Saúde e fraternidade

O Presidente do Conselho Administrativo da Marinha Mercante Nacional».

Carta do Ministro das Colónias ao Ministro da Guerra sobre o transporte do Soldado Desconhecido, 17 de Março de 1921.

«Sua Ex.a o Ministro das Colónias encarrega-me de transcrever, para conhecimento de Sua Ex.a, o Ministro da Guerra, o texto do telegrama n.º 184, recebido hontem, do Governo da Província de Moçambique, que é do seguinte teor:

Corpo soldado desconhecido seguiu treze comboio Capetown d'onde seguirá dia 18 vapor "BRITON" da Castle até Funchal rogando vexa ordens para ahi ser recebidos transportado Lisboa. Visto telegrama ter chegado aqui 7 de Fevereiro impossível chegar antes falta de comunicação [...] Mais me cumpre informar, que foi perguntado telegraficamente ao Cônsul Portuguez em Capetown, que informasse com urgência se o cadáver do soldado Portuguez desconhecido embarcou no vapor "BRITON" da Castle e data da sua chegada provável no Funchal, afim que se possa resolver depois a vinda do mesmo cadáver para Lisboa, a tempo de chegar antes do dia 7 de Abril.

Saúde e fraternidade

Direcção Geral Militar das Colónias, em 17 de Março de 1921».

Anexo X. Organização do Ministério da Guerra para as cerimónias de consagração dos Soldados Desconhecidos

Fonte: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 441, 443, n.º 97.

Carta do Ministro da Guerra ao Presidente do Congresso com o programa do dia 7 de Abril 1921.

«Ex.mo Snr

Sua Ex.a o Ministro da Guerra encarrega-me de pedir a V. Ex.a se digne solicitar de Sua Ex.a o Presidente do Congresso a necessária autorização para que no programa de homenagens a prestar aos soldados desconhecidos mortos na grande guerra para figurar o seguinte:

No dia 7 de Abril, pelas 11 horas, serão os féretros transladados do Arsenal da Marinha para o Palácio das Cortes, donde a Câmara Municipal fará levantar para os receber e embelezará o local em que foram depositados, com bandeiras nacionais e estrangeiras, arbustos e flores.

Perto dos féretros serão colocadas folhas, pela Presidência do Congresso, para registo do nome das personagens que ali forem prestar homenagem aos heróis, bem como salvas ou cestos para cartões, almofadas para condecorações.

Após a entrada dos féretros no Parlamento, o Chefe de Estado, o Presidente do Governo e o Presidente do Congresso, da varanda principal do Palácio enaltecerão a heroicidade dos nossos mortos na Grande Guerra depois do que o Chefe de Estado imporá a Torre de Espada, Cruz de Guerra e Medalha de Valor Militar aos mortos portugueses da Grande Guerra, colocando as respectivas insígnias numas almofadas junto dos féretros.

Depois disto, o Chefe d' Estado, o Corpo Diplomático e o Governo, velarão por 30 minutos as cinzas dos heróis constituindo um primeiro turno.

Até à saída do Chefe de Estado do Palácio das Cortes só será permitida a entrada a altas personalidades e a membros do Parlamento.

Quando o Chefe de Estado houver retirado serão expostos os féretros dos heróis homenageados ao povo que poderá levar-lhes as suas flores e desfilar perante eles até às 12 horas do dia 9.

O Congresso da República encarregar-se-á de distribuir os turnos que deverão velar as cinzas dos heróis, fazendo publicar pela imprensa quais as individualidades ou corporações que, para cada hora, poderão ir ou mandar representantes, fixando a quantidade destes.

Ao iniciar-se o desfile do público, reunirá o Congresso da República em Sessão destinada exclusivamente a glorificar os heróis.

Saúde e fraternidade

Lisboa, 14 de Março de 1921

Ex.mo Secretário do Congresso da República – Palácio dos Cortes

O Chefe do Gabinete».

Anexo XI. Índice alfabético das unidades, individualidades, corporações que tomam parte no cortejo do 9 de Abril

Fonte**:** AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, n.º 443, Processo n.º 97 de 1921.

A
14 – Armões dos heróis
41 – Administração dos bairros, concelhos, secretário-geral e pessoal do Congresso
74 – Academia de Sciencias de Lisboa e do Porto
77 – Administrador geral e Conselho de Administração do Instituto de Seguros oficiais obrigatórios e de Província Geral.
88 – Associações científicas, comerciais, industriais, agrícolas e outras não específicas
88 – Associações de empregados do comércio
90 – Associações de beneficência ou humanitárias
91 – Associações desportivas
94 – Artistas dramáticos
97 – Associações políticas
98 – Associações de caixeiros-viajantes
99 – Associação de classes operárias manipuladoras de farinha, massas e bolachas
101 – Associações não especificadas
102 – Alunos da Escola Naval, Militar, Colégio Militar, Pupilos do Exército e da Armada
93 – Aduaneiros

B
2 – Banda de Música da Armada
12 – Bandeiras das delegações militares estrangeiras
12 – Bandeiras – estandarte militar com os estandartes
29 – Banda de Música do Comando-geral da GNR
89 – Bombeiros

C
3 – Carros com coroas fúnebres
5 – Capelães militares
8 – Cruzada das Mulheres Portuguesas
8 – Comissão dos Padrões da Grande Guerra
9 – Corneteiros e tambores
12 – Carros com palmas e coroas do triunfo
28 – Conselhos das Ordens Militares

32 – Chefe do Estado-Maior do Exército
34 – Comandante da GNR
34 – Comandante da Guarda Fiscal
35 – Corpo de docentes da Escola Naval, Militar, Colégio Militar, Instituto Feminino da Educação e do Trabalho
38 – Câmara Municipal do Porto e outras
42 – Comissário Geral do Serviço de Emigração
46 – Conselho Superior de Magistratura Judicial
49 – Comissário Geral dos Tabacos
49 – Comissário Geral dos Fósforos
49 – Conselho Superior das Finanças
49- Caixa Geral de Depósitos
51 – Casa da Moeda
62 – Caminhos-de-ferro do Estado
64 – Correios e Telégrafos

68 – Conselho de Arte Arqueológica

70 – Corpo docente e funcionários dos liceus

72 – Conservatório Nacional da Música
75 – Comissão Executiva da União do Professorado Primário Português
84 – Cruzada Nun' Álvares

103 – Contingente dos Exércitos e Marinhas Estrangeiras

106 – Cavalaria da GNR com todos os Clarins

6 – Representantes do Triângulo Vermelho

8 – Direcção e membros da Cruz Vermelha

56 – Funcionários Civis do Ministério da Marinha
57 - Funcionários Civis do Ministério da Guerra

40 – Funcionários Civis do Governo Civil de Lisboa
48 – Funcionários do Ministério da Justiça

55 – Funcionários do Ministério das Finanças

86 – Federação Académica e Academia
105 – Familiares dos mortos da Grande Guerra
G
18 – Governo
19 – Gabinete dos Ministros
40 – Governadores Civis e Secretário-geral
83 – Grande Ocidente Lusitano

H
78 – Hospitais Civis

I
43 – Imprensa Nacional
44 – Instituto dependente do Ministério do Interior
52 – Instituto dependente do Ministério das Finanças
66 – Instituto Ultramarino
66 – Instituto do Ministério das Colónias
68 – Inspector das Escolas Móveis
71 – Instituto de Bacteriologia Câmara Pestana
82 – Imprensa
104 – Instrução Militar Preparatória

J
8 – Junta Patriótica do Norte
30 – Junta Geral do Distrito de Lisboa
32 – Juntas de Freguesia de Lisboa
39 – Juntas Gerais dos Distritos e Freguesias fora de Lisboa
49 – Junta do Crédito Público
L
10 – Liga dos Oficiais da Marinha Mercante
70 – Liceus (corpo docente e pessoal funcionário)

M
4 – Mães
8 – Madrinhas de Guerra
8 – Ministros das Religiões
20 – Missões Militares Estrangeiras
28 – Membros das Ordens
30 – Major general da Armada
44 – Montepio Oficial e Montepio Geral
54 – Ministério do Estrangeiro
55 – Ministério do Comércio, Secretaria-geral, Directores Gerais e Correios
65 – Ministério das Colónias, Secretaria-geral, Directores Gerais, Conselho Colonial e Pessoal.
67 - Ministério da Instrução, Secretaria-geral e funcionários.
66 – Museu agrícola e colonial
73 – Museus

76 – Ministério da Instrução (outras instituições dependentes)
77 – Ministério do Trabalho (funcionários, Director-geral, Secretário-geral)
78 – Misericórdia e Instituições de Assistência dependentes do Ministério do Trabalho
79 – Ministério da Agricultura (pessoal, Director-geral, Secretário-geral)
80 – Ministério da Agricultura (estabelecimentos

17 – Deputação e membros do Congresso da República

30 – Deputação da Câmara Municipal de Lisboa
42 – Direcção Geral da Administração Política e Civil

42 – Direcção Geral da Segurança Pública
42 – Direcção da Polícia Administrativa
46 – Director Geral do Ministério da Justiça
47 – Director e pessoal das cadeias civis e outros estabelecimentos dependentes do Ministério da Justiça
49 – Directores Gerais do Ministério das Finanças
50 – Direcção e pessoal das Alfândegas
61 – Direcção e pessoal dos edifícios e monumentos nacionais
92 – Delegações de escolas e liceus particulares

E
7 – Enfermeiras do CEP
12 – Estandarte Nun' Álvares
56 – Escolas de Construção, Indústria e Comércio
57 – Escolas Comerciais

58 – Escolas Industriais e Comerciais
59 – Escolas de Desenho Industrial
60 – Escolas da Indústria
63 – Exploração do Porto de Lisboa
69 – Escola Normal Superior
69 – Escola Superior de Farmácia
71 – Escola Superior de Belas Artes
71 – Escola Medicina Tropical
71 – Escola de Medicina Veterinária
71 – Escola Rodrigues Sampaio
71 – Escola Industrial de Lisboa
71 – Escola de Oftalmologia
71 – Escola Superior de Agronomia, do Comércio e Superior Técnico
75 – Escuteiros e Aduaneiros

dependentes)
100 Metalurgia de Portugal

N
84 – Núcleo de Ressurgimento Nacional

O
4 – Órfãos dos Mortos da Grande Guerra
10 – Oficiais de Terra e Mar que tomaram parte na guerra
10 – Oficiais estrangeiros residentes em Portugal

30 – Oficiais generais do Exército
31 – Oficiais do Exército
32 – Oficiais da GNR
33 – Oficiais da Guarda Fiscal
34 – Oficiais da Polícia Cívica de Lisboa

S
46 – Supremo Tribunal de Justiça
49 – Secretário-geral do Ministério das Finanças
54 – Secretário-geral e Directores Gerais do Ministério do Estrangeiro
87 – Sociedade de Geografia
T
46 – Tribunal da Relação de Lisboa
46 – Tribunal Superior Contencioso da Constituição

U
68 – Universidade de Lisboa
92 – Universidade Livre

V
4 – Viúvas

Anexo XII. Cobertura do jornal *O Século* dos acontecimentos de Abril de 1921

Fonte: *O Século*, 8 de Abril de 1921, p. 1.

«9.30 Dão entrada no edifício do Arsenal os representantes dos combatentes aliados residentes em Lisboa.

Os italianos estão representados pelo tenente-coronel Franco, sargento de metralhadoras Quadri e soldados de infantaria Distilatti e Prendi. Dos belgas encontram-se presentes o tenente Jaumonth Olivier e os Srs. Jathay e dargent. Da missão francesa estão os Srs. Eche Montanhan, Pettermann e Paris, e ingleses estão os Srs. Major Stilwell, e tenentes Jonhson e Norton.

Num momento todos os combatentes aliados se unem perfilando-se respeitosamente e fazendo a continência à bandeira da Escola Naval que passa rodeada por um grupo de aspirantes. Na Casa da Balança é grande o movimento de visitantes, apezar de ser muito cedo. [...] Os primeiros carros da Guarda Republicana avançam cobertos de pano negro, até à Sala da Balança. Os membros do Governo também vão chegando com o aproximar da hora: são os Srs. António Maria da Silva, logo embrenhado em questões de finanças com os Srs. Alberto da Silveira e Hélder Ribeiro, e o Sr. Álvaro de Castro, farda cinzenta que se faz acompanhar pelo seu chefe de gabinete.

10 horas. Inicia-se o transporte das coroas para os carros militares que as há-de conduzir. São agora já muitos os oficiais de todas as patentes e cores políticas, desde o conservantismo do Sr. Carlos da Maia ao radicalismo popular do Capitão Procópio de Freitas.

A Câmara Municipal faz-se representar largamente [...]. Pouco depois os caixões cobertos com a bandeira nacional e conduzidos por praças da Armada são depostos nos armões que os levarão ao Palácio do Congresso.

O cortejo organiza-se rapidamente.

Uma sentinela brada as armas.

Lentamente de viaturas saem pela porta principal do edifício.

Cá fora no largo a cavalaria da guarda põe uma cintilação de espadas no ambiente cheio de sol. Pelos passeios do povo aglomeram-se prestando assim as suas homenagens ao soldado desconhecido.

Do Arsenal ao Palácio do Congresso [...] o cortejo seguiu pela rua do Ouro, Rocio (lado ocidental), Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Rua Alexandre Herculano, Largo do Rato, Rua de S. Bento e Largo das Cortes. De algumas das janelas da rua do Ouro, notavelmente da casa dos Santos, foram lançadas flores, encontrando-se também na Rua de S. Bento muitas janelas ornamentadas com bandeiras nacionais ou das nações aliadas.

A entrada no Congresso

11.45 – No largo a multidão comprime-se. Ao longo do passeio fronteiro ao edifício do Congresso, estende-se um cordão de soldados da Grande Guerra com os seus capacetes próprios; entre eles vêem-se os granadeiros italianos recém-chegados a Lisboa a que acompanham a missão presidida pelo comandante Dina.

No átrio do Congresso há grupos vendo-se alguns políticos parlamentares que conversam animadamente. [...] A nota sensacional é porém dada pela presença de eclesiásticos alguns de elevada categoria. [...] Meio dia, o cortejo entra no largo. As bandas tocam a Portugueza enquanto os soldados apresentam armas. O momento é soleníssimo: a comoção é visível no rosto de todos os presentes. [...] O desfile faz-se lentamente. Entram os ministros, os oficiais generais, as missões estrangeiras.

Agora passam as urnas: conduzem-nas membros do parlamento.

A colocação das urnas nos catafalcos

Chegado o cortejo ao edifício do Congresso, a urna do soldado desconhecido que morreu em França foi transportada pelo presidente e secretários das duas câmaras e a do soldado de África por deputações das duas casas do Parlamento para os catafalcos, os quais têm a cruz de guerra em bronze e estão ornamentados com verduras e flores.

O chefe de Estado, dando a direita ao Sr. Cardeal Patriarca, iniciou o desfile, curvando-se respeitosamente ante os féretros, enquanto Sua Eminência lançava a bênção. Após o Sr. Presidente da República iam outros altos dignitários da igreja, ministério, deputados, senado e todos oficiais e praças que tomaram parte no cortejo. [...] Entre os catafalcos encontra-se a estátua da Fama, cedida para esse efeito pelo Ateneu Comercial, estando em plano superior o busto da República encimado por um escudo representando as insígnias da Torre de Espada. [...]

A sessão extraordinária do Congresso

Pouco depois das quinze horas era já grande a afluência de deputados e senadores nos Passos Perdidos e, sucessivamente foram chegando os membros do corpo diplomático, acompanhados por senhoras das suas famílias. Das primeiras individualidades a aparecer, o Sr. Cardeal Patriarca [...]».

Fonte: *O Século,* 11 de Abril de 1921.

«Ao meio dia e dez minutos ouve-se o silvo da locomotiva do comboio especial conduzindo o Sr. Presidente da República, Governo, Cardeal Patriarca, corpo diplomático, membros das duas casas do Parlamento, missões militares estrangeiras, tendo à sua frente o marechal Joffre. Entrando na gare são respeitosamente saudados pela multidão, a banda dos sapadores apresenta armas e rompe com a Portugueza, seguidamente com os hinos das nações ali representadas. [...]

Ao meio dia e meia hora, todos os porta-bandeiras e estandartes, caminhando na vanguarda os italianos, formam alas desde a entrada do vestíbulo até à gare, concluída a colocação de coroas e palmas nas galerias, procedeu-se ao desembarque das urnas dos dois heroes, ato que impressionou os assistentes, vendo muitas mulheres chorando. São os bombeiros Voluntários de Lisboa que transportam as urnas do "fourgon" para a "gare" sendo depois substituídos por oficiais, da plataforma até aos armões.

Todos se descobrem, as forças militares apresentam armas, tocando a banda o hino nacional, os clarins a marcha de continência. Passando por entre as bandeiras e estandartes estes inclinam-se em homenagem aqueles que sacrificaram a vida em defeza da Pátria.

Começa, em seguida, a organizar-se o cortejo da estação até à cidade. A primeira pessoa a sair da "gare" foi o Sr. Afonso Costa, cuja presença provoca agradável surpresa na multidão, que o saudou com visível demonstração de simpatia. Todos tomavam lugar nos automóveis e camiões que lhes estavam destinados. O Chefe de Estado deixou a "gare" ao som do hino nacional e subiu para o automóvel da Presidência, acompanhado pelo Sr. Presidente do Ministério.

Iniciou-se o cortejo a caminho da cidade, precedido pelo esquadrão de cavalaria 4, ao qual se seguiam as viaturas com as coroas. Cavalgavam depois o comandante da 7ª Divisão do Exército, coronel Alves Pedrosa, com 50 oficias, seguindo-se os armões com féretros, cobertos com a bandeira nacional, e após os automóveis, indo logo a seguir dos dois armões, o Sr. Presidente da República e o Chefe do Governo. Desfilaram os restantes automóveis com as pessoas que acompanhavam o Sr. Dr. António José de Almeida e, para remate do imponente cortejo, os "camions", com bandeiras e estandartes e dois automóveis com as Câmaras Municipais de Leiria e Alcobaça. Na cidade ouvem-se os sinos repicar festivamente. [...] Às 13.30, o cortejo assomava a ponte sobre o Liz, entrando na cidade.

Pelas ruas, nas janelas, e nas ameias do Castelo de D. Diniz enorme multidão se aglomerava para assistir ao desfile do apoteótico cortejo, notando-se um recolhimento profundo à passagem dos armões com as urnas do heroes que vão

dormir o eterno sono no histórico mosteiro. O cortejo não sofreu alterações algumas e depois de várias paragens seguiu rumo à Batalha até ao largo da capela de Santo Antão, onde, finalmente, se organizou a última consagração até derradeira jazida.

Na cidade – As homenagens das mulheres

As urnas chegaram a Leiria cobertas de coroas e flores naturais, que pelo caminho iam sendo depostas. Raparigas do campo e da cidade acudiram à prática desta homenagem, afirmando assim, mais uma vez, toda a ternura do coração da mulher portugueza.

O Sr. Presidente da República foi também alvo de todas as atenções de eguaes demonstrações de simpatia, tendo sido objecto os representantes aliados nossos hóspedes. [...]

A chegada do Chefe de Estado – o cortejo em marcha

Os "camions" avançavam em filas intermináveis. Quando chegámos ao largo onde se ergue a capela de Santo Antão, a três quilómetros da Batalha, já ali se encontravam todas as entidades que deviam incorporar-se no cortejo, oficiaes do exército e da armada de todas as graduações, magistrados, estudantes, delegados de colectividades de todos os pontos do país, e uma incalculável massa de povo. [...] De facto, pouco depois chegavam os carros com os Srs. Presidente da República e o Chefe do Governo, Marechal Joffre, Generalíssimo Diaz, etc., seguindo pela estrada militar para a Batalha, onde esperariam o cortejo.

Este começa a organizar-se, pondo-se em marcha pela seguinte forma:

Cavalaria 4 com um pelotão em guarda avançada, levando todos os clarins na testa tocando a marcha de guerra; banda de música de infantaria 7; carros com coroas fúnebres; mães dos Soldados Desconhecidos, representativas dos 17 distritos; capelães militares das forças em campanha; direcção dos representantes do Triângulo Vermelho; enfermeiras do CEP; direcção e membros da Cruz vermelha; Cruzada das Mulheres Portuguezas; Comissão dos Monumentos aos Mortos da Grande Guerra; Junta Patriótica do Norte; madrinhas de guerra; ministros das religiões; todos os corneteiros e tambores disponíveis das unidades apeadas tocando marchas de guerra, oficiaes de terra e mar que tomaram parte na Marinha Mercante; oficiaes estrangeiros residentes em Portugal que tomaram parte na Grande Guerra. [...] O desfilar faz-se lentamente e de acordo com a ordem da organização. Forças da cavalaria armada e guarda avançada surgem, enquanto os soldados ao longo da estrada se perfilam respeitosamente.

Começa a passagem dos carros, conduzindo coroas [...] O escudo oferecido pelo pessoal do Arsenal da Marinha é transportado numa carreta [...]. A passagem dos marinheiros provoca grandes ovações [...] E desfilam mais, mais coroas, mais ofertas, mais tropas, mais representações, todo um cortejo votivo de nacionalidade, toda uma romaria grandiosa de fé cívica. Parece infindável.

São agora os ataúdes que vão a caminho de Santa Maria da Vitória. Mulheres de Portugal, vestidas de todas as formas, procedentes de todos os campos e das cidades, todas choram, soluçam profundamente, fazendo das suas lágrimas a apoteose maior.[...]

O Sr. Presidente do Ministério, acompanhado pelos seus colegas do gabinete e representantes estrangeiros, a guarda. Vêem-se os Srs. Ministros da Inglaterra e

América, encarregados de negócios do Brazil e França, etc. [...] O general Sr. Abel Hipólito, que é dos primeiros a aparecer, é vivamente saudado. Logo vêem mais nomes ilustres da guerra: Gomes da Costa; Alberto da Silveira; Sinel de Cordes, Hélder Ribeiro, etc. [...]

Às 17horas. Os ataúdes dão entrada no Mosteiro, enquanto lá longe começam as salvas do estilo. [...] Em volta, forma-se um círculo respeitoso, para dar passagem aos caixões. [...] Lentamente o cortejo avança em direcção à Sala do Capítulo, onde ficarão depositados os restos dos soldados. O momento é soleníssimo.

Na Sala do Capítulo

Os discursos

Vae começar a cerimónia final. Os ataúdes contendo os restos dos soldados desconhecidos são depostos no túmulo provisório a que já nos referimos. Para junto dele avançam as missões militares estrangeiras, o Sr. Presidente da República e do Ministério, Dr. Afonso Costa, corpo Diplomático e presidentes das câmaras. Usou em primeiro lugar da palavra o Sr. Dr. Abílio Marçal: (o Presidente da Câmara dos Deputados)

Os filhos e as mães dos soldados mortos na guerra

A certa altura um camion avançou, detendo-se ali alguns soldados mortos na guerra e um rancho de vinte creanças, que depois soubemos serem da Casa dos Filhos dos Soldados, a simpática e benemérita instituição que a Junta Patriótica do Norte criou e carinhosamente mantém [...]».

Anexo XIII. Comissão Portuguesa de Sepulturas de Guerra

[A CPSG envia ao Ministério da Guerra *Memorandum e propostas* que permitem analisar o andamento dos processos de identificação, inumação e concentração.]

Fonte: AHM, 1.ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 1387 (1920-1923); AHM, 1.ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 442 (1921).

«Memorando – Sepulturas de Guerra

Sepulturas em França

Os trabalhos da Comissão encontram-se quasi concluídos.

Sepulturas na Bélgica

Encontram-se na Bélgica algumas dezenas de cadáveres sepultos em diversos pontos e que pretendemos concentrar num cemitério Belga. Depois de algumas conferências que tive com o Snr. General Jootens, Adido Militar Belga em Paris, fui, por sua indicação, a Bruges conferenciar com o major Michelet, que é superintendente na Bélgica sobre o serviço das sepulturas militares. Nesta conferência, que se realizou em 12 de Julho, obtive as facilidades necessárias para se proceder aos trabalhos de concentração no cemitério de Tournai, por ser este o que se apresenta em condições mais favoráveis para nós.

Fiz as necessárias diligências junto do Ex.mo. Sr. Ministro de Portugal em Bruxelas para que fosse concedido ao Governo Portuguez, perpetuamente o talhão necessário do cemitério de Tournai, tendo S. Exa. respondido em ofício de 27 do corrente que obtivera a concessão pedida.

Enviei a Bruges o capitão-médico Cordes Cabedo apresentar-se ao major Michelet, afim de assentarmos detalhes precisos para dar imediato começo aos trabalhos.

Monumento aos Mortos

Tendo sido aprovado pelo Governo o projecto do capitão-equiparado Sousa Lopes, e depois de entendimento com o adido militar inglez em Paris e o nosso adido militar em Londres; enviei aquele artista a Londres com as maquettes afim de as mostrar ao oficial que superiormente dirige os serviços de decoração artística dos cemitérios britânicos em França e de com ele se entender sobre certos detalhes.

Oportunamente enviarei propostas definitivas, em detalhe, sobre a execução dos monumentos e lápides trabalho este que deverá ser iniciado muito brevemente.

ANEXO:
Serviços representantes do CEP e do Adido Militar
MEMORANDUM E PROPOSTAS
Assunto: Sepulturas de Guerra

Para apreciação e resolução de Sua Exa. o Ministro da Guerra

Como tenho exposto nos meus relatórios, a Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra tem continuado a fazer as transladações necessárias para arrumar em um número limitado de cemitérios os corpos dos militares portugueses falecidos em França. Este trabalho encontra-se bastante adeantado, devendo em breve a Comissão ir à Bélgica e possivelmente à Alemanha proceder às necessárias identificações e arrumações, analogamente ao que fazem os outros paizes, procedimento que, por todos os motivos não podemos deixar de adoptar.

Para a concentração dos nossos mortos, em França, utilizamos os cemitérios militares de Lavantie, Pont du Hem, Vieille Chapelle, Le Touret, Merville, St. Omer, Etaples, Boulogne, Wimereux, e alguns comunaes, como os de Ambleteuse, Calais, Brest, Tourlaville.

Os cemitérios militares na zona que foi ocupada pelas tropas britânicas, em que nós estávamos encorporados, estão a cargo dos serviços inglezes, especialmente montados para a execução de todos os trabalhos, desde a arrumação dos cadáveres, até à decoração artística dos cemitérios.

Estes cemitérios devem assim considerar-se cemitérios militares ingleses, onde existem talhões com portuguezes, francezes, belgas e alemães, perfeitamente distintos. A decoração artística destes talhões, que é indispensável fazer-se, não pode, porém, diferir da que é concebida e delineada pelo arquitecto inglez, aliás corre-se o risco de, com pretensões artísticas exageradas, ou, inversamente, pela pobreza e mesquinhez da concepção e execução, ferir a linha decorativa geral de forma a salientar muito desagradavelmente, no conjunto do cemitério, o talhão em que tal se fizesse. E os arquitectos inglezes haviam de fazer uma justa oposição a tal

procedimento. Assim, torna-se necessário e conveniente, para que não surjam atritos e para bem do serviço, que um artista, delegado portuguez, seja destacado para juntos do chefe dos arquitectos britânicos afim de, em face da orientação geral, estudar a decoração a dar aos nossos talhões de forma que ela se distinga, sem ser desarmónica.

Segundo as minhas informações, os inglezes colocarão em cada sepultura uma pequena lápide de mármore tendo gravado o nome do sepultado, número, unidade a que pertenceu, emblema histórico dessa unidade. Em cada cemitério colocarão um monumento (memoria) que suponho se lymita a uma cruz estilisada cuja altura varia segundo a extensão do cemitério, podendo atingir 6 metros.

Forçoso nos é fazer qualquer coisa de análogo.

Antes da extinção do C.E.P., Sua Excelência o General Comandante tinha aprovado um projecto de monumento para os nossos cemitérios; esse projecto é não só um pouco complicado e de difícil execução, mas afasta-se também da execução geral, pelo que não pode deixar de ser posto de parte.

Entendo que esta última parte dos trabalhos a executar nos talhões dos mortos portuguezes deve, tanto quanto possível, a portuguezes ser confiada; assim como as indicações dos mortos e a sua arrumação tem sido da nossa exclusiva atribuição, é uma questão de ordem moral e política levar a nossa tarefa a cabo. Seria vexatório para nós que outros, que não portuguezes, tomassem a seu cargo o arranjo e decoração dos talhões dos nossos mortos; e, memo no paiz, poderia esse facto dar logar a justificados reparos.

Só depois de tudo concluído se deverá, nos termos do acordo feito com o War Office, confiar aos serviços britânicos o cuidado de vigilância e conservação das sepulturas portuguezas. E, para este mesmo trabalho, talvez eu fosse partidário de deixar aqui em França para esse efeito, dois ou três mutilados ou reformados portuguezes de guerra.

Não sei qual a despeza aproximada a fazer para a sinalisação das sepulturas e decoração dos talhões, para acompanharmos os britânicos, e não podemos deixar de o fazer, deve ser relativamente importante; trata-se de fazer 2 000 (duas mil) lápides e uns 15 monumentos ou padrões de diversas grandezas. Certamente despenderemos quantia não inferior a trezentos e cincoenta mil francos.

Os fundos existentes aqui, do C.E.P., permitem fazer esta despeza, pelo que as minhas propostas não devem crear qualquer dificuldade sob o ponto de vista financeiro.

Por tudo o que deixo exposto, e, muito embora eu, no uso das atribuições que me foram transmitidas, possa ter uma certa iniciativa a esse respeito, entendo fazer as seguintes propostas que peço para serem urgentemente consideradas.

1ª Nomeação do capitão-equiparado Souza Lopes que foi, e ainda assim o considero, o chefe dos serviços artísticos do CEP para, como delegado portuguez, estudar de acordo com o chefe dos arquitectos britânicos, a decoração a fazer nos talhões portuguezes dos cemitérios militares britânicos e nos comunaes.

2ª Associação para a execução das lápides e monumentos (a), entregando este trabalho à direcção de um artista portuguez (encontra-se em Paris o

escultor Alves de Souza que, pelos seus méritos e pela sua honestidade e probidade, está naturalmente indicado).

3ª Autorização para, dos fundos do CEP, fazer face às despezas necessárias para a execução das propostas anteriores.

(a) O projecto do monumento deve ser submetido à aprovação do Governo.

Paris, 12 de Abril de 1920»-

Anexo XIV. Lista dos cemitérios onde se encontravam corpos de soldados portugueses

Fonte: (Quadro realizado pela autora a partir de) *Serviço de Sepulturas de Guerra no Estrangeiro. Ministério da Guerra* (Lisboa, 1937). A estes valores foi acrescentada informação proveniente dos processos de identificação e exumação encontrados no AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixas 1401, 1352, 1353, 1356, 1359.

FRANÇA	Laquer	**ALEMANHA**	Stodt Friedof – Duisburg – Kastanself
Abbeville (La chapelle) (1)	Laon	Altona – Hamburgo	Stettin (1)
Acq (2)	Loos (Louse S. Francisco) (1)	Aix-la-chapelle	Steenbecque (9)
Ambleteuse	Le Mans (1)	Aochon – Karlsburg	Soltan – Hannover (4)
Aire –Cemitério Militar	Le Touret (264)	Alterngrabon	Stendal – (Saxe) (2)
Aire-sur-la-Lys (41)	La-Fosse – Huit Maisons	Bauvin (1)	Sagon
Armentières	La Gorgue	Bonn (1)	Sprottau (2)
Bois Guillaume	La Gorgue – Rue de la Lys	Beyrenth	Senighim – Aktz (1)
Bécourt (1)	Lavantie – Rue du Baquerot	Blenkenstein – Ruhr (1)	Spelle (1)
Bout Deville-La-Fosse	Lavantie – Rouge de Bout	Berlin – Heisenheide (1)	Temple Neuve
Belle Croix-Nouve au Monde	Lavantie (Cemitério Alemão)	Brunswick (1)	Uberfeld
Béthune (2)	Lavantie (Cemitério Inglês)	Borgworm	Worms – Reno (1)
Beauchamps (Alemão) (1)	Laventie (176)	Buderich	Witten A. D. Ruhr (1)
Beuvry (3)	Marthes(15)	Colónia (5)	Wittenscheide (2)
Blessy (1)	Mangré (59)	Coln	Wulfrath (católico) (2)
Boeseghem (1)	Marquillies	Cassel (Niederwebren) (1)	Wessl
Boulogne-sur-Mer (44)	Marzingarb (3)	Czersk	Zollstock
Beauvais (16)	Merville(113)	Crefeld	Zilierthal
Brisseux	Metz	Dusseldorf (entre 10 e 13)	
Bauvin	Mailly-le-Camp	Dortmund (1)	
Bailleul (Ste Thérèse) (1)	Neuve Chapelle (2)	Dulmen (Westphalia) (1)	
Coyecques (1)	Nouveau Monde (Alemão)	Dolnitz (1)	
Cherbourg (3)	Noeux-les-Mines (Comunal) (2)	Duisburg – Kastan (4)	
Croix du Bac (2)	Noeux-les-Mines (Inglês)	Ehrenfriendhof (Erbenfeld) (3)	**BÉLGICA**
Croix Barbé – Harrow Road	Norte au Bonn (1)	Erdmansdorf	Ath-St António de Pádua (1)
Croix Barbé	Pont du Hem (82)	Friedrichfeld (24)	Bruges (Cemitério Alemão)(1)
Cave Usine-Leroy	Pont Logy	Fort Blucher – Wesel (3)	Dranoutra (Donegal Farm)
Calone-Ricourt (1)	Pont-Rochen-Bout Deville	Furftenfeldbruck (1)	Everse (Bruxelles) (1)
Calone-sur-la-Lys (8)	Phalempin	Friedhof Hans-Spital-Hagens	Gand (1)
Cagnicourt (1)	Perne (Inglês) (2)	Gelsen Kierchen (6)	Hal (1)
Calais (St. Pierre) (5)	Pantin (Paris) (1)	Gustrow (1)	Hessler
Cambrin (3)	Pontarlier	Giessen (2)	Hasselt (4)
Chocques (Inglês) (17)	Quernes (1)	Giesenkirchen	Ixelles (Bruxelles) (1)
Chapigny (Ferme) (3)	Richebourg l'Avoué (1300)	Gondencourt (6)	Iwelles
Cambry-Château (British)(4)	Richebourg-St. Vaast	Gross – Ilsede (1)	Limburgo (35)
Croix-du-Bac (2)	Riez Bailleul	Hoenzalza	Leuse (S. Francisco) (3)
Calais (les Baraques) (16)	Rue du Bois (1)	Horst – Ruhr (4)	Malines-Mecheln (14)
Calais-Sud	Rouge Croix-Pont-du-Hem	Hordruf (1)	Moustier (Alemão) (2)
Canteleu (Lamberssart	Rouge Croix – Croix Barbé	Haltern (1)	Ninove (6)

Elms (1)
Ecques (3)
Estaires (10)
Étaples (Inglês) (47)
Étaples (Cemitério Militar)

Erquinghem (18)
Ennetieres (alemão)
Fort d'Esquim
Fauquissart
Fauquembergues (2)
Fleurbaix (6)
Frasnes
Fretin (1)
Gondecourt (1)
Gef
Golbey (1)

Houchin
Haverskerque (2)
Herbelles (17)

Havre (Ste Marie) (3)
Hendaye (2)
Heringhem (1)
Hellemmes (1)
Haubourdin ()
Illies (Alemão) (12)
Isbergues (17)
Issy-les-Moulineaux (1)
Jauval (Nieppe) (1)
Joinville (Haute-Marne) (1)
Kerfantras (Brest) (32 a 37)
Krusevica (1 Monteiro Torres)
Lounguenesse-Saudade (St. Omer)
Lille (Alemão)

Lille-Sud (20)
Loisne-Ocidental-Lacouture
Lillers (Comunal) (29)
Linghem (14)
Lens (Philosophe) (1)
Lestrem (Comunal)
Lison (1)
Locon (1)
Loiane (1)

Rue du Baquerot – Nouveau Monde
Rue Fauquissart
Rue Picantin
Roquetoire (1)
Rouen (St. Sever)(2)

Rue David (4)
Rue Petillon (1)
Stembecques (9)
Seclin (Alemão) (1)
Saint-Venant (7)
St André (Lille) (1)
Santes Marais
Sainghem
Saigihin-en-weppes (3)
Saint Lô (1)
Saily-sur-la-Lys (1)

Saint Vaast (10)
Savenay (3)
Steenbrugge

Tin Barne – Farm (13)
Tin Barn (Inglês)
Tourcoing(4)
Tourlaville (military) (21)
Tourlaville (communal) (16)
Tourlaville (41)
Tretin (1)
Theronanne (1)
Vieille Chapelle
Vieille Chapelle (St. André)
Wangerie (Britânico) (1)

Wangerie – Cemitério alemão (1)
Wavrin

Wellens (Inglês) (1)

Wimereux (24)
Warin (Cemitério Militar) (11)

Willems (1)

Hammrstein (1)

Hamlen – Weser (1)
Ingolstadt (2)
Kanstansele (1)
Komando-Grub Hermine Henriete
Limberg
Lechefeld (1)
Laugensalza (2)
Merseburg
Minderheid – Holznausen
Munster – Honneur
Munster – Westphalia
Munster II
Munster III
Munster – Lager (Hanover)
Munster (Prisioneiros)

Munster – (Spital)
Minden
Mulheim- Altstadt-sur-la-Ruhr
Nort-au-Bonn
Niederbuhl
Oberhausin – Lirich
Ohldorf – Hamburgo (3)
Ohordroff
Ordensspital
Ohariesoff
Parchin
Rastadt (1)
Sagan (2)
Schwerthe

Stadt Friedof – Duisburg

Stargard (Comunal) – Pomerânea
Stargard (Militar) – Pomerânea (3)
Seclin (12)
Sudwest de Dortmund

Schneidmuth (3)

Nechim-Templeuve (3)

Neuve Eglise
Oest de Gent den Gand
Pamel (4)
Robermont (Liège)

Schoonselhof (Anvers)
Tournai (13)
Vilverd (3)
Anvers (5)
Bruxelles (1)
Liège (3)

HOLANDA
Algemeenie
Begradfplaats (Harderwik) (3)

INGLATERRA
Brigton (1)
Horsahm (1)
Winchester (1)

POLÓNIA
Czersk (2)

Anexo XV. Relatório de trabalhos da CPSG

Fonte: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 442, n.º 5 – CPSG (Comissão Liquidatária), 30 de Abril de 1923 – Relatório dos trabalhos que faltara finalizar por esta Comissão.

«Relatório

30 de Abril de 1923

A Sua Exa. o Adido Militar Português em Paris

Com referência à Conferência que tive com V. Exa. em 7 do corrente sobre os trabalhos a realizar por esta Comissão, passo a expor o seguinte a V. Exa.

Cemitérios em França

Existem em França 16 cemitérios com 1658 sepulturas portuguesas.

Foram concentradas até esta data no cemitério português de Richebourg l'Avoué – 518 cadáveres exhumados dos cemitérios de Merville, 119 – Laventie, 176 – Pont du Hem, 151 – Aire sur la Lys, 40 – Vieille Chapelle, 32.

Falta concentrar no cemitério militar português os cemitérios seguintes:

Cemitérios	N.º de sepulturas
Havre	3
Hendaye	2 (a)
Le Touret	264
Mesves	1
Metz	1
Nevers	1
Saint Omer	16
Vieille Chapelle	492
Soma	780

(a) Os dois casos deste cemitério devem ser concentrados antes de 7 de Agosto do corrente anno, data em que termina o prazo de concessão das referidas sepulturas – 5 anos.

Falta concentrar no cemitério d' Ambleteuse os cemitérios seguintes:

Cemitérios	N.º de Sepulturas
Boulogne	44
Calais	16
Étaples	47
Wimereux	24
Soma	131

Para efectuar a concentração do cemitério de Ambleteuse, é necessário adquirir o terreno inculto que está junto ao nosso talhão actual. A Mairie d'Ambleteuse cedia esse terreno gratuitamente, mas sob condições que resultariam dispendiosas para esta comissão. Tratando do assunto do quartel general da 1ª Região foi informado pelo Chefe do Etat Civil de que só Ministro das Pensões pode autorizar a expropriação do terreno mencionado, não podendo esta comissão tratar directamente com o Maire d'Ambleteuse. É preciso portanto para se obter a concessão gratuita do terreno d'Ambleteuse, proceder de maneira idêntica como se fez para cemitério de Richebourg l'Avoué.

Estando as sepulturas portuguesas a concentrar no cemitério d'Ambleteuse, em talhões dentro dos cemitérios britânicos e andando estes procedendo à colocação de lápides e d'uma maneira geral finalizando os cemitérios da zona da Base, torna-se necessário tomar uma resolução definitiva sobre esta concentração, para assim poder esta Comissão informar a Imperial War Graves Comission da futura transladação dos corpos portugueses inhumados nos cemitérios britânicos.

Uma vez realisadas as concentrações do cemitério de Richebourg l'Avoué e d'Ambleteuse ficam extintos em França 1658 sepulturas distribuídas pelos seguintes cemitérios:

Richebourg l'Avoué	1298
Ambleteuse	277
Brest	42
Tourlaville	41
Soma	1658

Este número de sepulturas pode ainda sofrer alteração porque os serviços franceses estão efectuando a concentração de todos os cemitérios alemães que existem em França, e n'estes por vezes não foram encontradas as sepulturas portuguesas por falta signalação dos covaes. Ainda no corrente mês foi exhumado e concentrado um militar português encontrado pelos Serviços Francezes no cemitério alemão de Templeuve.

Dos cemitérios em França foram exhumados e transladados para Portugal 5 cadáveres de militares portugueses.

Cemitérios na Bélgica

Existem na Bélgica 72 sepulturas de militares portugueses. Na extensão do cemitério comunal de Tournai 64 sepulturas que foram concentradas de 15 cemitérios. No cemitério militar de Schooselhof (em Anvers) 7 sepulturas. E uma no cemitério d'Evere em Bruxellas em jazigo particular.

Como o talhão português do cemitério de Tournai está junto ao talhão britânico, quando se proceder à signalação definitiva, é preciso d'acordo com os serviços britânicos murar o cemitério na parte do nosso talhão de maneira idêntica à d'aqueles, para assim não sofrer a linha de conjunto do cemitério.

No cemitério de Schooselhof não é preciso monumento. N'este cemitério há sepulturas de todas as nações aliadas e a municipalidade d'Anvers vae erigir um monumento único no centro do cemitério a todos os militares aliados mortos durante a guerra.

Cemitérios de Hespanha

Existem na Hespanha dois cemitérios – Fuenterabia – uma sepultura – Miranda d' El Ebro – Uma sepultura

A sepultura do cemitério de Fuenterabia tem signalação definitiva. Falta proceder ao reconhecimento da sepultura do cemitério de Miranda d'El Ebro e à sua signalação.

Cemitérios na Hollanda

Há 3 sepulturas no cemitério catholico de Harderwijk que estão intercaladas com sepulturas italianas. É preciso proceder à sua concentração. Sua Exa. o Sr. Ministro de Portugal na Haya informou o oficial que foi reconhecer estas sepulturas de que caso assim o entendesse esta comissão, ele o mandaria efectuar a sua concentração e signalação.

Cemitérios na Inglaterra

Existem na Inglaterra 3 cemitérios com sepulturas portuguesas:

Bigton	1
Horsham	1
Winchester	1
Soma	3

Estes cemitérios não foram verificados por esta Comissão.

Falta mandar fazer a signalação definitiva d'estas sepulturas.

Cemitérios na Alemanha

Foram verificados na Alemanha 47 cemitérios com um total de 135 sepulturas (relação apensa). Não se acabou o trabalho de reconhecimento dos cemitérios, ignorando-se portanto o total de sepulturas portuguesas em território alemão. Logo que esta comissão tenha terminado os trabalhos de concentração dos cemitérios de França, é necessário finalizar os trabalhos de reconhecimento do cemitério da Alemanha, para em seguida se proceder à signalação definitiva das sepulturas encontradas.

Francezes e belgas não deixam os mortos de guerra em território alemão. Creio que os serviços britânicos vão proceder de igual forma. Para nós a transladação para Portugal seria muito dispendiosa. A não se querer deixar em território inimigo os nossos mortos, seria preferível concentrá-los no cemitério mais próximo – Tournai (Bélgica).

Não se efectuando esta concentração e ficando as sepulturas portuguesas na Alemanha é preciso assignalá-las definitivamente.

Para isso deve-se adoptar um typo único de lápide, não vejo inconveniente que seja o mesmo das lápides feitas em Portugal.

Para cada cemitério, recorrendo a cantaria local se mandará fazer e gravar as respectivas lápides segundo o typo adoptado.

É esta maneira mais económica de proceder à signalação definitiva das sepulturas. Estando os cemitérios espalhados por toda a Alemanha ficaria mais dispendioso mandar fabricar lápides em Portugal.

Lápides

Estão feitas em Portugal a maior parte das lápides que se destinam aos cemitérios da França e da Bélgica. Ainda não estão prontas na totalidade porque há 21 identidades pendentes d'averiguações dos Serviços de Estatística e Estado Civil. Logo que nos seja fornecido este conhecimento poderá ser então acabada a gravação das lápides.

Quanto ao embarque das lápides e sua colocação em França em ocasião oportuna informarei V. Exa. do que será conveniente fazer sobre esse assunto.

Monumentos

Depois de fazer a concentração em Ambleteuse serão precisos cinco monumentos para os cemitérios seguintes:

Tournai
Ambleteuse
Brest
Richebourg l'Avoué
Tourlaville

Há apenas feitos em Portugal 3 monumentos todos iguais de 1m90 d'alto.

No cemitério de Richebourg que fica com 1298 sepulturas, por assim dizer com a quase totalidade dos mortos do CEP em França e não se pode colocar um monumento que tenho 1m90 d'altura, seria inestético e ridículo. Torna-se necessário

mandar executar para o cemitério de Richebourg l'Avoué um monumento que tenha pelo menos 3,50 metros d'altura.

O presidente».

CEP – Comissão Portugueza das Sepulturas de Guerra

«Apenso ao relatório de 31 de Março de 1920 – conferência com o Presidente da I.W.B.C.

Lápides

Nos cemitérios militares britânicos ficam talhões com corpos de várias nacionalidades, só os americanos é que vão tirar d'elles todos os corpos para levar para a América.

Cada cemitério tem um plano estudado por um arquitecto, que dirige os trabalhos de execução. São planos cuidados e vê-se o propósito de fazer de cada cemitério um grande monumento duradoiro.

Por um critério de ordem estética foi-nos dito que era melhor ter todas as lápides do mesmo typo na linha geral, sem distinção de nacionalidades, embora signalando cada uma destas com características no detalhe. Neste detalhe aceita-se que dentro de cada nacionalidade se caracterize por domínio e por serviços. No caso britânico têm cerca de 60 escudetes para combinar de diferentes modos com as identidades; em geral têm a forma de um medalhão circular que em cima os dizeres [...]. A lápide é executada em pedra macia [...] e custa aos serviços britânicos serrada sem ser gravada, cada, cerca de 80 frs. [...]

O projecto de sermos nós a construir e a executar as lápides tem as seguintes vantagens:

1) Maior garantia da exactidão dos dizeres;

2) Maior garantia na sua colocação exacta em relação aos corpos;

Tem os seguintes inconvenientes:

1) Se executarmos um projecto diferente da linha geral adoptada pelo critério estatístico britânico temos:

2) Vencer a resistência desse critério britânico;

Vencer a dificuldade de fazer uma signalação que não disparate em estética, em qualidade e em duração;

3) Uma carestia maior com a que podíamos prever com a construção de lápides, com uma mais longa permanência aqui de pessoal nosso e possivelmente por ter de contratar pessoal especial mormente para o assentamento;

4) Se executarmos um projecto análogo ao projecto britânico, o n.º 3 da alínea anterior exagera-se em tudo quase ao ponto de ser irrealizável;

Adoptando o modelo geral de lápides e entregando a construção à I.W.B.C. tem as vantagens:

1) De preço em material e pessoal;

2) Garantia de uma signalação digna do nosso esforço ao lado dos aliados.

Tem o inconveniente:

1) De exigir uma fiscalização na inscrição e na localização.

Contra este inconveniente único podemo-nos garantir, fazendo essa fiscalização por delegados nossos. É assim que fazem os britânicos que têm um oficial para este fim e por cada cemitério e é este o convite condicional que a IWBC faz aos aliados de quem executar as lápides.

O acto de gravar será feito em mais de um centro; por enquanto só existe um junto aos cemitérios da antiga base ingleza e vão ter outro ou mais no interior. A colocação não será sucessiva, mas simultânea, em várias zonas. Por muitos mezes que levará a terminar esta signalação custará muito menos manter aqui dois oficiais de que um largo pessoal especial [...]

Por essas razões proponho que seja a IWBC que construa e coloque as lápides assegurando-nos uma fiscalização eficaz.

Monumento

A localização do marco que signala o talhão português em cada cemitério tem de ser estudada por nós de acordo com o arquitecto do respectivo cemitério. O seu modelo não pode prejudicar a linha de conjunto. Tem que ser pouco alto (cerca de um metro e oitenta) e de linhas sóbrias. Fazer um monumento funerário com simbolismo clássico ou um monumento glorificador com expressão sentimental ou épica parece-me descabido dentro do conjunto de planos que tive ocasião de ver na IWBC. A única ideia que se deve exprimir é a de nacionalidade. Um dos padrões dos nossos navegadores do Século XV seria em meu critério o modelo a adoptar é esta a proposta que levo a apreciação superior.

Conclusões: - É urgente obter:

1) Um modelo de lápide.

2) Um desenho do medalhão no caso de ser a IWBC a construir as lápides.

3) E, mais urgente ainda, um modelo de signalação do talhão, atendendo a que o estudo da localização deste depende das linhas da sua construção e pode forçar a novos trabalhos de exhumação e reinhumação.

O presidente».

Anexo XVI. Cemitério militar português de Richebourg l'Avoué

Fonte: AHM, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 1356, n.º 2.

«Assento sobre o cemitério militar português de Richebourg l'Avoué. Junho de 1921.

Por Sua Exa. o Adido Militar em Paris foi resolvido d'acordo com o Presidente d'esta Comissão a formação de um cemitério português onde pudessem ser concentrados todos os militares portugueses inhumados nos cemitérios Britânicos da antiga zona da frente. Para esse efeito foi escolhido o local para o cemitério: ao lado da estrada de La Bassée e a uns duzentos metros do cruzamento com a Rua du

Bois, o terreno fica situado na comuna de Richebourg l'Avoué e na antiga zona das trincheiras portuguesas (sector Ferme du Bois).

- Uma vez escolhido o local do cemitério, Sua Exa. o Adido Militar Português em Paris dirigiu-se ao Ministério das Pensões Francez para conseguir a aquisição do referido terreno.

- O governo Francez concedeu gratuitamente o terreno para o cemitério.

- Fica apensa a documentação da correspondência trocada com várias entidades, para a aquisição do terreno.

Motivado pela recusa da venda do proprietário, a aquisição demorou bastante tempo.

- Esta Comissão só tomou conta do terreno destinado ao cemitério em fins d'Agosto de 1922.

- Em Setembro começou a terraplanagem do local do cemitério. Foi longa e trabalhosa, o terreno tinha sido todo removido pelo bombardeamento e encontrava-se num desordenado desnivelamento.

- O terreno tem a superfície de 35 ares, tem 50 metros de frente para a estrada de La Bassée e 70 metros de fundo.

- O terreno ficou delimitado com postes de madeira unidos por arame.

Foi feita a planta do cemitério, croquis que fica apenso. O cemitério fica com 8 talhões, tendo cada talhão 7 filas.

18 d'Outubro de 1922 – N'esta data começaram as inhumações dos militares portugueses sepultados no cemitério britânico de Merville. Foram exhumados 119 casos que foram reinhumados no talhão 1.

Fila A…….24 casos
Fila B…….24 casos
Fila C…….24 casos
Fila D…….24 casos
Fila E…….23 casos

No dia 13 de Novembro ficou concluída a concentração dos casos de Merville. Os números dos termos de exhumação e reinhumação que dizem respeito a estes casos vão de 1000 a 1118 inclusive – e os A.R. desde 699 a 817 inclusive.

17 de Novembro de 1922 – N'esta data começaram as exhumações dos militares portugueses sepultados no cemitério de Laventie. Foram concentrados n'este cemitério os 176 casos do cemitério de Laventie. Ficaram sepultados nos seguintes covaes desde o n.º 24 da fila E do talhão 1 até ao n.º 7 inclusive da Fila F do talhão 2.

8 de Janeiro de 1923 – N'esta data terminou a concentração do cemitério de Laventie. Os números dos termos de exhumação que dizem respeito a estes casos vão do 1119 a 1294 inclusive e os do A.R./desde o n.º 818 a 993 inclusive.

16 de Janeiro de 1923 – N'esta data começaram as exhumações dos militares portugueses que estavam sepultados no cemitério de Pont du Hem. Eram 151 casos que foram concentrados no cemitério Português de Richebourg l'Avoué. Ficaram sepultados nos seguintes covaes: desde o n.º 8 da Fila F do talhão 2 até ao n.º 14 da fila E do talhão 3.

19 de Fevereiro de 1923 – N'esta data ficou terminada a concentração dos 151 casos do cemitério de Pont du Hem. Os termos de exhumação e reinhumação que dizem respeito a estes casos vão de 1295 a 1445 inclusive e os das A.R./desde o n.º 994 até 1144 inclusive.

26 de Março de 1923 – N'esta data começaram as exhumações dos militares portugueses sepultados no cemitério de Aire Sur La Lys. Eram 40 casos que foram concentrados no cemitério português de Richebourg l'Avoué. Ficaram sepultados nos seguintes covaes:

Talhão 3 – Fila E…….. 10

Talhão 3 – Fila F…….. 19

Talhão 3 – Fila G…….. 11

27 de Março de 1923 – N'esta data ficou terminada a concentração dos 40 casos do cemitério de Aire Sur La Lys. Os termos de inhumação e reinhumação que dizem respeito a estes casos vão do número 1146 a 1485 e os do A.R. do n.º 1145 a 1184.

18 de Abril de 1923 – N'esta data começaram as exhumações dos 532 casos sepultados no cemitério de Vieille Chapelle. Foram concentrados no cemitério de Richebourg l'Avoué.

16 de Junho de 1925 – Terminaram as exhumações do cemitério de Vieille Chapelle, foram reinhumados desde o coval 12 da Fila G do talhão 3 até ao talhão 24 da Fila B do talhão 7. Os termos de exhumação e reinhumação que dizem respeito a estes casos vão do n.º 1486 até ao n.º 2017 inclusive e os A.R./ desde o n.º 1185 até ao n.º 1716 inclusive.

25 de Agosto de 1925 – Foram concentrados no cemitério de Richebourg l'Avoué – Talhão 7 – Fila B – Coval 25 e 26, dois casos que estavam sepultados no cemitério alemão de Illies. Os termos d'exhumação e reinhumação que dizem respeito a estas transladações são dos números 2018 e 2019. Os A.R. são os 1717 e 1718.

8 de Fevereiro de 1926 – N'esta data começaram as exhumações dos 264 casos sepultados no cemitério de Le Touret, que foram concentrados no cemitério de Richebourg l'Avoué.

18 de Maio de 1926 – Terminaram as exhumações do cemitério de Le Touret, foram reinhumados no cemitério de Richebourg l'Avoué desde o coval n.º 1 da fila C do talhão 7 até ao coval n.º 4 da fila F do talhão 8. Os termos de exhumação e reinhumação que dizem respeito a estas transladações vão desde o n.º 2020 ao n.º 2283 e os A.R./ desde o n.º 1719 ao n.º 1982 inclusive.

23 de Julho de 1926 – N'esta data procedeu-se à exhumação dos 16 casos sepultados no cemitério de Saint Omer, que foram reinhumados no cemitério de Richebourg l'Avoué, talhão 8 – Fila F – coval n.º 5 a 20 inclusive. Os termos de exhumação e reinhumação que dizem respeito a estas transladações vão desde o n.º 2284 ao n.º 2299 e os A.R./ desde o n.º 1983 ao n.º 1998 inclusive.

19 de Outubro de 1926 – Em Neuve Chapelle foi encontrado um cadáver de militar português que foi reinhumado no cemitério de Richebourg l'Avoué – Talhão 8 – Fila F – Coval 21. Termo d'exhumação e reinhumação n.º 1015-A e 2300. Sobre o cadáver foi encontrada uma placa d'identidade onde se lê: Joaquim Teixeira (?)

Alvares ou Alvaro 2.º Sargento d'Inf. N.º 18-3.º, D.I. CEP – Série A n.º 69117. Esta peça de identidade constitui o espólio n.º 104.

19 de Novembro de 1926 – Nota S.E./898, perguntando ao Serv. Estatísticos o conhecimento que possa identificar a entidade referida».

Anexo XVII. Localidades onde existem talhões privativos para enterramento dos combatentes da Grande Guerra

Fonte: LCGG, *Relatório da Gerência de 1934 a 1935* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1936), mapa 11.

Agências	Sub-agências	Delegações	Localidades onde a Liga não está organizada
Bragança	Elvas	Mafra	Alcáçovas
Coimbra	Estremoz	Marvão	Caneças
Évora	Guimarães	Mourão	Lousa
Faro	Lamego	Oeiras	P. da Caraça
Leiria		Póvoa de Varzim	Salvaterra de Magos
Lisboa		Sintra	
Macau		Torres Novas	
Portalegre		Valença	
Santarém			
Setúbal			
Tomar			

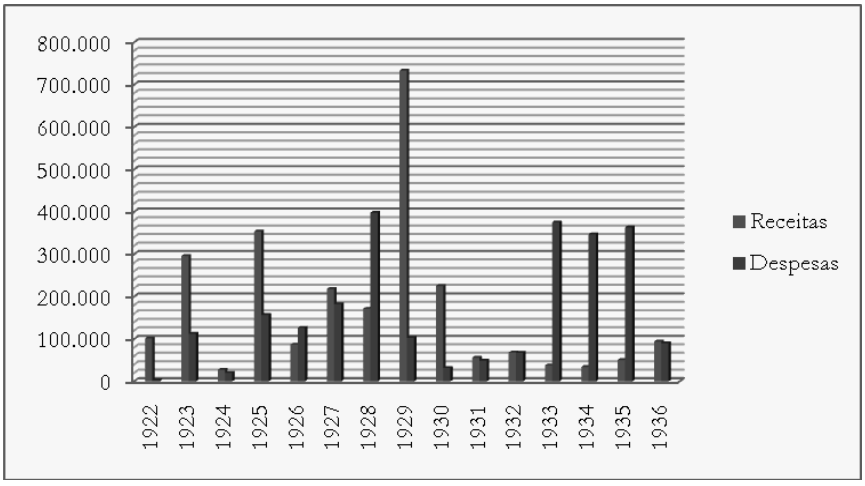
Anexo XVIII. Resumo da Subscrição Nacional

Fonte: CPGG, Relatório Geral da Comissão (1921-1936). Padrões da Grande Guerra. Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18 (Lisboa: C.P.G.G., 1936), 56.

Juntas Gerais do Distrito	1.600
Câmaras Municipais	13.954
Marinha de Guerra	2.841
Exército	30.161
Guarda Nacional Republicana	8.113
Guarda Fiscal	6.177
Ministério das Colónias	1.500
Moçambique	391.853
Angola	261.125
Índia	29.026
Macau	12.979
S. Tomé e Príncipe	541
Timor	111
Colónias Portugueses no Estrangeiro	133.137
Comissões de Propaganda	77.824
Diversas entidades	47.019
Total	**1.017.978**

Anexo XIX. Movimento geral da tesouraria de 1922 a 1936

Fonte: CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936). Padrões da Grande Guerra. Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18* (Lisboa: C.P.G.G., 1936), 56.



Anexo XX. A Comissão dos Padrões da Grande Guerra e a representação portuguesa na inauguração do Padrão de La Couture

Fonte: LC, CPGG, Pasta III – Lápides e monumentos em quartéis e outros estabelecimentos Militares, Capa Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro de 1922-1936.

«Lisboa, 6 de Outubro de 1928

Ex.mo. Snr. Presidente da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

Em nome da Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra, a que preside na ausência do Ex.mo. General Sá Cardoso, junto de V. Ex.ª a cópia do ofício que acabo de dirigir ao Ex.mo Chefe da Repartição do gabinete do Ministério da Guerra [...] manifestou-se S. Ex.ª o propósito em que se encontrava de propor aos seus colegas do Governo a nomeação, não do Snr. General Garcia Rosado, mas do Snr. Marechal Gomes da Costa para representar o Exército e a Nação nos actos solenes que vão realizar-se em França dia 9 e 11 de Novembro próximo, por ocasião da entrega do Monumento portuguez à Maire de Lacouture. […] O Exército não pode nem deve esquecer não o esquecem os combatentes da Grande Guerra – que foi já depois de ter regressado a Portugal, em Junho de 1918, o então general graduado Gomes da Costa, que o general Garcia Rosado assumiu o comando do CEP em condições excepcionais e prestou ao exército e à Nação os valiosos serviços a que o aludo no ofício junto, no período mais crítico da vida do CEP. […] S. Ex.ª não é Marechal e esse é o único argumento de que se serve o Ex.mo. Ministro da Guerra para rejeitar a sugestão da Comissão dos Padrões da Grande Guerra. Mas lembremo-nos de que, se tivesse havido um justo critério de equidade no espírito do Governo da República que elevou à dignidade de Marechal, por motivos políticos, o

General Gomes da Costa, igual mercê deveria ter sido concedida aos Generais Tamagnini e Rosado, os dois comandantes do CEP que, com tanta dedicação, com tanto patriotismo, serviram a Nação, naquele período excepcional da História contemporânea, em que o nosso exército desenvolveu o seu máximo esforço e afirmou pelo sacrifício a sua capacidade e o seu valor. […] Nestas circunstâncias, a Comissão dos Padrões da Grande Guerra a que tenho a honra de presidir, cônscia de que a Liga dos Combatentes, comungando nas mesmas ideias aceitará o seu critério, solicita o valioso apoio da Ex.ma Direcção a que V. Ex.a dignamente preside, no sentido de se conseguir que, a despeito da opinião pessoal de S. Ex.ª o Ministro da Guerra, a nomeação do representante do Exército e da Nação, consequentemente delegado do Governo, nas cerimónias a realizar em França, por ocasião da entrega do monumento de Portugal em Lacouture, recaia no Ex.mo General Garcia Rosado, conforme foi sugerido pela mesma comissão […]».

Anexo XXI. Relação dos talhões privativos dos Combatentes da Grande Guerra, nos vários núcleos associativos

Fonte: LCGG, *Relatório da Gerência de 1941* (Lisboa: Tipografia da L.C.G.G., 1942), 292-293.

Localização	Data	Tem monumentos	Tem ossários
Abrantes	1932	X	X
Alcobaça	1941		
Almeida	1937		
Avelãs de Caminho			
Aveiro (Sul)	1937		
Azambuja	1935		
Barcelos	1939		X
Alhos Vedros	1936		
Palhais	1940	X	
Beja	1932		
Messejana			
Benguela	1939		
Lobito-Nova Lisboa	1938		
Novo Redondo			
Bordéus (Norte)	1937		
Braga	1929	X	
Bragança	1930		X
Castelo Branco	1929	X	
Chaves	1933		
Coimbra	1931	X	X
Cantanhede	1933		
Taveiro	1931		
Louzã	1936		
Covilhã	1928		
Elvas	1930		X
Entroncamento	1936		
Estremoz	1937		X
Évora	1933		X
Faro	1935		
Feira	1934		

ANEXO XXII. MONUMENTO AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA

LOCALIDADE	LOCALIZAÇÃO	AUTOR	DIA	MÊS	ANO	INSCRIÇÃO	CATEGORIA
PORTUGAL							
Continente							
Anadia	Encosta Norte da Serra de Aire, a 8 km de Leiria				1955 (Rec.)	"Por iniciativa de António Marques da Abadia reuniram-se neste local em 25.9.1955 os combatentes da guerra de 1914-1918 e mil crianças da região" "Para prestar homenagem aos nossos heróis e foi rezada missa e depois servida meranda às crianças."	Cívico
Abrantes	Jardim da República	Rui Roque Gameiro	5	6	1940		Patriótico
Almeida	Praça da República	Ten. Inf.ª António Monteiro Lourenço	28	7	1940	"Aos Mortos da Grande Guerra 1914-1918"	Cívico
Abadia	Rua Padre Américo	António Joaquim da Conceição	8	12	1929	"Aos Mortos da Grande Guerra o Concelho de Anadia"	Funerário
Arruda dos Vinhos	Largo Vaz Monteiro ou Largo dos Combatentes		13 9	6 4	1929 "	"Aos soldados arrudenses que perderam a vida na Grande Guerra honrando a Pátria" [segue-se: freguesia; nome; grau; data da morte] "Erigido por subscrição pública arrudense no ano de MCMXXIX" [segue-se: freguesia; nome; grau; data] "França (1917-18); Raids de Neuve Chapelle 20/07/1917; 14/09/1917 e 14/03/1918 – Batalha de La Lys e combate de La Couture 9-4-1918 – Nos mares dos Açores – Caça Minas Augusto Castilho em defesa do Paquete "S. Miguel" 18-10-1918 – colocação da 1ª pedra em 11-11-28 "África (1914-18) Sul de Angola"	Cívico-patriótico
Aveiro	Av. Doutor Lourenço Peixinho	José de Sousa Caldas	27	4	1934	"Aos Mortos da Grande Guerra"	Cívico
Barcelos	Av. Sidónio Pais ou Av. dos Combatentes da Grande Guerra		11 9	11 4	1930 "	"Aos Mortos da Grande Guerra de 1914-1918 - Pela Junta de Freguesia 1930"	Cívico
Braga	Campo do Conde de Agrolongo		25	6	1925		Cívico
Bragança	Largo General Sepúlveda	José de Abreu (Engº)	28	8	1928		Cívico

Cartaxo	Praça 5 de Dezembro	M. Mesquita	29	10	1922	“Soldados mortos pela França” [segue-se: nomes] “Soldados mortos em África” [segue-se: nomes] "Mas sabei que mais nos dói o vosso esquecimento do que o muito que penamos por cá Carta de um soldado nas trincheiras" "Homenagem aos seus conterrâneos CMC Prémio supremo dum amor sublime M. Mesquita" "Aos filhos deste concelho mortos na guerra com a Alemanha 1916-1918 Porque o inimigo não vencesse Deixou antes vencer da morte a vida"	Cívico
Cascais	Jardim Visconde da Luz (Estrada marginal)	Simões Almeida Sobrinho	12	4	1925		Funerário
Castelo Branco	Cemitério	Sales Vieira (Proj.)	9	4	1924		Funerário-patriótico
Chaves	Largo do Monumento ao Mortos da Grande Guerra ou Av. dos Aliados		8	6	1922	"Homenagem de Chaves aos seus mortos 1914-1918"	Cívico
Coimbra	Av. Sá da Bandeira	António Varela e Luís Fernandes	10	7	1932	"Coimbra - Aos seus mortos da Grande Guerra 1914-1918"	Cívico-patriótico
Condeixa-a-Nova	Largo do Palácio dos Figueiredos		9	3	1921		Cívico
Covilhã	Jardim Público (antes Largo 5 de Outubro)	Francisco dos Santos	26	6	1930	"1914-1918"	Cívico
Elvas	Praça dos Combatentes da Grande Guerra		22	9	1938	"A perpétua memória dos mortos da Grande Guerra naturais de Elvas 1914-1918"	Funerário
Espinho	Largo dos Combatentes da Grande Guerra	Lacerda Machado (Arq.) e Jorge Moreira	17 6	11 8	1957 1930	“Espinho aos Mortos da Grande Guerra – França e África”	Cívico
Estarreja	Largo Heróis da Grande Guerra		17	6	1922	"Aos heróicos soldados deste concelho mortos na Grande Guerra 1914-1918"	Cívico

Estremoz	Largo dos Combatentes da Grande Guerra	José Maria de Sá-Lemos	8	9	1941		Patriótico
Évora	Rossio de São Brás	João da Silva (Proj.) e Manuel Vultos (Canteiro)	4	6	1933	"Filis Pro patria caesis Ebora"	Vitorioso
Fafe	Praça da República	Manuel Faria Marques Reis (Arq.)	12	6 7	1931 “	"1914-Fauquissart 1 R.I. 20 Lacouture" "Flandres-Neuve Chapelle-Chapigny. Aos mortos da Grande Guerra. A Vila de Fafe" "La Lys-Rovuma-Negomano. Câmara Municipal de Fafe, 12 de Julho de 1931" "1918 – Naulila Nevala"	Cívico
Famalicão	Praça 9 de Abril	João Machado	9	4	1924	"Aos mortos da Grande Guerra"	Cívico
Faro		João José Gomes			1940 (?)		Cívico
Figueira da Foz (1)	Praça Francisco Lopes Guimarães	António Varela (Arq.) e Luís Fernandes		9	1928		Cívico
Figueira da Foz (2)	Largo Camões (actual largo da GNR)		4	4	1932	"A António Gonçalves Curado, primeiro combatente português morto em combate – 4 de Abril de 1917 – em França"	Cívico
Guarda	Largo General Humberto Delgado (Jardim)	Júlio Vaz Júnio (Esc.)	31	7	1940		Cívico
Guimarães (?)							
Ílhavo	Jardim Municipal	António Silva Fidalgo (Lisboa)	9	4	1924		Cívico
Lagos	Praça Luís de Camões		15	6	1940	"Lagos glorifica a memória dos seus filhos mortos na Grande Guerra"	Cívico-funerário
Lamego	Largo do Soldado Desconhecido	Júlio Vaz Júnior (Esc.) e Álvaro Machado (Arq.)	5	9	1932	"Aos mortos da Grande Guerra" "Datas gloriosas"	Cívico-patriótico
Leiria	Largo de Infantaria 7 (transladado do antigo Largo 5 de Outubro)	Augusto Romão (Arq) e Luís Fernandes (Esc.)	11 2	5 “	1929 “	"Leiria – Aos Mortos da Grande Guerra. 1914-18"	Funerário
Lisboa (1)	Cemitério: Alto de S. João	Maximiano Alves (Esc.)	9	4	1933		Cívico-funerário

Lisboa (2)	Av. da Liberdade	Maximiano Alves (Esc.) e Rebelo de Andrade (Arq.)	21	11	1931		Patriótico
Loures	Praça do Município	Fernando Soares (Const. civil)	8	12	1929		Patriótico-funerário
Mação	Escadaria de acesso à Escola Primária	Pardal Monteiro (Arq.)		4	1938		Cívico
Marco de Canavezes	Jardim Municipal Adriano José de Carvalho e Melo ou Jardim dos Combatentes da Grande Guerra			9	1927		Cívico
Marinha Grande	Rua das Matas Florestais ou Av. Dom Dinis	Nery Capucho (Arq.)	9	4	1935		Cívico
Mealhada			12	2	1925		
Mira	Praça da República	Francisco António Santos	17	9	1932		Patriótico
Mondim de Bastos	Jardim Público, Praça 9 de Abril	João Queirós (Arq.)	9	4	1930	"Aos que morreram na guerra 1914-1918" "Lápide com os nomes dos soldados mortos em África" "Mortos em França" "José de Carvalho Camões"	Cívico
Montemor-o-Novo	Largo Serpa Pinto	Francisco dos Santos	9	4	1923		Cívico
Monte Redondo	Em frente à igreja paroquial		9 (?)	4	1925		Cívico
Murtosa	Praça dos Combatentes da Grande Guerra	António Freitas	9	4	1929	"Homenagem do Concelho da Murtosa aos seus queridos Mortos"	Cívico
Oeiras	Rua Cândido dos Reis - Jardim Dr. Pinto Coelho	Veloso dos Reis Camelo (Arq.) e Álvaro de Brée (Esc.)	7	4	1940		Cívico

Oliveira de Azeméis	Praça José da Costa	Henrique Moreira (Esc.) e Rogério de Azevedo (Arq.)	16	11	1930		Cívico
Oliveira do Bairro	Praça da República		1	1	1926		Cívico
Oliveira do Hospital		S. Euntos (Proj.)	4	8	1935		Cívico
Ovar	Largo dos Combatentes da Grande Guerra	A. Pereira de Matos (Proj.)					
Penafiel	Praça Municipal		11	11	1927	"Aos mortos na Grande Guerra" "Homenagem do Concelho de Penafiel"	Cívico
Penamacor	Jardim Público		9	6	1921	"Homenagem da Infantaria" "Expedição a Moçambique" "Comemoração aos mortos da Grande Guerra 1914-1918" "R.I. 3º Batalhão"	Cívico
Penela	Junto ao edifício da Câmara Municipal						Cívico
Pinhel	Praça Coronel Veiga Oliveira	Coronel Veja Oliveira (Proj.) e Alfredo César Gomes (Autor)	9	4	1922		Cívico
Portalegre	Av. da Liberdade	Tem. Francisco Soares Lacerda Machado (Proj.) e Henrique Moreira (Escultura)	11	11	1935		Vitorioso
Porto (1)	Praça Carlos Alberto	Henrique Moreira (Esc.)	9	4	1928	"1914 – Aos mortos da Grande Guerra – A cidade do Porto - 1918" "Angola – 1914-1916/Naulila – 18-XII-914 – Inhoca – 15-VIII-915/Mongua – 20-VIII-915 – Negíva – 4-IX-915" "Moçambique – 1914-1918/Nevala – 28-XI-916 – Negomano-25-XI-917- Serra Mecula-3-XII-917- Nhamacurra I-VI-918" "França 1917-1918/La Lys- 9-IV-918 – Laventie – 9-IV-918- La Couture- 10-IV-918"	Cívico
Porto (2)	Universidade do Porto	João da Silva (Esc.)	16	10	1948		Funerário

Póvoa de Varzim	Praça do Almada	Rogério de Azevedo (Arq.)	14	8	1933	"Aos seus filhos mortos na Grande Guerra dedica a Póvoa de Varzim - 1914-1918"	Cívico
Régua		Henrique Moreira	16	6	1928		Cívico
Reguengos de Monsarraz	Largo dos Combatentes					"Aos Mortos da Grande Guerra"	Cívico
São João da Madeira	Em frente à capela de St. António	Henrique Moreira	11	11	1937	"Aos mortos da Grande Guerra 1914-1918" "Público e perpétuo louvor dos sanjuanenses aos seus conterrâneos Conde Dias Garcia, Manuel Leite da Silva Garcia, José Moreira que foram os mais esforçados promotores desta obra"	Patriótico
Santarém	Jardim das Portas do Sol (Praça D. Afonso Henriques)	Anjos Teixeira (Esc.)	9	4	1932	"O concelho de Santarém aos seus Mortos da Grande Guerra"	Cívico
Seia		Costa Mota Sobrinho	17	8	1926 (?)		
Seixal	Jardim Público	Tem. José Elísio Gonçalves Louro	28	10	1934	"Memória dos mortos e homenagem aos Combatentes da Grande Guerra (1914-1918). O Concelho do Seixal"	Cívico
Senhora do Monte	Cores - Leiria		19	11	1929 ou 1935		
Setúbal	Av. dos Combatentes da Grande Guerra		22	11	1931		Cívico
Sintra	Alameda dos Combatentes	José da Fonseca (Esc.)	11	11 1	1940		Cívico
Soure	Largo dos Combatentes da Grande Guerra ou Av. dos Municípios	Francisco dos Santos e Ten. Cor. José Pires Beato	25	6	1934	"Aos mortos da Grande Guerra" "Concelho de Soure: lista de nomes dois cabos e 31 nomes de soldados" "Feito por Cco. A. Santos"	Patriótico
Tancos			20?	2 (?)	1936 (?)	"Engenharia 2 Aos seus Mortos pela Pátria" "O Batalhão de Pontoneiros aos seus mortos na Grande Guerra" "França-Moçambique-Angola"	Cívico
Tavira	Praça da República	Alferes Alberto de Castro (Proj.)	9	4	1933	"França-África. Aos mortos da Grande Guerra – A cidade de Tavira 1914-1918"	Cívico ou patriótico

						“Feliis Pró Pátria Caesis Ebora” “ França 1917-1918” “África 1914-1918”	
Tomar	Largo 5 de Outubro	Henrique Moreira	11 22	11	1931 1932	"Aos Mortos da Grande Guerra – O Concelho de Tomar – 1914-1918" "Militares do Concelho de Tomar Mortos na Grande Guerra em França ao Serviço da Pátria" [segue-se: nomes; filiação; residência]	Cívico
Tondela	Largo Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho	Branca Alarcão		3	1933	"Aos mortos da Grande Guerra. A alegria dos que regressam não compensa a tristeza dos que morreram"	Cívico
Torres Novas	Praça 5 de Outubro	Henrique César da Silva (Arq.) ou Henrique Campos (Autor) e Francisco dos Santos (Esc.)	11	11	1927		Cívico
Vagos		Casa Freitas de Aveiro (Construtor)	20	7	1923	"Homenagem do Concelho de Vagos aos seus Mortos na Grande Guerra"	Cívico
Valença		João Silva ou José Pereira Gomes (Canteiro)	18	6	1933 1938	"Mar – Ar – França – Angola – Moçambique"	Vitorioso
Vendas Novas	Largo dos Combatentes da Grande Guerra	Henrique César da Silva Santos (Proj.)	11	11	1927		Cívico
Viana do Castelo	Largo 9 de Abril		24	9	1922	"Aos nossos mortos na guerra com a Alemanha. 9 de Março de 1916 – 9 de Março de 1920 – Homenagem promovida pela Junta Patriótica do Norte Câmara Municipal 1919-1922"	Cívico
Vila do Conde	Av. Figueiredo de Faria		15 9	4 “	1932 “		Cívico
Vila Nova da Barquinha	Largo Luís de Camões		9	4	1936		Funerário
Vila Real	Av. Carvalho de Araújo, Freg. de S. Dinis	Anjos Teixeira (Esc.)	14	10	1931	"A Carvalho Araújo. Homenagem de Vila Real a Carvalho Araújo pelo cinquentenário do combate em que morreram pela Pátria. 14 de Outubro de 1958" "Morto pela Pátria em combate" "A Carvalho Araújo 1881-1918” “Morto pela Pátria em combate com os alemães" "Por subscrição Nacional 14-10-1931"	Cívico-patriótico

Vila Verde	Praça da República ou Av. Marechal Gomes da Costa	Corrodi (Arq.)	11 7	11 “	1931 “	"Aos Mortos da Grande Guerra"	Cívico-patriótico
Viseu	Largo Mouzinho de Albuquerque	Anjos Teixeira (Esc.)	13	6	1928		Cívico
Ilhas Açores							
Ponta Delgada	Muralha do Forte de S. Brás	Raul Lino (Arq.) e Diogo de Macedo (Esc.)	26 9	9 4	1936 “		Patriótico
Santa Maria	Alto do Castelo de S. Brás	Raul Lino	11	11	1929		Patriótico
Madeira							
Funchal	Av. Das Comunidades Madeirenses	Francisco Franco (Esc.) e Moreira Rato (Arq.)	15	12	1936	"Aos mortos da Grande Guerra"	Cívico
MOÇAMBIQUE							
Inhamanbane							Cívico
Lourenço Marques (1)		Rui Roque Gameiro (Esc.) e Veloso dos Reis Camelo (Arq.)	29	10	1935	“Ao esforço heróico das tropas portuguesas”	Vitorioso
Lourenço Marques (2)	Maputo	Rui Roque Gameiro (Esc.)	29	10	1935		Patriótico
Maputo							
Mocimboa da Praia			4	9	1931		Cívico
Nhamacurra							Cívico
ANGOLA							
Gabela						"Dulce et décorum et pro patria mori"	Cívico
Luanda	Praça Lusíadas	Henrique Moreira (Esc.)	15	9	1935		Vitorioso

Mongua							
Vila de Lusa							Cívico
FRANÇA							
Ambleteuse			30 11	6 9	1919 “	"À memória dos soldados portugueses mortos na guerra 1916 a 1919"	Cívico
La Couture	La Couture (Pas-de-Calais)	Teixeira Lopes (Esc.)	11	11	1928		Patriótico
Richebourg l'Avoué	Cemitério	Tertuliano Lacerda Marques					Funerário e Patriótico
MACAU							
Macau			9	4	1934		Cívico
ÍNDIA							
Damão			14	9	1934		Cívico

As informações contidas nesta base de dados são da responsabilidade da autora e não esgotam todos os itens passíveis de análise. Resultam do estudo de fontes ou observação realizados ao longo da pesquisa e são passíveis de erro. A categorização dos monumentos parte da conjugação de elementos como localização, epigrafia, simbologia, entre outros.

Fontes:

LC, CPGG, Pasta III, Lápides e monumentos em Quartéis e outros estabelecimentos Militares, Capa Romagem à Batalha 9 de Abril e 11 de Novembro de 1922-1936, Pasta V, Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra, Pasta VI, Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra.

CPGG, *Comissão dos Padrões da Grande Guerra* (Porto: Litografia Nacional, 1930); CPGG, *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1932* (Porto: Litografia nacional, 1933); CPGG, *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1931* (Porto: Litografia nacional, 1932); CPGG, *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1930* (Porto: Litografia nacional, 1931); CPGG, *Relatório da Comissão Executiva, ano de 1925* (Porto: Litografia Nacional, 1926); CPGG, *Relatório da Comissão Executiva, ano de 1924* (Lisboa: Ottosgrafia, 1925); CPGG, *Relatório da Comissão Executiva, ano de 1924* (Porto: Litografia Nacional, 1926); CPGG, *Relatório do ano de 1923* (S.l.: s/ed., 1923). [Manuscrito]; CPGG, *Relatório dos anos de 1922,1923 e 1924* (S.l.: s/ed., 1924). [Manuscrito sem paginação]; CPGG, *Relatório da Comissão Executiva referido a 31 de Dezembro de 1934* (Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1935); CPGG, *Relatório Geral da Comissão (1921-1936). Padrões da Grande Guerra. Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18* (Lisboa: Comissão dos Padrões da Grande Guerra, 1936).

Joaquim Saial, *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-1940)* (Mirandela: Bertrand Editora, 1991); José Fernandes Pereira (ed.), *Dicionário de Escultura Portuguesa* (Lisboa: Editorial Caminho, 2005).

Liga dos Combatentes [Fundo fotográfico].

Visita local aos monumentos (Agosto 2009): Porto; S. João da Madeira; Vila Real; Lamego; Coimbra; Tondela; Soure; Leiria; Batalha.